



Georg Wink

Conservadorismo Brasileiro e a Nova Direita



Conservadorismo Brasileiro e a Nova Direita

Georg Wink

**Conservadorismo
Brasileiro e
a Nova Direita**



Copyright © 2023 Georg Wink

Todos os Direitos Reservados em língua Portuguesa para Amauri de
Paula/Emcomum

Título original: Brazil, Land of the Past. The Ideological Roots of the
New Right. Cuernavaca,
Morelos, México: Bibliotopía.

Edição

Amauri de Paula

Tradução

Ludimila Hashimoto Barros

Diagramação

Laís Buarque

Pedro Peixoto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
W739c

Wink, Georg. Conservadorismo
Brasileiro e a Nova Direita / Georg
Wink. – 2023. 308 f. : il. color. , Belo
Horizonte, 2023.

ISBN 978-65-991436-2-5

1. Política. 2. Extrema Direita. 3. Brasil.
I. Título.

CDD 320

Emcomum Estúdio Livre
Rua São Miguel 1292/57 – Itapoã -Belo Horizonte MG
Contato: (31) 999136099

Impresso no Brasil – Primavera de 2023

Sumário

Siglas	7
Introdução.....	9
1 Distinções Difusas.....	26
Conservadorismo Lato Sensu	27
Liberalismo Revisitado.....	33
O Conservadorismo-Liberal Brasileiro se torna autoritário.....	36
Conservadorismo aplicado: Da Velha Direita à Nova Direita	42
2 O Legado Monárquico	48
A promessa do Brasil como o Quinto Império	50
A Inversão Brasileira	53
A Independência Restauradora	56
De Quinto Império a “País do Futuro”	59
3 Recristianizando o Brasil.....	64
A “Questão Religiosa” no Império	64
A Restauração Católica na Primeira República	68
O Centro Dom Vital – Sede da “Milícia de Cristo”	70
O Reencontro Católico com o Estado.....	75
Integrismo e Integralismo	77
A (Con) fusão Conservadora-Autoritária	85
4 A Recusa à Modernização	91
O Conservadorismo Induzindo ao Golpe de 1964	96
A Campanha da TFP para defender a Ordem Natural.....	104
Travando o Progresso.....	112
5 A Mão Invisível de Deus	116
O Mito Fundador Liberal	124
Think Tanks em Ação	128
As Origens Tomistas do Liberalismo Econômico	136
Liberalismo Econômico Metafísico	143
Evangélicos como Atores Políticos Liberais.....	148

6 A Reação do Guru	152
De Intelectual Outsider a Antiacadêmico	161
A Serviço do Revisionismo Militar	165
A “Punhalada pelas Costas” da Mídia.....	169
A Afinidade Espiritual entre Olavo de Carvalho e Plínio Salgado.....	173
7 Bolsolavismo	180
O “ciberséquito” filosófico.....	181
Quem não está comigo, está contra mim	189
O Parteiro da Nova Direita	198
Sem Quebrar as Pernas	202
8 A Nova Direita Hoje	207
O Revival Católico Conservador	207
Peões Pentecostais.....	214
O Integralismo na Tradução Tradicionalista.....	219
Bolsolavismo Armado	225
A Monarquia Paralela.....	229
Amor à Segunda Vista – Liberalismo Econômico e Monarquismo.....	235
Conclusão	244
Bibliografia	258
Índice de Nomes e Instituições	300

Abreviações

- AD:** Assembleias de Deus
AERP: Assessoria Especial de Relações Públicas
AIB: Ação Integralista Brasileira
AIR: Ação Integralista Revolucionária
AP: Ação Popular
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
AUC: Ação Universitária Católica
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP: *Brasil Paralelo*
CAMDE: Campanha da Mulher pela Democracia
CDB: Centro Dom Bosco
CDV: Centro Dom Vital
CEDI: Centro de Estudos e Debates Integralistas
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COF: Curso Online de Filosofia
CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CONPEFIL: Conjunto de Pesquisa Filosófica
CPAC: *Conservative Political Action Conference*
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DC: Democracia Cristã
DEM: Democratas
DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
ENCRISTUS: Encontro de Cristãos na Busca de Santidade e Unidade
ESG: Escola Superior de Guerra
FIB: Frente Integralista Brasileira
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPE: Frente Parlamentar Evangélica
FSSPX: *Fraternitas Sacerdotalis Sancti Pii X*
IARC: Igreja Apostólica Renascer em Cristo
IB200: Instituto Brasil 200
IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBCON: Instituto Brasileiro Conservador
IBF: Instituto Brasileiro de Filosofia
ICL: Instituto Conservador Liberal
IEE: Instituto de Estudos Empresariais
IFL: Instituto de Formação de Líderes
IIGD: Igreja Internacional da Graça de Deus
IL: Instituto Liberal
IMIL: Instituto Millenium

IMPD: Igreja Mundial do Poder de Deus
IPCO: Instituto Plínio Corrêa de Oliveira
IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPF: *International Policy Forum*
IURD: Igreja Universal do Reino de Deus
LGBTQ: Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Queers
LIMDE: Liga da Mulher pela Democracia
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MIL-B: Movimento Integralista e Linearista Brasileiro
MPS: *Mont Pèlerin Society*
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCC: Primeiro Comando da Capital
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDC: Partido Democrata Cristão
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PHS: *Partido Humanista da Solidariedade*
PL: Partido Liberal
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP: Progressistas
PRONA: Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSC: Partido Social Cristão
PSD: Partido Social Democrático
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTC: Partido Trabalhista Cristão
PV: Partido Verde
RCC: Renovação Carismática Católica
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEP: Sociedade de Estudos Políticos
TFP: Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UCF: União Cívica Feminina
UDN: União Democrática Nacional
UDR: União Democrática Ruralista
UND: União Nacionalista Democrática
WACL: *World Anti-Communist League*

Introdução

Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de todos.

*Não tem essa historinha de Estado laico, não.
O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude.
As minorias têm que se curvar para as majorias.*
Jair Bolsonaro¹

Quem entra na mansão do século XIX, sede do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), tem a sensação de ter saído de uma máquina do tempo. Situada no bairro nobre de Higienópolis em São Paulo, a pouco mais de um quilômetro dos moradores de rua que ocupam a Praça da República com suas barracas, o instituto leva o nome de seu patrono, o político e intelectual católico. Hoje, Corrêa de Oliveira é lembrado principalmente como o falecido fundador e líder da antiga TFP (Tradição, Família e Propriedade), organização civil e apoiadora do golpe militar de 1964, lá no passado distante. Frederico Viotti, o cordial diretor de comunicações do instituto, me guia pelos corredores e faz comentários de passagem sobre objetos preciosos de arte sacra e imperial. Cada mínimo detalhe da mobília foi cuidadosamente pensado pelo doutor Plínio, diz Viotti, até que desiste: “Bom, eu levaria algumas horas só para explicar o conceito da decoração.” Não tenho dúvidas disso. No segundo andar, vários fólhos encadernados em couro estão expostos num pedestal, bem no meio do corredor. “Este é sobre como impedimos Mitterrand de transformar a França num Estado comunista,” Viotti informa despretensiosamente antes que eu perguntasse. A TFP de repente se aproxima do meu horizonte de vida e contexto regional. Como é que eu nunca ouvi falar dessa salvação? Os fólhos revelam, em centenas de artigos de jornal do mundo todo, que no fim de 1981 Corrêa de Oliveira fez uma campanha contra o recém-eleito presidente da França e o andamento político do país. Seu manifesto “O socialismo autogestionário: em vista do comunismo, barreira ou cabeça-de-ponte?” põe em foco a introdução da participação de empregados e da cogestão na administração de empresas francesas, aos olhos dele um passo irreversível rumo ao comunismo. O texto inflamado foi publicado em 178 edições de jornais em 53 países com uma estimativa de 35 milhões de cópias vendidas. Entre eles, *Washington Post*, *New York Times*, *Wall Street Journal*, *Los Angeles Times*, *Observer*, *Daily Telegraph*, *Sydney Morning Herald*, *Frankfurter Allgemeine*, *Hamburger Abendblatt*, *Die Welt*,

1 Jair Bolsonaro, slogan oficial da campanha 2018; aparição em campanha eleitoral, 19 fev. 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=YmE4pxBulMw>. Este livro não segue a convenção redundante de informar a data do último acesso a cada fonte da internet. Todos os links foram verificados nas semanas precedentes à submissão do manuscrito, ou seja, em março e abril de 2023. Caso uma referência online deixar de existir, recomenda-se recuperá-la utilizando o *wayback machine*.

Süddeutsche Zeitung, *Die Presse*, *Il Tempo*, *Diário de Notícias* e muitos outros. Um resumo do manifesto foi publicado no *Reader's Digest* e alcançou mais alguns milhões de leitores.²

Minha reação imediata é de surpresa. Eu me lembro do primeiro governo de Mitterrand como uma ruptura com o gaullismo, anunciada de forma pomposa e seguida de uma reforma executada com cautela e colaboração íntima com o establishment, na época chamada “socialismo de água de rosas”. Conforme verifiquei depois, a maior parte dos jornais europeus ridicularizou o resultado modesto das reformas de Mitterrand – por exemplo, a introdução de um imposto sobre propriedade, já comum em países vizinhos, o estabelecimento hesitante de um sistema de saúde público como o Serviço Nacional de Saúde britânico, ou mesmo o aumento da participação dos trabalhadores nas decisões da empresa, principal preocupação do doutor Plínio, que nem sequer chega perto das leis alemãs que regem a chamada cogestão operacional. A Volkswagen era então uma empresa comunista? A impressão que se tem é que a percepção da realidade pode variar muito, entre direita e esquerda, fiasco e sucesso, dependendo do ponto de vista e das referências do observador. Mas os artigos atestam ao menos o alcance da campanha da TFP, ainda que outros fatores possam ter desacelerado o avanço da esquerda na França também. De repente, os fôlios que ainda estou folheando me fazem lembrar de uma aluna lituana de um dos meus cursos na Universidade de Copenhague, que me perguntou sobre o legado brasileiro de Plínio Corrêa de Oliveira e que não ficou muito satisfeita com minha resposta lacônica sobre seu papel histórico como antigo líder da TFP. Frederico Viotti parece apreciar minha curiosidade: “Isso foi quando ajudamos a Lituânia a se livrar do controle comunista.” Descubro mais, fico sabendo que em 1990 a TFP recolheu mais de cinco milhões de assinaturas para uma petição pela independência do país – o que até lhe rendeu uma menção no *Guinness*, o Livro de Recordes – que foi entregue ao presidente Gorbachov por uma delegação. Embora a ação não tenha terminado o conflito e um mês depois a União Soviética tenha inclusive usado meios militares para restabelecer o controle, pode ter afetado o processo todo de alguma forma, vai saber.

Minha conversa posterior com o membro de longa data do IPCO, “Sua Alteza Real” Bertrand de Orléans e Bragança, da quarta geração de descendentes do último imperador brasileiro, Pedro II, revela mais sobre a influência internacional dessa instituição brasileira: A colaboração íntima da TFP, incluindo Dom Bertrand, na oposição ferrenha do arcebispo Marcel Lefebvre ao reformismo do catolicismo romano no Concílio Vaticano II (1962–65).³ Mais ainda, alguns anos depois a TFP alertou o Vaticano contra a “infiltração comunista” entre padres da América Latina, com o apoio de dois milhões de assinaturas. Isso teria causado a reação da Igreja contra a teologia da libertação, o que levou à sua conde-

2 Corrêa de Oliveira 1981. Daqui em diante, uso seu sobrenome completo para evitar confusão com outras fontes acadêmicas escritas por outros Oliveiras. Para informações estatísticas sobre a campanha, ver estimativas da própria TFP em https://www.pliniocorreadeoliveira.info/Gesta_020212.htm.

3 Essa colaboração, incluindo a correspondência entre bispos brasileiros e Lefebvre, foi documentada por Caldeira 2009 e Cowan 2021.

nação pelo Papa João Paulo II. Sem mencionar o lobby da TFP contra o “progressivismo” na Assembleia Constituinte durante a redemocratização brasileira e a sua participação em campanhas contra a reforma agrária e as políticas de desarmamento durante a Nova República. Por que foi tão espantoso ficar sabendo dessa trajetória de peso? Talvez porque eu não esperava que esse país interferisse em questões internacionais, por se tratar de uma voz do sul periférico, notoriamente ignorado, e geralmente não com uma postura reacionária. De fato, a TFP ainda existe, com filiais em 25 países. Somente no Brasil o movimento usa o nome provisório IPCO, devido a uma disputa judicial pelo direito da marca entre os herdeiros institucionais de Plínio Corrêa de Oliveira.

Uma semana depois, no Rio de Janeiro, visito o Centro Dom Bosco (CDB), a célula primordial da Liga Cristo Rei. Após a Missa Tradicional em Latim, cuja abolição, aliás, a TFP tentou impedir no Concílio Vaticano II, o presidente Pedro Affonseca e o vice-presidente Álvaro Mendes gentilmente me apresentam o mostruário com as publicações do CDB, responsáveis por 80% de seu orçamento, eles me informam. Um dos best-sellers é *Catecismo Anticomunista*, de 1962, do arcebispo Geraldo de Proença Sigaud, numa reedição de 2019. Reconheço o volume de uma fotografia que vi do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, posando orgulhosamente com o livro nas mãos, a capa das cores do Flamengo (ao bater os olhos, achei que se tratasse do tema do livro). Na primeira página do catecismo, leio:

O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens, de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade.⁴

Ao abrir em outra página aleatoriamente, encontro o alerta de Sigaud contra práticas materialistas, que se referem não apenas a quem ganha dinheiro, curte a vida e negligencia o culto, mas também quem se “veste com sensualidade, sem modéstia” e “dança danças modernas”.⁵ Os frequentadores do CDB, todos visivelmente membros da classe alta brasileira, se incomodam com dinheiro? Existe alguém saudosos por mensagens sobre danças modernas em 2019? Só ousou fazer a segunda pergunta. Pessoas jovens, cultas, que estão decepcionadas com a degeneração da modernidade e a falta de espiritualidade, como eles mesmos estão, explica Álvaro Mendes durante a entrevista. Provavelmente o mesmo público que não só comprou como também apoiou por financiamento coletivo – 444 patrocinadores, vejo na lista impressa no livro – a reedição de *Objecções e Erros Protestantes – Com as respectivas respostas irrefutáveis*, escrito pelo padre franco-belga Júlio Maria de Lombaerde, que veio ao Brasil em 1912. Será que no século XXI as pessoas querem mesmo ler sobre a

4 Sigaud 2019 [1962]: 1.

5 Sigaud 2019 [1962]: 11.

heresia de Lutero e sua tradução “totalmente equivocada” da Bíblia? Decido não perguntar isso também, quando bato o olho na introdução e vejo a referência à campanha do CDB, “Protestantes, voltem para casa!”. Fico sabendo que a campanha lança mão de três livros, e os outros dois são *Heresia Protestante* (1907), de Carlos de Laet, e uma coletânea de ensaios sobre o *Index Librorum Prohibitorum*, uma lista comentada de livros censurados, promulgada pelo Papa e publicada originalmente em 1564, após o Concílio de Trento. Com certeza estou subestimando a sede de conhecimento dos seguidores do CDB.

A entrevista adicional revela que entender o CDB como um centro de estudo teológico seria um equívoco. Como explica Álvaro Mendes, os três pilares do centro são culto, estudo e defesa da fé. Quanto a esta última, o CDB tem estado na linha de frente também. Em 2019, eles processaram – não pela primeira vez – o grupo Porta dos Fundos por motivo de blasfêmia no especial de Natal “A Primeira Tentação de Cristo”, lançado pela Netflix. Após ordem judicial, o filme foi temporariamente tirado do ar, até o Supremo Tribunal Federal suspender a censura. Em paralelo, um grupo neointegralista atirou um coquetel molotov na porta da frente da produtora. Na ocasião, meu gentil anfitrião, Pedro Affonseca, declarou a uma jornalista que fazer justiça com as próprias mãos deveria ser considerado inaceitável, mas que não seria “irracional” condenar legalmente alguém à morte por blasfêmia, nas palavras dele.⁶ Se aceitarmos as premissas de que a racionalidade dos homens é dada por Deus – como afirma São Tomás de Aquino, a fonte predileta usada como referência por meus interlocutores para todos as questões – e de que a blasfêmia é um pecado imperdoável, eterno, mais grave do que o assassinato, então ele certamente está correto.

Tendo feito pesquisa acadêmica sobre o Brasil por cerca de 25 anos, comecei a ver alguns aspectos do país com outros olhos após essas visitas. De volta às ruas e sem a minha máscara de pandemia (nunca vi ninguém usando máscara nessas instituições), até a tão familiar estátua do Cristo Redentor ficou estranha depois que recebi de presente de Álvaro Mendes a reedição do livro *Católicos, ao combate!*, escrito em 1916 pelo cardeal Sebastião Leme, o homem por trás do projeto arquitetônico do santuário no morro do Corcovado, financiado exclusivamente por doações particulares e concluído em 1931. A mesma estátua que comunistas teriam substituído por uma de Fidel Castro, caso os militares não tivessem salvado a democracia em 1964, como Olavo de Carvalho (1947–2022), o mais proeminente formador de opinião da Nova Direita brasileira e “guru” do presidente Bolsonaro, gostava de dizer.⁷ Comecei a perceber que essas visitas não eram uma excursão a um mundo paralelo, mas a um Brasil muito real, e que não era necessário ter uma máquina do tempo. Esses pensamentos e ações estavam lá e eram ecoados na TV, entre políticos, pessoas nas ruas e alguns jornalistas enraivecidos.

6 Oliveira 2020b.

7 “Hangout” com Olavo de Carvalho, Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro, 14 fev. 2014, <https://www.youtube.com/watch?v=ZMpoOJ-NAzg&t=0s>.



O projeto de pesquisa que me levou a esses templos de um estranho catolicismo nos tempos pandêmicos do fim de 2020 começou em 2016, quando a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, foi destituída do cargo por um assim chamado impeachment, e treze anos e meio de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) terminaram abruptamente. Naquele momento, ficou claro para muitos observadores que a Sexta República, uma democracia aparentemente consolidada que parecia ter superado o passado autoritário da ditadura militar, também acabara.⁸ O que ocupou o seu lugar no palco de forma manifesta foi um novo ator político com um novo discurso, logo batizado de Nova Direita. Como muitos outros acadêmicos, fiquei impressionado com a ruptura repentina e comecei a estudar o fenômeno. Logo percebi que a ascensão da Nova Direita brasileira estava sendo analisada de forma meticulosa e mais e mais trabalhos substanciais foram publicados durante os anos nos quais realizei minha pesquisa. Esses estudos esclarecem as circunstâncias conjunturais coincidentes que podem ser resumidas como a crescente antipatia contra o PT no governo (o chamado “antipetismo”), campanhas anticorrupção com motivações políticas que se assemelham ao *lawfare*, os crescentes problemas de crise econômica e insegurança pública. Nesse contexto, como também é explicado nesses trabalhos, Jair Bolsonaro foi apresentado como um candidato antissistema, com o apoio de uma variedade de atores políticos e sociais com forte presença tanto nas ruas como no mundo online. Ênfase especial foi dada à aliança política entre conservadores no âmbito dos costumes (os apoiadores de Bolsonaro, evangélicos e partes das forças repressoras) de um lado, e liberais no âmbito econômico do outro (representados pela nomeação do ministro da economia Paulo Guedes). Essa fusão liberal-conservadora não é um fenômeno novo, todos os estudiosos concordam, e sim algo que esteve presente em outros contextos, como nos Estados Unidos, que o Brasil pareceu ecoar. No que diz respeito ao fenômeno político e social da Nova Direita, esses trabalhos valiosos, muitos deles teses de doutorado realizadas com todo o devido rigor, criaram uma base robusta de análise sociopolítica.⁹

No entanto, também notei que, em comparação, menos atenção foi dada, ainda que tendo produzido um número substancial de estudos, ao impacto da Nova Direita na cultura brasileira, no mundo das ideias, através do chamado Estado ampliado e seus aparelhos privados de hegemonia, de acordo com a famosa teoria de Gramsci.¹⁰ Isso é curioso porque

8 Por exemplo, ver a avaliação lúcida em Santos 2017.

9 Entre as principais referências estão Velasco e Cruz et al. 2015; Telles 2016; Alonso 2017; Proner et al. 2017; Almeida & Toniol 2018; Solano 2018a, 2018b, 2019a e 2019b; Saad-Filho & Morais 2018; Kalil 2018; Rocha 2018; Rocha et al. 2021; Valle 2018; Damgaard 2018; Santos Jr. 2019; Pinheiro-Machado 2019; Pinheiro-Machado & Freixo 2019; Anderson 2019; Santos et al. 2019; Lerner 2019; Galvão et al. 2019; Cesarino 2019 e 2020; Nobre 2020; e Avritzer 2020.

10 Entre as principais referências estão Ferreira & Botelho 2010; Chaloub & Perlatto 2016; Patschiki 2012; Patschiki et al. 2016; Casimiro 2016 e 2020; Pachá 2019; Puglia 2020; Lynch 2020; Leirner 2020; e Avritzer et al. 2021.

se tornou uma obsessão da Nova Direita reclamar de uma suposta hegemonia do “marxismo cultural” no Brasil, como se nunca houvesse nenhuma promoção das ideias de direita. Alguém poderia até se perguntar se os intelectuais brasileiros não projetam em excesso sua própria posição “progressista” no mundo fora da academia, se esquecendo de uma tradição conservadora centenária. Mais ainda, a Nova Direita pressupõe logicamente uma Velha Direita, que com certeza não foi simplesmente eliminada pela chegada da democracia, assim como a Nova Direita não surgiu do nada de repente. Presume-se que deve ter havido uma continuidade, o que de fato chamou a atenção de alguns estudiosos.¹¹ Tal suspeita fez com que eu me concentrasse em traçar, de forma sistemática, as origens da ideologia que a Nova Direita adotou tão eficazmente e sua continuidade desde o passado remoto – muito mais remoto do que achei que a jornada me levaria quando comecei – até a situação atual.

Este livro perscruta o substrato subjacente das ideias centrais da Nova Direita e o impacto político que elas provocam. Essas ideias fornecem as premissas com as quais um conjunto evidentemente diversificado de atores de variadas nuances concorda, tendo nelas, pode-se dizer, um denominador comum. Eu mostrarei que essa ideologia (no sentido de um conjunto compartilhado de ideias, ideais e crenças) existe como uma tradição poderosa no Brasil e que foi a força motriz por trás de políticas reacionárias (no sentido de impedirem mudanças sociopolíticas) durante a maior parte do século XX. O que transformou a velha direita nessa “nova” direita foi em grande parte a confissão pública da defesa aberta de seus objetivos bastante radicais, baseados de modo firme e estável em seus argumentos ideológicos e inspirados no passado remoto. Esse suposto legado lança uma nova luz no seu sucesso e sugere possíveis explicações para fenômenos um tanto desconcertantes da Nova Direita, que serão abordados nos capítulos seguintes: Por que alguns membros do governo se referem a “cruzadas” e à “salvação do Ocidente”? E outros a um obscuro teórico político chamado “Eric Voegelin”? Por que estão todos extremamente preocupados com o “comunismo”, três décadas após o fim da Guerra Fria? Por que Jair Bolsonaro é católico e foi batizado recentemente como evangélico? Por que a maioria dos youtubers de direita expõe uma bandeira imperial em algum lugar em seus vídeos? O que a Nova Direita quer dizer com “menos Estado, mais Brasil”? Por fim, qual o papel do filósofo Olavo de Carvalho e por que ele e os seus discípulos se referem frequentemente ao pensamento de Tomás de Aquino?

A principal descoberta dessa empreitada foi que a ideologia da Nova Direita parece se basear num núcleo de pensamento, criado ainda no início do século XX, que foi preservado e transmitido através de várias gerações de pensadores numa rede de instituições. Ele tem sido a estrutura recorrente das reações contra qualquer tentativa cíclica de mudança na ordem social do Brasil, mais recentemente contra as reformas introduzidas pelos governos do PT. A partir daí, eu entendi que as ideias da Nova Direita eram na verdade muito velhas.

11 Por exemplo, Pierucci 1987 e Motta 2000.

Mais ainda, descobri que a Nova Direita é acima de tudo uma direita religiosa.¹² A meu ver, um sinal de alerta dessa tendência foi quando o vice-presidente e principal conspirador do impeachment, Michel Temer – sem nenhuma reputação de ser um linha-dura religioso – concluiu seu discurso de posse com as palavras: “O que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país.”¹³ No entanto, diferentemente do que eu esperava, esse substrato religioso revelou-se profundamente influenciado não só pelos evangélicos, mas também pelos católicos com raízes no integrismo (integrismo mesmo, não integralismo) da segunda metade do século XIX. O integrismo teve origem numa reação europeia à suposta decadência de fim de século, com a determinação de provar que só o catolicismo poderia regenerar a sociedade ao “viver a integralidade da fé na totalidade da existência”, e logo se espalhou pelo Brasil no início do século XX.¹⁴ Em comparação, os evangélicos, que hoje parecem estar na linha de frente da Nova Direita, foram os retardatários barulhentos, ainda que muito eficazes na mobilização das massas na década de 2000.

Essa descoberta foi intrigante porque sugeriu uma perspectiva diferente sobre a Nova Direita brasileira. Pelo menos no que concerne aos sintomas da ala bolsonarista, as categorias frequentemente se referem ao “neofascismo” ou “neointegralismo”, este referindo-se à Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932 e liderada por seu principal ideólogo, Plínio Salgado.¹⁵ Enquanto ambas perspectivas indicam características valiosas para sustentar seu argumento, cheguei à conclusão de que a segunda permite uma visão mais precisa das idiosincrasias fascistas do Brasil, dada a conhecida dificuldade em se definir o fascismo e sua assimilação em diferentes contextos.¹⁶ Como já foi demonstrado detalhadamente pela literatura especializada, o integralismo brasileiro da década de 1930 foi uma variante do fascismo, mas foi precisamente uma variante *brasileira*, adaptada às condições socioeconômicas particulares do país, determinadas pela colonização, miscigenação e uma posição periférica no sistema mundial, que diferiam claramente dos contextos europeus.¹⁷ Ainda assim, poderia se contestar aqui, dizendo que hoje não são os neointegralistas – embora eles existam e tenham acabado contribuindo para a ascensão da Nova Direita¹⁸ – que se destacam como protagonistas. Tampouco o neointegralismo é divulgado como sua ideologia unificante. Isso

12 As referências mais próximas da minha abordagem – e pelas quais sou muito grato – são Power 2010; Cowan 2016 e 2021; Silveira 2019; Lacerda 2019; Rocha 2021; além dos trabalhos acadêmicos específicos sobre fundamentalismo católico de Gizele Zanotto e sobre monarquismo de Teresa Malatian.

13 Primeiro discurso do presidente interino Michel Temer em 12 maio 2016, <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica>. Sobre o “impeachment”, ver Freixo & Rodrigues 2016.

14 Antoine 1980 [1972]: 11–12. Sobre a origem do integrismo, veja também Poulat 1969 e 1985.

15 Ver Lynch 2020 e Santos & Regatieri 2020.

16 Ver Payne 1995.

17 Por exemplo, o ainda seminal trabalho de Trindade 1974 assim como Chasin 1978; Cavalari 1999; Bertonha 2014; Doria 2020.

18 Ver Barbosa 2016 e Gonçalves & Caldeira Neto 2020.

pode ser enganoso de alguma forma. Se o integralismo não é capitalizado como uma marca política atraente no contexto do século XXI, por presumir corretamente que a opinião pública predominante o consideraria um capítulo encerrado do passado e talvez até um tabu político, isso não significa que as ideias integralistas não estejam presentes na ideologia da Nova Direita só porque seus representantes não usam camisas verdes.

Portanto, o problema que vejo em se usar o rótulo “neointegralismo” é que as conotações convencionais de integralismo podem evocar supostas incongruências com a Nova Direita. Esse com certeza é o caso quanto ao estilo e a organização políticos. Mas a sensação de incompatibilidade não se mantém numa análise ideológica mais apurada das ideias da Nova Direita. A estrutura ideológica integralista foi inspirada, como demonstrarei em detalhes nos capítulos seguintes, no já mencionado integrismo, que nas décadas de 1920 e 1930 atingiu uma autoridade moral quase hegemônica e uma posição política decisiva para “recristianizar” o Brasil.¹⁹ O integrismo não só precedeu como também incubou o integralismo. Estudos acadêmicos especializados já indicaram a falta de distinção entre os dois movimentos “integradores”, devido à flutuação das pessoas que os compunham. Pode-se até entender o integralismo como uma variante populista do integrismo que só divergia ocasionalmente quanto ao modo de fazer política e a aspectos teológicos menores.²⁰ De fato, é verdade que os integralistas optaram por uma estratégia diferente de mobilização das massas, incluindo a retórica e a simbologia fascistas. Ainda assim, seu principal modelo não era o fascismo italiano, mas os movimentos reacionários católico-monarquistas da Espanha e de Portugal.²¹ Logo, se a ação política integralista era baseada nas ideias integristas e se elas sobreviveram e até hoje são reconhecidas nas análises sobre a Nova Direita como sendo de alguma forma “neointegralistas”, o integrismo ainda importa. Mais que isso, ele deve ser levado em consideração – e talvez até nomeado de acordo com tal relevância – por sua potencial contribuição para o entendimento das raízes profundas e intrinsecamente brasileiras do pensamento da Nova Direita.²² Isso necessariamente traz à discussão o tomismo, principal referência doutrinária do integrismo, e novamente, cem anos depois, a “verdade” a seguir, como ficou claro nas entrevistas que realizei. O tomismo se refere aos escritos do frei dominicano Tomás de Aquino (1225–1274) e à escola filosófica baseada em sua obra principal, *Suma Teológica*, que terá um papel central em todos os capítulos seguintes.²³ Então,

19 Mainwaring 1989 [1986]; Azzi 2003; Cowan 2016.

20 Todaro Williams 1971 e 1974; Deutsch 1999; Trindade 2016.

21 Vasconcelos 1979; Gonçalves 2018.

22 O conceito de neointegrismo é conspícuo por sua ausência nos estudos acadêmicos sobre a Nova Direita. Apenas alguns estudos exploratórios o aplicam para denominar movimentos católicos conservadores (em especial o Opus Dei) que se opõem ao “aborticionismo” e à “ideologia de gênero” na Espanha, América Central e ocasionalmente no Brasil (Steinle 2012; Sagot 2012; Camargo 2018; Paredes 2020; Ramirez 2020). Foi interessante notar que todos eles concluem que esses movimentos neointegristas se mostraram capazes de integrar tanto o liberalismo econômico como o fundamentalismo evangélico na tentativa bem-sucedida de subverter o Estado laico e implementar posições conservadoras cristãs nas políticas públicas, o que confirma a descoberta principal da minha pesquisa.

23 Para um resumo competente dos principais argumentos da *Suma Teológica*, ver Hugon 1998 [1914].

quando Pedro Doria (2020) provocou com muita razão que o integralismo “está em nosso DNA político”, ele está objetivamente certo. Só que a maior parte desses cromossomos é integrista, não “fascista”, como ele supõe.²⁴ Foi esse insight, depois de ter estudado os textos de referência sobre a Nova Direita e discursos atuais por quatro anos, que me fez viajar de novo para o Brasil e entrevistar pessoalmente os representantes de um aparentemente obscuro neointegrismo em suas instituições aparentemente excêntricas, como eu relato no começo desta introdução.

Com este estudo, espero contribuir para uma melhor compreensão da recente mudança da direita no Brasil, revelando a formação contínua do pensamento direitista no Brasil e sua capacidade de integração. Ao se revisitar a tradição, ficará mais claro como, apesar das controvérsias internas e rixas pessoais, a direita brasileira teve a habilidade de incluir integristas católicos, monarquistas, integralistas, nacionalistas, autoritários e liberais de mercado. Como mostrarei em detalhes, esses atores versáteis se associaram às mesmas instituições, publicaram seus textos nos mesmos periódicos e editoras, usavam os mesmos textos de referência – e tudo isso para defender o mesmo núcleo de ideias. Ainda que, por sua própria natureza, seja geralmente uma influência política discreta, essa tradição produziu alguns agentes reacionários com amplo alcance público. Cada qual num período histórico diferente, estimularam e guiaram a implementação política das ideias, e podemos entendê-los como intelectuais orgânicos da classe dominante, mais uma vez no sentido de Gramsci. Entre eles estão algumas das personalidades mencionadas acima, que aparecerão muitas vezes nos próximos capítulos: Plínio Salgado, Plínio Corrêa de Oliveira, assim como o recentemente falecido contemporâneo Olavo de Carvalho, de popularidade incomparável. Com a orientação deles, a direita, tanto a velha como a nova, agiu de comum acordo sempre que o status quo hierárquico parecia estar ameaçado por surtos periódicos de revolta social e “progressismo” intelectual: na década de 1930, no início dos anos 1960, durante a redemocratização nos anos 1980 e especialmente após o divisor de águas da política brasileira, em 2002, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o Mitterrand brasileiro, por assim dizer. A última reação provocou o “impeachment” de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2016 – motivação original da minha pesquisa – e culminou com a conhecida ascensão da Nova Direita brasileira e na eleição de Jair Bolsonaro.

Acontece que o empenho para compreender a ideologia dessa direita contínua, cujo ponto de partida é negar seu caráter ideológico, é um desafio em si mesmo. Meu esforço foi o de estudá-la de acordo com os mesmos padrões de seus próprios representantes e levá-los a sério, em princípio. No entanto, tenho que admitir que muitas vezes a avaliação que eles fazem do estado das coisas e o medo de qualquer mudança lembra de forma espantosa a reação irracional que Georg Lukács descreveu como “menosprezo ao entendimento e à razão, uma glorificação acrítica da intuição, uma epistemologia aristocrática, a rejeição do

24 Doria 2020: 237.

progresso sócio-histórico, a criação de mitos”.²⁵ O que me parece mais importante foi, como Fabio Gentile escreve em seu perspicaz artigo, me familiarizar com um estranho porém específico “corpus de identidades simbólicas, mitológicas e litúrgicas manifestado na forma de redes conceituais e códigos comunicativos”.²⁶ Essa abordagem evita mal-entendidos que tendem a obstruir insights cruciais. Por exemplo, a questão de por que a Nova Direita brasileira representa uma ameaça à democracia precisa ser respondida a partir de uma cautelosa consideração de como esse conceito é definido por eles mesmos: O conhecido liberal Roque Spencer Maciel de Barros e o conservador Ricardo Vélez Rodríguez, ex-ministro da educação de Bolsonaro, preferem o termo “democratismo”. O ex-diplomata José Osvaldo de Meira Penna claramente se distancia do modelo da “democracia totalitária” sueca.²⁷ Todos eles têm como premissa implícita o veredito de Plínio Salgado de que “a democracia só pode existir com a lei de Deus, que fez o homem livre e responsável. Fora disso, é tudo fantasia, é tudo engodo, a iludir multidões inconscientes com a música das palavras sonoras e vazias de sentido”.²⁸ Ou, para dar um exemplo inverso, seria um equívoco *acusar* a Nova Direita brasileira de ser um atraso medieval, antimodernista, por acreditar na superioridade do teocentrismo tradicional sobre o humanismo moderno. O ex-ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, disse não entender se o ex-embaixador Celso Amorim classificou o seu pensamento de “um retorno à Idade Média” como crítica ou elogio.²⁹ Na verdade, o único motivo pelo qual os ideólogos da Nova Direita não aceitariam de bom grado o rótulo de “medievalistas” como elogio é que para muitos deles – especialmente Olavo de Carvalho – a crise da modernidade já começou no fim da Idade Média, quando a unidade inseparável entre a Igreja e o mundo no século XI foi desfeita na concorrência entre dois reinos, com o poder temporal dos reis interferindo cada vez mais no poder espiritual dos padres.³⁰ Ninguém explica isso melhor do que Plínio Corrêa de Oliveira:

Deseja a TFP uma nova Idade Média? Por tudo o que fica dito, a resposta não deixa margem a hesitações. Sem ter sido ela ideal, foi no decurso da Idade Média que a Igreja e a civilização cristã alcançaram historicamente o fastígio de sua influência benfazeja. Se por nova Idade Média se entende uma era em que esse fastígio volte a marcar a vida dos homens e das nações, a TFP a deseja? Sim e não. Sim, porque, sendo católica a inspiração doutrinária do pensamento da entidade, ela não pode deixar de desejar para os homens e as nações os benefícios de toda ordem decorrentes dos ensinamentos da Igreja. Não, se se entender que, nessa matéria, a Idade Média foi um ápice historicamente atingido, mas que esteve bem

25 Lukács 1980 [1954]: 10.

26 Gentile 2018: 94.

27 Barros 1992: 86–87; Vélez Rodríguez 2020: 257; Penna 2019 [1987]: 113.

28 Salgado 1937: 179.

29 Ernesto Araújo, Tweet, 18 nov. 2018, <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/106428306773590016>.

30 Cavalcanti 1994 [1985]: 115–116.

longe de ser o maior ápice atingível. E, em seu amor à Igreja e à civilização cristã, é desse ápice que a TFP faz a meta de todas as suas aspirações e de toda a sua ação.³¹

Creio que um bom diapasão para a leitura deste livro é ter em mente que para um católico integrista ambicioso, a Idade Média não é o suprassumo. Isso pode suscitar a questão de se, afinal, esses protagonistas estariam sempre falando sério. Como mostrarei, não só estão falando sério como são forçados, por um poder superior, a fazê-lo, baseados na convicção total de saberem “a verdade absoluta” que, como Bolsonaro gosta de afirmar com referência a João (8, 32), “liberta”. Eles estão falando sério até mesmo quando dão testemunho de seus próprios traumas em ditaduras, como a repressão pós Segundo Concílio de Trento contra a tradicional Missa Tridentina, que forçou católicos tradicionais a resistirem, tendo que realizar tal culto clandestinamente.³² O principal agente dessa “verdade” era, sem dúvida, Olavo de Carvalho. Sua contribuição à mudança brasileira para a direita é consensual entre estudiosos e entre todos os protagonistas da Nova Direita brasileira com quem falei. Ainda assim, enquanto a maioria dos acadêmicos não leva as ideias dele a sério e foca nos seus instrumentos de propaganda e na recepção, os protagonistas não apenas levam as ideias dele a sério como também sabem – embora permanecendo num silêncio conivente – que ele só está oferecendo um conceito velho numa nova roupagem. Para entender seu sucesso, a meu ver, ambas as perspectivas são necessárias.

Com esse foco, minha abordagem da história das ideias da Nova Direita inclui necessariamente uma perspectiva da teologia política que foi reciclada na década de 1930 pelo jurista alemão (e simpatizante do nazismo, o que não é a questão aqui) Carl Schmitt. Ele justificou o feito argumentando de forma convincente que “todos os conceitos significantes da teoria moderna do Estado são conceitos teológicos secularizados”. Por exemplo, na jurisprudência, “o caso excepcional tem o significado análogo ao do milagre na teologia”.³³ Isso se reconecta de forma proveitosa com uma dimensão que, como efeito da racionalidade e da iluminação, foi de algum modo relativizada, mas nunca deixou de estar no centro do pensamento direitista brasileiro: a certeza da soberania de Deus e da Lei Natural. Como outros também já observaram, essa premissa diz respeito a qualquer aspecto da existência humana, motivo pelo qual – goste-se ou não – a religião inevitavelmente penetra a esfera secular e se torna pública.³⁴ A teologia política nos permite perceber essa semelhança sistemática entre os domínios teológico e político.³⁵ No entanto, não é uma tarefa fácil porque significa estudar cientificamente um domínio da anticiência. Em 1912, Adolf Menzel denunciou em seu artigo “Lei Natural e Sociologia” as ciências sociais como a usurpadora

31 Corrêa de Oliveira 1985: 235–236.

32 Fleichman 2018a: 23.

33 Schmitt 1934 [1922]: 49, minha tradução do alemão.

34 Burity 2018, em referência a Giumbelli 2013.

35 Loland 2020a. Para mais informações sobre o ressurgimento da teologia política, ver Mouffé 1999; Eslin 1999; e Newman 2019.

da Lei Natural que pretende determinar o que é “certo” no reino imanente (Terra) sem nenhuma consideração transcendental (Deus). Como procuro mostrar neste livro, é através dessa abordagem, que não dispensa ideias transcendentais, que se pode compreender a orquestração ideológica funcional do controle ideológico da Nova Direita, com o óbvio efeito mundano de “frear discretamente o trem do progresso”, como o cérebro da TFP, Plínio Corrêa de Oliveira, gostava de dizer.³⁶

As descobertas centrais da minha pesquisa tratam exatamente dessa interseção entre a imanência política e a transcendentalidade religiosa. Primeiro, o fato de que a Nova Direita é muito mais integrada do que as posições, discursos e performances de seus diferentes atores pode sugerir. O termo “integrada” é usado aqui num sentido conceitual: O “integralismo” católico e o chamado “integralismo” fascista foram criados como movimentos abrangentes – até atingirem certos limites políticos – e ambos inserem essa missão unificadora no nome. Além disso, a direita no Brasil sempre teve uma capacidade de absorção impressionante ao se unir contra “o inimigo”, provavelmente porque, devido às assimetrias sociais, há muito em jogo a se perder e ganhar. Isso antecipou a fusão liberal-conservadora, embora o “liberal-conservadorismo”, como a maioria dos representantes da Nova Direita prefere caracterizar seu movimento, só se tornou um rótulo unificador recentemente.

Segundo, minha análise vai indicar o cristianismo como o fundamento e, mais uma vez no Brasil de hoje, a força motriz mais vigorosa da Nova Direita, como principal fiador da ordem social hierárquica. Peter Berger foi profético em 1999 quando apresentou sua famosa tese sobre a dessecularização do mundo, aliás, também com os evangélicos brasileiros em mente. No entanto, meus resultados indicam um protagonismo muito mais forte – ainda que discreto – dentro da direita brasileira, do catolicismo, que por algum motivo é pouco considerado se comparado ao papel intensivamente estudado dos movimentos evangélicos. Esse viés pode ser um vestígio do comprometimento da teologia da libertação com o progressismo, estrategicamente exagerado tanto da parte dos apoiadores como dos adversários, fazendo com que se subestime o peso da longa tradição integrista e sua crescente influência política desde a fundação da república, com o objetivo de estabelecer uma ordem social cristã.³⁷ Para dar só um exemplo, enquanto o teólogo da libertação Hélder Câmara é um ícone (apesar de seu passado integralista), o bispo de Campos, Antônio de Castro Mayer, intensamente influente, quase nunca é lembrado. Porém foi por seu mérito que um vilarejo de integristas irreduzíveis resistiu ainda aos reformadores do Vaticano, continuando a celebrar a missa tridentina, o que fez de Campos, aos olhos dos católicos linha-dura internacionais, a “última diocese católica” do mundo.³⁸

Mesmo que possivelmente sejam uma minoria em números e não percebidos como representativos para o catolicismo brasileiro como um todo, o que fez a diferença foi a

36 Bertrand de Orléans e Bragança, entrevista com o autor, São Paulo, 11 nov. 2020.

37 Antoine 1980 [1972]: 7.

38 Cowan 2021: 55, 58.

“capacidade operacional” dos integristas, de acordo com a autoridade científica em integrismo brasileiro, Charles Antoine, que também profetizou na década de 1970 sua futura importância.³⁹ Seu ressurgimento nos últimos anos demonstra mais uma vez essa habilidade operacional, da qual Dom Bertrand gabou-se com certo desdém quando o entrevistei: enquanto “charlatões” evangélicos mobilizam os eleitores ingênuos a favor da Nova Direita (e, claro, têm mais é que fazê-lo mesmo), os católicos instruem a elite política.⁴⁰ Além disso, o catolicismo integrista criou, a partir disso, uma fascinante base em comum com o liberalismo – que eu chamo de fenômeno da “Mão Invisível de Deus” – antes domínio dos evangélicos. Para evitar qualquer confusão com o catolicismo “progressista”, cuja existência conheço bem, uso a expressão “catolicismo conservador” até em alguns contextos nos quais parece redundante. Embora “integrismo” ou mesmo “neointegrismo” sejam os termos mais apropriados, foram abandonados pelos católicos conservadores desde a década de 1940 devido à proximidade com “integralismo”, e caíram no esquecimento. Por isso, eu os reservo para o catolicismo conservador durante a primeira metade do século XX.

Terceiro, meu rastreamento dessa tradição deixará claro que essas ideias não foram apenas “importadas”, como um reflexo tardio das tendências de direita dos Estados Unidos ou qualquer outro lugar, nem estão “fora do lugar”.⁴¹ Se houve um estímulo de fora, foi o integrismo no fim do século XIX e início do XX, e principalmente inspirado na França, a filha primogênita da Igreja e lar da contrarrevolução, como Plínio Corrêa de Oliveira gostava de exaltar.⁴² Maud Chirio chamou a atenção para uma conexão francesa ignorada semelhante num campo que apenas mencionarei: o pensamento corporativo militar que baseou suas estratégias de guerra contrarrevolucionárias na experiência francesa na Indochina e Argélia e ainda não se inspirando nos Estados Unidos.⁴³ Mas o mais importante é que essas ideias foram desenvolvidas num Brasil com alto grau de autonomia e originalidade. Ainda mais notável é o fato de pensadores brasileiros terem antecipado em muitos aspectos diagnósticos sociais e estratégias de resposta direitistas. Para quem lê *The Theocons*, livro seminal de 2006 sobre o cerco à América secular desde os anos 1980, há pouca novidade: tudo isto vem acontecendo no Brasil desde os anos 1920.⁴⁴ Inclusive, conservadores católicos no Brasil cunharam elementos de pensamento que só depois vieram a se tornar universalmente conhecidos como lugares comuns da direita, por exemplo, nos Estados Unidos. Entre eles está

39 Antoine 1980 [1972]: 117.

40 Bertrand de Orléans e Bragança, entrevista com o autor, São Paulo, 11 nov. 2020.

41 Para a perspectiva sobre “ideias importadas”, ver por exemplo Souza 2019. Para o argumento de “ideias fora do lugar”, ver Schwarz 1992 [1977].

42 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 132. O fascismo francês, do entreguerra, manteve uma aliança inabalável com a igreja católica integrista, uma característica que o aproxima ao movimento correspondente no Brasil. Este fato, bem investigado na França por Tannenbaum 1962, Arnal 1985, Soucy 1986 e 1995, ainda não estimulou investigações mais aprofundadas no Brasil.

43 Chirio 2018 [2009]: 25–29.

44 Linker 2006.

a “defesa da família” e da “moralidade” no combate ao “marxismo cultural” através de uma “guerra cultural” invertida. A guerra cultural brasileira contra a modernização começou no início do século XX e não precisou de nenhuma receita italiana. O fato de que a Nova Direita agora declara que Gramsci é o representante ideológico de seu bem-sucedido inimigo não diminui sua própria habilidade de usar, como proto-gramscianos, sua própria tradição de ideias como munição para uma política persuasiva e reter o poder herdado. Tudo isso já tinha sido elaborado na teoria contrarrevolucionária integrista e integralista na década de 1930, elaborada através da ação anticomunista católica. Quando se começou a debater sobre a “guerra cultural” e o “marxismo cultural” no Norte na década de 1990, como comunismo substituto após a Queda do Muro de Berlim, o respectivo cânon no Brasil (que sempre dependeu de um comunismo substituto) já estava consolidado com ideias perfeitamente bem encaixadas.⁴⁵ O recente boom editorial de livros liberal-conservadores no Brasil tem antecedentes – a maioria das ideias relevantes foi publicada no Brasil por pensadores nativos por quase um século. A “direita intransigente” não é apenas importada, mas também um produto nacional e, como Benjamin Cowan mostrou em seu livro recente, até mesmo qualificada para exportação.⁴⁶

Por fim, este livro de certa forma acrescenta a necessária segunda parte da pesquisa que concluí há uma década. Na minha monografia *A Ideia do Brasil*, publicada em alemão, eu exploro as diferenças profundas na idealização do “Brasil” enquanto comunidade imaginada e suas implicações no processo histórico do país em contraste com a América Hispânica, terminando minha análise na Primeira República, em que havia a expectativa de “modernização” e “americanização” do Império. O significado mais profundo dessa história é indispensável para se entender a força do pensamento monárquico no Brasil até hoje. Quando Bernardo Ricupero apresenta, em seu artigo – brilhante, exceto por este detalhe – a questão de como ser conservador num país emancipado do passado colonial e faz referência a *El pensamiento latino-americano*, de Leopoldo Zea (1965), ele deixa de notar a relevância de uma fundamental peculiaridade brasileira. Diferentemente das repúblicas hispano-americanas, não houve ruptura com os ancestrais europeus que pusesse uma tábula rasa diante dos pais fundadores, incitando-os a reinventar a nação. O Brasil tem sido há séculos a tela de projeção de um “Quinto Império” para salvar o Ocidente e levar o cristianismo à sua completude. A transferência da Coroa de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808 não permitiu apenas uma independência como império monárquico, mas também concedeu ao país um legado de laços orgânicos com a Europa que é exclusivo no Novo Mundo, e do que sentem falta alguns conservadores dos EUA, como Ricupero observa com precisão.⁴⁷ Afinal, a verdadeira continuidade de uma tradição requer a presença dos mortos, como

45 Ver, por exemplo, o livro fundador e um tanto tardio nos EUA, *Culture Wars: The Struggle to Define America* (Hunter 1991).

46 Cowan 2021: 8.

47 Ricupero 2010: 76, 78, nota de rodapé 4. Nash (2006 [1976]: 302) explica como conservadores nos EUA investiram pesado na criação de uma filosofia transatlântica de uma “Europa americana”.

prescreveu o pai do conservadorismo moderno, Edmund Burke. Ainda que os ancestrais lusitanos estejam separados por um oceano, o legado do Reino de Portugal – incluindo dois imperadores sepultados em terras brasileiras, embora um sem o coração, como ficamos sabendo em 2022 – estabeleceu raízes profundas no Brasil, e para alguns isso faz uma diferença essencial, como podemos ler no primeiro número do jornal *Convivium*, de 1962: “O Brasil não é uma realidade surgida espontaneamente, sem ligação nenhuma com um passado plasmador. [...] Não pertencemos apenas ao Ocidente. Nós o constituímos. [...] O Brasil possui um passado histórico e cultural e não pode dele desligar-se nem deixar de ser o que é.”⁴⁸ É imprescindível entender que a busca da Nova Direita pela restauração de um ideal de “Brasil” ameaçado se fundamenta na existência de um singular mito fundador cristão-monárquico.

O título original deste livro, *Brasil, País do Passado*, evidentemente dialogava com uma tradição centenária de afirmação e questionamento do clichê “Brasil, país do futuro”.⁴⁹ Minha intenção não era negar um futuro promissor para o Brasil, qualquer que venha a ser ele, mas mostrar que a visão da Nova Direita para o país recorre a um passado ilusório, obstruindo deliberadamente, portanto, qualquer possibilidade de presente promissor para a maioria dos *brasileiros*. Para a tradução que se dirige a um público amplamente familiarizado com este discurso e fenômeno, preferi outro título, *Conservadorismo Brasileiro*, com o qual pretendo convidar a uma reflexão sobre as – não tão evidentes – particularidades e implicações do conservadorismo “tipo brasileiro” e sobre a dificuldade de aplicar os rótulos de orientação política, esquerda versus direita, no contexto brasileiro em geral, uma questão abordada na conclusão.

Os capítulos que se seguem são em sua maior parte sobre a história das ideias e, portanto, menos relativos à crônica das disputas políticas ou às análises de processos sociais, para as quais há uma série de textos brilhantes disponíveis. No entanto, tais aspectos estarão sempre presentes em segundo plano. No que se refere à estrutura dos capítulos, minha ideia inicial foi evitar uma ordem cronológica e concentrar em cada expressão da direita separadamente – conservadores, católicos e evangélicos fundamentalistas, liberais, monarquistas, integralistas, assim como militares e outros autoritários. Esse plano se mostrou impraticável, devido ao íntimo entrelaçamento dessas tendências, tanto no que concerne às ideias quanto

48 Crippa 1962: 8–9.

49 No título original há duas referências: Principal e obviamente, o famoso livro de Stefan Zweig, *Brasil, um país do futuro*, de 1941, escrito em seu exílio brasileiro depois de escapar da Europa dominada pela guerra e da perseguição nazista, reproduzindo de modo um tanto inocente a narrativa nacional de um país promissor (que discuto no capítulo dois). Mas também o volume *Brasil, país do passado?*, editado meio século depois por alguns de meus professores do Instituto de Estudos Latino-Americanos na Universidade Livre de Berlim (Chiappini et al. 2000). Agora, fazendo um diagnóstico temporal, vinte anos depois, o tímido ponto de interrogação no título parece insustentável.

às ações, em todos os momentos, e até mesmo às múltiplas identidades de seus protagonistas. Assim, seguirei uma cronologia de modo geral, tendo como referência uma periodização padrão simplificada: a República Velha (1889–1930); o Estado Novo e suas condições prévias (1930–1945); o Período de Intervalo Democrático, frequentemente denominado República “Populista”, até o golpe de 1964; os governos civis–militares até 1985; a redemocratização e a Nova República, que para muitos estudiosos já terminou com o “impeachment” de Dilma Rousseff em 2016. Ainda assim, a conjuntura da direita nem sempre corresponde a esses períodos enfatizados pela estrutura dos capítulos.

O primeiro capítulo estabelece a base indispensável para a análise posterior ao introduzir os conceitos centrais de “conservadorismo”, “liberalismo”, “autoritarismo”, “direita” e “Nova Direita”, e discute sua aplicabilidade e os limites da distinção entre eles *nos contextos brasileiros*. O segundo traz uma versão resumida e atualizada do meu livro sobre a “Ideia de Brasil”, a experiência histórica de construção da nação através do monarquismo, que considero fundamental para o entendimento da direita brasileira. O terceiro capítulo explora a introdução do integrismo no Brasil e a campanha de recristianização, que levou os integristas ao poder indireto no governo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Também discute sua relação competitiva com o integralismo, o qual analiso menos como um movimento “fascista” do que uma variante populista do integrismo. No quarto capítulo, identifico a reação ao reformismo social na década de 1950 e o envolvimento da direita na ditadura civil–militar. O quinto capítulo trata da ascensão do liberalismo e do (neo)pentecostalismo durante a década de 1980, substituindo os atores anteriores num momento de grande descrédito para a velha direita, e sua influência política na redemocratização. O capítulo seis foca na figura central do renascimento das ideias direitistas no Brasil e posteriormente principal ideólogo do governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho. O capítulo sete explica como a influência dele foi decisiva para a reação à incipiente mudança política e social, com as eleições de 2002 simbolizando uma grande ameaça à “ordem” no Brasil. O capítulo oito finalmente retrata como essas dinâmicas tomaram a forma de uma “Nova Direita” e como o “liberal–conservadorismo” é seu elemento integrante, seguido por uma conclusão em que retorno às minhas perguntas originais e arrisco um prognóstico.

Em minha pesquisa, eu me concentrei nas fontes primárias pertinentes, as quais consumi – de acordo com minha esposa – em quantidades temerárias; uma dedicação incomum, possível graças a uma licença para pesquisa mais longa concedida pelo meu departamento na Universidade de Copenhagen. Eu certamente só toquei a superfície dessas fontes para entendê-las em sua função de formular as ideias das quais a direita brasileira lança mão. Não pretendo discutir o conteúdo filosófico e teológico, uma vez que estou interessado em avaliar a relevância dessas ideias para os processos sociais e políticos. Para melhor entender a interpretação e as aplicações de tais ideias, além de me basear na literatura secundária especializada, realizei entrevistas com alguns dos principais representantes dessas ideias no Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, no Instituto Imperial, na Fundação Casa Imperial e na Associação Pró–Monarquia em São Paulo, assim como no Centro Dom Bosco e – por razões mais históricas – no Centro Dom Vital no Rio de Janeiro. Sou profundamente grato

aos senhores Frederico Viotti, Bertrand de Orléans e Bragança, Jean Tamazato, José Carlos Sepúlveda da Fonseca, Pedro Affonseca, Álvaro Mendes, além de Carlos Frederico Gurgel Silveira e Jefferson Alves por me receberem pessoalmente durante tempos de pandemia e por abrirem meus olhos e minha mente para a contemporaneidade de seu pensamento.

O argumento do livro não teria tomado sua forma final sem os muitos comentários críticos de meus colegas durante os últimos anos, especialmente, ainda que não exclusivamente, os de Jorge Chaloub, Leonardo Puglia, Esther Solano, Maud Chirio, Ben Cowan, Bruno Deusdará, Poliana Coeli, Marcelo Moraes Caetano, Rui Rothe-Neves, Ana Vera, Karl Erik Schøllhammer, Mark Sedgwick, Einar Braathen, Ole Jakob Løland, Andrés Rivarola Puntigliano, Juan Pro, Derek Pardue, Georg Fischer, Thaís Machado Borges e Mônica Raisa Schpun. Agradeço também Marco Etmanski, José Szwako e Ricardo Pagliuso Regatieri por aceitarem atuar como críticos do manuscrito e primeiros leitores, assim como Ludimila Hashimoto, por tê-lo revisado e vertido para o português, e a Flávio Righi Marco por ter revisado a tradução. Naturalmente, sou responsável por quaisquer erros remanescentes. Por fim, sou grato a Olavo de Carvalho que não chegou a comentar publicamente a versão original em inglês, publicada dois meses antes do seu falecimento, mas que compartilhou suas opiniões sobre outra de minhas publicações acerca do seu protagonismo como pensador chave da direita radical.⁵⁰ Desses comentários, este livro se beneficiou em grande medida. Acima de tudo, agradeço à minha família por sua tolerância e apoio durante esses anos.

Quando este livro foi revisado e vertido para o português, uma maioria ténue dos brasileiros já tinha decidido de não reeleger o governo Bolsonaro. Na hora de fazer a pesquisa e escrever este livro, isso era apenas uma hipótese bastante incerta. Entretanto, acredito com muita firmeza que a nova mudança política torna o meu argumento mais importante ainda: a Nova Direita brasileira saiu do governo fortalecida e com todo o potencial de voltar para concluir o seu projeto. A única chance para decidir conscientemente e democraticamente em favor ou em contra a esse projeto é compreendê-lo, no que concerne as suas origens algo veladas, nos seus objetivos sugestivos e nas suas devidas implicações bastante drásticas. Espero que este livro faça uma pequena contribuição a esta nobre tarefa.

Copenhague, primavera boreal de 2023

50 Wink 2024.

1 Distinções Difusas

*Eles transformaram a liberdade no cavalo de troia da desigualdade,
e a desigualdade no cavalo de troia da submissão.
Os homens são naturalmente desiguais, eles argumentam.
A liberdade significa a possibilidade de desenvolverem dons desiguais.
Uma sociedade livre tem que ser uma sociedade desigual,
composta por particulares radicalmente distintos,
hierarquicamente dispostos.
Corey Robin¹*

No Brasil, “conservadorismo” e “liberalismo” são comumente definidos como as ideologias e forças políticas opostas aos projetos progressistas e de tendência esquerdista de reforma da sociedade através do governo. A prática política confirma esta oposição, embora em tese poderia ser diferente. O conservadorismo alega preservar as estruturas herdadas da sociedade como um mecanismo orgânico genuinamente bom, com ênfase na tradição, na continuidade e na estabilidade. O liberalismo afirma estar abertos para a melhoria dessas estruturas através da liberação dos indivíduos da coerção que potencialmente reprime a liberdade pessoal. O famoso pensador liberal Friedrich August Hayek difundiu esses posicionamentos na forma de um triângulo de ideologias, com um ângulo reservado para cada uma: conservadoras, liberais e socialistas.² Esse triângulo certamente representa um ideal e talvez até descreva razoavelmente cenários políticos específicos, tais como o dos Estados Unidos. Quando aplicado aos movimentos liberais e conservadores no Brasil, no entanto, o triângulo não corresponde a posições e ações reais. Não apenas porque as ideias parecem circular entre essas duas tendências, mas seus representantes também o fazem e apoiam uns aos outros na ação política. Como ficará claro nos capítulos seguintes, é difícil distinguir conservadorismo e liberalismo do modo como se posicionam no contexto brasileiro das estruturas sociais coloniais herdadas. Ambos se manifestam acima de tudo como atitudes reacionárias, em oposição a qualquer mudança na ordem social. Seu objetivo comum é prevenir e combater qualquer “ataque ideológico de um grupo social, seja antevendo uma nova era ou representando os interesses de grupos sociais em ascensão”, como até mesmo Paulo Mercadante (1923–2013), talvez o mais importante pensador conservador contem-

1 Robin 2011: 102.

2 Hayek 2011 [1960]: 398. A República da Áustria decretou por lei, em 1919, a abolição da nobreza, o que determinou a supressão de todos os títulos de nobreza de uso público e privado, como, por exemplo, no nome Friedrich August von Hayek. Obedeço a essa lei, ainda em vigor, embora a prática comum internacional seja diferente.

porâneo do Brasil, reconhece francamente.³ Consequentemente, conservadores e liberais brasileiros são definidos sobretudo como opostos aos que declaram promover a mudança, comumente entendidos como a “esquerda”, o que torna natural entendê-los como de alguma forma pertencentes à direita. Isso transforma o Triângulo de Hayek numa figura bipolar. Ainda assim, as diferentes tradições de pensamento constituem referências distinguíveis no cenário ideológico brasileiro, o que torna indispensável o escrutínio desses conceitos como a base para examinar sua relação nebulosa.

Conservadorismo Lato Sensu

A maioria das tentativas de se definir o conservadorismo parte dos próprios pensadores da ideologia. No entanto, eles o fazem de modo hesitante porque em sua própria visão não há muito o que esclarecer a respeito do que é simplesmente “normal”. Consequentemente, os conservadores estruturam seu enfoque da realidade como uma simples contemplação da “normalidade” herdada e naturalmente fixa que é incorporada na sabedoria histórica, no conhecimento popular e no pragmatismo político. Como Michael Oakeshott escreveu em seu famoso ensaio sob o título pedagógico “On Being Conservative” (1956)⁴, o conservadorismo é uma “disposição”, não um credo ou doutrina. Outros o chamaram de um “hábito da mente”, um “modo de sentir”, ou um “modo de viver”.⁵ Conservadores deduzem uma “verdade” normativa imutável dessa “normalidade”, o que os leva a uma oposição natural a todos aqueles que não aceitam essa “verdade” e a relativizam ao analisá-la como a justificativa de um status quo particular dentro do processo histórico. Os intelectuais foram predestinados a serem o principal inimigo, pois perceberam o caráter de constructo da “normalidade” conservadora, mas também estimularam a busca por outras normalidades e estudaram as suas consequências. William Buckley antecipou em 1951 o anti-intelectualismo conservador ao contrastar um grupo de universitários “ideologicamente comprometido e elitista” com uma maioria não universitária, “realista, pragmática”.⁶

Em 1980, um conservador bastante intelectualizado, Roger Scruton, diagnosticou como um problema essa vagueza teórica do pensamento conservador, preocupado com razão que isso poderia levar a uma perda de interesse intelectual. De alguma forma, ainda que relutante, ele mesmo se empenhou em finalmente criar uma teoria conservadora. Ele via essa empreitada como um desvio: criar uma descrição adicional de um sistema de crenças que normalmente se expressa diretamente e de forma não problemática através da “realidade”. Ainda assim, a pressão sobre os políticos conservadores para explicarem o óbvio fez

3 Mercadante 1980 [1965]: 227.

4 Tradução literal: “Sobre Ser Conservador”, publicado no Brasil (2ª edição 2020) com o título “Conservadorismo”.

5 Oakeshott 1962: 168; White 1950.

6 Buckley 1951.

com que fosse necessário, escreve ele, fornecer a eles conceitos para que definissem e defendessem melhor suas posições.⁷ Isso, é claro, se trata de um exagero que não se sustenta diante da longa tradição de escrita conservadora à qual Scruton tem, surpreendentemente, pouco a acrescentar. Ainda assim, constitui uma análise válida da inquietude ou mesmo relutância autodeclaradas dos conservadores para teorizarem sua percepção da realidade. Mas para quê, alguém poderia contestar, se ela já está investida de “verdade”. Do lado brasileiro, Mercadante também não parece inteiramente feliz com a posição epistemológica conservadora:

Em geral, não contém a mentalidade conservadora, por si própria, predisposição teorizante. [...] As reações conservadoras diante dos fatores imanes e situações determinadas consistiram em atitudes habituais, e nesta situação o pensamento tranquilamente aceita o existente, como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo.⁸

Quem de fato sistematizou o conservadorismo como ideologia foi Karl Mannheim em sua obra seminal sobre o pensamento conservador⁹, em duas versões, de 1925 e 1927, que a meu ver ainda é uma análise válida. Seu ponto de partida é a ênfase conservadora no prático-concreto, a experiência imediata do “caso real” factual, e a desconfiança crônica diante as “estruturas” invisíveis abstratas e a especulação sobre outras realidades “potenciais”. Mannheim chama a isso de *Seinsprimat* (a primazia do ser) acima de *Denkprimat* (a primazia do pensamento), o que significa que o conservadorismo prefere inferir conhecimento através da indução da realidade e não através da dedução a partir do princípio do que é e poderia ser a realidade. Sob essa primazia, o único modo conservador legítimo de melhorar a realidade seria trocando um fato concreto por outro, como alguém que olha para uma casa de todos os ângulos e encontra um detalhe para melhorar, em vez de repensar e reprojeter a configuração da casa, conforme a analogia de Mannheim.¹⁰

Robert Nisbet escreveu que os conservadores consideram o presente o último ponto alcançado pelo passado e portanto não têm interesse em levantar hipóteses sobre o futuro (na verdade, eles o fazem, especialmente no que diz respeito a futuros distópicos, mas isso

7 Scruton 2001 [1980]: xii, 2, 9–10.

8 Mercadante 1980 [1965]: 227.

9 Mannheim 1984 [1925/1927] é a única edição completa, incluindo o manuscrito da sua tese de livre-docência de 1925 “*Altkonservatismus: Ein Beitrag zur Soziologie des Wissens*” (em tradução livre, “Conservadorismo antigo: uma contribuição à sociologia do conhecimento”) e a publicação posterior, de 1927, reduzida pela metade, *Das konservative Denken: soziologische Beiträge zum Werden des politisch-historischen Denkens in Deutschland* (em tradução livre, “O pensamento conservador: contribuições à formação do pensamento político-histórico na Alemanha”) que foi a base para as traduções. As circunstâncias pessoais e profissionais de Mannheim à época explicam o cautelosíssimo – para um admirador de György Lukács – tratamento que deu às implicações políticas óbvias de sua análise, o que tornou seu argumento curiosamente apropriado para conservadores.

10 Mannheim 1984 [1925/1927]: 111, 119, 121.

será discutido depois).¹¹ Somente “ideólogos” inventaram pensamentos “abstratos”, “racionalistas” ou até “utópicos” sobre outros mundos possíveis, incluindo configuração de casas que então forçaram os conservadores a refletir e explicar sua própria “normalidade”. Nesse sentido, o conservadorismo é teorizado corretamente como reacionário. Historicamente o primeiro tratado do conservadorismo, *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790), de Edmund Burke, foi uma reação ao que era claramente, até então, a maior ameaça à normalidade: a destruição de “todas essas conexões, naturais e civis, que regulam e mantêm coesa a comunidade por meio de uma cadeia de subordinação” combinada com a tentativa revolucionária de “incitar soldados contra seus superiores; criados contra seus mestres; comerciantes contra seus clientes; artífices contra seus empregadores; inquilinos contra senhorios; vigários contra bispos; e filhos contra os pais”.¹² O que o irlandês católico Burke preferiu dizer nas entrelinhas,¹³ foi enfatizado pelo livro que complementou a reação dele: *Teoria do poder político e religioso* (1796) do teocrata Louis de Bonald. Em três volumes, o autor justifica a “normalidade”, argumentando que ela é baseada na Lei Natural no sentido defendido na *Suma Teológica* de Tomás de Aquino. A soberania reside somente em Deus, que delegou poder à Família, Igreja e ao Estado apenas, e com competências claramente separadas.¹⁴

Se a primeira reação do conservadorismo foi a defesa da ordem, sua legitimidade só pode ser justificada por um agente sublime dessa ordem, seja ele o emanado pela razão misteriosa de Deus ou apenas seu efeito em forma de tradição. Esses argumento é a base do pensamento conservador, ainda que nem sempre explícita em sua dimensão teológica, como foi feito novamente por Leo Strauss nos anos 1950.¹⁵ A questão é que essa premissa necessária deslegitima por si só todas as outras legitimações, como as reivindicadas enquanto “direitos naturais” revolucionários ou pela “lei positivista”. Muitos dos pensadores conservadores mencionados neste capítulo eram católicos, vários deles até radicais. Alguns destes não apenas aceitavam convenientemente a verdade absoluta por trás da Lei Natural como também que ela é determinada por textos sagrados e portanto infalíveis.¹⁶ Esse fundamentalismo permaneceu inalterado diante das relativizações da Palavra de Deus a partir da sua historicidade e das diferentes formas literárias da Bíblia, conforme admitiu a Pontifícia Comissão Bíblica sob Paulo VI em 1964.¹⁷ Ainda que com divergências sobre argumentos

11 Nisbet 2008 [1986]: 40.

12 Burke 1792 [1790]: 12.

13 Sobre a dimensão católica do pensamento de Burke, ver Stanlis 2003 [1958].

14 Bonald 1843 [1796].

15 Gottfried 2011. Ver por exemplo Strauss 1953: 183.

16 O fundamentalismo como conceito foi cunhado originalmente para os protestantes ortodoxos que dividiram a Bíblia em ensaios publicados entre 1910 e 1915, reunidos em *The Fundamentals: A Testimony To The Truth*. Ainda assim, se aplica perfeitamente à crença católica na doutrina da Igreja (Sousa 2020: 80). Sobre o fundamentalismo brasileiro moderno, ver Burity (2018: 43).

17 Brown 1984: 311–326.

teológicos, existe consenso quanto a essa premissa e a necessidade de se conciliar dogmas cristãos com o Estado.¹⁸ O motivo é apresentado de modo bastante franco por Scruton:

É claro que a atividade política pode ser independente da existência de Deus, e independente da vontade de Deus; mas não é independente da crença em Deus. É a posse dessa crença que possibilita às pessoas direcionarem suas insatisfações mais poderosas para longe da esperança nociva de mudar as coisas, e para uma esperança mais pacífica de um dia se redimir da necessidade de fazê-lo.¹⁹

Uma implicação importante da legitimação religiosa do conservadorismo é que ela ajuda de modo conveniente a se evitar a questão da desigualdade, seu calcanhar de Aquiles. Se devido ao pecado original o homem era mau e necessitava de redenção, isso permitia refutar a ideia progressista de que “o homem é bom por natureza, e portanto capaz de perfeição indefinida [...] atingida através da tecnologia, ciência, política, reforma social, educação”.²⁰ O reconhecimento da imperfeição humana sustenta a ideia da desigualdade humana – pessoas nascidas iguais mas diferentes em suas habilidades e oportunidades (no sentido de Aristóteles) – o que remove qualquer necessidade de justiça social. Dado que então a riqueza foi considerada equivalente a se nascer “com mais beleza ou mais inteligência”²¹, qualquer interferência seria uma violação da justiça natural. Mannheim chamou essa perspectiva de “conservadora-romântica”: todos tinham a liberdade de desenvolver talentos desiguais dentro de estruturas desiguais.²² Assim, a liberdade conservadora é definida como um privilégio predeterminado. Nenhuma sociedade pode ser criada através de um contrato social que desautorizadamente “privilegia os vivos e seu interesse imediato acima das gerações passadas e futuras”.²³ Tampouco seus membros podem usufruir dos Direitos Humanos “abstratos, universais, igualitários” mencionados, a menos que estejam vinculados a uma origem concreta, aliança ou obrigação existentes. Por exemplo, sob essas premissas, o bem-estar só pode ser concedido como caridade. Da mesma forma, o poder político só pode ser concedido como privilégio. Somente reconhecido nesses termos confere autoridade que, na visão de mundo conservadora, é a substância de todas as formas de relacionamento.²⁴ Para os conservadores, as desigualdades geraram organicamente uma sociedade hierárquica, análoga a um organismo vivo, cujos órgãos especializados têm papéis específicos, do mais básico ao mais nobre.²⁵ A metáfora favorita para esse organismo era a fortaleza da família

18 Nisbet 1970: 75–76.

19 Scruton 2001 [1980]: 158.

20 Chambers 1952: 506.

21 Scruton 2001 [1980]: 80.

22 Mannheim 1984 [1925/1927]: 114–115.

23 Scruton 2001 [1980]: 47.

24 Kirk 2008 [1953]: 52.

25 Oakeshott 1962: 11.

“natural”, ao mesmo tempo modelo para a organização simbólica e prática da sociedade em corporações (como associações privadas), governada por relações naturais, não contratuais. Essa construção de uma sociedade ideal como família estendida forneceu autoridade moral para a defesa da tradição contra qualquer subversão gnóstica, niilista ou contracultural.²⁶

Até hoje, um grande cânone da escrita conservadora tenta justificar reiteradas vezes a norma do privilégio e da desigualdade.²⁷ Esses autores acrescentaram especificações aos argumentos (os quais Burke e Bonald provavelmente deixaram passar despercebidos na época) e se esforçaram para obter a aceitação de sua validade à luz da modernização que crescia no século XX. Eles preservam e se baseiam no que chamo de núcleo conservador que sobreviveu enquanto quintessência incontestável, também ou especialmente no Brasil.²⁸ O Burke Instituto Conservador tem o mérito de ter tentado resumir esse núcleo no panfleto *O mínimo que você precisa saber sobre conservadorismo*, título no estilo do best-seller de Olavo de Carvalho.²⁹ A resistência contra a destruição da normalidade herdada luta em muitas frentes, desde que haja ameaça de corrosão do status quo com consequências fatais.³⁰ O inimigo pode aparecer não apenas como comunista, socialista ou revolucionário mas também como estadista do New Deal e social democrata. Para Olavo de Carvalho, todos aqueles que são suspeitos de qualquer ameaça contra a ordem existente equivalem a comunistas, motivo pelo qual não faz nenhuma diferença se o único rótulo que ele aceita para si é o de “anticomunista”. A frequente definição ambígua da doutrina conservadora permite que se crie meios de resistência em resposta a qualquer ameaça hoje. Ainda assim, seu alvo principal consiste nos herdeiros perfeitamente adaptados do comunismo e até os mais bem enquadrados herdeiros do pós-Guerra Fria, os defensores do “Marxismo cultural”,

26 Kristol 1995: 103, 438; Gottfried & Fleming 1988: x.

27 O cânone conservador se baseia numa tradição milenar do pensamento filosófico da qual os gênios mais frequentemente citados são Platão, Aristóteles, Agostinho, Tomás de Aquino, John Locke, Mandeville, David Hume, Adam Smith e Alexis de Tocqueville, para mencionar apenas os principais. Entre os livros mais influentes estão *O Caminho da servidão*, de Friedrich Hayek (1944); *As Ideias têm Consequências*, de Richard Weaver (1948); *Testemunha*, de Whittaker Chamber (1953); *Direito Natural e História*, de Leo Strauss (1953); *A Mentalidade Conservadora: de Burke a Eliot*, de Russell Kirk (1953); *A Busca pela Comunidade* (1953), de Robert Nisbet; *Racionalismo na Política*, de Michael Oakeshott (1962); *O que é Conservadorismo*, de Roger Scruton (1980); *O Movimento Conservador*, de Paul Gottfried & Thomas Fleming (1988); e *Neoconservadorismo: A autobiografia de uma ideia*, de Irving Kristol (1995). A maioria desses autores é anglo-saxã, muitos de origem alemã, e pertencente à chamada “Velha Direita Americana”, com repercussão entre os chamados paleoconservadores. O movimento neoconservador e a “Nova Direita” que surgiram nos anos 1970 apresentam características algo diferentes e divergem em detalhes, especialmente quanto à religiosidade, o papel do Estado e a conciliação pragmática com a modernidade, mas ainda concordam com os principais princípios conservadores. Para uma visão ampla, ver Nash 2006 [1976]; Gottfried & Fleming 1988; e Frohnen et al. 2006. Certamente há mais autores, também escrevendo em outras línguas, que contribuíram para moldar o conservadorismo, mas pela concisão e com o propósito de apresentar o núcleo conservador, decidi não os trazer aqui e fazer referência a eles sempre que necessário no curso da minha análise.

28 Nisbet 2008 [1986].

29 Burke Instituto Conservador s.d.

30 Hayek 2010 [1944]; Weaver 1948.

do “multiculturalismo”, do “feminismo”, da “ideologia de gênero” e do “politicamente correto”.³¹

Isso sugere mais uma vez que o pensamento conservador é moldado por aquilo que ele é contra. Mas a ideologia como um todo é realmente voltada para “o desejo de conservar”, como na definição frouxa de Scruton?³² Mannheim distingue “conservadorismo natural” (no sentido de tradicionalismo ou normose³³) como um conceito genérico-sociológico por um lado do conservadorismo como conceito histórico-sociológico vinculado à modernidade do outro lado. Enquanto o primeiro é um impulso comum da psique humana de preservação e desconfiança diante das mudanças, o segundo indica uma ação dentro do contexto estrutural de tempo e espaço que está se modificando. O conservadorismo como tal é propositado, político e moderno. Mannheim acrescenta mais um pensamento interessante: O porto seguro conservador aceita a realidade como intrinsecamente irracional, sem nenhum princípio geral válido para todos os indivíduos nem aplicável em todos os contextos, e o único caminho possível até os fatos é a indução. Obviamente, essa abordagem antissistêmica impede a percepção do próprio contrassistema de Lei Natural que nunca é questionado enquanto única fonte de legitimação. No entanto, não deixa de ser um sistema, ainda que familiarizado e baseado numa tradição intimidadora.³⁴ Surge a suspeita de que o que está em jogo não é ser realista e prático (conservadores) ou alienado em abstrações (progressistas), nem as mudanças em si, mas o risco de privação pessoal que a mudança implica. Se a mudança promete uma melhora para os privilegiados, pode haver uma boa razão para se abrir mão do “bom conhecido” pelo “melhor desconhecido” e até mesmo um conservador pode se adaptar à mudança. Não se trata, portanto, de tradição ou Lei Natural. O que faz a diferença é o destino do benefício. Afinal, o interesse de alguém que tem a “propensão de usar e usufruir do que está disponível” e “que tem uma consciência aguçada de ter algo a perder e que aprendeu a cuidar do que tem” é necessariamente diferente de outro que tem uma consciência aguçada de não ter nada a perder e nem sequer teve a chance de aprender a cuidar de uma fortuna inexistente.³⁵

A famosa e um tanto romântica definição de Oakeshott soa persuasiva somente se a abstrairmos da condição social essencial que permite a alguém ser conservador, o que é disfarçado de modo engenhoso pela narrativa:

Ser conservador, então, é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o que foi tentado ao que não foi, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao desenfreado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, o riso presente à felicidade utópica. As relações e lealdades familiares serão

31 Kristol 1995: 484.

32 Scruton 2001 [1980]: 10.

33 Veja Caetano 2020.

34 Mannheim 1984 [1925/1927]: 92–96, 119, 128, 132–134.

35 Oakeshott 1962: 170–172, 168–169.

preferidas à sedução de vínculos mais rentáveis; adquirir e ampliar será menos importante do que manter, cultivar e usufruir; a dor da perda será mais aguda do que a animação com a novidade ou da promessa. É ser igual à sua própria fortuna, viver no nível de seus próprios meios, estar contente com a falta de maior perfeição, a qual pertence do mesmo modo a si e a suas circunstâncias.³⁶

Focando na função prática do conservadorismo, Corey Robin redefiniu a ideologia em termos muito diferentes do privado apolítico que acaba se tornando mero reacionarismo de autodefesa: como estratégia proativa, com base teórica, de mudar para permanecer o mesmo. Seu impacto principal é de disfarçar as intenções, recalibrando ideias em cenários democráticos e até adotando uma retórica com traços daquilo que, em princípio, são contra. Igualmente, a própria vitimização estilizada cumpre uma função velada de distrair a atenção do fato de que as supostas vítimas estão em posição de poder. Isso fica claro toda vez que conservadores, sob pressão, tiveram que garantir o apoio das massas. Conforme Robin observa e explana com minúcia em seu livro, “o populismo reacionário perpassa todo o discurso conservador desde o início”. Esse populismo às avessas, com os que estão mais embaixo se vendo projetados nos que estão mais no alto, é a principal precaução dos conservadores contra “a ação das classes subordinadas”.³⁷ Recentemente, o comentarista político indiano-americano de direita Dinesh D’Souza alertou: se a sociedade existente fosse inerentemente hostil às crenças conservadoras, seria “tolice um conservador tentar conservar essa cultura. Em vez disso, ele tem que tratar de enfraquecê-la, impedir seu avanço, destruí-la na raiz. Isso significa que o conservador tem que [...] ser filosoficamente conservador, mas radical no temperamento”.³⁸ Tanto a objeção de Robin como a de D’Souza são de grande relevância se pensarmos no papel do conservadorismo no contexto brasileiro, determinado por uma estrutura social criada através da colonização, baseada numa economia escravagista, com necessidade de controle autoritário, e até hoje com efeitos marcantes nas assimetrias de poder e desigualdade de classe, raça e gênero.³⁹ Ser conservador no Brasil significa, no fim, inevitavelmente, preservar as estruturas da colonialidade.

Liberalismo Revisitado

Como vimos, o conservadorismo afirma resistir não apenas contra todos os tipos de “comunistas”, mas contra qualquer mudança na ordem social, incluindo o “liberalismo”.

36 Oakeshott 1962: 168–169.

37 Robin 2011: 7, 17–18, 50–52, 55, 98, 248.

38 Citado em Robin 2011: 18.

39 Todos esses efeitos já foram perfeitamente descritos por Santos 1987 e tratados como um desafio urgente no momento do retorno do Brasil à democracia.

Se, como também vimos, essas mudanças são avaliadas pelos conservadores dependendo do seu resultado, isso gera dúvidas quanto a validade da distinção entre eles e os liberais como um todo. Como Domenico Losurdo explorou em sua contra-história do liberalismo, até mesmo nos países de origem do liberalismo há uma falta de coerência na autoimagem liberal (e na heteroimagem conservadora projetada nos liberais). Historicamente, os defensores liberais de quaisquer indivíduos contra o abuso de poder do Estado defenderam acima de tudo a liberdade daqueles indivíduos que tinham que conservar algo. Baseado em fontes históricas abundantes, Losurdo revelou em seu livro a seletividade e o elitismo de parte do pensamento liberal, especialmente em relação ao paralelismo entre estabelecer sistemas políticos liberais e reter direitos humanos de indivíduos escravizados. Um exemplo ilustrativo é o lendário *A Democracia na América* (1835 e 1840), de Alexis de Tocqueville (frequentemente citado entre liberais-conservadores no Brasil), elogiando os Estados Unidos como primeira democracia liberal e local de liberdade. Ainda assim, ele não chega sequer a mencionar a escravidão persistente num momento em que ela já tinha sido abolida no vizinho México – e depois reintroduzida pelos Estados Unidos no Texas anexado. Isso sugere a interessante questão de os liberais serem de fato liberais, se submetem o princípio absoluto dos Direitos dos Homens e a liberdade humana aos critérios de classe, raça, gênero e até privilégios de propriedade. O comprometimento com princípios não parece real quando só é ativado estrategicamente para evitar fornecer “combustível para as usinas de propaganda comunista”.⁴⁰

As preocupações dos conservadores em relação aos liberais podem ser mais oriundas do preconceito – ou motivadas pela concorrência – do que de diferenças reais na ação política. É o que Scruton sugere quando brinca em seu “Apêndice Filosófico: Liberalismo versus Conservadorismo”: “No bairro liberal perfeito, os jardins têm o mesmo tamanho, ainda que decorado com a maior variedade possível de gnomos de plástico.”⁴¹ Ele certamente sabe que é difícil encontrar evidências (ou intuição conservadora) que sustentem a hipótese de que o liberalismo conduz a estruturas igualitárias enquanto se preserva uma fachada culturalmente deteriorada de diversidade. De fato, muitas tentativas foram feitas para se mostrar que as semelhanças teóricas entre conservadores e ao menos alguns liberais na verdade superam as diferenças, o exemplo mais completo sendo o volume *Freedom and Virtue* (Liberdade e Virtude, 1984), de George W. Carey. O que indiretamente confirma essa “fusão de ideias” – o que permite operacionalizar o conceito de “liberal-conservadorismo” neste livro – é que até a afirmação da incompatibilidade entre as ideias das duas tendências, se lida contra a corrente, sustenta a fusão. O famoso ensaio de Hayek, “Por que não sou conservador”, uma das poucas tentativas liberais de se distinguirem dos conservadores, foi curiosamente recebido com solidariedade por ícones conservadores como Weaver (2000 [1960]), Kirk (1993) e até Scruton (2006), além de ser elogiado com entusiasmo pelo

40 Losurdo 2011 [2006]: 12, 27, 167–170, 327, 342, 469–472.

41 Scruton 2001 [1980]: 182.

eminente diplomata brasileiro liberal-conservador José Osvaldo de Meira Penna (1997).⁴² Todos eles perceberam que as diferenças alegadas por Hayek indicam, na verdade, pontos de convergência.

A primeira diferença, a suposta “afeição” conservadora pela autoridade é uma injustiça grosseira, dada a própria afeição pública de Hayek por regimes autoritários, de Salazar a Pinochet, a qual foi amplamente documentada.⁴³ Unir forças com o autoritarismo, quando serve aos seus interesses, não parece ser uma característica particular dos conservadores, especialmente não no Brasil, onde os liberais colaboraram rotineiramente para a derrota de qualquer ameaça à hierarquia social. Mas também na Europa, esse pragmatismo liberal já foi identificado por Herbert Marcuse em sua análise da obra seminal de Ludwig Heinrich Mises, *Liberalismo* (1927).⁴⁴ A esse respeito, a resposta de Weaver ao ensaio de Hayek, defendendo o imperativo de proteger a liberdade do indivíduo sem qualquer uso de violência como a base comum às duas tendências, soa cínica, mas ainda revela um imaginário comum.⁴⁵ É também revelador que Weaver justifique esse suposto pacifismo liberal-conservador mais uma vez com o famigerado espírito de realidade que imuniza contra a irracionalidade e o altruísmo obsessivo que guia a “personalidade perturbada” dos progressistas.

A outra preocupação de Hayek, quanto à falta de habilidade dos conservadores de apontar alternativas (que para ele são liberais) e não apenas impedir tendências indesejáveis, responde à narrativa conservadora, mas – conforme mostrado acima – não tanto na prática. Ambos criam novos mundos e os promovem com eficiência. Além disso, a dificuldade dos conservadores para teorizarem, escreve Hayek, os forçou a tomar emprestado da produção teórica liberal. No entanto, mais uma vez, a base teórica falha e a preferência por fórmulas de fácil aplicação parecem ser uma característica em comum. Pelo menos é o que o acadêmico liberal David Walsh – semelhante a Scruton – denuncia como principal fraqueza ao lamentar “a indiferença liberal em relação à teoria”, a dependência na intuição e o foco em encontrar um meio de traduzir as convicções liberais para a vida política de fato. O principal problema parece ser o mesmo dos conservadores: “Ninguém precisava de nenhuma defesa elaborada porque nunca ocorreu a ninguém questionar o significado das verdades que eles [liberais] consideravam ‘óbvias.’” Portanto, seria melhor “não entrar em reflexões que estão destinadas a serem menos seguras do que o senso comum tangível da prática”. A solução está na reafirmação das premissas porque “a crise não é tanto uma crise da política liberal, mas uma crise das suposições filosóficas que tinham feito seus princípios parecerem tão óbvios”.⁴⁶ O gênio do liberalismo no Brasil, Roque Spencer Maciel de Barros, concorda completamente com essa avaliação do liberalismo, e outro famoso pensador insuspeito,

42 Hayek 2011 [1960]; Weaver 2000 [1960]; Kirk 1993; Scruton 2006; Penna 1997.

43 Robin 2012.

44 Marcuse 1965 [1934]: 23.

45 Weaver 2000 [1960].

46 Walsh 1997: 79–81.

José Guilherme Merquior, afirmou laconicamente certa vez que seria “mais fácil descrever o liberalismo do que defini-lo”.⁴⁷

A última das suposições de Hayek, a dimensão “mística” observada no conservadorismo que ele contrasta com o liberalismo “racional”, toca uma qualidade oculta intrigante de um certo liberalismo que chamou minha atenção antes⁴⁸ e que pede uma discussão, que será apresentada no capítulo cinco. O que eu quero adiantar aqui é que a dimensão transcendental existente no liberalismo é um aspecto fortemente negligenciado e indispensável para se entender sua proximidade ao conservadorismo, como será demonstrado através da análise da teoria da ação humana de Mises e do próprio misticismo de Hayek. Isso corrobora com a tese recente de Wendy Brown de uma moralidade neoliberal expandida que questiona a dicotomia liberal-conservadora comum, mas provavelmente errada da “desregulação e da amoralidade” versus “regulação e moralidade”.⁴⁹ Segundo ela, o liberalismo não só economiza a esfera pública como a “familiariza” através da expansão da moralidade privada – os “valores morais tradicionais” da “esfera pessoal protegida”⁵⁰ de Hayek –, competindo com os princípios centrais seculares pluralistas da democracia moderna.⁵¹

É significativo que, da perspectiva liberal-conservadora brasileira, os dois pilares, a distância da teoria e a abertura para a metafísica, são completamente aceitos e entendidos como potencialidade. Nas palavras de Gustavo Adolfo Santos, uma voz liberal que se destaca hoje no Brasil, é a “experiência da dignidade transcendente de cada ser humano, uma profundidade existencial impossível de ser exaurida na história, quem diria em manuais teóricos” o que estimula a vitalidade intelectual e a adaptação a contextos históricos em mudança.⁵²

O Conservadorismo-Liberal Brasileiro se torna autoritário

Para a minha abordagem e o propósito deste livro, que é explorar a essência das ideias que formam o denominador comum da Nova Direita Brasileira, é menos importante distinguir suas várias tendências.⁵³ Esses grupos obviamente apresentam divergências em aspectos ideológicos isolados, mas que se mostraram periféricas para a minha análise. Simplificando, me refiro a um complexo de pensamento “liberal-conservador”, porque é assim que essas

47 Merquior 1991: 15; Barros 1992: 119.

48 Wink 2020.

49 Brown 2019.

50 Hayek 1982: 67.

51 Brown 2019: 108.

52 Santos 2019 [1987]: 243–244.

53 Essas tendências são bem descritas em Cepêda 2018 e Santos & Regatieri 2020.

ideias são apresentadas e essa é a base da ação política conjunta.⁵⁴ A fusão se torna ainda mais plausível quando exploramos a natureza do liberalismo no Brasil. O já mencionado pensador liberal Merquior lembra que a agenda política do liberalismo no Brasil pouco tinha a ver com princípios liberais, uma vez que sua principal função era “retardar a democracia”. É emblemática para esse novo liberal-conservadorismo, ainda seguindo Merquior, a obra de Hayek e sua “crítica contundente dos sonhos igualitários e seu repúdio quixotesco à democracia majoritária”.⁵⁵ Isso é importante porque o liberalismo brasileiro é mesmo fortemente influenciado pelo legado da Escola Austríaca de Economia, especialmente os textos de Mises e Hayek.⁵⁶ O fato de que o ex-ministro da economia de Bolsonaro foi treinado na Escola de Chicago não contradiz essa predominância. Como vários liberais brasileiros afirmaram, as políticas dele estão em perfeita harmonia com os modelos “Austríacos”.⁵⁷

A ausência de ideias realmente liberais no Brasil tem sido explicada predominantemente como efeito das circunstâncias históricas, devido à já mencionada formação do Brasil, que criou estruturas com pouco espaço para experimentos liberais que cedo ou tarde correriam o risco de ter que questionar as próprias estruturas iliberais. Por outro lado, as políticas liberais macroeconômicas têm sido firmemente representadas nas instituições políticas brasileiras, apesar do discurso “estatal”, e os liberais se relacionam muito bem com essa fachada e até com práticas autoritárias.⁵⁸ Essa formação singular é vista como a principal razão do viés conservador-autoritário perpétuo do liberalismo brasileiro, que, diferentemente do europeu ou norte-americano, quase não chegou a permitir qualquer experiência sustentável de liberalismo “social” ou “progressista”.⁵⁹ O liberalismo no Brasil é ilustrado por expressões culturais como as famosas “ideias fora do lugar”⁶⁰ e o menos famoso “neogirondinismo”⁶¹, o fenômeno histórico de que a mera suspeita de uma possível perda de privilégios induzia liberais autodeclarados e às vezes até revolucionários, geralmente membros da elite, a se realinharem com o autoritarismo. Se têm de escolher em algum ponto, a regra foi optarem por trair suas ideias e oprimir os revoltosos ou, em outras palavras: se tornaram conservadores.⁶²

Também é significativo que os períodos de maior atividade liberal – como no caso dos conservadores – foram aqueles em que surgiu um impulso para reformas sociais, tais como as do governo João Goulart, durante a redemocratização nos anos 1980 e de novo após

54 Por exemplo, nas obras de referência Leme 1986; Paim 1987, 1997, 1998, 2019a [1987]; Scantimburgo 1996; além de outras que serão mencionadas adiante.

55 Merquior 1991: 110, 149, 193.

56 Gros 2003; Alexandre 2017; Onofre 2018. Também corresponde à autodefinição do liberal Paim 1997.

57 2018; Constantino 2018.

58 Trindade 1985.

59 Para uma visão ampla, ver Gentile 2018. Para o liberalismo no Império brasileiro, ver Lynch 2010 e Ferreira 1999; para o liberalismo “progressista”, ver Fraser 2017.

60 Schwarz 1992 [1977].

61 Cândido 1964: 269.

62 Santos 1987, 1988 e 1998.

2002. Um episódio revelador sobre a natureza do liberalismo brasileiro é que no início do retorno do Brasil à democracia, tanto o acadêmico liberal Maciel de Barros e o ativista e financiador liberal Donald Stewart Jr., fundador do Instituto Liberal (IL) do Rio de Janeiro, categoricamente proclamaram sua preferência por um regime autoritário semelhante ao de Pinochet no Chile em comparação a um hipotético governo de Lula e seu PT. Ao fazerem isso, eles foram além até mesmo da defesa conservadora de Scruton de Pinochet que alegou que o general só cometeu crimes “em nome da continuidade”.⁶³

A proximidade entre o liberal-conservadorismo e o autoritarismo no Brasil é uma questão intrigante e bem conhecida. Já nos anos 1920, outro pioneiro da Nova Direita, o conservador católico Oliveira Vianna, foi o primeiro a apontar o paradoxo brasileiro: a existência do liberalismo numa sociedade profundamente antiliberal e os seus efeitos no fortalecimento do controle patrimonial sobre o Estado. Seu *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920, propunha o autoritarismo como meio de modernização através da demolição das condições coloniais (principalmente o poder local dos oligarcas e a falta de integração da economia), o que impediu a transformação rumo a uma sociedade liberal. Depois de atingido esse objetivo e emancipado o povo como cidadãos liberais, ele afirma, a Interferência do Estado poderia ser reduzida de novo, proposta que depois gerou o conceito de “autoritarismo instrumental”.⁶⁴ Esse conceito explica bem o alinhamento liberal com as ideias e políticas autoritárias, e é extremamente tópico. Ele permite até que os liberais se juntem à atual direita autoritária e seu plano de demolir – instrumentalmente ou não – o que chamam de hegemonia do marxismo cultural da sociedade e sua apropriação do Estado desde a redemocratização, mais bem definido pelo mentor da Nova Direita, Olavo de Carvalho:

Depois do marxismo clássico, do marxismo soviético e do marxismo revisionista [...], a quarta modalidade de marxismo: o marxismo cultural. Como não falava em revolução proletária nem pregava abertamente nenhuma truculência, a nova escola foi bem aceita nos meios encarregados de defender a cultura ocidental que ela professava destruir. Expulsos da Alemanha pela concorrência desleal do nazismo, os frankfurtianos encontraram nos EUA a atmosfera de liberdade ideal para a destruição da sociedade que os acolhera. Empenharam-se então em demonstrar que a democracia para a qual fugiram era igualzinha ao fascismo que os pusera em fuga. Denominaram sua filosofia de “teoria crítica” porque se abstinha de propor qualquer remédio para os males do mundo e buscava apenas destruir: destruir a cultura, destruir a confiança entre as pessoas e os grupos, destruir a fé religiosa, destruir a linguagem, destruir a capacidade lógica, espalhar por toda parte uma

63 Barros 1992: 92, 103; Stewart 1988: 76; Scruton 2001 [1980]: 16.

64 Santos 1978: 104–105; Brandão 2010: 120–121. Sobre a discussão sobre o conceito de “autoritarismo instrumental”, ver Silva 2008; Pinto 2018: 130; e Gentile 2019.

atmosfera de suspeita, confusão e ódio. Uma vez atingido esse objetivo, alegavam que a suspeita, a confusão e o ódio eram a prova da maldade do capitalismo.⁶⁵

O “marxismo cultural” como principal inimigo é tão importante como denominador comum da Nova Direita que merece alguma explicação. Ainda que Carvalho tenha descoberto em Gramsci o grande vilão que infectou os intelectuais do Brasil, a noção desse tipo de contaminação tem uma história mais longa no integralismo e no integralismo brasileiros, que será explicada nos capítulos três e quatro. Na verdade, o nome de Gramsci foi mencionado pela primeira vez no Brasil só em 1950 e, por coincidência, por Otto-Maria Carpeaux, um dos poucos intelectuais respeitados por Carvalho. Carpeaux mencionou Gramsci sem qualquer ressentimento num artigo de jornal como um “segundo Maquiavel”, até melhor que o primeiro e que encontrou a chave para a união entre pessoas comuns e intelectuais, como a Igreja Católica fez em tempos anteriores.⁶⁶ Ainda assim, a primeira tradução de Gramsci é do fim da década de 1960 apenas e suas ideias só circularam nos anos 1970. Isso significa que apenas recentemente o “Marxismo Cultural” como um fenômeno bastante conhecido no Brasil foi enobrecido pela autoridade de um filósofo estrangeiro.⁶⁷ A ênfase que Carvalho deu ao conceito pode ter sido estimulada pelo debate comparativamente tardio nos Estados Unidos, gerado pelo ensaio de Michael Minnicino, de 1992, “New Dark Age: The Frankfurt School and ‘Political Correctness’” (A Nova Idade das Trevas: A Escola de Frankfurt e o “Politicamente Correto”), e depois popularizado pelo paleoconservador William S. Lind em seu discurso em 2000, “The Origins of Political Correctness” (As Origens do Politicamente Correto), ambos em referência às teorias da conspiração do Instituto Schiller. Esse instituto pertencia a Lyndon LaRouche, um político anticomunista, conhecido teorista da conspiração e fraudador financeiro condenado, que havia afirmado que Henry Kissinger era um agente soviético e a Rainha Elizabeth II, uma narcotraficante. O Instituto Schiller e LaRouche vão aparecer várias vezes neste livro, ligados a análises semelhantes realizadas por Olavo de Carvalho. O mais importante é a confusão – intencional ou não – entre as tentativas de subverter e relativizar determinadas estruturas de “hegemonia cultural” (a receita revolucionária de Gramsci) e de dominar justamente essas estruturas (a Nova Direita no modo antigramsciano), o que obviamente resulta favorável ao dominador e justifica a própria guerra cultural reversa.

A proximidade um tanto sinistra entre o liberal-conservadorismo e o autoritarismo também tem razões conceituais, uma vez que, de novo, um não é distinguível do outro de forma precisa. A definição mais comum de autoritarismo, baseada principalmente no trabalho empírico de Erich Fromm sobre a personalidade autoritária e popularizada por

65 Carvalho 2002b. Aqui e em seguida, cito textos jornalísticos, sempre que possível, das plataformas online de Olavo de Carvalho porque são mais acessíveis ao leitor do que as versões impressas em jornais ou as reedições dos mesmos artigos em seus livros.

66 Carpeaux 1950: 3.

67 Ver a discussão em Bianchi 2021.

Theodor Adorno, reconhecidamente só é aplicável de forma parcial ao contexto brasileiro.⁶⁸ Isso se dá por conta dos aspectos relacionados ao etnocentrismo e ao antissemitismo, uma vez que até no integralismo, até hoje o movimento mais explicitamente autoritário no Brasil, o racismo doutrinário foi cuidadosamente omitido e o antissemitismo, marginalizado como posição extremista. Como se poderia esperar, a escala de medição do conservadorismo político e econômico se adequa em grande parte o que já foi definido antes. Mas surpreendentemente, a maioria dos itens da famosa escala F, que mede a susceptibilidade a ideias fascistas, também fazem naturalmente parte do credo conservador: a fidelidade às crenças convencionais sobre certo e errado, incluindo respostas e polêmicas simples; o respeito à submissão à autoridade reconhecida; a resistência a ideias criativas, perigosas; a visão cínica negativa sobre as pessoas em geral; a tendência de projetar seus próprios sentimentos de inadequação, ira e medo num grupo que serve como bode expiatório; e a preocupação obsessiva com violência e sexo. O que a escala F realmente acrescenta em termos de critério útil são a necessidade de liderança forte e a agressão contra aqueles que não abraçam o pensamento convencional. Isso é bem representado pela performance que Jair Bolsonaro faz do líder forte – ou “mito”, como seus seguidores gostam de chamá-lo – por exemplo, ao ameaçar aqueles que não estejam dispostos a sucumbir, citação que é a epígrafe da introdução deste livro, entre muitos outros discursos claramente agressivos contra qualquer oposição.

O autoritarismo entra pela porta de trás e é difícil se livrar dessa visita, como Wanderley Guilherme dos Santos explicou já em 1978 em uma análise que parece feita para a atual situação política no governo Bolsonaro.⁶⁹ Ora, as políticas autoritárias não dependem de um sistema político autoritário. Seu principal objetivo é o controle permanente do poder e a destruição de qualquer oposição, o que pode soar como um sonho para muitos agentes políticos. A situação, no entanto, pode se tornar um pesadelo, uma vez que rompe o princípio democrático de que a oposição representa a “dúvida procedente sobre o acerto das decisões do poder” e sem esse feedback crítico, os governos podem se desestruturar. Porém, essa interação construtiva se torna secundária quando o autoritarismo projeta na oposição o seu próprio esforço para tomar o poder, e não a vê como um julgamento democrático dos meios e fins políticos. Para Bolsonaro, a oposição é um inimigo a ser aniquilado, como ele deixou claro em diversas ocasiões, referindo-se à oposição democrática em declarações como “ou vão pra fora ou vão pra cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria. [...] Será uma limpeza nunca visto [sic] na história do Brasil”.⁷⁰ Como numa democracia formal não se pode se livrar da oposição tão facilmente assim, políticas autoritárias são necessariamente expandidas num círculo vicioso: quanto mais autoritarismo, maior

68 Adorno et al. 1950.

69 Santos 1978: 129–131.

70 Jair Bolsonaro, discurso público via celular, transmitido para manifestação de apoio em São Paulo, 22 out. 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=at8qr1MeO6g>.

a oposição e maior a urgência em obstruir a oposição. Isso leva à politização de todas as dimensões da vida social para aniquilar qualquer crítica, como ocorreu com a política de Bolsonaro a respeito da COVID-19, que diminuiu a dimensão sanitária da pandemia (difundindo a ideia de que era fácil ser controlada através de tratamento médico profilático) e promoveu uma suposta função política da pandemia, apoiada pelas teorias da conspiração do marxismo cultural e do globalismo.

Os autoritários tendem a interpretar qualquer dúvida em relação ao seu sistema de verdade adotado como infiltração opositora para sabotar o governo, o que ao mesmo tempo permite que deleguem a responsabilidade pelas falhas do governo (em princípio, até sem uma oposição existente) e fornece a justificativa para aumentar o controle. O que alimenta essas interpretações convenientes dos fatos é frequentemente “teoria da conspiração” e o método que permite sua divulgação é a “pós-verdade”. Os dois fenômenos estão intrinsecamente relacionados e foram concebidos como fenômenos da cultura de massa do século XXI, como circunstâncias nas quais a versão oficial dos fatos exerce menos influência na formação da opinião pública do que as explicações alternativas reveladoras que apelam para a emoção e a crença pessoal.⁷¹ Pesquisas feitas durante as manifestações pedindo o impeachment de Dilma Rousseff mostram que a maioria dos manifestantes acreditava que o PT pretende implementar um regime comunista no Brasil ou que a facção de narcotráfico Primeiro Comando da Capital (PCC) era a o braço armado do PT.⁷² A conspiração se concentra no binarismo autoritário do “bem” e do “mal”, partindo do pressuposto de que o mal pode estar em qualquer lugar, inclusive mascarado como o bem. O inimigo PT “não fez mal, é o mal!!!” e pode até aparecer disfarçado de respeitável general do exército.⁷³ Sugerir que nada é o que parece e que tudo é proposital e conectado abre um mundo paralelo, mais coerente que o real, e que certamente faz mais sentido.⁷⁴ Hannah Arendt alertou em 1964 que em política pode ser uma vantagem mentir em vez de dizer a verdade: Enquanto um político minimamente comprometido com a verdade tem que conciliar com cuidado interesse político e veracidade, e ainda assim sempre será suspeito de distorcer os fatos devido aos seus interesses próprios, o outsider mentiroso, sem nenhum interesse aparente, não apenas tem ao seu dispor toda liberdade criativa como faz com que sua mentira, simplesmente enunciando o que não é verdade e modificando o que é, constitua um ato político. Quanto mais bem-sucedido ele é, maior a probabilidade de acreditar em suas próprias invenções, o que lhe dá ainda mais credibilidade.⁷⁵ No Brasil é difícil dizer quem é mais habilidoso nisso, se é o político Bolsonaro ou o ideólogo Olavo de Carvalho, ambos porta-vozes das teorias da conspiração sobre o marxismo cultural e uma “nova ordem mundial”. O caráter

71 Newton 2006.

72 Ortellano & Solano 2015.

73 Meinerz 2016: 152.

74 Barkun 2003; Taguieff 2006.

75 Arendt 1987 [1964]: 352–358. Devo essa fonte a Meinerz 2016.

vago da conspiração enquanto significante vazio permite que se incluam todos que sejam considerados inimigos políticos sem nenhuma necessidade de especificar.⁷⁶

Para resumir de modo polêmico: Considerando a formação histórica particular do Brasil e as estruturas sociais resultantes, os conservadores podem ser entendidos como aqueles que conservam proativamente sua posição de privilégio colonial. Os autoritários parecem ser conservadores que assumem abertamente o uso de todos os meios para conservar, enquanto liberais parecem ser conservadores que em princípio têm consciência do privilégio injusto e dos meios autoritários de conservação, mas que oportunistamente preferem ignorá-los em nome do maior benefício para si mesmos. Todos eles estão necessariamente posicionados à direita, uma vez que defendem a conservação de privilégios questionados por aqueles que são, por conclusão reversa, definidos como “comunistas”. Por sua vez, qualquer atitude anticomunista equivale a uma atitude conservadora, o que inclui aqueles que, no nível mais baixo da hierarquia social, defendem os privilégios dos que estão no topo, em nome de uma ordem sublime. Por essa razão, vou me referir às várias divisões da direita pelo termo abrangente “conservadorismo” e somente adicionar o termo “liberal” ou “autoritário” quando for importante lembrar sua dimensão liberal ou autoritária específica.

Conservadorismo aplicado: Da Velha Direita à Nova Direita

Até aqui, propus que é possível entender o conservadorismo brasileiro como uma aliança entre o conservadorismo moral, o liberalismo econômico e o autoritarismo instrumental – o que será demonstrado em detalhes nos capítulos seguintes. Mas qual a relação com a ascensão da Nova Direita no Brasil? E se a aliança é histórica, o que esse fenômeno tem de “novo”? Obviamente, “direita” é um termo geral e descreve um fenômeno intrinsecamente pluralista. Assim, seria redundante chamá-lo de “direitas” no plural e, além disso, as distinções entre moderada, extrema, radical, ou formas veementes como fascistoide ou tradicionalista, também não trariam uma compreensão substancial de sua ideologia essencial. Todas essas tendências importam e são relevantes para a Nova Direita, de Burke via Hayek a Olavo de Carvalho, como mostra o *Guia Bibliográfico da Nova Direita*, editado por Lucas Berlanza, aliás, o diretor do IL do Rio de Janeiro.⁷⁷

Pode-se ainda questionar se o uso do espectro direita-esquerda ainda dá conta da complexidade da política pós-moderna num cenário pós-colonial. Com isso, não estou me referindo à manobra estratégica da direita global de igualar práticas autoritárias ou até totalitárias nos dois extremos, conhecida como teoria da ferradura. Norberto Bobbio mostrou em seu influente livro que a distinção é indispensável, entre outros aspectos, para se

76 Solano 2019a.

77 Berlanza 2017.

entender as premissas opostas da aceitação da igualdade social como princípio orientador ou sua rejeição como violação da ordem natural, uma questão fundamental sobre a qual esquerda e direita mais discordam.⁷⁸ Ele também sugere que elas sejam vistas mais como direções relativas do que posições fixas de *côté droit* e *côté gauche*. Eu ainda argumentaria que são direções relativas a pontos de partida muito diferentes, no sentido de um status quo específico alcançado, no que concerne à implementação dos valores e objetivos opostos. Ser de direita ou de esquerda significam um posicionamento relativo a uma situação que é muito diferente, digamos, no Brasil, na Dinamarca e na Coreia do Norte.

Esta relativização é de máxima relevância para qualquer aplicação significativa da terminologia direita-esquerda no contexto brasileiro de apartheid social velado. Isso porque vejo uma margem para mal-entendidos na projeção de um conceito de “esquerda” genérico e usado de forma acrítica nas realidades brasileiras, inclusive adotando parcialmente a imaginação alienada do que seria “comunismo” conforme é promovida pela direita. Isso leva ao fato de que políticas que, dentro do status quo social alcançado no Brasil, poderiam ser no máximo vistas como moderadamente reformistas (por exemplo, em relação à desigualdade social) são rotuladas de “esquerdistas” (com conotação positiva) ou “comunistas” (com conotação negativa). Há uma diferença entre as reivindicações “esquerdistas” por oportunidades iguais no Brasil e num país que já passou por reformas sociais, exatamente porque o nível da igualdade atingida é flagrantemente diferente – considerando, por exemplo, os níveis altíssimos de disparidade de renda e imobilidade social, a segregação entre usuários das infraestruturas pública e privada, assim como mecanismos insidiosos de exclusão da cidadania. Para dar apenas um exemplo, os níveis de concentração de renda e acumulação de bens no Brasil de hoje equivalem aos da Dinamarca em 1870.⁷⁹ Nessa perspectiva, o reformismo do PT no Brasil está a meu ver longe de ser uma posição de esquerda. Recentemente, o escritor Luís Fernando Veríssimo formulou essa condição de forma mais poética: “[No Brasil] ser de esquerda não é uma opção, é uma consequência.”⁸⁰ A distinção entre direita e esquerda que o pensador – bem conhecido entre conservadores – Yuval Levin propõe em sua obra *O Grande Debate* (2014), sendo regidos pelos princípios de Burke ou Thomas Paine, tenderia a gerar menos distorções porque permite aos atores políticos se posicionarem a certa distância dos polos antagonistas de uma “sociedade hierárquica dada por Deus” e de “um contrato social criado pelo homem”. Com essa oposição até Plínio Salgado concordava, já em 1945, obviamente defendendo aquela.⁸¹ Ser de esquerda no Brasil significa sair minimamente da sombra de Burke em direção a um pouco mais de “contrato social”.

Conforme mostrado acima, os conservadores adoram considerar sua própria existência como natural e boa, sem necessidade nenhuma de se explicarem. Em seu ensaio “O que

78 Bobbio 1999 [1994]; Silva 1999: 8.

79 Veja a *World Inequality Database* <https://wid.world/wid-world>.

80 Dias 2020.

81 Salgado 1979 [1945]: 47.

é conservadorismo?”, Scruton faz o mesmo para a divisão política do conservadorismo, definindo a “direita” pelo seu negativo, como o normal em oposição ao mau “novo” e “diferente”. Qualquer associação com nazis, fascistas e liberais econômicos, ele escreve, seria mais uma invenção da esquerda.⁸² Também para o mencionado liberal brasileiro Maciel de Barros, a definição esquerdista da “direita” era apenas um truque da “dezinformatiya” e de seus agentes infiltrados nas universidades, igrejas e na mídia.⁸³ Para um católico conservador, a distinção entre o que é “bom” e “mau” é certamente menos constrangedora. Num tratado especializado no assunto, lemos que direita e esquerda não são conceitos políticos, limitados ao mundo secular, mas ideologias com visões de mundo metafísicas das quais “a da direita, bem entendido, é a da Igreja, e a da esquerda, a do Diabo”.⁸⁴ A prova definitiva é dada por Mateus (25, 34 e 41):

Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: “Venham, benditos de meu Pai! Recebam como herança o Reino que foi preparado para vocês desde a criação do mundo.” [...] Então ele dirá aos que estiverem à sua esquerda: “Malditos, apartem-se de mim para o fogo eterno, preparado para o Diabo e os seus anjos.”

A autoridade neotomista, o Frei Réginald Garrigou-Lagrange, dá uma explicação mais científica: “A direita verdadeira, que defende a ordem fundada sobre a justiça, parece ser um reflexo do que a Escritura chama a direita de Deus, quando diz que Cristo está sentado à direita do seu Pai e que os eleitos estarão à direita do Altíssimo.”⁸⁵ Qualquer outra definição acadêmica da direita, como a seguinte, que se destaca pela precisão, termina sendo uma paráfrase do conservadorismo que também se encaixaria na própria compreensão de Scruton:

A direita se consolida em reação às tendências políticas igualitárias e liberais do momento – quaisquer que sejam elas – e a outros fatores que ela acredita estarem destabilizando a ordem socioeconômica. Ela teme que impulsos niveladores e ideais revolucionários universais vão enfraquecer o respeito pela autoridade, a propriedade privada, tradições valiosas e as particularidades da família, localidade e nação.⁸⁶

82 Scruton 2015: 273.

83 Barros 1992: 3.

84 Veja a compilação “Bíblia, Papas, Santos e Teólogos sobre a luta entre duas forças, sendo a Igreja a Direita. Refutando ‘direita e esquerda são ruins’”, publicação sob o pseudônimo “Amigos da Cruz, do sofrimento, e do desprezo” na página “O Príncipe dos Cruzados”, mantida por seguidores de Plínio Corrêa de Oliveira que cuidadosamente preservam a sua identidade por meio de pseudônimos e links quebrados que impossibilitam entrar em contato (<http://www.oprincipedoscruzados.com.br/2015/06/biblia-papas-santos-e-teologos-sobre.html>).

85 Garrigou-Lagrange 1938: 1. Marcelo Moraes Caetano, em seu livro *Platão e Aristóteles na terra do Sol: As vertigens de um conservador brasileiro* [a ser publicado], chama a atenção ao fato de que “se Jesús está à direita de Deus, então é óbvio que o próprio Deus, em pessoa, está À ESQUERDA de Jesús” e pergunta se, ao contrário, poderia ser “esta a nossa mão humana, esquerda, eficaz, discreta e vitoriosa, que nos liga a Ele em toda sua epifania?”.

86 Deutsch 1999: 3.

A tradicional relutância de se assumir uma identidade de direita no Brasil, mesmo diante de todas as evidências de agir como direita, pode indicar uma função estratégica. A definição de Timothy Power da direita brasileira do final da década de 1990, baseada em vasto trabalho empírico, descreve com precisão o *modus operandi* conservador como conhecemos hoje: exercer poder político numa posição vantajosa que permite o estabelecimento de relações não-contratuais de dominância (patrimonialismo, clientelismo, elitismo), buscando impedir a participação democrática para evitar a mudança social e a preservar privilégios, com uma atitude ambivalente em relação à democracia e certo desprezo por procedimentos constitucionais, se necessário, fazendo uso de meios autoritários. Como atores principais da direita, Power definiu elementos da burguesia industrial, latifundiários oligarcas, segmentos da hierarquia Católica, as forças armadas, assim como as classes médias e os representantes da mídia, o que mais uma vez descreve de forma bastante adequada a aliança conservadora de hoje.⁸⁷ A única e crucial diferença é a posição de seus representantes políticos.

Nos anos da redemocratização, os políticos brasileiros evitavam cuidadosamente qualquer associação com o rótulo de “direita”, que implicava relação com os governos militares da ditadura.⁸⁸ A ausência de uma autoproclamada direita ainda é fortemente perceptível na pesquisa de Power de 2000 e até na checagem de 2009, quando nenhum congressista se identificou como direita radical e apenas 6% com a centro-direita – enquanto 37% se posicionou no centro, 52% na centro-esquerda e 5% na esquerda radical. No entanto, em ambas as pesquisas, os autores também notaram a discrepância entre posição política estratégica e convicção política real, quando traduzida em ação legislativa e sujeita a mudanças de ligações.⁸⁹ Estudiosos brasileiros apelidaram esse fenômeno das políticas direitistas mascaradas de direita envergonhada. A vergonha, porém, não impediu a direita de minar instituições e mecanismos representativos que poderiam ter elevado a qualidade democrática (participação, contestação, prestação de contas) e promovido mudança social. Talvez um rótulo mais adequado fosse “conservadorismo discreto”, como Power reconhece em sua tautologia bastante realista: “O Brasil tem um sistema político conservador há muito tempo, o que permite a sobrevivência contínua da direita; e dada a presença esmagadora da direita, a política brasileira é fortemente conservadora.”⁹⁰

O que é interessante e profético é que o estudo de 2000 já menciona Jair Bolsonaro entre os poucos direitistas menos “desavergonhados”. Menos profeticamente, a relevância de Enéias Carneiro, cuja política antissistema era na verdade uma antecipação da de Bolsonaro (ver capítulo oito), é subestimada.⁹¹ O ressurgimento de uma direita explícita, chamada de “Nova Direita”, como uma reação à troca de governo em 2003, se deve basicamente a uma mudança de posição política: a Nova Direita defende as mesmas posições

87 Power 2000: 35.

88 Rodrigues 1987: 97. Sobre as primeiras eleições democráticas, ver Singer 1999.

89 Power & Zucco 2009: 239; Figueiredo & Limongi 2001; Freitas 2016.

90 Power 2000: 190, 209.

91 Power 2000: 95, nota de rodapé 6.

menos discretamente e é até pioneira nas novas estratégias de comunicação, tais como a cibercampanha – tudo isso sem nenhuma vergonha.⁹² Com essa estratégia, a Nova Direita aumentou sua representação política, mas, acima de tudo, consolidou uma base eleitoral que se identificava com posições abertamente conservadoras. As pesquisas eleitorais mostram em detalhes que desde 2010 a Nova Direita conseguiu atrair não apenas significativamente mais votos e aumentar sua representação no Congresso (em 2018, e mais ainda em 2022, o número de deputados e senadores conservadores foi superior às primeiras eleições legislativas livres em 1982). Ademais, e essa tendência começou já em 2002, ela quase triplicou seus eleitores entre a elite com mais escolaridade e riqueza.⁹³ Pesquisas de opinião mostram que o eleitorado responde positivamente a assuntos conservadores tradicionais, agora promovidos de forma agressiva, entre eles os objetivos principais do conservadorismo (a defesa da família tradicional, da fé cristã, da liberdade econômica; o combate ao comunismo, à insegurança pública, à intervenção do Estado, à corrupção) e os associou à Nova Direita.⁹⁴ Aqui o “nova” se torna crucial.

A Nova Direita se promove como um novo ator “antipolítico”, supostamente ainda não cooptado pelo sistema político “apodrecido”, e portanto “pura” o suficiente para combater os “impuros”.⁹⁵ Isso corresponde de alguma forma à pequena diferença entre a Nova Direita e a Velha Direita dos Estados Unidos, a qual foi relativizada pelo paleoconservador Paul Edward Gottfried como “puramente cronológica”, sob a alegação de que a maioria dos representantes da Nova Direita tinham sido ativos em círculos conservadores antes. Tanto a velha como a nova combatem o “comunismo”, apoiam o livre empreendedorismo, respeitam a religião e os valores tradicionais. A única novidade era, de acordo com essa fonte insuspeita, que a retórica da Nova Direita passou a ser mais populista, atacando o establishment, especialmente os republicanos moderados.⁹⁶ No Brasil parece que a “Nova Direita” é um pouco mais do que apenas o “Velho Conservadorismo” com novos meios técnicos e estratégias de marketing. Como será mostrado nos capítulos seguintes, durante a maior parte do século XX, o conservadorismo brasileiro criou formas de impedir a democratização e a mudança social através do controle do Estado. Mas os últimos capítulos mostrarão que, mais uma vez no governo desde 2019, a Nova Direita vai além de apenas “travar o progresso” e tem por meta a destruição do Estado.⁹⁷ Esse Estado é identificado sobretudo com o legado dos governos do PT, que – apesar do estilo político e da organização diferentes – perpetuou de fato a política liberal-conservadora com alguns programas de previdência social – mais

92 Cesarino 2020; Wink 2018a.

93 Curi & Catelano 2020: 8–10; para mais detalhes, ver Nicolau 2020.

94 Messenberg 2019: 36–37.

95 Avritzer 2020.

96 Gottfried & Fleming 1988: 77.

97 Nobre 2020.

Merkel do que Marx – sem tratar de nenhuma das razões estruturais da desigualdade e até, por esse projeto moderado, abrindo mão de sua base social e credibilidade ideológica.⁹⁸

Tornar essa destruição plausível enquanto defesa contra uma ameaça “comunista”, sem dúvida requer alguma explicação criativa, o que a Nova Direita tem estado ávida para apresentar. Quem compra essa ficção política do sistema subvertido é um grupo amplo e diverso, incluindo os que criaram identidades específicas, como os antipetistas (que associam o sistema deteriorado com o PT e redes comunistas globais); os lava-jatistas (defensores do uso político de manobras jurídicas e da securitização, nome inspirado da famosa operação policial); e olavistas (seguidores fundamentalistas-comunofóbicos do já mencionado Olavo de Carvalho). No entanto, como os próximos capítulos vão mostrar, as premissas de seus argumentos – certamente, de formas diferentes e personalizadas – se encaixam no conjunto mais amplo da semelhança de família liberal-conservadora, independentemente de sua compreensão de si mesmos como conservadores moralistas, liberais de mercado, católicos ou evangélicos, monarquistas ou neointegralistas.⁹⁹ A designação um tanto frívola da Nova Direita como “bolsolavismo” é de uma precisão surpreendente, uma vez que junta o pensamento e a ação, e sua dependência mútua: sem Olavo de Carvalho, a Direita jamais teria encontrado um solo tão fértil para crescer, e sem Bolsonaro ela não teria se concretizado na política.

98 Calil 2016: 10.

99 Kalil 2018. Ranquetat 2019, explicitamente comprometido com uma perspectiva conservadora, descreve esta semelhança de família de forma parecida.

2 O Legado Monárquico

*A única questão é se o Brasil, independente de Portugal,
será uma monarquia ou uma república. [...]*

*A conservação da monarquia em uma parte da América
é objeto de importância vital para o Velho Mundo.*

George Canning, Secretário de Relações Exteriores Britânico¹

O Império não foi anticolonial, nem a República anti-imperial. Pelo contrário.

Alceu Amoroso Lima²

*Assumo este cargo consciente de que o mundo está dividido
em dois hemisférios ideológicos antagônicos e conflitantes
– o comunista e o democrático – e que o povo brasileiro
já fez sua opção secular nos primórdios da nacionalidade
nascida à sombra da cruz tosca alçada na terra virgem
lá pelos idos de 1500.*

General Vicente de Paulo Dale Coutinho³

É fato conhecido que a formação histórica do Brasil foi diferente do resto da América Latina. A transferência do centro do Império da terra natal para a colônia em 1808, com o próprio rei atravessando o Oceano Atlântico, e a independência como império monárquico em 1822 faz do Brasil inquestionavelmente único na história mundial. Ainda assim, penso que as implicações desse processo histórico ainda não foram totalmente compreendidas – e que elas fornecem uma chave para se entender o conservadorismo no Brasil e algumas das peculiaridades do discurso da Nova Direita hoje. Como anunciado, este capítulo lança mão do meu livro anterior *A ideia do Brasil*⁴ e pretende trazer à consciência esses eventos históricos mantidos na sombra por muito tempo. De forma resumida, explicarei como alguns dos principais temas do imaginário histórico do Brasil foram criados e, a partir daí, sensibilizar

1 George Canning para Henry Chamberlain (secreto e confidencial), Londres, 9 jan. 1824, citado em Maxwell 2003: 154.

2 Lima 2014 [1939]: 134.

3 *Opinião*, 3 mar. 1974, p. 5. Todos os jornais históricos que servem de referência neste capítulo e no seguinte estão disponíveis no arquivo eletrônico de jornais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>) e não foram incluídos na bibliografia.

4 Wink 2009, tradução livre do título em alemão.

o leitor para sua reaparição súbita e frequente nos capítulos seguintes, como elementos da tradição conservadora e, nos últimos capítulos, dos discursos da Nova Direita.

Esse imaginário é na verdade mais antigo do que os eventos do século XIX; ele até mesmo explica como eles puderam acontecer. Para mostrar isso, é necessário revisitar o início do processo de colonização do Brasil como o período em que essas temáticas foram criadas enquanto mitos de fundação. Para começar, o Brasil entrou no imaginário geográfico europeu no momento inicial, em 1500, como um verdadeiro “novo mundo”, um continente adicional ao sistema de *triplex mundus* conhecido desde a antiguidade. Isso se deu devido às diferentes circunstâncias geográficas das primeiras viagens, as quais, no caso das “descobertas” espanholas, sugeriam a proximidade exclusiva dessas terras ao continente asiático, conseqüentemente denominado “Índias Ocidentais”. Por outro lado, o “Novo Mundo” é um conceito criado por Américo Vespúcio e disseminado por seu best-seller *Mundus Novus* (1503), depois de navegar ao longo de grande parte da costa brasileira. A consequência foi uma convenção cartográfica: durante pelo menos a primeira metade do século XVI, os mapas denominavam as terras vastas além do Atlântico Sul sem distinção de “Brasil”, “Novo Mundo” ou – em homenagem ao seu “descobridor” – “América”. Muitos mapas informam os três topônimos em paralelo e como sinônimos.⁵ Conseqüentemente, as conotações utópicas que eram projetadas nesse “Novo Mundo”, de forma mais proeminente por Thomas More (que baseia seu livro *Utopia*, de 1516, no relato do marinheiro português Rafael Hitlodeu, que diz ter participado da expedição de Vespúcio⁶), foram alimentadas por crônicas e imagens do Brasil. Elas retratam um paraíso terrestre e, diferentemente dos domínios espanhóis, os idealistas não se depararam com elementos que refutassem essa projeção, como a presença inconfundível de “civilizações”, no entendimento europeu, incompatíveis com o estado de inocência edênico dos habitantes do paraíso. Tampouco havia montanhas geladas, desertos secos ou penosas atividades de mineração para relativizar a “primavera eterna” das terras e a natureza serena e indolente de seus habitantes nus descritas na Bíblia. O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, que comparou esse aspecto num amplo conjunto de textos coloniais portugueses e espanhóis, concluiu que até o século XVIII uma distinção clara tem que ser feita entre as projeções ideais das duas potências colonizadoras, o “El Dorado” espanhol e o “Jardim do Éden” português.⁷

A distinção será diluída mais tarde numa imagem geral de uma “América” difusa e ficou, em grande parte, esquecida. No entanto, para quem procura, o papel determinante do Brasil está fartamente documentado num cânone textual e pictográfico de *brasilliana*. À medida que as fontes portuguesas circularam de forma quase irrestrita no mercado editorial europeu,⁸ o cânone inspirou a tradição da crítica social francesa, de Michel de Montaigne

5 Schwartz & Ehrenberg 1980.

6 More 1995 [1516]: 46.

7 Holanda 1994 [1959].

8 Obermeier 2000; Wolff 1992.

a Jean-Jacques Rousseau, que transformou o “bom selvagem” – implicitamente brasileiro – num tema central da cultura ocidental. Isso evitou que o Brasil fosse incluído na chamada “leyenda negra”, a denúncia antiespanhola do genocídio dos habitantes autóctones do Novo Mundo, e mais tarde no “furor antiamericano”⁹ promovido por muitos filósofos e naturalistas do Iluminismo, tais como Montesquieu, Comte de Buffon, Corneille de Pauw, Guilherme Thomas François Raynal, Johann Gottfried von Herder, entre outros. Mais ainda, originou o mito de fundação do Brasil como Estado e nação, que guiou o país por um caminho diferente durante o século XIX: a transferência da Coroa em 1808; a elevação ao centro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815; a independência como império brasileiro em 1822, preservando a unidade do território; e a posterior Proclamação da República em 1889. Esse caminho peculiar brasileiro tem sido acalentado por conservadores e voltou como uma poderosa retrotopia no discurso da direita.

Neste capítulo explicarei a relevância do legado monárquico do Brasil para o conservadorismo. Vou focar em sua ideia central escatológica: a missão de implementar no Brasil através de um *translatio imperii* o “Quinto Império”. Esse é, por definição, o último império, cuja realização precederia o fim dos tempos como profetizou, nesse sentido, Daniel e Isaías e os sonhos de Nabucodonosor.¹⁰ Fundamental para a invenção do Brasil e para sua formação enquanto nação, a missão do Quinto Império perdeu relevância durante a formação do Estado na segunda metade do século XIX e, especialmente, durante o século XX da republicanização historiográfica e nacionalista. Nos capítulos seguintes, retornarei a esse legado monárquico e mostrarei que não se trata apenas de um anacronismo curioso, mas algo que tem sido preservado no núcleo do pensamento nacional, por exemplo, na expressão “país do futuro”, e que foi ressuscitada pela nova direita brasileira em sua construção retrotópica de um Brasil autêntico que, por sua vez, justificaria seu projeto de demolição do “sistema”, como no seu slogan “livrar o Brasil do Estado”.

A promessa do Brasil como o Quinto Império

A ideia de que a colônia brasileira não seria apenas um lugar edênico, mas também oferecería uma opção de realizar a refundação política do reino português, é onipresente nos primeiros escritos sobre o Brasil. Cartas jesuítas de Manuel da Nóbrega (1549), Ruy Pereira (1560), além dos livros *Do clima & terra do Brasil*, do também jesuíta Fernão Cardim (por volta de 1584), *Tratado Descritivo do Brasil*, do historiador Gabriel Soares (1587) e *Diálogos da Grandeza do Brasil*, do colonizador Ambrósio Fernandes Brandão (1618), concordam de maneira enfática que a nova terra teria o potencial “para se poder situar nela grandes reinos

9 Gerbi 2000.

10 Pagden 1995: 42.

e impérios”.¹¹ Mas coube ao frei franciscano Vicente de Salvador, em seu *História do Brasil*, de 1630, concretizar essa vantagem geopolítica e transformá-la na proposta concreta de transferir a corte para o centro do império, ao que Rocha Pita deu continuidade em seu *História da América Portuguesa*, de 1730.¹² Essas vozes não se limitavam à euforia nativista brasileira, obviamente interessada. Na verdade, a refundação do reino português no Brasil surge de forma regular em todas as crises políticas da metrópole. Na corte portuguesa, a proposta do *translatio imperii* foi registrada pela primeira vez em 1580, quando, em meio à crise de sucessão, Antônio Prior do Crato, sobrinho do rei Manuel I, tentou, com o apoio de Catarina de Médici, refundar Portugal no Brasil.¹³ Da mesma forma, a mudança foi planejada durante a Guerra da Restauração (1640–1668), notadamente não como solução provisória ou como um governo em exílio, mas como solução permanente.¹⁴ O projeto amadureceu em 1738, como parte da resposta portuguesa à sua dependência econômica do Reino Unido, e em 1762, quando, diante da ameaça de uma invasão franco-espanhola, a coroa preparou uma frota para trazer o rei José I ao Brasil.¹⁵ Quando, no início do século XIX, Portugal se viu pressionado a escolher um lado na recém-iniciada guerra entre o Reino Unido e a França, uma solução geopolítica sustentável se tornou mais urgente que nunca. Seu principal defensor foi o Conselho Ultramarino, que pressionou o Conselho do Estado, alegando que Portugal não era mais “a melhor e mais essencial parte da monarquia”.¹⁶ As razões não eram apenas políticas e econômicas.

O *translatio imperii* se baseava num poder mítico que se originou no período da União Ibérica (1580–1649), consequência da catástrofe militar de Alcácer Quibir (1578), quando o jovem rei Sebastião I e grande parte da aristocracia portuguesa foram mortos. Do trauma emergiu um mito de impossibilidade de redenção mais tarde denominado sebastianismo, a crença no retorno do rei no momento apropriado. Essa aguardada ressurreição, ainda que de modo ambivalente, tornou-se um argumento central nos escritos do jesuíta Antônio Vieira.¹⁷ Essa ressurreição, porém, não pretendia de fato defender somente a soberania de Portugal. Desde o milagre de Ourique em 1139, a batalha decisiva contra os mouros durante a Reconquista, quando, como dizem, Cristo confiou pessoalmente ao futuro rei de Portugal Afonso Henriques a criação de um império cristão universal, existe uma tradição lusitana milenar que liga o império político ao vindouro Império de Cristo Rei, ou seja, ao apocalipse. As manifestações mais concretas que projetam esse Império no Brasil são encontradas na literatura jesuíta. No contexto da Guerra da Restauração, Antônio Vieira

11 Brandão [1618]: 22.

12 Vicente de Salvador 1630, Pita 1976 [1730].

13 Schwartz 2000: 108–110.

14 Mello 2000: 92–98, Schultz 2001: 16.

15 Hell 1986: 156; Moraes 1872: 12–21.

16 Light 2008: 30–31. Ver também Lima 1908: 15, 45; Barman 1988: 9–12; Maxwell 2003: 137–138; Souza 1998: 45.

17 Uma análise mais profunda da diversidade e das dinâmicas dos vários “sebastianismos” vai além do escopo do meu objetivo e pode ser encontrada em Bethencourt 2015b.

(1608–1697) forneceu as “provas” extraordinárias, baseadas principalmente na sua exegese dos escritos dos profetas Daniel e Isaías.¹⁸ A premissa de Vieira era que os propósitos da Providência estavam insinuados nesses textos sagrados e confirmados na condução de Deus do curso da história. Em seu volumoso *História do Futuro ou Do Quinto Império do Mundo e as Esperanças de Portugal*, escrito entre 1647 e 1664 e publicado postumamente em 1718, Vieira observa que o povo escolhido, mencionado em Isaías (18, 1–2), que no fim dos tempos se reuniria para receber e servir ao Cristo, está localizado no Brasil.¹⁹ Portanto, um império luso-brasileiro teria de ser criado para suceder os quatro impérios anteriores dos assírios, persas, gregos e romanos, que deveria se chamar, “com a mesma razão e propriedade”, o Quinto Império do Mundo.²⁰

Há um amplo e longo debate sobre se esse Quinto Império luso-brasileiro foi pensado apenas como um espaço espiritual (uma escatologia) ou também como uma nova ordem mundana-secular (no sentido de uma utopia). Certamente é correto que Vieira não se dirigiu fundamentalmente à ordem social de seu tempo.²¹ Sua intenção estava voltada para o retorno a uma ordem prévia e para reafirmá-la através do estabelecimento providencial de um reino, baseado das propostas tridentinas de Francisco Suárez, que afirmam conservar o corpo místico do Reino dentro de uma estratificação social de escravos, plebeus, além de clero e nobreza.²² Nota-se que ele não era um pensador nada progressista, humanitário ou utópico. O Quinto Império foi pensado como um instrumento para completar o projeto divino de transformar o mundo inteiro num rebanho com um único pastor, um único chefe, espiritual e secular.²³ A recepção dominante desde os anos 1920 contribuiu para uma interpretação na influente obra crítica do historiador João Lúcio de Azevedo (e suas edições comentadas de Vieira), que retratava o jesuíta como um pensador apenas religioso e alienado das questões políticas.²⁴

Por outro lado, como isso explica a reação hostil da Igreja, que processou Vieira por anos?²⁵ É bastante esclarecedor que o que a Inquisição apresentou como acusação – e o que foi censurado – tenha sido somente sua pregação de um Reino antes do retorno de Cristo Rei e o que exigiram de Vieira foi que ele se referisse ao Quinto Império somente em termos metafóricos, e não literais, uma vez que a doutrina prescreve que esse reino não deve ser erigido nesta Terra.²⁶ (Curiosamente, esse problema vai reaparecer nos escritos de Plínio Corrêa de Oliveira e ele salvará sua alma criando um reino provisório na Terra, o Reino

18 Delgado 2003: 280.

19 Vieira 1718 I: 90.

20 Vieira 1718 II: 4.

21 Bethencourt 2015a: 19.

22 Albuquerque 2000: 295.

23 Lima 2005: 21.

24 Azevedo 1918–20.

25 Pécora 2000.

26 Real 2013.

de Maria, mãe de Cristo.) Vieira tinha consciência da dimensão política de seu trabalho, já que menciona que a boa prática cristã intervém nas formas sociais para preparar os homens como coautores da providência, uma coincidência de espiritualidade e secularidade depois conceitualizada como “utopia político-teológica” ou “pragmatismo providencial”.²⁷ Mais ainda, Vieira era muito ativo no aconselhamento ao poder secular: ele promoveu na Corte não apenas a preservação do reino português no Novo Mundo como a criação de um único império mundial português, governado por uma aliança poderosa entre uma Igreja Católica Universal triunfante e um Imperador Cristão.²⁸ Em suma, o Quinto Império na interpretação seminal de Vieira seria o último estágio de perfeição (superior ao quarto Império Romano), precedendo o apocalipse e o julgamento final. Seria um reino escatológico (transcendente e futuro) trazido à realidade (imane e presente), logicamente governado pelos poderes espiritual e secular supremos. A construção desse Estado providencial exigia uma missão especial que só Portugal e nenhum outro país poderia realizar – e somente no Brasil.²⁹ Deve se ter isso em mente para o argumento seguinte.

A Inversão Brasileira

A previsão do Quinto Império exerceu enorme fascinação no pensamento português.³⁰ Obviamente, temas similares da *monarchia universalis* e do movimento para o oeste também existiam na Espanha.³¹ O que distingue o caso de Portugal é que esse tema ganhou popularidade com um certo atraso histórico e que o país, apesar da posição periférica e enfraquecida em relação aos concorrentes europeus igualmente ambiciosos, chegou a realizar o primeiro passo concreto para a realização dessa previsão.³² É de suprema importância

27 Bireley 1990; Pécora 2002; Vieira 2015: 82–83.

28 Valdez 2012: 73; Bosi 2008. Especialmente em *Papel Forte* (1648), uma espécie de documento diretivo em que ele aconselha o rei português a respeito de como reconquistar a província brasileira de Pernambuco da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, Vieira mostrou sua consciência geopolítica (Barbosa 2010: 90).

29 Vieira 2015: 97; Marques 2004: 10; Manduco 2005: 254.

30 Lyra 1994: 123.

31 Comumente, o Quinto Império foi atribuído na Espanha a Felipe II, já não um imperador romano, ao passo que nessa lógica histórica, Carlos V, como imperador romano, só expandiu o Quarto Império (Delgado 2003: 257). Entre as principais vozes a promoverem essa ideia estava o jesuíta Juan de Maldonado (ainda que de forma crítica em relação a qualquer instrumentalização política); os dominicanos Tommaso de Campanella (em *De monarchia hispanica discursus*, 1601) e Juan de Salazar (*Política española*, 1619); assim como Diego Saavedra Fajardo, que presidiu a delegação espanhola na conferência da Paz de Vestfália (1648).

32 O fim da União Ibérica (1640), o Tratado dos Pirineus (1659) e finalmente a morte de Carlos II (1700) levaram ao fim da hegemonia espanhola na Europa. É notável que exatamente neste momento, a segunda metade do século XVII, a ideia do Quinto Império surja no espaço luso-brasileiro. Embora outras potências europeias não católicas se opusessem desde o início às pretensões providencialistas da Espanha e tenham contra-atacado, criando a poderosa “leyenda negra” (Flor 2015: 18), é importante notar que Portugal nunca provocou esse tipo de reação. Na percep-

para se entender o mito fundador do Brasil o fato de que o Quinto Império não era apenas imaginado de forma rotineira como também foi transformado de modo intencional numa realidade política. O momento oportuno foi a ameaça de invasão a Portugal pelas tropas napoleônicas, pelo menos enquanto pretexto, porque essa não era a única opção: outras soluções discutidas eram o casamento do príncipe Pedro – mais tarde primeiro imperador do Brasil – com uma sobrinha de Napoleão ou resistência militar em aliança com o Reino Unido.³³ No entanto, em ambos os casos a monarquia portuguesa teria sido exposta ao que na época era chamado de “nova filosofia” introduzida pela revolução.³⁴ No fim, “a transplantação da metrópole para a colônia constituía eficiente estratégia para assegurar o domínio da parte mais rica do império – o Brasil e, sobretudo, salvar o Reino, e a Monarquia portuguesa”.³⁵

Não foi planejado um exílio temporário, como o rei João VI – já a caminho – tentou fazer seus súditos acreditarem em sua mensagem oficial: “Tenho resolvido, em benefício dos mesmos Meus Vasallos, passar [...] com toda a Real Família para os Estados da América [...] até a Paz geral”.³⁶ Após pôr os pés no Novo Mundo, como o primeiro monarca europeu a fazê-lo, ele não demonstrou nenhuma intenção de retornar – nem depois da capitulação de Cintra (1808), nem depois do tratado de paz (1814). Ele levou consigo, em 35 navios, 14.000 pessoas, além do tesouro e a biblioteca reais.³⁷ Ao chegar, o rei restabeleceu todas as instituições necessárias para um novo governo, transformando o Rio de Janeiro numa “Versalhes tropical”³⁸, e recriou uma aristocracia, distribuindo títulos de nobreza entre latifundiários brasileiros.³⁹ Como é conhecido, medidas imediatas incluíam a suspensão da restrição da manufatura e da imprensa, além da abertura dos portos para o livre comércio, com acesso privilegiado para o Reino Unido Britânico, que ajudara na transferência da Corte e deveria ter um papel militar decisivo na perpetuação do sistema monárquico no Brasil. Por ocasião do Congresso de Viena, o rei João VI não aproveitou a chance para restabelecer o

ção espanhola, o *translatio imperii* foi concluído com a coroação de Carlos V. Portanto, a ideia de mudar o centro do Império para o Novo Mundo é quase ausente na Espanha, mas foi trazida nas colônias hispano-americanas por pensadores crioulos, como o franciscano Gonzalo Tenorio (1602–c.1680) no Peru e o jesuíta Francisco de Florencia, que morreu em 1695 no México. Uma exceção é o também jesuíta Manuel Lacunza y Diaz (1731–1801), habitante dos Estados Papais da Itália, cujo *La venida del Mesías en gloria y majestad* recebeu alguma atenção na América Latina após o início da emancipação política por volta de 1812.

33 Varnhagen 1981 [1856]: 33; Oman 2004 [1808–13]: 26.

34 Light 2008: 30.

35 Lyra 1994: 111.

36 Varnhagen 1981 [1856]: 58, nota de rodapé xv, grifo meu.

37 Light 2008: 106–107, Neves 1994: 179.

38 Schultz 2001: 102, 106; Malerba 2000: 29, 127. Entre essas refundações estavam o Desembargo do Paço e a Casa da Suplicação; Imprensa Régia; Biblioteca Real; Banco do Brasil; Real Academia dos Guardas-Marinhas; Escola Naval; Escola Politécnica (todas em 1808); Academia Real Militar (1810); Escola de Medicina (1813); Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios; Escola Médico-Cirúrgica (1815); e o Museu Imperial (1818). Ver Carvalho 1980: 60.

39 Jancsó & Pimenta 2000: 156, nota de rodapé 83; Schwarcz 1999: 174; Morais 2004 [1877]: 22, nota de rodapé 2.

status governamental prévio, muito pelo contrário, ele selou a transferência ao proclamar em 1815 o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com sede no Rio de Janeiro, marcando a posição do Brasil como *primus inter pares*. O *translatio imperii* português, após séculos de debate, era um fato consumado e acontece que, como explicarei em breve, simbolizava, mais ou menos explicitamente, a fundação do Quinto Império.⁴⁰ O renascimento de Portugal em terras brasileiras ocorreu num momento histórico conveniente. Para os defensores do Quinto Império, era uma coincidência feliz que outros potenciais candidatos estivessem sob ocupação estrangeira, como a “acéfala” Espanha, com seu rei preso por Napoleão, ou mesmo dissolvida, como o Sacro Império Romano-Germânico em 1806. A situação propícia do Brasil facilitou o contraste um tanto forçado entre a submersão na guerra no “resto” do mundo e a instabilidade política causada pelos movimentos de independência nos países vizinhos hispano-americanos. Ao realizar o Te Deum, uma cerimônia religiosa comum de agradecimento, depois de atravessar o oceano, o capelão da Corte evoca o Brasil como a única esperança para um mundo no caos:

América feliz tens em teu seio
Do novo Império o fundador solene:
será este Paiz das Santas virtudes,
Quando do resto do Mundo he todo crime.
Do grande Affonso a Descendencia Augusta,
os Povos doutrinar do Mundo antigo:
Para a Gloria esmaltar do novo Mundo
Manda o sexto João o Ceo amigo.⁴¹

Para o influente conciliador do rei, José da Silva Lisboa, o Brasil seria o “Olimpo” onde seriam “domesticados” os titãs revoltosos hispano-americanos.⁴² Mais uma vez, o argumento mítico é usado para considerações geopolíticas, o que depois culminou na justificação da liderança global de um Brasil emancipado, como no discurso do patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada:

E que país esse, senhores, para uma nova civilização e novo assento da ciência. Que terra para um grande e vasto império! Seu assento central quase *no meio do globo*; defronte à porta da África, que deve senhoriar, com a Ásia à direita, e com a Europa à esquerda, qual outra nação se lhe podem igualar? Riquíssima nos três

40 Lyra 1994: 128, 160.

41 Citado em Schultz 2001: 99, nota de rodapé 111.

42 Citado em Schultz 2001: 197, Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI (1818). A mesma ideia foi absorvida no discurso de William Pitt: “O Imperador da América [o príncipe D. João] deve logo apoderar-se de todas as Posseções da Hespanha” (Pitt 1808: 11).

reinos da natureza, com o andar dos tempos, nenhum outro país poderá correr parelhas com a nova Lusitana.⁴³

A Independência Restauradora

Assim como as primeiras percepções coloniais, o processo de independência também diferiu de forma substancial das emancipações republicanas na Hispano-América. De fato, a independência brasileira foi a única independência legal, não criando por força revolucionária novos sistemas políticos contra – à época – a única legitimidade monárquica existente. A independência brasileira foi negociada num tratado de paz que transferiu parte da soberania da dinastia a um reino recém-criado, exatamente como acontecera muitas vezes na história europeia, sempre que um domínio monárquico era reordenado entre membros da família. Ela se tornou necessária como uma resposta à mesma pressão separatista, constitucionalista e, por fim, republicana que mudara o cenário político na Hispano-América e estava se manifestando tanto no Brasil como em Portugal. Contra a percepção comum de um processo típico de independência colonial, ainda que compreensível como consequência da inversão brasileira, os protestos começaram na antiga terra natal, a parte abandonada do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que durante as Guerras Napoleônicas tinha praticamente se tornado um protetorado militar britânico.⁴⁴ A Revolução liberal do Porto em 1820 acabou convocando as Cortes Constituintes – um sínédrio consagrado legalmente na tradição monárquica portuguesa, como última medida contra o desgoverno – o qual adotou provisoriamente a Constituição de Cádiz, na Espanha, onde a ausência do rei preso provocou igualmente uma reação de autogoverno da aristocracia, seguindo a tendência na Hispano-América. Em Portugal, porém, essas Cortes podiam apresentar e de fato apresentaram exatamente os mesmos argumentos contra a sujeição colonial que mobilizavam os independentistas do Novo Mundo. No caso do Brasil, “o verdadeiro movimento pela Independência da colônia verificou-se na Europa”, como o historiador Maxwell resume o episódio, ainda algo embaraçoso para a historiografia oficial.⁴⁵ Mas o movimento rapidamente se espalhou pelo Brasil também. Começando no norte, em fevereiro de 1821 os protestos chegaram à capital, Rio de Janeiro, onde multidões clamavam por “Constituição de Portugal ou Morte!”⁴⁶ As Cortes Constituintes em Portugal ousaram até intimar o Rei João VI a se submeter às demandas.⁴⁷ Sem dúvida, o sistema monárquico se via num dilema, sabiamente resumido pela avaliação do ministro real Silvestre Pinheiro Ferreira, escrita pouco antes do retorno forçado do rei João VI a Lisboa:

43 Citado em Lyra 1994: 143, grifo meu.

44 Bernecker & Pietschmann 2001: 78.

45 Maxwell 1986: 387.

46 Souza 1998: 80–94; Varnhagen 1981 [1917]: 36; Jancsó & Pimenta 2000: 161.

47 Varnhagen 1981 [1917]: 32; Lyra 1994: 134; Souza 1998: 93.

Porquanto nele se não trata simplesmente de saber em qual dos vastos domínios da Real Coroa convém mais que V. A. R. se digne de fixar sua residência. Trata-se de nada menos que de suspender e dissipar a torrente de males, com que a vertigem revolucionária do século, o exemplo de povos vizinhos, e a mal entendida política que vai devastando a Europa, ameaçam de uma próxima dissolução, e de total ruína os Estados de V. A. R., espalhados pelas cinco partes do mundo: quer seja pela emancipação das colônias, no caso de V. A. R. regressar para a Europa: quer seja pela insurreição do Reino de Portugal, se aqueles povos, perdida a esperança que ainda os anima, de tornarem a ver o seu amado Príncipe, se julgarem reduzidos à humilhante qualidade de colônia.⁴⁸

Naquele momento, a dinâmica no Brasil indicava uma simples repetição do processo emancipatório na Hispano-América: o estabelecimento de Juntas regionais e a subsequente transformação de seus domínios de poder em Estados independentes, governados por constituições republicanas.⁴⁹ O fator diferencial foi a existência de um ator político com poderio militar para manter a unidade política no status quo monárquico. In 1822, a família real, pai e filho, concordou em lançar mão de uma estratégia, de certo modo inspirada em seus vizinhos: assumir a liderança do movimento e transformar o verdadeiro conflito de interesses dos dois lados do Atlântico – entre monarquistas de um lado e constitucionalistas, separatistas e republicanos do outro – num conflito entre “portugueses” e “brasileiros”, categorias nacionais que na época ainda eram artificiais no Brasil.⁵⁰ Seguindo esse roteiro, em 1 de agosto de 1822, o príncipe Pedro declarou que os portugueses eram os inimigos e gritou, num gesto bolivariano, “União! Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja – independência!”⁵¹ Em 7 de setembro a proclamação formal da independência foi encenada às margens do rio Ipiranga e selada e legalizada, em concordância com seu pai, João VI, e, de acordo com o *ius publicum*, por meio de um ato de transferência de soberania.⁵²

Ao se observar essas circunstâncias, não faz sentido entender o processo como “independência” no sentido comum, quaisquer que sejam os detalhes menores e a retórica, os quais não posso aprofundar aqui. A questão é que transmitir, dentro de uma dinastia, o privilégio herdado de posse e governo é o princípio central da legitimação monárquica. A divisão desse privilégio entre membros da família ou a fusão de privilégios (em caso de casamentos ou conquistas) é só uma variação desse princípio. Consequentemente, na perspectiva contemporânea daquela época, o evento foi comparado à divisão do Império de Carlos V entre seu irmão Fernando I e seu filho Felipe II, no ano 1556.⁵³ No entanto,

48 Citado em Souza 1998: 56.

49 Barman 1988: 75, 103.

50 Rowland 2003: 371–372; Holanda 1985 [1962]: 13.

51 “Manifesto aos Povos do Brasil”, citado em Varnhagen 1981 [1917]: 128.

52 Kleinmann 1994: 126.

53 Schäffer 1824: 63.

era mais que isso, uma vez que restaurava a legitimidade ao encenar uma independência “moderna” que é fonte de mal-entendidos até hoje.

Nossa tendência é supor que todas essas mudanças [por meio da independência] são para o melhor. Menciono isso somente para indicar quão subjetiva pode ser a visão que temos da independência nacional e da descolonização. Raramente, por exemplo, vemos a independência como “algo ruim”, como uma regressão, um triunfo do “despotismo” sobre a “liberdade”, ou da “escravidão sobre a “liberdade”, de um regime “imposto” sobre um sistema “representativo”, da oligarquia sobre a democracia, da reação sobre o liberalismo. Contudo, a verdade é que, no caso da independência do Brasil, todas essas acusações podem ser feitas contra o novo império; e de fato foram feitas na época.⁵⁴

A restauração enquanto independência monárquica pareceu ter êxito. Até o fim de 1823, a maior parte dos movimentos de oposição foram contidos com a ajuda da marinha britânica, ainda que de modo totalmente não-oficial.⁵⁵ Logo após o incidente do Ipiranga, aconteceu algo que vai além da tática política e revela a razão de Estado que orientou o processo histórico: A consagração de Pedro I, em 12 de outubro, como Imperador do Brasil, seguindo o rito dos imperadores romanos e dessa forma legitimando-o como imperador sagrado.⁵⁶

No caso brasileiro, a coroa reporta-se diretamente à idéia de império, filian-do-se na tradição inaugurada por Carlos Magno, em 25 de dezembro de 800, como cabeça do Sacro Império. Uma idéia quase mítica, com a imposição de uma relação forçada entre a vastidão do território e a teoria política e administrativa [...] e uma cerimônia –segundo o pontifical romano – destinada à sagração dos imperadores daquele que se nomeará como Sacro Império Romano-Germânico.⁵⁷

Essa consagração na verdade tinha começado antes. Em 13 de maio de 1817, o Príncipe Pedro foi casado com a Princesa Maria Leopoldina da Áustria, filha do último imperador romano, Francisco I (forçado por Napoleão a abdicar em 1806), e representante da ultralegítima Casa de Habsburgo. Assim sendo, a ressonância desses acontecimentos no Brasil foi imensamente positiva na Europa restaurada.⁵⁸ No início deste capítulo, citei George Canning, antigo primeiro-ministro britânico e embaixador em Portugal que declarou que a conservação de uma monarquia no Novo Mundo realizava a importante função de de-

54 Maxwell 2003: 147.

55 Barman 1988: 75.

56 Cantel 1960: 134.

57 Cardoso 2003: 570. Sobre o ritual de coroação, ver Souza 1998: 274.

58 Morel 2005: 636; Achugar 1998: 68–69; Godechot 1972: 34–35.

monstrar aos céticos europeus quão sublime é a legitimidade herdada.⁵⁹ Aparentemente foi com algum sucesso: a principal enciclopédia política alemã *Staats-Lexikon* reconheceu em 1859, sem nenhuma ressalva, o vínculo estreito entre Brasil e Europa e a imunidade do país ao famigerado caos anárquico nas repúblicas hispano-americanas.⁶⁰ Outras fontes alemãs até mesmo prezam a ambição brasileira de criar o Quinto Império mundial, por exemplo quando o dicionário *Brockhaus Conversations-Lexikon* (1835) expressa sua esperança de que “o novíssimo Império do Brasil” seja abençoado na condução do mundo à “magnificência do Cristianismo”.⁶¹

De Quinto Império a “País do Futuro”

A esperança de se criar o Quinto Império mundial era a ideia central de todo o processo de transferência da metrópole para o Novo Mundo e a consolidação do Brasil como império. Ora, os eventos que “a Omnipotência havia reservado para a Fundação do Quinto Império”,⁶² de modo quase lógico, a transformaram em desilusão. O Império real existente teve de enfrentar duas décadas de guerra civil com separatistas liberais e republicanos, além de revoluções sociais em diversas regiões. Após a morte de João VI, o imperador Pedro I teve de retornar a Portugal em 1831 para garantir sua sucessão contra o irmão Miguel e os fortalecidos constitucionalistas, deixando a coroa imperial para seu filho Pedro II (nascido em 1825).⁶³ Depois de nove anos de regência turbulenta, da “agonia do Quinto Império”⁶⁴, uma relativa estabilização foi alcançada com a coroação do jovem príncipe em 1841.⁶⁵ Essa coroação foi fortemente baseada em considerações teológicas, principalmente para reforçar a autoridade do jovem herdeiro da coroa. Pedro II que dividia o mesmo mês de nascimento com Jesus Cristo foi promovido como “Messias esperado, que aos doze anos de idade fugia d’entre seus pais e era achado no templo ensinando aos doutores da lei doutrinas santas”.⁶⁶ Ainda assim, as referências ao Quinto Império iam desaparecendo aos poucos dos discursos políticos e econômicos e sobreviveram só na poesia⁶⁷, além de, curiosamente, na nova tendência da “álgebra política”, cálculos potenciais e cabalísticos, baseados nos calendários hebraico e cristão e no sistema de constelações planetárias, para justificar “cientificamente”

59 Kleinmann 1994: 125. Mattos 1994: 513.

60 Rotteck & Welcker 1859: 14, 24.

61 Hagedorn 1835: 8, s.v. Kaiser.

62 “Artigos Nam Officiaes: Rio de Janeiro”, *Diário Fluminense*, Oct 13, 1828, p. 1.

63 Bernecker & Pietschmann 2001: 82–83.

64 “Bolinhos de Mãe Benta”, *O sete d’abril*, 11 mar. 1837, p. 4.

65 Rodrigues 1965: 12–13.

66 “Ao grande dia 2 de dezembro. Natalicio de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”, *Correio do Imperador ou o Direito de Propriedade*, 2 dez. 1836, p. 1.

67 Sobretudo no jornal literário *Minerva Brasiliense* entre 1843 e 1845.

o que já parecia difícil de acreditar – a providência divina.⁶⁸ Outra relativizações sugere o uso raro, porém existente, do Quinto Império como metáfora para a boa governança que conduziria o Brasil à prosperidade no caminho da conciliação, da legalidade e até da industrialização.⁶⁹ Cada vez mais, é a mera presença e a suposta superioridade do sistema monárquico como tal que cumpre a função de distinguir o Brasil de seus vizinhos e marcar o país, embora as realidades internas estivessem longe de corresponder à imagem de “um país organizado em modelos europeus”.⁷⁰

Na década de 1870, até mesmo essa imagem começou a se desfazer, significativamente até antes da formação incipiente de um movimento republicano. A mudança discursiva se inspirou em parte no descrédito de Vieira, o patrono do Quinto Império, agora acusado de ter promovido a “senilidade imbecil do Quinto Império”, que só gerou “preconceitos melancolicos e superstições malfadas”.⁷¹ A República, proclamada de modo um tanto inesperado em 1889 através de um golpe militar e sem apoio popular, naturalmente expôs o sistema monárquico como algo anacrônico e anatópico, e passou a promover o novo destino do país através da “modernização” e da “americanização”.⁷² Parece que não sobrou espaço para a providência e seu “monumental acervo de ridículas superstições, insuportáveis trocadilhos e sesquipedais dislates”.⁷³ Nesse contexto, o Quinto Império, que já havia se tornado um clichê, foi banalizado, e despido de sua dimensão metafísica. No entanto, há numerosos exemplos de críticas contra o sistema republicano, tais como as que ocorreram após o golpe militar, e surgiram apelos para uma reabilitação da monarquia constitucional e do caminho histórico particular do Brasil.⁷⁴ O apoio popular à república ainda era tênue, uma vez que a monarquia tinha profundas raízes culturais na população.⁷⁵ Paradoxalmente, porém, a ideia de um Quinto Império ganhou nova força através de uma nova doutrina política para legitimar a República dentro de um sistema de ordem superior que mais uma

68 Por exemplo, “Comunicado”, *Diário do Rio de Janeiro*, 16 dez. 1842, p. 2.

69 Por exemplo, “Colonização Industrial”, *Jornal do Commercio*, 3 nov. 1841, p. 2.

70 Carvalho 1998: 237.

71 Camillo Castello Branco, “Portugal e Emilio Castelar”, *A Folha Nova* (Rio de Janeiro), 17 de agosto de 1884, p. 2; “Noticias Litterarias”, *A Gazeta de Noticias*, 5 jul. 1885, p. 1.

72 Janotti 1986: 15; Holanda 1985 [1962]: 360; Carvalho 2003 [1990]: 35–36; Lessa 1999: 40; Oliveira 1989: 175; Carone 1973: 18; Vianna 2004 [1925].

73 Lessa 1913.

74 Entre essas críticas destaca-se *Os fastos da Ditadura Militar no Brasil*, de Eduardo Prado (1890), e *Função normal do terror nas sociedades cultas*, de Araripe Júnior (1891).

75 Carvalho 2003 [1990]: 24; Carvalho 1996: 348. As famosas crônicas sobre o Rio de Janeiro, de João do Rio (escritas de 1904 a 1907), mencionam a onipresença do simbolismo monárquico na população. Quando letrados, preferiam a *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França* a qualquer texto moderno (Rio 1997 [1908]: 104, 107–108). Durante a Primeira República, todos os muitos movimentos sociais, combatidos severamente pelo governo republicano, tinham uma dimensão monárquica–milenarista, tais como os movimentos mais proeminentes de Canudos 1893–1897 e do Contestado 1912–1916 (Naro 2015).

vez pressagiu um futuro de grandeza hegemônica na América do Sul: o positivismo, em adoção única no mundo pela sua interpretação conservadora.

A recepção do positivismo no Brasil ocorreu com bastante atraso, após a morte de seu fundador, Auguste Comte (1798–1857). Foi até mesmo após o cisma que dividiu o positivismo em uma vertente progressista e uma ortodoxa, esta guiada por Pierre Lafitte e com ênfase na doutrina apolítica e transcendental da segunda fase de Comte.⁷⁶ Os principais mediadores brasileiros, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, foram além até mesmo da interpretação ortodoxa e fundaram em 1881 uma Igreja, o Apostolado Positivista, onde pregavam que “para regenerar o mundo eram necessários, antes de tudo, santos e não somente sábios”.⁷⁷ O Apostolado prescrevia que aos positivistas não era permitido ocupar cargos públicos, mandatos políticos ou exercer profissões tais como professor e jornalista, e rejeitavam qualquer mudança na hierarquia tradicional como intervencionismo racionalista ilegítimo.⁷⁸ Consequentemente, eles não se manifestaram durante a transição para a República, exceto em relação aos símbolos nacionais. De acordo com as ordens muito concretas de Comte, esses símbolos tinham que ser mantidos e aperfeiçoados com a adição do lema positivista “Ordem e Progresso”, do mesmo modo que se fizeram com a bandeira brasileira: ela conservou o desenho imperial – evitando qualquer revolucionarismo tricolor – e as cores das dinastias Bragança e Habsburgo, redefinidas como símbolos dos recursos naturais e minerais, e o credo positivista foi adicionado, glorificado como um estandarte no céu estrelado da Proclamação da República.⁷⁹

Por outro lado, a ideologia positivista da primeira fase de Comte, um tanto simplificada e adaptada, serviu de inspiração para intelectuais, militares e engenheiros republicanos em sua busca por um Estado desenvolvimentista pedagógico, o “governo da Ordem”.⁸⁰ Como tal, ela contribuiu para substituir e secularizar as reminiscências do Quinto Império, a meu ver precisamente devido a sua semelhança estrutural: de acordo com a lei dos três estados de Comte, a transição iniciada com a grande crise de 1789 incitou a criação de uma nova ordem além da revolução e da restauração, a conciliação entre ordem e progresso no terceiro e último Estado, o científico ou positivo. Como era conveniente, esse estado deveria ser alcançado sem alteração da hierarquia social, apenas mitigando as exigências revolucionárias através de políticas de assistência social e reeducação moral.⁸¹ Em outras palavras, o positivismo substituiu o poder espiritual tradicional pela doutrina social de uma ordem natural, e o poder secular por uma elite de administradores especializados.

Essa missão civilizatória do Brasil, como o único país no mundo que elevou as ideias positivistas a doutrina de Estado, ganhou uma dimensão imperialista. Como o oposto de

76 Por exemplo, em *Appel aux conservateurs* (1855). Sobre a história do positivismo no Brasil, ver por exemplo Lins 1984.

77 Costa 1967: 211.

78 Holanda 1985 [1962]: 289–290, Carvalho 2003 [1990]: 134.

79 Carvalho 2003 [1990]: 113, 139; Costa 1967: 224; Holanda 1985 [1962]: 299; Leal 2006: 66, 69; Chaui 2000: 62.

80 Carvalho 2003 [1990]: 21–22.

81 Comte 1994 [1844]: 56, 70–71, 76, 101–102.

ordem e progresso, logo foram identificadas as “repúblicas doentes”, sua “desordem”, “selvageria” e “continuidade tragicomédia das ditaduras”.⁸² Seria portanto o dever do Brasil “dividir com os Estados Unidos a ‘hegemonia hemisférica’” sobre as repúblicas vizinhas.⁸³ Ainda que ele mesmo uma república, “nem o Brasil físico, nem o Brasil moral formam um sistema com aquelas nações”.⁸⁴ A transformação do Quinto Império através da síntese do imaginário monarquista com a promessa positivista de harmonia e progresso encontra sua conclusão da celebração dos quatrocentos anos da descoberta do Brasil pela Europa em 1900. Nessa ocasião, o monarquista Conde Afonso Celso, presidente vitalício do prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicou o pequeno livro *Por que me ufano do meu país*. Direcionado a alunos secundaristas, ele lista onze razões de orgulho nacional que constituem, até hoje, o principal repositório de discurso nacionalista e origem do termo “ufanismo”, incluindo todos os temas de superioridade natural e transcendental mencionados acima. É interessante notar que o livro não menciona nem uma única vez a República, e nenhum processo histórico ou ação humana parece importar, uma vez que toda superioridade se origina da providência: “Doado pela providência, recebeu o Brasil aquilo que outros países, derramando rios de sangue, imensas dificuldades tiveram em alcançar.” Simplificando a interpretação que Vieira levou algumas centenas de páginas para explicar, a evidência de Celso era a superioridade natural, assim como quando Deus escolheu Saul para reinar nas tribos israelitas por causa de sua estatura alta:

Confiemos. Há uma lógica imanente: de tantas premissas de grandeza só sairá grandiosa conclusão. Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos sobretudo em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos.⁸⁵

Aparentemente, ainda que sob um regime republicano, o Brasil continuou a se legitimar como império, como afirma uma historiadora especializada nessa transição política: “A ideia do Império como uma exceção positiva no concerto das nações da América Latina permanecia inalterada, atravessando a ruptura republicana.”⁸⁶ Eu acrescentaria que aqui não se trata de qualquer império, um conceito de uso inflacionado no século XX, mas o Quinto Império no sentido de futura grandeza nacional por meio da providência divina. Essa referência encontrou continuidade no imaginário do Brasil como nova civilização tropical,

82 Prado 2003 [1893]: 13; Lima 1907: 33–34.

83 Lima 1907: 50. Essa aliança com os U.S. foi traduzida para a política externa brasileira durante a maior parte da Primeira República, regularmente opondo-se aos interesses das nações vizinhas latino-americanas (ver Bandeira 1978; Burns 1968: 61; e Capelato 2000: 291).

84 Prado 2003 [1893]: 12–13.

85 Celso 1901: 10, 11, 235.

86 Janotti 1986: 213.

como promovida pelos modernistas na década de 1920 e depois pelos influentes filósofos culturais Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Isso também perpetuou, de forma mais ou menos explícita, o legado monarquista; pelo menos simbolicamente, apesar da republicanização paralela da identidade nacional. Obviamente, estou me referindo à narrativa “ufanista” oficial, pedagógica no sentido de Homi Bhabha, e estou abstraindo a tendência intelectual subalterna que o historiador Carlos Fico chamou de “derrotismo”.⁸⁷ Certamente, nos discursos dos governos do século XX, a visão de um Estado desenvolvimentista e futura potência geopolítica prevaleceu sobre a dimensão teológica. Essa visão encontrou sua metáfora mais expressiva no tema do “país do futuro”, cunhada – embora não inventada – por Stefan Zweig. Agradecido ao país em que se exilara, o promoveu em seu livro-homenagem *Brasilien. Ein Land der Zukunft* (literalmente, “Brasil, um país do futuro”) de 1941, prontamente traduzido para o português como “Brasil, o país do futuro”.⁸⁸

A construção de Brasília como uma cidade do futuro deu forma concreta ao tema enquanto símbolo nacional. Além disso, a propaganda oficial durante a ditadura civil-militar valeu-se demasiadamente de fantasias de poder mundial.⁸⁹ De vez em quando, o governo militar fazia alusão direta à missão do Brasil, por exemplo, como o general Vicente de Paulo Dale Coutinho em seu discurso que cito na epígrafe deste capítulo, quando assumiu o posto de comandante-chefe do exército em 1974. Esse legado nunca foi traduzido de pensamento filosófico e social para ação política monárquica após a última tentativa fracassada de Afonso Celso de criar um partido monarquista. Isso se deu devido a uma cláusula fixa em todas as constituições republicanas que precederam a atual, de 1988, que excluíam das eleições partidos monarquistas cujo programa político visasse à restauração.⁹⁰ Ainda assim, o legado continuou vivo no pensamento conservador por todo o século XX. Nos anos 1950, por ocasião do 150º aniversário da transferência da Corte, até mesmo, passou por uma curiosa segunda ressignificação, desta vez como uma reabilitação.⁹¹ Como os próximos capítulos vão mostrar, o legado monárquico brasileiro constituirá uma referência central no pensamento católico conservador ao longo do século XX e até na ideologia de parte da Nova Direita no século XXI.

87 Bhabha 1990: 297, 299; Fico 1997.

88 Grifos meus. O título intencionalmente ambíguo em português do livro de Zweig foi corrigido em edições posteriores. O clichê, no entanto, já havia sido introduzido no imaginário alemão por *Land der Zukunft: Reise in Brasilien* (1937), de Hermann Ullmann, e *Brasilien: Ein Land der Zukunft* (1912), de Heinrich Schüler, provavelmente inspirados no livro seminal mencionado *Por que me ufano do meu país* (1901), de Afonso Celso, que foi imediatamente traduzido para o alemão como “Warum bin ich stolz auf mein Vaterland?” (Por que tenho orgulho da minha pátria?) e publicado em três edições antes de 1910.

89 Em 1968, o governo militar criou sua própria agência de relações públicas, “Assessoria Especial de Relações Públicas” (AERP), que produziu ou adaptou slogans famosos, como “Deus é brasileiro”, “Ninguém segura este país”, “Brasil, conte comigo” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

90 Ver as Constituições de 1934 (art. 178, § 5º), 1946 (art. 217, § 6º) e 1967 (art. 47, § 1º). Ver Santos 1988: 19.

91 Ver, por exemplo, Lins 1956; Torres 2017 [1957]; ou o artigo “O verdadeiro Quinto Império” no jornal *Correio Paulistano*, 27 set. 1958, p. 6.

3 Recristianizando o Brasil

De facto, a nós católicos, se pôde dizer o mesmo que se deve dizer do Exército nacional: não é preciso que se constitua em partido e use mesmo das armas que lhe foram confiadas, para que exerça papel importante na vida política do país.¹

Jackson de Figueiredo

Surpreendentemente, o evento histórico que criou as condições para o fenômeno da recristianização do Brasil durante aproximadamente a primeira metade do século XX foi justamente a Proclamação da República em 1889, e mais precisamente a consecutiva separação da Igreja católica brasileira do Estado na primeira Constituição republicana de 1891. Essa foi um choque para o clero e os próprios católicos conservadores que naturalmente temiam essa perda de privilégio e até a ameaça contra sua existência.² Mas, paradoxalmente, a criação de um Estado laico resultou num enorme fortalecimento da Igreja e da sua influência na política, especialmente no Estado Novo de Getúlio Vargas durante os anos 1930, com sua primeira Constituição (1934) trazendo a assinatura da Igreja. A razão era que a República laica abriu um espaço livre para o desenvolvimento de um projeto eclesial apropriado, numa nova colaboração com o Vaticano, até então inexistente e logo muito estreita. O projeto foi desenvolvido e bem-sucedido, mesmo indo contra uma elite política republicana notoriamente hostil, de posicionamento tendencioso positivista. A igreja, na defensiva, caprichou no contra-ataque, através da formação de instituições e amplo proselitismo por meio de meios de comunicação católicos recém-criados.³ Alceu Amoroso Lima (1893–1983), uma das figuras chave na restauração católica, concluiu em retrospectiva que somente separada do Estado e sob pressão política a Igreja poderia fazer sua força espiritual evoluir, assim como o esforço para combater a hostilidade após a Revolução Francesa a tornou “infinitamente mais rica em sua autêntica fisionomia espiritual”.⁴ Aparentemente, o mesmo aconteceu no Brasil cem anos depois.

A “Questão Religiosa” no Império

A separação entre o Estado e a Igreja possibilitou a esta emancipar-se de uma situação particularmente brasileira chamada cesaropapismo, a submissão do poder espiritual ao

1 Figueiredo 1922 [1921]: 46.

2 Casanova 1994: 114; Bruneau 1974.

3 Miceli 1988.

4 Lima 1999a [1963]: 221.

poder secular de um soberano, com efeitos limitantes e não de apoio. Para começar com dados quantitativos, ao fim do Império e após quatro séculos de presença no Brasil, apenas 13 bispos e 700 padres tentavam cuidar de mais de 14 milhões de católicos.⁵ Essa foi a primeira coisa a mudar durante as primeiras décadas do século XX. Além disso, no Império a Igreja não só lembrava, na prática, um departamento administrativo do governo como também ficou sujeita a uma fusão extraordinária entre o clero e a maçonaria. Um número considerável de padres e bispos era abertamente maçons e até a mais alta autoridade eclesiástica, o imperador Pedro I, era ao mesmo tempo Grão-Mestre da Ordem Maçônica do Grande Oriente, enquanto seu filho Pedro II era pelo menos simpatizante da maçonaria. Essa mistura sujeitou a doutrina católica às ideologias liberalistas e positivistas anticlericais.⁶ Na década de 1870, o clero havia reagido pela primeira vez a essa submissão. Esse prelúdio, a chamada “questão religiosa”, serviu de lição dolorosa para a restauração católica. Em resposta à fusão perigosa com a maçonaria, o clero brasileiro começou a enviar seminaristas para escolas ultramontanas em Roma e Paris, os centros do integrismo. O que eles esperavam com isso era atingir padrões morais mais elevados e teologicamente mais ortodoxos entre o clero.⁷

Um desses seminaristas era o padre Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844–1878). Após o seu retorno da França e a sua nomeação a Bispo de Olinda (como de costume, pelo imperador), ele detonou uma bomba: em sua carta pastoral de 1875, *A maçonaria e os jesuítas: Instrução pastoral*, ele denuncia a maçonaria como uma conspiração poderosa que travou uma guerra contra a Igreja. Ele viu essa guerra acontecer sobretudo ao longo da campanha de difamação que, a seus olhos, tentou atribuir uma posição extremista à Igreja, semelhante ao argumento da Nova Direita hoje, que refuta categoricamente qualquer atribuição de extremismo. Se substituirmos “maçonaria” por “comunismo”, as palavras do bispo Vital poderiam ter sido escritas hoje por um católico conservador: “Sob as odiosas denominações de fanatismo, ultramontanismo, romanismo, jesuitismo, etc., não cessa a Maçonaria de mover guerra sem treguas ao Catholicismo, combatendo-o a todo o transe, por todos os meios, por todos os lados.” Também parece familiar sua posição autodeclarada de alguém solitário em seu alerta para uma catástrofe que ninguém mais percebe: “Eis ahi patente, bem patente, o duplo fim da maçonaria: estrangular o ultimo dos padres com os intestinos do ultimo dos reis! Tudo isto é por extremo significativo. Entretanto ninguem comprehende!” Vital dá algum crédito aos maçons do clero e da realeza que eram apenas usados, sem consciência de estarem sendo manipulados, do mesmo jeito que a Nova Direita hoje concede alguma confiança a intelectuais seduzidos que promovem o marxismo cultural sem saber.⁸ Entre esses, há porém os traidores, o inimigo interno. Quando o Papa Pio IX comentou em ju-

5 Casanova 1994: 116.

6 Para a fusão entre Igreja e maçonaria, ver Thornton 1984.

7 Feitoza 2019: 43.

8 Vital 1875: 6–7, 35–37, grifo no original.

nho de 1871 sobre a Comuna de Paris, mais ou menos ao mesmo tempo que Vital lançou sua carta pastoral, este estava especialmente preocupado com esses traidores: “o que me faz medo não são esses miseráveis da Comuna, verdadeiros demônios do inferno que passeiam sobre a terra. Não, não é isso; o que me faz medo é essa política malfadada, esse liberalismo católico que é o verdadeiro flagelo.”⁹

Em seu estilo redundante e hiperbólico, Vital lembra um Olavo de Carvalho *avant la lettre*, inclusive na predileção por enfatizar palavras-chave com letra maiúscula. O estilo polêmico de Vital em sua carta, mais do que seu argumento, pode ter sido a razão para a sua prisão, na qual culminou a “questão religiosa”. A diferença entre eles é só o nome pelo qual chamam o inimigo, mas no que se refere à ameaça generalizada contra a sociedade tradicional, os termos “maçonaria” e “comunismo” são intercambiáveis. Como mostrarei adiante, não se trata de coincidência, uma vez que ambos são vistos como herdeiros e ex-crescências do gnosticismo herético medieval. O erro da maçonaria já contém o erro do comunismo, este sendo apenas um passo a mais na direção errada. Para alguns, isso ainda era uma questão um século depois. O bispo Kloppenburg explicou em 1984 que o erro fundamental da maçonaria era a relativização da verdade divina como inalcançável, o que induzia ao subjetivismo e a tolerância com ideias contraditórias, visando –pasmem! – a melhora ética do indivíduo, em vez da obediência ao dogma e a espera para ser melhorado pela graça divina.¹⁰

Vital só foi solto da prisão após a intervenção de Pio IX. Ao contrário do bispo brasileiro, Pio IX estava bastante consciente da “ameaça comunista”, maior que a conspiração maçônica. Já décadas antes, ele alertara em sua encíclica *Qui pluribus* (1846) contra a “doutrina nefanda do chamado comunismo, sumamente contrária ao próprio direito natural, a qual, uma vez admitida, levaria à subversão radical dos direitos, das coisas, das propriedades de todos e da própria sociedade humana”.¹¹ Ou, em outras palavras, o cenário que a Nova Direita retrata da sociedade brasileira contemporânea. Tanto o socialismo como o comunismo também figuraram entre as 80 heresias modernas do famoso “Sílabo dos Erros” de Pio IX, um apêndice da encíclica *Quanta Cura* (1864). Nessa reação drástica contra os movimentos revolucionários de meados do século XIX, o Papa vindicou a liderança absoluta e infalível de Roma em todos os assuntos religiosos e profanos, a base da implementação do ultramontanismo moderno no Concílio Vaticano I (1869–1870), o berço do integrismo, que viria a dominar o pensamento católico no Brasil até meados do século XX.¹²

À primeira vista, é espantoso que no século XIX o Vaticano tenha antecipado a maior parte dos argumentos da Nova Direita. Pensando melhor, se entendermos as raízes conservadoras católicas da Nova Direita, trata-se apenas de uma sequência lógica. O Papa seguinte,

9 Citado em Antoine 1980 [1972]: 12.

10 Kloppenburg 1984.

11 Pio IX 1846.

12 Pio IX 1864.

Leão XIII, foi ainda mais explícito quando em seu *Quod Apostolici Muneris* (1878) alertou contra a “seita de homens que, debaixo de nomes diversos e quase bárbaros, se chamam socialistas, comunistas ou niilistas”. Essa seita seria responsável por planejar “a derrubada de toda sociedade civil” ao defender “a plena igualdade entre os homens” e enfraquecendo a “união entre homens e mulheres”.¹³ Ou, em outras palavras, o que depois viria a ser conhecido como “ideologia de gênero”.

A crença da Nova Direita num Ocidente degenerado apenas ecoa o Vaticano, que percebeu no modernismo acelerado do fim do século XIX a “síntese de todas as heresias”, o resultado de um processo que havia começado muito antes.¹⁴ Na encíclica *Diuturnum* (1881), Leão XIII traçou pela primeira vez a longa história do comunismo desde a Reforma Luterana. Desse pecado original nasceu “a falsa filosofia e aquele direito que chamam novo, a soberania popular, e aquela desenfreada licença que muitos pregam ser a única liberdade”.¹⁵ Contra essas filosofias equivocadas, ele tomara, pouco antes, uma decisão que influenciaria profundamente o pensamento integrista no Brasil, com efeitos duradouros na tradição conservadora até hoje. Em sua encíclica *Aeterni Patris* (1879), ele transformou o tomismo, os ensinamentos de Tomás de Aquino, no sistema teológico e filosófico oficial da Igreja. Esse sistema de conhecimento era destinado a ser aplicado não apenas na formação de seminaristas, mas também de pessoas leigas, por exemplo nas universidades católicas.¹⁶ O brasileiro pioneiro no ensino do neotomismo enquanto “unidade do saber” foi a Faculdade de Filosofia e Letras São Bento em São Paulo, mais tarde incorporada à Universidade Católica de São Paulo, co-fundada pelo monsenhor Charles Sentroul (mais um missionário integrista da Bélgica, como o já mencionado Lombaerde).¹⁷

No entanto, como todo esse esforço não foi capaz de erradicar a modernização e especialmente as reivindicações sociais, Leão XIII mudou a tática. Em 1878, ele pensou que seria suficiente denunciar a subversão e prestar atenção especialmente nos “homens que exercem ofício, que alugam o seu trabalho e que, cansados da condição de trabalhadores, são muito facilmente seduzidos pela esperança das riquezas e pelas promessas de fortuna”.¹⁸ Palavras verdadeiras, sem dúvida, já que a subversão não faria sentido entre aristocratas ricos que compreensivelmente podem se sentir menos cansados e menos necessitados de esperança de uma vida decente. Mas em sua encíclica posterior, *Rerum Novarum* (1891), ele pareceu ter entendido que só denunciar e lembrar os prazeres da vida no além poderia não mais convencer um trabalhador vivendo nas condições do capitalismo de Manchester. Ele também entendeu que o comunismo não era só uma conspiração destrutiva do mal, mas algo baseado nos princípios da organização social. Assim sendo, a Igreja deveria rapi-

13 Leão XIII 1878.

14 Moura 1978: 28.

15 Leão XIII 1881.

16 Caldeira 2005.

17 Moura 1978: 65.

18 Leão XIII 1878.

damente, “com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida”.¹⁹ Essa concessão criou a base para a doutrina social católica que depois foi interpretada como o princípio cristão da justiça distributiva – obviamente pelos traidores, já que a solução do Papa nunca pretendeu incluir qualquer transferência social. Acima de tudo, *Rerum Novarum* foi uma tentativa de conciliar, sem mudar, a velha ordem e a sociedade moderna.²⁰

A Restauração Católica na Primeira República

O bispo Vital morreu em Paris antes da Proclamação da República no Brasil. Portanto, ele não pôde ver que suas preocupações com a elite política eram proféticas. A República levou a um poder indivisivo não apenas maçons como o marechal Deodoro da Fonseca (aquele que iniciou a ação militar para gerar todo o processo) e Rui Barbosa (o mentor da Constituição republicana), mas toda uma nova classe política de advogados, organizados na influente “bucha” da Faculdade de Direito de São Paulo (inspirada nas fraternidades alemãs de estudantes chamadas *Burschenschaften*), oficiais das academias militares do Rio de Janeiro e engenheiros orientados para “Ordem e Progresso”. Essa geração, a maior parte nascida na década de 1870, era tendenciosamente agnóstica e mais ainda anticlerical.²¹ Como a maioria era simpatizante do positivismo, os católicos do Brasil interpretaram – não sem razão – sua atitude hostil como uma tentativa de finalmente vencer a “questão religiosa” pendente. Eles perceberam a introdução da liberdade de religião na Constituição republicana como uma forma oculta de promover uma “Religião da Humanidade” positivista e remover o catolicismo da posição de “elemento primordial da alma de uma nação”.²² Além desse aspecto de “pseudo-religião” concorrente, o positivismo foi visto como o agente mais visível da modernização devido ao seu cientificismo. O historiador João Camilo de Oliveira Torres (1915–1973), como Alceu Amoroso Lima um católico integrista e monarquista, mas ainda uma das fontes mais “científicas” a respeito do monarquismo e do integrismo, identificaria mais tarde o pecado original do positivismo no empirismo de Comte: “Ele não compreendia que a experiência é dada imediatamente a todos e que a filosofia pressupõe a interpretação e a Fé, revelação, não sendo evidentes.” Desprovido dessa compreensão, Comte tendia a explicar a humanidade em sua sociologia inicial somente “a partir do exterior”, através de suas estruturas sociais, o que fez da nova ciência uma substituta ilegítima da Lei Natural.²³

19 Leão XIII 1891.

20 Lima 1964: 123–124, ensaio originalmente publicado em 1961.

21 Farias Brito 2006 [1912]: 92; Moura 1978: 53.

22 Moura 1978: 32.

23 Torres 1968: 159–160. Torres é autor de uma série quase concluída sobre a história das ideias no Brasil em 12 volu-

Sua preocupação particular era que apenas a Lei Natural assegurava o sistema monárquico. Essa dimensão particular enfureceu os católicos brasileiros diante da carta branca de Leão XIII para a colaboração com os republicanos contra o inimigo comum, o comunismo, o famoso *ralliement* na encíclica *Inter Sollicitudines* (1892).²⁴ A Lei Natural e a monarquia eram vistas como intrinsecamente entrelaçadas.

O que a ciência moderna deixava de ver, os católicos contestaram, era a perspectiva teológica, e sem a teologia nenhuma ciência jamais poderia alcançar a realidade e a verdade. O filósofo Raymundo Farias Brito (1862–1917), inspirado no filósofo francês Henri Bergson, explicou em *A base física do espírito*, de 1912, a função da teologia enquanto interpretação da “concepção do mundo como criação de um ente infinito, como ato de um Deus onipotente: uma solução do problema do universo”. A interpretação do mundo era “a ciência do ser enquanto ser, a indagação das primeiras causas e dos primeiros princípios, nos termos da filosofia aristotélica.” Apenas se conduzida de forma correta, possibilitava a metafísica: “a concepção segundo a qual deve o mundo interpretar-se como uma manifestação exterior do pensamento divino, como igualmente a concepção segundo a qual se resolve em matéria e tudo se deve explicar pelas evoluções da matéria”.²⁵ A ciência e a teologia apenas olhavam para a mesma coisa de duas perspectivas diferentes, que somente juntas nos permitem compreender o todo da realidade: “o mundo material é a face exterior, objetiva; o mundo dos espíritos é a face subjetiva, interna, da divindade.”²⁶

Mas também houve vozes críticas que se opuseram à mudança radical através da republicanização durante os anos 1890. Além do já mencionado pai do “ufanismo”, Afonso Celso, havia o integrista e militante monarquista Carlos de Laet (1847–1927), autor de artigos conservadores incisivos. Outro era Eduardo Prado (1816–1901), também monarquista e, em seus últimos anos, simpatizante do integrismo, autor dos já citados *Os fastos da ditadura militar no Brasil* (1890) e *A ilusão americana* (1893), argumentando contra a imitação brasileira do republicanismo hispano-americano. Uma terceira e hoje mais lembrada voz crítica contra a jovem República foi Alberto Torres (1865–1917), conservador, mas não monarquista. Foi presidente do estado do Rio de Janeiro, deputado estadual e federal, e ministro do Supremo Tribunal Federal, e inferiu a partir dessa experiência a incompatibilidade entre a realidade constitucional e a nacional. Em *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*, ambos de 1914, ele explica essa ideia através da alienação das elites cosmopolitas progressistas e insiste que a política volte a se pautar na realidade empírica do país, com base na tradição e na economia agrária.²⁷

mes, entre eles *A Democracia Coroada* (1957) e *História das ideias religiosas no Brasil* (1968).

24 Veiga 1895.

25 Farias Brito 2006 [1912]: 87–88. Em seu livro anterior, *A filosofia moderna* (1899), ele tentou refutar todas as variantes do materialismo, tais como o positivismo científico, o evolucionismo e o marxismo.

26 Farias Brito 2006 [1912]: 256.

27 Torres 1978 [1914]: 29.

As ideias de Torres só ganharam popularidade entre os conservadores durante a década de 1930, bem depois de sua morte. Entre seus admiradores estavam o integralista Plínio Salgado e o já mencionado Oliveira Vianna, fundadores da Sociedade de Amigos de Alberto Torres²⁸. Vianna propôs modernizar o Brasil reencontrando suas raízes tradicionais e tornando o Estado mais uma vez compatível com a natureza própria do país. O fortalecimento da elite tradicional, seu famoso “Homens de mil” e especialmente a “nobilizarquia paulistana”, a mais empreendedora porque a mais pura (com a taxa mais alta de endogamia no país, como ele frisava), daria origem à “verdadeira nação”.²⁹ Sua interpretação conveniente de Torres – soluções brasileiras para problemas brasileiros – fez deste, retroativamente, o padrinho do autoritarismo brasileiro. Laet, Prado, Torres e Vianna e uma versão banalizada de suas ideias são referências constantes, e independentes do contexto, na Nova Direita hoje. Servem como fiadores para a oposição entre “o Estado” e um “Brasil autêntico”, e às vezes até para refutar as “políticas de identidade internacionais” e para defender os interesses do agronegócio (voltarei a ele no capítulo oito).³⁰

A maçonaria, o positivismo e o republicanismo foram percebidos pelos católicos integristas brasileiros como sintomas do relativismo modernista que cedo ou tarde levaria ao “comunismo” contra o qual os Papas haviam alertado. Citei as encíclicas diversas vezes porque esses textos e seus argumentos são pouco conhecidos. No entanto, oferecem as explicações centrais sobre a crise da modernidade, a qual será a base do pensamento conservador no século XX e, considerando as premissas e referências implícitas, da Nova Direita até hoje.

O Centro Dom Vital – Sede da “Milícia de Cristo”

O integrismo militante, a adesão incondicional aos valores tradicionais católicos conforme são representados pela autoridade sagrada e infalível do Vaticano, foi a estratégia recomendada para se unir forças e recristianizar a sociedade decadente brasileira numa guerra doutrinária de ideias. Um dos discípulos do já mencionado Farias Brito, Jackson de Figueiredo (1891–1928), era mais um homem de ação do que de pensamento – uma bênção para o integrismo, que se esforçava para pôr em prática o que o Papa Pio X ordenara em seu rigoroso plano de ação *Pascendi* (1907): resistir ao “modernismo”, expelindo, censurando e supervisionando o inimigo pelos Comitês de Vigilância Diocesanos. Além disso, houve o contra-ataque via proselitismo, usando meios de comunicação modernos, para reconquistar a sociedade, especialmente suas elites, e assim conseguir influência política sobre o Estado. Tudo isso com relatórios obrigatórios a respeito dos resultados.³¹ Sebastião

28 Fernandes 2010: 95; Trindade 2015.

29 Vianna 1999 [1949]: 240–242, 373.

30 Fernandes 2010: 103, 116–117; Ferreira 2010: 67–68; Doria 2020: 78.

31 Pio X 1907. Ver também Zanotto 2009: 56; Pierucci 1992: 150; Caldeira 2004: 105; Pierucci 1999; Alves 1979;

Leme (1882–1942), arcebispo de Recife e Olinda, e autor do mencionado *Católicos, ao combate!*, de 1916 (que ganhei de presente em sua reedição de 2016), visitara a capital, Rio de Janeiro, em 1921. Ele logo estimulou a criação do Centro Dom Vital (CDV) em 1922, uma associação civil de pessoas leigas subordinadas à Igreja, que leva o nome do primeiro integrista brasileiro, que hoje está em processo de canonização.³² Seu livro, como o título sugere, acrescenta mais um ingrediente ao conservadorismo brasileiro: o nacionalismo. Defender o integrismo católico romano significava resistir aos hábitos cosmopolitas modernistas, como o “Carnaval” e as “danças exóticas” vindos de fora, que para eles pareciam “irrazoáveis e até ridículos”.³³ A mensagem era clara: Quem não combatesse essas tendências de forma ativa, traía Jesus e traía a pátria. O CDV institucionalizou, centralizou e disseminou, como nenhuma outra instituição anterior, o pensamento e a ação católicos integristas, desenvolvidos e elaborados, apesar de ainda difusos, e conciliou-os com o nacionalismo, traduzindo-os para o lobby político.³⁴

O principal ativista do centro, Jackson de Figueiredo, como muitos de seus pares, recentemente convertido ao catolicismo, certamente estava convencido de seu empenho, conforme confessou dois anos antes numa carta para um amigo anônimo: “Eu só tenho, hoje em dia, uma preocupação na vida: ser um católico integral, ser um homem da Igreja, um sacristão capaz de pegar em armas pela minha fé e mais nada.”³⁵ A retórica marcial não é coincidência. Fanático pela ordem e pela autoridade, Jackson entendeu sua missão de criar a “Milícia de Cristo”, uma interpretação do evangelismo que se tornou um pilar da autoconcepção católica conservadora.³⁶ Um século depois, meus entrevistados do IPCO e do CDB também se referiam frequentemente a esse termo militar. Essa concepção ampliou significativamente a base de apoiadores do conservadorismo católico. Muitos dos colaboradores do centro tinham participado de movimentos – não necessariamente católicos – autoritário-nacionalistas que se espalharam pelo Brasil durante a Primeira Guerra Mundial. Entre eles estavam monarquistas como Olavo Bilac ou até oficiais militares positivistas, organizados em várias Ligas de Defesa Nacional. Todos eles foram colaboradores assíduos nos mesmos novos jornais tais como *A Defesa Nacional*, *Gil Blas*, *Brazílea* e *Revista do Brasil*, os dois últimos co-fundados por Jackson.³⁷ A maioria deles, porém, começou depois a escrever para o jornal *A Ordem*, também dirigido por Jackson e fundado em 1921, pouco antes do CDV. Outra novidade foi a simpatia católica pelo governo brasileiro, antes adversário, como nas pessoas dos presidentes Epitácio Pessoa (no cargo de 1919 a 1922) e Artur

Casanova 1994: 117.

32 Azzi 2003: 12. Ver também Azzi 1994.

33 Leme 2019 [1916]: 55–57.

34 Rodrigues 1981: 6.

35 Citado em Antoine 1980 [1972]: 12.

36 Torres 1968: 186–187.

37 Trindade 1974; Deutsch 1999: 109; Cowan 2016: 161.

Bernardes (1922–1926), sendo que este até nomeou Jackson como seu chefe da censura.³⁸ “Pela Brasilidade e Pelo Catolicismo”, o lema de *Gil Blas*, indicava uma nova aliança, ao menos estratégica, num momento de tumulto político. O ano de 1922 não só viu a fundação do CDV, mas também da fundação algo tardia da ala brasileira do Partido Comunista. Nessas circunstâncias, a preservação autoritária da tradição e da ordem social, mesmo que não comprometida com o conservadorismo católico, deve ter representado o mal menor – e aqui começa a aproximação entre movimentos originalmente opostos, o que vai se repetir em qualquer momento histórico de mudança social, como antecipei na introdução.

O CDV tinha um modelo, como o integrismo, mais uma vez, importado da França e adaptado: o *Action Française*, criado em 1899 pelo jornalista Charles Maurras (1868–1952).³⁹ As semelhanças são intrigantes: ambos começaram apresentando suas ideias em um novo jornal erudito, ambos conseguiram sintetizar a maioria das tendências que estavam de alguma forma desiludidas com a democracia republicana liberal, prometendo a volta de uma ordem pura e objetiva, dada e representada pela tradição, pela Igreja e pela monarquia, aplicada através da “física política” e baseada na “descrição concreta dos fatos”, longe de qualquer ideologia. O *Action Française* é considerado um caso de destaque por ter sido uma escola de doutrina política que uniu todos os nacionalistas para resistirem ao “comunismo”, se não numa aliança, pelo menos com respeito mútuo. Isso certamente se confirma para o CDV durante a década de 1920 também.⁴⁰ Ambos inclusive alcançaram a aproximação entre católicos e positivistas – antecipando a ideia tardia de Comte de juntar forças com os jesuítas – enfatizando a crença em comum na quintessência de uma ordem hierárquica e sua oposição ao individualismo religioso, visto como o principal efeito pernicioso do romantismo. Como brincou o especialista nessa fusão católica-positivista francesa, Michael Sutton: para uma concepção medieval de catolicismo, Comte não era mais um risco.⁴¹

Jackson conseguiu não só organizar essa fusão, mas também justificá-la ideologicamente, mais uma vez inspirado em Charles Maurras. Embora provavelmente agnóstico, para Maurras o catolicismo importava enormemente como parte da tradição nacional – assim como a monarquia – sendo, portanto, indispensável para representar ordem e unidade.⁴² Jackson, num argumento semelhante, identificou o nacionalismo com a tradição, a tradição brasileira com o Catolicismo, e, em conclusão o nacionalismo com o Catolicismo. Além disso, o monarquismo ressurgiu como um ideal para a primeira geração de cidadãos nascidos na República que acalentava uma “nostalgia profunda por uma monarquia que nunca conhecera”.⁴³ Intimamente relacionado ao CDV, surgiu em 1928 o primeiro grande movimento monarquista no Brasil, o Ação Imperial Patrianovista Brasileira, conhecido como

38 Deutsch 1999: 118.

39 Veja, entre os trabalhos seminais, por exemplo, Tannenbaum 1962, Arnal 1986 e Soucy 1986 e 1995.

40 Gurian 1931: 2, 28, 36, 62, 98; Iglésias 1977 [1962]: 148; Todaro Williams 1971: 74.

41 Sutton 1982: 1, 20.

42 Gurian 1931: 38.

43 Todaro Williams 1971: 98, 106, baseado na entrevista com Hamilton Nogueira.

Patrianovismo, liderado pelo ativista afro-brasileiro Arlindo Veiga dos Santos, admirador de Maurras.⁴⁴ Como seu modelo francês, eles lutavam pela restauração da monarquia tradicional (uma monarquia ideal, não o Império brasileiro sob Pedro II, liberalista aos olhos deles), baseada no Rei, na Igreja e nas corporações, estas antecipando a proximidade com o integralismo.⁴⁵ A organização se apresentava da forma seguinte:

Extrema direita radical e violenta, afirmadores de Deus e sua Igreja, afirmadores da Pátria Imperial e Católica, inimigos irreconciliáveis e intolerantes do burguesismo, plutocratismo e capitalismo materialista, ateu, gozador, explorador, internacionalista, judaizante e maçonzante; inimigos da república, dos partidos, do parlamentarismo, em suma do liberalismo religioso, político e econômico; enfim, tão inimigos também da anarquia bolchevista que com erros igualmente grandes pretende em vão “corrigir” a tirania da burguesia liberal, como inimigos da ordem social mentirosa, instalada em quase todo o mundo.⁴⁶

Seu programa era um pouco mais sóbrio, concentrando-se no reestabelecimento do privilégio da religião católica e na reinstituição do rei como chefe do Estado e do governo, generosamente endossado, do exílio francês, pela “Sua Majestade” Dom Pedro Henrique, pai de Bertrand.⁴⁷ É um tanto revelador que o jovem Plínio Corrêa de Oliveira também tenha sido membro do Patrianovismo, o que mostra mais uma vez como conservadores de todos os estilos transitavam entre essas instituições.⁴⁸

Ainda que imitando a eficiente estratégia organizacional da *Action Française* para formar alianças táticas, Jackson não se identificava completamente com o pensamento de Maurras.⁴⁹ Este declarava que o poder secular tinha primazia sobre o espiritual, o que teria reestabelecido a indesejável dependência da Igreja para com o Império brasileiro. Jackson também não seguia Maurras em suas explicações antissemitas de uma “conspiração judaica”⁵⁰, e, apesar de sua retórica marcial, nunca chegou ao ponto de pregar a defesa legítima da ordem por quaisquer meios, incluindo a violência. A condenação da *Action Française* pelo Papa Pio XI em 1926 e a censura de suas publicações – ainda que sem ter ficado claro se a intenção foi moderadora ou competitiva – provocou ainda mais reservas.⁵¹ No entanto, o

44 Malatian 1978: 65; Gonçalves 2012: 218.

45 Todaro Williams 1971: 107, baseado na entrevista com Arlindo Veiga dos Santos e o monarquista João de Scantimburgo.

46 Citado em Domingues 2006: 523.

47 Ver o periódico da organização, a *Revista Pátria-Nova* de setembro de 1929 e várias cartas citadas em Domingues 2006: 525.

48 Zanotto 2007: 37.

49 Mattei 1997 [1996]: 108.

50 Deutsch 1999: 130.

51 Gurian 1931: 46–47, 110–111; Mattei 1997 [1996]: 108.

maurrassismo era muito maior e mais disseminado que isso. Suas ideias penetraram vários movimentos europeus, como o integralismo lusitano, a *Acción Española* e o fascismo italiano, todos acompanhados por Jackson com forte interesse. Isso vale especialmente para a influência de seu amigo e “irmão em espírito”, Antônio Sardinha, com quem compartilhava visões imperiais de uma potência mundial lusitana ou até hispânica.⁵² O integralismo lusitano de Sardinha, apesar de sua discrição por razões nacionalistas, era diretamente inspirado em Maurras, o mentor pessoal de Alberto Monsaraz e Pequito Rebelo, ambos exilados em Paris de 1910 a 1914, que formou o movimento após o retorno deles a Portugal.⁵³ Além disso, através da *Acción Española*, os conservadores brasileiros redescobriram o pensamento do teórico político espanhol contrarrevolucionário, Juan Donoso Cortés (1809–1853), e alguns até consideraram seguir o exemplo do general Primo de Rivera, que tomou o poder por golpe militar e governou a Espanha de 1923 a 1930.⁵⁴ O primeiro programa de partido de Mussolini e sua estratégia de combinar nacionalismo, hierarquia e a Igreja foram igualmente estímulos importantes para o pensamento conservador brasileiro.⁵⁵

Contudo, mais do que qualquer outra pessoa, Jackson tornou-se um devoto admirador de um dos primeiros reacionários – e, claro, inspiração crucial de Maurras – Joseph de Maistre (1753–1821).⁵⁶ Ele até planejou escrever uma monografia sobre o pensamento de Maistre, porém só teve tempo de concluir dois capítulos com os títulos promissores, “As Origens Remotas e Profundas do Satanismo Revolucionário” e “O Esplendor da Corrupção”.⁵⁷ O livro seminal de Maistre, *Considerações sobre a França*, de 1797, que inclui reflexões semelhantes às de seu equivalente irlandês, Burke, veio a calhar para os conservadores brasileiros no que concerne à natureza imperativa da tradição hereditária e incorporada de qualquer organização política da sociedade:

Mas você pode, homem insignificante, acender esse fogo sagrado que inflama nações? Pode dar uma alma comum a alguns milhões de homens? Uni-los sob as suas leis? Agrupá-los com proximidade em torno de um centro comum? Dar forma à mente dos homens ainda por nascerem? Fazer as gerações futuras obedecerem-lhe e criarem costumes antigos, preconceitos preservadores, que são o pai das leis e mais fortes que elas? *Que bobagem!*⁵⁸

À luz do capítulo anterior, fica claro que o inimaginável que se tornou normalidade no século XIX, a criação das nações por um contrato social, foi o que o Brasil cautelosamente

52 Gonçalves 2012: 187, 219; Velloso 1978; Pinto 2018: 112.

53 Gonçalves 2012: 180–182; Malatian 2006: 85; Cazetta 2012.

54 Deutsch 1999: 128.

55 Todaro Williams 1971: 125.

56 Pinheiro Filho 2007: 38.

57 Figueiredo 1929. Sobre esse livro inacabado, ver Todaro Williams 1971: 87.

58 Maistre 2017 [1794]: 109, grifo meu. Quanto à influência de Maistre sobre a direita francesa, ver McClelland 1970.

evitou, embora a República tenha acidentalmente se estabelecido em seguida. Para esse incidente, Maistre oferecia o antídoto da contrarrevolução. Mas não foi pensado no sentido errôneo monarquista de aprender com os insurgentes como mobilizar as massas para recuperar o poder político e restaurar o antigo sistema. Contrarrevolução, diz ele, não depende de forma alguma da deliberação popular porque para isso não seria preciso nenhum consentimento dos franceses, em sua maioria seduzidos pelo republicanismo. O que ele propõe é praticar o contrário da revolução: pregar calma em vez de comoção, paz em vez de violência, ordem em vez de caos. Não se trata de paradoxo, mas resultado de uma crença robusta na providência enquanto “força secreta” para se restaurar valores centrais, como obediência e subordinação, sem nenhuma necessidade de violência e punição, exceto para certas medidas aprovadas pela “verdadeira nação”, sem entrar em detalhes sobre o que isso significa na prática.⁵⁹

Essa estratégia de uma contrarrevolução como o contrário de revolução, que Jackson depois tentou resumir em seu artigo “Joseph de Maistre e a Contra-Revolução” (1929), influenciou profundamente a abordagem brasileira de recristianizar a sociedade por meio da instrução da elite política e da reconstrução da intelectualidade conservadora. Praticar uma contrarrevolução errada – o que significa populista – será uma rixa interna frequente entre os católicos conservadores que conseguiram criar movimentos de massa contrarrevolucionários militantes, tais como o integralismo de Plínio Salgado na década de 1930 e a TFP de Plínio Corrêa de Oliveira nos anos 1960. Esse elitismo relutante incentiva também um certo desdém pela popularidade dos evangélicos conservadores, como foi expresso por Dom Bertrand em minha entrevista com ele. É também o que está por trás do projeto de vida de Olavo de Carvalho de agraciar o Brasil com uma nova geração de intelectuais autênticos, rigidamente comprometidos com seus ensinamentos. Desse modo, a contrarrevolução é concebida como uma autêntica guerra proto–gramsciana de posicionamento para obter hegemonia cultural em vez de tentar dominar o aparato do Estado, o que será discutido mais adiante. O CDV foi a primeira tentativa bem-sucedida de pôr essa estratégia elitista em prática, especialmente através do seu jornal *A Ordem*, mas também por meio de círculos de discussão exclusivos, conferências e a fundação de uma enorme biblioteca católica.

O Reencontro Católico com o Estado

A morte acidental e precoce de Jackson em 1929 mudou o caráter do CDV durante a década de 1930 e seu papel na contrarrevolução conservadora. O próprio Centro mudou para uma posição mais moderada sob a liderança de Alceu Amoroso Lima, consolidando o centro intelectual da vida católica no Brasil e impulsionado por uma *jeunesse dorée* de

59 Maistre 1880 [1797]: 133–135, 138, 185–186.

“intelectuais bem-nascidos para os quais dificuldades estritamente materiais não existem”.⁶⁰ Estes deram não só uma nova visibilidade para as ideias católicas conservadoras como as introduziram no mainstream político em colaboração íntima com o regime antiliberal de Getúlio Vargas. Por outro lado, o novo movimento integralista de Plínio Salgado tomou para si suas reivindicações radicais por uma renovação completa da sociedade. Amoroso Lima definiu a si mesmo em termos contraditórios como “católico em religião, tomista em filosofia, democrata em política e modernista em arte”.⁶¹ Ele abriu literalmente as portas do Centro para outro membro eminente da *Action Française*, Jacques Maritain (1882–1973), que, após a proibição papal, mudou para ideias menos autoritárias e começou a promover um “humanismo integral”, também título de seu famoso livro de 1936. Em reconhecimento da irreversibilidade do mundo moderno e da necessidade de responder a isso com um novo cristianismo entre a ortodoxia medieval e o liberalismo, atitude que para outros o tornou o corruptor do tomismo no século XX, o CDV substituiu com Maritain as principais referências anteriores, Maistre e Maurras.⁶² Isso também refletia uma nova estratégia em Roma. A encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XI atualizou a *Rerum Novarum* de Leão XIII, introduzindo uma distinção formal significativa entre socialismo “moderado” e comunismo “violento”, mesmo que seja para terminar condenando ambos. Mas ele também acrescentou como terceira desgraça, um mal maior e a seu ver a causa principal do sucesso do comunismo: a miséria. Para combatê-la, seriam necessárias políticas de bem-estar social conservadoras para inutilizar a revolução, apesar da absoluta incompatibilidade entre o verdadeiro cristianismo e o socialismo.⁶³

Não é exagero dizer que o Estado Novo brasileiro (1930–1945) coincidiu com o auge do neocristianismo no Brasil.⁶⁴ A revolução antiliberal de Getúlio Vargas em 1930 abriu todas as portas para essa nova colaboração harmônica entre Estado e Igreja, trocando convenientemente apoio por privilégios. O arcebispo da capital, Rio de Janeiro, Sebastião Leme, o *spiritus rector* do CDV e maior autoridade eclesiástica no Brasil, não viu nenhum problema nisso e exaltou o novo regime autoritário como “consistente com a visão hierárquica da sociedade pela Igreja”.⁶⁵ O símbolo mais visível e icônico desse reencontro é a estátua de Cristo Redentor, um projeto realizado por Leme, junto com o arquiteto Heitor da Silva e Costa e Alceu Amoroso Lima. Assim, pela primeira vez no Brasil, a Igreja foi reconhecida e integrada como um ator político autônomo. Sua primeira conquista em 1931 foi a permissão, por decreto presidencial, para oferecer educação religiosa nas escolas públicas, restabelecendo a situação de antes de 1889. Pouco depois, em 1932, a Igreja foi convidada por Vargas a elaborar um programa político, econômico e social para o país. Muitas organizações católicas seguiram o exemplo, e a fundação de um partido católico permaneceu

60 Todaro Williams 1971: 183. Veja também Ramos 1961: 153 e sobre a *jeunesse dorée* Schwartzman et al. 1984.

61 Citado em Antoine 1980 [1972]: 17.

62 Mattei 1997 [1996]: 62.

63 Pio XI 1931.

64 Mainwaring 1989 [1986]: 43.

65 Citado em Pinto 2018: 111; ver também Hernández Sandoval 2016: 352.

o único tabu de engajamento político. Em vez dele, Leme inventou um novo formato, apenas aparentemente “fora e acima dos partidos políticos”, o que acabou se revelando muito eficiente: a certificação católica de candidatos, comprometidos com os princípios da Igreja, através de uma Liga Eleitoral Católica extrapartidária. A ferramenta foi testada pela primeira vez com grande sucesso nas eleições de 1932 para uma Assembleia Constituinte, montada por Vargas.⁶⁶ A Constituição final de 1934 apresentava todas as dez reivindicações centrais católicas, conforme promovido durante sua campanha, desde um preâmbulo evocando Deus até a proibição do divórcio.⁶⁷ O sucesso foi tamanho que Amoroso Lima alertou para que se tomasse cuidado com a reação dos invejosos.⁶⁸

Junto com a tática de influenciar a eleição de representantes políticos, falar às “pessoas comuns” era a segunda prioridade da “Ação Católica” de Leme, que ele iniciou oficialmente em 1935. Isso incluía organizações de trabalhadores como a Confederação de Trabalhadores Católicos no Rio de Janeiro e Minas Gerais, jornais como *O Operário* (com o mesmo título do jornal anarquista, para confundir os leitores⁶⁹) e organizações de meios de comunicação como a Confederação da Imprensa Católica (1937), que representava uma grande variedade de jornais católicos militantes, como *Vozes*, *O Mensageiro do Coração de Jesus*, *Ave Maria*, *Lar Católico*, *Mensageiro do Rosário*, *O Lutador*, *Almanaque de Nossa Senhora Aparecida*, *Leituras Católicas*, *O Horizonte*, *O Diário* e *O Legionário* – este último será importante no próximo capítulo. Sobretudo, a Ação Católica estava preocupada em aumentar o controle da educação porque entrar em contato com as gerações futuras de pessoas comuns era outra prioridade. Vários institutos de pesquisa, associações e confederações profissionais, além de associações universitárias, como a primeira Ação Universitária Católica (AUC), fundada em 1929 por Plínio Corrêa de Oliveira, pretendiam causar um recuo na modernização da educação, idealizada como laica e pública pelos “escolanovistas” modernistas, argumentando que o Estado não tem nenhuma autoridade em questões de moralidade nem competência em questões de pedagogia.⁷⁰ Menos bem sucedida, essa iniciativa conseguiu pelo menos submeter a maior parte das faculdades particulares à sua doutrina.⁷¹

Integrismo e Integralismo

A AIB, criada em 1932 e liderada por seu principal ideólogo e presidente vitalício, Plínio Salgado (1895–1975), é considerada por muitos estudiosos o maior movimento fas-

66 Todaro Williams 1971: 113.

67 Moura 1978: 89; Todaro Williams 1971: 330–34.

68 Lima 1934b: 7; Todaro Williams 1971: 336.

69 Deutsch 1999: 134.

70 Cowan 2016: 44.

71 Barbosa 2015.

cista fora da Europa.⁷² Contudo, a AIB foi restrita a um período curto, de 1932 até a extinção de todos os partidos no Brasil em 1937, e a repressão em resposta à sua tentativa de golpe de Estado em maio de 1938, o “Levante Integralista”. Durante esse período, os integralistas não tiveram a oportunidade de participar do governo (a segunda e tácita fase do integralismo depois de 1945 e especialmente depois de 1964, quando ex-integralistas ocuparam cargos de alto escalão no governo, será discutida no próximo capítulo.) No entanto, como Amoroso Lima avaliou em retrospectiva:

Em uma população de quarenta milhões de habitantes – era aproximadamente o que contava o Brasil na época – quase todos “católicos”, como se dizia, um milhão de camisas-verdes, juramentados e militantes, constituía uma força inestimável de atuação, não apenas numericamente, mas qualitativamente, graças à rigidez da disciplina e à coesão do movimento e à mística que chegava às raízes do fanatismo.⁷³

A fundação do partido AIB de fato iniciou um novo capítulo, ainda que tenha durado muito pouco. Não era apenas um novo partido, mas único enquanto partido conservador católico com infraestrutura nacional, equiparada apenas à dos comunistas. Como pode ser esperado de um presidente vitalício, Plínio Salgado tinha poder absoluto. Os membros do partido eram oriundos basicamente da classe média urbana (funcionários públicos, professores, jornalistas) cujas principais motivações para se afiliarem ao partido (anticomunismo, afinidade com os fascismos europeus, nacionalismo, autoritarismo) tendiam realmente a serem mais seculares que espirituais, o que mostra que aparentemente havia uma demanda para um conservadorismo católico mais aplicado.⁷⁴ O anticomunismo era uma motivação muito natural porque já estava bem introduzido no imaginário popular, devido à primeira recepção da ameaça “comunista” nos textos da Ação Católica mencionada acima, com o primeiro pico na cobertura da imprensa da Revolução de Outubro. A década de 1920 foi marcada por uma prolífica produção doméstica de livros antissoviéticos no Brasil, além de traduções, com outro pico em meados dos anos 1930, estimulado pela Guerra Civil Espanhola. É interessante que isso tenha acontecido antes de chegar, por exemplo, aos Estados Unidos, cujo governo até reagiu com preocupação quando o Brasil proibiu o Partido Comunista em 1937.⁷⁵

72 Deutsch 1999: 5. A informação estatística apresentada por Chauí & Franco (1978: 102–103) é impressionante: Em seu auge, em 1936, o “ano verde” (em referência ao uniforme verde), os integralistas comandavam cerca de 500 conselhos municipais; 24 prefeituras; 3.000 Centros de Educação Cultural, Moral e Cívica; mais de um milhão de membros de partidos; 123 seminários particulares; 1285 escolas elementares particulares e clínicas médicas para o atendimento de 2.000 pacientes.

73 Lima 1964: 526.

74 Trindade 1974: 140, 172; Chauí & Franco 1978.

75 Motta 2000: 17–18, 20, 27–31.

Dois principais colaboradores tiveram uma influência decisiva no partido integralista, o qual – além da rivalidade tática e das reservas contra a criação de um partido político – fez com que outros conservadores renegassem os integralistas; o primeiro por causa do seu antissemitismo, o segundo por causa do seu republicanismo. Foram eles, Gustavo Barroso (1888–1959), diretor do Museu Histórico Nacional e responsável pelas milícias integralistas, e o advogado Miguel Reale (1910–2006), responsável pelo Departamento Nacional de Doutrina do partido. In 1969, este foi nomeado reitor da prestigiosa Universidade de São Paulo e seu filho, Miguel Reale Junior, ficou famoso como um dos proponentes do bem-sucedido pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Tanto Miguel Reale como Gustavo Barroso eram interessados no mundo das altas finanças. O livro de Reale, *O capitalismo internacional*, de 1935, soa como uma versão antecipada da teoria do globalismo metacapitalista de Olavo de Carvalho. Barroso reintroduziu no pensamento conservador brasileiro a versão atualizada do clichê já datado da conspiração financeira judaica através do seu livro *Brasil, Colônia de banqueiros*, de 1934. Provavelmente, uma grande parte de seus leitores teve acesso à sua tradução prefaciada de *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, publicada em 1936, exatamente depois do Julgamento de Berna ter certificado de forma definitiva que o livro se tratava de uma fraude (a última edição da obra constrangedora foi publicada em 1991, como parte da Coleção Comemorativa de Barroso). Barroso teve alguma influência na obtenção de apoio dos militares que se sentiram mais atraídos pelos ritos e simbolismos bélicos da AIB, de seus treinamentos militares nas escolas e de sua tentativa de criar um exército de cidadãos através das milícias integralistas, do que pela recristianização católica.⁷⁶ Vários artigos da publicação *Revista do Clube Militar* do início da década de 1930, assinados apenas pela abreviação “M. C.”, são sintomáticos de sua apreciação do integralismo, como neste exemplo:

O fascismo substitue o odio comunista por uma conciliação amistosa. Substitue a luta implacavel entre inimigos, pregado pelo communismo, por uma collaboração rigorosa entre aliados. Moralmente, o fascismo arranca a mascara hypocrita das faces bolchevistas. Põe no lugar da cataracta impetuosa do bolchevismo uma corrente d’agua mais tranquilla e regular. O fascismo não constitue uma reacção. Como o bolchevismo, é uma revolução; mas uma revolução civilisadora, constructiva e não destructiva ou vandala como o a do comunismo.⁷⁷

Para Plínio Salgado, aliás, esse apoio moral estava longe de ser suficiente. Assim como Olavo de Carvalho fez depois, Salgado insistiu, em seus textos dos anos 1930, em acusar o exército de não repreender os comunistas rigidamente.⁷⁸ Ao mesmo tempo, ele sempre

76 Deutsch 1999: 109.

77 Citado em Monteiro Jr. 2014: 54.

78 Citado em Motta 2000: 332.

insistiu – de novo, como Carvalho – que uma reforma do Estado, sem uma “revolução interior” prévia do ser humano cristão, não teria sucesso.⁷⁹

Não há dúvida de que diversos aspectos sugerem a denominação de “fascismo” tropical para o integralismo. Porém, se considerada dentro do contexto da recristianização, a AIB também pode ser entendida como uma variante mais orientada para a prática e mais populista do integrismo. Eles têm as mesmas raízes, concordavam com a maioria das ideias e só divergiram quanto a estratégica política durante o Estado Novo e quanto a aspectos teológicos de relevância limitada para o impacto social do movimento. Ainda assim, é indiscutível que o integralismo representou o maior movimento de direita no Brasil até a ascensão da Nova Direita.⁸⁰ Se considerarmos suas muitas semelhanças com o integrismo e outros conservadores, isso é ainda mais válido. Em meu exame, me concentrarei no aspecto da convergência com as ideias conservadoras que foram de alguma forma negligenciadas na vasta literatura especializada sobre o integralismo, provavelmente devido aos seus rituais e símbolos em afinidade com os fascismos europeus, os quais – presumo – podem ter afetado a percepção. Isso é até mais importante para entender que o fiasco político não fez de modo algum com que as ideias integralistas desaparecessem. Ao longo deste e dos próximos capítulos, vou argumentar que os escritos de Plínio Salgado, Plínio Corrêa de Oliveira e até de Olavo de Carvalho, se lidos com essa perspectiva, têm muito mais elementos em comum do que divergências. Ou, sendo mais direto: não surpreende que Olavo de Carvalho tenha considerado as ideias de Salgado “moralmente inatacáveis” (voltarei a suas muitas afinidades no capítulo seis).⁸¹

A denominação “integralismo” em si sugere uma proximidade com o “integrismo” católico. Na verdade, ambos aludem a “integração”, ainda que com escopos diferentes e, portanto, integrando diferentes componentes. “Integralismo” deriva da teoria de Salgado dos estágios da humanidade: O primeiro, a humanidade politeísta; o segundo, a fusão cristã romana; o terceiro, a desintegração racionalista-iluminada; e o quarto – como sempre, o último e melhor – o estágio anunciado por eles mesmos para integrar todos os anteriores; daí o nome e o símbolo, o sigma grego em maiúscula.⁸² A doutrina integralista está resumida no Manifesto do movimento, de 7 de outubro de 1932, e elaborada numa multitude de textos. A quintessência é bastante familiar para alguém que tenha lido as encíclicas: o diagnóstico de um sofrimento moderno de alienação diante da religião. O integralismo promete reconduzir à “verdade eterna” e assim criar a base para uma nova sociedade orgânica e harmônica, guiada pelo humanismo espiritual.⁸³ Mas o que soa como mais uma variação católica da nostalgia por tempos pré-modernos realmente vai um pouco além.

79 Roque 2003: 304.

80 Doria 2020: 11.

81 Carvalho 2000a.

82 Trindade 1974: 211.

83 Todaro Williams 1971: 372.

Salgado considerava seu projeto tão poderoso a ponto de poder “integrar” literalmente todos os antagonismos num novo Brasil harmonizado:

Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; estadualismos em luta pela hegemonia; lutas de classes; facções locais; caudilhismos; economia desorganizada; antagonismos de militares e civis; antagonismos entre milícias estaduais e o Exército; entre o governo e o povo; entre o governo e os intelectuais; entre estes e a massa popular. [...] Pretendemos criar, com todos os elementos raciais, segundo os imperativos mesológicos e econômicos, a Nação Brasileira, salvando-a dos erros da civilização capitalista e dos erros da barbárie comunista.⁸⁴

Embora essa visão social fosse vista de forma crítica pelos conservadores católicos por causa do “agnosticismo liberal” e do “panteísmo” latentes, assim como da posterior retórica “teosófica” mística dos integralistas e da veneração ao seu líder, Salgado, como se fosse Cristo⁸⁵, os mesmos conservadores católicos concordavam perfeitamente quanto ao modo de começar o processo todo: uma contrarrevolução cultural para transformar o “interior” espiritual dos seres humanos.⁸⁶ É importante notar que apesar do impacto político do integralismo, Salgado sempre concentrou seus escritos na contrarrevolução espiritual – na verdade, na recristianização – e diante do desastre político da AIB, ele se restringiu ainda mais à defesa exclusiva das verdadeiras tradições do catolicismo brasileiro.⁸⁷ De fato, a maioria de seus livros pode ser classificada como obras de inspiração teológica, apesar da presença política do seu movimento.

A afinidade entre o integralismo e o integrismo só é coerente se lembrarmos que a biografia de Salgado é intimamente relacionada ao neocristianismo. Ele também veio da Liga de Defesa Nacional, escreveu para a *Revista do Brasil*, *Brazílea* e *Gil Blas*. Em 1922, ele preferiu se unir à organização mais militante, *Legião do Cruzeiro do Sul* em São Paulo, mas ele e seu grupo crescente de seguidores – a maioria católicos militantes⁸⁸ – também se uniram a vários dos movimentos católicos mencionados, como a AUC.⁸⁹ Em suma, até a fundação da AIB como partido político, não é possível identificar quase nenhuma divergência com os católicos conservadores, e qualquer distinção entre “integralistas” e “integristas” se mostra arbitrária. Eles concordavam perfeitamente quanto à piedade, à moralidade, à família e à autoridade a serem realizadas numa civilização cristã ordenada. Eles também

84 Salgado 1932.

85 Assim como Plínio Corrêa de Oliveira em vários artigos publicados em *O Legionário* entre 1934 e 1936 (Deutsch 1999: 298; Todaro Williams 1971: 408).

86 Salgado, citado em Chasin 1978: 564–5; Cavalari 1999.

87 Lustosa 1976: 511.

88 Todaro Williams 1971: 347.

89 Azzi 2003: 14.

concordavam que, para isso, o mal do liberalismo, do comunismo e da maçonaria tinha de ser eliminado.⁹⁰ Se os integralistas eram mais radicais em sua “batalha por Cristo”⁹¹, isso caiu em solo fértil para os católicos. Amoroso Lima, que nos anos 1950 abandonou o integrismo e começou a simpatizar com o reformismo católico, avaliou em retrospectiva: “O conservadorismo católico, alimentado por um antiliberalismo nem sempre bem fundamentado, se inclinaria, com naturalidade, para uma organização na qual a primazia da autoridade fosse cultivada cegamente, e a disciplina e a ordem endeusadas à custa mesmo da liberdade.”⁹²

O pensamento de Salgado dialoga quase exclusivamente com a tradição opulenta do integrismo brasileiro, sobretudo com o já mencionado mentor Farias Brito e seu discípulo Jackson de Figueiredo.⁹³ Ele tendia ainda menos para influências europeias do que, por exemplo, Jackson, e sempre enfatizava que só aprendera sobre o integralismo lusitano depois de fundar a AIB.⁹⁴ Da mesma forma, ele permaneceu cético quanto à *Action Française*, que via como restaurativa demais em vez de visionária, e há somente poucas referências implícitas a Maurras na obra de Salgado.⁹⁵ Ainda que não se deva esquecer que, para uma ideologia declaradamente nativista, a mimese de ideias externas nunca é motivo de orgulho, não há razão sólida para se supor que o integralismo deveria ter se aproximado mais do fascismo europeu do que o integrismo.⁹⁶ De fato, é verdade que Salgado observou o fascismo italiano e até se encontrou brevemente com Mussolini em 1930, o que deu espaço para alguma especulação.⁹⁷ Mas o fascismo italiano importava mais para ele como uma interrupção emergencial anticomunista do que como programa: “[O fascismo] foi a salvação da Itália. Ela já estava quase nas mãos dos comunistas. Já tinham tomado as fábricas, tinham tomado tudo, de modo que lá foi a salvação. Depois transformado em Estado, aí começam a vir os erros.”⁹⁸

Ainda em 1932, Salgado fundou e presidiu em São Paulo uma instituição, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que era em todos os sentidos semelhante ao CDV no Rio de Janeiro: um think tank conservador inclusivo, frequentado por Católicos – entre eles Plínio Corrêa de Oliveira – e monarquistas.⁹⁹ Integralistas só se tornaram ideologicamente distinguíveis e, em seguida, isolados entre os conservadores devido à sua decisão de se tornar de modo definitivo um movimento predominantemente político e criar seu próprio partido,

90 Moura 1978: 98.

91 Todaro Williams 1971: 373.

92 Lima 1964: 530.

93 Ver, por exemplo, o texto de Salgado *Despertemos a nação!* (Salgado 1935: 17–18) que constata a recepção do legado de *O mundo interior* (2006 [1914]), de Farias Brito. A informação é confirmada por Trindade (1974: 38) e Cavallari (1999: 158–159).

94 Trindade 2016: 181, baseado em sua entrevista com Salgado em 1974.

95 Bertonha 2018: 17–18; Salgado 1979 [1945]: 16.

96 Vasconcelos 1979: 17, 51.

97 Gonçalves 2012: 221.

98 Trindade 2016: 186.

99 Todaro Williams 1971: 349; Trindade 1974: 127; Malatian 1978: 37.

algo que o arcebispo Leme sempre vetara entre seus seguidores.¹⁰⁰ Como Sobral Pinto resumiu, a política, em princípio, não interessava à Igreja, a menos que interferisse na “ordem de ideias” e em outros princípios acima da política. Nesse caso, a interferência política foi necessária para se garantir que, conforme ordenou o Papa Leão XIII, a filosofia do Evangelho governasse os Estados, através do ensino, da legislação e da prática social, tudo que poderia ser expresso pelo verbo “penetrar”.¹⁰¹ Nessa compreensão quase ilimitada da política, os integristas trabalharam de forma tácita para mudar a sociedade de dentro das estruturas do Estado Novo, enquanto os integralistas, depois de igualmente terem apoiado a tomada de poder de Vargas em 1930, tentaram mudar essas estruturas por fora, o que culminou com seu golpe de Estado em maio de 1938 – e fracassaram. Num presságio, os integristas se sentiram mais atraídos pela estabilidade do Estado Novo amigável ao Catolicismo do que por uma contrarrevolução integralista com consequências incertas. Ainda assim, as autoridades católicas da década de 1930, o arcebispo Leme e Plínio Corrêa de Oliveira, apreciaram de forma unânime o integralismo como a organização mais bem preparada para defender “Deus, Pátria e Família” (o grito de guerra integralista) contra comunistas ateus, especialmente por ser capaz de operar em campos que não podiam ser apoiados oficialmente pela Igreja.¹⁰² As críticas feitas na época por católicos conservadores, como Amoroso Lima – deixando de lado questões meramente teológicas, que causaram brigas internas igualmente com monarquistas e até entre os próprios integristas – apontavam para o fato de que os integralistas tinham se apropriado das ideias do CDV, popularizado essas ideias para as massas e executado o plano de se tornarem o partido oficial da Igreja Católica no Brasil.¹⁰³ Isso soa mais como uma reprovação da concorrência desleal com a sua Ação Católica, e, de fato, meus entrevistados no IPCO concordaram em sua visão do avanço do integralismo como útil para a sua causa anticomunista, mas, no fim, independente demais e bem-sucedido demais. O que eles temiam era, em suas próprias palavras, uma “canibalização” do movimento.

Uma vez que os comunistas foram derrotados após a insurreição fracassada em novembro de 1935 (o mito fundador da “ameaça vermelha” dos militares brasileiros), os integralistas pareceram perder relevância.¹⁰⁴ Nem mesmo seu apoio incondicional ao autogolpe de Vargas em 1937 – justificado como reação a um plano, forjado por militares, de invasão judaico-comunista, o “Plano Cohen” (o qual Salgado teve a honra de revisar antes do vazamento) – salvou os integralistas de serem proibidos como todos os outros partidos um mês depois.¹⁰⁵ Quando seu último ato desesperado falhou, o golpe de Estado vingativo de

100 Zanutto 2010: 290–292; Pereira 2010: 295–296.

101 Sobral Pinto 2014 [1931]: 188–193.

102 Pinto 2018: 131; Todaro Williams 1976: 452; Zanutto 2010: 290–292.

103 Lima 1934a: 405; confirmado por Torres (1968: 195) e Todaro Williams (1971: 376).

104 Moura 1978: 100.

105 O Plano Cohen foi o cenário fictício de uma invasão soviética, de autoria do militar Olímpio Mourão Filho, e revisado por Plínio Salgado, que planejou disseminar a história entre empreendedores para impulsionar as doações para a luta anticomunista. O plano saiu de controle quando Mourão passou o documento para o seu vizinho, o

maio de 1938, que o arcebispo Leme ainda considerava um ato guiado pela Providência,¹⁰⁶ os integralistas pareceram ter cumprido seu dever e poderiam até ter sido oficialmente condenados como a *Action Française*. A condenação chegou a ser cogitada em 1938, e quando Eugenio Pacelli, o Secretário de Estado do Vaticano e futuro Papa Pio XII, solicitou, através do nuncio brasileiro, uma avaliação, chegaram a considerar condenável a tentativa de Salgado de levar a Igreja à política partidária. No entanto, a Santa Sé, influenciada pelas impressões da Guerra Civil espanhola, não viu necessidade de condená-los, confiante de que suas sementes benéficas cresceriam com vigor e reconsolidariam a moral brasileira quanto aos sentimentos religiosos.¹⁰⁷

Contudo, Plínio Salgado abandonou suas sementes nesse exato momento em 1938. Depois de ter seguido o Levante Integralista estrategicamente à distância e sem assumir depois nenhuma responsabilidade por esse mero ato político, sendo “apenas” o líder espiritual do movimento, ele foi mantido em detenção provisória por três semanas. Ao contrário de cerca de cerca de 1.500 de seus militantes, nenhuma acusação contra ele foi feita e ele partiu – na verdade, como turista – para o seu “exílio” português. Lá, ele se tornou conhecido como o “quinto evangelista”, conforme consta no poema *Vox Dei*, composto pelo militante monarquista Conde de Monsaraz:¹⁰⁸

Como é, Senhor, volvidos dois mil anos,
Que se ergue, assim, num século infernal,
Pregando o Amor e o Bem pelo ódio ao Mal,
Novo evangelho em novos meridianos?

Um homem, Plínio, nome de romanos,
Com raízes na selva equatorial,
Trouxe-o agora, em pacífico sinal,
Aos homens destes tempos desumanos.

Jesus chamou-o, como a João e a Pedro,
E disse-lhe: – “Onde em espírito não medro,
Vai, semeia a magnífica semente...

general Mariante, que o enviou ao general Góes Monteiro, que, por sua vez, sugeriu a Vargas que o usasse como pretexto para a declaração do estado de exceção (Trindade 2016: 161). Mourão Filho depois ficou no comando da Operação Popeye, que levou ao golpe militar de 1964. Ele não tem relação de parentesco com Hamilton Mourão, vice-presidente de Bolsonaro.

106 Todaro Williams 1976: 452.

107 Gonçalves 2012: 266–267, 271–272.

108 Gonçalves & Caldeira Neto 2020: 61–63, 70, 75.

És meu discípulo hoje, nesta hora
Em que só não me ama é que não chora
“Faze que chore e que ame toda a gente!”

No Brasil, o integralismo, uma vez proibido de participação na política, reconciliou-se com o integrismo e continuou vívido nos debates intelectuais conservadores – por exemplo no prestigiado jornal *Cadernos da Hora Presente* (São Paulo, 1939–1940) para o qual a maioria dos intelectuais pesos-pesados mencionados acima contribuiu, especialmente Amoroso Lima, Miguel Reale, Camilo de Oliveira Torres e, claro, Plínio Salgado.

A (Con) fusão Conservadora-Autoritária

Nos anos 1930, integralistas “fascistas” e católicos devotos estavam intimamente envolvidos. Essa relação, mais tarde, não foi negada, e sim, em geral, assumida com orgulho como um passado glorioso, como mostram as entrevistas de Margaret Todaro William com muitos dos atores chave. Esses entrevistados retratam o integralismo como o aliado natural do catolicismo contra o comunismo, para defender a superioridade do reino espiritual sobre o secular, numa luta permanente entre o Bem e o Mal.¹⁰⁹ Isso até incluía os monarquistas e as primeiras representações dos interesses afro-brasileiros. O já mencionado movimento monarquista patrianovismo era praticamente indistinguível do CDV, do qual todos os membros participavam – e do qual, aliás, o líder patrianovista Arlindo Veiga dos Santos era o tesoureiro. No sentido inverso, o líder do CDV, Amoroso Lima, era um dos colaboradores mais assíduos do jornal monarquista *Pátria-Nova*. Os monarquistas também não se incomodavam em se misturar com os integralistas, que eram elogiados neste jornal como uma proposta complementar ao neomonarquismo.¹¹⁰ Salgado, com inclinações monárquicas, embora considerando a forma menos importante que a essência, chegou a tentar formalizar a aliança verbal com os patrianovistas, e propôs a criação de um partido conjunto, o que não deu certo por razões desconhecidas.¹¹¹ Em vez disso, a maioria dos monarquistas se uniram à já mencionada SEP, e muitos outros, entre eles patrianovistas importantes como o folclorista Luís da Câmara Cascudo e o padre Hélder Câmara (posteriormente teólogo da libertação). Este ainda era capelão do CDV e migrou para a AIB assim que o partido foi fundado.¹¹² Arlindo Veiga dos Santos criou então uma organização militante irmã da AIB, a Frente Negra Brasileira (1931), a primeira organização política do Brasil a defender os interesses afro-brasileiros, sob o lema levemente modificado dos integralistas, “Deus, Raça, Pátria e

109 Trindade 1974: 211.

110 Todaro Williams 1971: 217–218, baseado na entrevista com Scantimburgo; Malatian 2001: 68.

111 Trindade 2016: 159.

112 Domingues 2006; Deutsch 1999: 250, 290.

Família”. Em 1932, ele deu um passo a mais e criou a Guarda Imperial Patrianovista, um grupo paramilitar para defender o Brasil cristão monárquico contra ataques “comunistas”, que cultivava a saudação ritual “Glória!”, estendendo o braço direito.¹¹³ Para o integralista linha dura Barroso, as coisas estavam bastante claras: “O Patrianovismo é monarquista, porque é integralista.”¹¹⁴ O único elemento perturbador na relação era o republicanismo crescente de Reale, mas naquele momento o movimento já estava perto de sua proibição por Vargas em 1937.

Além da proximidade organizacional, um dos exemplos mais paradigmáticos da base comum do pensamento conservador durante os anos 1930, independente se católico, monarquista ou integralista, é a sua convergência na criação de uma sociedade corporativista. O corporativismo é, muito brevemente, a teoria que baseia a representação política em entidades nas quais membros de diferentes profissões elegem deputados para uma câmara corporativista nacional como parte do Legislativo, geralmente complementada por um Senado composto por representantes das elites sociais e culturais. Comumente, o corporativismo está intimamente associado aos fascismos europeus.¹¹⁵ De fato, a recepção brasileira deste modelo é inspirada de alguma forma nas ideias do economista romeno pró-fascista Mihail Manoilescu (1891–1950). Seus livros sobre o que ele chamava de corporativismo puro – especialmente *O século do corporativismo*, de 1938 – foram traduzidos pelo integralista Antônio José de Azevedo Amaral (1881–1942), um importante assessor de imprensa associado ao aparato de propaganda de Vargas e defensor de uma solução coletiva autoritária para o que ele via como a crise de desordem liberal individualista do Brasil.¹¹⁶ Contudo, antes disso, o corporativismo se tornou uma referência determinante para Vargas e suas políticas do Estado Novo, que são consideradas o caso mais avançado de implementação do corporativismo na América Latina.¹¹⁷ Pensadores integralistas como Miguel Reale contribuíram para tornar a adoção do corporativismo no Brasil plausível para os conservadores ao situar o modelo numa tradição de corporações medievais, o que havia sido destruído pelo modernismo.¹¹⁸ Essa ideia de revigorar as estruturas sociais medievais também foi exaltada pelos monarquistas. O patrianovista Paim Vieira argumentou a favor da religião como indispensável para o corporativismo: “A organização corporativa, por si só, não realiza a harmonia das classes. Ela é simplesmente o instrumento de que o espírito cristão é a energia. Não há corporativismo leigo. Sindicalismo sem Deus é absurdo.”¹¹⁹

113 Malatian 1978: 127.

114 Barroso 1936: 43.

115 Pinto 2018: 111, 129.

116 Amaral 1934. “Sobre o impacto da teoria de Manoilescu sobre Vargas, ver Pinto 2018: 124–125.

117 Fausto 2001: 57; Pinto 2018: 127.

118 Nos livros *A posição do integralismo e O Estado Moderno*, ambos de 1933. Trindade 1974: 235; Fausto 2001: 10; Roque 2000.

119 Citado em Trindade 2015: 112.

O já mencionado Pedro Henrique de Orléans e Bragança, pretendente à Coroa em exílio na França, dirigiu-se a seus súditos brasileiros em 1936 com um manifesto, sem fazer segredo de sua simpatia pelo regime de Vargas, especialmente por causa da implementação do corporativismo como remédio contra os excessos do Estado e do liberalismo:

Hoje, porém, o Brasil conta novamente com filhos que, vendo o perigo que nos ameaça, resolveram combater pelo ideal do Brasil uno, sem por isso prejudicar a autonomia e as diferenciações administrativas de cada região. Serão ouvidos e seguidos, pois sua causa é boa e justa; e os sofismas não poderão prevalecer contra eles. [...] Mas isto não quer dizer que, para alcançarmos o objetivo colimado, tenhamos que nos sujeitar à hipertrofia funcional do Estado, pois é essa a causa máxima da profunda depressão atual em todas as esferas de atividade, tanto social como política, econômica e financeira. Por outro lado, o liberalismo econômico sem freios escraviza o mundo à alta finança internacional e anônima, sendo também uma das causas mais deploráveis do mal estar social. Assim é que a tão propalada liberdade de trabalho não passa de uma utopia, que acaba sujeitando na submissão do fraco ao forte. O remédio eficiente reside no restabelecimento das corporações, reunindo patrões, empregados e operários de ofícios ou profissões, pertencentes ao mesmo ramo de produção. Assim fazendo, afastaremos a luta de classes, estéril e nociva para todos os interessados, oriunda da forma sindical operária ou patronal. O sistema corporativo elimina esses elementos de desassossego e realiza, no plano econômico, a organização racional da produção.

Assim, a liberdade de trabalho propagada constantemente não passa de utopia, que acaba se sujeitando à submissão do fraco ao forte. O remédio eficiente se encontra no restabelecimento das corporações, reunindo empregadores, empregados e trabalhadores artesanais e de outras ocupações ou profissões, pertencentes à mesma indústria. Assim fazendo, nos afastamos das lutas de classe, que é estéril e danosa para todos os interessados, e deriva do sindicalismo de trabalhadores ou empregadores. O sistema corporativo elimina esses elementos de inquietação e conduz, na economia, a organização racional da produção.¹²⁰

Quem de fato introduziu o corporativismo no governo já em 1931 e elaborou a legislação trabalhista corporativa foram os especialistas católicos conservadores.¹²¹ Isso é confirmado pelo historiador conservador Oliveira Torres, insuspeito de difamação. Ele chegou à conclusão de que a Legislação Trabalhista brasileira – a que a Nova Direita brasileira hoje gosta de culpar por ser baseada na *Carta del Lavoro* fascista de Mussolini, o que para ela significa esquerdista – era predominantemente um produto católico. Ela foi escrita numa colaboração entre capital e trabalho sob a vigilância do Estado e seguindo os princípios

120 Bragança 1936.

121 Gentile 2010.

centrais católicos.¹²² Um desses especialistas foi o já mencionado Oliveira Vianna (1883–1951), conselheiro superior do Ministério do Trabalho de Vargas desde 1932 e que em 1938 publicou sobre esse tópico *Problemas de direito corporativo*.¹²³ Outro deles foi Francisco Campos (1891–1968), principal ideólogo e ministro da educação de Vargas – aquele que reintroduziu a religião nas escolas públicas. Mais tarde ministro da justiça, ele foi responsável pela elaboração da Constituição-Golpe corporativista de Vargas de 1937, sobre a qual Campos comentou: “O corporativismo mata o comunismo, assim como o capitalismo gera o comunismo.”¹²⁴

Se o corporativismo é um objetivo quase completamente desaparecido da agenda da Nova Direita, exceto por servir de exemplo para idolatrar a imaginação de uma sociedade harmônica da Idade Média,¹²⁵ outra crença comum tem sido preservada de forma cautelosa até hoje, chegando até a ganhar nova importância: o moralismo sexual. Retratar o comunismo como um empreendimento erótico e diabólico tem sido um argumento comum desde Jackson de Figueiredo (e, de certo modo, ao referir-se à maçonaria proto-comunista, desde o bispo Vital). Em Plínio Salgado, a obsessão ganhou um novo *pathos*:

O bolchevismo é a mais evidente, a mais eloquente e a mais palpável das provas de que Satanás existe e atormenta os homens. Pois, Satanás é o arcanjo tenebroso da mentira, do embuste, da perfídia, da felonía, da hipocrisia, da espreita, das ciladas, das surpresas, das escamoteações, das sinuosidades, dos despistamentos, da confusão, do perjúrio, da negação e da ruína.[...] O bolchevismo ilude os operários, levando-os para a escravidão, para a opressão, para o chicote, sem precisar algemá-los fisicamente, mas algemando-os pela alma, onde apaga a única luz, a luz do espiritualismo, que garante, sustenta e defende a liberdade do homem. O bolchevismo engana os governos fracos, desmoralizados, fingindo-se inimigo de si mesmo, bancando o defensor das liberdades democráticas, o sustentador das instituições. [...] O bolchevismo engana a burguesia. Destaca numerosos adeptos, que se vestem bem, frequentam os lugares elegantes, ocupam postos de relevo na sociedade, dizem-se até inimigos do Soviet. A esse incumbe desmoralizar a família, fazer a apologia da vida pagã.¹²⁶

Benjamin Cowan desenvolveu em detalhes a ideia de que o Satã comunista era mais temido em seu disfarce de sedutor sexual. Com base em suas descobertas, parece que o medo da moral sexual permissiva tem sido a principal motivação das atitudes anticomunistas. Para Everardo Backheuser, combatente católico no CDV, o comunismo agiu de

122 Torres 1968: 198–199, 210–211.

123 Gentile 2010: 155.

124 Pinto 2018: 128.

125 Lindenberg 2017: 105.

126 Salgado 1937: 159–60.

“Lutero ao Kremlin” para destruir propositamente a “perfeição moral da Idade Média” ao corroer “as nobres raízes da Sociedade que foi construída pela Igreja católica” – essas raízes entendidas como os códigos de comportamento moral, sexual e de gênero.¹²⁷ Barroso adquiriu o hábito de misturar liberdades sexuais e políticas, como em “orgias democráticas e bacanais comunistas”.¹²⁸ Octávio de Faria, cunhado de Amoroso Lima, apresentou um novo tratado completo sobre a ideia de subversão moral. Alfredo Buzaid, um dos vários ex-integralistas que chegou ao poder depois de 1945 (no caso dele, nomeado vice-reitor da Universidade de São Paulo em 1969, ministro da justiça sob o presidente general Médici e depois Membro do Supremo Tribunal Federal) inferiu, a partir das mudanças na moralidade sexual, “um plano de ação revolucionária que corresponde às proposta de agitação marxistas-leninistas”.¹²⁹ O argumento da conspiração deu novo combustível ao fenômeno que havia sido amplamente lamentado antes, mas em geral com um pouco de autocritica e atrelado a causas intrínsecas. Em *Primeiro, Cristo!*, de 1945, Plínio Salgado faz um apelo à consciência masculina ocidental: “Que nome merece uma civilização de cassinos, boites, dancings, promiscuidades escandalosas, desnudações nas praias, e concursos de beleza de sabor zoo-técnico, degradantes da majestade e dignidade da mulher?”¹³⁰

Cowan localiza os primeiros casos dessa equação entre sedução sexual e política e comunismo já nas Ligas de Defesa Nacional, com popularidade crescente durante entre os anos 1930 e 1950, até provocar um “pânico completo” nos anos 1960 e 1970. Ele interpreta esse fenômeno como uma reação à contracultura “sibarítica”, com homens comunistas excitados enganando filhas ou até filhos burgueses inocentes (ou na variante dos teólogos da libertação supostamente pederastas, quaisquer menores de idade), com frequência conectando a moral com corrupção administrativa.¹³¹ Aparentemente, sob o macarthismo, os homossexuais foram considerados um risco maior a ser eliminado do que os próprios comunistas, por serem percebidos como suscetíveis a chantagens e traidores em potencial.¹³² A degeneração moral foi analisada como um indicador seguro de subversão comunista:

Anticomunistas, de formadores de opinião à polícia, passaram a imaginar uma grande conspiração surgindo da mudança sexual, moral e cultural. Eles interpretaram essas mudanças como evidência de um conluio contra a nação e contra o Ocidente – um conluio que envolvia minissaias ao lado de metralhadoras, direitos dos gays ao lado de guerrilhas, e pornografia ao lado de propaganda política.¹³³

127 Cowan 2016: 26, referindo-se a Backheuser 1933.

128 Barroso 1935: 15.

129 Cowan 2016: 30 (referindo-se a Faria 1931), 134.

130 Salgado 1979 [1945]: 12.

131 Cowan 2016: 94–96, 101–103, 159. Sobre a associação entre corrupção moral e administrativa, ver Antoine 1980 [1972]: 74.

132 Robin 2011: 201–203.

133 Cowan 2016: 14.

Isso se deu a despeito do puritanismo, da homofobia e da misoginia comunistas amplamente documentados, onipresentes nos movimentos políticos “esquerdistas” brasileiros em que “drogas, sexo, transgressão de gênero, e até o feminismo permaneceram como distração frívola”.¹³⁴ A associação entre moral sexual e subversão política é um fio de ouro que parece nunca se romper. Cowan cita uma das últimas obras primas da inteligência num relatório da Polícia Federal em 1980 alertando que “organizações clandestinas comunistas têm formado suas células básicas em círculos homossexuais e entre prostitutas, orientando homossexuais e trabalhadoras do sexo a se organizarem em associações planejadas para serem instrumento de pressão e propaganda ideológica”.¹³⁵ O mesmo relatório também fulmina contra as “cenas de libertinagem” durante o Carnaval, já um espinho na carne do arcebispo Leme em 1916, o que remete aos ataques posteriores do governo Bolsonaro, que insistiu em generalizar a prática bastante específica de “golden shower” como se fosse uma típica tradição carnavalesca. No que diz respeito a obsessões sexuais conservadoras, aparentemente nada mudou depois de um século inteiro.

134 Cowan 2016: 64; Ventura 1988: 34. Ver também Langland 2004: 54–55 e Green 2012.

135 Citado em Cowan 2016: 239.

4 A Recusa à Modernização

*“Revolução” – Damos a este vocábulo o sentido de um movimento
que visa destruir um poder
ou uma ordem legítima e pôr em seu lugar um estado de coisas
(intencionalmente não queremos dizer ordem de coisas) ou um poder ilegítimo. [...]*
*Se a Revolução é o contrário da Igreja, é impossível odiar a Revolução
(considerada globalmente, e não em algum aspecto isolado)
e combatê-la, sem ipso facto ter por ideal a exaltação da Igreja.*
Plínio Corrêa de Oliveira¹

*As guerras e as revoluções excitam, como é natural, a euforia infantil dos vencedores
e o desespero radical dos vencidos. É o que estamos vendo no momento, entre nós,
graças ao clima de radicalismo extremista, aliás tão antibrasileiro,
em que vimos vivendo há muito tempo. O terrorismo também é antibrasileiro
e por isso mesmo a forma por que, ao menos até agora,
se vem desenvolvendo entre nós ainda assume apenas
os aspectos mais suaves e indiretos,
como é por exemplo o terrorismo cultural, a guerra às idéias.*
Alceu Amoroso Lima (em maio de 1964 sobre o golpe de Estado)²

No fim dos anos 1930, após a virada autoritária do Estado Novo de Vargas, que deu um cheque-mate nas tentativas de chegada ao poder tanto dos integralistas como dos comunistas, o CDV e os integristas agrupados em torno dele quase alcançaram uma posição hegemônica. No entanto, na ausência tanto do rival como do inimigo, o centro ficou sujeito a brigas internas. Sua tendência moderada em relação ao maritainismo para se conciliar com o pluralismo político durante os anos 1930, liderada por Amoroso Lima, já havia dissipado os membros mais radicais.³ Esses chamados antimaritainistas acabaram se reunindo em torno de *O Legionário*. Anteriormente um jornal insignificante da Congregação de Nossa Senhora da Paróquia de Santa Cecília,⁴ ele foi elevado em 1933 à posição de uma publicação influente da Arquidiocese de São Paulo com distribuição nacional. Isso foi feito sob a nova direção de Plínio Corrêa de Oliveira. Incondicionalmente maurrassiano e apoiador da *Action Française* ainda em 1937, *O Legionário* combateu com rigor todas as tendências moderadas

1 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 3, 111.

2 Lima 1964: 319.

3 Villaça 1975: 14; Velloso 1978: 155.

4 Mattei 1997: 74.

e reformistas no CDV, incluindo a Ação Católica quando ela pareceu ficar “progressista” demais.⁵ O livro de Corrêa de Oliveira, *Em Defesa da Ação Católica*, de 1943, serviu de “um brado de alarma contra germes de laicismo, liberalismo e igualitarismo que começavam a invadir a Ação Católica”.⁶ O sementeiro desses germes era, claro, o próprio presidente do CDV, Amoroso Lima, com quem Corrêa de Oliveira cultivava uma rixa.

Nessas circunstâncias, o CDV perdeu gradualmente sua posição central entre os conservadores. Enquanto isso, Leonel Franca (1893–1948), o primeiro assistente eclesiástico do centro, fundou a Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1940.⁷ Franca se distinguiu com sua monografia *A crise do mundo moderno*, de 1941. Esse título não deve ser confundido – apesar de certas semelhanças – com o livro de René Guénon de 1927 de título idêntico, no qual ele identifica a força negativa da filosofia através dos já familiares três atos revolucionários: de Lutero (ao relativizar a ordem cristã como meramente ornamental), passando por Descartes (ao afirmar que a ideia de Deus não prova Sua existência) a Kant, Nietzsche e Hegel (ao induzirem à “divinização” do homem) o que preparava o terreno para o comunismo.⁸ Porém, as mortes de Sebastião Leme e Franca, em 1942 e 1948, criaram um vácuo de liderança na ala ultraconservadora do catolicismo, que Plínio Corrêa de Oliveira ocupou com enorme sucesso. Ele formaria um novo triunvirato, junto com seus leais combatentes Antônio de Castro Mayer (bispo de Campos) e o já citado Geraldo de Proença Sigaud (bispo de Jacarezinho e depois arcebispo de Diamantina). Até a sua morte em 1995, Corrêa de Oliveira atuou como o principal estrategista na defesa da posição de poder recém conquistada da religião católica, o que permitiu a pressão sobre a pauta conservadora do Estado.

A ascensão de Plínio Corrêa de Oliveira combinou bem com o início da Guerra Fria, que também teve um impacto no Vaticano. Simbolicamente, o decreto anticomunista de Pio XII em 1949 representou essa nova atitude. Com um risco de sua caneta papal, literalmente todos os comunistas e simpatizantes foram excluídos de receberem os sacramentos – o equivalente à excomunhão. O erro passível da punição era simplesmente apoiar políticas comunistas, por exemplo, através do voto, ou ideias comunistas através da escrita, disseminação ou leitura de livros, jornais e panfletos.⁹ O decreto foi confirmado por João XXIII em 1959 e, em princípio, ainda é válido. Olavo de Carvalho apontou repetidas vezes para o fato de que esse decreto – dada a definição abrangente de “comunismo” entre os conservadores católicos brasileiros – excomungava quase todos os intelectuais brasileiros e com certeza a vasta maioria da população brasileira, mesmo sem que saibam.¹⁰ Segundo o entendimento dele, isso dizia respeito a todos aqueles que em algum momento tenham votado em um

5 Altoé 2006: 43. Sobre o maurrassianismo em *O Legionário*, ver por exemplo Corrêa de Oliveira 1937.

6 Corrêa de Oliveira 1996: 15.

7 Todaro Williams 1971: 71; Cowan 2016: 109.

8 Franca 1951 [1941]: 53–77.

9 CDF 1949: 334.

10 “Hangout” com Olavo de Carvalho e Jair Bolsonaro, 28 abr. 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=Cm8svK2jKCA>.

candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) ou do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), folheassem algum dos jornais ou revistas brasileiros com “comunistas” ou dessem uma olhada em canais de TV “comunistas”, ainda que Pio XII ainda não tivesse conhecimento da malvada subversão vermelha da Rede Globo.

O novo ícone conservador do Brasil, Plínio Corrêa de Oliveira, nasceu em São Paulo em 1908 numa família aristocrata – alguns dizem que maçônica.¹¹ Seu tio-avô foi João Alfredo Corrêa de Oliveira, senador, presidente da província de São Paulo e um dos últimos primeiros-ministros do Imperador Pedro II. Plínio Corrêa de Oliveira estudou numa Faculdade Jesuíta, mas só converteu ao catolicismo aos vinte anos de idade.¹² Ele se formou na Faculdade de Direito de São Paulo (uma novidade ali, Leonel Franca realizou culto em sua cerimônia de graduação), onde criou seu círculo interno de seguidores, o “Grupo Joseph de Maistre”, naquele momento inicial provavelmente com certa tendência gnóstica e a predisposição para uma sociedade iniciática, como sugerem os contatos com movimentos místicos e esotéricos.¹³ Se essa informação for correta, isso permitiria uma comparação interessante com o histórico místico de Olavo de Carvalho que será discutido de forma mais aprofundada no capítulo seis. Contudo, uma certa inclinação para movimentos espiritualistas foi uma característica comum entre católicos durante os anos 1920 e não permite conclusões precipitadas.¹⁴ Como amigo da família real, Corrêa de Oliveira já tivera contato com os patrianovistas e, em 1931, passou a integrar a filial do CDV em São Paulo e fundou ali a já mencionada Ação Universitária Católica. Diferentemente da maioria dos conservadores católicos, Corrêa de Oliveira concorreu a cargos políticos. Em 1933 e com apenas 24 anos de idade (na época a idade mínima legal para deputados), ele foi eleito – pela Liga Eleitoral Católica – para a Assembleia Constituinte, como o candidato mais votado no Brasil. Esse enorme sucesso o tornou de imediato uma pessoa renomada, o que também abriu as portas da academia: em 1937, ele foi nomeado professor catedrático de História da Civilização em sua alma mater, a Faculdade de Direito, agora pertencente à Universidade de São Paulo, além de nomeações nas Faculdades Sedes Sapientiae e São Bento.

A volta do Brasil ao sistema democrático em 1945 e a readmissão de partidos provocou certa confusão e dispersão de conservadores, embora a maioria tenha acabado apoiando em algum grau a União Democrática Nacional (UDN) ou o Partido Democrata Cristão (PDC). A democratização desenvolveu uma dinâmica multilateral, o que foi motivo de preocupação para os conservadores. Plínio Corrêa de Oliveira reagiu popularizando o conservadorismo, ampliando seu alcance e modernizando as técnicas de proselitismo. Em 1951, um divisor de águas foi a publicação mensal *Catolicismo* – fundado por Castro Mayer em substituição ao tradicional *O Legionário*, que havia caído nas mãos de “progressistas”. O

11 Valadares 2007: 250.

12 A informação biográfica é principalmente baseada em TFP 1989, Zanotto 2009 e Mattei 1997.

13 Valadares 2007: 251.

14 Uma primeira tentativa de compreender essa dimensão foi feita por Oliveira 2015.

catolicismo revelou bem a nova estratégia lobista: mirar os leitores de uma classe média alta mais ampla, com artigos apelativos para atrair a atenção dos leitores e chocá-los com casos sensacionalistas de degeneração moral. Nas palavras do próprio Corrêa de Oliveira, uma estratégia que pode doer, mas cura, como “um desinfetante penetra no âmago da ferida de quem tem uma infecção”.¹⁵

À medida que as tendências democratizantes continuaram, Corrêa de Oliveira puxou o freio de emergência imaginário ao lançar em 1959 seu livro *Revolução e Contra-Revolução*.¹⁶ Tanto o seu diagnóstico da “revolução” modernista como seu conceito de “contrarrevolução” revolucionaram o pensamento conservador católico no Brasil. A “revolução” foi definida de modo abrangente como um movimento para destruir a ordem e o poder legítimos, para substituí-los por qualquer outro estado de coisas (uma vez que a seu ver nenhuma outra ordem era sequer imaginável) e por um poder ilegítimo. Historicamente, essa revolução ocorreu como um único evento, procedendo por três estágios, que foram definidos em termos semelhantes por outros pensadores conservadores antes dele, por exemplo Leonel Franca: A pseudo-Reforma luterana para semear a dúvida, a Revolução Francesa para excluir a Igreja do Estado e estabelecer as máximas falsas da igualdade e da liberdade, e o comunismo para aplicar tudo isso nos campos econômico e social. Em seu diagnóstico, essa revolução provocou uma única crise, universal e total, ainda que com maior impacto no Ocidente cristão. Seus múltiplos aspectos – cultural, social, econômico, étnico e geográfico – eram necessariamente variáveis do processo revolucionário único.¹⁷ Esse processo se manifestou em três níveis: como tendências desordenadas no nível das mentalidades; como novas ideias e doutrinas no nível das ideologias; e como fatos criados por instituições, leis e costumes transformados, tanto na esfera espiritual como na secular.

Perspicaz, Plínio Corrêa de Oliveira viu o primeiro nível como o mais eficiente e perigoso porque o que impulsionava a revolução era a emergência de novas “formas de ser”, novas expressões da artes, mudanças nos costumes e nas tradições – todas certamente um reflexo de novas ideias, mas sobretudo desencadeando-as. O que Corrêa de Oliveira descreveu em 1959 como “revolução nas tendências” – e na segunda edição, de 1976, chamou, como Salgado, “guerra psicológica” – é muito próximo da ideia de marxismo cultural, a subversão disfarçada de democracias liberais através da manipulação da psique e de “todas as fibras da mentalidade”. Ele estava profundamente preocupado com a possibilidade de seus pares conservadores não perceberem que a revolução não ameaçava mais com armas, mas “sorrindo” e seduzindo com a mão estendida, iludindo e dividindo, como Satã, e havia muito tempo se instalado no Ocidente democrático. Com o inimigo do lado de dentro, nenhuma defesa geopolítica fazia sentido porque “ainda que um cataclismo tragasse a Rússia

15 Corrêa de Oliveira 2003 [n. d.]: 27.

16 *Revolução e Contra-Revolução* foi publicado em 15 línguas e distribuído em 22 países, num total de 167,000 cópias (Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 117 nota 67).

17 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 13, 21–28.

e a China, o Ocidente dentro de cinquenta ou cem anos seria comunista”.¹⁸ Para Corrêa de Oliveira, já em 1959, o caráter pacífico e até antimilitarista da revolução estava claro, e consequentemente ele rejeitava qualquer forma de diálogo, pacificação ou desarmamento. A resposta tinha que ser a força bruta, pelo poder militar, não com meios científicos, pelo “paraíso técnico”. Pois, segundo ele, a ação indireta aboliria ao mesmo tempo o principal símbolo de valor (morrer por algo) e o de moral (lutar por algo), preservados na mentalidade do soldado.¹⁹ De modo bastante revelador, em seus comentários da edição de 1992, Corrêa de Oliveira estava alarmado, não aliviado, com o fracasso do comunismo e o fim da guerra fria. Ele entendeu de imediato a nova época como uma metamorfose do comunismo e a realização de sua pior profecia, o início da invasão da Europa por “hordas bárbaras ou semibárbaras vindas do Leste e hordas maometanas provenientes de regiões ao sul”, completando a derrota de um Ocidente sem fé e sem líder, sem um novo Carlos Magno com a capacidade de resistir.²⁰

Se o diagnóstico de 1959 de Corrêa de Oliveira foi amplamente aprovado por conservadores, a contrarrevolução projetada foi recebida com alguma reserva. A tática que ele recomendava em seu livro consistia em agitação coletiva, visando aqueles que não se comprometiam ativamente com a contrarrevolução e, portanto, apoiavam as forças do mal indiretamente, os chamados “semicontrarrevolucionários”. A contrarrevolução não deveria buscar conquistar as massas, uma vez que elas eram naturalmente incapazes de fazer uma revolução por conta própria, mas se voltar a seus líderes potencias, as elites. Portanto, os meios de comunicação de massa eram meios menos eficientes que a agitação de indivíduos “não-infectados”, ou seja, pares ainda ideologicamente receptivos em círculos elitistas, ganhando seu apoio tanto através de apostolado espiritual como de simples colaborações políticas ou econômicas. Por fim, o capital mais precioso e subestimado da contrarrevolução, a graça de Deus, deveria enfatizar a invencibilidade da contrarrevolução. Mais uma vez, o insuspeito Oliveira Torres criticou severamente essa proposta da “contrarrevolução”, que a seu ver se apartava do conceito inicial de “oposto” de revolução, baseado em Maistre e seguido anteriormente pelo CDV. Uma contrarrevolução definida apenas por seu objetivo de restaurar uma ordem anterior – “a paz de Cristo no reino de Cristo [...] a civilização cristã, austera e hierárquica, fundamentalmente sacral, anti-igualitária e antiliberal”, como Corrêa de Oliveira prometeu²¹ – acabaria reagindo com meios semelhantes e, portanto, adotaria a mesma lógica marxista da própria revolução.²² Palavras sábias, escritas no momento que a ditadura

18 Corrêa de Oliveira 2017 [1956]: 33–35, 107, 128–129. A questão não é que ele ainda pudesse estar certo quanto à implementação de um sistema político global formalmente comunista em 2059, mas que hoje ele consideraria – como Olavo de Carvalho de fato considerava – o Ocidente já uma ditadura cultural comunista atrás de uma fachada capitalista.

19 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 69.

20 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 124–126.

21 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 75, 83–87, 100, 112–113.

22 Torres 1968: 221–222.

civil-militar no Brasil começou a adotar sistematicamente, e não apenas eventualmente, meios violentos de repressão.

O Conservadorismo Induzindo ao Golpe de 1964

O alerta de Plínio Corrêa de Oliveira em 1959 não foi uma voz isolada. As forças conservadoras se fortaleceram durante os anos que precederam o golpe civil-militar em 1964, numa reação antecipada contra uma tomada de poder comunista. Esses anos certamente também foram marcados por movimentos sociais de insurreição, política progressista e uma boa parcela de fantasia, especialmente sob o governo João Goulart (1961–1964). Mas ao mesmo tempo os setores liberal-conservadores da sociedade se reorganizaram de modo eficiente.²³ Essa base conservadora explica pelo menos até certo ponto por quê, imediatamente após o golpe, o editorial do jornal *O Globo*, sintomaticamente com o título “Ressurge a democracia”, pôde lançar mão do repertório de ideias conservadoras, desde a providência divina, passando pelas fantasias de grandiosidade nacional, até a retórica da ordem pública e disciplina social:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições [...]. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.²⁴

Durante esses anos, até o pensamento do “Quinto Império” foi curiosamente reabilitado. Por volta do 150º aniversário da transferência da Corte, celebrado em 1958, o representante maior dessa ideia, Antônio Vieira, passou por uma requalificação em artigos de jornal e monografias historiográficas.²⁵ Vários livros novos questionaram, indo contra o consenso acadêmico, a legitimidade da república e investiram na reabilitação da monarquia.²⁶ Os mo-

23 Codato & Oliveira 2004: 272.

24 Citado em Codato & Oliveira 2004: 274.

25 Por exemplo, Lins 1956; Torres (2017 [1957]) e 1958 além do artigo “O verdadeiro Quinto Império” no *Correio Paulistano*, 27 set. 1958.

26 Tais como *O Brasil não foi colônia*, de Tito Lívio Ferreira, e o mencionado *A Democracia Coroada*, de João Camilo de Oliveira Torres (ambos de 1957).

narquistas de São Paulo, sob a orientação do professor de direito e ex-integralista antipositivista, José Pedro Galvão de Sousa (1912–1992), redescobriu a ligação entre o catolicismo e o monarquismo, de acordo com seus livros, *Conceito e Natureza da Sociedade Política*, de 1949, e *Política e Teoria do Estado*, de 1957. Além disso, ele reciclou a vocação cristã-imperial do Brasil como herdeiro do hispanismo em *O Brasil no mundo hispânico*, de 1962, defendendo a continuidade ao menos em “estilo, *ethos*, espírito” da cultura ibérica antimodernista transnacional, inspirada em Donoso Cortés. Essa cultura era baseada na fé católica, monarquia tradicional, latinidade romana, municipalismo histórico, oposição ao iluminismo e irmandade hispânica.²⁷

No círculo monárquico de Galvão de Sousa participavam Oliveira Torres, nosso velho conhecido Arlindo Veiga dos Santos e o filósofo espanhol e especialista em Lei Natural tomista, Francisco Elias de Tejada, da Universidade de Salamanca. Além disso, Plínio Salgado, recém retornando de Portugal e preparando sua nova carreira como político, entende que o caminho a seguir era de volta à Idade Média; um insight que ele deveu ao colega Tejada,²⁸ e o qual ele explicou em seu livro mais recente *O Ritmo da História* (1951) da seguinte forma:

Vimos de Portugal. Nossa História começa com a fundação da Monarquia Lusitana por D. Afonso Henriques. Temos orgulho dessa origem. Descendemos de um grande povo. [...] Um povo que surgiu na História Contemporânea, açando bem alto a Cruz de Cristo. Um povo que se ilustrou nas guerras de Marrocos, detendo com suas espadas a onda muçulmana que ameaçava a Europa. Um povo que se lançou ao Oceano, desvendou os mistérios da África, revelou as ilhas atlânticas, atingiu o Mar das Índias, alcançou o Pacífico, enfunou as velas nos Cinco Oceanos, revelando o Mundo à Europa e revelando o Evangelho ao Mundo.²⁹

Esse desejo de “naturalizar” o sistema político do Brasil, diante do desenvolvimento econômico galopante dos “50 anos em cinco” do presidente Kubitschek (ele foi presidente de 1956 a 1961), preservou de modo explícito a tese principal do mentor de Galvão de Sousa, Oliveira Vianna, que tinha acabado de morrer em 1951. Em *Raízes Históricas da crise política brasileira*, de 1965, o discípulo Galvão reiterou que um bom governo não deveria nunca se basear num “raciocínio apriorístico”, abstrações jurídicas progressistas de algum modo alienadas (tais como os sistemas republicano e federalista), mas condicionado à natureza do povo, realizada historicamente enquanto comunidade ética e cultural.³⁰ Aqui estão as raízes da busca da Nova Direita por um autêntico “Brasil profundo”, terra das pessoas

27 Macedo 1979: 231–233; Forment 2008: 28–33; Gonçalves 2011: 114. Galvão de Sousa fundou em 1950 o jornal cultural bilingue com o título revelador *Reconquista*, distribuído no Brasil, Espanha e Portugal, mas também na Argentina, Chile e Peru (Gonçalves 2011: 118).

28 Salgado 1951: 324.

29 Salgado 1951: 249–250.

30 Sousa 1965: 13–15.

comuns, da “gente simples, pobre e honesta” que mantinham vivo o “substrato espiritualista” que desaparecera entre as elites cosmopolitas dos centros urbanos.³¹ Onipresente de novo, no recente governo Bolsonaro, não se trata somente de um escapismo nostálgico de um mundo globalizado e sua engenharia social, mas se baseia numa longa tradição no Brasil, com um revival na década de 1950. A postura antipolítica e antielitista, que o político de carreira Jair Bolsonaro usou também para se eleger, se baseia muito nesse Brasil do povo, profundo e imaginado, longe das universidades elitistas-alienadas, das redações de jornais e revistas e dos congressos. O principal capital de Bolsonaro é o que Salgado chamou de “incompreensão mútua” entre o *demos* e seus representantes:

Sondar a psicologia social brasileira, pondo-a em confronto com o espetáculo dos partidos, e o drama da elaboração legislativa, e o não menos dramático esforço de interpretação e aplicação das leis vigentes, vai-nos tornando aptos a distinguir as causas do desnorreamento dos nossos homens públicos nos transe mais agudos das nossas crises de opinião. [...] Assistimos, ainda, o Brasil, à mútua incompreensão do que temos assentado chamar “as nossas classes cultas” e as populações do vastíssimo território, cujo temperamento, cujas aspirações, cuja psicologia jamais são levados em conta quando se pretende gizar a fórmula política das soluções institucionais e legais.³²

Plínio Corrêa de Oliveira tinha sua visão própria dessa longa tradição e particularmente do “Quinto Império”, menos dependente do legado hispânico. Na sua palestra de conclusão do IV Congresso Nacional Eucarístico de 1942, ele apresentou a vocação e missão do Brasil recebendo da decadente França o cetro da civilização espiritual:

Tempo houve em que a História do mundo se pôde intitular *Gesta Dei per Francos*. Dia virá, em que se escreverá *Gesta Dei per Brasilienses*. A missão providencial do Brasil consiste em crescer dentro de suas próprias fronteiras, em desdobrar aqui os esplendores de uma civilização genuinamente católica, apostólica e romana, e em iluminar amorosamente todo o mundo com o facho desta grande luz, que será verdadeiramente a *Lumen Christi* que a Igreja irradia.³³

O desencanto católico conservador com a França, latente desde o pecado original de 1789, mas com o consolo do poderoso pensamento contrarrevolucionário do país em Maistre e Maurras, fica bastante nítido aqui e depois é aprofundado através das convulsões de 1968 e das reformas de Mitterrand, percebidas como “radicais” em 1981. Eu não ficaria

31 Araújo 1988: 50.

32 Salgado 1951: 268–269.

33 Corrêa de Oliveira 2007 [1942]: 21.

surpreso em encontrar nessas mudanças de discurso pelo menos alguma razão para a reorientação de conservadores brasileiros da França para os Estados Unidos, antes vistos por eles como um espantalho materialista e herético, mas hoje o ídolo inquestionável da Nova Direita brasileira. Esses novos encontros entre o Brasil e os Estados Unidos são analisados em detalhes no livro mais recente de Cowan, *Moral Majorities Across the Americas*.³⁴ De fato, nos anos 1970 e 1980, Plínio Corrêa de Oliveira recebia apoio e até visitas dos principais representantes da direita dos Estados Unidos. Entre eles estavam Fred Schlafly, presidente da *World Anti-Communist League* (WACL), Paul Weyrich, fundador do *Internacional Policy Forum* (IPF) e da *Heritage Foundation*, ambos ligados à direita cristã nos Estados Unidos e especialmente a organização *Moral Majority*. Outro visitante foi Morton Blackwell, primeiro presidente do IPF e mais tarde assistente especial do presidente Reagan, e que comentou sobre a TFP: “pela primeira vez, encontramos um grupo estrangeiro sólido, não apenas comprometido com nossos valores centrais, mas que desenvolveu habilidades impressionantes de organização e comunicação”.³⁵

Através do exemplo de Corrêa de Oliveira, também é possível entender melhor o monarquismo latente dos católicos conservadores até hoje. Membro do patrianovismo na juventude, ele depois preferiu revelar uma posição neutra, consultando a autoridade do Papa Leão XIII, que avaliara em sua encíclica de 1892 – para muitos escandalosa – que tanto a república como a monarquia são boas. Corrêa de Oliveira acrescenta: “desde que saiba caminhar retamente para seu fim, a saber, o bem comum, para o qual a autoridade social é constituída.”³⁶ Mas ambas serem boas não significava que uma não era melhor. Em seu último livro, o suntuoso volume *Nobrezas e elites tradicionais análogas*, publicado com prefácio de Blackwell e não coincidentemente no exato momento do referendo brasileiro de 1993, sobre a manutenção de um sistema presidencial republicano ou a volta para uma monarquia parlamentar (a primeira opção venceu), Corrêa de Oliveira explica por que um católico deveria, sempre que possível, dar preferência a um sistema monárquico:

Segundo a reta ordem das preferências, o católico empenhado em ser exímio na fidelidade à doutrina da Igreja, deve admirar e desejar mais o que é excelente do que o que é simplesmente bom. E ipso facto deve sentir-se especialmente grato à Providência quando as condições concretas do seu País comportam ou até clamam pela instauração da melhor forma de governo, que é, segundo S. Tomás, a monarquia.³⁷

O monarquismo entra no pensamento conservador católico compulsoriamente via tomismo e Lei Natural. Esse objetivo, porém, não é promovido publicamente dessa forma.

34 Cowan 2021: 144–157.

35 Power 2010: 97–98.

36 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 27.

37 Corrêa de Oliveira 1993: 223.

Como me disse Dom Bertrand na entrevista, o movimento almeja muito mais, a preservação da civilização ocidental cristã através da defesa de seus pilares, “tradição, família e propriedade”, os quais deram nome à sua organização em 1960. A neutralidade afirmada repetidas vezes quanto ao referendo de 1994³⁸ perde um pouco de credibilidade considerando-se o luxo magnífico sobre nobrezas – um dos dois produzidos pela TFP com essa qualidade, o outro sendo uma homenagem a Corrêa de Oliveira publicado em 1989 – que em suas 328 páginas glorifica o sistema monárquico e, conforme me informaram, foi distribuído em grandes quantidades para formadores de opinião eminentes.³⁹

Além do monarquismo, o integralismo – como prometi explicar – teve um retorno difuso durante os anos 1950 e 1960. Plínio Salgado investiu pesado na doutrinação espiritual e anticomunista através dos centros culturais dos “águias brancas”, de série de livros como a Livraria Clássica brasileira e de radiodifusão através de algumas das principais estações, como Tupi, Tamoio, Globo e Rádio Difusora Chateaubriand. Todas essas atividades receberam apoio financeiro generoso, especialmente do Banco Mercantil de São Paulo.⁴⁰ Em 1955 o próprio Salgado tentou se eleger presidente com o jingle “Pro Brasil endireitar” (a expressão depois foi adaptada pelo ministro do meio ambiente de Bolsonaro, Ricardo Salles, com seu “Endireita Brasil” – movimento do início dos anos 2000), o que não deu certo, apesar do apoio de Arlindo Veiga dos Santos e seus monarquistas.⁴¹ Mas ele ainda foi eleito deputado federal em 1959 e, graças a seu apoio ao golpe – ele fez inúmeros discursos inflamados contra Goulart – ele pôde mais tarde entrar para as comissões do governo militar para a “Educação e Cultura” e para “Moral e Cívica no Ministério da Educação”, junto com o general católico Moacir Araújo Lopes.⁴² Lá, sua principal contribuição foi a famigerada “Educação moral e cívica”, material à qual os alunos passaram a ser submetidos a partir de 1969, baseada em seu livro de 1965, *Compêndio de instrução moral e cívica*. Na prática, isso significa que durante as décadas de 1970 e início dos anos 1980 gerações inteiras receberam o ensino do pensamento integralista (baseado no integrismo). Exemplos de destaque dos muitos integralistas que celebraram seu retorno durante a ditadura militar são Raimundo Padilha, como primeiro porta-voz do governo militar no parlamento – função que o próprio Salgado também assumiu – e o almirante Rademaker, membro do Comando Supremo da Revolução para executar o golpe, presidente da junta militar em 1969 e mais tarde vice-presidente de Médici. Do governo de Médici também participaram os ex-integralistas Alfredo Buzaid (ministro da justiça) e João Paulo dos Reis Velloso (ministro do

38 Outros títulos notáveis publicados antes do referendo incluem *A legitimidade Monárquica no Brasil* (1988), *Ser ou não ser um monarquista eis a questão!* (1990), *Parlamentarismo, sim! Mas à brasileira: com Monarca e Poder Moderador eficaz e paternal* (1992) e *O Brasil Império nas páginas de um velho almanaque alemão* (1992), de Armando Alexandre dos Santos.

39 Zanotto 2007: 114.

40 Gonçalves & Caldeira Neto 2020: 78–88.

41 Gonçalves 2012: 89, 221.

42 Gonçalves & Caldeira Neto 2020: 103–107; Chirio 2018 [2009]: 124–125.

planejamento) e depois, sob o presidente militar João Figueiredo, Ibrahim Abi Ackel como ministro da justiça.⁴³

Como esses integralistas só atuaram de modo disperso, na base de premissas ideológicas em comum, sem sequer se reunirem num único partido, a competição inicial com os integristas durante a década de 1930 não ressurgiu. Católicos conservadores, sob a influência de Plínio Corrêa de Oliveira, seguiram a estratégia oposta. Eles se abstiveram de concorrer a qualquer cargo político, mas criaram em paralelo uma estrutura centralizada que era um grupo de lobby político, a TFP, fundado em julho de 1960, durante o tumulto das eleições que levaria à vice-presidência João Goulart. A TFP era baseada no conceito de Corrêa de Oliveira de três formas da Igreja: a Igreja triunfante (almas no Céu), a Igreja sofredora (almas no purgatório) e a Igreja militante (almas na Terra). Para Dom Bertrand, a principal contribuição de Corrêa de Oliveira para o catolicismo foi precisamente restaurar através de sua tropa de elite a ideia de que um católico tinha necessariamente que ser um militante.⁴⁴ A associação civil sem nenhuma ligação formal com a hierarquia católica se tornou a principal plataforma de mobilização de massa contrarrevolucionária durante os anos 1960 e o poder operacional da TFP foi além até mesmo do CDV em seu início. Diferente da maioria das outras instituições que examinei até aqui neste livro, há muitos estudos sobre a TFP e sua função decisiva para o golpe de Estado é parte do senso comum acadêmico e até popular. Gizele Zanotto, que dedicou um amplo trabalho acadêmico a essa instituição, define a TFP como um movimento católico de pessoas laicas; elitista porque defende a hierarquia social; integral e totalizante porque se pauta exclusivamente na doutrina neotomista da Igreja como a única verdade; restaurativa porque idealiza uma sociedade recristianizada em termos medievais; antimoderno porque infere que todas as crises da sociedade resultam da modernização; e finalmente, combativo porque promove o combate à “revolução” modernista.

O último item é de grande importância porque, afora o integralismo, essa foi a primeira vez que um movimento conservador católico se dedicou à mobilização de massas, indo além do que Jackson de Figueiredo tinha definido como contrarrevolução. As estratégias que eles usaram não se limitaram à instrução de políticos e ao recrutamento de intelectuais para aumentar a conscientização das elites brasileiras, mas incluíram campanhas políticas e manifestações de protesto no espaço público. Tratou-se, no verdadeiro sentido da palavra, de uma cruzada, para a qual a TFP descobriu com engenhosidade o poder insuspeitável das mulheres da classe média. Elas foram os principais atores das famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, organizadas nos principais centros urbanos do Brasil por organizações de mulheres, tais como a União Cívica Feminina (UCF) em São Paulo, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) no Rio de Janeiro e a Liga das Mulheres De-

43 Para mais detalhes, ver Calil 2001 e 2005.

44 Zanotto 2007: 83, baseado em entrevista com Bertrand em 24 set. 2005. Em minha entrevista com ele, ele reiterou essa afirmação (Bertrand de Orléans e Bragança, entrevista com o autor, São Paulo, 11 nov. 2020).

mocráticas (LIMDE) em Belo Horizonte.⁴⁵ Miguel Reale, que comemorou a “restauração da democracia” na monografia *Os Imperativos da Revolução de Março*, de 1965, acobertou o exército “profundamente democrático” que só atendeu ao “apelo da mulher brasileira”.⁴⁶ Plínio Corrêa de Oliveira foi recebido pelo general Castelo Branco e o convenceu da necessidade não apenas de uma contrarrevolução militar mas também moral contra ideologias nocivas, como impedir a introdução do divórcio legal, o que a TFP apoiou recolhendo mais de um milhão de assinaturas.⁴⁷

Esse ativismo político foi possível devido ao status civil autônomo a TFP em relação à Igreja. Mas ele foi bem recebido pela hierarquia católica, que depois do golpe de Estado baniou um grupo de progressistas da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB, criada em 1952) e aprovou a intervenção militar em sua primeira declaração oficial:

Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação [...]. Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimentos de orientação católica, tenha havido facilidade e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância [...].⁴⁸

Ainda mais explícito foi o editorial do *Verbum*, prestigiado jornal da Universidade Católica do Rio de Janeiro, no qual o editor-chefe Francisco Leme Lopes se referiu, sob o título “O Brasil escolheu a Liberdade”, ao golpe de 1964 como o “Milagre de Abril”:

O Brasil marchou com Deus pela Liberdade. Cristo dissera um dia: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8, 32). O povo da maior nação católica do mundo conhece a verdade da Revelação Divina: na fidelidade à sua vocação histórica encontrou a salvaguarda de sua independência. [...] O observador imparcial não pode deixar de reconhecer uma particular ação da Providência no “milagre de abril”. A primeira vez no mundo inteiro em que o comunismo é vencido tão rapidamente sem se disparar um tiro, sem o sacrifício de uma só vida. Lição que é um estímulo para os povos que se veem dominados pela mais degradante das tiranias. [...] A rapidez da ação, a bravura das forças armadas, a clareza dos governadores, tudo isso tornou possível a esplêndida vitória. Bem se viu que não passavam os comunistas de uma minoria extremamente ousada e

45 Ver o estudo seminal Simões 1985.

46 Reale 1965: 128.

47 Cowan 2016: 99–100.

48 Citado em Castro 1984: 88–89.

ativa. Desmoronou-se como por encanto, como se fosse um castelo de cartas, o esquema por eles montado.⁴⁹

As próprias Forças Armadas, de modo só um pouco mais sóbrio, entenderam sua vitória como apenas uma primeira batalha ganha. Sem muita demora, começaram a tratar de salvaguardar a derrota do “comunismo” numa Doutrina de Segurança Nacional, baseada no trabalho anterior realizado na Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, e inspirada nas ideias de Alberto Torres e Oliveira Vianna.⁵⁰ Essa doutrina, nas palavras de seu principal autor, o general Golbery do Couto e Silva, deveria fornecer meios de resistência contra uma guerra moderna

[...] guerra total que a todos envolve e a todos oprime, guerra política, guerra econômica, psicossocial e não só militar [...]. Essa é a guerra – total e permanente, global, apocalíptica —, que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada [...] E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela.⁵¹

Assim como Corrêa de Oliveira, Leonel Franca e Plínio Salgado, dos quais eles se valeram, os militares reformularam sua definição da ameaça “comunista” como uma guerra revolucionária psicológica, não uma guerra militar, com o objetivo de subverter a sociedade moralmente. A ESG sistematizou e categorizou essas noções de crise moral na problemática da juventude, na desagregação da família, nos meios de comunicação e na libertação das mulheres.⁵² Num documento da ESG, lê-se: “O comunismo ataca a família cristã porque ela é uma fonte de resistência enorme contra o materialismo e [...] o ateísmo. O comunismo faz o que pode para destruir a família.”⁵³ Pior, o “comunista” o fez na forma de um inimigo interno mimético, disfarçado de padre ou professor.⁵⁴ A Doutrina de Segurança Nacional, como estratégia de defesa oficial, se transformou em lei em setembro de 1969 (a não confundir com os famigerados Atos Institucionais, na sua maioria precedentes). Além da repressão convencional, ele incluía meios psicológicos de reagir adequadamente à subversão “comunista”, sobretudo a suas “operações psicossociais” e suas “bombas semânticas”.⁵⁵

Conseqüentemente, não apenas os crimes de subversão violenta do sistema político foram proibidos, mas a lei também estabelecia sentenças de prisão por crimes de propaganda, normalmente aumentadas em 50% se cometidos através de meios de comunicação, como

49 Lopes 1964: 3–4.

50 Macedo 1988.

51 Silva 1967: 12–13.

52 Cowan 2016: 117, 138.

53 Citado em Cowan 2016: 128.

54 Coimbra 2000: 10.

55 Decreto-Lei n° 898, 29 set. 1969: Capítulo I Da Aplicação da Lei de Segurança Nacional, § 2°.

“redistribuir material ou fundos de propaganda de providência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título, para a infiltração de doutrinas ou ideias incompatíveis com a Constituição” (Art. 22); “Ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social” (Art. 34); e “Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal” (Art. 36.). O abrangente Artigo 39 definia que incitar “à guerra ou à subversão da ordem político-social; A desobediência coletiva às leis; A animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; A luta pela violência entre as classes sociais; A paralisação de serviços públicos, ou atividades essenciais; Ao ódio ou à discriminação racial” seria punido com pena de 10 a 20 anos de prisão (15 a 30 anos se cometidos através de meios de comunicação) e, pasmem, se resultando em vítimas fatais: pena de morte.

Curiosamente, ainda que o governo Bolsonaro tenha com frequência declarado o desejo de ressuscitar uma lei semelhante, muitos desses artigos provavelmente teriam restringido a atuação governamental da própria Nova Direita. Penso aqui no histórico impressionante de ofensas morais contra órgãos públicos, incluindo o Legislativo, o Judiciário (especialmente o Supremo Tribunal Federal), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, entre outros. Ademais, o Art. 45 criminaliza o envolvimento com propaganda subversiva através da mídia (hoje enfatizaríamos as redes sociais) com os objetivos de “aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino”, “injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido fôr órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições” ou “manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores”.⁵⁶ O Artigo 42, “Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa” levantaria a questão do envolvimento do clã Bolsonaro com as milícias. Não se trata, é lógico, de defender uma nova lei de segurança, mas de apontar para o fato de que a maior parte das ações projetadas no “inimigo comunista” são, via de regra, práticas da própria Nova Direita, justificadas por sua guerra contra o nocivo Estado “infiltrado” – um fenômeno que discutirei no capítulo sete.

A Campanha da TFP para defender a Ordem Natural

A campanha da TFP introduziu um novo tópico estratégico e se tornou sua principal defensora, o que logo lhe rendeu o apoio das elites rurais, tradicionalmente um grupo de

56 Decreto-Lei nº 898, 29 set. 1969: Capítulo II Dos Crimes e das Penas Art. 13.

apoio aos conservadores, mas não necessariamente católicos: a reforma agrária iminente. Essa reforma, uma reivindicação progressista desde a Independência, havia sido introduzida na pauta política no pós-guerra e recebeu algum apoio do clero. Por exemplo, o bispo Inocêncio Engelke a entendeu como um meio de evitar o comunismo, de maneira que o “homem do campo poderá defender-se contra as perigosas seduções daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e das revoluções violentas”.⁵⁷ Embora a TFP admitisse que sua função não era interferir em meras questões econômicas e sociais, ela se declarava competente enquanto defensora do Oitavo Mandamento, que diz “Não roubarás”. Só a esse respeito, seus membros afirmam, seria seu dever sagrado se declararem contra a reforma agrária.⁵⁸ A campanha subsequente da TFP confrontou qualquer reformismo de modo rigoroso, apelando para o direito “natural e imutável” à propriedade e a desigualdade social por “ordem divina”.⁵⁹ O livro que sustentava essa verdade tomista, *Reforma agrária, questão de consciência*, publicado em 1960, escrito por Corrêa de Oliveira, os bispos Sigaud e Castro Mayer, além do economista Luiz Mendonça de Freitas, vendeu 30.000 cópias em apenas sete meses – o título mais bem-sucedido do ano.⁶⁰ Em 1964, os autores apresentaram uma versão curta e ainda mais divulgada, intitulada *Declaração do Morro Alto* (Morro Alto era o nome de um centro de treinamento anticomunista da TFP no interior de São Paulo).⁶¹ Significativamente, o direito de propriedade não está em nenhum momento relacionado à história colonial do país nem à sua economia escravista. Uma reforma agrária, segundo eles, não apenas roubaria de seus donos esses latifúndios adquiridos “pelo trabalho árduo e honrado ou por uma legítima sucessão hereditária”. Com agudeza preveem que uma reforma tiraria daqueles que não possuem nenhuma terra a possibilidade de serem empregados ali. Assim, o sem-terra perderia o privilégio de servir a um proprietário que, motivado por “um nobre anseio de crescente bem-estar e ascensão cultural”, lhe concede “alimento, teto, roupa e meios de poupança”. Depois de páginas e páginas de romantização da vida no campo que para alguém da Escandinávia lembra os livros de Astrid Lindgren, até os próprios autores parecem ter percebido seu exagero, quando admitem que “em certas regiões, a proteção do trabalhador rural contra o alcoolismo, o jogo, a prostituição, a prática das uniões ilegítimas, foi insuficiente ou nula, e com isto ficaram prejudicadas sua fibra moral, sua vida familiar, sua capacidade de trabalho e seu espírito de poupança”. Se por um lado isso ainda soa como culpa dos próprios camponeses e principalmente representa um problema, porque coloca em risco o lucro do empregador, na frase seguinte admite-se

57 Citado em Mainwaring 1989 [1986]: 77.

58 Sigaud et al. 1960: 94.

59 Zanotto 2003: 111; Foresti 2013: 23.

60 TFP 1988: 67.

61 Corrêa de Oliveira 1964.

que esses trabalhadores podiam eventualmente receber “salários mais elevados, habitações mais confortáveis e salubres, instrução adequada, e condições de vida mais convenientes”.⁶²

Esse argumento obviamente aponta para um conceito subjacente específico de igualdade que também é esclarecido no livro e será de extrema relevância para o que se segue neste e nos próximos capítulos. Para começar, os autores argumentam que Deus não quer que este mundo seja um paraíso. Duvidar disso já induziria ao primeiro erro – e essa premissa, quando se acredita na escatologia católica, de fato não apresenta nenhuma contradição. Ainda assim, os autores chegam a aceitar uma discussão sobre quanta desigualdade deveria reinar neste mundo. Seguindo a doutrina católica, eles concluem que a hierarquia natural, intrínseca à criação, implica em classes sociais diferentes com funções diferentes, que são igualmente dignificadas, mas não iguais em dignidade. Por exemplo, o intelectual foi criado naturalmente superior ao trabalhador manual, assim como o espiritual era superior ao material. A desigualdade harmônica, como eles a chamam, permitiria que ninguém caísse na miséria, enquanto os “mais capazes e operosos” pudessem atingir melhores condições. Nessa sociedade ideal, o salário do chefe da casa deveria ser suficiente para dar condições mínimas de vida para toda a família. Mas se esse não for o caso (na verdade nunca foi o caso para os salários mínimos brasileiros), nenhuma solução é aceitável, uma vez que todas implicam em “roubar” daqueles que estão em melhores condições financeiras. Os autores não veem contradição com Mateus (22, 37–39), “Ame o seu próximo como a si mesmo”, uma vez que os seres humanos mais próximos são os membros da família, eles dizem, razão pela qual “cada um se beneficie a si e aos seus, em medida muito mais larga, com o produto de seu trabalho”.⁶³

Essa leitura bastante seletiva das Escrituras Sagradas proporciona à campanha da TFP não apenas – aos olhos deles – motivos convincentes adicionais para refutar a legitimidade da redistribuição de terras (mesmo com compensação financeira, como planejada pelas reformas básicas de Goulart), mas também para refutar qualquer tentativa de redistribuição indireta de riquezas através da tributação. Embora concedam ao Estado o direito de taxar, tal medida não deve nunca se voltar para a transferência de riquezas para mitigar a desigualdade – ou “saquear os mais ricos”, como preferem escrever. Isso é especialmente válido para a tributação sobre herança porque os membros da família têm que ter – como os vizinhos queridos mais próximos – o direito de herdar sem nenhum custo. Mesmo que a distribuição desigual da riqueza atinja níveis extremos e resulte de conquistas coloniais e economia escravista, como no caso do Brasil, essa desigualdade primária é justa porque Deus, o “supremo Senhor de todos os bens, dá a cada qual o que quer”. Além disso, qualquer taxação de herança eliminaria a motivação para se acumular riqueza, sem garantia de passá-la para a próxima geração, provocando decadência econômica.⁶⁴ Esse é considerado um argumento

62 Sigaud et al. 1960: 7, 11.

63 Sigaud et al. 1960: 17, 33, 37, 42, 56, referindo-se à encíclica *Casti Connubii*, de 31 dez. 1930.

64 Sigaud et al. 1960: 61, 76.

secundário e, ainda assim, eu o menciono porque mostra que nesse pensamento católico conservador não há espaço para gradações. A questão de se 1% ou 99% da terra deveria ser redistribuída é tão irrelevante quanto o nível real da carga tributária. O que está em jogo é o princípio da proibição sublime como tal. Questionar esses princípios implicava em “heresia branca”⁶⁵, termo criado pela TFP para aqueles com tendências sentimentais a uma posição relativista quanto à caridade, a qual induziria ao erro e – como já sabemos – ao comunismo. O modo como a TFP combinava um problema social com a doutrina católica na campanha contra a reforma agrária mostra que a organização não era apenas um anacronismo, mas era também capaz de usar seu legado doutrinário como meio pragmático de defesa de interesses políticos convenientes e muito tópicos em nome da tradição medieval.⁶⁶

Obviamente, muitas objeções, inclusive teológicas, podem ser feitas a essa síntese, e de fato foram feitas na época. O bispo anglicano Cavalcanti, por exemplo, lembrou a instituição bíblica do Jubileu, a libertação de escravos e o perdão das dívidas, além da redistribuição de capital a cada 50 anos, como modo de submeter a desigualdade a um círculo periódico de nivelamento.⁶⁷ Por sua vez, Amoroso Lima refere-se a uma concepção quase marxista da apropriação através do esforço de exploração dos bens comuns, como o pescador que se torna dono do seu arrastão – a menos que alguém tivesse a posse dos direitos de propriedade.⁶⁸ Ademais, ele criticava a distorção e a politização da teologia para a defesa de privilégios sociais:

Mas quando a burguesia se encastela em seus privilégios e, em vez de votar verbas para distribuir melhor a propriedade, vota-as para defender o mais conservador proprietismo, ou quando em vez de promover a distribuição mais equitativa da propriedade rural considera o latifundiarismo como único regime “cristão e democrático”, temos então o direito de julgar que o destino da burguesia não está em boas mãos.⁶⁹

Amoroso Lima morreu em 1983, mas esse destino continuava nas mãos do conservadorismo. A taxação de heranças (com uma alíquota máxima de 8%) não foi introduzida no Brasil antes de 1988 e a concentração de terras não diminuiu desde o início da década de 1960. Na TFP, a questão da terra permaneceu uma prioridade até a morte de Plínio Corrêa de Oliveira. Em mais uma campanha em 1981 lançou a publicação de *Sou Católico: Posso ser contra a Reforma Agrária?* A pergunta retórica é respondida em duas partes, de uma perspectiva doutrinária e de uma perspectiva econômica, ambas afirmando enfaticamente não só uma possibilidade, mas a obrigação de ser contra. No meio, uma lista denuncia 106

65 Corrêa de Oliveira 1983 [1943]: 230.

66 Zanon 2007: 158; Foresti 2013: 226–227.

67 Cavalcanti 1994 [1985]: 28; Cox 2016: 71–88.

68 Lima 1964: 18–19.

69 Lima 1964: 176, publicado originalmente em 1963.

bispos que em algum momento fizeram comentários positivos sobre uma reforma agrária, com as fontes documentadas de forma meticulosa. O livro vendeu mais de 20.000 cópias em alguns meses.⁷⁰ Em 1995, a TFP lançou a campanha SOS *Fazendeiros* para defendê-los do que chamavam de “favelização do campo”, não tanto por causa do início de cautelosas políticas governamentais de assentamento, mas devido a invasões de terras improdutivas pelo crescente Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST.⁷¹ Na minha opinião, uma defesa de privilégios mais escancarada é impensável.

Durante os anos 1960, a TFP redefiniu seu esquema inimigo, de acordo com o que Corrêa de Oliveira teorizara como revolução “sorridente” com a mão estendida. O bispo Sigaud alertou em seu *Catecismo Anticomunista* – aquele que Jair Bolsonaro exibiu com orgulho – que os fiéis católicos prefeririam a morte à doutrina comunista, razão pela qual o comunismo se disfarçava de catolicismo.⁷² Tal afirmação pareceu se confirmar pela crescente tendência progressista do clero brasileiro. A CNBB havia feito um certo esforço para colaborar com o Estado desenvolvimentista, sobretudo voltado para a disparidade regional através de programas do governo, focando na região mais pobre do Nordeste e na melhoria da educação básica. O padre Odilão Moura, certamente não progressista, justificou essa postura sabiamente com a necessidade de se concentrar mais em considerações concretas e menos nas abstratas quando o progresso em si era o “império da indefinição”.⁷³ A CNBB, no entanto, com certeza não se tornou “comunista”. Ainda em 1962, os bispos listaram em seu plano de emergência a “secularização” e o “marxismo” como principais ameaças para a Igreja no Brasil (junto com o protestantismo e o espiritismo).⁷⁴

Sem dúvida, o mais preocupante para a TFP foi o sinistro *aggiornamento* no Vaticano. O Papa João XXIII, apesar de ter confirmado o infame decreto de excomunhão para “comunistas”, tentou acompanhar os tempos. Em suas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), ele convocou o diálogo com o mundo moderno, distinguindo erro de errante e ideologia de prática para não identificar “falsas idéias filosóficas sobre a natureza, a origem e o fim do universo e do homem com movimentos históricos de finalidade econômica, social, cultural ou política, embora tais movimentos encontrem nessas idéias filosóficas sua origem e inspiração”.⁷⁵ Paulo VI deu um passo à frente em seu discurso “Aos Trabalhadores” em 1965, recomendando compreensão com o sofrimento dos trabalhadores e seu anseio por um mundo melhor.⁷⁶ Esse foi apenas um efeito colateral um tanto populista de uma transformação profunda da Igreja por ocasião do II Concílio Vaticano (1962–1965), que

70 Corrêa de Oliveira & Campo 1981.

71 Veja <http://www.sos-fazendeiro.org.br/manif.html>.

72 Sigaud 2019 [1962]: 6.

73 Moura 1978: 208.

74 Casanova 1994: 120.

75 João XXIII 1963.

76 Paulo VI 1965.

decidia pela implementação de dois dos pontos mais controversos: a liturgia em línguas comuns e o diálogo ecumênico com outras religiões.

O bispo francês Marcel Lefebvre ficou famoso como líder da resistência ao Concílio. Menos famosos são seus camaradas brasileiros, o grupo de líderes da TFP composto por Corrêa de Oliveira, Sigaud, Castro Mayer e o novos membros reais da TFP Bertrand e Luís de Orléans e Bragança.⁷⁷ Apenas o trabalho recente com arquivos dos restos literários de Sigaud trouxe à luz a intensidade de sua colaboração em Roma, fazendo dos bispos brasileiros os aliados mais próximos de Lefebvre.⁷⁸ Castro Mayer chegou a seguir Lefebvre em sua posterior fundação da sociedade cismática Fraternidade Sacerdotal São Pio X (FSSPX) e estava ao seu lado na consagração dos bispos da própria Fraternidade, o que provocou a excomunhão deles. Mas toda a delegação da TFP participou de um lobby intenso antes e durante o Concílio, pressionando com petições contra as reformas propostas e pela condenação da Igreja ao marxismo, comunismo e socialismo. Tal experiência foi disseminada no Brasil mais uma vez na forma de números especiais de *Catolicismo* e best-sellers. Um deles foi o estudo preparatório *A liberdade da Igreja no Estado comunista*, de 1963, mais tarde traduzido para oito línguas e publicado em 33 edições, com 160.000 cópias vendidas.⁷⁹ O outro, uma denúncia do diálogo “modernista” da Igreja, uma convite à subversão comunista, em *Baldeação ideológica inadvertida e Diálogo*, de 1965.⁸⁰

Lefebvre não venceu, mas os católicos conservadores tiveram ao menos algum sucesso em Roma, ainda que de relevância apenas nacional: a CNBB, que havia sido favorável às políticas de Goulart, elegeu um secretário geral conservador, derrotando Hélder Câmara (o ex-integralista que se tornara progressista) e alinhou a diretoria, razão para a declaração benevolente com o golpe de Estado citada acima.⁸¹ Contudo, toda a campanha em massa da TFP não foi capaz de evitar que as pessoas comuns do “Brasil profundo” fossem cada vez mais influenciadas por um clero progressista, inspirado na Teologia da Libertação. Formalizado na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín em 1968, o movimento denunciou as estruturas capitalistas e coloniais dominantes que perpetuavam a exploração do mundo em desenvolvimento e as classes trabalhadoras, convocando à resistência. Esse discurso preocupou o diplomata Meira Penna, figura central entre os liberais brasileiros, como devemos lembrar, porque ele era mais “antropocêntrico do que teológico, e até ideológico”. E ainda por cima, o mentor da teologia da libertação, o padre peruano Gustavo Gutiérrez, chegou ao extremo de afirmar que “o ‘Reino’ realiza-se

77 A missão é descrita em detalhes por Cowan (2021: 16–34). Possivelmente, a viagem a Roma não recebeu apenas apoio moral do governo brasileiro como financeiro também (Cowan 2021: 44).

78 Caldeira 2009: 118–166, fazendo referência também a informações em Baraúna 1993. Além disso, a correspondência de Sigaud revelou certa inclinação para o antissemitismo.

79 Caldeira 2009: 187–210, 239.

80 Corrêa de Oliveira 1974 [1965].

81 Casanova 1994: 121; Bruneau 1974: 126–131.

aqui na terra, numa sociedade ‘justa’”.⁸² O que chocou profundamente o diplomata pode ter soado sensato para uma pessoa vivendo na miséria – Deus sabe por quê. Ainda assim, ele estava correto quanto ao caráter de movimento social da Teologia da Libertação – um pequeno grupo inclusive acabou se unindo à resistência armada da Ação Popular (AP) – em combinação com uma “Igreja do povo”, ambas em oposição aos governos militares.⁸³ Interessante notar que os padres estrangeiros chegaram a compor até 40% do movimento e cerca de metade dos padres brasileiros haviam estudado no exterior, o que pode explicar por que eles avaliaram de modo tão diferente da TFP a natureza da “ordem harmônica” e a “subversão comunista” no cenário brasileiro.⁸⁴ Até Amoroso Lima, deposto da posição de líder do CDV em 1951 pelo neotomista Gustavo Corção (retornaremos a ele em breve), com uma certa dose de autocrítica, percebeu um problema:

A Igreja era uma instituição do passado, conservando imutável o espírito absolutista, fechada a toda renovação, incompatível com a Ciência, com o Progresso, com a Liberdade, com a Democracia, só falando para condenar, sob forma de monólogo e de determinações indiscutíveis e imperativas. Os fantasmas da Inquisição e do Santo Ofício se interpunham entre o castelo feudal eclesiástico, reminiscência anacrônica da Idade Média, no século XX, tal como a Igreja a nós se apresentava e a figura de Jesus Cristo de uma lado e, de outro, o nosso mundo de jovens no início da existência. A apostasia era por assim dizer inevitável.⁸⁵

Ao mesmo tempo, a TFP declarou guerra aos teólogos da libertação, lançando mão de todo o seu potencial operacional. No mesmo ano, eles coletaram em apenas dois meses 1.6 milhão de assinaturas para uma petição, a enviaram a Paulo VI e instaram medidas contra a “infiltração de comunistas” no clero.⁸⁶ Após o golpe, a TFP estava em plena expansão, comandando cerca de 1.500 militantes que faziam caravanas para chegarem aos locais mais remotos do país, curiosamente inspirados na Grande Marcha de Mao. Em 1970, a organização se mudou para o palacete que visitei em 2020 (emprestado sem custos pela imobiliária Barros Silveira S.A., estabelecida por amigos da TFP) e filiais internacionais se espalharam por mais de 25 países.⁸⁷ Nesse momento de triunfo, nosso velho conhecido Sigaud se sentiu seguro até para implorar ao governo militar que finalmente prendesse o “bispo vermelho” Hélder Câmara, mas sem sucesso, provavelmente devido a sua enorme popularidade internacional. Em vez disso, ele desenvolveu o hábito de abençoar as armas das forças de repressão, com a seguinte justificativa:

82 Penna 1982: 37, 51.

83 Moreira 2019: 98–99.

84 Casanova 1994: 125–130.

85 Lima 1999b [1963]: 243.

86 Campos Filho 1980: 180–181.

87 TFP 1989: 112, 199; Cowan 2021: 151–159.

Quando benzemos as espadas, não benzemos somente elas, mas também as metralhadoras, os fuzis, os canhões, benzemos os aviões de combate, as granadas, as baionetas [...]. Por consciência a Igreja benze as espadas com uma condição: a de que essas espadas sirvam ao Direito, sejam espadas da Justiça, as espadas da Liberdade, as espadas da Honra [...]. Nós confiamos em vocês, confiamos em que defendam nossas tradições. Vocês, militares, que transformaram uma vez a Cavalaria em uma ordem religiosa, cujos membros passavam a noite velando as armas, velem agora, velem sempre pela liberdade.⁸⁸

A própria TFP tinha – assim como os integralistas tiveram antes – uma afeição pelo militarismo: os militantes frequentemente usavam boinas de soldado e a sede era protegida por metralhadoras, provavelmente benzidas.⁸⁹

O exagero no impacto dos teólogos da libertação não deve dar a falsa impressão de que sua ação se tratava de “esforços esporádicos de pequenos bandos de revolucionários numa crescente empolgação para trabalharem fora das estruturas da Igreja”, como nas palavras de Margaret Todaro Williams, que realizou sua ampla pesquisa empírica na época. A partir de seu trabalho de campo, ela concluiu que a “sobrevivência, maturação e perpetuação de uma Igreja elitista, ultramontanista, intolerante e conservadora parece muito mais significativa”.⁹⁰ A alta hierarquia eclesiástica, ainda que mais no modo privado que no público, colaborou intensamente com o governo militar, de forma mais proeminente na Comissão Bipartite (1970–74), composta por bispos e oficiais militares.⁹¹ Até mesmo o Vaticano reagiu, mas somente sob João Paulo II e o cardeal Joseph Ratzinger enquanto superior da Congregação para a Doutrina da Fé, pressionando o influente teólogo da libertação Leonardo Boff até que ele abrisse mão do sacerdócio. A teologia da libertação foi rechaçada com sucesso pelo neoconservadorismo católico em Roma durante os anos 1980 e pelo “novo comportamento” de Papa João Paulo II, “que simultaneamente acolheu e/ou rejeitou os elementos do mundo pós-moderno, conforme sua eficácia para a expansão da fé e consolidação da Igreja na sociedade”.⁹² Pode-se identificar essa tendência também na hierarquia católica no Brasil.⁹³

88 Antoine 1980 [1972]: 34–35.

89 Antoine 1980 [1972]: 38.

90 Todaro Williams 1971: v.

91 Serbin 2000.

92 Zanutto 2007: 65.

93 Mainwaring 1989: 270.

Travando o Progresso

“Frear o trem do progresso” era a metáfora favorita de Plínio Corrêa de Oliveira para a função histórica da TFP. Quando o general Geisel (presidente de 1974 a 1979 e já suspeito por ser luterano) deu um passo claro para de fato iniciar a abertura política que seu predecessor no cargo general Médici apenas prometera – motivo pelo qual Geisel é condenado como “comunista” pela direita brasileira hoje – conservadores de todos os tipos reagiram. Estavam em jogo não tanto questões práticas da política mas a renúncia da moralidade, simbolizada pelo apoio de Geisel à legalização do divórcio, que finalmente ocorreu em 1977. Plínio Corrêa de Oliveira, que já havia antecipado o conceito de guerra cultural, antecipou também Olavo de Carvalho em sua conhecida reinterpretação da ditadura militar como responsável por criar uma hegemonia cultural comunista cultural no Brasil. Em 1981, Corrêa de Oliveira chega a uma conclusão exatamente sobre isso:

As Forças Armadas reprimiam ativamente todas as tentativas de reestruturação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), bem como de outros corpúsculos de extrema-esquerda (trotskistas, maoístas etc.). Como foi dito, elas preveniam também, ou desarticulavam, todas as conspirações terroristas. Sem embargo, os comunistas não-violentos gozavam de não pequena margem de liberdade. Era-lhes dado manter livrarias literalmente repletas de livros comunistas vendidos a preços desconcertantemente baixos. Muitos comunistas se infiltraram como professores ou como alunos na rede de ensino universitário e secundário, tanto público quanto particular (inclusive católico). Nos meios de comunicação social (TV, rádio e imprensa), bem como nos meios artísticos (teatrais, cinematográficos etc.), também tiveram eles impressionante penetração. Conjugado com esse êxito tático de índole especificamente comunista, delineou-se no País um avanço sensível de correntes intelectuais socialistas.⁹⁴

Embora essa avaliação possa estar correta, o conservadorismo ainda desenvolveu múltiplas iniciativas, e a razão pela qual elas não fazem parte de uma visão comum da redemocratização pode ser um reflexo involuntário dessa visão geral de uma hegemonia da esquerda – ou se dever ao elitismo conservador e ao discreto caráter não-mobilizante de suas doutrinas, como o liberal Ubiratan Borges de Macedo respeitosamente reconhece.⁹⁵ Em todo caso, há uma curiosa continuidade do pensamento conservador no Brasil desde a ditadura militar, que será o tema do próximo capítulo.

Antes disso, além da TFP, outras três instituições conservadoras merecem uma breve atenção. Primeiro, a Permanência, no Rio de Janeiro, de certa forma um grupo dissidente

94 Corrêa de Oliveira & Campo 1981: 14.

95 Macedo 1995: 240.

do “progressista demais” CDV, e competindo com a TFP por pelo título de catolicismo mais conservador, o que provocou mais uma rixa com Plínio Corrêa de Oliveira, que jamais tolerou qualquer rival em sua área.⁹⁶ Depois que Gustavo Corção (1896–1978) substituiu Amoroso Lima na direção do Centro, ele não pôde paralisar as tendências imanentistas em curso e acabou ele mesmo se retirando em 1963.⁹⁷ Ainda que isso quase tenha causado o fim do CDV e seu jornal *A Ordem*, tanto o centro como o jornal ainda existem hoje, com atividades acadêmicas vitais, mas quase nenhum comprometimento com sua fase integrista inicial – e portanto vistos com suspeita pela Nova Direita como potencialmente “progressista”.⁹⁸ Corção tornou-se a voz religiosa dissidente no jornalismo, alcançando círculos muito além dos católicos. Embora Plínio Corrêa de Oliveira também tenha obtido ampla repercussão na mídia, como o colunista da *Folha de S.Paulo* de 1968 a 1990, foi Corção que teve a habilidade de republicar seus artigos em tantos jornais a ponto de poder contar com pelo menos dois milhões de leitores, numa época em que, por exemplo, o venerado *Estado de S.Paulo* ainda tinha uma circulação de 200.000 exemplares.⁹⁹ O jornal *Permanência* foi a tentativa de Corção de recriar, sob as circunstâncias favoráveis de 1968, um novo grupo conservador e jornal, além de uma editora, a Editora Presença. O nome programático foi inspirado mais uma vez no conservadorismo francês: *Permanences*, uma revista publicada desde 1963 por Jean Ousset, ex-secretário de Maurras e amigo próximo de Lefebvre (que inclusive visitou o grupo no Brasil em 1979). A maior parte dos temas do jornal de Corção era importada diretamente do modelo francês – tais como os efeitos nocivos do II Concílio Vaticano e a encíclica de Paulo VI, *Populorum Progressio*, sobre a cooperação com países em desenvolvimento – perpetuando o maurrassianoismo mais uma vez entre católicos brasileiros.¹⁰⁰ Além disso, Corção foi visto como figura respeitável pelos governos militares, especialmente na ESG, a Escola Superior de Guerra, para a qual contribuiu com estudos para ajudar na implementação de medidas moralizantes contra o “terrorismo cultural” assim como o “sibaritismo e o socialismo”.¹⁰¹ Ele morreu em 1979 e o *Permanência*, agora dirigido por Júlio Fleichman, foi quase enterrado pelo esquecimento, embora o grupo ainda exista hoje ao menos virtualmente e com um copioso arquivo online das colaborações de Corção e artigos de outros autores.¹⁰² Recentemente, seu filho, o padre Lourenço Fleichman, teve algumas aparições, as quais retomarei no capítulo oito.

A segunda instituição é a sociedade cultural Convívio, fundada em 1961 em São Paulo pelo padre Adolpho Crippa (1929–2000), ordenado em Roma no mesmo ano. Essa So-

96 Ver o resumo dos erros teológicos de Corção na página web anonimizada “O Príncipe dos Cruzados”, acima mencionada (<http://www.oprincipedoscruzados.com.br/2014/12/gustavo-corcao-apoiou-seita-maurrasiana.html>).

97 Rodrigues 2006.

98 Frederico Viotti, entrevista com o autor, São Paulo, 11 nov. 2020.

99 Antoine 1980 [1972]: 45.

100 Paulo VI 1967. Ver também Paula 2012: 184 e Antoine 1980 [1972]: 46.

101 Cowan 2016: 84–97; Paula 2012: 172.

102 Ver <https://permanencia.org.br>.

cidade ressuscitou o antigo Instituto de Filosofia (IBF), fundado em São Paulo em 1949 pelo ex-integralista Miguel Reale, e sua publicação *Revista brasileira de Filosofia*. Juntos eles formaram mais um aparato de hegemonia com uma eficiente divisão de tarefas. Enquanto o IBF era responsável por disseminar a filosofia aristotélico-tomista entre leitores católicos intelectualizados, a *Convívio* era responsável pela agitação política em seu jornal *Convívium*. Eles uniram os principais nomes do conservadorismo brasileiro, e ainda Miguel Reale, também os já mencionados Mercadante e Vicente Ferreira da Silva (1916–1963). Nosso já conhecido conservador de visão hispânica, Galvão de Sousa, introduziu o monarquismo, com sua série sobre “problemas brasileiros” em 1963.¹⁰³

A terceira instituição, menos dependente de um protagonista, foi o grupo e jornal *Hora Presente* (1968–1978) em São Paulo. A formação seguiu o mesmo padrão da anterior, criada por dissidentes da *Convívio*. Presidindo o grupo estava Adib Casseb, professor de direito na PUC de São Paulo, um ex-integralista próximo do ministro Buzaid e de Miguel Reale. Na direção do jornal estava, mais uma vez, Galvão de Sousa, que recebeu a colaboração de ex-patrianovistas como João de Scantimburgo e Oliveira Torres. Ainda que também de alguma forma inspirada na publicação maurrassiano francesa, seu modelo era o espanhol *Verbo*, jornal de educação cívica e ação cultural em defesa da Lei Natural.¹⁰⁴ Esse também era o tema central do *Hora Presente* e denominador comum de seus membros. Em 1977, o ano em que o general Geisel ousou pôr em pauta o divórcio, Galvão de Sousa organizou lendário congresso *Jornadas brasileiras de Direito Natural*, que uniu a todos que queriam se reassesgar da normatividade da Lei Natural, fixada na divindade, e da necessidade de combater qualquer distorção feita por positivistas, racionalistas e individualistas.¹⁰⁵ *Hora Presente* também teve o seu “Corção”, um jornalista com impacto de massa, porém menos conhecido hoje: Lenildo Tabosa Pessoa, que também trabalhava como professor de ética na PUC de São Paulo, e escritor assíduo para os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Descrito como “personagem cáustica, de uma ironia cínica e certa vivacidade intelectual”, seus artigos apodíticos e persistentes lembram de modo intrigante os de Olavo de Carvalho. Isso vale para seus assuntos favoritos, sua missão contra o “analfabetismo intelectual” e até mais para o estilo hiperbólico e o embriagamento com a própria opinião: na véspera das eleições livres para a Assembleia Constituinte, Pessoa tenta persuadir o leitor de que “não há absolutamente nenhuma diferença” entre esse processo e a seleção anterior de um presidente pelos militares de alta patente, uma vez que em ambos os casos os candidatos eram de alguma forma selecionados por órgãos representativos (no primeiro caso, obviamente por partidos democráticos e somente candidatos pré-selecionados).¹⁰⁶ Certamente, um pensamento interessante a respeito dos sistema da democracia representativa, mas que

103 Gonçalves 2009: 79, 83, 101.

104 Antoine 1980 [1972]: 64.

105 Sousa 1977: 13, 55.

106 Ver, por exemplo, Pessoa 1986a e 1986b.

soava desonesto vindo da boca de um defensor da ditadura – com o qual Pessoa tinha uma relação tão íntima que se beneficiava do acesso privilegiado a informações que provavelmente nenhum outro jornalista tinha.¹⁰⁷

Permanência, *Hora Presente* e *Convívio* eram refúgios seguros para todos aqueles que se esquivavam do sectarismo religioso da TFP. A biografia acadêmica de um dos membros do *Hora Presente*, Alexandre Correia (1890–1984), mais tarde famoso tradutor do *Doctor Angelicus*, ilustra bem como as matrizes das ideias conservadoras se adapta à dinâmica da política, sempre com a chave da sabedoria à mão: ele estudou na Universidade Católica de Leuven, em contato direto com monarquistas portugueses exilados e seguidores de Maurras, e lá apresentou uma tese sobre a “Política de Joseph de Maistre” (1914). Durante a década de 1920 participou do CDV e escreveu para *A Ordem*, virou professor de direito e habilitou-se com uma monografia sobre a Lei Natural. Após décadas de trabalho, apresentou a primeira tradução – hoje considerada péssima, pelas opções enganadoras – para o português da *Summa Theologiae* de Tomás Aquino, publicada em 27 volumes entre 1944 e 1958. Em 1964, celebrou o golpe de Estado com o ensaio “São Tomás e o direito de revolução” e em 1976 fez seu último discurso público com o título pouco surpreendente “O Tomismo é Incompatível com o Marxismo”.

107 Antoine 1980 [1972]: 67, 87.

5 A Mão Invisível de Deus

*Nem as alegrias que o dinheiro pode dar, nem as tristezas da pobreza
têm qualquer relação com nosso destino
[...] não há maior certeza do que a desigualdade ser um trabalho de Deus, e,
de todas as desigualdades, a desigualdade de recursos materiais é a que me choca menos.*
Jackson de Figueiredo¹

*“As ocasiões de pecado devem ser evitadas,” diz Aquino,
“mas a pobreza é uma ocasião para o mal
porque o roubo, o perjúrio e a adulação são frequentemente ocasionados por ele.
Portanto, a pobreza não deveria ser adotada de modo voluntário, mas sim evitada”.*
George O’Brien, político e economista irlandês²

*Afirmamos que a desigualdade é benéfica para quem se encontra
na base da pirâmide social.
Com efeito, quem ocupa posições mais elevadas serve de inspiração e exemplo
às pessoas que ocupam um lugar inferior na escala social.*
Adolpho Lindenberg, presidente do IPCO³

Quando o Brasil pegou o caminho de volta para a democracia em meados dos anos 1980, a TFP fez um último esforço para exercer controle sobre o processo. Como o CDV em 1934, a organização mirou na nova Assembleia Constituinte, que iniciou seus trabalhos em 1987, para vetar o que aos seus olhos representasse uma traição às tradições católicas conservadoras do país. O livro de Corrêa de Oliveira, *Projeto de Constituição angustia* o país, publicado no início de 1987, é um testemunho desse esforço. Ele incluía políticas simbólicas, tal como a exigência de especificar os termos usados na evocação “sob a proteção de Deus” no preâmbulo da Constituição, que foi considerado insuficiente, uma vez que para a doutrina católica todo poder emana de Deus de qualquer jeito e, conseqüentemente, qualquer justificativa que relativizasse isso seria uma nulidade.⁴ Além disso, a TFP insistia na mitigação de diversas políticas públicas (como a educação e a saúde públicas gratuitas, reforma agrária e tributária) assim como dos direitos trabalhistas (jornada de 40 horas sema-

1 Todaro Williams 1971: 110, tradução de carta não editada de Jackson de Figueiredo para Amoroso Lima, datada de 11 jan. 1928.

2 O’Brien 1920: 78.

3 Lindenberg 2017: 83.

4 Corrêa de Oliveira 1987: 84.

nais, seguro desemprego). Mas acima de tudo, a proposta corretiva rejeitava veementemente a mera discussão sobre direitos civis como a equivalência entre casamento e união estável, igualdade de gênero, aborto, discriminação de homossexualidade e direitos dos indígenas.

É importante lembrar que a Assembleia Constituinte, apesar de todo compromisso democrático, estava longe de ser dominada por forças progressistas. Como o jornalista Hugo Studart calculou em *O Estado de S. Paulo*, citado no livro de Corrêa de Oliveira, os deputados de todos os partidos progressistas (PT, PCB: Partido Comunista Brasileiro, PCdoB, PSB e partes do PMDB e do PDT) somavam juntos menos de 50, cerca de 10% da Assembleia. A estratégia da TFP era, portanto, retratar esses direitos civis como reivindicações radicais de uma minoria. Porém, o lobby para essas reivindicações progressistas foi mais forte que a Assembleia. Também tinham o apoio da CNBB e de “emendas populares” da sociedade civil, de modo que a TFP viu como sua função principal não apenas contrabalançar os elementos radicais da Assembleia, mas também as demandas populares trazidas a ela.⁵

Apesar de concluir com relativo sucesso, essa foi a última campanha relevante da famosa TFP. Nesse momento, a organização se tornou apenas uma sombra do que foi antes, desacreditada pela opinião pública por causa do seu apoio escandaloso e intransigente à ala mais radical dos governos militares somado ao envolvimento em escândalos relacionados à veneração sectarista a Corrêa de Oliveira. Durante os últimos anos de existência, a TFP esteve totalmente ocupada com a negação dessas acusações. A maioria delas partiu de antigos simpatizantes ou até aliados, e foi dirigida à TFP como a mais importante e única representante que sobrou do integrismo, ainda que indiretamente voltada para as excrescências do conservadorismo católico como um todo. De um ponto de vista acadêmico, Oliveira Torres, que alguns anos antes ainda era membro do *Hora Presente*, criticou o fato de que o erro principal dos integristas havia sido não entender que houve um momento congelado no passado que servia como uma referência única e eterna. Toda a história consistia de mudanças e portanto até as “revoluções” como o II Concílio Vaticano não eram monolíticas, escreveu ele. A oposição categórica a qualquer mudança implicava em cegueira intencional diante da complexidade do processo histórico e suas contradições. Por exemplo não se deveria ignorar o progressismo “deplorável” da própria monarquia histórica brasileira (o que ele atribui à maçonaria).⁶ Outros católicos conservadores, de alguma forma ressentidos com a posição quase hegemônica da TFP durante os governos militares, apontavam para a sua dupla função dúbia como lobista política e autoridade eclesiástica autodeclarada. Como alertou um católico da linha conservadora, embora sem vínculo com os círculos tefepistas: a TFP recebia “fartos, fartíssimos, recursos financeiros fornecidos pela alta burguesia, de modo a poder sobreviver na fartura” e sem nenhuma hesitação fazia uso de “intensa propaganda conforme a técnica sugestionante moderna [...] ineficaz para uma honesta apresentação do cristianismo e para o apostolado”, além de agir como “Superigreja, com

5 Corrêa de Oliveira 1987: 94.

6 Torres 1968: 223–225.

magistério paralelo, juiz de um supremo tribunal religioso, acima do Concílio e do Papa”.⁷

A crítica mais dura, porém, veio de dissidentes da organização. O primeiro, Orlando Fedeli, tinha sido um membro importante por 30 anos e até considerado um possível sucessor de Plínio Corrêa de Oliveira. Ele deixou a TFP já em 1983 e criou a Associação Cultural Montfort, com esse nome em homenagem ao padre francês e santo. Desde sua saída, Fedeli fez de sua principal atividade desconstruir detalhe por detalhe da base teológica da organização (mais tarde ele tentou o mesmo com seu adversário Olavo de Carvalho, ver capítulo sete). Sua principal acusação, quase obsessivamente documentada em detalhes, foi de que dentro da TFP existia uma sociedade secreta chamada “Sempreviva”, para cultuar Plínio Corrêa de Oliveira e sua mãe falecida, Lucília, adaptando até a liturgia para os dois. Para Fedeli, isso justificava a acusação mais grave de heresia, segundo a qual Corrêa de Oliveira se proclamara um líder espiritual infalível e prometera iniciar seus seguidores numa verdade sublime. Portanto, a TFP tinha de ser classificada como uma seita mística ou até uma organização análoga a uma loja maçônica, também por causa de rituais semelhantes.⁸ Não há muita razão para se duvidar do testemunho de Fedeli, uma vez que diversas outras testemunhas – Luís Filipe de Freitas Ablas, Giulio Folena e até o leal ex-camarada de Corrêa de Oliveira, o bispo Castro Mayer⁹ – confirmaram as acusações de Fedeli. Até para pessoas de fora, a luxuosa biografia de Plínio Corrêa de Oliveira, publicada em 2016 por seu sucessor *de facto*, Monsignor João Scognamiglio Clá Dias (fundador dos Arazos do Evangelho, a quem retornarei em breve), é escancaradamente um caso fascinante de hagiografia. Também não há dúvidas de que dentro da TFP existia uma sociedade secreta. Chamado “escravidão sagrada”, esse círculo interno era composto de 12 “escravos” ou “apóstolos”, entre eles nossos conhecidos reais Bertrand (com o pseudônimo “escravo Plínio Miguel”), Luís (pseudônimo “escravo Plínio da Cruz”) e o próspero empreiteiro Adolpho Lindenberg, primo do líder, possivelmente o principal patrocinador da TFP, e hoje, com quase cem anos de idade, presidente do IPCO.¹⁰

Dois testemunhos, publicados por membros comuns da TFP, chocaram a opinião pública brasileira ao revelarem as práticas da organização que se assemelhavam a cultos. Algumas dessas revelações, tais como os registros da disciplina militar, o desdém pela Igreja como “estrutura infiltrada” e a doutrinação anticomunista, incluindo a memorização do livro *Revolução e Contra-Revolução*, eram esperadas. Já os relatos de José Antônio Pedriali sobre a veneração de lenços usados do líder, a presença de teorias da conspiração antissemitas, a pressão para romper relações familiares dos membros e as ameaças de morte indiretas a renegados (naturalmente apenas uma punição de Deus), adicionaram novos detalhes a uma imagem já dúbia da TFP.¹¹ Mas Pedriali também defendeu Corrêa de Oliveira, alegando

7 Moura 1978: 214–215.

8 Valadares 2007: 252–253.

9 Santos Jr. 2008: 76–79; 81–86.

10 Altoé 2006: 54.

11 Pedriali 1985: 62–63, 87, 94, 146–148, 167, 183–184, 201. Ver também Zanotto 2010.

que ele nunca havia se declarado profeta no sentido do Antigo Testamento, mas “apenas” um pregador semelhante a Moisés. Giulio Folena confirmou tudo isso e completou com descrições de racismo – incluindo preocupações com as “problemáticas raças” judaicas e eslavas – nas práticas proselitistas de uma comunidade quase exclusivamente branca.¹² Um terceiro livro revelador, publicado por dois dissidentes na Itália em meados da década de 1990, acusava a TFP de manter laços com a maçonaria internacional. Curiosamente, quando se olha para as fotografias que servem de evidência desse “erro grave”, nota-se que os terríveis maçons são os mencionados representantes da direita americana, Weyrich e Blackwell, o que não torna a conexão menos problemática.¹³

Esses relatos certamente eram interessantes, mas são consistentes um com o outro e com certeza não eram invenções. O que também é certo é que a missão de Corrêa de Oliveira incluía uma dimensão escatológica que vai além do mero dever de liderar a resistência contra o modernismo em todas as suas facetas. Isso o distingue de outros líderes católicos conservadores de destaque como Jackson de Figueiredo ou até do – nesse sentido um tanto superestimado – “Quinto Evangelista” Plínio Salgado, que acabou virando político de carreira. Corrêa de Oliveira começou como político e terminou como profeta venerado. Foi basicamente essa autodeclarada superioridade que enfraqueceu a colaboração com outros conservadores católicos, como os do grupo Permanência, que continuou a elogiar a TFP, mas compreensivelmente criticou Plínio Corrêa de Oliveira ser “considerado um profeta e venerado como Santo”.¹⁴ A mensagem messiânica da TFP é importante para se entender a militância da organização. Afinal, a degeneração da humanidade durante a modernidade poderia ser só um sinal do apocalipse que se aproxima e a segunda vinda de Cristo. Nesse anseio pelo fim dos tempos, por que ela deveria motivar um combate contrarrevolucionário tão feroz contra as forças do mal? Pela perspectiva da TFP, se esses revolucionários iam ser derrotados por Cristo, quem então concederia salvação eterna para uns (os contrarrevolucionários) e condenação para a maioria, os outros, qual o sentido do esforço terreno para resistir?

É aqui que entra o marianismo de Corrêa de Oliveira, provavelmente influenciado por Pio XII, que introduziu elementos marianistas na liturgia em 1954, além de favorecido pela morte de sua mãe Lucília em 1968. O marianismo pertence à tipologia teológica do dualismo apocalítico,¹⁵ o que significa a criação de um hiato de riqueza iminente antes da segunda vinda de Cristo e o Último Julgamento. Corrêa de Oliveira pregou em suas profecias, reservadas para os eleitos da TFP e nunca publicadas nas próprias publicações dele, que o apocalipse seria precedido do mencionado “Reino de Maria”, assim como o nascimento do filho de Deus foi precedido pela gestação de Maria: “foi por intermédio da Santíssima

12 Folena 1987: 123–124.

13 Agnoli & Täufer s.d.

14 Fleischman 2018a: 38.

15 Loland 2020b: 68.

Virgem Maria que Jesus Cristo veio ao mundo, e é também por meio d'Ela que Ele deve reinar no mundo".¹⁶ Ele baseou essa interpretação nos escritos do já mencionado Saint Montfort e nas revelações que a humanidade recebeu através do milagre de Fátima em 1917.¹⁷ Fátima foi uma referência penetrante nos discursos de Corrêa de Oliveira e aparece de novo nas análises políticas de Olavo de Carvalho. Naquela ocasião, a mãe de Deus anunciou três castigos na forma de Guerras Mundiais, se os católicos não rezassem, não fizessem penitências e não integrassem a Rússia no cristianismo. Mas no fim, como ela é citada, "meu imaculado coração triunfará". Na leitura de Corrêa de Oliveira a modernidade culminaria numa crise final, descrita pela palavra francesa *bagarre*, a qual teria de ser superada por uma Igreja militante vitoriosa para possibilitar a implementação do Reino de Maria que então fornece as condições para a segunda vinda de Cristo e seu julgamento final. Os sinais inequívocos de *bagarre* eram os sofrimentos punitivos e expiatórios, uma hecatombe termonuclear, cataclismos naturais, guerras internacionais e internas, infestações diabólicas e aparições angélicas. Para Corrêa de Oliveira, todos esses sinais foram manifestos e "provados" no século XX com suas "paixões desordenadas", a "conjuração anti-Cristã comunista" e sua "lavagem cerebral pelo marxismo cultural", e a não menos importante "fraqueza dos não comunistas na esfera espiritual e temporal", o que significa a reforma da Igreja Católica desde o Concílio Vaticano II.¹⁸

A militância católica (a terceira Igreja, como bem lembramos) com a tarefa de superar os desafios do século XX teria, portanto, uma recompensa iminente. Essa promessa teve a função crucial de não só aceitar a suposta hegemonia do "comunismo mundial" e estoicamente esperar pelo fim dos tempos, mas de combater o comunismo (a *bagarre* como pequeno apocalipse) e ganhar o direito de usufruir do paraíso terreno do Reino de Maria antes do fim dos tempos – possivelmente até antes da própria morte. Esse estágio vitorioso seria caracterizado pela plenitude da Igreja católica, abarcando a todos menos os conspiradores, e a plenitude da influência do mundo espiritual sobre o secular, especialmente a organização do Estado. Essa ideia milenarista foi marginalizada na doutrina católica pelo menos desde o Concílio de Éfeso no ano de 431 e criticada amplamente, com a refutação final dada por ninguém menos que Tomás de Aquino. No entanto, persistiu como uma longa tradição popular no Brasil e uma inspiração para estrategistas conservadores católicos. Plínio Salgado também insistiu que "Maria Santíssima é a grande salvadora das nações. O seu culto é o ponto inicial da ressurreição dos povos".¹⁹ O que Corrêa de Oliveira alcançou com seu marianismo foi a perfeição estratégica dessa tradição no seu círculo requintado, com o clímax

16 Corrêa de Oliveira 1972.

17 Exploro os detalhes desta questão no artigo Wink 2023.

18 Zanotto 2007: 215–233. Zanotto 2017 resume todos os testemunhos orais e escritos sobre as profecias de Corrêa de Oliveira. Eles também estão incluídos nas suas biografias (Mattei 1997: 322–345; Clá Dias 2016) e em Taveiro (2018, capítulos 2 e 5), uma publicação sob pseudônimo disponível na página web anonimizada "O Príncipe dos Cruzados".

19 Gonçalves 2012: 266.

da veneração dele mesmo como Dominus Plinius e sua mãe, Lucília Santíssima.²⁰

Contra todas as objeções mencionadas acima, a TFP se defendeu imediata e veementemente com o pseudo-argumento que também é o favorito de Olavo de Carvalho: que Plínio Corrêa de Oliveira era o autor de uma obra de 2.300 títulos publicados cuja leitura era o requisito mínimo para se emitir qualquer comentário sobre as ideias dele.²¹ Lendo essa obra, seria possível entender facilmente, por exemplo, que todos os pontos criticados estão perfeitamente de acordo com a doutrina católica tradicional. A nota de defesa destaca que as profecias de “Dominus Plinius”, ainda que não para serem “cridas absolutamente”, eram relevantes porque embora o último dos doze apóstolos tivesse morrido, “Deus continua a conceder a alguns o dom da profecia.” De acordo com a TFP, se os seguidores entendiam esse papel em analogia com a reencarnação do profeta Elias no fim dos tempos, a organização não seria “ditatorial” a ponto de proibir tais hipóteses. Além disso, a TFP assumia ser “extremista” em suas posições políticas, desde que isso significasse a capacidade humana de “distinguir com inteira segurança e objetividade entre verdade e erro, bem e mal”. Essa posição tinha que ser defendida, mesmo sob o risco de que os “relativistas” já tivessem preparado para eles “a estrela amarela, de uso compulsório”.²² Como vimos, a defesa de sua própria doutrina como sendo a simples verdade tem sido a ponta de lança do pensamento conservador durante todo o século XX. Mas a autocomparação patética com as vítimas do Holocausto mostra que a TFP se sentia cada vez mais encurralada.

Quando em 3 de outubro de 1995 o imortal Plínio Corrêa de Oliveira faleceu inesperadamente, a TFP entrou numa disputa feia pela herança. Em jogo estava o controle de uma organização com cerca de 1.5 milhão de seguidores, 200.000 militantes, 700 internos morando em 70 imóveis e dedicando suas vidas à organização, além da posse do jornal *Catolicismo*, ainda muito difundido.²³ Um grupo, os “fundadores”, assegurou a continuidade da TFP como IPCO, permanecendo na sede que visitei, e dando seguimento a suas campanhas – as caravanas, mas também cada vez mais nas redes sociais – além de editar *Catolicismo*. O outro, tornou-se os mencionados Arautos do Evangelho, liderados pelo secretário pessoal de Corrêa de Oliveira, João Scognamiglio Clá Dias, que mudou o caráter da organização de civil para eclesial e se tornou ele mesmo padre.²⁴ A aproximação bem-sucedida dos Arautos ao Vaticano (custando uma aceitação relutante das reformas do Concílio Vaticano II) possibilitou que em 2001 João Paulo II os transformasse numa Associação Internacional da Direito Pontifício, o que significa que eles podem treinar e ordenar seus próprios padres.²⁵

20 Zanotto 2007: 501–502.

21 Corrêa de Oliveira 1985: 13. A esse respeito ver também a informação fornecida na página web “O Príncipe dos Cruzados” (<http://www.oprincipedoscruzados.com.br/p/defesa-da-tfp-e-da-santa-tradicao.html#resist>).

22 Corrêa de Oliveira 1985: 244–245, 259–260.

23 Altoé 2006: 36, 56.

24 Clá Dias 2011: 19. Em outro estudo, trato exaustivamente dos Arautos do Evangelho. Ver Wink 2023.

25 Veja http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/laity/documents/rc_pc_laity_doc_20051114_associazioni_en.html#HERALDS%20OF%20THE%20GOSPEL.

Além disso, vários institutos educacionais, como o Instituto Filosófico Aristotélico Tomista, o Instituto Teológico São Tomás de Aquino, assim como o Instituto Filosófico-Teológico Santa Escolástica para mulheres e várias faculdades transformou os Arautos numa rede de ensino em expansão. Eles também construíram um império midiático considerável durante os anos 2000, incluindo a revista mensal *Arautos do Evangelho* (com tiragem de um milhão de cópias e edições em português, italiano, espanhol e inglês), o jornal trimestral acadêmico *Lumen Veritatis*, a agência de notícias *Gaudium Press*, o canal audiovisual TV Arautos, além de, é claro, a criação de canais no Youtube. E os Arautos também colaboram com o canal de TV católico mais importante do Brasil, a Rede Vida de Televisão.²⁶ Os rendimentos vêm de um sistema sofisticado de arrecadação de fundos no qual a Cavalarias de Maria têm um papel central. Para se ter uma ideia, uma Cavalaria visita uma média de 30.000 residências e 3000 estabelecimentos públicos por ano, administra 17.000 sacramentos e vende 5.300 assinaturas de seu jornal, além de receber doações.²⁷ O único ponto negativo foi que em 2017 Clá Dias se retirou da posição de Superior Geral dos Arautos, devido às diversas acusações de sectarismo e exorcismo, registrados num vídeo que vazou, ainda sob investigação em 2021 por uma comissão do Vaticano.²⁸ Os dois herdeiros da TFP, o IPCO e os Arautos, escolheram estratégias diferentes com ênfases diferentes, entre a educação católica sectarista e distante da política e lobby e ciberativismo da elite católico-monarquista. Enquanto o primeiro aparentemente produziu mais riqueza, conforme atestam seus castelos chamativos e cafonas em estilo neo-neo-gótico na Serra da Cantareira, ao norte da cidade de São Paulo, mas está muito menos presente na arena política, é difícil avaliar qual deles alcançou mais impacto social.

Um terceiro grupo, ainda não mencionado e não relacionado aos outros dois, começou nos anos 2000 a divulgar as ideias católicas conservadoras entre formadores de opinião: a Opus Dei, fundada em 1928 por Josemaría Escrivá (canonizado por João Paulo II) e institucionalmente parte da Igreja. Estabeleceram a primeira filial brasileira já em 1957. Em princípio, o intuito da Opus Dei era ajudar pessoas leigas a levarem uma vida completamente católica enquanto exerciam profissões profanas, mas também fazer lobby para conseguir cargos católico-conservadores. O que distingue sua estratégia da dos Arautos e do IPCO é o foco em representantes do alto escalão da mídia. Em colaboração com a Faculdade de Administração da própria Universidade de Navarra da Opus Dei, são oferecidos aos executivos customizados cursos de mídia e jornalismo, dirigidos pelos membros da Opus Dei, Carlos Alberto Di Franco e Ives Gandra da Silva Martins, um acadêmico da área de direito que vai aparecer outras vezes neste livro. Aqueles que foram instruídos pela Opus Dei são editores-chefes e magnatas dos principais grupos de mídia do Brasil, tais como Grupo Estado, RBS, Editora Abril e Rede Paranaense de Comunicação. A última é dirigida pelo seu

26 Zanutto 2011: 283; Pinheiro & Agapé 2019.

27 Clá Dias 2011: 53–54.

28 Lopes 2017; Tornielli 2017.

dono, o membro da Opus Dei Guilherme Döring Cunha Pereira, também editor da Gazeta do Povo, que se tornou um dos jornais conservadores mais influentes do Brasil. Além de jornalistas, a Opus Dei também instrui políticos (entre eles, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB), advogados e empreendedores, em colaboração estreita com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).²⁹

Essas organizações podem ser entendidas como focos de preservação e perpetuação da tradição integrista durante a redemocratização, com uma influência discreta na elite política que não deve ser subestimada, ainda que seu impacto público esteja longe de ser o mesmo do período entre as décadas de 1920 e 1970. Jorge Boaventura, líder da filial brasileira da WACL e provavelmente o último representante dos neotomistas autênticos do conservadorismo original brasileiro, conforme descrito no capítulo três, de algum modo antecipou esse resultado em seu *Ocidente Traído – A Sociedade em crise*, de 1980. O livro é dedicado a todos que “pensando e sentindo como nós, não encontram eco para as suas preocupações”. Trata-se de uma resignação, uma vez que para ele a maior parte dessas preocupações se tornou realidade – o materialismo onipresente, indulgência em “música sincopada”, dominação marxista quase completa na imprensa, nas igrejas e na educação.³⁰ O livro foi publicado pela Biblioteca do Exército, em reconhecimento às quatro décadas de Boaventura na divisão política da ESG. Nos anos 1980, a maior parte dos brasileiros fora dos círculos militar e conservador católico provavelmente nem sabia da existência dessa tradição integrista que começa no fim do século XIX. Mas o livro de Boaventura também mostra que os militares nunca abandonaram esse conhecimento, um fenômeno ao qual retornarei logo. Boaventura morreu em 2005, pouco antes de poder testemunhar a volta do que ele defendia e representava.

No entanto, é importante notar que essa retração nos anos 1980 não significou de modo algum que tais ideias perderam força. Elas foram retomadas e trazidas de volta, em nova roupagem, por dois novos atores, o neoliberalismo e o pentecostalismo, que subiram ao palco nesse mesmo momento histórico e compensaram o declínio na longa história do catolicismo conservador. Esses novos atores que influenciam o pensamento da direita geralmente não são associados aos movimentos católicos, monarquistas e integralistas abordados até agora. Até foram tratados, ao menos retoricamente, como seus oponentes, embora – como vou mostrar – estiveram comprometidos de forma intrínseca às mesmas ideias centrais do pensamento conservador. Através do liberalismo e do pentecostalismo, quase como cavalos de Troia, o conservadorismo ampliou sua influência no processo de democratização de um lado bastante inesperado.³¹

29 Ferreira et al. 2005; Brum & Mendonça 2006. Para os cursos da Opus Dei, ver <https://master.ise.org.br>

30 Boaventura 1980: 7, 40–44, 212.

31 Antonopoulos et al. 2020: 246; Mariano 2012 [1999]: 184; Cowan 2021.

O Mito Fundador Liberal

Para se entender a aparição do pensamento liberal no Brasil na década de 1980, temos que voltar brevemente ao início do século XIX, quando o Brasil começou sua emancipação como império monárquico. A razão é que o primeiro registro de recepção de ideias liberais no Brasil coincide com o momento da emancipação da colônia: a transferência da Corte Real de Lisboa para o Rio de Janeiro, a refundação da monarquia portuguesa como o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e a subsequente independência do Brasil como o Império. Pouco antes, em 1804, José da Silva Lisboa (1756–1835), Visconde de Cairu, juiz e depois senador do Império, publicou o que foi provavelmente o primeiro manual de teoria econômica em português, *Princípios de Economia Política*.³² Em seu influente livro, ele apresentou a economia política de Adam Smith a seus leitores, conforme elaborada no seminal *A Riqueza das Nações* (1776). O filho de Lisboa seguiu os passos do pai e traduziu o livro de Smith inteiro para o português em 1811.³³ Convidado pelo Príncipe Regente João VI, Silva Lisboa deu aulas na nova capital, Rio de Janeiro, nas quais ele se opunha a tendência mercantilista dominante nesse período. Em paralelo, ele publicou pela imprensa real seu *Observações sobre o livre comércio no Brasil* (1808–1809), um dos primeiros livros impressos e publicados no Brasil.³⁴ Nesses textos, ele define o papel do Estado como limitado à defesa nacional, segurança pública e legal, além da criação de uma infraestrutura pública. Nesse empenho, ele tem o apoio de Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, influente ministro do Conselho Ultramarino e, como tal, representante ideológico e administrador da transferência da Corte. Tanto Silva Lisboa como Coutinho são considerados os principais agentes de uma decisão política com grande impacto, a abertura dos portos brasileiros para o comércio exterior, sem que as mercadorias tivessem que passar por Portugal.

Esses acontecimentos deram origem ao que quero chamar de “mito da fundação liberal” do Brasil independente. Por trás desse mito, é questionável se Silva Lisboa foi realmente um liberal. O que marca seu trabalho e seus discursos em público é acima de tudo uma atitude conservadora, antirrevolucionária, bem no estilo de Edmund Burke, cuja obra ele mesmo traduziu e comentou em *Extratos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke* (1812). Silva Lisboa era jurista cristão, de formação aristotélico-tomista, e só adotava ideias smithianas de modo instrumental – inclusive, como já foi apontado por investigação pioneira, distorcendo-as.³⁵ Aproveitando a oportunidade histórica, a seu ver dada pela Providência divina, seu principal objetivo era fortalecer o Estado brasileiro independente em sua

32 Lisboa 1956 [1804]. Ver também Spaizmann & Sanson 2006: 260. Belchior (1977: 22–23) descobriu que o membro da Inconfidência Mineira (1789), Cláudio Manoel da Costa, já havia feito referência à teoria de Adam Smith em seus manuscritos, mas sem repercussão relevante.

33 Belchior 1977: 28.

34 Spaizmann & Sanson 2006: 261.

35 Caldeira 1999.

ordem moral e sobretudo para preservar a hierarquia social do país contra as reivindicações separatistas, constitucionais, republicanas, sociais e abolicionistas que menciono no capítulo dois.³⁶ Ainda que as políticas monárquicas brasileiras tenham certamente incorporado algumas ideias liberais seletivamente, tais como a liberdade de comércio e maior participação política para a classe dominante, elas não foram além de um liberalismo moderado, pragmático e funcional, incapaz de postular liberdade social e política real, por causa do contexto objetivo de uma economia escravista colonial.³⁷ O que fez de Lisboa o padrinho do liberalismo no Brasil foi a recepção de suas ideias em meados do século XX, afirmando seu papel de destaque como um inovador liberal. Isso aconteceu de modo desvinculado de como sua contribuição era vista, se como um efeito positivo (de acordo com o filósofo liberal Antonio Paim) ou como um efeito negativo (de acordo com o economista desenvolvimentista Celso Furtado).³⁸ Desde então, o pensamento de Silva Lisboa foi resumido pelo não muito representativo princípio do *laissez-faire* “deixai fazer, deixai passar, deixai vender!”³⁹ É esse sentido que o conservador tomista é celebrado, como introdutor do liberalismo no Brasil, pela Nova Direita brasileira em diversas publicações de vários assim chamados Institutos Liberais.⁴⁰

Outro padrinho do liberalismo que a Nova Direita gosta de promover é Irineu Evangelista de Sousa (1813–1889), o Visconde de Mauá, lembrado como o pioneiro da industrialização no Brasil. Enquanto personificação de um raro espírito empreendedor para lutar contra a tutela econômica do Estado monárquico, dominado por escravocratas antiliberais, cerca de uma dúzia de biografias o transformou depois em um mito, o que foi conveniente para ilustrar as reivindicações liberais e individualistas.⁴¹ No entanto, historiadores insistem que Irineu de Sousa na verdade obteve sua fortuna através de comércio escravagista e deveria ser visto mais como pioneiro do patrimonialismo, infiltração do interesse privado na política para obter vantagens em negociações com o Estado, e que ele foi à falência quando esse esquema desmoronou.⁴² Talvez não seja coincidência que um longa-metragem, “Mauá: O Imperador e Rei” (dirigido por Sérgio Rezende) escolheu fazer homenagem a ele exatamente em 1999, o momento em que o projeto neoliberal para o Brasil entrou em sua maior crise. Certamente não é coincidência que sua heroificação seja apresentada nos filmes produzidos pela Brasil Paralelo (BP), agência de produção intimamente relacionada com a Nova Direita, à qual retornarei no capítulo oito.

Como discutido no capítulo um, é significativo que, no caso do Brasil, o liberalismo retórico e o conservadorismo prático tenham nascidos juntos, no sentido do “liberal-con-

36 Rocha 2001: 35.

37 Bosi 1988.

38 Ver respectivamente Paim 1968 e Furtado 1959.

39 Spaizmann & Sanson 2006.

40 Silveira & Carvalho 2013; Almeida 2018; Kistenmacher 2015.

41 Gambi & Cosentino 2020.

42 Guimarães 1997; Souza & Fossatti 2013; Guimarães 2005; Caldeira 1995.

servadorismo”. Não como uma “ideia fora de lugar”⁴³, mas adaptadas para as realidades brasileiras e expressando a ambiguidade do anseio pela modernidade e o apego à tradição. Há um vasto trabalho acadêmico dedicado a esse enigma e já em 1978, Wanderley Guilherme dos Santos identificou de modo certo o problema quando perguntou qual poderia ter sido uma pauta liberal convincente no Império se tanto o republicanismo como a abolição eram considerados tabus. Quando os liberais finalmente fizeram da abolição uma questão, na década de 1870, tiveram que conter o republicanismo porque precisavam da monarquia como aliada contra a elite rural; por outro lado, o Partido Republicano nem sequer mencionava a abolição.⁴⁴ Ao interpretar essas circunstâncias históricas de forma mais cética, pode-se entendê-las não como um dilema, mas como conveniência: nessa época, já havia uma fusão, à qual o título deste capítulo se refere, da “mão invisível” do mercado com o “soberano” monárquico e a “ordem moral” divina, as autoridades secular e a espiritual. Para o conservadorismo do século XX, esse mito fundador teve a importante função de arraigar seu lado liberal – e no primeiro capítulo expliquei por que se trata apenas de uma faceta, não uma ideologia concorrente – na fundação do Estado brasileiro e fazer do liberalismo, junto com a ordem e a grandeza nacional, um elemento de construção da identidade coletiva nacional.⁴⁵

No período de recristianização de que tratei no terceiro capítulo, os liberais brasileiros eram percebidos vagamente como parte do poder político hegemônico na Velha República, apesar da “fragilidade da experiência liberal no Brasil” que era de “de caráter mais autoritário do que qualquer outra coisa”. Portanto, o liberalismo só adquiriu um perfil concreto de inimigo imaginário do pensamento conservador católico integrista nos anos 1920 e da doutrina integralista nos anos 1930.⁴⁶ A razão é que nesse período a tendência internacional era predominantemente antiliberal e esses discursos foram projetados nos liberais brasileiros, os quais – embora não correspondendo a nenhuma posição política concreta, a não ser por serem associados à “Velha República” – os afastavam em termos discursivos do conservadorismo. Era claro para os observadores contemporâneos que se tratava de um efeito um tanto artificial. Com rara objetividade, Francisco Martins de Almeida apontou em 1932 para “a situação real íntima dos contendores liberais e reacionários, separados, apenas por um dissídio acidental, sem contradição orgânica profunda”.⁴⁷ Até Plínio Salgado, que no começo deu mais ênfase à sua “Guerra de Morte à Liberal-Democracia” num contraste curioso com seu suave “alerta contra o socialismo”⁴⁸, reconheceu depois que o único problema que ele tinha com os liberais era sua “concepção utilitária da vida, sem nenhuma consideração pelos

43 Vasconcelos 1979: 183; Schwarz 1992 [1977].

44 Santos 1978: 82–91.

45 Santos 1998; Prado Jr. & Guimarães 2001; Santos 1988; Chaloub 2013.

46 Vasconcelos 1979: 34, 189.

47 Almeida 1932: 115.

48 Salgado 1933: 20, 53.

fins transcendentais do Homem”.⁴⁹ De novo, Olavo de Carvalho estava de pleno acordo em seu ensaio com o título pretensioso “Por que não sou liberal”.⁵⁰ Quem sempre se manteve cético quanto aos liberais foi Plínio Corrêa de Oliveira. Para ele, o liberalismo era “fruto da mesma árvore que o igualitarismo” porque ele tinha a impressão de que quando a libertação das pessoas desiguais da ordem natural mostrava efeitos de desigualdade persistente, a tendência era sacrificar a liberdade em nome da igualdade. Ou, em outras palavras, o que começava com o liberalismo tinha que acabar virando comunismo: “Os entrechoques de certos liberais ingênuos ou retardados, com os socialistas, são, pois, meros episódios superficiais no processo revolucionário, inócuos *qui pro quo* [sic] que não perturbam a lógica profunda da Revolução, nem sua marcha inexorável num sentido que, bem vistas as coisas, é ao mesmo tempo socialista e liberal.”⁵¹

Já em 1959, Corrêa de Oliveira concluiu que a única função legítima do liberalismo era liberar a sociedade da intervenção estatal nas questões econômicas, mas ficando fora das questões morais:

As interferências oficiais em matéria de câmbio, exportação e importação colocam na dependência do Estado todos os interesses industriais, comerciais e bancários. Nos salários, nos aluguéis, nos preços, em tudo o Estado intervém. Ele tem indústrias, bancos, universidades, jornais, rádio-emissoras, canais de televisão, etc. E ao mesmo passo que o dirigismo igualitário vai assim transformando a economia, a imoralidade e o liberalismo vão dissolvendo a família e preparando o chamado amor livre.⁵²

Ele devia saber, já que depois de 1945 os liberais se revelaram apoiadores ferrenhos da UDN, aliada política do próprio Corrêa de Oliveira, e diante de reivindicações sociais crescentes, redescobriram o conceito conveniente de autoritarismo instrumental de Oliveira Vianna.⁵³ Após esse breve desvio histórico, retorno agora ao ponto que atingimos na cronologia e mostrarei, na seção seguinte, como os liberais mais uma vez reforçaram o conservadorismo de forma significativa durante a redemocratização nos anos 1980, e assim ajudaram a compensar a perda causada pelo impacto social dos católicos conservadores.

49 Salgado 1947: 41.

50 Carvalho 2007c.

51 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 55–56.

52 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 106–107.

53 Santos 1978: 93–99.

Think Tanks em Ação

A redemocratização nos anos 1980 e especialmente a Assembleia Constituinte foram observadas com pouco entusiasmo pelos liberais. Em 1989, pouco antes das primeiras eleições livres para a presidência, o já mencionado liberal Maciel de Barros acabou com o entusiasmo e alertou de forma clara contra a “superstição democrática” – a seu ver, a democracia era simplesmente um processo de distribuição do poder em sociedade, certamente não incompatível com o liberalismo, mas tampouco atrelada a ele por qualquer vínculo essencial. Porém, existia incompatibilidade com o “petismo”, a posição política do PT e seu candidato Lula, com o qual “a postura liberal se choca frontalmente”. O liberalismo, ele continua, não pode “conviver com o que lhe é oposto – principalmente quando se procura, mais ou menos sub-repticiamente, difundir a ideia de que o ‘verdadeiro’ liberalismo não é o liberalismo, mas a social-democracia ou até mesmo um pouco nítido ‘socialismo democrático’.”⁵⁴ As democracias não eram aptas a resistir ao comunismo, advertiu em 1987 outra figura representativa do liberalismo, o diplomata Meira Penna, apontando para a subversão avançada através dos elementos típicos do marxismo cultural: “Não dispõem de meios para enfrentar a permanente guerra psicológica conduzida por seus inimigos. Grande parte de sua imprensa veicula a campanha de *dezinformatsiya* da KGB. Suas igrejas e universidades são caldos de cultura para o marxismo, a subversão, o derrotismo, o pacifismo suicida e o masoquismo diplomático.”⁵⁵

Sob as condições específicas da redemocratização, com o autoritarismo estando démodé, o liberalismo se declarou o herdeiro solitário dos conservadores anteriores, só que sem o “populismo” e o “cheiro de sacristia”.⁵⁶ O retorno liberal nos anos 1980 foi realmente preparado e escoltado por um fenômeno novo no Brasil: a ação exclusiva e flagrante dos think tanks liberais.⁵⁷ Entendem-se aqui por think tanks liberais entidades civis, educacionais ou de caridade, financiadas por grandes corporações e frequentemente relacionadas a partidos “liberais”. Têm o objetivo de comunicar determinadas propostas econômicas e políticas a tomadores de decisão, como alternativa a – ou em disputa com – as universidades e outras instituições de pesquisa públicas, sob a impressão de uma neutralidade científica. Ou seja, os think tanks promovem a doutrinação, com expertise de marketing, a partir de uma teoria econômica única, já customizada para a aplicação política, em abstinência de pesquisa científica.

O próprio conceito de think tank e a ideia de criar uma rede mundial deles tem uma origem bem localizável no início da Guerra Fria: a libertária Sociedade Mont Pèlerin (MPS), fundada em 1947 por iniciativa de Hayek, na época com a finalidade de com-

54 Barros 1992: xi, 92; ensaio publicado originalmente em 1989.

55 Penna 2019 [1987]: 112.

56 Barros 1992: 22.

57 Gros 1989 e 1993.

bater a ascensão do Estado e seu planejamento keynesiano ou até marxista. A MPS chegou a integrar renomados economistas e filósofos liberais como Milton Friedmann, Walter Lippmann, Ludwig Mises e Karl Popper, além de vários brasileiros que já apareceram neste livro: Donald Stewart, Meira Penna, Borges de Macedo, e um novo protagonista, Og Leme, filho de Paulo Leme, o presidente da Goldman Sachs Brasil. A MPS entendeu cedo que um lobby discreto, disfarçado de “ponte entre conhecimento e política”, poderia contribuir substancialmente para ganhar a “guerra de ideias” que o próprio Hayek definiu – em analogia com a “Guerra de tendências” ou a “Guerra Cultural” – como um processo psicológico demorado, eficaz apenas no decorrer de várias gerações. É sabido que a MPS surgiu do famoso Colóquio Walter Lippmann, organizado em 1938 em Paris, para resgatar o liberalismo desacreditado diante da crise do capitalismo e da ameaça do fascismo e do socialismo – um segundo nascimento, na época chamado de “neoliberalismo”. Mas vale lembrar também que Lippmann foi um dos primeiros teóricos da propaganda, especialista em manipulação e “fabricação de consentimento” num mundo desenhado como binário, tal como explicado na sua obra seminal *Opinião Pública* (1922).

A estratégia de Hayek de estabelecer uma rede de think tanks foi logo posta em prática. O primeiro a participar foi o empresário britânico Antony Fisher, também membro da MPS, que fundou em 1955 o *Institute of Economic Affairs* em Londres. Quando a MPS, na sua reunião anual em 1959, chegou à conclusão de que ideias liberais pró-mercado ainda não tinham recebido aceitação positiva suficiente, outros projetos seguiram, como o Liberty Fund (1960) e o *Institute for Humane Studies* (1961). Mais tarde, Fisher criou a *Heritage Foundation* em Washington D.C. (1973), hoje patrocinando mais de 300 organizações, entre elas o *Fraser Institute* (1975), o *Manhattan Institute for Policy Research* (1977), o *Pacific Institute for Foreign Policy* (1979), o Center for Independent Studies na Austrália (1979) e, sobretudo, a *Atlas Economic Research Foundation* (1981) que viria a ser a “mãe” de mais de 450 outros think tanks. Outros think tanks importantes, fundados por outros, foram a *Freedom School* (1956) – da qual sairia em 1977 o *Cato Institute*, financiado pelos irmãos bilionários David e Charles G. Koch –, o *Centre for Policy Studies* (1974) e o *Adam Smith Institute* (1977), este patrocinado pelo partido conservador inglês. Num período de cerca de 30 anos, os liberais criaram uma rede mundial de provavelmente quase mil think tanks para disseminar sua mensagem econômica. Não foi por milagre que a influência desses think tanks liberais, por meio de assessores de políticos, foi decisiva na campanha de Ronald Reagan em 1980, assim como a de Margaret Thatcher. Segundo ela própria, ela devia seu governo à doutrinação ideológica do *Institute of Economic Affairs*, cujo presidente, Ralph Harris, foi presidente da MPS no período de 1983-84. Todos esses think tanks seguiram as diretrizes, tais como formuladas pela MPS nos seguintes pontos:

1. A filosofia da economia de mercado tem de ser amplamente aceita; isso requer uma grande programa de educação e muito pensamento sobre como financiá-lo;
2. A transformação de uma economia controlada tem de ser amenizada compensando os interesses cujas expectativas serão abaladas;
3. Tem-se que elaborar

políticas para tornar supérfluos todos os apelos por proteção das consequências da mudança que os políticos democráticos teriam dificuldade em resistir. [...] A educação em vários níveis tem de ser direcionada primeiro aos formadores de opinião: isto é, intelectuais, políticos, empresários, e assim por diante (especialmente jornalistas que ajudam a influenciar a opinião pública).⁵⁸

As instruções não se limitavam a essas recomendações gerais. Por exemplo, as mesmas orientações também sugeriam uma estratégia editorial chamada por eles mesmo de “infiltração ao contrário”, que consistia na publicação pontual de autores adversários para fingir neutralidade e direcionar o público para outros títulos – estes sim liberais – lançados pela mesma editora.⁵⁹

Think tanks foram introduzidos em massa no Brasil só no fim desse processo e em colaboração íntima com a sede nos Estados Unidos, em especial com a *Atlas Network*. Dirigida, desde 1991, pelo argentino-estado-unidense Alejandro Chafuen (que será importante neste capítulo), ela presta apoio a 30 think tanks e outras organizações no Brasil, através de bolsas, cursos de gestão política e relações públicas, patrocínio de eventos e, nos últimos anos, treinamento de ciberativistas. A complexa cronologia e a estrutura da disseminação de think tanks brasileiros já foi bem investigada, e aqui vou me concentrar apenas em abordar a sua cooperação com setores conservadores, pela primeira vez e de forma improvisada antes do golpe civil-militar de 1964 e, maciçamente, durante a redemocratização dos anos 1980 e a consolidação da Nova República.

Entre os precursores brasileiros, antes da implementação do projeto, consta a Fundação Getúlio Vargas (1944) que, embora não classificável como think tank de defesa da posição pró-mercado, veio a ter relações com a rede de think tanks liberais. Comparável a um think tank no sentido da MPS, foi uma instituição já mencionada, a Convívio (fundada em 1961), na qual eram ativos não só, como descrito no capítulo anterior, monarquistas e ex-integralistas, mas também os dois principais liberais brasileiros, Borges de Macedo e Paim, este último um dos colaboradores mais assíduos do jornal *Convívium*.⁶⁰ A Convívio investiu fortemente em educação política e filosófica liberal-conservadora. Entre o início da década de 1960 e o fim da década de 1970, a sociedade ofereceu cursos a 68.000 alunos, baseados nos livros didáticos editados pelo seu fundador, Adolpho Crippa, e depois publicados por sua movimentada Editora Convívio.⁶¹ Os cursos contavam com a participação ilustre de Maciel de Barros, que em 1971 contribuiu com sua *Introdução à filosofia liberal*, e do conservador Mercadante em 1965, com o volume *A consciência conservadora no Brasil*, em que ele

58 Citado em Cockett 1995: 140.

59 Cockett 1995: 143.

60 Gonçalves 2009: 88.

61 Por exemplo, os vários volumes de *As ideias filosóficas no Brasil*, de 1978, e *As ideias políticas no Brasil*, de 1979.

argumenta com franqueza pela conciliação entre os interesses da elite para evitar quaisquer radicalizações e rupturas, através de uma retórica notadamente liberal.⁶²

Curiosamente, a Convívio foi a alma mater do conservador católico Ricardo Vélez Rodríguez, primeiro-ministro da educação de Jair Bolsonaro. Assistente de Adolpho Crippa, Antonio Paim o convidou em 1979 para obter seu doutorado em “Pensamento Luso-Brasileiro” na Universidade Gama Filho – chegando até a pagar suas mensalidades –, que ele concluiu com uma tese sobre Oliveira Vianna. Seu estudo de pós-doutorado de 1994 a 1996 no *Centre de recherches politiques Raymond Aron* na *École des hautes études en sciences sociales* em Paris foi providenciado pelo Embaixador Meira Penna. Menciono esses detalhes para ilustrar a rede de contatos impressionante entre conservadores e liberais. Isso também inclui os militares, dos quais Vélez Rodríguez é mais uma vez um exemplo típico: Entre 1983 e 2003 ele foi responsável pelo currículo do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, onde os oficiais eram formados em humanidades, entre outros cursos. In 2003 ele começou a dar aulas de pensamento social brasileiro na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, além de ter lecionado eventualmente na ESG também. Após sua demissão do Ministério da Educação em 2019, ele se tornou palestrante da Universidade Brasileira das Forças Armadas.⁶³

A educação superior dos militares estava nas mãos seguras dos liberal-conservadores pelas últimas décadas e ainda está hoje. Os livros didáticos usados nos cursos básicos cobrindo os “Elementos Fundamentais” na ESG eram baseados numa bibliografia que representa quase exclusivamente o cânone dessa tradição, a maior parte dele já mencionado neste livro, num contraste com qualquer programa universitário brasileiro de humanidades e ciências sociais. As referências incluem textos de Leão XIII, Maritain, Hayek, Nisbet, além do liberal-conservador francês Raymond Aron, do neoconservador Michael Novak, o ícone da *nouvelle droite* Julien Freund, Daniel Bell, que foi sócio de Kristol em *The Public Interest*, além dos pensadores brasileiros Oliveira Vianna, Reale, Oliveira Torres, Paim, Ubiratan Macedo e Boaventura. Especialmente surpreendente, apesar da grafia errada de seu nome e do título do seu livro na bibliografia, é a inclusão do *Traité des valeurs* de Louis Lavelle (1955), um filósofo metafísico que só recentemente Olavo de Carvalho afirmou ter resgatado do esquecimento.⁶⁴

A Convívio teve um papel fundamental na preparação do golpe de 1964 através da “formação de mentalidade nova”, como anunciou um editorial da sua revista em 1962, e permaneceu ativa até 1993. Nessas atividades, ela era financiada pelas empresas internacionais mais importantes no Brasil, entre elas a Volkswagen e a General Motors.⁶⁵ Isso também é característico de outros dois think tanks que surgiram às vésperas do golpe civil-militar

62 Gonçalves 2009: 101; Mercadante 1980 [1965]: 235.

63 Vélez Rodríguez 2020: 237–238, 309.

64 ESG 2014.

65 Gonçalves 2009: 20, 74, 83. Ver também a autopromoção em Poletti 2012.

e que mais que nenhum outro cumpriram a missão dada pela MPS: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959 pelo ex-integralista Ivan Hasslocher, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961 pelo industrial e membro da MPS, Paulo Ayres Filho. Ayres se gabou ainda em 1987 de ter persuadido os militares a exercerem o golpe – em reuniões na sua própria casa.⁶⁶ Ambos foram promovidos como institutos liberais e representavam os interesses da comunidade empresarial em sua colaboração com os militares. Muitos dos membros do IPES estudaram na ESG, e o general Golbery do Couto e Silva, o pai da Doutrina de Segurança Nacional, foi um dos sócios do IPES.⁶⁷ Seu objetivo comum era combater as reformas do governo João Goulart. Curiosamente, é possível constatar a forte presença de ex-integralistas, como Hasslocher, Márcio de Freitas Rolim, Antonio Galotti, Adib Casseb, além de Miguel Reale e Adolpho Crippa da Convívio.⁶⁸ Talvez não seja por acaso, uma vez que se poderia esperar que estivessem preparados para a campanha anticomunista com quaisquer meios que achassem necessários.

O complexo IPES-IBAD seguiu uma estratégia dupla. Foi responsável tanto pela criação do Movimento Anticomunista e do Grupo de Ação Patriótica, grupos militantes que não hesitavam em empregar meios violentos, como pelo lançamento de uma campanha de propaganda nunca antes vista no Brasil. Empregaram atores, escritores e jornalistas famosos e empresas de relações públicas; patrocinaram palestras, simpósios, conferências, debates públicos, filmes, peças de teatro e entrevistas; publicavam e distribuíam livros, panfletos, artigos de jornais e revistas; eles tinham programas de rádio e TV; organizavam campanhas por carta, telegrama e telefone. Gustavo Corção do CDV participou assiduamente do boletim informativo do IBAD, “Ação Democrática” para esclarecer a população sobre os riscos do divórcio e a prática comunista de sequestro e internação de crianças.⁶⁹ Gumercindo Rocha Dorea, um confidente de Plínio Salgado, tornou-se grande disseminador de livros anticomunistas, alguns de distribuição gratuita. Best-sellers anticomunistas internacionais, como *Você pode confiar nos comunistas (...eles são comunistas mesmo!)*, de Fred Schwarz, e *Em cima da hora*, de Susanne Labin, sobre a técnica de propaganda soviética, ambos de 1960, foram lançados no Brasil em 1963, este com tradução de Carlos Lacerda, e foram distribuídos com tiragens generosas e em edições de bolso.⁷⁰ O IPES produziu também uma série de filmes anticomunistas (e com forte presença de ideias católicas) que foram assistidos por 100.000 espectadores.⁷¹ O IBAD cobriu espaços públicos com cartazes anticomunistas e estabeleceu

66 Payne 1994: 264.

67 Payne 2014: 268. Leigh A. Payne conduziu em 1987 ampla pesquisa sobre a relação entre o IPES-IBAD e empresas, incluindo entrevistas com líderes e CEOs dos institutos, que mostrou sua ligação íntima e até conluio. Em 1963, 500 empresas eram afiliadas ao IPES-IBAD, entre elas indústrias cruciais. Além disso, 27 dos 36 diretores do IPES-IBAD também eram membros da FIESP (Payne 1994: 18).

68 Carlotto 2018; Dreifuss 1987b.

69 Cowan 2016: 79-80.

70 Cowan 2016: 108-109.

71 Cowan 2016: 77-78.

um sistema capilar sofisticado de disseminação de propaganda através de lojistas, taxistas, ascensoristas, engraxates e barbeiros. Seduziram até líderes sindicais – cerca de 2000, até 1964 – para participarem de grupos de leitura de textos sobre economia austríaca liberal e campos de treinamento de como subverter assembleias sindicais, a técnica de “domínio pela minoria”.⁷²

Isso indica que a indução do golpe como um esforço católico conservador teve não só uma dimensão integralista como também uma participação liberal, com apoio substancial do empresariado, sem que isto tenha provocado conflito algum com o suposto espírito democrático do liberalismo. Repetidas vezes, aponte o elogio liberal ao autoritarismo, se não como um objetivo em si, pelo menos como meio pragmático. O liberal Manuel Lubambo (1904–1943), Secretário de Finanças de Pernambuco, não tinha dúvida quanto à importância do autoritarismo instrumental e nenhum escrúpulo em fazer referência – enquanto liberal autodeclarado! – até mesmo a Maurras: “É inútil defender a cultura, ou a economia, ou as finanças duma nação na ausência dum poder forte, capaz de estabelecer a ordem e inspirar confiança: quando não há ordem na rua [...] difícil é o esforço productivo, quase que impossível a capitalização.”⁷³ Uma vez que os liberal-conservadores alcançaram seu objetivo maior, evitar as reformas e implementar um regime autoritário (do qual os liberais só participaram ocasionalmente, através de Roberto Campos, primeiro ministro do planejamento do presidente Castelo Branco), sua agitação naturalmente diminuiu, exceto pelo resiliente *Convivium*.

O segundo e mais persistente estágio do envolvimento liberal na política começou durante a redemocratização nos anos 1980, com a fundação do Instituto Liberal (IL) em 1983 pelo já mencionado Donald Stewart. Ele foi incentivado pelo tradutor brasileiro de Hayek, José Stelle, e recebeu o apoio do instigador do golpe, Paulo Ayres, além do Chicago boy Og Leme e de Henry Maksoud, este último novamente um membro da MPS.⁷⁴ Maksoud, que também foi anfitrião de Hayek nas suas três visitas ao Brasil (entre 1977 e 1981),⁷⁵ já tinha desenvolvido uma doutrinação liberal que equivalia a um instituto: em 1974 comprou a importante *Revista Visão* (com tiragem média de 150 mil cópias) para lhe dar um perfil claramente liberal. Além disso, em 1988, começou o programa de entrevistas “Henry Maksoud e você” (em 170 edições) no canal de televisão Bandeirantes para “discutir” temas liberais, como a defesa da privatização. Junto com o também entusiasta do liberalismo, Winston Ling, Chicago boy, produtor de soja e fundador do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) em 1984, praticava o famoso “corpo-a-corpo”, o acompanhamento didático da formação liberal de tomadores de decisão, até indicando páginas de leitura e acompanhando o processo de aprendizagem de seus alunos CEOs.⁷⁶

72 Payne 1994: 16–20, 265–269. Ver também Dreifuss 1987a.

73 Lubambo 1940: 20.

74 Casimiro 2016: 241.

75 Gros 2003: 75. Ver também Onofre 2014.

76 Rocha 2017: 107.

O Instituto Liberal criou afilhados em vários estados e se tornou o mais importante think tank liberal no Brasil. Além de organizar uma série de conferências entre 1983 e 1993 (por exemplo, com Paulo Guedes, depois ministro da economia do governo Bolsonaro), o maior impacto de doutrinação, sempre na linha da Escola Austríaca, através de publicações e outros materiais de propaganda, foi sobre “públicos estratégicos”: 3000 formadores de opinião, selecionados pelo critério da “possibilidade de conversão ao liberalismo”, entre eles políticos (especialmente do PSDB), empresários, advogados da OAB, além de professores universitários. Ênfase especial foi dada à formação do corpo docente da ESG, onde Stewart, Meira Penna e Ubiratan Macedo se graduaram – e à qual este voltou como professor.⁷⁷ Não só eles, mas em torno de cinco mil políticos e gestores recebiam mensalmente a *Revista Notas – Avaliação de Projetos de Lei*, que apresentava “soluções liberais” para “problemas sociais”, em referência ao trabalho legislativo e, especialmente, à redação da Constituição, sendo as principais bandeiras, obviamente, a privatização da previdência, da saúde e da educação.⁷⁸ Neste contexto, os Institutos Liberais contribuíram de forma discreta para ressignificar o conceito de cidadania no sentido dos direitos do consumidor individual, em cartilhas em quadrinhos, encomendadas aos cartunistas Maurício de Souza (que criou um caderno especial da “Turma da Mônica”) e Ziraldo, ambos explicando que todos os problemas do país se devem à ineficiência do Estado. A tiragem, em várias edições, superou meio milhão de cópias e as cartilhas foram distribuídas gratuitamente em escolas. Os Institutos Liberais, neste empreendimento ambicioso, chegaram a receber apoio de 225 instituições e corporações brasileiras e internacionais.⁷⁹

Desde 1998, os Institutos Liberais editam a revista *Think Tank*, com tiragem de três mil exemplares, que contém encartes que veiculam as propostas de políticas públicas dos liberais e também apresentam versões resumidas de textos clássicos, de Smith, Hayek, Popper, entre outros.⁸⁰ Escolas e universidades foram alvo estratégico para formar professores em workshops gratuitos, formando quadros habilitados para “desideologizar” o ensino da economia. Na ocasião da conferência da MPS no Rio de Janeiro, a taxa de inscrição de professores universitários foi custeada por patrocinadores anônimos do Instituto Liberal.⁸¹ Entretanto, procede que a desejada “comunidade epistêmica” liberal, que Hayek chamou

77 Rocha, 2017: 109–110; Gros 2003: 130–140.

78 O já mencionado empreendedor Henry Maksoud (1988) apresentou sua própria proposta de constituição que Roberto Campos elogiou como sendo a “bíblia do neoliberalismo” (citado em Gros 2003: 208–210).

79 Entre os financiadores, patrocinadores e colaboradores do Instituto Liberal constam o *National Endowment for Democracy* (NED), o *Center for International Private Enterprise* (CIPE), afiliado Câmara de Comércio dos Estados Unidos, e as empresas Shell, Xerox, Hoechst, Dow Química, Gessy Lever, Nestlé, Carrefour, Mesbla, Grupo Fenícia, Indústrias Villares, Bradesco, Banco de Crédito Nacional, Banco Noroeste, Citibank, Banco de Boston, entre outros (Gros 2004: 156; Casimiro 2016: 247–250; Onofre 2018: 302).

80 Outras publicações dos Institutos Liberais incluem *Ideia Liberal*, *Informe Liberal*, o boletim informativo *Ideias Liberais* (desde 1993, com cerca de 3.000 assinantes), e as séries *Políticas Alternativas* e *Conferências do Instituto Liberal* (Gros, 2003: 130–140).

81 Onofre 2018: 329.

de “revendedores de ideias”, se formou principalmente em universidades privadas, como Gama Filho, Santa Úrsula, Cândido Mendes, Estácio e o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), além da PUC-Rio e da Fundação Getúlio Vargas, e não nas emblemáticas universidades públicas.⁸²

Um impacto comparável na divulgação de ideias e interesses liberais foi alcançado pelo Instituto Atlântico, fundado em 1993 por Paulo Rabello de Castro, outro Chicago boy de formação, muitos anos depois indicado por Michel Temer para o cargo de presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em 2018 candidato a vice-presidente de Álvaro Dias do partido Podemos. Além de defender a reforma da previdência insistentemente, com a ajuda do colunista do jornal *Globo* Merval Pereira (que continua ativo em nome da Nova Direita), ele teve o mérito especial de realizar contatos estratégicos com os sindicatos: a fundação da Força Sindical quebrou o monopólio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), comprometida com os movimentos sociais.

O efeito de tantas iniciativas coordenadas durante uma década foi de fato notável. Em 1993, quando a MPS celebrou sua primeira reunião anual no Rio de Janeiro, os novos governos democráticos da política brasileira tinham aderido, mais ou menos abertamente, à agenda liberal e passou a transformar as recomendações em reformas. É importante notar que para o caso brasileiro vale especialmente o que já foi constatado em escala mundial: o sucesso resultou, principalmente, da força da doutrina liberal como ideia e não dos resultados econômicos que, durante todos esses períodos, foram modestos em comparação às expectativas.⁸³ Significativamente, as atividades destes think tanks diminuíram durante os anos 1990, em parte por uma sensação de missão cumprida. Nas palavras de Bernardo Santoro, presidente do Instituto Liberal no Rio de Janeiro, “se até um presidente de esquerda [Fernando Henrique Cardoso, PSDB] está fazendo liberalismo, nós ganhamos o debate político”. Em parte, foi também pelo falecimento de atores centrais da rede, entre eles Donald Stewart em 1998.⁸⁴

Em vista do exposto acima, não seria exagerado caracterizar a estrutura destes think tanks e seus movimentos sociais associados como pelo menos equivalente a qualquer atividade da *Komintern*, como provoca o pesquisador especializado Richard Cockett, apenas com outra orientação política.⁸⁵ Isso significa que a premissa da Nova Direita de que desde os governos militares existiria uma hegemonia “esquerdista” no Brasil parece pouco convincente à luz das eficientes estratégias de marketing aplicadas para as ideias liberais-conservadoras durante décadas. O fato de que isto contradiz o senso comum corrobora

82 Carlotto 2018: 81. Internacionalmente, a teoria econômica austríaca está fortemente presente nas universidades George Mason (Washington DC), Francisco Marroquín (Guatemala City) e na Universidade Católica do Chile (Santiago).

83 Blyth 2017 [2013].

84 Rocha 2018: 97–98.

85 Cockett 1993: 308.

justamente o sucesso dessa doutrinação que opera a partir de uma posição de “vítima” da hegemonia do marxismo cultural.

As Origens Tomistas do Liberalismo Econômico

Como já vimos até aqui, há muito tempo conservadores e liberais no Brasil têm uma história compartilhada de colaboração íntima que, em princípio, tem sido mais do que suficiente para garantir a ação política concertada. Em vista destes fatos, qualquer alusão a uma oposição entre eles ou uma incompatibilidade ideológica podemos entender como meramente retórica. No fim do século XX, uma nova dimensão permitiu que essa parceria se elevasse a um nível mais ideológico, não só de ação concertada, mas de pensamento compartilhado: a divulgação da descoberta de que o liberalismo econômico na verdade teve raízes católicas muito antigas ou, dizendo de forma mais direta, que o catolicismo de fato inventou o liberalismo econômico. Isso pode soar estranho à primeira vista, uma vez que, em princípio, acredita-se que o cristianismo e o liberalismo econômico têm uma relação conflitante. Isso vale para a Igreja Católica, especialmente após a reforma da doutrina social no Concílio Vaticano II, mas também para o cristianismo em geral, incluindo múltiplas linhas protestantes.⁸⁶ Uma exceção é a vertente pentecostal, guiada pela teologia da prosperidade, que apresenta uma susceptibilidade evidente à pauta liberal. A recepção dessa teologia, originada nos Estados Unidos, no Brasil durante a década de 1970, onde foi adotada por uma multiplicidade de Igrejas, tem sido bastante estudada.⁸⁷ A adesão em massa dessa orientação liberal de protestantismo à Nova Direita brasileira, apoiando-a em suas políticas econômicas e acima de tudo fomentando seus valores conservadores, também já foi analisada exaustivamente, o que torna supérflua qualquer tentativa de contar a mesma história de novo.⁸⁸ Vou me limitar a algumas observações resumidas e passar para a questão muito mais interessante – e menos estudada – da apropriação de ideias liberais por parte de um certo ramo do catolicismo conservador desde os anos 1980, que criou uma intersecção nova e atualizada entre conservadorismo e liberalismo no campo estratégico da economia.

A principal característica da teologia da prosperidade é que ela rompe com a ideia cristã de frugalidade e caridade. A pobreza material, que nunca foi considerada um problema de fé, uma vez que tinha de ser compensada no outro mundo ou não estava ligada ao fervor religioso, torna-se um sintoma da falta de fé, assim como a fé se torna uma garantia de riqueza material, tornando dispensável a instituição central da caridade.⁸⁹ A possibilidade de alcançar a riqueza neste mundo através da fé altera toda a escatologia cristã de sofrer

86 Alves 2001: 76–85, 113–120. Ver também Stackhouse 2005.

87 Sousa 2015: 17–19; Chesnut 1997; Mariano 2012 [1999]; Xavier 2009; Martins 2015.

88 Ver Burity 2018 e Dip 2018.

89 Cox 2016: 69.

aqui e compensar lá, motivo pelo qual a teologia da prosperidade rompe com a tradição milenarista do pentecostalismo. A fé se torna um instrumento “mágico” para se conquistar este mundo, em vez de rejeitá-lo na expectativa de uma eternidade melhor, e assim perde sua dimensão transcendental. Obviamente, essa perspectiva exerce uma atração nos fiéis materialmente desprovidos, que de outro modo teriam de abdicar de sua fé para mudar sua condição derrubando a hierarquia natural dada por Deus.⁹⁰ Não por coincidência, a teologia da prosperidade se origina nos Estados Unidos no fim do século XX, quando, durante a Grande Depressão, o evangelho da saúde e da riqueza surgiu, prosperou devagar e finalmente se consolidou nos anos 1970 num ambiente diversificado de pregadores do rádio e da TV. Isso inclui muitos desses novos pastores associados à direita cristã e apoiadores de Ronald Reagan, especialmente a organização “Moral Majority”, sendo Jimmy Swaggart um dos mais famosos.⁹¹ Seus ensinamentos prometiam que a bênção de Deus empodera os fiéis para que tenham melhoras em todas as partes da vida, incluindo finanças, saúde e relacionamentos. Dessa forma, o sofrimento não vinha de Deus, mas de Satã. Um dos líderes mais bem-sucedidos foi Kenneth E. Hagin, antigo pastor batista e pastor de uma Assembleia de Deus, fundador da Igreja Rhema Bible em 1974. Ele inventou a doutrina engenhosa de que o Espírito Santo é essencialmente um dom, o que significa que um fiel não pode fazer nada para recebê-lo, muito menos sofrer por ele (o que é sempre uma influência do demônio). O único caminho possível é a confissão positiva, acreditar em alcançar a graça representando a linguagem sacra de Deus na liturgia. A dúvida (confissão negativa) destrói o impacto, o que significa que se deve agir como se já tivesse recebido a graça, até mesmo indo contra as evidências. Esse culto e o mérito esperado implicam em fluxos monetários de responsabilidade individual: “O que um pregador faz com o dinheiro dele é da sua conta tanto quanto é da conta dele o que você faz com o seu. O importante é ter certeza de que você honra a Deus com dízimos e oferendas.”⁹²

Swaggart foi ao ar pela TV Bandeirantes, como parte da ofensiva de Reagan na América Latina. Junto com Hagin, eles inspiraram R.R. Soares, o fundador brasileiro da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), que incorporou a teologia da prosperidade em seu modelo de negócios. Em *As bênçãos que enriquecem* ele explica que o sucesso econômico é o resultado de se tornar um “sócio do Senhor”, o que significa “investir” na Igreja, mas também agir economicamente “inteligente, astuto, e aproveitar as boas chances”.⁹³ Logo, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cujo dono é o cunhado de R.R. Soares, Edir Macedo, seguiu seus passos e desenvolveu uma estrutura corporativa ainda maior em torno do marketing da “prosperidade”. Macedo é hoje uma das pessoas mais ricas do Brasil, com uma fortuna estimada em 950 milhões de dólares.⁹⁴ Outras Igrejas, como a Vitória em Cris-

90 Mariano 2003: 22, 185–186.

91 Gottfried & Fleming 1988: 78; Bowler 2013.

92 Hagin 1991: 1–2, 12; ver também Hagin 1979 e 1982. Xavier 2009: 125.

93 Soares 2005 [1985]: 128–129, 144; Sousa 2015: 33, 72–80; Mariano 2012 [1999]: 152.

94 Macedo 1990: 25, 85–86; Antonopoulos et al. 2020: 254.

to da Assembleia de Deus de Silas Malafaia e a Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD) de Valdemiro Santiago se seguiram.⁹⁵

O que é mais relevante para o meu propósito é que a teologia da prosperidade espiritualiza as relações econômicas ao mesmo tempo em que acomoda as práticas religiosas ao consumo. Esse fenômeno levou a formas até então inimagináveis não só de marketing religioso, mas também de religião como marketing de bens de consumo, similar à “marca Jesus”. Entre os líderes pentecostais, a formação profissional em marketing não é mais um fenômeno isolado. Isso vale para os fundadores da Igreja Renascer em Cristo (1986) e atingiu uma nova qualidade com a Igreja Bola de Neve (1999), fundada por Rinaldo Luis de Seixas Pereira, o apóstolo Rina do “surfe e skate”. O alvo de seu produto são fiéis ricos, jovens e um tanto informais, e vende o culto como forma de seguir Jesus (e receber a Sua graça) sem dogmas e perfeitamente integrado ao estilo de vida da comunidade. Estratégias de marketing pentecostal, especialmente quando praticadas pelas Igrejas citadas acima, IIGD, IURD e IMPD, são planejadas como estratégias contrarrevolucionárias que teriam deixado Plínio Corrêa de Oliveira cheio de inveja: algumas são o marketing da “guerra santa” (a espetacularização da liturgia, tanto real como virtual), o “flanqueamento” (exploração minuciosa de áreas tabu como sexualidade, para argumentar contra), e o “marketing de guerrilha santa” (recrutamento ativo de representantes do plano inimigo, tais como LGBTQ, para forjar sua reorientação). Além disso, estabeleceram uma cultura de eventos pentecostais, tais como os festivais na praia para calouros universitários e campos de treinamento para realizar fantasias militares e preparar a defesa contra um inimigo imaginário.⁹⁶

Ao passo que isso reflete uma abordagem microeconômica do sucesso nos negócios, os católicos conservadores se concentraram mais na macroeconomia de um mercado livre cristão. Para isso, a redescoberta não só de um saber protocapitalista, mas também favorável ao mercado e cético quanto ao Estado, que estava distante no passado foi fundamental: os ensinamentos dos neoescolásticos, aproximadamente do século XIII ao XVI, em grande parte baseados nas Escolas de Salamanca e Alcalá. Para citar somente os representantes mais importantes, essa tradição de pensamento incluiu luminares como Tomás Aquino, Francisco de Vitoria, Juan de Medina, Martín de Azpilcueta Navarro, San Bernardino de Siena, Francisco de Soto, Tomás de Mercado, Francisco Suárez, Juan de Lugo, Luis de Molina e Juan de Mariana.⁹⁷ Muito brevemente, suas teorias econômicas teológicas, geralmente subsumidas como parte do tomismo, tinham como premissa uma razão divina suprema, cujos princípios eram transpostos, pela Lei Natural, para instituições sociais. Esse pensamento escolástico foi a base desconhecida do liberalismo clássico anglo-saxão, tal como desenvolvido por Francis Hutcheson, Adam Smith e Adam Ferguson. Um caso extraordinário de “ideias viajantes” entre países, a teoria dos neoescolásticos da Espanha circulou na Europa durante o século

95 Sousa 2015: 138–139, 192, 208–238; Cunha 2014, 2017b e 2019a.

96 Maranhão 2013: 31–44, 52–59, 74, 100–115.

97 Light & Block 2017: 35; Catharino 2019b: 149.

XVII antes de chegar à Grã-Bretanha, através do teólogo flamengo Leonardus Lessius, do diplomata holandês Hugo Grotius e finalmente do jurista alemão Samuel von Pufendorf, este último, responsável por omitir as referências aos pioneiros espanhóis. A seguir, não interpretarei esses textos escolásticos, que são ambíguos e forneceram amplas evidências e provas em contrário suficientes para séculos de debate,⁹⁸ mas explorarei a recepção das ideias inferidas a partir de seus escritos.

Essas teorias econômicas católicas, que certamente permaneceram bem conhecidas nos círculos do clero, foram redescobertas pelos economistas na década de 1920 através do “Ensaio sobre o ensinamento econômico medieval”, do político irlandês George A. O’Brien, ainda que sem grande repercussão. Mais tarde, ele foi retomado pelo economista jesuíta Bernard Dempsey em seu estudo comparativo histórico sobre juros e usura (1943) e analisado com profundidade pelos historiadores especializados em economia na Europa medieval, Marjorie Grice-Hutchinson (aluna de Hayek) e Raymond de Roover, nos anos 1950. No entanto, quem tornou essas redescobertas populares foi o famoso Joseph Schumpeter em seu livro de 1954, *História da Análise Econômica*. Quem, em seguida, divulgou os neoescolásticos espanhóis como a “pré-história oculta” da Escola austríaca e do liberalismo econômico entre a direita foi ninguém menos que a principal referência libertária nos Estados Unidos, Murray N. Rothbard (1976). Com base nos seu artigo, vários autores descobriram o legado conveniente do pensamento econômico católico para fortalecer a fusão liberal-conservadora, e a MPS honrou Grice-Hutchinson em duas ocasiões por sua descoberta.⁹⁹

Algo surpreendente, essas ideias já eram disseminadas nos círculos políticos e econômicos brasileiros em 1940 através do já mencionado Manuel Lubambo, leitor do livro de O’Brien. Como conservador católico, ele pertenceu ao grupo e jornal *Fronteiras*, um grupo católico e antimarxista do Nordeste no fim dos anos 1930 e início dos 1940, semelhante a *O Legionário*. Em seu livro mais importante, *Capitais e Grandeza Nacional*, de 1940, ele infere dos escolásticos que qualquer discussão sobre “justiça social” seria obsoleta por não haver nenhuma riqueza a ser distribuída no Brasil. Ao contrário, a sociedade deveria concentrar forças para a “criação e defesa de capitais”, que então permitiria a caridade individual voluntária.¹⁰⁰ Mais ainda, na mesma teoria do bolo de Lubambo, absolutamente nenhuma distribuição acordada coletivamente é desejável:

Por que Sto. Tomás fundou o conceito da propriedade privada neste interesse, nesta sobre-excitação individual, neste fecundo espírito, digamos, de ganância, que anima o homem quando possui uma coisa como própria? Simplesmente por isto: porque a doutrina econômica cristã ou tomista, é uma doutrina de vida, é uma

98 Cox 2016: 74.

99 D’Emic 2014.

100 Lubambo 1940: 3, 13.

doutrina cujas leis foram estabelecidas no mesmo momento que “crescei e multipliquei”: leis de crescimento, de expansão, de criação, de “produção em massa”, digamos, humanizando o termo; e um conceito de riqueza que começasse roubando a propriedade de seus estímulos individualistas e fazendo do “atelier” de trabalho uma instituição de beneficência [...] é uma doutrina de morte.¹⁰¹

Inspirado por um artigo no jornal francês maurrassiano (e desde 1936 abertamente favorável ao nazismo), *Je suis partout*, Lubambo então se torna mais concreto politicamente e alerta contra os efeitos descapitalizantes que a “guerra marxista ao lucro” teria num país “subcapitalista” como o Brasil. Com a palavra “guerra”, ele se refere às reformas do primeiro-ministro francês Léon Blum, que estabeleceram padrões mínimos nos direitos trabalhistas, como a jornada de trabalho semanal de quarenta horas. Além do mais, ele foi um dos primeiros pensadores católicos a romper com o corporativismo – agora um conceito quase esquecido na direita brasileira – e substituído pela ideia de individualismo conforme representada pelos “novos bandeirantes”. A retórica colonial não é coincidência. O que a seu ver dignifica o Brasil para a economia *laissez-faire* sua condição colonial perpetuada e idealizada:

As sociedades em formação [...] não podem deixar de padecer desse mal: sua lei é a da liberdade, seu princípio de riqueza a livre iniciativa, a ambição, o gosto da aventura, a coragem do risco – atributos de poucos.¹⁰²

Não surpreende que o livro de Lubambo logo tenha se tornado uma referência para a TFP.¹⁰³ Muito depois, essa recepção foi reforçada por uma segunda leitura das teorias dos neoescolásticos, desta vez pelos próprios católicos conservadores, mas pela vertente liberal-conservadora e com a participação dos think tanks. Tinha se estabelecido como principal intermediador entre os think tanks liberais norte-americanos e brasileiros o presidente da liberal Atlas Network de 1991 até 2018, Alejandro Chafuen (membro da MPS). Na sua obra *Christians for Freedom: Late Scholastic Economics*, de 1986 (com versão revisada e ampliada em 2003, intitulada *Faith and Liberty: The Economic Thought of the Late Scholastics*) resume a discussão anterior para concluir que o liberalismo nada mais seria do que um eco tardio e até moderado dos escolásticos. Lendo seu livro, a impressão que se tem é de que os escolásticos assinaram o Consenso de Washington.

Esses velhos sábios cristãos já teriam confirmado, por exemplo, que o sétimo mandamento (“Não roubarás!”), que já foi usado pela TFP como argumento contra a reforma

101 Lubambo 1940: 9–10, nota de rodapé 7.

102 Lubambo 1940: 79–80, 99, 167. Os Bandeirantes eram exploradores de pessoas escravizadas, aventureiros e caçadores de fortunas no início do Brasil Colonial.

103 Corrêa de Oliveira 1944; Campos Filho 1980: 382; Macedo 1979.

agrária, implicaria o direito absoluto à propriedade privada, sem obrigação de caridade. Este direito seria apenas temporariamente alienável em caso de extrema necessidade ou, nas palavras de Francisco de Vitoria, de “ameaça à vida”, mesmo assim, com obrigação de restituição de propriedade. Como explica Chafuen, no século XIII, a riqueza teria deixado de ter a conotação de ganância, e a acumulação de propriedade privada foi reconhecida como melhor terapia contra a fraqueza humana.¹⁰⁴ Para protegê-la, a Lei Natural garantiu o direito à autodefesa, enquanto qualquer interferência do Estado – por exemplo, fixação de preços – teria levado a excomunhão dos governantes.¹⁰⁵ A tributação era entendida como o pagamento involuntário a uma autoridade coercitiva, ou seja, uma forma de confisco, legítima apenas como “imposto neutro” quando cada pessoa recebe a restituição em serviços ou bens públicos do valor equivalente. (Uma ideia interessante que poderia ser aplicada aos habitantes das favelas, calculando seus exorbitantes impostos de consumo pagos e os escassos serviços públicos recebidos, que obviamente não ocorreu a Chafuen) Senão, segundo Siena, seria moralmente justificável sonégá-los¹⁰⁶ (um bálsamo para eventuais pesos na consciência de empreendedores brasileiros que todo ano produzem uma lacuna fiscal de cerca de 500 bilhões de reais). Mas mais uma vez, tudo depende do ponto de vista, como explicou recentemente o presidente do IPCO sem sequer perceber a gravidade de suas palavras: “De acordo com Ives Gandra da Silva Martins [o jurista acadêmico da Opus Dei], um dos maiores tributaristas brasileiros, se não houvesse evasão fiscal, os impostos absorveriam mais da metade do produto Interno Bruto.”¹⁰⁷ Consequentemente, para os escolásticos, a tributação nunca poderia ser um mecanismo de redistribuição de riquezas.¹⁰⁸ (Pelo menos não do rico para o pobre, poderia se acrescentar, considerando o efeito regressivo do sistema tributário brasileiro.¹⁰⁹) Além disso, o leitor fica sabendo que já no século XVI driblava-se a proibição formal da cobrança de juros convertendo-se engenhosamente a moeda das transações financeiras e lucrando com a taxa de câmbio – mais um bálsamo para qualquer rentista católico. Quanto aos empreendedores, segundo Luís de Molina, qualquer empregador tinha a obrigação de pagar apenas o contravalor do trabalho prestado, independente se suficiente para manter a existência do trabalhador, com a margem inferior deste valor sendo definido pelo equilíbrio de demanda e oferta; Francisco de Soto generosamente recomenda a emigração a quem não aceitar o valor baixo oferecido pelo mercado.¹¹⁰ Finalmente, Chafuen encontra em Lessius a garantia legal para exigir a implementação do livre comércio, caso contrário o Estado teria que recompensar pelo lucro perdido.¹¹¹

104 Chafuen 2003: 43.

105 Chafuen 2003: 19–22.

106 Chafuen 2003: 19–22, 43.

107 Lindenberg 2017: 94.

108 Lindenberg 2017: 94.

109 Lins 2021.

110 Chafuen 2003: 106–107.

111 Chafuen 2003: 13, 19–22, 69, 76, 106–107.

O pensamento escolástico tardio na leitura de Chafuen foi disseminado, durante a primeira grande mobilização liberal-conservadora, pela *Revista Mises Brasil* em 2013 e 2014, que também publicou o texto-base de Rothbard. Já nos 2000s, outros trabalhos “nacionalizaram” o pensamento, apontando a relação dos salmanticenses com a tradição acadêmica luso-brasileira, oriunda da Universidade de Coimbra.¹¹² As teorias econômicas escolásticas serviram perfeitamente para refortalecer, no contexto brasileiro, o próprio pensamento conservador católico, que – como mostrei nos capítulos anteriores – nunca largou suas raízes tomistas. Quando o conhecido liberal-conservador Thomas E. Woods conclui que “um compartilhamento filosófico profundo existe entre o catolicismo e o brilhante edifício da verdade a ser encontrado dentro da escola austríaca de economia”, ele confirma algo que, no Brasil, está presente há quase cem anos e que apenas se revigorou nos períodos de intensificada doutrinação liberal pelos think tanks nos anos 1980.¹¹³ Alguns estudos liberais se dedicaram a “nacionalizar” ainda mais a economia escolástica, apontando para a relação entre os Salmanticenses e a tradição acadêmica luso-brasileira, originada na Universidade de Coimbra.¹¹⁴

Assim, essas ideias serviram convenientemente para continuar abafando as questões sociais, onipresente no país campeão da desigualdade social, e cada vez mais levantadas desde a redemocratização. Para o ex-membro da TFP, Orlando Fedeli, o problema predominante do mundo era precisamente a igualdade: entre sexos, nações, na cultura (por exemplo música, moda, arquitetura) e nas relações sociais (entre gerações, classes e hierarquias profissionais). Ele lembra que o próprio Deus criou o rico e o pobre (Provérbios 22, 2) e que o pobre deveria sempre existir (João 12, 8), exatamente porque a desigualdade era um “bem em si mesmo”, assim como o universo todo foi criado como uma hierarquia de desigualdades, entre os polos extremos, “minerais” e “anjos”. Portanto, “odiar a desigualdade é odiar a ordem, é odiar a imagem da sabedoria de Deus. Odiar a desigualdade é odiar Deus.”¹¹⁵ Adolpho Lindenberg incorporou essas teorias em *Os católicos e a economia de mercado* (1999), relançado em 2018 de forma mais ecumênica como *Uma visão cristã da economia de mercado*. Para ele, é claro que as reivindicações por igualdade social são obra de Satã:

O pecado de Lúcifer foi sua revolta contra a superioridade de Deus. Por esta razão, cada situação de discórdia, rancor, hostilidade diante das hierarquias naturais, estruturas desejadas e instituídas pelo Criador, partilha de certa forma do pecado cometido pelo primeiro anjo. As ordens hierárquicas entre seres humanos exprimem as várias formas e aspectos da perfeição divina.¹¹⁶

112 Huerta de Soto 2000; Alves & Moreira 2009 e 2018; D’Emic 2014.

113 Woods 2005: 216.

114 Huerta de Soto 2000; Alves & Moreira 2009 e 2018.

115 Fedeli 2003.

116 Lindenberg 2017: 82.

Qualquer objeção a isso, por exemplo, a metáfora de Mateus (19, 24) do camelo não passando pelo buraco da agulha e outros princípios bíblicos com “viés para os pobres”, são rejeitados como interpretações arbitrárias.¹¹⁷ Além disso, essa pobreza divina de existência natural teria sido motivada de forma intrínseca pelos “vícios morais da população – indolência, preguiça, desleixo, falta de previdência nos gastos, drogas” e potencializada pelas “políticas econômicas estatizantes, populistas, bolivarianas”. O único modo de reduzir a pobreza era recriando “uma economia saudável, baseada nas leis naturais, ou seja, na propriedade privada e na economia de mercado” e na assistência religiosa adequada dos empregadores para seus empregados. Qualquer excesso por parte dos empreendedores – ainda possível, Lindenberg admite, devido ao pecado original – tinha de ser tratado pelos investidores, a família do proprietário e por seus pares na comunidade empresarial (como a FIESP, presumo), mas jamais pela legislação do Estado. Caridade e filantropia são coisas boas, Lindenberg admite, especialmente para aqueles que as praticam, porque através desse gesto simbólico participa-se de um senso de “vida divina”.¹¹⁸ Em casos extremos e meramente hipotéticos, até a solidariedade limitada e proporcional é legítima:

Consideremos o caso de um país relativamente rico em que, por razões diversas, uma parcela da população tenha ficado, sem culpa própria e sem meios para remediá-las, relegada a condições inumanas. Nessa situação angustiante, ela tem o direito, em nome da solidariedade que o todo deve ter para com suas partes, de reivindicar das autoridades, enquanto representantes da sociedade, providências para sua melhorias, para que possa ter um padrão de vida digno.¹¹⁹

Aplicando esse argumento de Lindenberg ao seu contexto social imediato, a situação não diz respeito ao Brasil, onde – como temos que entender – a pobreza é autoinfligida e fácil de remediar pelos próprios pobres.

Liberalismo Econômico Metafísico

Como vimos, o pensamento liberal não só cultiva hostilidade contra o padrão científico e contra as ciências sociais em geral, como também se abstém notoriamente de considerações da ordem transcendental. Entre os pensadores liberais de destaque, qualquer questão metafísica é cuidadosamente evitada. Entretanto, há indícios de que isto não exclua a possibilidade de se tratar de um ponto cego nas teorias econômicas liberais ou algo suprimido,

117 Cox 2016: 71; Lindenberg 2017: 212.

118 Lindenberg 2017: 10–11, 38–39, 50, 121, 129, 153.

119 Lindenberg 2017: 141.

resultado de uma tabuização. Os próprios liberais afirmam de forma recorrente que o liberalismo não teria pretensões científicas por não estar interessado no porquê das questões, consideradas alheias à razão. Ou, segundo o eminente liberal Maciel de Barros, que estas questões estariam reservadas à Providência, a seu ver o motivo pelo qual tenham surgido grandes liberais católicos como, por exemplo, entre os conservadores, o devoto Lord Acton.¹²⁰ A combinação de distanciamento do método científico e esquivamento de questões da ordem teológica exige uma explicação. Os dois pensadores-chave, Mises e Hayek, representantes do que Weaver chamou de “abordagem quintessencialmente conservadora da economia”, oferecem pistas que vou explorar em seguida.¹²¹ Para Mises, o único método econômico que proporcionaria “a verdade” seria derivado da praxeologia, apresentada na sua obra magna, *Ação Humana*, de 1949 (originalmente em alemão em 1940). Colocando de forma concisa, essa teoria propõe como base do método investigativo um “axioma da ação” segundo o qual a economia se compreenderia unicamente a partir da ação humana de escolha individual e intencional, pela qual o indivíduo tentaria atingir certos objetivos prioritários para melhorar, numa perspectiva rigidamente subjetiva, a sua condição.¹²² O que parece trivial, da perspectiva das ciências sociais, as quais chegaram a desenvolver métodos bem mais aprofundados como a etnografia, reintegrou o fator humano – em toda sua irracionalidade, não apenas como *homo oeconomicus* – numa área das ciências econômicas até então inspirada nos métodos das ciências exatas ou naturais, por exemplo, refinando cálculos do equilíbrio dos preços e da utilidade marginal. Levando em conta a abordagem da economia convencional, eu certamente compartilho da gratidão de Scruton aos austríacos por terem finalmente provado que “o racionalismo na economia é irracional”.¹²³

Aqui interessa menos a aplicabilidade macroeconômica desse pensamento que a sua função de abstrair as *estruturas* sociais dentro das quais a referida ação humana individual se desenvolve, excluídas por se tratarem, segundo Mises, de mera invenção de teorias imaginárias.¹²⁴ Apenas a “experiência” desses atos poderia ser generalizada. Desta forma, a praxeologia cria um território inatingível, fascinante e conveniente até os dias de hoje, “estabelecido com base na dedução lógica de um axioma irrefutável” e, portanto, “apoditicamente verdadeiro” e “não falsificável pela experiência”, como anuncia Woods.¹²⁵ A proposta de Mises é uma forma mais sofisticada de se retirar à posição pseudo-epistemológica de “aceitar a realidade tal como ela é” – sem problematizar a percepção dessa realidade e a descrição dessa percepção. Entretanto, o que interessa mais é que delega toda a parte que vai além da constatação de “fatos”, através da análise da concretização das ações humanas indivi-

120 Barros 1992: 91.

121 Weaver 1960 [2000]: 480.

122 Mises 1998 [1949]: 23, 97.

123 Scruton 2001 [1980]: 32. Para uma excelente resenha crítica da economia convencional, ver Häring & Douglas 2012.

124 Mises 1998 [1949]: 32.

125 Woods 2005: 18.

dualizadas, para além da ciência. Assim, a lei moral seria aplicada para discutir a finalidade dessas concretizações. Mises não denominou qual seria esse reino extracientífico, mas seus seguidores atuais não hesitaram em afirmar “Quais deveriam ser essas finalidades é uma questão para a teologia e a filosofia moral decidir”.¹²⁶ É esta a principal razão pela qual o conservadorismo e sua dimensão religiosa não apenas são compatíveis com o liberalismo, mas necessários para a realização da proposta liberal. Ou, polemicamente, pode-se perguntar se esta forma de análise dos meios econômicos não seria a melhor garantia para que os fins morais nunca sejam atingidos, questão da qual vou tratar abaixo.

Nos escritos de Hayek as pistas são mais explícitas em várias reflexões que apontam para um cerne transcendental no pensamento liberal.¹²⁷ Familiarizado com as tradições aristotélica e tomista, ele frisa no seu discurso ao receber o prêmio Nobel que os escolásticos (de fato, Juan de Lugo) conheciam o “ponto central” dos estudos de economia, a impossibilidade de calcular o mecanismo da formação de preços, que seria conhecimento exclusivo de Deus.¹²⁸ O que pode parecer apenas mais uma metáfora revela que a teoria liberal não só delimita uma área na qual hipóteses se tornam não-falsificáveis e, portanto, fora do alcance científico, como lá busca a premissa da própria teoria – o que explicaria a escolha da epistemologia como seu inimigo favorito. Segundo Hayek, o “mercado”, embora sempre singularizado e personificado como agente, seria “a estrutura mais complexa do universo”.¹²⁹ Seria regido por uma “ordem espontânea”, absorvendo fluxos de conhecimentos, informações e expectativas subjetivas e, pelo seu mecanismo, as coordenaria e expressaria – com defasagem – em preços. Como tal, o mercado seria sempre o sistema econômico do futuro, nunca experimentado plenamente, não conhecido nem compreensível, e muito menos dirigível pelo ser humano. Ademais, só poderia desenvolver seu potencial quando seu mecanismo não estivesse restrito, pois seria só neste momento que, por milagre, encontraria seu equilíbrio.¹³⁰ Ou seja, como são as próprias estruturas políticas e socioeconômicas que inibiriam o pleno funcionamento do mecanismo, a sua erradicação seria a condição necessária para experimentá-lo, já que o sistema é binário (mercado versus não-mercado/Estado, sem a possibilidade de formas mistas). Uma vez realizado, libertaria, como consequência dos preços livres, os seres humanos como sujeitos econômicos.¹³¹ Assim, o próprio mercado se

126 Woods 2005: 31.

127 Nos anos 1920 e ainda em Viena, Hayek participou de um círculo intelectual chamado “Geistkreis”. Entre os membros também estava o já mencionado cientista político Eric Voegelin, que mais tarde defendeu uma ordem social baseada num cristianismo primordial. Tanto Hayek como Voegelin frequentaram o seminário particular de Mises. O círculo se dissolveu com a emigração de praticamente todos os membros para vários lugares dos Estados Unidos, devido à ascensão do Nacional Socialismo durante a década de 1930 (Dekker 2014).

128 Hayek 1974.

129 Hayek 1995 [1988]: 103–104, 172.

130 Hayek 1948: 87.

131 Hayek 1995 [1988]: 136.

transforma em liberdade, sem direito que não seja derivado dele em forma de reciprocidade, e a liberdade é limitada apenas por leis em conflito com o mercado.¹³²

Destarte, o mercado é definido como um ente perfeito, onisciente, de sabedoria infinita, incriticável por transcender a cognição humana. É escatológico, porque seu conhecimento é uma promessa, talvez eterna, que antes exige a fé e a abnegação do ser humano. O mercado se manifesta por milagres e tem qualidade de transubstanciação, por tornar os indivíduos livres. É todo-poderoso, porque comanda a atuação dos sujeitos econômicos pelos preços, e onipotente, porque assim dá a vida a eles. Onipotente, onisciente, onipresente – os mesmos atributos seriam aplicáveis a Deus. Como parte do pensamento liberal, é surpreendente. A explicação é comum no pensamento conservador, assim como para Scruton o conhecimento social surge “por uma mão invisível” dos negócios ilimitados da sociedade.¹³³ Mas não combina com o senso comum a respeito do pensamento liberal, já que liberais costumam condenar a idolatria progressista de nenhum Deus, seja o “Estado”, “governo” ou “voto da maioria”. Entretanto, talvez a questão seja apenas de caráter maniqueísta, como sugere o liberal José Huerta de Soto (2017) na afirmação de que “o Estado” seria o principal instrumento do Diabo para destruir a ordem espontânea hayekiana do universo.¹³⁴

Em geral, as pessoas críticas em relação ao neoliberalismo pressentem a dimensão desta proposta quando se incomodam com o “Deus mercado” e o primado da economia como “religião”, fenômenos também já abordados cientificamente. Até agora, a contribuição mais substancial, escrita por Harvey Cox, explica a deificação do mercado convincentemente a partir do discurso econômico. Ele mostra a semelhança marcante entre a linguagem econômica e a Bíblia, do “Gênesis” à “Epístola aos Romanos” e seus mitos de origem, lendas da queda e doutrinas de pecado e redenção, como “crônicas sobre a criação da riqueza, as tentações sedutoras do excesso de regulamentação, prisão aos ciclos de negócios indistintos, e, finalmente, salvação através do advento dos mercados livres, com uma pequena dose de asceticismo para que se apertem os cintos no caminho para as economias que caem no pecado das contas atrasadas”.¹³⁵ Entretanto, Cox não considera a presença da metafísica na própria teoria da Escola Austríaca de Economia e tampouco faz menção ao legado da neoescolástica, o que talvez indique a recepção predominante desta narrativa no contexto ibero-latino-americano. Para os liberais, parece tratar-se menos de uma heresia ou falsa religião do que uma explicação teológica conveniente para preencher uma lacuna científica. Como escreveu Woods, nada poderia ser “mais compatível com a mente católica” do que “princípios econômicos baseados na verdade absoluta, apreensíveis por meio da reflexão sobre a natureza da realidade”.¹³⁶ Portanto, de certo modo era coerente que o primeiro grande semeador dos think tanks liberais, Antony Fisher, exibisse com orgulho seu proselitismo ao

132 Hayek 1996 [1970]: 16, 87, 103–104, 136, 172.

133 Scruton 2001 [1980]: 31.

134 Huerta de Soto 2017.

135 Cox 2016: 5.

136 Woods 2005: 216.

lembrar que “o IEA [Institute of Economic Affairs] sabia ‘a verdade’, sua tarefa era evangelizar”.¹³⁷ A dimensão metafísica permite entender por quê, no contexto liberal-conservador brasileiro, a opção pela Escola Austríaca era tão conveniente e continua a render frutos, tal como no caso do novo ícone liberal Rodrigo Constantino.¹³⁸

A dimensão metafísica do pensamento da Escola Austríaca de Economia pode ter contribuído de forma significativa para a convergência entre conservadores e liberais, especialmente através de sua referência em comum a Hayek. O que pode ter fortalecido sua aliança política, no contexto brasileiro, foi a utilidade dessa metafísica liberal para a função central do liberal-conservadorismo de defender o status quo social contra as reivindicações sociais. Como essas reivindicações se alimentam da utopia social – imaginar um mundo melhor para lutar pela sua realização – a ênfase mencionada acima na deslegitimação de qualquer aspiração utópica, tratando-a como gnosticismo ou estatismo herético, torna-se óbvia. Como vimos acima, se Deus é onisciente, assim como o mercado, tentar regular o mercado através da pretensão de conhecer seu mecanismo equivaleria a tentar ser Deus. A abnegação através da humildade, definida como a única forma de salvação, não pode ser destruída pela húbri do utopista que se crê qualificado, só por possuir razão individual, a construir uma realidade melhor.¹³⁹ Essa subversão da ordem espontânea seria até mais reversível quando baseada numa falsa justificativa transcendente, tal como a teologia da libertação.¹⁴⁰ O *Orvil*, o famigerado relatório militar secreto de meados dos anos 1980, estava muito preocupado com o que entendia como pensamento utópico “marxista” nos círculos católicos e protestantes. Para os autores, construir o “Reino de Deus na terra” ou, em outras palavras, o “socialismo”, equivalia a não acreditar mais numa segunda vida e, conseqüentemente, defender uma “teologia da morte de Deus”.¹⁴¹ Também na visão de Hayek, o ideal ao qual a humanidade deveria retornar seria, mais uma vez, a Idade Média, período no qual o Estado não teria tido a competência de legislar, criando ou abolindo leis, mas apenas de manifestar ou descobrir (no sentido original de *des*-cobrir algo previamente existente) leis divinamente dadas, já que qualquer outra atitude teria sido uma rebelião contra Deus.¹⁴² Desta forma, o pensamento liberal retira de todas as utopias – e de todo progressismo – seu direito de existir.

Hayek estava ciente da dificuldade de convencer seres humanos, em meados do século XX, a se submeterem a uma força superior inexplicável, algo que tinha funcionado no passado pela autoridade da religião, a não ser que a própria força do mercado ganhasse qua-

137 Citado em Cockett 1995: 139.

138 Constantino 2009.

139 Hayek, 2010 [1944]: 47–53.

140 Hayek 1995 [1988]: 93.

141 *Orvil* s.d.: 858–859.

142 Hayek 1983 [1960]: 174–175. Chega também a esta conclusão o estudo, até agora o mais completo, do pensamento utópico em Hayek (Sciabarra 1995), embora tomando uma perspectiva afirmativa.

lidade de autoridade sacrossanta.¹⁴³ A necessidade de não só reprimir qualquer utopia social, mas de apreender o melhor delas e promover uma utopia própria na lógica do mercado, está amadurecida no pensamento de Hayek desde o momento em que fundou a MPS:

O que nos falta é uma utopia liberal, um programa que não pareça uma mera defesa por não ser uma espécie de socialismo diluído, mas um radicalismo verdadeiramente liberal, que não poupa as susceptibilidades dos poderosos [...], que não é prático de forma excessivamente severa e que não se torna confinado ao que hoje parece politicamente possível. Precisamos de líderes intelectuais que estejam dispostos a trabalhar por um ideal, por menores que sejam suas chances de realização inicial. [...] A principal lição que os verdadeiros liberais têm que aprender com o sucesso dos socialistas é que foi a coragem deles de serem utópicos que lhes fez ganhar o apoio dos intelectuais e, portanto, uma influência sobre a opinião pública que a cada dia torna possível o que até recentemente parecia totalmente remoto.¹⁴⁴

Que utopia seria essa, então? Num primeiro plano mais político e óbvio, seria a promessa de um futuro melhor, cuja realização seria condicionada à aceitação do caminho das pedras proposto pela ala liberal do governo Bolsonaro: o desmonte pela política de austeridade, congelamento do teto salarial, redução de transferência de renda, corte de gastos voltados para a infraestrutura pública, entre outras políticas tipicamente aplicadas para se chegar à prosperidade vindoura no eterno amanhã. Entretanto, a utopia racional do mercado tem persuasão limitada, dada a experiência popular dos seus efeitos. É apenas o meio técnico (libertando das estruturas vis) para atingir uma “verdadeira” utopia da harmonia reestabelecida da existência humana com seu sentido transcendental, revelado por uma ordem sublime, concebida pelo pensamento conservador.¹⁴⁵ É nesse sentido que a Nova Direita combina o liberalismo econômico com valores conservadores, a liberdade de mercado (individualista, competitiva e de *laissez faire*) com a adoção de valores morais coletivos e tradicionais, contra o Estado, em nome de uma suposta nação do “Brasil profundo” e de um legado monárquico.

Evangélicos como Atores Políticos Liberais

Como foi mostrado acima, a evangelização liberal desde o fim da Segunda Guerra Mundial e o surto liberal da década de 1980, no Brasil e em outros lugares, dependeram em

143 Hayek 2010 [1944]: 193.

144 Hayek 1960 [1949]: 384.

145 Featherstone 2017: 54.

grande medida da ação de uma rede de think tanks, “alguns deles mantidos ou apoiados por institutos estrangeiros similares”, como Antônio Paim declara com orgulho em seu prefácio do livro didático liberal mais disseminado.¹⁴⁶ A outra evangelização, pelas igrejas pentecostais, também criou uma rede, mas com efeitos mais indiretos. Sua modernização e politização durante os anos 1980 e sua conquista estratégica de canais de mídia – começando pela Rede Record em 1989 e hoje comandando pelo menos outros dez canais¹⁴⁷ – transformou-as em um novo ator político com certamente mais presença do que os grupos católicos anteriores. Embora o superpadre católico Marcelo Rossi tenha tido grande sucesso em 2003 com seu filme “Maria, mãe do filho de Deus”,¹⁴⁸ os evangélicos ainda fazem uso cada vez mais competente desses recursos do que os católicos. Mas veremos no próximo capítulo que os católicos estão recuperando o tempo perdido, especialmente nas redes sociais.

Pentecostais consolidaram sua nova rede de ação política durante a década de 1980. Na Assembleia Constituinte de 1987 eles tiveram sua primeira aparição inesperada no palco político, incluindo 33 evangélicos que fizeram um lobby pesado para uma pauta estritamente conservadora: contra o aborto, a homossexualidade, o feminismo, métodos contraceptivos, pornografia, pedofilia, drogas, violência e “comunismo”, e a favor da censura nos meios de comunicação em massa, educação religiosa nas escolas e na TV, e até a pena de morte.¹⁴⁹ Porém, eles não chegaram a exercer um papel semelhante ao dos conservadores católicos durante a década de 1930. Apesar de estarem a caminho de se tornarem um grupo majoritário em algum momento do século XXI, sua origem como minoria, espalhados em grupos descoordenados, sempre sob o risco de opressão por parte dos católicos e de outros autoritarismos, além do preconceito elitista contra eles, é parte de sua identidade coletiva.¹⁵⁰ Durante os governos militares, grupos evangélicos estiveram ativos dos dois lados, até no grupo de luta armada Ação Popular.¹⁵¹ O reverendo presbiteriano Jaime Wright teve um papel central na denúncia aos crimes das forças repressoras no grande projeto “Brasil: Nunca Mais”, e os evangélicos contribuíram para o movimento nacional pelos direitos humanos.

A Conferência de Lausanne em 1974 teve importância semelhante para o apoio a movimentos sociais e uma visão ecumênica da diversidade religiosa à do Concílio Vaticano II.¹⁵² A acusação de “marxismo” valia tanto para evangélicos como para os seguidores da teologia da libertação.¹⁵³ Robinson Cavalcanti, que citei algumas vezes neste livro, pertencia à Aliança Bíblica Universitária, com relações próximas com o Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, as Igrejas evangélicas colaboraram com os militares, como no governo do

146 Paim 2019b: 12.

147 Santos 2006; Cunha 2017a: 206–209.

148 Santos & Capparelli 2004: 6–12.

149 Sousa 2020: 82.

150 Machado & Burity 2014: 614; Mariano 2012 [1999]: 87.

151 Burity 2011; Cowan 2021: 100–105.

152 Freston 2019: 124.

153 Cunha et al. 2017: 124–126.

último presidente, general Figueiredo, que – já durante o período de abertura – patrocinaram uma “Cruzada pela Moralidade” conduzida pelo pastor evangélico (e graduado pela ESG), Nilson Fanini.¹⁵⁴ Alianças localmente fortes surgiram, como entre os batistas e o partido do governo militar Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Bahia, onde um evangélico foi nomeado prefeito da capital em 1979, provavelmente pela primeira vez no Brasil.¹⁵⁵

Para os evangélicos, o retorno à democracia foi paralelo à realização de sua longa luta por reconhecimento.¹⁵⁶ Isso também é perceptível no manifesto muito comentado de 2008 de Edir Macedo, *Plano de Poder*, em que ele tenta convencer os evangélicos de que Deus se importava com questões seculares, já que tinha em mente um “projeto político de construção da nação” projetado para “o seu povo”. Portanto, os evangélicos eram convidados a superar suas preocupações com a política para efetivamente se tornarem um movimento social, para votar por seus interesses e almejar cargos políticos, até mesmo a presidência.¹⁵⁷ O título do livro soa mais ambicioso do que o conteúdo, uma vez que não apresenta uma visão diferente de país, mas argumenta a favor de mais – de certa forma proporcional, dado o número de evangélicos – lobby nas estruturas existentes. Não se trata de um plano revolucionário ou contrarrevolucionário para mudá-las, e Macedo deixa claro desde o início que seu livro “não se propõe à incitação de um regime teocrático. Até porque o Estado brasileiro é laico e a liberdade de crença é assegurada constitucionalmente”.¹⁵⁸ Trata-se de um compromisso democrático, ainda que não num sentido cívico-republicano (isto é, para defender a coisa pública ou a democracia participativa), mas num sentido liberal, para defender liberdades pessoais, autorresponsabilidade e prosperidade.¹⁵⁹ Certamente, a “teoria do domínio”, desenvolvida nos anos 1990, espera que os evangélicos combatam o demônio como soldados. Não se trata de metáfora, no sentido de uma batalha de ideias, mas algo muito concreto: o diabo provoca doenças, pobreza material e brigas na família, e a “Guerra Santa” tem por objetivo derrotá-lo através do exorcismo.¹⁶⁰ No entanto, a questão é mais particular do que da sociedade, e o diabo não corresponde claramente a determinados atores sociais como para os conservadores católicos (todos aqueles que ameaçam sua própria ordem estabelecida), em cuja visão os evangélicos são parte desse círculo diabólico e eles provavelmente sabem disso. Ainda, isso não impede os evangélicos de demonizarem outras religiões, com ênfase especial nas de matriz africana. O livro de Edir Macedo de 1997, *Orixás, Caboclos e Guias, deuses ou demônios?* vendeu mais de três milhões de cópias

154 Cowan 2016: 148.

155 Silva 2019a: 245.

156 Fonseca 2008: 186–187.

157 Macedo & Oliveira 2008: 8, 23–30, 122; Vital & Lopes 2013: 178–179.

158 Macedo & Oliveira 2008: 10.

159 Machado & Burity 2014: 611.

160 Mariano 2012 [1999]: 110, 153–155. Mariano 2003: 24.

e é um dos livros religiosos (e livros em geral) de mais sucesso já publicados no Brasil.¹⁶¹ Ele já tem levado a atos de violência contra locais religiosos cada vez mais frequentes e um novo fenômeno preocupante é a formação de milícias evangélicas – geralmente formada por ex-traficantes convertidos – para o controle da ordem nas favelas, especialmente no Rio de Janeiro.¹⁶² Mas de modo diferente das batalhas dos conservadores católicos, essas são travadas às margens da sociedade, o que significa dizer entre os mais vulneráveis, e não há inimigos políticos a serem aniquilados.

Com raízes profundas nas classes mais baixas e desprezados pelas elites, os evangélicos naturalmente não são relegados ao seu status “natural” e até apoiaram um argumento que se encaixa com a ideia integrista de subversão comunista da ordem natural: “Toda nação séria, que deseja alcançar o *status* de Primeiro Mundo, deve entender que estará sempre excluída dessa classificação se houver, entre seus filhos, um grande número de excluídos sociais.”¹⁶³ O mundo ideal dos evangélicos não depende de uma hierarquia social e em princípio todos poderiam ter uma casa do mesmo tamanho com uma diversidade de anões no jardim, o pesadelo liberal de Scruton. Isso explica a relação ambígua dos evangélicos com as forças políticas progressistas. Dependendo das opções e alianças, eles se opuseram a elas (durante os anos 1990) ou as apoiaram (durante os 2000). A questão interessante que se mantém é por que, desde 2014, os evangélicos se comprometeram com a direita brasileira e estão cada vez mais associados a práticas violentas, antidemocráticas e intolerantes baseadas numa moralidade rígida, a qual será explorada no capítulo oito.

161 Macedo 1997; Mariano 2003: 25–27.

162 Cunha et al. 2017: 114–115; Antonopoulos et al. 2020: 250.

163 Macedo & Oliveira 2008: 109.

6 A Reação do Guru

SONETO DO ESTUDANTE SÉRIO para Olavo de Carvalho

*E agora que eu li tanto, tantas obras
De autores tão malditos, quanto pude
Receio não haver nem mesmo sobras
Das minhas vis paixões de juventude.*

*Quão falso era meu mundo, e amiúde
Com quanta prontidão lhe fiz as dobras
Na ânsia de manter minha atitude
Imune a todo tipo de manobras.*

*Fui tolo, como assim o é quem pensa
Não ser manipulado pela imprensa
Em todas as questões da vida humana.*

*Ninguém recebe alta desse hospício
Sem auto-humilhação, sem sacrifício
De sua cabecinha provinciana.
Felipe Moura Brasil¹*

QUEM FOI? QUEM fez com que um menino doentio, quase moribundo, durasse até tornar-se um velho forte e saudável, capaz de continuar seu trabalho até não se sabe quando? QUEM deu a esse menino, depois de crescido e pai de vários filhos, ainda doente e carregado de obrigações e dívidas, a energia de estudar dia e noite nos intervalos de vários empregos simultâneos, lendo em ônibus, no metrô, em bancos de jardim e balcões de bares, guardando tudo na memória sem usar nenhuma técnica mnemônica? QUEM lhe deu o impulso de continuar fazendo isso sem jamais ter recebido do ambiente em torno O MENOR estímulo intelectual? QUEM deu a um zé-mané sem estudos regulares, sem um diploma de ginásio sequer, os meios de tornar-se um erudito reconhecido por dezenas de intelectuais do país e do exterior e de no fim das contas consagrar-se como a maior ou única autoridade intelectual num país de duzentos milhões de habitantes? QUEM espalhou en-

¹ Olavo de Carvalho, post no Facebook, 19 jun. 2012, <https://www.facebook.com/felipe.m.brasil/posts/10151077973561874>).

tre centenas de inimigos dele uma tal confusão mental que não podem escrever três palavras contra ele sem cair nas contradições mais grotescas e desmoralizar-se sem que ele nem precise lhes responder nada? QUEM fez com que, sem um único centímetro de espaço na grande mídia e sem qualquer badalação nos jornais e na TV, a sua voz se tornasse tão influente ao ponto de ecoar nas ruas e nas praças em grandes manifestações populares? QUEM fez com que, sem nunca ter ligado a mínima para a moral e a virtude, ele se tornasse capaz de explicar as palavras de Jesus a padres, bispos e pastores com tal simplicidade e poder de persuasão que, quando eles não gostam do que ele diz, só lhes resta amaldiçoá-lo à distância e fazer de si mesmos objeto de chacota? QUEM fez com que, sem uma notinha num jornal, sem dois segundos de promoção na TV, seus livros alcançassem tiragens de centenas de milhares de cópias, superando de longe os de seus concorrentes mais badalados pela mídia e pelo “establishment”? QUEM possibilitou que ele, praticamente ou literalmente sozinho, cavasse um rombo enorme numa hegemonia intelectual de cinco décadas, abrindo espaço para a circulação de novas idéias que até então eram absolutamente inaudíveis no espaço público? QUEM fez tudo isso? Se não foi Deus, eu é que não fui. Minha vida é uma sucessão tão evidente de milagres e prodígios, que quem quer que a contemple por minutos e não exclame “Glória a Deus!” é uma alma empedernida, cega e insensível a uma Presença divina que grita do alto dos telhados. Por isso é que rio por dentro quando, afetando desprezo pela alta cultura, umas baratas de sacristia vêm me falar dos homens pobres, simples e humildesinhos a quem Deus revela o que sonega aos doutores. Eu SEI que Deus faz isso. Ele fez comigo.

Olavo de Carvalho²

A volta do conservadorismo como tendência em voga entre um público mais amplo nos anos 2010 está ligada à base ideológica de anos preparada por seu principal protagonista, o já mencionado jornalista e filósofo Olavo de Carvalho. Como seu papel na ascensão da Nova Direita é tão central e como ele esteve em plena atividade até seu falecimento em janeiro de 2022, Carvalho merece atenção especial neste livro. Tal como Gustavo Corção e Lenildo Tabosa Pessoa fizeram anteriormente, ele primeiro se tornou famoso enquanto conservador polêmico no jornalismo mainstream e criou uma base leal de leitores nos principais jornais brasileiros. Ao se tornar intolerável por suas opiniões e atitudes cada vez mais hiperbólicas em meados da década de 2000, ele mudou sua esfera de atividade para a mídia independente online (de fato um dos primeiros jornalistas no Brasil a fazê-lo), o que o consolidou como o ideólogo e influenciador central da direita brasileira. Através de seu ciberativismo, ele contribuiu de forma significativa – como será mostrado no capítulo

² Olavo de Carvalho, post no Facebook, 22 maio 2017, <https://pt-br.facebook.com/carvalho.olavo/posts/834502023368540>).

sete – tanto para a ascensão da direita como até para a eleição do presidente Bolsonaro. Este capítulo explora principalmente o fenômeno de como Olavo de Carvalho, durante os anos 1990 e 2000, conseguiu divulgar a tradição, um tanto démodé, conservadora, reciclando ideias e as apresentando de um modo novo e atraente, e através de novos canais, enquanto o próximo capítulo foca em seu impacto político. Para entender esse desempenho, é esclarecedor olhar com mais atenção para a sua biografia e carreira.³

Olavo de Carvalho começou cedo a trabalhar nos meios de comunicação, como revisor, repórter e editor, construindo através de décadas uma expertise robusta com textos. Como ele informa, na juventude, colaborou no Partido Comunista Brasileiro por dois anos, o que quer que isso tenha significado na prática. Ao menos isso o permite fingir ter uma visão interna das organizações comunistas. Não completou o ensino médio e preferiu completar sua formação fora da academia, através de leituras amplas e persistentes e buscando instrução particular com “mestres”. Seu primeiro foco de estudo, nos anos 1970 e início dos anos 1980, foi a astrologia e chegou a se tornar colaborador na edição brasileira da famosa revista francesa *Planète*. Com isso, obteve fama como “astrólogo”, o que leva a erros de julgamento até hoje. Por essa razão, ele depois preferiu rejeitar com veemência – mas apenas estrategicamente – esse estereótipo e até chega a se distanciar de toda essa formação intelectual inicial, de suas primeiras publicações e atividades de ensino, as quais, no fim das contas, duraram até a respeitável idade de quarenta e poucos anos. A compreensão predominante e certamente banalizada da “astrologia” no sentido comum difere substancialmente do que Carvalho descobriu como a área de conhecimento fundamental para a epistemologia universal e que, à luz de sua tradição milenar, só recentemente passou a ser negligenciada pela ciência moderna: “O modelo de visão do mundo baseado nos ciclos planetários e nas esferas esteve em vigor durante milênios [...] A Astrologia é um elemento obrigatório, por isto quem não a estudou, não estudou nada, é um analfabeto, um estúpido.”⁴ Como veremos, Carvalho continua sendo um “astrólogo” no sentido dos pensadores pré-modernos, ainda que o negue em público.⁵

Esse primeiro período de sua formação intelectual até meados dos anos 1980 o levou a um contato íntimo com aquilo que é mais estritamente definido como “tradicionalismo”. Não no sentido genérico em que usei o termo até aqui, mas como um movimento sectarista internacional de pensadores antimodernistas que afirmam ter acesso a conhecimentos tradicionais “eternos” que revelam uma verdade primordial.⁶ Aparentemente, o primeiro contato de Carvalho com o “tradicionalismo” foi através da leitura, em 1977, do volume editado de *The Sword of Gnosis: Metaphysics, Cosmology, Tradition, Symbolism* (1974), editado por Jakob Needleman, mais tarde mentor de Steve Bannon, que então foi o principal es-

3 Para uma exposição detalhada da formação intelectual de Carvalho, ver Wink 2024.

4 Tórtora 2000.

5 Olavo de Carvalho, debate na TV Cultura, 29 jul. 1989, <https://www.youtube.com/watch?v=H4BMOuYPd4o>.

6 Para detalhes de seu período tradicionalista, ver Sedgwick 2020.

trategista de Donald Trump por um período.⁷ O maior impacto de Carvalho certamente veio de René Guénon (1886–1951), que criou na década de 1920 a base da filosofia tradicionalista antimodernista contra o cristianismo “exotérico”. O Ocidente, conforme ele explica em seu livro seminal de 1927, *A Crise do Mundo Moderno*, traduzido para o português em 1948 (não confundir com, ainda que possa haver alguma relação, o livro do padre Franca de 1941 com título idêntico), só poderia ser redimido através da restauração de uma elite espiritual disposta a assimilar os princípios metafísicos do Islam, especialmente como preservado no sufismo.⁸ Os escritos de Guénon orientaram Carvalho em sua busca pela *sophia perennis*, “Tradição Primordial, universal e eterna, que é o depósito da sabedoria revelada”, diferente das “distorções contemporâneas” e de “simulacro e paródia”, e ele inclusive traduziu a pequena introdução de Guénon, *Metafísica Oriental* (1983).⁹ Assim como fez com a astrologia, Carvalho mais tarde tentou se distanciar de Guénon, mas ainda que claramente não compartilhasse de sua terapia islamizante e se opusesse ao Islam enquanto força imperialista globalizadora (voltarei a isso em breve), ele certamente concordava com seu diagnóstico da crise da modernidade.

Como se poderia esperar, nessa época, Carvalho buscou a iluminação na experiência prática também, entrando em várias comunidades pseudo-esotéricas de orientação sufi e até dirigindo sua própria tariqa. No entanto, no início de 1987 ele abandonou esse caminho do que passou a entender como orientação “New Age” equivocada, ainda que jamais tenha se desencilhado dela. Assim como seu passado “astroológico” o desqualifica diante dos acadêmicos, a experiência esotérica – durante a qual ele obviamente teve que se converter para o Islam – o desqualifica aos olhos de alguns conservadores católicos. Este é um fator limitante na sua influência na Nova Direita ao qual retornarei no próximo capítulo.¹⁰

Nesse momento da sua vida, Carvalho descobre o cristianismo. Pelo seu próprio relato, essa revelação se deveu a seus estudos dos milagres do padre Pio (1887–1968), o que o fez perceber que “os milagres do grande santo escapavam de toda possibilidade de explicação ‘metafísica’, já que refletiam a liberdade divina e não as estruturas permanentes do mundo espiritual, e assim transcendiam, na prática, toda perspectiva esotérica e iniciática”.¹¹ Consequentemente, Carvalho decidiu que a partir desse momento seu “único guru seria Nosso

7 Teitelbaum 2020: 129.

8 Sobre o tradicionalismo como um movimento específico de pensamento e especialmente sobre René Guénon, ver Sedgwick 2004.

9 Carvalho 1986: 13–15, 31.

10 O ex-discípulo de Carvalho e renegado, Carlos Velasco (2014 e 2017) fornece uma documentação intrigante sobre esse período em várias plataformas online. A documentação inclui cartas que comprovam a conversão de Carvalho para o islamismo, como Sidi Muhammad Ibrahim, nas quais o estudioso do Islam, Sedgwick (2020: 13) não vê nenhum indicador contra sua autenticidade. Um dos filhos de Carvalho, Muhammad ‘Isa, segue liderando uma unidade da tariqa “Alaviyya” em São Paulo (Silva Filho 2012: 147) enquanto outro filho, Luiz Gonzaga de Carvalho, fundou o “Instituto Cultural” tradicionalista Lux et Sapientia (<https://icls.com.br>).

11 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 24 jan. 2015, <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/photos/emp pleno-surto-de-deslumbramento-pela-escola-tradicionalista-de-gu%C3%A9non-e-schuon-/438251306326949>.

Senhor Jesus Cristo EM PESSOA e não a ‘função cósmica’ correspondente com a qual os tradicionalistas O confundiam”.¹² Quem o início nessa conversão religiosa e a aquisição da verdadeira sabedoria pela fé foi, segundo o próprio Olavo de Carvalho, o filósofo católico Antônio Donato Paulo Rosa. Autor de uma dissertação de mestrado de 1993 que circula ampla e anonimamente com o título *A educação segundo a filosofia perene*, hoje ele é professor de cursos particulares de filosofia, além de discreto ativista antiaborto. Ainda que a ideia de que tenha havido um “olavo-donatismo” problemático, promovida por alguns ultraconservadores católicos¹³, possa ser um exagero, o próprio Carvalho diz sobre ele:

O meu amigo Antônio Donato, por exemplo, que é o melhor instrutor religioso que eu já vi na minha vida, um santo homem. O Donato é santo mesmo, não tenho a menor dúvida. Mas o Donato não é ordenado padre. Ele é o melhor padre que tem no Brasil, e diz que não está preparado para ser ordenado padre. Quer dizer que Deus no céu já o ordenou mil vezes; dá ordenação sacerdotal para ele todo dia. Porém, o Donato não lidera um movimento, ele não é um chefe de seita. Ele é um professor de religião, e o melhor que eu já vi. [...] Se você quiser mesmo o negócio da teologia, procure Antônio Donato Paulo Rosa. É o melhor do Brasil, se não o melhor do mundo. É o mais honesto, o mais bondoso, mas ele é durão, vai lhe dar muito trabalho para fazer.¹⁴

Na autopercepção de Carvalho, suas experiências no misticismo islâmico apenas fortaleceram sua fé cristã incondicional. Numa perspectiva teológica, essa foi certamente uma mudança tremenda. Na minha perspectiva, ela indica mais uma continuidade no pensamento de Carvalho, no sentido de justificar de forma apodítica a posse de uma única verdade (a filosofia perene), agora pelas lentes do catolicismo (independentemente se a verdade de Guénon era insuficiente ou não, ainda assim era uma convergência universal metafísica de verdades, apesar da concepção diferente de Carvalho de “consciência individual”, para Guénon um erro típico do modernismo). A essência do pensamento de Carvalho e a receita de seu sucesso é que atrás de toda complexidade, seja no campo da religião, filosofia, ciência ou do próprio mundo manifesto, existe uma “unidade metafísica”, o “primeiro princípio” infinito e eterno de Deus. Essa “realidade universal” rege o mundo através de inumeráveis reflexões em todos os níveis e planos da existência. O conhecimento dessa realidade está condicionado pela consciência individual do significado espiritual dos fenômenos empíricos que possibilitam a percepção da realidade pela intuição sem abstração, o que ele conceituou como “conhecimento por presença”: a experiência intuitiva da pre-

12 Carvalho 2015a, ênfase do original.

13 Veja, por exemplo, a publicação “‘São Moita’ Sacerdotum olavorum nomeatus sapientiae” na página web anonimizada “Príncipe dos Cruzados” (<http://www.oprincipedoscruzados.com.br/2020/08/syllabus-donato-pai-dos-centros-tido.html>).

14 Olavo de Carvalho, COF 37, 19 dez. 2009.

sença revelada de Deus, objetiva e fisicamente, não teologicamente, mas como “fato”. A evidência, manifestada por exemplo na ressurreição de Cristo e desde então nos santos e milagres, oferece ao iniciado a certeza completa da verdade e o emancipa da necessidade de prova e lógica. Trata-se de uma verdade transmissível apenas através do método cognitivo de vivenciar diretamente a universalidade de Deus.¹⁵ A redução da complexidade por parte de Carvalho é assombrosa e, para ser franco, pode soar bastante atraente para alguém em busca de qualquer tipo de certeza.

As provas experimentais da ação divina no mundo são tão abundantes, que qualquer um que se meta a discutir a existência de Deus sem tê-las estudado deve ser considerado um charlatão incurável. Que é um santo da Igreja Católica? É um cidadão que através de uma vida de orações, jejuns, concentração moral e sacrifícios removeu os obstáculos que impediam que Deus se manifestasse nele. Então ele começa a atravessar o fogo sem se queimar, curar as doenças mais temíveis por meio da oração, ou, como S. Vicente Ferrer, pregar o Evangelho durante quarenta dias e quarenta noites sem dormir, comer ou ir ao banheiro. Quando ele morre, seu corpo se conserva intacto por mais de um milênio, e sua intercessão, desde o outro mundo, continua a operar milagres. Tudo isso testado e documentado com os critérios científicos mais exigentes por uma instituição que se empenha mais em afastar os falsos milagres do que em apregoar os verdadeiros.¹⁶

Tudo isso ecoa o tomismo de maneira óbvia. Carvalho alinhou sua perspectiva perfeitamente com a busca neotomista definida com entusiasmo pelo filósofo brasileiro padre Werner von und zur Mühlen (1874–1939) in 1912:

Primeiro a verdade! e depois, a verdade! e sempre a verdade! [...] A Escolástica é a paixão da verdade. Por isso ela apresenta-se, em geral, também tão simples e sem atavios, como a própria verdade. Ela aborrece profundamente tudo que pode velar, alterar, adulterar, dissimular a verdade. [...] Ela é ciência, não é arte; ela é estudo, não é divertimento; ela escreve a explicação do Universo, não, como Bergson, um romance do universo; ensina o que observa, não como Fechner [Gustav Theodor Fechner, psicólogo experimental, filósofo e físico alemão] ou o Zend-Avest [O Avesta é a coleção de textos religiosos do zoroastrismo], o que imagina; diz o que é, não o que seria bonito, se fosse.¹⁷

15 Eu sintetizo essa essência do pensamento de Carvalho a partir de vários de seus escritos, incluindo seus livros didáticos e outros materiais de seus cursos.

16 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 12 dez. 2017, <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2017/12/12/a-acao-divina>.

17 Citado em Moura 1978: 79.

Ele também retornou às raízes aristotélicas do tomismo, “um desses tesouros [...] que a atual geração precisa redescobrir mais urgentemente”¹⁸, assim como o padre Farias Brito, que depois foi interpretado como o pai brasileiro do neotomismo. A passagem a seguir, do início do século XX, poderia perfeitamente ter sido escrita pelo próprio Carvalho, especialmente em relação a releitura de Aristóteles:

Aristóteles, estudando sob a denominação de silogismo, o mecanismo do raciocínio, acrescenta como condição da verdade científica, ao silogismo a demonstração. Isto equivale a dizer: não basta ser coerente; é preciso ser verdadeiro. A verdade é, pois, a condição essencial da ciência. Como se reconhece, porém, a verdade da conclusão no silogismo? Pela verdade das premissas. Mas não basta a verdade accidental, ligada ao indivíduo, ligada, por conseguinte ao que passa e desaparece, ao elemento transitório da existência: é necessário que a verdade seja eterna, isto é, redutível a proposições em que a ligação do atributo ao sujeito seja essencial e universal e para todo o tempo e para todas as circunstâncias possíveis.¹⁹

Minha insistência em focar nas premissas mais inconfessadas do pensamento da Nova Direita, e não nas variações discursivas do argumento, leva em consideração o axioma central do tomismo. Outro que tinha bastante consciência dessa questão era Plínio Salgado, que entendeu que a verdade não é afetada pela forma pela qual é comunicada e defendida, uma vez que sua função é convencer, não persuadir, ou, em outras palavras, revelar, não ocultar.²⁰ A questão se Carvalho, que quase nunca se refere ao cânone neotomista brasileiro (e silencie quanto a Plínio Salgado e Plínio Corrêa de Oliveira), omite essa tradição por recorrer diretamente às fontes fundamentais ou por destacar sua própria exegese é irrelevante para o meu propósito. Ele certamente afirma o primeiro caso, para evitar distorções durante a longa história da recepção e não repetir os erros do neotomismo do século XX, que levaram a “conclusões que São Tomás nunca teria aceitado” e à “autodestruição da Igreja Católica”, especialmente através do “perverso e mendaz Jacques Maritain”.²¹ Seus seguidores podem considerá-lo um grande filósofo por mérito próprio e acreditar em Carvalho quando ele declara: “Eu não estou falando do pensamento dos outros. Agora é o meu, é a minha filosofia”. Ao mesmo tempo, ele gosta de se apresentar, na tradição ilustre do pensamento conservador, como “o menor e mais canibal”.²² O importante é que Carvalho domina uma tradição filosófica secular respeitável, resgatou textos quase enterrados na obscuridade e que a sua síntese representa novamente, no século XXI, as ideias centrais do pensamento

18 Carvalho 2018b.

19 Farias Brito 2006 [1912]: 99, ênfase minha.

20 Olavo de Carvalho, COF 524, 27 jun. 2020; Chasin 1979: 607.

21 Carvalho 2020.

22 Carvalho 2015; declaração em vídeo no Youtube, 13 dez. 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=unMpVTz3mVE>.

católico e filosófico conservador, entre a Lei Natural e o integristismo, como apresentei nos capítulos anteriores.²³

Portanto, trata-se de um equívoco quando João Cezar de Castro Rocha chama Olavo de Carvalho, em seu livro, brilhante afora esse detalhe, *Guerra Cultural e Retórica do Ódio*, de 2021, um “Napoleão de hospício”, alguém que insiste em certas conclusões apenas para corroborar suas premissas. Dada a natureza das premissas de Carvalho, tem que ser assim, uma vez que não há como escapar da “verdade”. Por outra razão, também seria enganoso vê-lo como um fillho do neo ou paleoconservadorismo nos Estados Unidos porque Carvalho não faz referência a esses “pensadores doutrinários”, ainda que eventualmente mencione, por exemplo, Russell Kirk, Roger Scruton, Jordan Peterson e Paul Gottfried apenas para confirmar suas próprias visões. Para ele, esses são apenas ideólogos, enquanto o interesse dele esteja na filosofia política na linha do filósofo político conservador Eric Voegelin (1901–1985), um emigrante alemão que alcançou a fama em círculos da direita nos Estados Unidos, para quem, como escreve Carvalho, Kirk era “apenas um menino, tão vasta é a distância entre discurso ideológico e ciência política”.²⁴ No entanto, qualquer que seja a ambição de Carvalho, é impossível não notar a semelhança entre a sua escrita jornalística e a de Kristol.²⁵ Mas a questão é que o que Carvalho afirma defender é a “verdade” que para ele só *coincidentemente* é uma posição conservadora, e conseqüentemente não ideológica:

Uma distinção fundamental, e que manifestamente escapa a todos os palpiteiros que opinam sobre mim na mídia e na quase totalidade do mundo acadêmico, é a que existe entre um “pensador conservador”, dedicado essencialmente à exposição e defesa de ideais conservadores, e um filósofo propriamente dito, cuja esfera de interesses e realizações transcende infinitamente a do conservadorismo, o qual entra aí como uma parte apenas, e não como centro vivo articulador do conjunto. [...] Não vejo, por exemplo, como denominar de “doutrinas conservadoras” (ou anticonservadoras) as minhas análises de Aristóteles e Descartes [...].²⁶

A filosofia política de Voegelin, embora a sua obra central *A Nova Ciência da Política* (1952) só tenha sido traduzida em 1979, foi previamente introduzida no Brasil em certos círculos intelectuais. Nos anos 1950, um dos alunos assíduos de Voegelin na Universidade do Estado da Luisiana foi José Arthur Rios (1921–2017), membro do CDV e genro de Jackson de Figueiredo. Depois diretor da Escola de Sociologia e Política da PUC-Rio, Arthur Rios foi professor de Vélez Rodríguez, o ex-ministro de educação de Bolsonaro. Não surpreendentemente, nos círculos conservadores brasileiros, dois quais tratei nos capítulos

23 Por exemplo, a lista de leitura “125 livros recomendados por Olavo de Carvalho” (<http://olavodecarvalho.org/dicas-de-estudo>) e outras bibliografias disponíveis em suas plataformas online.

24 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 23 fev. 2019, <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com>.

25 Por exemplo, Kristol 1995: 439, 441, 233, 385.

26 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 14 set. 2020, <https://facebook.com/carvalho.olavo/posts/1741212239364176>.

anteriores, há indícios de uma recepção, pelo menos do cerne do pensamento voegeliniano: há referências a Voegelin em artigos no início dos anos 1960 e o já mencionado Meira Penna até contribuiu com um caderno especial sobre o filósofo no *Jornal do Brasil* em 1969. Até Gilberto Freyre dialoga com Voegelin no seu livro subestimado *Além do apenas Moderno* (1973). Outro velho conhecido, Galvão de Souza, vice-reitor da PUC-São Paulo e fundador do Centro de Estudos de Direito Natural, que em 1979 contribuiu com uma introdução à dita tradução, na verdade já vinha se referindo a Voegelin desde 1962 para sustentar um argumento central: que a batalha decisiva da humanidade não era travada entre democratas de um lado e autoritários de outro (leia-se comunistas, fascistas e nazistas). Em vez disso, o combate principal era entre transcendentalistas religiosos ou filosóficos (aqueles que aceitam a criação perfeita de Deus) e imanentistas liberais ou totalitários (aqueles que prometem um paraíso terreno).²⁷

Outro argumento central de Voegelin, que combinou perfeitamente com o pensamento conservador brasileiro, afirma que desde o século XII o mundo vem degenerando ao tentar pôr em prática ideias utópicas, dando origem a “religiões políticas” como o progressismo, o positivismo, o marxismo, o comunismo, o fascismo e o nacional socialismo e seus regimes “satânicos”. Voegelin chama esse fenômeno de “gnosticismo” porque desafia a perfeição da criação de Deus. Olavo de Carvalho adapta essa premissa em sua crítica aos “heresiarcas messiânicos”, guiados por “ambições prometeicas de sociedade planejada, Estado onipotente e felicidade coletiva”.²⁸ De acordo com Voegelin, o que poderia reorientar o homem, um eunuco espiritual desde a Idade Média, seria o retorno da alma humana da ignorância para a verdade de Deus. Isso consistiria na recuperação do *Ordnungswissen* (conhecimento da ordem sublime), inferido a partir da religião e da filosofia, como a orientação na direção da realidade transcendente em vez da desorientação pela existência mundana, como a única base para a criação de uma ordem política estável. Voegelin é, sem dúvida, uma referência importante por Carvalho, e ele inclusive conseguiu repassar a sua sabedoria para a família Bolsonaro. Hoje em dia, é um dos autores mais lidos pela Nova Direita, com 18 livros traduzidos desde 2002 – ou seja, a maior parte da sua obra. Entretanto, não deveríamos superestimar a novidade deste pensador teuto-estado-unidense que igual como Farias Brito, o primeiro grande neotomista brasileiro, encontrou o caminho de volta para os escolásticos tardios pelo já mencionado Donoso Cortés. Quaisquer a interpretação, a matriz é infalivelmente a tradição do pensamento tomista, como base teológica-filosófica do integrismo.

Outra pessoa influente na vida de Olavo de Carvalho foi o neotomista letão padre Stanislav Ladusâns, amigo íntimo de Galvão de Sousa. Ladusâns foi fundador da Sociedade Brasileira dos Filósofos Católicos (1970), do jornal *Presença Filosófica* (1973) e sobretudo do Conjunto de Pesquisa Filosófica, CONPEFIL, estabelecido em 1974 na Faculdades Jesuítas

27 Sousa 1962: 65.

28 Carvalho 2001a e 2007b.

Anchieta. Entre 1981 e 1983, o CONPEFIL foi transferido para o Rio de Janeiro e anexado à Universidade Católica do Rio de Janeiro.²⁹ Dizem as más línguas que a transferência de São Paulo para o Rio de Janeiro possivelmente ocorreu em busca de exílio devido à presença em São Paulo do progressista arcebispo Paulo Evaristo Arns. Carvalho começou a visitar os cursos de extensão de Ladusãs aos sábados no início dos anos 1990.³⁰ Ladusãs apresentou a ele mais um pensador contemporâneo o qual ele assume como referência: o filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos (1907–1968), na época quase esquecido, nas palavras de Carvalho, um “misto de anarquista proudhoniano, católico tomista e gnóstico pitagórico”. Sua obra monumental se voltava a um objetivo semelhante ao de Carvalho, compreender a essência oculta “[d]aquilo que todos, em toda parte, sempre acreditaram”, a unidade transcendente das filosofias.³¹ Os estudos de Carvalho logo terminaram quando Ladusãs decidiu dissolver o CONPEFIL e retornar ao seu país natal, que conseguiu a independência da União Soviética em 1991. Lá, ele começou a lecionar no Seminário Teológico Católico de Riga, mas morreu dois anos depois, numa visita ao Rio de Janeiro.³² Aos 46 anos, Olavo de Carvalho era um filósofo recém-nascido que havia acabado de perder de novo sua *alma mater* recém-achada.

De Intelectual Outsider a Antiacadêmico

Nessas circunstâncias, Olavo de Carvalho construiu sua própria carreira independente como filósofo e líder espiritual, mas também sua própria academia; primeiro na forma de institutos privados (Instituto de Artes Liberais; Instituto Brasileiro de Humanidades) e depois pela extensão da então emergente universidade particular Faculdade da Cidade, mais tarde Centro Universitário do RJ-UniverCidade, o mesmo lugar em que o já mencionado Paulo Mercadante também deu aulas de filosofia. Na UniverCidade, que depois entrou em falência em circunstâncias escandalosas, Carvalho tinha a confiança total do dono, Ronald Lewinsohn. Ele se tornou responsável pelo programa de publicações da universidade e contribuiu com a tradução e reedição de autores conservadores, incluindo ele mesmo. Alguns anos depois, Carvalho ofereceu cursos completos em filosofia e humanidades na Universidade Católica do Paraná, provavelmente também no programa de extensão. Ele também foi convidado para conferências e para coordenar projetos editoriais.

29 Jaime 1991.

30 Carvalho 1998a: 17–19.

31 Carvalho 1997b: 64.

32 Carlos Frederico Calvet da Silveira Gurgel, entrevista com o autor, Rio de Janeiro, 16 nov. 2020. Olavo de Carvalho apresenta uma versão diferente e para ele mais conveniente, alegando que a Universidade Católica – dirigida por “comunistas” – fechou o CONPEFIL contra a vontade de Ladusãs.

Um episódio já em 1994 marcou o início do conflito aberto entre Carvalho e a academia brasileira. Ele enviou um artigo para o renomado jornal *Ciência Hoje*, publicação da Sociedade Brasileira para o Avanço da Ciência (SBPC); como ele gosta de destacar, só para agradar a um de seus alunos que era membro da dita Sociedade. A contribuição proposta “Uma Filosofia Aristotélica da Cultura” foi avaliada, após um primeiro mal entendido técnico, e não alcançou o padrão científico do jornal porque para o revisor o texto não dialogava com o estado da arte e ignorava a diferença epistemológica fundamental entre uma abordagem científica, filosófica, teológica e literária.³³ Ironicamente, o assunto do artigo era precisamente a nova teoria de Carvalho de uma interdisciplinaridade amplamente ignorada das quatro disciplinas ou discursos de Aristóteles como variantes de uma “ciência única” e abrangente antes das limitações racionalistas modernistas. Uma vez que será importante para entender a filosofia de Carvalho, preciso explicar algo brevemente: as quatro disciplinas de Aristóteles são geralmente diferenciadas de forma que o discurso da poética tenha a função de abrir a imaginação, indicando possibilidades (semelhantes a imagens), enquanto a retórica suplementar sugere possibilidades verossímeis (exemplos, conceitos) que permitem criar sistemas de crença. A dialética examina a premissa dessas crenças e leva ao seu julgamento (a área da filosofia), enquanto a lógica analisa sua veracidade e permite certezas “científicas” apodíticas (a área da racionalidade).³⁴

De acordo com Carvalho, todas as quatro estão necessariamente entrelaçados. Fiel ao seu princípio sublime, Carvalho desenvolveu essa teoria em analogia à cruz cristã que simboliza a unidade metafísica de dois eixos: o vertical entre Deus e a alma humana, o horizontal entre o mundo humano (sociedade, lei positiva, história) e o mundo natural (cosmo, Lei Natural, materialidade), ou mesmo a interpenetração da eternidade espiritual (Deus e as almas) e o temporal (o natural e mundo humano). Essa cruz, enquanto símbolo central da “verdade” dele, é reproduzida em três livros da sua mais importante trilogia, que apresentarei na próxima sessão deste capítulo.³⁵ Obviamente, essa contribuição era inaceitável para um jornal científico, o qual, conseqüentemente recomendou que o texto fosse publicado num periódico de filosofia. Mas o episódio destacou um sério problema: a incompatibilidade entre Carvalho e a academia e qualquer procedimento científico no sentido moderno e sua relutância em reconhecer isso. Ele concluiu que o revisor não era qualificado e levou a questão – ou aceitou levar – para os jornais, o que provocou um grave escândalo. Seu texto, que de qualquer forma estava prestes a ser publicado como monografia devido à demora na revisão pelos pares, acabou ganhando uma segunda edição ampliada em 1996, com o título *Aristóteles em Nova Perspectiva*, que inclui uma documentação sarcástica da briga.

33 Meu agradecimento a Marcelo Moraes Caetano, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por sua avaliação preliminar e muito útil da avaliação da SBPC que, posteriormente, ele elaborou no livro *Platão e Aristóteles na terra do Sol: As vertigens de um conservador brasileiro* [a ser publicado].

34 Carvalho 1994d.

35 Carvalho 1996a: 41–48. Para a reprodução do diagrama, ver Carvalho 1994a: 13; 2015 [1995]: 251 e 1996b: 30.

Semanas após o episódio, no final de 1994, Olavo de Carvalho declarou guerra total contra a intelligentsia brasileira. Em vez de glória acadêmica por sua descoberta sobre Aristóteles, ele ganhou fama de jornalista provocador. Em dois artigos polêmicos com o título “Entre Bandidos & Letrados” no *Jornal do Brasil*, ele acusava todos os intelectuais brasileiros de ignorância, impostura, subversão comunista, toxicomania e, conseqüentemente, conluio com o crime organizado – acusações incitadas por ele até os dias atuais.³⁶ Em contraste, adotou para si um estilo de o último dos moicanos da verdadeira intelectualidade e, com gestos grandiosos, salvador da academia de um “estado catastrófico de favelização intelectual”, incumbido da missão solitária de continuar a circulação de ideias no mundo.³⁷ A carta de um leitor, o advogado Luiz Paulo Viveiros de Castro, reagia ao primeiro artigo de Carvalho, esperando que a segunda parte não fosse publicada. Talvez diferentemente da recepção atual, ele entendeu de imediato o contexto de onde vinha o ataque de Carvalho, incluindo até a estranha semelhança com discursos pentecostais:

Ao publicar o estutilóquio do “filósofo” Olavo de Carvalho sob o título “Bandidos & Letrados I”, o JB parecia ameaçar seus leitores com novos artigos assinados pelo mesmo cidadão. [...] Fiquei espantado ao ler o besteiro do tal “filósofo”, chegando a me perguntar se não estaria lendo um pasquim de uma TFP da vida ou um jornaleco da “igreja” do “bispo” Macedo. [...] Afinal, ver alguém reduzir toda a produção cultural do país nos últimos 60 anos a mera decorrência de “chavões que o Comintern mandou espalhar na década de 30” é sofrimento que os leitores não merecem passar uma segunda vez. [...]³⁸

O leitor estava profundamente enganado em sua profecia quanto à futura colaboração de Carvalho na mídia mainstream. A emergência inexorável de Carvalho como jornalista coincidiu com o desaparecimento de duas vozes conservadoras proeminentes anteriores a ele na mídia, o economista liberal Roberto Campos e o jornalista anticomunista Paulo Francis, dos quais esperava-se que o filósofo raivoso fosse um substituto à altura.³⁹ Ele chegou mesmo a cumprir essa tarefa de forma assídua por uma década, até meados dos anos 2000, nos jornais *Folha da Manhã*, *O Globo*, *Zero Hora*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Diário do Comércio* e diversas revistas.

Em paralelo, Carvalho amadureceu esse pensamento numa trilogia que se tornou popular, consolidou seu público leitor e lhe permitiu aplicar sua filosofia ao que ele chama de “crítica social”. No primeiro volume, *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci*, de 1994, ele desconstrói o marxismo cultural e o pseudoesoterismo New

36 Carvalho 1994b: 11 e 1994c: 11.

37 Carvalho 2013a: 282.

38 Castro 1994: 11, ênfase do original.

39 Fleichman 2012.

Age, ambas ideologias para alienar o povo das raízes da certeza e da experiência verdadeira, e para persuadi-lo a acreditar cegamente num futuro utópico sem Deus. O segundo livro da trilogia, de 1995, sua única monografia de fato e não uma coleção de textos, *O Jardim das Aflições*, explica a crise moderna através da perda do cristianismo primário desde o século XII. Isso implicava no fortalecimento do aparato do Estado e na sua doutrinação do “progresso” como “religião civil”, em substituição às comunidades orgânicas anteriores e à consciência cristã individual da divindade, e incentivava a imoralidade da sociedade a destruir a moralidade individual, exatamente como Niebuhr alertara em 1932.⁴⁰ Um novo aspecto do catolicismo conservador é para ele que a institucionalização da Igreja contribuiu para a crise, e muito antes da traição do II Concílio Vaticano: já na Idade Média, a Igreja trabalhava no sentido de substituir a hierarquia espiritual “esotérica” por uma hierarquia eclesiástica secular “exotérica” e portanto cometeu o erro histórico de se unir ao Estado no objetivo gnóstico de estabelecer um império cristão unificado (que ele chama pejorativamente de Quinto Império, a busca ocidental de reconstruir Roma). No entanto, apesar desse diagnóstico devastador, Carvalho ainda defende a Igreja como uma instituição anti-modernista e cuida de sua própria imagem de católico, já que seria contraproducente “bater em quem já está apanhando”.⁴¹ O terceiro livro, *O imbecil coletivo* (1996), é um apanhado de ensaios jornalísticos, a maioria republicação, que ilustram o principal efeito do marxismo cultural gramsciano: não a emergência de um “intelectual coletivo”, intelectuais orgânicos organizados com a função de representar o não representado, mas o “idiota coletivo”. Assim ele definiu a massa amorfa de pseudointelectuais ideologicamente intoxicados a apoiar por omissão a supressão da verdade em nome do “progresso”, semelhante aos “inocentes úteis” de Plínio Salgado, aqueles que não acreditam no “comunismo”, mas mais ou menos sem perceber ajudam a implementá-lo e depois servem a ele.

Com essas obras, o pensamento de Olavo de Carvalho atingiu sua plenitude. A única alteração significativa será o papel que ele atribui aos Estados Unidos, de “síntese de economia liberal, burocracia socialista e militarismo fascista” ao último oásis do verdadeiro do povo conservador do interior, ainda não separados do sentido da vida.⁴² Isso coincidiu com a sua reinstalação em Richmond, Virginia, em 2005, a qual, ele alega, se deveu à pressão pública contra ele (e sua vida) e ao choque do fim dos tempos quando da eleição de Lula em 2002, o que lhe lembrou a histórica “Alemanha pré-nazista”.⁴³ Na verdade, desde o início dos anos 2000, seu sucesso meteórico como provocador jornalístico veio declinando e ele se tornou aos poucos uma *persona non grata* na maioria dos jornais e revistas que uma década antes o contrataram para mimar e proteger a alma conservadora diante das reivindicações sociais crescentes no Brasil democrático. Uma exceção foi o *Jornal do Comércio*, dirigido por

40 Carvalho 1994b e 2006; Niebuhr 1932.

41 Carvalho 2000b.

42 Carvalho 1998a: 126.

43 Carvalho 2013a: 319 (artigo publicado originalmente com o título “A Revolução dos Loucos” em *Zero Hora*, 24 mar. 2002).

nosso velho conhecido, o monarquista liberal João de Scantimburgo, e publicação interna da Câmara do Comércio de São Paulo, para o qual ele continuou trabalhando como correspondente estrangeiro (o que prova mais uma vez o caráter insondável do espírito liberal). A razão para a interrupção dos trabalhos com Carvalho por parte de todos os outros periódicos foi a segunda declaração de guerra dele, desta vez contra a própria mídia: por sua traição à memória da “revolução de 1964” e por terem feito vista grossa e silenciado diante do que ele denunciou como o plano comunista de dominar a América Latina – o Fórum de São Paulo .

A Serviço do Revisionismo Militar

Durante a década de 1990, Olavo de Carvalho havia se aproximado dos militares – como editor de quatro volumes luxuosos sobre a história do exército brasileiro e palestrante convidado com frequência, além de colaborador em publicações militares.⁴⁴ Quando, sob pressão da sociedade civil, diversas comissões oficiais começaram a questionar os militares no tocante à intervenção de 1964 e os crimes políticos cometidos durante seus governos (a cautelosa lei de anistia geral de 1979 não permitia mais que questionamentos), Carvalho começou a defender os militares em seus artigos. Esse debate começou já em 1979 quando o projeto “Brasil: Nunca Mais”, sob a co-coordenação do arcebispo Arns de São Paulo, reviu mais de 700 julgamentos militares e cerca de dez mil documentos e reuniu as informações em 12 volumes. As publicações da versão abreviada em 1985 provocaram um ano depois, como resposta não-autorizada, o bestseller *Brasil sempre*, escrito pelo tenente do exército Marco Pollo Giordani, que trabalhara por anos no Departamento de Operações de Informações, Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o serviço de inteligência do exército e a agência de repressão política. As informações que constam em seu livro, apresentadas a partir de sua visão interna, formaram o fundamento para o revisionismo militar. Ao mesmo tempo, estava sendo preparado o mais famoso relatório anônimo do exército, *Orvil* [palíndromo de “livro”], a pedido do ministro do exército, Leônidas Pires Gonçalves, mas mantido em segredo – qualquer que tenha sido a razão, uma vez que as informações são semelhantes às de *Brasil sempre* – até 2009, e, portanto, circulando apenas como cópia de manuscrito em círculos militares. Como se pode esperar, Giordani justifica a repressão como resposta a um ataque comunista, mas o que é mais elucidativo é o modo como o militar o faz. Ele não só defende seus valores da moral Cristã e ataca a “Igreja progressista (mero eufemismo de marxista)”, o que seria um lugar-comum, mas se refere explicitamente à TFP, a seus olhos “a única organização civil, de direita, que corajosamente

44 Leirner 2020: 30–34; Santos 2009: 50, 115.

nunca silenciou, nunca se dobrou às pressões progressistas”.⁴⁵ Mais ainda, ele adota o argumento central dos católicos conservadores (e de Olavo de Carvalho) que explica que a crise da modernidade se deu devido à perda de fé no Reino vindouro: “Concito a todos os que sofrem na ilusão imediatista da realização total nesta vida a provarem o eterno, a buscarem o além, a usufruírem da paz, da confiança e de uma coragem sem limites. [...] Levantemos esta bandeira no trabalho, nos estudos, em qualquer lugar: DEUS EXISTE! Esta é nossa fortaleza que o ciclone não irrompe, que o terremoto não abala, que a ferrugem não ataca, que os vermes não destroem.” Aparentemente um torturador devoto, Giordani então se pergunta por que os coordenadores ecumênicos de “Brasil: Nunca Mais”, que tentaram esclarecer esses crimes, não apuraram a verdade, parafraseando o verso favorito de Bolsonaro, João (8, 32): “Será que eles ainda não conheceram a verdade – ou a verdade não os libertou?”⁴⁶

Tanto *Brasil sempre* como *Orvil* tomam como ponto de partida a “intentona comunista” de 1935, como uma espécie de trauma histórico histórico, tomando a forma de uma “celebração anticomunista ritualizada”. Mas logo o oponente passa a ser qualquer mudança social, a ponto de, em 1962, pouco antes do golpe, os militares acusarem os comunistas de algo abominável que eles nunca haviam feito em nenhum outro país: chegar ao poder via eleições democráticas!⁴⁷ Nos anos 1980, os militares perceberam que os comunistas haviam transformado sua própria derrota militar enquanto resistência armada em uma vitória política, através da doutrinação em massa. O *Orvil* tem um entendimento muito convencional dessa estratégia, interpretando-a como uma guerra psicológica como a do início dos anos 1960, mas eventualmente também determina a dimensão total do que as fontes conservadoras anteriores já haviam conceitualizado como marxismo cultural: “minar a crença nos valores da sociedade ocidental”, “controlar a estrutura administrativa” “influir nas decisões governamentais”, e acima de tudo reeducar a população. Contra essa tomada de poder comunista, possivelmente em função do “regime paradoxal” da democracia que mais um vez permitiu a “seus inimigos prepararem-se para a tomada do poder sob o amparo da lei”, os militares perderam todo o poder, com a exceção de uma série de meios introduzidos na nova Constituição conhecidos como “salvaguardas de emergência” (entre eles o famigerado artigo 142, ao qual voltarei em breve).⁴⁸

Ainda assim, o conceito de comunismo dos militares era estreito demais. Se tivessem lido cuidadosamente as explicações de Carvalho sobre a origem gnóstica do marxismo, estariam familiarizados com o comunismo no sentido mais amplo: não relacionado com a coletivização dos meios de produção (uma ambição abandonada há muito tempo), nem com sistemas políticos implementados no passado (apenas agentes históricos de genocídio) ou mesmo com tentativas de implementá-los. Carvalho, como os primeiros integristas um

45 Giordani 1986: 7–8, 243.

46 Giordani 1986: 238, ênfase original.

47 Motta 2000: 212, 309–310. *Orvil* s/d: xvi.

48 *Orvil* s/d: 6, 839–841.

século antes, entende o comunismo como a força motriz da modernização, onipresente na educação, na doutrinação psicológica das massas, nas relações familiares, na moral pública e privada, em suma: em todo lugar em que os comunistas puderem implementar seu plano: aborto sob a proteção do Estado, o fornecimento de drogas para a população, a destruição da religiosidade tradicional, o controle estatal da posse de armas, a intervenção do Estado na conduta privada, a criação de identidades culturais sustentadas na separação das raças, “e assim por diante”.⁴⁹ O que torna esse plano viável é o “estraçalhamento das consciências pelo império da propaganda”, por intelectuais e jornalistas, os inimigos favoritos de Carvalho. O anti-intelectualismo, contra o establishment “comunista”, é um tema presente em sua obra, e o alerta contra o marxismo cultural no Brasil, representado pelo PT, foi a questão de seus primeiros comentários políticos, já em 1987.⁵⁰ Em 2002, às vésperas da vitória eleitoral do PT, Carvalho concluiu que a lavagem cerebral no Brasil atingira seus objetivos e que a nova hegemonia já estava estabelecida na forma da alternância do poder entre a “esquerda moderada” (PSDB) e a “esquerda radical” (PT), tudo de acordo com a estratégia das tesouras de Stalin.⁵¹

Desconhecendo essas tendências, o que os militares não esperavam a essa altura era que eles próprios, enquanto a última instituição de resistência após a Queda da Igreja, também poderiam ser subvertidos pelo comunismo. Quando em 2015 Olavo de Carvalho recebeu o *Orvil*, finalmente publicado em 2012, como presente da família Bolsonaro, ele agradeceu educadamente. Em outras ocasiões, ele reclamou que os militares não tinham escutado nenhum de seus avisos durante os anos 1990 e agora também tinham caído na armadilha comunista.⁵² Giordani prestou mais atenção. Na sua segunda edição ampliada de *Brasil sempre* (2014), com mais de 700 páginas e novas seções sobre a vitória do marxismo cultural disfarçado de democracia, ele se refere com frequência ao “grande e corajoso filósofo brasileiro da atualidade”. Ele também inclui, como declaração de divórcio das forças armadas, uma carta pública que ele havia escrito em 2006 para o comandante do Exército Brasileiro, o general Albuquerque, em protesto contra a condecoração de políticos de alto escalão do PT no governo, onde se lê, no melhor estilo olavista: “Todos os elementos da esquerda – sem exceção – são indignos, isto porque fratricidas, adeptos de uma ideologia alienígena e assassina. Por isso entendo, hoje, nos meus 57 anos, que deviam ter sido eliminados, jamais poupados ou anistiados.”⁵³ Isso soa exatamente como as falas de Bolsonaro, que já fez afirmações semelhantes, mas não sozinho. Bolsonaro, no entanto, parece mais inclinado a outro revisionista militar, Carlos Alberto Brilhante Ustra, cuja fama se deve ao seu reconhecimento jurídico como torturador, o único caso encerrado, e o seu *A Verdade sufocada* (2006) é a leitura de cabeceira favorita do presidente, como Bolsonaro gosta de brincar. Como

49 Carvalho 2015 [1995]: 77.

50 Carvalho 1994a: 37.

51 Carvalho 2002a e 2002b.

52 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=UK-fvzj8fD4>.

53 Giordani 2014: 439.

o livro de Giordani, ele se dirige à nova geração que segundo ele só conheceu a ditadura militar através de livros de história distorcidos enquanto as forças armadas “disciplinadas, se mantinham caladas”.⁵⁴ Mesmo sob os efeitos de tal disciplina, esse não foi o primeiro livro de Ustra sobre o assunto. Já em 1987 ele publicou *Rompendo o silêncio*, um relato pessoal surpreendente sobre o afeto por seus prisioneiros, incluindo comemorações de aniversário e Natal, cursos de artesanato para os detentos oferecidos por sua esposa e prisioneiras se oferecendo para cuidar de seus filhos em sua ausência; nada documentado, uma vez que não tinham a “malícia dos terroristas” para tirarem fotos como provas futuras. Documentada, estimulando reflexão mais profunda, é a carta de gratidão do pai de uma prisioneira que, após a sua soltura, agradece a Ustra por libertar a filha – não da prisão, mas do abuso subversivo comunista – e inclui muitas linhas de elogio entusiástico ao governo militar.⁵⁵ Talvez seja a overdose de cordialidade que faz Bolsonaro preferir o segundo título de Ustra.

A verdade sufocada de Ustra homenageia Giordani e outros militares, mas agradece explicitamente o “Doutor Plínio” pelas reuniões anuais com os “antigos companheiros de luta”. Como é assim que Plínio Corrêa de Oliveira era chamado por seus amigos próximos e como seu nome tem a característica peculiar de não levar o acento obrigatório (diferente de Plínio Salgado, por exemplo), ele certamente se refere ao famoso líder da TFP. Ustra agradece especialmente também a outra celebridade: Olavo de Carvalho. E tem uma boa razão; afinal, foi ele o primeiro a apontar para o combinado da grande farsa do “golpe de Estado” (em *Época* 17/02/2001) e para as atividades da KGB no Brasil (no blog de Carvalho em 18/09/2002). Esses se tornaram depois os elementos centrais do revisionismo militar, e ambos foram apresentados como plausíveis e se tornaram públicos por Olavo de Carvalho enquanto defensor dos militares. O torturador também consulta o filósofo em questões tributárias e aparentemente recebeu uma avaliação chocante: “De acordo com o filósofo Olavo de Carvalho [...], cada capitalista no Brasil, quanto mais ganha, mais dinheiro terá de dar ao governo e mais dinheiro para a máquina que amanhã vai estrangulá-lo.”⁵⁶ Ustra fecha o livro com uma longa citação do *Jardim das Aflições* de Carvalho, sob o título “Para meditar”, dando ênfase especial ao seguinte pensamento:

A incapacidade de um povo para perceber os perigos que o ameaçam é um dos sinais mais fortes da depressão autodestrutiva que prenuncia as grandes derrotas sociais. A apatia, a indiferença ante o próprio destino, a concentração das atenções em assuntos secundários acompanhada de total negligência ante os temas essenciais e urgentes, assinalam o torpor da vítima que, antevendo um golpe mais forte do que poderá suportar, se prepara, mediante um reflexo anestésico, para se entregar inerte, e semidesmaiado nas mãos do carrasco, como o carneiro que oferece o

54 Ustra 2007 [2006]: 11–12.

55 Ustra 1987: 8–9, 149–151.

56 Ustra 2007 [2006]: 14, 120–121, 559.

pescoço à lâmina. Mas quando o torpor não invade somente a alma do povo, quando toma também a mente dos intelectuais e a voz dos melhores, já não se ergue senão para fazer coro à cantilena hipnótica, então se apaga a última esperança de um redespertar da consciência.⁵⁷

O fato de que em algum ponto partes relevantes dos militares aceitaram a tese de Carvalho sobre o marxismo cultural e a relação íntima proximidade dele com o governo Bolsonaro é central para se entender sua posterior e ainda em curso “guerra híbrida”, como veremos no capítulo oito.⁵⁸

A “Punhalada pelas Costas” da Mídia

Ainda assim, nem mesmo os militares levaram a sério os alertas de Olavo de Carvalho quanto ao Foro de São Paulo. Giordani não tem dificuldade em entender o que era essa organização, já que ele está “muito bem definido pela Wikipédia” como “um encontro de partidos políticos e organizações não governamentais de esquerda da América Latina e Caribe [...] para discutir alternativas às políticas neoliberais dominantes na América Latina da década de 1990 e promover a integração econômica, política e cultural da região”.⁵⁹ Mas apesar de todos os esforços, e talvez porque a Wikipédia cita algumas outras organizações semelhantes e aparentemente decentes, tais como a Internacional Democrata Centrista, a União Democrática Internacional e a Internacional Liberal, ele tem dificuldades flagrantes para conseguir ligar esse fenômeno à subversão comunista. Em vez disso, ele reproduz um artigo inteiro escrito por Olavo de Carvalho para explicar que por trás do Foro está a KGB. Ustra está ao menos consciente do risco, “embora não seja uma organização secreta”, de que o Foro tenha o objetivo de criar a União das Repúblicas Socialistas da América Latina (URSAL), levando a sério uma piada ironizando teóricos da conspiração, e que a eleição do PT para o governo em 2002 tenha sido só o primeiro passo nesse processo.⁶⁰ Na perspectiva de Olavo de Carvalho, melhor que nada, mas ainda fraco, uma vez que Ustra poderia ter percebido isso antes e melhor.

Afinal, em dezenas de artigos e entrevistas, Carvalho tentou convencer a opinião pública da existência dessa organização criminosas de narcocomunistas que estava tomando o controle total do poder na América Latina através de uma guerra de hegemonia cultural (além de terrorismo, sequestro e narcotráfico).⁶¹ Aparentemente, Olavo de Carvalho se ins-

57 Ustra 2007 [2006]: 564.

58 Leirner 2020: 277–278.

59 Giordani 2014: 293.

60 Ustra 2007 [2006]: 556.

61 Carvalho 2010a, 2002c e 2004a.

pirou para essa interpretação hiperbólica de um simples fórum de discussão (cada vez mais menos frequentado e até entediante) pelo volume editado de 1993, *O Complô para Aniquilar as Forças Armadas e As Nações da Ibero-América*. Publicado pelo já mencionado Lyndon LaRouche em sua conspiratória revista *Executive Intelligence Review*, os planos secretos foram traduzidos no Brasil em 1997. Um dos autores do volume, o mexicano-brasileiro Lorenzo Carrasco, oferece os “fatos” sobre o Foro, tais como: a conspiração financeira de famílias de banqueiros, a existência de um governo mundial da ONU, a defesa do meio ambiente e dos direitos de indígenas como meio de internacionalizar a Amazônia, entre outras ideias, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra servindo de milícia armada para o PT. Essas ideias tiveram alguma repercussão nos círculos militar, uma forte influência no efêmero Partido da Reconstrução da Ordem Nacional (PRONA) e seu excêntrico líder Enéias Carneiro e aparentemente também em Olavo de Carvalho.⁶² Em 1998, Helga LaRouche, a esposa alemã de Lyndon, foi recebida pelo advogado brasileiro José Carlos Graça Wagner para trocar material supostamente incriminador sobre o Foro, que foi a público logo em seguida.⁶³ Diante de quase nenhuma reação pública, Carvalho começou a campanha para disseminar a conspiração que ninguém mais percebia. Antes de mais nada, ele acusou a mídia de ter escondido a existência do Foro, como se a famigerada falta de interesse da mídia em cobrir eventos políticos de esquerda não poderia ter outras razões imagináveis. Mas entender isso como conluio é evidentemente a base de toda a teoria da conspiração.

A outra conspiração em que Carvalho vem insistindo há mais de duas décadas tem dimensões ainda maiores: os globalismos, três deles. O primeiro é uma ideia bastante velha, apresentada pela farsa comprovada, o livro *Report from Iron Mountain* (1967), que revelou uma conspiração para escandalizar a opinião pública com a poluição ambiental para distraí-la do conluio de alguns bilionários para levarem a cabo seus negócios. Mais tarde, ele ficou conhecido como “The Syndicate”, a principal referência de Carvalho, um relatório mal ajambrado que conclui com o anúncio da aproximação de um governo mundial satânico da maçonaria.⁶⁴ Carvalho chama o Syndicate de “metacapitalistas”, organizados no chamado Grupo Bilderberg, no Conselho de Relações Exteriores e outros (curiosamente, ele nunca menciona a MPS), e ricos demais para se submeterem às regras do livre mercado e portanto construindo um aparato estatal comunista sob seu controle para servir a seus interesses capitalistas.⁶⁵ Isso é compatível com a sua crítica anterior às tendências neoliberais, a retirada do Estado da economia, que só trocou o poder para conduzir a administração psicossocial da vida privada, “o socialismo da vida interior” contra as famílias “que constituem a última proteção da intimidade humana”.⁶⁶ Como Carvalho afirmou anteriormente:

62 Carvalho 2009b.

63 Caldeira Neto 2016: 285.

64 Hagger 2004.

65 Carvalho & Dugin 2012; Carvalho 2013a: 220.

66 Carvalho 2015 [1995]: 362. Seu exemplo para servir de evidência dessa aliança: “Também não é coincidência que, no Brasil, o mais popular defensor do neoliberalismo – o prefeito Paulo Salim Maluf – seja também o primeiro go-

Acredito que há princípios morais universais, permanentes, que a inteligência discerne por baixo da variação acidental das normas e costumes, e acredito, enfim, que há o certo e o errado. Mas, por isso mesmo, impor o certo é errado, a não ser em caso de vida ou morte. A autoridade religiosa deve se limitar a ensinar o certo, com toda a paciência, sem tentar expulsar o pecado do mundo à força. E se nem os religiosos, que por sua dedicação à vida interior têm autoridade para falar dessas coisas, devem impor regras morais à força, muito menos deve fazê-lo o Estado, que afinal não passa de uma gerência administrativa, a coisa mais mundana e prosaica que existe. As leis devem fundar-se apenas em considerações práticas de ordem, segurança e interesse coletivo, muito corriqueiras, e jamais em motivos pretensamente elevados de ética, que terminam por fazer da burocracia estatal um novo clero, e do Código Penal um novo Decálogo. A coisa mais nojenta que existe é a metafísica estatal.⁶⁷

O primeiro globalismo, representando a força histórica dinástica, já havia implementado uma “administração planetária” através da Organização das Nações Unidas e, como a recente pandemia mostrou, especialmente através da Organização Mundial da Saúde.⁶⁸ O segundo globalismo, ideológico, era o complexo russo-chinês, formado por “neocomunistas inimigos do Ocidente”, “imperialista e fascista”, agindo através do poder militar. O terceiro globalismo, o religioso, é o imperialismo islâmico para submeter o Ocidente à sua autoridade espiritual e ao poder secular e estabelecer um califado universal, como se pode ler em *Eurabia: The Euro-Arab Axis* (2005), da autoria de BatYe’or [pseudônimo de Gisèle Littman].⁶⁹ Mas o campeão entre os três concorrentes é o comunismo globalista ou a China, como ele simplificaria hoje, porque essa força controlava tanto o capital financeiro como o terrorismo islâmico.⁷⁰ Principalmente por esse motivo, o debate com o tradicionalista russo Alexandre Dugin, organizado pelos pupilos de Carvalho e publicado em 2012, foi um fracasso completo.

A persistência de Carvalho em acusar seus pares de se tornarem cúmplices de uma catástrofe iminente para o continente e o mundo fez com que ele perdesse o prestígio e a maioria dos jornais dispensou sua colaboração até 2005. Para os mais velhos, a comunofobia quixotesca de Carvalho pode ter sido associada a Carlos Pena Botto, ativista anticomunista

vernante a procurar interferir decisivamente nos hábitos privados dos cidadãos, mediante leis sobre o uso dos cintos de segurança e sobre o consumo de cigarros.” (Carvalho 2015 [1995]: 352, nota de rodapé 233).

67 Carvalho 1998c.

68 Carvalho 2013a: 149 e 2004b; trabalho apresentado em conferência online “China e Globalismo na pandemia”, em 8 maio 2020, painel “Pandemia, globalismo e bloco Russo-Chinês”. A conferência foi organizada pelo site “Estudos Nacionais”, criado pelos alunos de Carvalho (<https://www.youtube.com/watch?v=jX5fcDsem5U>).

69 Carvalho 2007f. Ver também Carvalho 2016a e 2018a.

70 Carvalho & Dugin 2012: 33–38.

dos anos 1950 (ele até conseguiu entrar para a WACL no fim dos anos 1970⁷¹) que alertara contra a presença de vários desses agentes soviéticos no Brasil, que não poderiam ser pegos porque tomavam pílulas que os tornavam invisíveis.⁷² O fato de que seus alertas foram ignorados e a aparente confirmação de suas profecias com a eleição de Lula em 2002 parece ter sido uma experiência traumática, dada a frequência com que o autor retorna a esse assunto até hoje. Afinal, a única coisa que o preocupava era poder abençoar a humanidade com a “verdade trazida à luz”:

Tudo o que desejei na vida foi investigar certas questões, seja de filosofia, seja da cena política, buscando não a defesa deste ou daquele corpo de princípios e valores, mas a simples solução de alguma dificuldade cognitiva, o esclarecimento de alguma obscuridade. Mesmo nos meus artigos mais frequentemente rotulados de “polêmicos” – aqueles que dediquei ao Foro de São Paulo –, nunca discurssei na clave do “contra” e “a favor”, mas busquei apenas trazer à luz um conjunto de dados essenciais que a mídia e a classe política ocultaram durante dezesseis anos, e sem o qual nada se poderia compreender da política brasileira e latino-americana.⁷³

Esse trauma pode também ter levado à decisão final de deixar o país para ir aos Estados Unidos e começar a lutar sozinho. No entanto, essa mudança acabou tendo um efeito positivo para Carvalho porque a rejeição da mídia de massa na verdade aumentou ainda mais o seu alcance. O único jeito de realizar esse “combate cultural e político”, no sentido de uma guerra cultural reversa, com recursos escassos e geograficamente distante de sua base potencial de apoiadores, era numa guerra virtual. Por mais de vinte anos ele tem investido pesado em ciberjornalismo. Seu primeiro site data de 1998, e em 2002 ele criou o blog *Mídia Sem Máscara*, como um observatório online das eleições e que é mantido por seus discípulos até hoje. Desde então, ele vem disparando contra todos os canais online disponíveis: antes no agora extinto Orkut com dezenas de comunidades relacionadas a ele, depois no Facebook, Twitter, Youtube, Instagram, Telegram; em seus diversos sites e blogs; através de seu programa de rádio online, “True outspoken”; e finalmente no jornal online *Brasil Sem Medo*. Alguns desses canais têm cerca de meio milhão de seguidores e inscritos.⁷⁴ Durante a ascensão da Nova Direita nos anos 2010 e especialmente às vésperas do triunfo de Bolsonaro, seus livros foram reeditados, não apenas por editoras do nicho conservador, mas também pela Record, uma das editoras mais tradicionais do Brasil, a qual – conforme confirmou o editor-chefe Carlos Andreazza – decidiu promover Carvalho.⁷⁵ Em comparação, a estratégia mais convencional de Carvalho para criar um “Instituto Inter-America-

71 Cowan 2021: 157.

72 Motta 2000: 180–182.

73 Carvalho 2020.

74 Puglia 2020.

75 Silva 2018: 81.

no de Filosofia, Governo e Pensamento Social” com dezenove acadêmicos e ex-políticos cuidadosamente selecionados, convidados a serem membros (entre eles Paul Gottfried), foi um fiasco. Idealizado como seu próprio think tank, o instituto realizou poucas atividades além de um blog humilde e fechou em in 2017.⁷⁶ Definitivamente, o talento de Olavo de Carvalho era a balbúrdia.

A Afinidade Espiritual entre Olavo de Carvalho e Plínio Salgado

No terceiro capítulo, eu chamei a atenção para a origem comum e as semelhanças entre integrismo e integralismo. O fato de o integralismo não ser considerado um elemento vivo da Nova Direita brasileira é mais um feito da falta de uma organização política relevante do que de circulação das ideias, as quais – como os capítulos anteriores indicaram – continuaram a exercer um papel do pensamento político na segunda metade do século XX. Elas podem até ter um papel na Nova Direita hoje, se considerarmos a proximidade marcante entre os discursos de seus líderes principais, Plínio Salgado e Olavo de Carvalho. Hussne está muito correto em suspeitar que o olavismo não surgiu como uma anormalidade na história brasileira, mas como uma continuidade, e que o integralismo (e o integrismo, temos de acrescentar) fazem parte disso.⁷⁷ Carvalho não se refere explicitamente a Salgado, o que não significa necessariamente que ele não recebeu e incluiu suas ideias; de fato, o oposto pode perfeitamente ser o caso, como o igualmente não citado cânon neotomista brasileiro, de Farias Brito a Plínio Corrêa de Oliveira. Mas ele também não se distancia de Salgado e provavelmente se sentiria positivamente honrado com a minha comparação. Num comentário sobre Miguel Reale, ele questiona o estilo de Salgado e a estratégia política da AIB, mas não suas ideias: “Os escritos de Plínio hoje nos parecem melosos e de um hiperbolismo delirante. Politicamente, seu único pecado é a completa tolice. Moralmente, são inatacáveis. Ademais, o integralismo era católico [...]. Que vergonha existe em ter seguido esse líder? Nenhuma, evidentemente.”⁷⁸

Olavo de Carvalho e Plínio Salgado têm muito em comum. A intenção não é classificar Carvalho como “fascista”, uma vez que deixei claro que essa categorização não se aplica nem ao próprio Salgado, mas ambos como católicos conservadores ou integristas que sentiram uma vocação especial para retirar seu povo da escravidão modernista. Como as pessoas não seguiram muito, ambos tiveram de se apresentar como profetas mal compreendidos. As apresentações autovitimizadoras de Carvalho nos seus volumes sobre o idiota coletivo e sua receita mínima para não ser um exemplar individual, são quase tão engenhosas quanto

76 Ver <http://theinteramerican.org> e <https://web.archive.org/web/20170704115600/http://theinteramerican.org>.

77 Hussne 2020.

78 Carvalho 2000a.

o “Aviso às pessoas sensatas” de Salgado, no qual ele se queixa de que seu livro era “perfeitamente inútil” porque “os homens sensatos não lhe deram crédito”, resultando no fato de que a “catástrofe desencadeou-se, a todos surpreendendo”, razão pela qual ele desistiu de recomendar seu livro a “indivíduos que se julgam de raciocínio lógico, esses que se jactam de possuir um equilíbrio mental absoluto”. Como sempre, só os loucos percebem a verdade, nos anos 1940, assim como nos 1990. Aparentemente, isso se dá porque o comunismo em si é louco demais para ser entendido por pessoas decentes: “É a lógica do diabo, e o diabo não é sujeito passível de interpretação por parte de pessoas ditas sensatas, ou seja: bitoladas e formalistas.” É por isso que só um observador louco como Salgado consegue interpretar “ao pé da letra” a “lógica de Satanás” no livro que ele quer vender.⁷⁹

O alerta de Carvalho para o comunismo invisível faz eco aos comunistas invisíveis de Carlos Pena Botto e a Salgado, o primeiro que só na invisibilidade do risco encontrou o jeito para apontar para algo ululantemente ausente nas estruturas sociais e políticas no Brasil:

Onde está o comunismo? E os burgueses, os capitalistas, os políticos, os homens de bom senso respondem: em parte alguma. Quando muito dirão que o comunismo não passa de meia dúzia de idealistas sem grande eleitorado. Conclusão: não há comunismo. Assim sendo, aqueles que afirmam a existência do comunismo, que denunciam as suas dissimulações, que revelam a sua força, que demonstram os seus planos, que dirigem avisos à Pátria ameaçada, são tidos em conta de homens fora das realidades, de indivíduos imaginativos e até mesmo de inventadores de histórias para captar adeptos ou colaboradores.⁸⁰

Parece que essa avaliação da realidade por parte da burguesia mudou (se é que já foi assim, o que duvido). Assim como Carvalho contou com o constrangimento das elites após a redemocratização, Salgado deu um sentido reconfortante de vanguardismo e até vitimização a um sentimento provavelmente difundido entre as elites no Brasil recém-democratizado pós 1945, que temiam perder alguns privilégios de sua vasta coleção (e talvez até tivessem consciência de como alcançaram esses privilégios). É tentador se identificar com o “louco” de Salgado, especialmente se nenhuma restrição material – como trabalhar mais de oito horas por dia por um salário-mínimo – atrapalhar a entrega a essa paixão:

Este livro, portanto, é dedicado aos loucos. Aos que empregam o seu tempo, as suas energias, a sua inteligência, na luta contra aquilo que os homens sensatos dizem não existir. Aos que se consomem em noites de vigília, nas insônias sagradas durante as quais o espírito se atormenta ao considerar os perigos que se avolumam no horizonte de um futuro sombrio. Aos que gastam os últimos niqueis, impri-

79 Salgado 1947: 7.

80 Salgado 1947: 7.

mindando livros e folhetos esclarecedores. Aos que sustentam jornais deficitários, em cujas colunas os comerciantes e industriais não comparecem com seus anúncios, receando a represália dos comunistas, cuja existência, como perigo, eles contraditoriamente negam. Aos que andam, de cidade em cidade, falando ao povo, uma vez que não podem dispor de recursos para falar pelo rádio. Aos que tentam organizar, em meio à indiferença geral, algo que possa constituir o núcleo da resistência nacional na hora da catástrofe. [...] a esses loucos, a esses obcecados, a esses paranoicos que velam pela honra nacional e pela dignidade humana é que eu dedico este livro. Quem não for da estirpe desses loucos sublimes, não leia estas páginas...⁸¹

A exposição de Carvalho do marxismo cultural é só um eco da insistência de mesma inspiração de Salgado em trocar o foco dos meios de poder comunista convencionais, a Quinta Coluna (propaganda ativa, espionagem, serviços secretos, diplomacia, cooperação cultural, humanitária e religiosa), para a Sexta e muito mais perigosa coluna para desorientar as mentes e preparar o terreno para a invasão da Quinta:

Professores dos três graus, jornalistas que se dizem meramente profissionais, deputados eleitos por partidos liberais-democráticos e cujas atitudes muitas vezes revelam um anticomunismo evidente, magistrados (alguns em tribunais superiores) militares, até mesmo de altas patentes, que não deixam rastro de convicções marxistas, ..., escritores, pintores, escultores e músicos, fingidamente preocupados apenas com a sua arte, cientistas, que instalam o materialismo.⁸²

Salgado, talvez mais do que Carvalho meio século depois, tinha consciência de que não importava se esses representantes da Sexta Coluna não eram reconhecíveis como tal, mas indiretamente, através de sua ação disfarçada:

Quem lê estas linhas há-de dizer: pelos vistos, todo o mundo é comunista. Mas respondo: não foi isso o que eu quis dizer. Afirmo, mesmo, que em sã consciência, jamais poderei denunciar como comunista um membro da “sexta coluna”. E é lógico. Pois a essência da “sexta coluna” está na sua formidável e multiforme capacidade de disfarce. Há porém no evangelho uma frase que nos ajuda: pelos frutos se conhece a árvore.⁸³

Isso evoca certa proximidade com teorias da conspiração, das quais o mencionado “Plano Cohen” de Salgado é só a ponta do iceberg, comparável à denúncia de Carvalho

81 Salgado 1947: 8–9.

82 Salgado 1947: 18–19.

83 Salgado 1947: 19.

dos planos secretos do Foro de São Paulo.⁸⁴ Já em 1931 estava claro para Salgado que o comunismo já havia infectado “poderosas esferas macrocapitalistas, de numerosas sacristias e universidades” e que “o mundo está, hoje, em mãos de potências desconhecidas, que governam nos bastidores”.⁸⁵ O que torna a ação desses capitalistas criptocomunistas ainda menos previsível é seu caráter patológico. Para Salgado, o comunismo começava como “simples ideia no cérebro do paciente” e depois desenvolvia uma “desintegração mental” que no fim leva a um raciocínio que é bem conhecido como “psicoses maníaco-depressivas”. Para ele, é possível portanto reconhecer um comunista (e, como imagino, os soldados invisíveis da Sexta Coluna) pela “simples inspeção dos lineamentos e representações do semblante”.⁸⁶ Essa habilidade, é claro, Carvalho nunca afirmaria ter. Como veremos na próxima seção, para ele, diagnosticar a imagem clínica do comunismo ainda depende da análise dele da expressão escrita ou oral do paciente.

Como Carvalho nunca se interessou pela carreira política, ele não precisa isentar futuros colegas políticos dessa patologia, enquanto Salgado teve de admitir que eles estavam “como que embebedados pela maconha ou pela cocaína”. Porém, ele defende que a apatia dos políticos e formadores de opinião brasileiros para combater o comunismo foi, como nas palavras de Salgado, um “crime hediondo que estão praticando, por omissão, todos aqueles que assistem de braços cruzados”. Quanto aos que influenciam a opinião pública, qualquer relato que ameace o papéis determinados de Deus e do Mal é refutado, apontando para a culpa principal dos Males. Para Carvalho, o uso da tortura no Brasil durante a ditadura – se é que um dia houve – é obviamente um crime pequeno em comparação aos gulags que os comunistas teriam implementado no Brasil. Da mesma forma, Salgado devolveu um relatório sobre o bombardeio em Guernica, escrito por Jacinto Benavente (um dramaturgo republicano espanhol e para ele um típico intelectual “lobo com pele de ovelha”) com a pergunta imaginária “pergunto-lhe por que foram incendiadas as igrejas espanholas?” Para Salgado, já na década de 1930, a mídia estava nas mãos do comunismo e esses proto-marxistas culturais trabalhavam em conluio com o “capitalismo internacional que escraviza o Brasil”.⁸⁷ Trata-se de uma antecipação da teoria de Carvalho sobre os globalismos, incluindo o papel da futura “administração planetária” que Salgado identificou já na fundação da ONU.⁸⁸

Para Salgado e Carvalho, só há um modo de combater esse inimigo opressor e sua guerra psicológica: através da educação, criando acesso ao conhecimento “real” que o marxismo cultural censurou. Para a nossa surpresa, a queixa constante de Carvalho de que os livros conservadores foram sistematicamente excluídos do mercado editorial no Brasil vem de muito antes dele. Não apenas Salgado usa esse argumento, quando reclama que os livros

84 Tanagiro 2016: 173.

85 Salgado 1931: 46.

86 Salgado 1947: 21–22.

87 Salgado 1937: 6, 65, 145–146, 156, 160 e 1933: 27.

88 Salgado 1947: 48.

liberais tinham que ser pagos pelos autores com dinheiro do próprio bolso e os livros conservadores simplesmente não existiam.⁸⁹ Plínio Corrêa de Oliveira já sabia em 1933 que o conhecimento católico e conservador europeu sobre o comunismo (de que na verdade ele era a “conspiração de uma plutocracia judaica e do maçonismo, que vem solapando há muito tempo a civilização cristã”) era ignorado no Brasil por causa do “bloqueio que a grande maioria de nossas livrarias faz a todas as obras conservadoras e católicas vindas da Europa”.⁹⁰ Os cenários de Carvalho de “hegemonia marxista” no ensino superior, que ele sempre contrasta com a situação idealizada antes dos anos 1960 perdem um pouco de persuasão se considerarmos que Salgado disse exatamente o mesmo em 1947, duas décadas antes do suposto momento de declínio:

Faculdades onde pontificam bolchevistas, são essas que suprem de professores os ginásios e escolas normais. Que poderemos esperar dos meninos que, passando por esses estabelecimentos, ingressam amanhã nas Escolas Superiores? Serão eles passivos elementos do comunismo, promovendo essas agitações deletérias de que o nosso país tem sido testemunha. Quanto ao preparo científico ou literário, é nulo nessa geração que os governos e os pais entregaram criminosamente ao zelo de mestres pérfidos.⁹¹

Em outras palavras, os governos militares que depois de 1964 entregaram a educação e a cultura nas mãos dos comunistas para torná-los condescendentes só repetiram o erro do governo Vargas:

No Brasil concordou-se que o comunismo é um mal. Fechou o partido (que era a aparência tangível do mal), deixando-se que o comunismo, ele mesmo, continuasse a agir livremente. É o maior dos contrassensos. Pois se o comunista, como professor, como funcionário, como jornalista, como escritor, como pintor, ou escultor, como político infiltrado nos partidos tolerantes, pode trabalhar abertamente, envenenando a alma do povo, corrompendo a mocidade, minando as instituições, sabotado a produção do país e a defesa nacional, numa palavra, desarmando o Brasil de toda capacidade de resistência ao invasor estrangeiro, então pergunto: por que se fechou o partido comunista? A nossa imprensa está minada pelos bolchevistas [...]⁹²

Se fenômenos como os efeitos do marxismo cultural na educação, mídia e cultura assim como a conspiração mundial capitalista-comunista, que Carvalho explica através de proces-

89 Salgado 1953 [1933].

90 Corrêa de Oliveira 1933: 555.

91 Salgado 1947: 121.

92 Salgado 1947: 119.

sos historicamente datados, forem muito mais velhos, isso pode indicar que o problema na verdade é muito maior e os motivos, mais profundos. Ou mesmo que os fenômenos em si são bastante duvidosos e poderiam ser explicados pela postura subjetiva e conveniente da autovitimização de uma narrativa ficcional “David versus Golias”. Seja como for, para os nossos pensadores devotos, esses detalhes são pequenos em comparação com a luta principal e decisiva entre o Cristo e o Anticristo:

O Deus cujo nome inscrevemos nas nossas bandeiras é Aquele ao qual nos leva Tomás de Aquino pelas cinco estradas luminosas que a Ele convergem; é o Deus pessoal, criador de todas as cousas, que formou o homem, dando-lhe uma alma e um destino, traçando-lhe direitos e deveres; é o Deus do Evangelho, que nos outorgou inteligência e liberdade e quis que o chamássemos Senhor e Pai. O problema do mundo hoje resume-se no dilema: com Deus ou contra Deus! Todas as outras questões são secundárias. Está em jogo o destino do Homem! O século XX é a grande encruzilhada.⁹³

Esse é um velho dogma do conservadorismo e um refúgio seguro para qualquer pessoa que entre em desespero com a análise do mundo, já divulgado por Buckley e Kirk, para os quais os problemas políticos eram problemas intrinsecamente religiosos e morais. Ele teve um revival através do olavismo, que ensina que em comparação com esse problema central, os outros – ele menciona racismo, pobreza, injustiça social e a corrupção dos políticos – são meras “incomodidades corriqueiras”.⁹⁴ Além disso, Carvalho e Salgado compartilham algumas características de como mostram a si mesmos e sua obra. Ambos apresentaram uma obra vasta e artificialmente inflado que consiste em muitas repetições e até republicações dos mesmos textos. Ambos negam qualquer crítica não baseada no conhecimento de todos os textos e estão profundamente preocupados em reorganizá-los no futuro, uma preocupação que marcou o último discurso público de Salgado na Câmara dos Deputados em 1974.⁹⁵ Ambos adotam um estilo grandiloquente, dividem a mesma paixão por destacar expressões centrais com letras maiúsculas e o pedantismo em encontrar erros formais nos textos de seus inimigos. Ambos incentivam o ódio contra seus inimigos favoritos, sejam chamados Lula da Silva (que Carvalho gosta de chamar de “estuprador de cabritas”) ou Luiz Carlos Prestes, cuja prisão em 1935 Salgado comemorou: “Ei-lo, finalmente! Meus olhos dão sobre a sua fotografia. Meu coração se aperta. É o meu inimigo. É o polo oposto. O antípoda.”⁹⁶ Ainda assim, nenhum dos dois assume qualquer responsabilidade pelos efeitos políticos de seus escritos (no caso de Salgado, nem mesmo pela tentativa de golpe de

93 Salgado 1979 [1945]: 45.

94 Buckley 1951: xii; Carvalho 2015 [1995]: 117; Catharino 2017: 244.

95 Chasin 1978: 491; Gonçalves 2012: 269.

96 Salgado 1937: 77.

Estado em 1938), se defendendo como comentadores. Carvalho gosta de se comparar ao escritor russo Alexander Soljenítsin e em paralelo lembrar que “um grande escritor é como segundo governo”.⁹⁷ Salgado nunca assumiu o papel de agitador doutrinário, e certamente não se sentia um “extremista”:

[N]o Brasil, as leis só capitulam como “extremismo” os actos inequivocamente preparatórios para o Golpe de Estado, a propaganda de guerra e de methods violentos. Pergunto: o integralismo já fez isso? O integralismo tem pregado outra coisa a não ser o respeito á Ordem, a marcha da Nação, no rythmo eleitoral, para a realização da democracia perfeita, isto é, a democracia corporativa? Algum dia fomos surpreendidos siquer a conspirar? Pelo contrario. [...] Eu nunca tomei parte, nunca chefei, nunca aplaudi revolução nenhuma no paiz, porque sempre entendi que a obra fundamental, a obra de responsabilidade é aquella que vise formar a consciência nacional, crystalizar um pensamento philosophico, traçar um roteiro seguro, e isso não se faz com badernas e mashorcas e, sim, com trabalho desambicioso e sofrimento perseverante. Em 30, a minha palavra foi a mesma que de 32: é preciso educar, educar, educar. Hoje, acrescento outra palavra: educar e vigiar. Sim, porque por falta de educação das massas, pela desorientação creada pelos responsáveis pelos destinos do Brasil chegamos á beira de perigos terriveis. Hoje, temos que educar, com uma sentinela à porta da Grande Escola. Porque se os hunos de Moscou pretenderem, ainda, destruir o que há de mais caro ao povo brasileiro, a Grande Escola de civismo, de moral, de dignidade, de espiritualismo se transformará, instantaneamente, em grupos de combate e saberemos morrer, pela honra do Brasil. Se isto for chamado de “extremismo”, então não sei mais o que significará dignidade.⁹⁸

A Nova Direita do Brasil também rejeita veementemente o rótulo de “extremismo” e, em contrapartida, o projeta na mídia mainstream ou em partidos de centro. Como a defesa de uma verdade intuída não-extrema contra os “extremistas do PT” (supostamente os bárbaros do século XXI) é idealizada e organizada, será mostrado no próximo capítulo sobre a militância do olavismo.

97 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 3 nov. 2018, <https://facebook.com/carvalho.olavo/posts/1158608520957887>.

98 Salgado 1937: 61–67.

7 Bolsolavismo

Sr. Nyquist: Então o Brasil está lutando contra um poder comunista que entrou no governo.

Sr. Carvalho: Mas eles não controlam só o governo. Controlam toda a mídia, com uma ou duas pequenas exceções. Controlam todas as universidades. Controlam todas as instituições culturais. Controlam praticamente tudo. O povo não tem nenhum canal para expressar sua opinião.

A razão pela qual tantas pessoas foram para as ruas para gritar e protestar é porque é o único recurso delas. N.: E agora Jair Bolsonaro é o candidato de um partido novo, que é conservador, e está ameaçando derrubar o controle comunista do poder executivo do governo federal do Brasil. É isso mesmo?

C.: Sim, é isso. É claro que os comunistas estão reagindo violentamente, acusando Bolsonaro de ser fascista, nazi, e por aí vai. Estão até criando falsos crimes nazistas para acusarem ele. Essas acusações são ridículas e infantis.

N.: Essas acusações são confrontadas pela mídia brasileira?

C.: A mídia toda dá espaço a eles. [...] Está tudo nos grandes jornais, nos grandes canais de TV, e por aí vai. [...] Tem uma campanha de difamação global em curso. Alguém postou no meu Facebook uma lista com mais de 200 organizações de mídia que difamaram Bolsonaro mundo afora. [...] De outro lado, Bolsonaro sofreu um atentado contra a sua vida e a investigação não aparece em nenhuma mídia. Silêncio total. [...]

N.: Primeiro os socialistas difamam Bolsonaro, depois tentam assassinar ele.

C.: Sim, sim, sim.

N.: Do que eles têm tanto medo?

C.: Eles cometeram tantos crimes enquanto estavam no poder que não podem permitir que outro partido assuma o poder agora — porque sabem que serão punidos.

N.: Existe uma ameaça de guerra civil no Brasil?

C.: Não, porque o povo não tem armas. Serão alvos fáceis. Isso não é guerra civil.

N.: O exército não protege o povo?

C.: Eu realmente não acredito que eles vão seguir ordens de atirar no povo. Mas também não vão se mobilizar pra defender o povo. [...]

N.: Os chineses estão apoiando o Partido dos Trabalhadores?

C.: Claro, claro, e os iranianos também.

N.: E se Bolsonaro ganhar a eleição, que mudanças ele vai trazer?

C.: Primeiro, ele vai ter que reprimir os traficantes. Os traficantes ganham muito dinheiro. Subornam todo mundo. Eles controlam uma parte enorme do país. [...] e são protegidos pelo Partido dos Trabalhadores e pelo governo.

N.: Então os comunistas estão usando tráfico de drogas e crime organizado?

C.: Sim. [...] As FARC são membro do Fórum de São Paulo, que é uma organização de 200 partidos que são todos comunistas. É a nova Internacional Comunista da América Latina. Foi fundada e presidida pelo Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores. Então são todos parceiros — as FARC, o Partido dos Trabalhadores, e assim vai.

[...]

C.: Pela primeira vez, entre 2013 e 2015, o povo protestou como se fosse um homem só, contra todas essas coisas. Foi um momento muito heroico. Uma coisa muito bonita de se ver. E agora a candidatura do Bolsonaro é uma continuação natural desse movimento — um segundo capítulo desse movimento. Eu chamo isso de Revolução Brasileira.¹

“Bolsolavismo” é um termo jocoso que surgiu no empenho de entender a simbiose entre as ideias de Olavo de Carvalho e o modo como estão sendo reproduzidas por apoiadores do projeto político de Jair Bolsonaro, um pouco como a entrevista não intencionalmente hilária que reproduzi em partes logo acima. Mas não se trata apenas das ideias dele. A novilíngua do bolsolavismo foi bem analisado por João Cezar Castro Rocha em seu livro sobre a retórica do ódio. Eu iria um passo além e proporia que certas estratégias que podem ser associadas com o olavismo, como a pretensão de mérito acadêmico, a obsessão de destruir retoricamente seus adversários pessoais, a autovitimização como um antissistema perseguido, e ao mesmo tempo uma percepção exagerada da própria importância, como o único iluminado a resistir numa imbecilidade coletiva opressora, são traços que podem ser encontrados na Nova Direita como um todo. Explorar o impacto do olavismo no bolsolarismo é o objetivo deste capítulo.

O “ciberséquito” filosófico

Como leitor assíduo de Gramsci, Olavo de Carvalho sabe perfeitamente que a agitação da massa sem uma elite intelectual não tem nenhuma chance de mudar qualquer estrutura.

1 Nyquist 2018, entrevista em *EpochTimes*, 25 out. 2018. Carvalho é apresentado como presidente do Instituto Inter-Americano e Membro Sênior com Destaque em Filosofia, Ciências Políticas e Humanidades. O Instituto já estava fechado na época e Carvalho não era membro de nenhuma instituição.

Em 2009, Olavo de Carvalho lançou seu curso online pago de filosofia (COF) com a proposta sedutora que deixaria qualquer acadêmico de humanas morto de inveja: uma “atividade integral da inteligência que se volta sobre todos os campos do saber e da experiência em busca de sua unidade, de seu fundamento e de sua significação última para a consciência humana” e uma “educação integral, uma espécie de introdução geral aos estudos superiores em sua totalidade”.² Desde então, mais de 20.000 alunos “se formaram” em sua “fábrica de gênios”.³ O curso oferece sessões transmitidas ao vivo todo sábado, a duração estimada da formação é de cinco anos e desde 2009 o material do curso já acumulou um arquivo de mais de 560 videoaulas. Essas aulas online são mais bem descritas como palestras monológicas com a possibilidade de os alunos enviarem perguntas, e de vez em quando algumas são respondidas. Em princípio, elas seguem ciclos disciplinares de filosofia, teoria política e crítica social. No entanto, nos últimos anos, tenderam mais para comentários políticos espontâneos, respostas a críticas ou simplesmente ataques de raiva. Além disso, a duração média de cada aula caiu de cerca de três horas para geralmente menos de uma hora. O objetivo do COF era formar sozinho uma nova geração de “intelectuais”, chamados com ironia de olavetes (eu prefiro chamá-los de “olavistas”), multiplicadores da verdade de Carvalho e sementes de uma futura intelligentsia brasileira, como “fiscais da inteligência coletiva”.

Alguns relatos de dissidentes, além de vídeos de aulas, transcrições e outros materiais do curso, mais as explicações do próprio Carvalho, permitem uma compreensão de como o COF funciona. Desde o primeiro momento, seus novos discípulos são conscientizados de sua tarefa de “recuperar a alta cultura” e “salvar o Brasil” revertendo a doutrinação (que ele chama de “censura comunista”), com absoluta prioridade para a área da educação. Idealmente, como Carvalho admite, eles entrariam em seu curso sem nenhum conhecimento prévio, em contraste agudo com qualquer outro programa de educação. Uma vez que isso era impossível, devido à doutrinação onipresente do marxismo cultural, seus alunos teriam que fazer o esforço sobre-humano de abdicar de todas as suas convicções contaminadas e jurar “abstinência em matéria de opinião”. Esse expurgo inicial tinha a óbvia vantagem de preparar seus pupilos para a “aceitação total da realidade acima de qualquer um dos nossos desejos”.⁴ Para evitar qualquer mal-entendido, Carvalho avisa de antemão que em suas aulas ele não prova nenhuma teoria, só mostra a verdade, e que seus alunos vão ter que evitar qualquer análise crítica desses relatos e só se concentrar em entender o sentido simbólico implícito em suas explicações. Para realizar essa troca “mútua” de sinceridade, ele espera que eles se submetam à “disciplina da sinceridade” que se tornará, “de maneira lenta, gradual e segura” (expressão que ele toma emprestada do lema que, aos olhos dos governos militares, guiou a redemocratização) um caminho de ascese espiritual, “o desenvolvimento

2 Ver a propaganda do curso online de filosofia de Carvalho em <https://olavodecarvalho.org/o-seminario-de-filosofia>.

3 Olavo de Carvalho, discurso de condecoração da Ordem do Rio Branco na posição mais alta, Grã-Cruz, 29 ago. 2019, https://www.youtube.com/watch?v=QIVFC_s-QPA.

4 Chainho & Rodrigues s/d.: 13, 18, 20, 26.

do senso pessoal da verdade.”⁵ Convenientemente, para Carvalho “a verdade é inexpressável”, somente “transmissível” de um indivíduo consciente a outro, “na medida em que este consinta em refazer um itinerário espiritual que o leve a conhecer essa verdade de maneira análoga à de quem a transmitiu”.⁶ Para evitar que qualquer dúvida atrapalhe o processo, seus discípulos são estritamente proibidos de usarem o fórum online do COF para discussões; só a troca de informação e a assistência mútua são permitidas. Ademais, eles são avisados de que o conhecimento que vão adquirir só será compreensível por pessoas que existirão no futuro. Portanto, eles também deveriam se abster de intervir em qualquer debate em sua vida fora do COF, necessariamente corrompida pelo marxismo cultural, exceto para denunciar “certas pessoas”.⁷ Se isso os fizesse sentir-se solitários, seriam reconfortados ao encontrarem “verdadeiras amizades” – ainda que só virtuais – entre seus colegas do curso.

A persuasão desse projeto pedagógico, que mais parece um apostolado (ou até a formação de uma seita), pode ter origem em muitos fatores. O COF seduz com uma promessa de conhecimento secreto, proibido no mundo lá fora. A conveniência de adquirir conhecimento como um pensamento único, privado da complexidade que Carvalho chama de “empastelamento universal”, torna esse conhecimento facilmente digestível. Além disso, Carvalho transmite esse conhecimento de uma forma pessoal e divertida, sem nenhum esforço cognitivo por parte dos alunos, sem debate, participação ativa ou qualquer avaliação. Também contribui para essa boa atmosfera de aprendizado o recurso constante do senso comum “politicamente incorreto”, contando com o aplauso dos alunos e sabendo de sua posição social privilegiada que lhes permite pagarem por sua educação e investirem horas de trabalho sem receberem nenhum diploma. Por fim, um elemento central é o carisma de Carvalho, de velho sábio, e o culto à personalidade em torno dele, junto com a exposição constante de seus arqui-inimigos e o prazer em vê-los sendo humilhados por seu guru em aula.

Martim Vasques da Cunha, um dos ex-alunos de Carvalho e renegado mais ativo (impressionantemente ainda concordando com a maior parte da sua filosofia), denunciou em detalhes o culto à personalidade, o autoritarismo que não permite nenhuma discordância e as arbitrariedades do ex-mestre, que sozinho dita a forma de estudo, o conteúdo e decide sobre progressão e graduação.⁸ Outro ex-aluno, Joel Pinheiro da Fonseca, alerta em seu artigo intitulado “Precisamos falar sobre Olavo de Carvalho” para

[...] A dependência pessoal, a confiança exacerbada, a aniquilação do senso crítico em favor de uma visão supostamente mais profunda, o cultivo da admiração embasbacada. Em cada um deles, uma só conclusão: Olavo é o único canal seguro de contato com a realidade. E por isso a defesa tão aguerrida de seus seguidores. Se

5 Cf. <https://www.seminariodefilosofia.org/o-seminario>.

6 Carvalho 1997c: 8.

7 Chainho & Rodrigues s/d.: 121.

8 Cunha 2019b.

Olavo cair, isto é, se ficar patente que ele não é esse grande luminar do pensamento que lhes foi vendido, cairá o mundo dos discípulos.⁹

Tudo isso, e especialmente a doutrinação de um sistema paralelo de verdade, evidentemente dá a impressão de uma seita e é claro que não sou o primeiro a dizer isso. Os ex-discípulos citados e outro, Josué A. Ribeiro, que apesar disso ainda o elogia como grande filósofo, confirma o caráter sectário do COF.¹⁰ Olavo de Carvalho sempre rejeitou essa percepção com veemência, alegando experiência de anos nessa matéria que até transformou ele mesmo – membro de uma taria – vítima de atividades sectaristas, incluindo perseguição judicial depois que ele se retirou.¹¹ Mas como qualquer expert, ele pode usar esse expertise contra ou a favor do sectarismo, pelo menos do seu próprio. Ele está certo quando alega que uma comunidade virtual naturalmente não tem as condições físicas para a construção de um culto.¹² Ele não monitora a conduta dos alunos, mas suas ideias. Ele não os envolve em ritos ou consumo de substâncias alucinógenas, mas faz com que se comprometam com uma única percepção da realidade, independentemente do que eles possam estar acostumados a perceber como tal.

Se em suas aulas ele retrata as universidades brasileiras como centros de tráfico de drogas (o ex-ministro da educação de Bolsonaro e amigo de Carvalho, Abraham Weintraub, chegou a considerar que fossem locais de cultivo de drogas) e clubes clandestinos de suíngue, alguém que nunca pôs o pé num campus certamente está no direito de acreditar nisso, mas não alguém com formação universitária, como muitos de seus seguidores (e Weintraub). O fato de que eles aceitam essa verdade apesar do que sabem indica uma alienação da realidade, mesmo que só estratégica. Por fim, é verdade que Carvalho não faz segredo de suas atividades como se esperaria que o líder de uma seita faria, mas essa pode ser uma concessão fácil já que ele está fora do alcance de qualquer um que pudesse questionar suas atividades na sua casa em Virginia. Isso provavelmente não é suficiente para avaliar se o COF corresponde ao que poderíamos chamar de seita. Por outro lado, Carvalho é muito generoso no uso desse rótulo para outras comunidades que com certeza tampouco atendem aos critérios incisivos dele. Portanto, considero pertinente propor que o COF seja entendido como uma comunidade com características análogas às de uma seita, com a expectativa de que sejam feitos mais estudos substanciais sobre o fenômeno novo e pouco pesquisado do “cibersectarismo”. À luz do que apresentei antes é seguro dizer que se matricular nesses cursos significa mais do que só uma afiliação intelectual, mas – nas palavras de Hussne – uma “conversão ao olavismo”.¹³

9 Fonseca 2017.

10 Ribeiro 2020.

11 Carvalho 2007a.

12 Carvalho 2012a.

13 Hussne 2020.

Outra abordagem para analisar o COF poderia ser pelo conceito de “Príncipe Digital”, a quarta atualização no entendimento de poder de governança na tradição de Maquiavel, depois do Príncipe Moderno e do Eletrônico, indicando a confluência de comunidades virtuais de multidões de anônimos, guiadas por um líder de opinião, mas isso já está além do escopo do meu propósito.¹⁴ Constituinte ou não uma seita, o olavismo oferece aos seguidores a redução das incertezas num mundo complexo, aumento de autoestima como portadores de conhecimento privilegiado e o conforto social de formarem parte de um grupo privilegiado de iniciados. Isso também explicaria por que quanto mais especiais os insights olavistas, mais centrais eles se tornam na identificação pessoal dos seguidores e menos suscetíveis ficam a contra-argumentos, que causariam um colapso em toda sua construção de identidade.

Sem ir tão longe a ponto de acusar Olavo de Carvalho de ser um mestre em “enganar as pessoas, manipulando-as, destruindo a sua individualidade, induzindo-as à devoção cega ao guru”¹⁵, como faz o renegado Velasco, há ambiguidades um tanto sugestivas que merecem atenção. Um traço curioso de sua personalidade pública é que muitas ações ou atitudes que ele projeta em seu inimigo e explica psicologicamente são partes evidentes do próprio repertório dele também. Isso se aplica por exemplo para o “hábito auto-hipnótico com que o emissor da mensagem persuade a si mesmo, e ao seu público, de que está dizendo alguma coisa quando não está dizendo absolutamente nada”¹⁶ e a técnica assim descrita: “estreitando o horizonte da consciência, ele expelle de seu campo de visão as forças em luta, e procura persuadir-se de que tudo o que não enxerga não existe”.¹⁷ Apesar disso, essa estratégia de projetar no outro é exatamente o que ele culpa seus inimigos de fazerem, lembrando uma citação geralmente atribuída a Lenin: “Acuse-os do que você faz, xingue-os do que você é.”¹⁸ Quando ele analisa que “há uma grande diferença entre o doutrinador que mete simplesmente na cabeça das pessoas uma ideia errada e o feiticeiro que as adoce, debilitando suas inteligências para que nunca mais atinem com a ideia certa”, é difícil não concordar, mas também não relacionar à sua própria guerra contrarrevolucionária, considerando as amostras dadas neste capítulo.¹⁹ No mesmo sentido, pode ser significativo que na sua fascinação por diagnósticos psicológicos, ele muitas vezes pareça estar falando de si mesmo, e não de seu inimigo, por exemplo quando diz que nunca conheceu “um só líder esquerdista, petista, gayzista, africanista ou feminista que não corresponda ponto por ponto [...] ao quadro clássico da histeria. O histérico não sente o que percebe, mas o que imagina”.²⁰ Ou, de modo mais concreto, é difícil não pensar nele quando ele acusa um crítico de

14 Maia 2016: 26–27.

15 Velasco 2020: 156.

16 Carvalho 2019.

17 Carvalho 2015 [1995]: 261.

18 Carvalho 2016b.

19 Carvalho 2015 [1995]: 28.

20 Carvalho 2012c.

apresentar certezas inquestionáveis a respeito de algo do qual ele não faz nenhuma ideia, o que, aos olhos de Carvalho, não é “muito normal, psicologicamente”.²¹ Acrescento que, se o mesmo fosse válido para ele, ele pelo menos poderia ser absolvido da suspeita de agir de modo intencional, e sua proclamada tentativa de salvar o mundo teria que ser reconhecida como uma busca sincera.

Olavo de Carvalho criou um sistema que protege sua ideologia de forma eficiente e torna seus argumentos irrefutáveis. Uma resposta ritual para qualquer crítica a aspectos pontuais de seu trabalho é negar a qualquer pessoa essa competência por não ter lido sua obra inteira: “Ninguém está habilitado a ter uma visão crítica desse conjunto sem alguns anos de estudo.”²² Além do mais, em antecipação a alguém fazer isso, ele declara preventivamente que a essência de suas ideias ainda não foi publicada e permanece espalhada em mais de 500 aulas gravadas e no material do curso. Sem dúvida, uma boa estratégia de marketing, mas podemos nos perguntar sobre as razões para enviar apenas os pensamentos *menos* importantes para o exame do leitor. Assim como podemos perguntar por que, ao mesmo tempo em que ele reclama de críticos sempre achando declarações polêmicas dele nas redes sociais, ele as posta em quantidades admiráveis – e recentemente publicou seus “melhores textos publicados nas redes sociais” como o primeiro volume de um “diário filosófico” com nada menos de 736 páginas.²³ Porém, na rara ocasião de um aluno de anos ter feito todas as suas vastas leituras e, ainda assim, expressar crítica, o crítico é privado desse direito por não ter entendido devidamente o argumento. Finalmente, só depois de ter convivido com ele (ele usa o termo “convívio”), como Aristóteles e Platão (palavras dele também), alguém seria capaz de julgar suas ideias.²⁴ Nessas condições, é difícil imaginar qualquer crítico qualificado para avaliar os pensamentos dele do que ele mesmo.

Como seu próprio crítico, ele gosta de lembrar a distinção de Aristóteles entre os quatro níveis conectados de discurso, da mera possibilidade para a absoluta certeza, e que no COF ele forma seus alunos para se tornarem conscientes de seu próprio nível de ignorância indicado em seus pensamentos, o “repertório de ignorância”.²⁵ Como professor, ele provavelmente poderia dar um exemplo decente – “atenho-me portanto ao que posso compreender”²⁶, ele declarou com modéstia uma vez – com o efeito de que a maior parte de sua suposta crítica social pode estar apenas no nível do poético, assim como a conspiração comunista do Fórum de São Paulo certamente é uma imagem bastante cativante. Porém, não é isso. Olavo de Carvalho defende com a mesma jactância toda uma coleção de afirmações sem provas, entre elas a fraude sistêmica das urnas eletrônicas brasileiras, os ritos satânicos de Marx, o uso de células de fetos abortados como adoçante de refrigerantes, o risco can-

21 Carvalho 1997d e 2001b.

22 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 3 dez. 2018, <https://facebook.com/carvalho.olavo/posts/1179628045522601>.

23 Carvalho 2021.

24 Olavo de Carvalho, COF 82, 6 nov. 2010.

25 Chainho & Rodrigues s/d.: 23.

26 Carvalho 2015 [1995]: 364.

cerígeno de relações homossexuais, a pedofilia e a necrofilia como elementos das políticas públicas do PT, e outros inúmeros exemplos.²⁷ Tudo isso é apesentado numa linguagem apodítica, com uso abundante dos meios de ênfase linguísticos da hipérbole, generalização e totalização, tais como “sempre”, “totalmente”, “todo mundo”, “absolutamente”, “completamente”, “sem exceção”, “obviamente”. Rocha analisou essa técnica como a domesticação de uma afirmação absurda pelo estilo eloquente.²⁸ Em suas aulas, o risco de alguém questionar suas certezas não existe, já que ele deixa explícito que é responsabilidade dos alunos relacionar as afirmações dele com os quatro níveis de certeza.²⁹ Isso quer dizer que a sua disseminação grandiosa da fake news mais banal (isto é, falsificável de forma objetiva com alguns clicks)³⁰ tem a intenção apenas de ser poética, para abrir a imaginação indicando possibilidades? Tenho certeza de que a maior parte do público dele não a interpreta assim.

Para Olavo de Carvalho parece ser exótico o que é comum para qualquer pensador honesto: Que nós andamos sobre pedras isoladas num pântano sem fim de ignorância e que com todos os nossos esforços talvez sejamos capazes de adicionar mais algumas pedras para melhorar ou até estender um caminho. Em vez disso, ele age como um *Übermensch* que – para ficar na metáfora – drenou o pântano inteiro porque sua verdade divina revelada abriu os seus olhos e fez com que ele conhecesse o tampão. Para ele, o poder de previsão que resulta de se entender a sociedade cientificamente não causa “surpresa maior do que aquela que você tem quando deixa o carro enguiçado no mecânico e no dia seguinte o carro sai funcionando” – naturalmente depois de ter usado o martelinho de ouro para deixar o fenômeno do mundo na forma certa para caber nas suas hipóteses.³¹

Carvalho tem em comum com Voegelin não admitir não-iniciados como críticos, com o efeito óbvio de seu trabalho ser em grande parte ignorado e só compreendido por seus leais e acríticos discípulos. Mais ainda, não há nenhuma chance de diálogo frutífero se um lado defende com a mesma veemência uma mera opinião superficial e um conhecimento de sua especialidade. A inabilidade de Olavo de Carvalho de posicionar o seu argumento em relação ao seu próprio “mapa da ignorância” torna qualquer crítica ao seu trabalho um processo doloroso e praticamente infinito, o que, por sua vez, explica a relutância de acadêmicos em se dedicarem à tarefa. Afinal, Carvalho pode até ter consciência dessa trágica limitação, como certamente sabe que essa troca é uma preciosidade rara para qualquer empenho intelectual:

27 Ver por exemplo Carvalho 2013a: 288, 2007d, 2002d e <https://www.youtube.com/watch?v=Wtz9DSO9CEg>.

28 Rocha 2021.

29 Chainho & Rodrigues s/d.: 184.

30 Como apenas um dentre inúmeros exemplos, ver a “exposição” do conhecido ativista de direita, Jason Tankersley, um dos invasores do Capitólio, como suposto membro Antifa (<https://phillyantifa.org/keystone-united-exposed-day-15-jason-tankersley>). Sobre fake news, ver Empoli 2019.

31 Carvalho 2005.

Desde que comecei a ler livros, meu sonho era um dia emergir do meio social culturalmente depressivo e ter um círculo de amigos com quem pudesse conversar seriamente sobre arte, literatura, filosofia, religião, as perplexidades morais da existência e a busca do sentido da vida – o ambiente necessário para um escritor desenvolver sua autoconsciência e seus talentos. [...] Nunca realizei esse sonho, nunca tive esse ambiente estimulante. Por volta dos quarenta anos, entendi que não o teria nunca, e decidi que minha obrigação era fazer tudo para que outros o tivessem.³²

O que, em termos práticos, significa que ninguém estava qualificado para conversar com ele, com a exceção de alguns eleitos que tinham permissão para escutá-lo e acreditar em tudo que ele dissesse. Como conciliar essa realidade com seus alegados altos padrões de pensamento crítico? A única solução coerente seria admitir que qualquer mentira pode contribuir para uma verdade maior. A solução mais plausível, porém, seria que todo o sistema de certezas depende de sua prioridade pessoal dada a um tema e as suas fantasias sobre a natureza dele. Qualquer afirmação da sua opinião é, portanto, boa e genial, qualquer desmentido, má e idiota. Isso explicaria seu entusiasmo até pelas tentativas mais autodesqualificantes de representar o pensamento dele, por exemplo o podcast “Olivertalk: Olavo de Carvalho: vida, obra e filosofia”.³³ Obviamente, recebeu a aprovação entusiasmada do mestre honrado, ainda que um produto igualmente humilde, digamos, sobre a vida, obra e filosofia de Leandro Konder, um de seus inimigos favoritos, seria completamente rechaçada por Carvalho, até o último detalhe. Ainda assim, para Olavo de Carvalho isso pode ser uma questão de diferença entre uma doutrina (Konder) e a realidade revelada (ele mesmo).

Entre os seguidores de Carvalho, o que importa é que “Olavo tem razão!”, um slogan que apareceu nas redes sociais já em 2013, depois apareceu em camisetas de manifestantes anti-PT em 2015, e agora é título de um documentário feito por financiamento coletivo, dirigido por Mauro Ventura, com a estreia anunciada para março de 2023.³⁴ João Cezar de Castro Rocha chamou a atenção para o fato de que esse sistema de crença, que desenvolve qualquer argumento a partir de uma conclusão pré-estabelecida, tem suas raízes no fascismo italiano, “Mussolini ha sempre ragione”.³⁵ Também foi imitado por Hitler, “Der Führer hat immer recht”. O que distingue “Olavo tem razão” é a supressão do advérbio, o que sugere a eliminação de uma redundância: Olavo tem razão como questão de princípio, não por causa dos seus argumentos ou sua autoridade, mas de sua verdade revelada. Não são só seus alunos que devem abdicar de qualquer opinião para estarem prontos para a verdade de Olavo, isso vale para qualquer leitor de sua obra. Seu best-seller, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, um dos livros que o presidente eleito Bolsonaro exibiu durante

32 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 14 maio 2014, <https://facebook.com/olavo.decarvalho/posts/10152389839982192?tn=H-R>.

33 Veja https://www.youtube.com/watch?v=G2Vzd_0YmVE.

34 Sobre a produção do filme, ver <https://olavotemrazao.com>.

35 Rocha 2021.

sua primeira live, explica no prefácio, escrito pelo jornalista – e, como vimos, poeta amador – Felipe Moura Brasil, que o leitor subentendido não sabia nada sobre a realidade até então, mas que o livro vai fazer ele entender. Não há dúvidas de que a verdade vende.

Quem não está comigo, está contra mim

Como essas regras e práticas do jogo não são muito convidativas – ou na verdade convidam a pré-julgamentos, como o filósofo Julio Cabrera alertou³⁶ – a falta de recepção crítica acadêmica não é um mistério. Menos ainda se lembrarmos que Carvalho desqualificou categoricamente os acadêmicos em geral, e em especial no Brasil, desde o começo da sua vida pública em 1994, como semianalfabetos ou criaturas em condições cognitivas ainda piores. Desde então, suas descrições de outros intelectuais só ficaram cada vez mais radicais e atingiu novas alturas escatológicas. Isso, muito mais do que sua posição de outsider em relação à academia (e a falta de um diploma, como ele sempre suspeita) pode explicar a falta de diálogo científico com sua obra. Nessas condições, qualquer debate desprovido de preconceito parece improvável e quando essas tentativas acontecem, elas só contribuem para enrijecer as frentes. Esse foi o caso da breve avaliação da crítica de Carvalho a Immanuel Kant, solicitada pelo jornal *O Globo* a três acadêmicos especialistas, entre eles a presidente da Sociedade Kant Brasileira. A mudança foi uma acusação criminal de insulto e calúnia que o judiciário devolveu a Carvalho, devido à quantidade de conteúdos insultuosos e caluniosos na acusação.³⁷

Por outro lado, o olavismo como fenômeno tem sido estudado por vários cientistas sociais, resultando em trabalhos substanciais sobre uma série de aspectos, a maior parte deles levada em consideração na minha própria exploração do assunto.³⁸ Responder a esses estudos – assim como a qualquer comentário, ainda que insignificante, sobre o seu trabalho – ocupa uma grande parte da sua vida profissional, o que é comprovado por tuites, posts e vídeos (incluindo aulas oficiais do COF) para tentar destruir retoricamente qualquer um que ouse dizer algo crítico sobre o seu trabalho ou qualquer argumento que vá contra a sua opinião. João Cezar de Castro Rocha chamou esses notórios e quase folclóricos ataques *ad personam* de “retórica do ódio”. No caso de Denis Russo Burgierman, de novo um ex-discípulo, que em 2019 foi o autor de um relatório de revelações na revista *Época*, Carvalho orquestrou em resposta um contra-ataque verbal pelas redes sociais, convocando seus seguidores a coletarem informações sobre o crítico. Ele foi prontamente atendido por muitos, entre eles um chefe de polícia. Depois ele publicou na internet a foto e o endereço pessoal

36 Cabrera 2020.

37 Peres 2019; Varón 2019.

38 Sem pretender ser exaustivo, esses estudos anteriores são Patschiki 2012; Chaloub & Perlatto 2016; Fausto 2017; Santos Jr. 2019; Hussne 2020; Puglia 2020; Mariutti 2020; Rocha 2021.

de Burgierman, uma estratégia de intimidação conhecida como doxxing.³⁹ Quando uma das críticas ao seu pensamento mais elaboradas até agora foi publicada com um pseudônimo, exatamente para driblar essa estratégia, Carvalho ficou confuso.⁴⁰ A primeira coisa que ele fez foi convocar seus seguidores a descobrirem a identidade do autor. Sem atingir esse objetivo, sua réplica contra um inimigo desconhecido, obrigatoriamente limitada ao argumento como tal, é provavelmente um dos textos mais desconfortáveis que ele já produziu.

No entanto, essa reação é parte da estratégia de Carvalho para com seus oponentes: “Não puxem discussão de ideias. Investigue alguma sacanagem do sujeito e destrua-o.”⁴¹ Isso está de acordo com o seu diagnóstico de marxismo cultural, uma vez que todos esses intelectuais necessariamente fazem parte da classificação dele de “comunistas”. Para esses ele recomenda a seguinte estratégia de comunicação: “Nunca trate um comunista com respeito, e menos ainda com amizade. Todos eles são deformidades morais abjetas, camufladas em inocentes ‘divergências de ideias’. Eles sabem que são isso, e esse é o motivo pelo qual só enxergam o mal em tudo. Para encobrir a gravidade dos seus crimes, só a soma de todo o mal do mundo.”⁴² É claro que há boas razões além de questões de civilidade para que a crítica acadêmica não seja capaz de dialogar com o trabalho dele, devido às suas já mencionadas premissas teológicas sobre a verdade revelada, as quais são incompatíveis com a abordagem científica.⁴³ O debate científico público que a antropóloga feminista Debora Diniz propôs sobre a questão do aborto teve que morrer antes de começar, já que Carvalho – coerentemente – lembrou-a de que para ele obviamente não há prós e contras a serem discutidos; não por causa da questão, mas pelo acesso dele à verdade além da dialética.⁴⁴ Discutir isso seria como tentar discutir com Donoso Cortés, que Carvalho leu atentamente, sobre a existência de Deus, quando o próprio afirma:

Toda palavra que sai dos lábios do homem é uma afirmação da divindade, até aquela que a maldiz ou nega. Aquele que, voltando-se contra Deus, exclama frenético, dizendo: “Te odeio, você não existe”, expõe um sistema completo de teologia, da mesma maneira que o que ergue a Ele o coração contrito e diz: “Senhor, fere teu servo que te adora”. O primeiro joga em Seu rosto uma blasfêmia, o segundo põe a seus pés uma oração; ambos, porém, o afirmam, ainda que cada um à sua maneira, porque ambos pronunciam seu nome incomunicável.⁴⁵

39 Silva 2019b.

40 Guimarães 2019.

41 Citado em Carvalho & Bugalho 2020: 10.

42 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 10 fev. 2021, https://www.facebook.com/permalink.php?id=445300615668959&story_fbid=1562612200604456.

43 Ver Wink 2024.

44 Diniz 2019.

45 Donoso Cortés 1993 [1851]:366.

Carvalho usa o mesmo esquema argumentativo quando justifica sua conceitualização dos milagres como evidência para análise política:

Explicar um fato por uma causa sobrenatural é pressupor que haja fatos com causas não naturais, mas como Deus, teologicamente falando, é a causa final ou primeira de tudo que acontece, então essa é uma afirmação meramente tautológica; dizer que algo aconteceu porque Deus quis que acontecesse é insinuar que outras coisas podem acontecer sem que Deus queira que aconteçam, o que contraditório com a definição de Deus como onipotente e causa primeira. No milagre de Fátima, por exemplo, a visão que as crianças tiveram – as curas milagrosas, as luzes que apareceram no céu, a dança do sol, a Revolução Russa, a Segunda Guerra Mundial – tudo isso é mostrado como tendo conexões internas, que geralmente deixamos de ver. Isso significa que o evento milagroso não pode ser explicado em si mesmo, embora por si mesmo e sua própria estrutura material, ele lança luz nas conexões causais que normalmente não conseguimos ver.⁴⁶

Ainda assim, alguns críticos são epistemologicamente possibilitados de discutirem em termos de igualdade e produziram os estudos até agora mais detalhados sobre a obra de Carvalho. Eles estão agrupados em torno de Orlando Fedeli, o dissidente da TFP e principal concorrente de Carvalho na construção de uma nova geração de “verdadeiros” intelectuais, assim como, mais recentemente, o antigo amigo de Carvalho, Carlos Nogueù, dissidente do CDB. A principal preocupação deles é a “heresia gnóstica” do mestre: Olavo de Carvalho é acusado de ser um falso cristão por oferecer seu próprio caminho para a espiritualidade – ainda mais com sua passagem pelo sufismo – por seguir um projeto de poder, incluindo seu apelo não autorizado pela excomunhão de diversos líderes hierárquicos, entre eles o Papa Francisco, e finalmente por usar palavras. Isso provocou um longo debate, em centenas de páginas de planos de estudo apontando para os sofismas e erros doutrinários uns dos outros, e foi uma briga travada com todas as armas retóricas com que os teólogos desenvolveram a arte do *odium theologicum*, incluindo o apelo um tanto hipócrita de rezar pela redenção de Carvalho.⁴⁷ Com a antiga TFP de Plínio Corrêa de Oliveira, Carvalho teve uma relação neutra ou pelo menos sem conflitos, também porque sua ascensão foi subsequente à morte do líder e ao cisma nessa instituição tradicional.⁴⁸ Não se trata de sugerir qualquer conexão

46 Carvalho 2009ª, tradução própria.

47 Cox 2016: 24. Para o debate, ver Fedeli 2001 e Fedeli & Schlithler 2019. Para discussões recentes, após a morte de Fedeli em 2010, ver o “Syllabus Olavo de Carvalho: o falsa-direita”, publicação anonimizada na acima mencionada página web “O Príncipe dos Cruzados” (<http://www.oprincipedoscruzados.com.br/2017/07/o-falsa-direita-olavo-de-carvalho-ma.html>). A esse respeito ver também Coelho s/d. e as declarações do Instituto Jackson de Figueiredo (<https://www.institutojacksondefigueiredo.org/variedades/sete-motivos-pelos-quais-nenhum-catolico-deve-seguir-olavo-de-carvalho>).

48 Carvalho 2000b.

entre o tefepismo e olavismo, embora nasçam do mesmo pensamento e, em princípio, miram em objetivos parecidos. Eles diferiam, na visão de Carvalho, somente em relação ao projeto institucional, estratégia de comunicação e grupo-alvo: “A instituição que ele fundou, com todo o dinheiro que recebeu do Lindenberg e de outros patrocinadores, nunca produziu os resultados práticos que eu produzi sem patrocinador nenhum. O problema do dr. Plínio é que ele era chique demais. Para falar ao coração do povo é preciso uma certa dose de breguice congênita.”⁴⁹

Em termos de impacto em massa, ele certamente tinha razão. Carvalho tem relações distantes parecidas, com as instituições já mencionadas, Opus Dei e FSSPX, ainda que não divergências dogmáticas de fato (como defensor de Lefebvre especialmente não com a segunda). A hierarquia católica conservadora reconhece os esforços dele no estímulo à guerra cultural, mas também o vê como não suficiente comprometido com a Igreja enquanto instituição. Ela se lembra bem do passado “gnóstico” dele e o considera imprevisível demais em suas opiniões, independente demais e certamente um concorrente. Diferente do que Carvalho pensa, isso não significa que os católicos conservadores não tenham adotado as ideias dele em massa.⁵⁰ E o mesmo vale para os “liberais”: Entre 2000 e 2005, Carvalho foi convidado frequente de sua reunião anual mais importante, o Fórum da Liberdade, e em 2019 participou de novo via chamada de vídeo. Apesar de cultivar com alegria uma rixa pessoal antiga com Rodrigo Constantino,⁵¹ Carvalho concorda com o consenso amplo liberal-conservador, obviamente com a exceção de questões de liberalismo cultural – “abortismo”, “gayzismo” e “liberação das drogas”, que os autodeclarados liberais brasileiros nunca defenderam – e percepção da globalização numa dimensão mais econômica do que política.⁵² Já a recepção do olavismo entre liberal-conservadores será explorada no capítulo seguinte.

Nem toda recepção a Olavo de Carvalho é crítica. Com isso, não estou me referindo a homenagens bajuladoras como no documentário “O Jardim das Aflições”, dirigido por Josias Teófilo e lançado em 2016, nem a sonetos como que usei como epígrafe no capítulo anterior ou as canções compostas para venerar o mestre que Castro Rocha analisa em seu livro.⁵³ Alguns de seus pupilos apresentaram textos que alegam atender os padrões acadêmicos, embora possam ser mais bem entendidos como resumos mais ou menos extensos do pensamento filosófico e social dele. Apesar do fato de que suas melhores ideias ainda sejam desconhecidas, pelo menos temos a sorte de “o que ele já publicou ser suficiente para nos fornecer material para um passeio introdutório ao seu pensamento”, de acordo com o “primeiro artigo científico” sobre Olavo de Carvalho”.⁵⁴ Escrito por Victor Bruno, que

49 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 2 maio 2015, <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2015/06/page/5>.

50 Carvalho 2012a.

51 Ver o resumo da briga em in Salles 2017 e Constantino 2019.

52 Carvalho 2012a.

53 Rudnitzki & Oliveira 2019.

54 Derosa 2019; Bruno 2019.

obteve bacharelado em jornalismo e filosofia pela Universidade Federal do Piauí em 2020, esse tratado foi publicado no tradicional jornal *The Political Science Reviewer* (cujos revisores críticos aparentemente estão sobrecarregados). O artigo lembra um trabalho de graduação bem-intencionado, incapaz sequer de tratar da questão central para descobrir “se Bolsonaro põe a filosofia política de Olavo de Carvalho em prática”. Sob a epígrafe *Ad maiorem Dei gloriam* [Para a glória maior de Deus] e no primeiro parágrafo posicionando-se como simpatizante do “direitismo”, o texto de Bruno reproduz de maneira abertamente favorável o roteiro do autorretrato de Olavo de Carvalhos, chegando perto de uma hagiografia tosca. Não que seja um problema para Bruno, que comenta em passant que sua consciência individual tem que se manter limpa contra filtros ideológicos, o que para ele reveladoramente não significa neutralidade, mas defender abertamente a sua própria ideologia.

Mais substância oferece Ronald Robson, o discípulo favorito de Carvalho. Seu livro *Conhecimento por presença: em torno da filosofia de Olavo de Carvalho*, de 2020, uma versão estendida de seu resumo de 2013 não publicado, “Elementos da filosofia de Olavo de Carvalho”, merece os louros por ter sistematizado a obra do mestre de forma coerente, apesar do fato de que, como já ficamos sabendo, as partes mais significativas permanecem inéditas. Mas ele intencionalmente não vai adiante para fazer do livro um tratado crítico, por exemplo relacionando-o – sem usar só as lentes de Carvalho – com outras ideias filosóficas, aceitando a premissa de que elas podem existir. O anúncio da “amplificação (conquanto desviante ou até corretiva) por meio de meu filosofema” soa um tanto grandiloquente depois da leitura de mais de 600 páginas de adulação submissa em que “objeções” esporádicas só servem para reafirmarem a verdade do mestre. É bizarro e faz lembrar a questão do caráter sectário do COF que Robson termine sua nota final preocupado porque seu livro pode ter ficado crítico demais em relação ao mestre: “[Este livro] talvez não mostre com clareza, por outro lado, a admiração que cultivo por essa grandeza.”⁵⁵ Certamente mostra, e muito além dos limites do que é intelectualmente suportável.

Outros trabalhos que o filósofo gosta de elogiar como seus brotos intelectuais acabam reproduzindo suas ideias em argumentos sobre uma variedade de assuntos, sem se incomodarem em examinar se são apropriados para explorar o problema científico em questão. Além dos discípulos já mencionados, Bruno e Robson, são cinco acadêmicos: Bruno Garschagen, figura central da direita brasileira (voltarei a ele no próximo capítulo) e autor de uma dissertação de mestrado em 2011 sobre utopias revolucionárias em Lenin e Hitler, que rapidamente começou a ser chamada de “tese de doutorado” por Carvalho; o estudioso de direito constitucional Luis Virgílio de la Rosa, que dedicou pessoalmente sua dissertação de mestrado publicada em 2002 a Carvalho; Fausto Zamboni, que aplicou o olavismo em sua tese de doutorado *Contra a Escola: Ensaio Sobre Literatura, Ensino e Educação Liberal*, de 2016; Nuno Morgado com a tese de doutorado de 2017, *Rumo à Nova Ordem Mundial? Um Estudo Geopolítico de Neoeurasianismo e Meridionalismo*; e finalmente o antropólogo Flávio Gordon,

55 Robson 2020: 7, 27, 621. Para exemplos de pseudo-objeções, ver Robson 2020: 143–149.

que apresenta em *A corrupção da inteligência*, de 2017, uma explicação sobre marxismo cultural que, no seu prefácio, Rodrigo Gurgel elogiou como a “consequência amadurecida do trabalho de Olavo de Carvalho”.⁵⁶

Como isso não é muita coisa para alguém que afirma ser o pensador contemporâneo mais influente do Brasil, quase qualquer coisa serve para Carvalho inventar uma recepção crítica autoritária. Um bom exemplo são seus comentários sobre um artigo que escrevi sobre ele como pensador crucial da direita radical,⁵⁷ e que o editor gentilmente compartilhou com Olavo de Carvalho para lhe dar uma oportunidade de comentar antes da publicação. Em sua resposta, que o editor me encaminhou (depois de filtrar as informações objetivas e deletar todos os vitupérios), Carvalho se mostrou irado pela omissão de “dezenas de teses universitárias” e “dúzias e dúzias de amostras de estudos acadêmicos sérios” dedicados à sua obra e pensamento.⁵⁸ Ele generosamente disponibilizou uma lista de 34 “estudos acadêmicos sérios”. Dezenove eram na verdade apresentações orais de seus discípulos em Portugal que aparentemente se reuniram em 25 de novembro de 2019 na Sociedade Geográfica de Lisboa, um evento que nem sequer é mencionado no calendário da instituição, o que sugere que eles apenas usaram as instalações de forma privada. Dos quinze restantes, cinco são idênticos aos trabalhos já citados, além de algumas pérolas que de fato me escaparam: dois artigos em jornais online de baixa categoria (“Los Maquiavelos de Strauss y Skinner” do doutorando Hilton Boenos Aires, de 2016, e “Os Quatro Discursos Aristotélicos na Medicina: Ferramentas Educacionais para Médicos” do doutor Hélio Angotti-Neto, de 2014, que lembra de forma dolorosa os limites da interdisciplinaridade); além de duas dissertações de bacharelado e duas dissertações de mestrado, uma que o cita duas vezes e outra que não o cita (mais ainda podemos supor que suas ideias estão presentes de alguma forma). Além disso, um artigo num blog e uma entrevista com o teólogo norte-americano Steve Turley. A fábrica de gênios para substituir a intelligentsia brasileira parece estar ainda na fase de teste de protótipos.

Tudo isso leva a entender que a habilidade de distinguir entre adulação e recepção crítica é obstruída pela abordagem apodítica de Olavo de Carvalho e sua posição particular no campo epistemológico. E ele foi forçado a contrabalançar essa ausência criando sua própria recepção crítica imaginária de admiradores. Mas essas listas longas, o pilar das suas relações públicas, une personalidades que são bastante próximas dele, seja ideológica ou pessoalmente. Elas incluem, o que não surpreende, declarações curtas de vários dos liberal-conservadores já mencionados, tais como Miguel Reale, Roberto Campos, Paulo Mercadante, Alejandro Chafuen e José Osvaldo de Meira Penna; além de seu amigo e entrevistador, o “escritor americano” Jeffrey Nyquist, para Carvalho o melhor analista político da América,⁵⁹ e o

56 Gurgel 2017: 15.

57 Wink 2024.

58 Comentários de Olavo de Carvalho sobre o artigo “Olavo de Carvalho e a Verdade de Deus” antes da publicação, anexado ao e-mail editado e encaminhado por Mark Sedgwick, 17 jun. 2020.

59 Olavo de Carvalho, Tweet, 23 out. 2020, <https://twitter.com/opropriolavo/status/1319481514359508994>.

matemático tradicionalista Wolfgang Smith. Também incluem nomes de celebridades, não conhecidas como especialistas nas respectivas áreas para dar qualquer peso a suas opiniões e sem nenhuma referência concreta à obra de Carvalho, tais como o ex-presidente Itamar Franco, aparentemente não-comunista, ou o escritor Jorge Amado.⁶⁰ Obviamente, seria um tanto exagerado chamar essas declarações educadas e muito sem sentido de “recepção”.

Curiosamente, apesar do desdém pela academia, Carvalho não consegue resistir a conceder a si mesmo alguns louros acadêmicos, de preferência fora do Brasil, e é aí que sua autoadulação se transforma numa caricatura. Os três casos que examinei lançam uma luz interessante nas práticas de Carvalho. Entre as autoridades acadêmicas que ele cita com mais frequência está Amy Colin, a “diretora da *Maison des Sciences de l’Homme*, Unesco, Paris”, onde ela era na verdade pós-doutoranda visitante em 1997 e co-organizou a conferência “Formas e Dinâmicas de Exclusão”. Carvalho participou, apresentando-se como um estudioso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com o trabalho “Os mais excluídos dos excluídos”, um texto publicado em seu *O Futuro do Pensamento Brasileiro* (1997). Colin, hoje na Universidade de Pittsburgh, teria comentado o trabalho dele nessa conferência com uma única palavra, “fascinante”, mas hoje ela não tem nenhuma informação sobre ele e não consegue se lembrar o que era tão fascinante no trabalho dele.⁶¹

Outro caso é o de Bryan McCann, professor de História Latino-Americana da Universidade de Georgetown. Ele convidou Carvalho para dar uma palestra a seus alunos no outono de 2005, como costumava fazer com muitos outros, incluindo ativistas políticos de variadas orientações. A declaração que Carvalho usa em seu texto de relações públicas é copiada de uma carta de recomendação que McCann escreveu a pedido da esposa de Carvalho para ajudá-lo no processo de solicitação do Green Card.⁶² Eu mesmo já escrevi várias dessas recomendações a pedido de colegas brasileiros nos Estados Unidos e certamente posso afirmar que esse gênero de texto é distinto de um parecer científico. É claro, Carvalho obteve o Green Card, como alguns milhares obtêm a cada ano (assim como os colegas para quem escrevi cartas de recomendação), o que certamente é motivo de orgulho, embora a afirmação “Fui convidado a MORAR aqui. Quantos ‘acadêmicos brasileiros’ moram nos EUA com visto similar?” soe hiperbólica.⁶³

60 Roveran 2017.

61 Alguns e-mails de Amy Colin, 26 maio 2020, e 28 maio 2020. Para o programa e o trabalho de Carvalho, ver <http://www.peace-culture.org/research-network/history/forms-and-dynamics-of-exclusion>. Para o texto dele publicado, ver Carvalho 1997a.

62 Alguns e-mails de Bryan McCann, 22 abr. 2020, e 24 abr. 2020. A citação da carta de recomendação que Carvalho usa em seus comunicados de relações públicas é: “Professor Carvalho é o analista da política brasileira mais astuto. Ele teve a coragem de atacar a corrupção oficial e suas consequências culturais mais abrangentes. Tem sido um forte defensor dos interesses dos Estados Unidos e crítico do simplório antiamericanismo. É uma voz importante em debates políticos hemisféricos.”

63 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 17 fev. 2016, <https://facebook.com/carvalho.olavo/posts/598344336984311>, ênfase do original.

O terceiro caso e o mais decepcionante é do suposto convite para o Primeiro Congresso de Lógica Universal (UNILOG) em Montreux. Carvalho orgulhosamente informa a respeito: “É o maior e mais prestigioso congresso de lógica do planeta, uma espécie de súpula mundial das descobertas importantes nesse campo. No ano em que participei, só seis brasileiros foram convidados. [...] Nos congressos científicos, o maior número dos participantes não é convidado. Pede inscrição e paga. Convidados são só palestrantes especiais.”⁶⁴ Surpreendentemente, o site do Congresso não inclui Carvalho entre os 16 palestrantes convidados, mas entre os 146 outros participantes (13 deles do Brasil), aqueles que – como ele explica corretamente – enviaram uma proposta de trabalho e pagaram a taxa de participação. Poderíamos perdoar a imprecisão como mera fanfarronice, mas torna-se impostura pelo fato de que o trabalho dele não aparece no programa da conferência e ele nem sequer compareceu, conforme confirmado pelo organizador principal.⁶⁵

Quando Carvalho se orgulha da originalidade da sua obra, surge a questão de por que ele nunca tentou disponibilizar seus insights a especialistas além da “decadente” academia brasileira. A pergunta principal não é por que sua tese sobre Aristóteles, de acordo com ele, “a PRIMEIRA E ÚNICA – repito: primeira e única – contribuição original brasileira a uma tradição de dois milênios e meio de estudos aristotélicos”⁶⁶, não recebeu nenhuma atenção no sentido de ser incorporada em referenciais teóricos e metodológicos. “Recepção crítica” obviamente não é uma carta privada de um professor português de filosofia (e especialista em Voegelin), como pensa Robson.⁶⁷ A Bibliografia Internacional de Aristóteles da Brill Publishers, um dos bancos de dados mais completos sobre estudos aristotélicos, reúne mais de 50.000 textos, mas nenhum da autoria de Carvalho. Pode-se certamente argumentar que isso se explica pela assimetria epistemológica que discrimina acadêmicos do “Sul”. Mas por que ele nem sequer tentou traduzir seus livros ou pelo menos um resumo para uma língua mais acessível para a comunidade internacional de especialistas em Aristóteles? Ou, em outras palavras, por que ele insiste em escrever exclusivamente para aquelas pessoas que ele despreza profundamente? A resposta óbvia de que ele prioriza a reabilitação da cultura em seu país natal me parece insatisfatória.

Se Carvalho, em suas próprias palavras, realizou o que o filósofo alemão Edmund Husserl somente pretendeu fazer,⁶⁸ por que seu aperfeiçoamento de Husserl não poderia ao menos ser de algum interesse para a Sociedade Alemã de Pesquisa Fenomenológica, com uma história de mais de meio século desenvolvendo estudos e uma rede de 50 centros de pesquisa e acadêmicos associados só na Europa? Uma objeção poderia ser que ele não sabe alemão, mas por outro lado isso não o impediu de publicar um livro inteiro sobre Husserl

64 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 17 fev. 2016, <https://facebook.com/carvalho.olavo/posts/598344336984311>.

65 Ver o site da Conferência <https://www.uni-log.org/one2.html>; e-mail de Jean-Yves Béziau, 8 mar. 2021.

66 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 31 jan. 2019, <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2019/01/31/31-1-2019>, ênfase do original.

67 Robson 2020: 132.

68 Carvalho 1995.

(Edmund Husserl: *Contra o psicologismo*, de 2020). Assim como não foi um problema lançar em 2003 sua tradução comentada de *Eristische Dialektik*, de Arthur Schopenhauer, publicada postumamente, com o título *Como vencer um debate sem precisar ter razão em 38 estratégias*.⁶⁹ Em sua tradução, baseada numa edição espanhola, Carvalho faz um comentário que ilustra claramente o que a meu ver indica o problema mais profundo: Schopenhauer, ele diz, distinguia entre as expressões “Recht haben” e “Recht halten” com conotações diferentes: a primeira de estar no seu direito e a segunda de agir como um sabe-tudo. Para começar, a segunda é gramaticalmente inexistente (correto seria o infinitivo “Recht behalten”), o que causa uma impressão muito ruim da seriedade da tradução. Mas, acima de tudo, para as duas expressões, as conotações são quase ambíguas, uma vez que todo o texto de Schopenhauer é altamente irônico e, lendo com atenção o Segundo Fragmento de seu texto, o próprio Olavo de Carvalho poderia ser considerado prototípico do *Rechthaber*, o sábio. Além do mais, o modo de argumentação de Carvalho e da maioria dos pensadores conservadores apresentados até aqui corresponde espantosamente a diversos dos métodos de Schopenhauer, tais como generalizar uma categoria como “comunismo” e desqualificar tudo que parecer ser parte dela; evitar responder uma pergunta apresentando uma contrapergunta para criar distração; e especialmente o último método, atacar o adversário pessoalmente. Vários dos livros de Carvalho são “dedicados” a um inimigo selecionado, às vezes sem qualquer relevância para a sua argumentação. Em *Jardim das Aflições*, o filósofo José Américo Motta Pessanha é atacado incríveis 94 vezes (o livro tem cerca de 400 páginas), pelo único motivo de Carvalho não ter concordado com a reação positiva do público a uma das palestras de Pessanha. Em suas anedotas biográficas, Carvalho gosta de mencionar que passou os primeiros sete anos da vida no mundo da imaginação, acamado devido a uma doença crônica. Quando curado, descobriu um mundo estranho onde todo mundo menos ele parecia possuir conhecimento total.⁷¹ Pode ser um bom indicador da saúde mental de Carvalho que aparentemente em certo momento ele conseguiu se convencer de que a situação havia se invertido.

No entanto, a inconsistência mais marcante é muito mais genérica e diz respeito ao projeto político de Carvalho como um todo. Conforme demonstrado em inúmeras ocasiões, ele não odeia ninguém mais que Gramsci, o “profeta da imbecilidade, o guia de hordas de imbecis para quem a verdade é a mentira e a mentira a verdade”.⁷² É difícil não ver em Olavo de Carvalho um autêntico intelectual orgânico, e em sua campanha anticomunista e escola filosófica uma guerra cultural que segue meticulosamente a receita: ocupar posições na sociedade civil (que hoje incluem associações virtuais), influenciar a opinião pública, estabelecer hegemonia cultural (que, é claro, não é nunca absoluta, mas reabilitou

69 Troster 2019.

70 Schopenhauer 1997: 95 nota de rodapé 48.

71 Carvalho 2004c.

72 Carvalho 1994a: 55.

de forma eficiente o legado conservador do Brasil da modéstia pós-ditadura) e conquistar poder político com apoio popular maciço, o que será o próximo tema.⁷³

O Parteiro da Nova Direita

Uma cena provavelmente foi vista pela maioria dos brasileiros, muitos com satisfação, muitos outros com assombro. No dia 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro fez a primeira transmissão ao vivo após sua vitória eleitoral. Na sua mesa havia quatro livros, três dos quais ele citou em seu curto discurso. Uma edição brasileira de uma versão simplista da Bíblia, chamada “A mensagem” e bem conhecida entre os evangélicos dos Estados Unidos, a Constituição Federal do Brasil; *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, de Churchill (o resumo de sua série de livros) – esses foram os livros mencionados – e o best-seller de Olavo de Carvalho, *O Mínimo que Você Precisa Saber para não Ser um Idiota*. Quem quer que tenha pensado nessa apresentação com quaisquer efeitos sofisticados em mente, o mínimo com que podemos concordar é que se tratou de uma tentativa de simbolizar o compromisso de Bolsonaro com a religião cristã, a democracia, algo como a cultura ocidental e o olavismo, a força que o levara ao poder. A questão de por que ele não expôs o último livro como fez com os outros três provavelmente permanecerá um segredo. Talvez ele tenha percebido de repente que seria inapropriado para a autoridade máxima de Chefe de Estado aparecer como alguém apenas minimamente distinguível de um idiota, talvez ele tenha só esquecido. Mas como o olavismo ajudou a elegê-lo?

Primeiro, Olavo de Carvalho deu uma contribuição significativa para o modo como as ideologias eram representadas pela mídia. Como jornalista, ele herdou nos anos 1990 o lugar de uma importante “instituição” no jornalismo impresso brasileiro que era ocupado por Paulo Francis desde os 1980: aquele que escreve o que outros acreditam ser a realidade, sem nenhum conhecimento dessa realidade, e os persuade a fingir ter esse conhecimento.⁷⁴ Tratam-se de polêmicas populistas estratégicas cuja força vital é o sarcasmo, o humor e a violência verbal. Mais do que isso, o exemplo de Carvalho serviu de inspiração para um primeiro time de epígonos que se multiplicou nos anos 2000, também no rádio e na TV. Jornalistas veteranos adotaram as ideias fantasiosas dele em seus artigos, mas também em alguns best-sellers que incorporaram as hipóteses de Carvalho como premissas: Demétrio Magnoli, Marco Antônio Villa, Reinaldo Azevedo, Luiz Felipe Pondé, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, Denis Lerrer Rosenfield, Arnaldo Jabor, Diogo Mainardi e muitos outros ganharam o reconhecimento de leitores que estavam entediados ou preocupados, ou ambos, com a mudança política resultante da eleição de Lula e seduzidos pelo “politi-

73 Carvalho 2002e; Puglia 2018: 7–12.

74 Ver Kucinski 2000.

camente incorreto”.⁷⁵ Em sua provocação ao governo “esquerdista”, incluíram a ideologia do olavismo – assumindo ou não – e se transformaram em autênticos jornalistas da Nova Direita; apesar dos atuais arrependimentos e afirmações contrárias de alguns deles e apesar do desprezo que Carvalho sempre demonstrou por seus epígonos. Mas seus próprios cor-religionários mais confiáveis, o jornalista Percival Puggina (referência importante no *Brasil Sempre* de Giordani) e o psicanalista, além de cientista político nas horas vagas, Heitor de Paola⁷⁶, cria intelectual do próprio Carvalho, também conquistaram espaço na mídia online. Os mais visíveis são os já mencionados Felipe Moura Brasil (jornalista da Rádio Jovem Pan), Leandro Narloch (autor de uma série de livros “politicamente incorreta”), Paulo Briquet e Silvio Grimaldo (que administra a plataforma de Carvalho, *Brasil Sem Medo*), Flávio Morgenstern (cujo sobrenome verdadeiro é Abujamra, o editor pseudo-germanófilo do site *Senso Incomum*) e o youtuber autoexilado e indiciado por fabricar fake news, Allan dos Santos (canal *Terça Livre*).

Segundo, esse já era o resultado preliminar da prioridade dele de criar uma militância política a partir de sua escola de filosofia, um plano traçado já em 2010, bem antes da primeira onda de protestos contra o governo do PT em 2013:

Militância, por seu lado, não se cria da noite para o dia. Ela começa com círculos muito pequenos de intelectuais que, por anos nada fazem, senão discutir e discutir, analisando diariamente, com minúcia obsessiva, uma conjuntura política na qual não têm o mínimo poder de interferir. É do seu debate interminável que emergem, aos poucos, certas maneiras de pensar e falar que, consolidadas e simplificadas em esquemas repetitivos, se tornam espontaneamente a linguagem dos insatisfeitos em geral. Quando estes aceitam a linguagem do núcleo intelectual como expressão de suas queixas (por mais inadequada que essa linguagem seja objetivamente), é então que começa o adestramento da militância propriamente dita. De início suas iniciativas podem parecer deslocadas e pueris, mas elas não visam a alcançar nenhum resultado objetivo: são apenas ação imanente, destinada a consolidar a militância. Isto é tão importante, tão vital, que todo movimento político sério tem de começar sacrificando eleições e cargos ao ídolo da solidariedade militante.⁷⁷

75 Chaloub & Perlatto 2015; Batista 2016: 12–18; Di Karlo & Kamradt 2018. Por exemplo, ver artigos de Azevedo na Veja, “Gramsci, o parasita do amarelo ideológico” (8 ago. 2007), “Direito Achado na Rua: gramscianos, ‘gramscianos’ e reclamações” (26 ago. 2008) e seu livro *O país dos Petralhas* (2008); os livros de Pondé, *Contra um mundo melhor: Ensaios do Afeto* (2010) e *Por que virei à direita* (2012, em coautoria com João Pereira Coutinho e Denis Rosenfield); o livros de Constantino, *Esquerda caviar: a hipocrisia dos artistas e intelectuais progressistas no Brasil e no mundo* (2013) e o de Mainardi, *Lula é minha Anta* (2007).

76 *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial*, 2008. Ver também Cruz 2019: 217.

77 Carvalho 2010b.

Assim que Carvalho percebeu a conjuntura fortuita após os protestos de junho de 2013, ele convocou sua militância a agir.⁷⁸ Isso significou sobretudo ciberativismo contra o partido do governo, que ainda ganhou as eleições de 2014, e então, agitação em favor de uma mudança completa de sistema (o impeachment para tal sendo, a seu ver, uma manobra inútil) e para apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro. Durante esse período, vários desses militantes criaram instituições nos moldes do COF de Carvalho, oferecendo conteúdo grátis e cursos online pagos, beneficiando-se do seu esquema e do seu prestígio.⁷⁹ Essa máquina de propaganda trabalhou quase automaticamente como um movimento orgânico, sem a necessidade de uma direção centralizada, graças ao exército de seguidores que ele havia acumulado ao longo de mais de uma década. Portanto, não há dúvida quanto à influência da “sua revolução” na eleição de Jair Bolsonaro, o que ele tipificou como um “milagre” (no sentido literal), comparável apenas ao líder da independência e primeiro presidente George Washington, pois ambos “não sabiam que algo era impossível, foram lá e fizeram”.⁸⁰

A contribuição decisiva de Olavo de Carvalho para a eleição de Jair Bolsonaro foi amplamente reconhecida pelo novo governo. O filho de Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (e não oficialmente o braço direito do pai no executivo), que como ex-aluno do COF em 2017 que é mais próximo do filósofo, deixou isso bem claro: “não teria sido possível vencer as eleições sem Olavo. Sem Olavo, não teria presidente Bolsonaro.” Mais recentemente, ele confirmou que a influência do professor vai além de preparar as mentes para a mudança política, uma vez que ele era “a nossa base filosófica”. Ainda que ele tenha usado o termo num sentido popular e genérico, ele estaria se referindo à orientação ideológica, a “filosofia” do governo. Nesse sentido, até Jair Bolsonaro se declarou ser “seu aluno”.⁸¹ A parte “liberal” do governo representada por Paulo Guedes, também homenageou Carvalho – “Você é o líder da Revolução!” – e Alejandro Chafuen, o escolástico-liberal, agraciou-o no Fórum da Liberdade em 2019 como analista político de destaque. Para os verdadeiros cientistas políticos que observaram a influência crescente do olavismo na sociedade, foi previsível, como as fontes pertinentes que menciono na introdução mostram, mas ainda foi um presente surpresa para o desavisado mundo dos negócios: “Não existiria Bolsonaro presidente sem Olavo de Carvalho”, comentou o economista Alan Ghani no site *Infomoney*, finalmente se dando conta de que “existe uma variável pouco explorada pelos analistas que foi fundamental para explicar ‘Bolsonaro presidente’. Essa variável se chama ‘Olavo de Carvalho’”.⁸² Em 2019, o dito recebeu a mais alta condecoração brasileira, a Ordem do Rio

78 “Hangout” com Olavo de Carvalho, Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro, 14 fev. 2014, <https://www.youtube.com/watch?v=ZMpOJ-NAzg&t=0s>.

79 Rodrigues 2018: 279.

80 Winter 2018.

81 Ver a entrevista em vídeo do Deputado Federal Jair Bolsonaro com Olavo de Carvalho na Conferência “Conclave de Brasília pela democracia”, 13 maio 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=DD7PBZyynAE&t=1345s>.

82 Ghani 2018.

Branco, no grau mais alto da Grã-Cruz. Um peso mais simbólico do reconhecimento do seu mérito pela existência do governo Bolsonaro seria impossível.

No novo governo, a tarefa de Carvalho parece ter sido completada. Depois de ter sido perseguido “com o intuito de remover do cenário alguém cuja mera superioridade intelectual o torna perigoso para todas as mediocridades ambiciosas” e mesmo garantindo sozinho “a função de respiradouro para a grande circulação de ideias do mundo, que caberia à classe acadêmica como um todo”,⁸³ ele estava confiante de que Bolsonaro guiaria o país para sair de um século de escuridão e resgatar valores tradicionais. Quando pediram que assumisse o Ministério da Educação, que certamente teria sido a decisão mais coerente de Bolsonaro para acelerar a “guerra cultural inversa” (e para Carvalho uma chance de realizar o que para Plínio Salgado permaneceu um sonho⁸⁴), ele recusou. De repente, ele se declarou um humilde filósofo que sequer sabia o endereço desse Ministério. Em vez disso, ele sugeriu que o único cargo público que ele estaria disposto a aceitar era o de Embaixador em Washington DC. A justificativa curiosa de novo lança uma luz sobre sua – decadente? – habilidade de fingir, desta vez como homem de negócios astuto: “O que o Brasil precisa mais urgentemente é dinheiro, e como embaixador nos EUA eu saberia fazer dinheiro. Eu peguei alguma prática deste negócio de comércio exterior no tempo em que morei na Romênia.”⁸⁵ Se alguém acreditou nessa afirmação, deve ter sido chocante ouvir alguns anos depois que na verdade ele foi a Bucareste em 2002 fugindo de ameaças de morte, segundo ele alega, e que lá o Embaixador arrumou para ele um “emprego de merda” para vender novelas brasileiras para canais de TV romenos, um negócio que ele logo abandonou para voltar ao Brasil.⁸⁶ Como seu desejo teve que ser negado, provavelmente à sua falta de qualificação adicional ao trabalho de vendas na Romênia, ele ainda tinha autoridade para indicar a Bolsonaro não só o ministro da Educação (o já mencionado Ricardo Vélez Rodríguez) como também o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (a quem retornarei em breve).⁸⁷ Além disso, diversos discípulos de Carvalho foram indicados – embora alguns tenham sido afastados por diversas razões – para ocupar posições importantes em órgãos estratégicos do governo: Ricardo da Costa como ministro da educação, Rafael Nogueira para a Fundação Biblioteca Nacional, Dante Mantovani para a Fundação Nacional para as Artes (Funarte), Murilo Resende e Alexandre Lopes para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, responsável pelas provas do ENEM), Carlos Nadalim, como Secretário da Alfabetização (responsável pelo material didático na educação pública), além do já mencionado assessor do presidente, Filipe Garcia Martins, e possivelmente outros que não encontrei.

83 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 15 jun. 2018, <https://facebook.com/carvalho.olavo/posts/1041730505979023> e Carvalho 2011a.

84 Fausto 2001: 12.

85 Ver *Congresso Em Foco* 2018 e o vídeo de Carvalho no YouTube “Eu no governo?”, 5 nov. 2018, <https://www.youtube.com/watch?v=wh9B4SCbWxl>.

86 Olavo de Carvalho, COF 551, 20 jan. 2021.

87 Bulla 2018, entrevista com Olavo de Carvalho.

Um dos indicadores mais fortes da influência de Olavo de Carvalho no governo Bolsonaro é certamente sua maneira de lidar com o Ministério da Educação (MEC). Graças às memórias de Vélez Rodríguez, sabemos que a equipe de transição consistia quase exclusivamente de seguidores de Carvalho e Donato, além de oficiais militares. Vélez Rodríguez, com a ajuda do serviço de inteligência do Exército e da Aeronáutica, elaborou um plano de metas para retirar militantes do PT do Ministério, uma operação chamada “Lava-Jato do MEC”. Ele então formou um novo núcleo de discípulos dos dois “grandes educadores”: Carvalho, obviamente, mas também Antônio Paim, o liberal fã de Pinochet, para uma nova “formação humanística, inspirada no liberal-conservadorismo”.⁸⁸

Dependendo do público e da situação, Carvalho nega qualquer influência política ou se gaba de seu “público amplo nos círculos do governo” e de ser “uma voz muito influente na política brasileira”. Quando nega, ele geralmente faz referência à falta de interlocução e certamente é verdade que teve pouco contato com a família Bolsonaro.⁸⁹ Dizer que isso teria enfraquecido a recepção de sua ideologia, que sequer depende dele estar vivo, só faz sentido se aceitarmos como premissa sua afirmação de que não existia nenhuma verdadeira ideologia conservadora no Brasil que fosse capaz de “suprimir ou ignorar as contradições internas [...] para fomentar o sentimento de unidade”. Porém, isso negaria, em uma frase, tudo que este livro apresentou até aqui sobre a existência de uma ideologia conservadora e os efeitos unificantes que ela produz há cem anos. Isso vai além da sem dúvida crucial “unidade simbólica na pessoa de um líder, o Bolsonaro”, a seu ver o estágio máximo já atingido.⁹⁰ O que parece ser limitado é na verdade a implementação das demandas de Carvalho para uma intensificação do radicalismo no governo com sua guerra justa contra os “inimigos”, a única preocupação que ele indica contra Bolsonaro, a quem ele sempre deu apoio total.

Sem Quebrar as Pernas

Após alguns meses de governo Bolsonaro ficou claro que a renascença do Brasil não ia ser fácil e rápida. A “revolução” em 2018 veio cedo demais. Como Carvalho advertira, o tempo médio para se transformar uma guerra cultural em dominação política é de cerca de 30 anos, não cerca de uma década.⁹¹ Ele se viu de novo na obrigação de intervir para

88 Vélez Rodríguez 2020: 296, 288, 303, 358, 379.

89 Na verdade, só se sabe oficialmente de duas visitas dos filhos de Bolsonaro a Olavo de Carvalho, além do famoso encontro com o Presidente Jair Bolsonaro na Embaixada brasileira em Washington DC em 17 mar. 2019. Virtualmente, o diálogo tem uma longa história em algumas sessões de debates online (“Hangouts”) transmitidas via Youtube em 14 fev. 2014, 26 jul. 2015 e 28 abr. 2016.

90 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 23 fev. 2019, <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2019/02/23>.

91 Carvalho 1998a: 182.

consolidar a mudança, para não perder a oportunidade única dada pelos eleitores. O que aos seus olhos poderia garantir a continuidade da política de Bolsonaro, contra a resistência crescente dos poderes legislativo e judiciário, além de parte da mídia arrependida, seria “uma militância bolsonarista organizada”. Ela não deveria se prender às ideias (na falta de uma ideologia agregadora de modo geral, como ele afirmou), mas se comprometer com a ação política e o apoio incondicional ativo a Bolsonaro: “A política não é uma luta de ideias, é uma luta de pessoas e grupos.”⁹² Allan dos Santos e outros, usando a hashtag #EstouComBolsonaro, promoveu a criação de um registro nacional de apoiadores.

Esse momento de primeira frustração revelou uma dimensão autoritária de Carvalho, que sempre defendeu publicamente que sua militância deveria evitar tentar ocupar cargos administrativos estatais e, em vez disso, garantir a ocupação, como um primeiro passo necessário, das igrejas, escolas e associações.⁹³ Porém, não foi exatamente o que aconteceu, e possivelmente se tratava de conversa fiada. O mais importante é lembrar que alguns jornalistas tinham notado, durante reportagens, que Carvalho tinha uma queda por armas de fogo: “Sobre a cama onde dorme afixou uma espingarda Remington calibre 12. No cômodo vizinho, ao lado de uma caixa com brinquedos, espalhou mais de 30 rifles de caça. Em frente à mesa onde trabalha, pendurou pistolas e revólveres.”⁹⁴ A entrevista, reproduzida no início deste capítulo, mostra sua declaração um tanto decepcionada sobre a inviabilidade de uma guerra civil devido à falta de armas nas mãos de outros cidadãos que não ele. Simpatizante do porta-voz do movimento pelo direito de ter, portar e usar armas, Bene Barbosa, Carvalho já argumentou contra o desarmamento como uma parte indispensável da revolução passiva comunista com o efeito de dividir o país “entre os armados e os desarmados”.⁹⁵ Na opinião dele, ele eliminou o risco de insegurança pessoal devido às leis favoritas do seu país adotado:

Eu sou meu próprio guarda armado. Meu e da minha família. Todos os cidadãos devem ter o direito de fazer o mesmo. Deus nos fez machos para que defendêssemos as fêmeas, as crianças e os incapacitados, não para que delegássemos essa tarefa a outros machos. Se você entrega a outro macho a proteção da sua esposa, deve entregar-lhe logo a esposa inteira. Por que ele deveria ficar só com a parte perigosa e você com o bem-bom?⁹⁶

92 Olavo de Carvalho, declaração em vídeo do Youtube, 17 set. 2019, https://www.youtube.com/watch?v=Gh_CIsD1wU.

93 Cunha 2019c: 246.

94 Fellet 2016.

95 Carvalho 1999a; Barbosa 2018.

96 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 23 out. 2015, <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2015/10/23/dialetica-novo-artigo-e-hangout>.

Sentado bem autoprotégido em sua poltrona em Virginia, ele já havia feito declarações do calibre de que João Goulart deveria ter sido fuzilado por “alta traição”.⁹⁷ Depois ele esbravejou pela internet que se Bolsonaro quisesse sobreviver politicamente, ele teria que se infiltrar no aparato do Estado para desarticular o Estado e provocar seu colapso. As táticas que ele recomendou foram perseguição política, por ação militar (“fazer mal pros inimigos” e “remover o lixo”), além do lawfare (usando de forma sistemática uma “força intimidadora”, algo que ele mesmo faz com seus críticos, como mencionado acima).⁹⁸ Isso para realizar o primeiro passo e o mais necessário, a ser concluído assim que se chega ao poder, como ele tem repetido inúmeras vezes nos vídeos: “quebrar as pernas de seus inimigos, impiedosamente”. Quebrar as pernas dos inimigos, seja impiedosa ou piedosamente, era para Carvalho algo inadiável, o objetivo principal que o governo deveria realizar, como ele sempre pregava: destruir a esquerda “politicamente, socialmente, culturalmente, de modo que nunca mais se levante” e que “ser esquerdista se torne uma vergonha que ninguém ouse confessar em público”.⁹⁹ Obviamente, isso era justificado como desforra, reação ao projeto da “esquerda” de destruir a direita, algo já realizado, aliás, a seu ver, de modo que a “revolução” brasileira não pode ter sido outra coisa que um milagre.¹⁰⁰ Para reagir, qualquer meio era legítimo, “tirar esses caras de lá de cima de qualquer jeito e nunca mais deixar voltar”, incluindo sua estratégia bem treinada de destruir a reputação pessoal do inimigo. No nível prático, isso tinha que ser acompanhado do fechamento dos partidos “esquerdistas”, a cassação de seus mandatos e direitos políticos “por pelo menos 200 anos”. Qualquer falta de funcionários na administração pública que isso pudesse provocar poderia ser facilmente compensada pelos recursos pessoais das forças militares, que no longo prazo poderiam substituir funcionários públicos.¹⁰¹

Esse discurso vai um pouco além dos objetivos de conquistar a “hegemonia cultural” no sentido original de Gramsci. Na verdade, ele lembra Steve Bannon, que foi demitido (mas quem era capaz de demitir Carvalho?) por declarações muito menos radicais sobre “arrebentar adversários políticos” após a manifestação “Unite the Right” em Charlottesville em agosto de 2017 – que, para Carvalho, foi uma manifestação inventada por comunistas.¹⁰² Nega à “esquerda” a condição de adversária e a transformam em “inimigo”, como prefere a linguagem da Nova Direita, mantendo a tradição que começou em 1875 com o padre Vital, como mencionei no capítulo três. Mais ainda, nega ao inimigo o direito de existência

97 “Hangout” com Olavo de Carvalho, Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro, 14 fev. 2014, <https://www.youtube.com/watch?v=ZMpoOJ-NAzg&t=0s>.

98 Sobre lawfare, ver Romano 2019 e Martins et al. 2019.

99 Carvalho 2013b.

100 Carvalho 2013a: 103.

101 “Hangout” com Olavo de Carvalho, Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro, 14 fev. 2014, <https://www.youtube.com/watch?v=ZMpoOJ-NAzg&t=0s>. Ver também *Revista Fórum* 2019.

102 Bianchi & Melo 2018: 69. Olavo de Carvalho, post no Facebook, 14 ago. 2017, <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/880548642097211>.

pública, a ser combatido até que “o último deles seja extirpado da vida pública nacional para sempre”.¹⁰³ Bolsonaro entendeu isso ao seu modo próprio, dias antes da sua vitória: “Petralhada, vai [sic] tudo vocês para a ponta da praia [referência à Restinga da Marambaia, conhecido local de execução militar durante a ditadura]. Vocês não terão mais vez em nossa pátria.”¹⁰⁴ Porém, o que soa como um caso típico de “discurso de ódio” é, aos olhos de Carvalho, só um dever cristão, baseado nas já mencionadas sentenças papais, e, portanto, incorporado à doutrina da Igreja.¹⁰⁵ Da mesma forma, esse empenho não é para ele uma ameaça à democracia. As instituições democráticas que precisam ser destruídas não eram autenticamente democráticas porque – já sabemos – eram controladas por uma minoria de políticos, jornalistas e acadêmicos “comunistas”. Como tal, não funcionariam de forma democrática na realidade, mas apenas no “delírio da linguagem psicótica dos jornalistas” e sua “apologia das instituições democráticas”. O intuito da democracia era mesmo impedir que “o povo” impusesse sua vontade soberana. E só o último elemento definiria corretamente uma democracia, já que seria “o governo do povo, pelo povo e para o povo” no qual as instituições democráticas estão “sob o controle do povo e não o povo sob o controle dela”.¹⁰⁶

Sem excluir a possibilidade de Carvalho estar aqui tratando de um problema central das democracias representativas, amplamente discutidas em sociedade e até pelos “comunistas”, o truque maldoso nessa apropriação do debate é identificar “o povo” com o interesse da elite. Esse é um fenômeno comumente definido como populismo e perfeitamente compatível com o fato de que uma parte significativa desse povo (ainda que não “quase a totalidade”, como ele gosta de dizer) apoia um líder autocrático que promete representar seus interesses melhor que qualquer instituição democrática. Do mesmo modo, a única base de apoio de seu próprio olavismo que Carvalho reconhece é “o povo”.

A única “direita” sobre a qual posso ter exercido alguma influência é portanto a massa anônima e inorgânica dos meus leitores, ouvintes e alunos – ou seja, aqueles brasileiros tipicamente separados por distâncias enormes, socialmente isolados, desprovidos de qualquer canal de ação política, desamparados e órfãos aos quais a direita “liberal” e a “conservadora”, igualmente, nada tem tido a dizer desde há muitos anos. Esses me ouvem, no mínimo, porque ninguém mais fala com eles ou, quando fala, só lhes desperta bocejos, quando não tristeza e desesperança.¹⁰⁷

103 “Hangout” com Olavo de Carvalho, Jair Bolsonaro, Marcello Reis e Beatriz Kicis, 26 jul. 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=Rr6OdEhphAg>.

104 Jair Bolsonaro, discurso público via celular, transmitido para manifestação de apoio em São Paulo, 22 out. 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=at8qr1MeO6g>.

105 Carvalho 1999b.

106 Carvalho 2019.

107 Carvalho 2012a.

A função principal do bolsolavismo é destruir a estrutura existente, uma cura drástica com alto potencial para matar o paciente, uma vez que nenhum plano substancial é apresentado para substituir o improvisado autoritário. Na lógica de Carvalho, não há nenhuma necessidade de pensar no que construir no lugar, já que a amputação das estruturas democráticas em si já liberaria um Brasil verdadeiro e organicamente organizado em que as elites de repente estarão dispostas a dividir seus privilégios com o povo, sem nenhuma pressão de instituições democráticas. No estilo carismático de Carvalho, “para combater o comunismo, você não precisa de nenhuma proposta alternativa. Na hora de tirar uma piroca do seu cu, você não pergunta o que vai colocar no lugar dela.”¹⁰⁸ Qualquer que seja o resultado dessa remoção, o olavismo é imune à refutação: se o governo Bolsonaro fracassar, há sempre o subterfúgio de culpar a “esquerda”, o Estado burocrático ou o próprio governo frouxo e acusá-lo de ter traído suas ideias que eram uma garantia de efetividade. Isso permitiria ao olavismo seguir vigorosamente como ideologia política, mesmo se a sua primeira tentativa de implementação for um fracasso.

108 Olavo de Carvalho, Tweet, 17 nov. 2017, <https://twitter.com/OdeCarvalho/status/931479832696950786>. A esse respeito, Teitelbaum 2020 observou perfeitamente que a pauta de destruição de Bolsonaro tem semelhanças com a ideologia por trás de Trump.

8 A Nova Direita Hoje

*A esquerda é violência, é o golpe cruel, é o assassinato frio, é o defloramento em massa,
é o saque organizado, é o massacre, é o incêndio, é a blasfêmia.
A direita é a união sagrada em torno da Bandeira da Pátria, das tradições nacionais,
é a virtude, é a castidade, é o heroísmo, é a religiosidade,
é a delicadeza dos sentimentos,
é o pudor individual e coletivo, é o sacrifício, é a honra de uma Nação.*
Plínio Salgado¹

Nos capítulos anteriores, tracei a continuidade das ideias conservadoras no Brasil durante um período de aproximadamente cem anos. Tentei demonstrar que essas ideias foram escolhidas por vários atores, instituições e movimentos políticos e sociais, às vezes alterando sua forma e sendo comunicadas de formas diferentes pelos agentes ideológicos de cada época, muitas vezes preservadas quase sem alteração, mas, no fim, em conformidade com um núcleo inquestionável de premissas com objetivos conservadores. A grande questão que permanece é como essa longa tradição afeta os atores da Nova Direita hoje. Hoje entendo os anos após a eleição de Lula em 2002 e a “reação conectada”² a essa mudança política. Em alguns casos, já mencionei aspectos selecionados da influência acima. Este capítulo sistematiza uma gama completa de efeitos e mostra como os atores hoje são amplamente influenciados pela tradição liberal-conservadora descrita em seu autoentendimento e sua ação política.

O Revival Católico Conservador

Jair Bolsonaro nunca foi declarado o candidato oficial dos católicos. No segundo e decisivo turno, ele “só” recebeu 51% dos votos católicos contra seu oponente, Fernando Haddad, do PT. Como é sabido, a preferência foi bem mais marcante no caso do voto evangélico, com 70%, uma diferença que ficou mais acentuada ainda nas eleições de 2022, com quase 30%. Obviamente, é um problema metodológico que os números incluem, entre os católicos, mais não-praticantes (ou pessoas que nem são religiosas) do que entre os evangélicos. Considerando apenas católicos que recebem a comunhão todo domingo, confessam pelo menos uma vez ao ano, não comem carne pelo menos nas sextas-feiras

1 Salgado 1937:22.

2 Puglia 2020.

durante a quaresma e que obedecem às leis matrimoniais da igreja – ou seja, que fazem o mínimo para serem católicos – iria reduzir consideravelmente o número de votantes ditos católicos em Lula, suponho. Mas o que mais importa para o meu argumento é o significado do apoio que Bolsonaro recebeu por parte de instituições religiosas, a começar com a Igreja Católica. Um bom exemplo é a arquidiocese do Rio de Janeiro, como vimos, historicamente conservadora. Arcebispo desde 2009, Dom Orani João Tempesta, além do Monsenhor Jonas Abib, o fundador da influente e carismática rede de comunicações *Canção Nova*, assinaram com Bolsonaro, antes da eleição, um memorando de entendimento sobre a defesa da família tradicional e liberdade religiosa (o que significa contra políticas seculares) e também quanto à inadmissibilidade do aborto e qualquer consumo de drogas.³ Mais explicitamente, o padre Lourenço Fleichman (que estava entre os consagrados pessoalmente por Lefebvre) do resiliente grupo *Permanência*, fundado em 1968 por Gustavo Corção, e o pai de Lourenço, Julio Fleichman, forneceram à população católica orientações políticas inequívocas para as eleições próximas, “segundo os critérios e princípios do Evangelho, das leis da Igreja e das virtudes, sobretudo da prudência, da justiça e dos dons de conselho e de ciência.” Como os católicos eram proibidos de votar em “comunistas, socialistas, maçons, etc.,” sob risco de excomunhão – o que é sempre bom lembrar, por mais estranho que pode parecer – isso já excluía a maioria dos candidatos. Entre eles estava, é claro, Haddad, mas surpreendentemente também Geraldo Alckmin, membro da Opus Dei, por ter errado em supostamente tolerar a ideologia de gênero e assim ter promovido a destruição da família natural (coincidentalmente ou não, o termo “ideologia de gênero” foi criado durante o Primeiro Congresso Internacional sobre Ideologia de Gênero na Universidade da Opus Dei de Navarra em 2011).⁴ Essa proibição também era válida para os “ultraliberais” Henrique Meirelles e João Amôêdo, embora enaltecidos como competentes em questões econômicas, devido ao modo vago com que defendiam os valores tradicionais. Por fim, Jair Bolsonaro, aos olhos de Fleichman, poderia até dar a impressão de “uma pessoa bruta, meio burrona”, mas, ele escreve, ele foi o único a ficar do lado dos católicos conservadores na defesa contra os inimigos: globalistas anticatólicos, a “ditadura” dos métodos pedagógicos de Paulo Freire inspirados na teologia da libertação, e a espúria mídia de massa. Além disso, como efeito colateral conveniente, Bolsonaro defendeu a iniciativa privada, redução de impostos e reforma da Previdência. Sendo assim, o *Permanência* recomendou o voto em Bolsonaro e em seus candidatos aliados no Congresso.⁵

Essas são certamente vozes isoladas. No entanto, podem ser o indicador de uma nova tendência na hierarquia católica. Quando em julho de 2020, após um longo silêncio a respeito do tumulto político e no meio da pandemia, os bispos da CNBB apresentaram sua “Carta ao Povo de Deus”, em que protestavam contra a incapacidade e a incompetência

3 Moreira 2019: 113.

4 Junqueira 2018: 455.

5 Fleichman 2018b.

do governo federal para lidar com a situação, tratou-se de uma manifestação corajosa.⁶ Por outro lado, pode-se perguntar por que só 152 bispos – nem um terço da CNBB – assinaram a carta e por que a CNBB enquanto organização permaneceu em silêncio e nem sequer apoiou a iniciativa. Meus entrevistados do IPCO garantiram que essa manifestação foi mais um sinal de fraqueza do que de força e que uma troca de geração estava em curso para fortalecer ainda mais a ala conservadora do catolicismo. Em evidente contraste, a mesma CNBB insistiu nos anos 1980 e 1990 em sua responsabilidade política, apoiando movimentos sociais contra o neoliberalismo. Entretanto, é bom lembrar que em nenhum momento e de alguma forma subordinou sua defesa contínua das tradições morais a esses objetivos.⁷

A instituição paradigmática dessa mudança é o Centro Dom Bosco (CDB) no Rio de Janeiro, que menciono na introdução. Quase uma repetição da história dos anos 1920, o centro foi criado em 2016 sob o patronato da conservadora arquidiocese do Rio de Janeiro e foi concebido como célula-tronco de uma rede de centros semelhantes com uma variedade de denominações em todas as capitais e na maioria das principais cidades. Juntos, esses centros formam a Liga de Cristo Rei, uma estratégia de defesa de descentralização para evitar a vulnerabilidade diante do inimigo. Essa foi uma lição aprendida com a proibição e expulsão da ordem jesuíta, segundo me contou o vice-presidente do CDB, Álvaro Mendes, de modo que se hoje um centro fechar, outros continuam ou podem reabrir.⁸ O CDB é baseado em três pilares: “vida de oração, vida de estudos e apologética”, aos quais o presidente do centro, Pedro Affonseca, acrescentou “amizade e família”.⁹ Na introdução, mencionei o papel central das publicações para o CDB, tanto financeira como propagandisticamente. Mais uma vez, a situação parece repetir a década de 1920, para enfrentar o desafio de superar a apatia dos católicos e a inação do clero, e para aprender com o inimigo, como Sebastião Leme pregou em 1916: “Por que não imitarmos os filhos das trevas? Anima-os acentuando espírito de propaganda. Façamos o mesmo.”¹⁰

Os jovens colaboradores do CDB revivem com habilidade os episódios de um século de campanhas conservadoras. Obviamente, o fazem com meios muito mais eficientes, de modo que qualquer eventual protesto público se transforma num evento virtual permanente, circulando em contas e canais das redes sociais. Um exemplo é o lançamento, em março de 2018, do jornal de um número só *O universitário*, uma imitação de *O indivíduo* que em 1997 causou um grande escândalo. Ambos os jornais pretendiam ser fanzines improvisados, continham artigos curtos provocativos, e tinham como alvo especialmente alunos da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mais do que convencer leitores simpatizantes, o efeito desejado por eles era provocar uma forte reação espontânea e, portanto – aos olhos deles –

6 Ver a carta pública em <https://crbnacional.org.br/carta-ao-povo-de-deus>.

7 Azevedo 2004: 117. Ver também Della Cava 1989 e Smith & Prokopy 1990.

8 Álvaro Mendes, entrevista com o autor, Rio de Janeiro, 19 nov. 2020.

9 Ver <http://centrodombosco.org> e a apresentação em vídeo “O que é o Centro Dom Bosco” em <https://youtu.be/kALXxBPRYhE>.

10 Leme 2019 [1916]: 102.

comprometedora em seus adversários. As doze páginas de *O indivíduo*, de 1997, criticavam, entre outras questões, as políticas de ação afirmativa, na época discutidas na Universidade Católica, que pareciam ameaçar o privilégio da classe alta, não por coincidência fortemente representada pelos editores. O editorial reflete sobre a recuperação da consciência individual e do acesso à verdade eterna, o que logo confirmou que *O indivíduo* era um produto de discípulos e simpatizantes de Olavo de Carvalho. Foi ele então que defendeu a iniciativa contra a forte reação negativa (o jornal chegou a ser confiscado pela Universidade) e destruiu qualquer crítica numa polêmica midiática que se estendeu por três semanas, sobretudo no *Jornal do Brasil*. O remake de 2018, *O Universitário* causou muito menos reação, ainda que a primeira página exibisse apoio aberto à candidatura de Jair Bolsonaro. De novo, o editorial atesta rudimentos de olavismo:

Num país dominado há décadas por vozes que não conseguem enxergar que “a grama é verde”, “o céu é azul” e a “água é molhada” [...] escrevemos para você que compreende que a grama é verde e que algo precisa ser feito. É para isso que aqui estamos. Pedimos a Deus que nos ajude e a você que leve este jornal a todos!¹¹

Carvalho também está presente numa entrevista sobre marxismo cultural, assim como o já mencionado veterano católico Carlos Noguê (que depois deixou o CDB por causa de sua rixa com Olavo de Carvalho¹²), o braço político do CDB, Chris Tonietto (eleita deputada federal pelo PSL em 2018 e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito do Fórum de São Paulo) além de alguns colunistas assíduos da Nova Direita, como a ex-estrela do vôlei Ana Paula Henkel e o youtuber e codiretor do jornal online de Carvalho, *Brasil Sem Medo*, Bernardo Küster.

O CDB não perde uma oportunidade de apoiar a agenda da Nova Direita. O centro participou dos protestos contra a visita de Judith Butler em 2017, contra a exposição *Queer-museu* em 2018, contra as Missas Afro-Brasileiras no dia da consciência negra e ficou famoso por causa da ação judicial contra o “blasfemo” grupo *Porta dos Fundos*, um episódio que descrevo na introdução. Recentemente, o CDB investiu em vídeos divulgando tratamentos profiláticos anti-COVID e convocando o boicote da campanha anual de quaresma, a Campanha da Fraternidade, por causa da presença da “extrema esquerda revolucionária” no movimento ecumênico. O centro coopera de perto com o IPCO em São Paulo – é quase possível dizer que se trata da filial do Rio – assim como através do colaborador do CDB, Sidney Silveira (irmão do já mencionado) com monarquistas.

O IPCO também se concentrou em lançar luz num novo problema de dimensões apocalípticas que abalou o Vaticano em 2013: a eleição do Papa Francisco e a suposta mudança

11 Evaristo 2018: 8.

12 Ver a justificativa no blog “SalveRoma” (<https://salveroma.com/2020/05/04/10-vezes-em-que-o-centro-dom-bosco-ou-a-liga-cristo-rei-agradeceram-e-favoreceram-a-olavo-de-carvalho>).

de paradigma que ele logo provocou, especialmente através da encíclica *Evangelii Gaudium*, em que ele trata da economia de exclusão e desigualdade, do mito dos chamados “efeitos de gotejamento” e a deificação do “mercado”.¹³ O IPCO dedicou uma monografia, de autoria de José Antonio Ureta, a essa tendência preocupante, na visão deles, que o Papa Paulo VI profetizou em 1972 como “a fumaça de Satanás entrando no templo de Deus”.¹⁴ O livro, com prefácio de Bertrand de Orléans e Bragança, argumenta em 200 páginas que a autodemolição da Igreja, o caos e a confusão se devem à “revolução cultural” do novo Papa, que introduziu erroneamente “um princípio interpretativo inusitado para dar uma orientação completamente diferente a todo ensinamento da igreja”.¹⁵ Não de todo mal, pois confirmou a profecia de Plínio Corrêa de Oliveira. Em 1951, o líder da TFP inferiu a partir dos oráculos da Mãe de Deus durante o milagre de Fátima que no século XX (ou talvez no XXI) uma batalha decisiva começaria entre “reino de Cristo e Satanás” e terminaria com o “imenso triunfo” daquele.¹⁶ Porém, Ureta é cauteloso o bastante para não concluir explicitamente pelo sedevacantismo antidogmático. Ele só expressa sua esperança por “uma próxima solução da atual crise de autodemolição da Igreja pela intervenção de Maria Santíssima” (a vinda do mencionado Reino de Maria), de declarar seu amor pelo Papado e seu desejo de ver a Santa Sé “refulgir com renovado esplendor”.¹⁷

Como qualquer outro fenômeno deste mundo, para o IPCO, as políticas a respeito da COVID-19 batiam perfeitamente com as profecias de Corrêa de Oliveira em meados dos anos 1960.¹⁸ Numa publicação de abril de 2020, o centro explica a pandemia como uma manobra planejada com quatro beneficiários: o Partido Comunista chinês, pela expansão de sua influência internacional econômica e política; os ecologistas seguindo as restrições da pandemia; os globalistas usurpando o poder num governo mundial; e a esquerda radical reinventando o comunismo como uma colaboração global baseada na ciência e restabelecendo o controle público de setores estratégicos, como a saúde pública.¹⁹ Para a intuição de Olavo de Carvalho, trata-se mais do que somente controle, é o plano comunista-metacapitalista de escravizar a população mundial: “O fenômeno mais óbvio do mundo é o projeto da elite megabilionária – já em ação – para reduzir todas as classes médias do mundo à ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA.”²⁰ Para Ureta, o especialista no satanismo do Vaticano, o principal problema era ainda mais profundo por causa dos efeitos do distanciamento social. Não tanto por corresponder a uma prisão domiciliar, como ele descreve, mas como estraté-

13 Francis 2013.

14 Guercio 2018.

15 Ureta 2018: 16.

16 Corrêa de Oliveira 1951. Veja o fac-símile da transcrição das profecias do milagre de Fátima em https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000626_message-fatima_po.html.

17 Ureta 2018: 214–215.

18 Corrêa de Oliveira 1965 [1963].

19 IPCO 2020: 13–18.

20 Olavo de Carvalho, post no Telegram, 18 mar. 2021, <https://t.me/s/opropriolavo>, ênfase original.

gia para proletarizar a vida através do relaxamento das boas maneiras na esfera privada – por exemplo, quanto à escolha adequada de talheres – o que faz todo mundo acabar ficando como “índios na taba”.²¹

Como o último exemplo ilustra, o IPCO e o CDB ainda são círculos reservados da elite, apesar das eventuais caravanas daquele e eventos de protestos deste. Sua inventiva colaboração com a Renovação Carismática Católica (RCC) acrescentou a essa Ação Católica do século XXI a parceria popular muito necessária para alcançar um público mais amplo. Como vimos, esse sempre foi o ponto fraco dos católicos conservadores, exceto durante a colaboração com os integralistas no início da década de 1930 e com movimentos de oposição no início dos anos 1960. A RCC foi trazida ao Brasil no fim dos anos 1960 pelo padre norte-americano Haroldo Joseph Rahm e seu parceiro jesuíta, Eduardo Doughert, e se espalhou como uma versão católica da atraente liturgia dos eventos pentecostais: megashows, voltados para um público mais jovem e popular, com orações entoadas e “curas” espirituais. Isso obviamente representa um contraste nítido tanto com a liturgia tradicional católica de um lado, e com a abordagem da teologia da libertação de outro. No começo, a RCC também tinha em comum com os pentecostais a distância da militância política e a falta de interesse em questões coletivas, uma vez que seu foco era na redenção privada através do controle de hábitos ruins.²² Desde meados dos anos 1990, em paralelo e miniatura, a RCC também desenvolveu uma ala politizada através do *Partido Humanista da Solidariedade* (PHS, agora parte do *Podemos*) e canais de comunicação desenvolvidos de forma semelhante, como TV *Rede Vida* e o já mencionado *Canção Nova*.²³ Desde 2009, a RCC e os pentecostais estão até em parceria de modo regular, teologicamente no “Encristus – Encontro de Cristãos na Busca de Santidade e Unidade”, socialmente em projetos sobre consumo excessivo de drogas e economicamente como investidores do maior mercado musical do Brasil.²⁴

Com essas características, a RCC da cultura pop tinha que representar para os católicos conservadores a mesma heresia do espiritualismo e da leitura fundamentalista da Bíblia, além de charlatanismo, a “conscientização da fé por método negador da inteligência”.²⁵ Isso mudou após o desmoronamento político das eleições de 2002. Para o conservadorismo sob pressão, a lealdade da RCC aos seus valores tradicionais se tornou estrategicamente atraente e, afinal, ela era mais aceitável do que os pentecostais que também os defendiam – e os quais o CDB, como lembramos, ameaçou, mandando “voltarem para casa” na campanha de 2017. No esforço para reintegrar a RCC, o marianismo acabou sendo um ponto de convergência importante – alinhado ao legado vívido de Plínio Corrêa de Oliveira – e como distinção entre eles e os pentecostais porque o marianismo obviamente depende da

21 José Antonio Ureta no “Simpósio de Estudos e Ação Contra-Revolucionária”, IPCO, São Paulo, 13–16 fev. 2021, <https://www.youtube.com/watch?v=UJVKCHqdvQA&t=0s>.

22 Prandi 1997: 15; Lopes 2012: 7–10.

23 Machado 2015: 49–56; Oro & Alves 2016: 223–227.

24 Mariz 2016: 8; Oro & Alves 2013: 135–138.

25 Moura 1978: 208.

aceitação, estranha para os pentecostais, do papel de Maria como Mãe de Deus.²⁶ Hoje, o IPCO e especialmente o CDB têm uma relação nada problemática e próxima com a RCC.

Isso se dá sobretudo pela figura integradora do carismático Paulo Ricardo, desde 2006 padre proeminente da RCC e defensor firme dos valores tradicionais da TFP, cujos membros gostam de se referir a ele respeitosamente como “Plínio de batina”.²⁷ O segredo do sucesso evangelizador dele está em seu livro *A resposta católica: um pequeno manual para grandes questões*, uma atualização revigorante do catecismo anticomunista de Sigaud nos anos 1960, mas que hoje pode ser uma leitura tediosa para alguns. No entanto, Ricardo essencialmente transmite com palavras mais gentis e aplicadas às realidades dos leitores a mesma mensagem: que só existe uma verdadeira religião, que o diabo é uma realidade e a punição capital uma necessidade; que o aborto, a vasectomia e a masturbação são proibidos (até para exames médicos); assim como sexo num segundo casamento, tatuagens e piercings, lembrando que o corpo também ressuscita e que se deve pensar duas vezes antes de mostrar qualquer *body art* aos olhos de Argus de Deus.²⁸ Paulo Ricardo fornece instruções claras ao leitor sobre como formar um bastião pessoal contra a “ditadura do relativismo”. O que ele busca e vende é a verdade, não apenas qualquer ideologia ou religião concorrente, e como Olavo de Carvalho ele é grato pelo fato de que essa verdade acabou coincidindo com as doutrinas católicas, como neste comentário bastante revelador: “Sempre buscamos a realidade das coisas. E uma vez que a encontramos, sem dúvida nenhuma, nós católicos temos plena certeza que a verdade jamais irá contradizer a nossa fé católica e aquilo que é o magistério da igreja.”²⁹

Com Carvalho, seu professor, ele tem uma relação íntima: “Eu posso dizer que a minha vida intelectual se divide em antes do Olavo e depois do Olavo.” O que o tornou um seguidor, ele diz, foi um artigo que Carvalho publicou no jornal *O Globo* em 2002, sobre o tema “Cem anos de pedofilia” (evidentemente aquela praticada por “comuno-gayzistas”, e não a pedofilia clerical).³⁰ Ricardo e Carvalho de fato combinam perfeitamente no sentido de que ambos renovaram a forma da doutrinação conservadora e a adaptaram a novos públicos e formatos de comunicação, um no campo da teologia, o outro na filosofia e crítica social. Se for em nome do proselitismo, até os palavrões do filósofo são bem-vindos pelo padre:

Eu entregaria os meus sobrinhos para serem educados pelo Olavo de Carvalho, com os palavrões que fossem, e não os entregaria a muitos colégios religiosos católicos, aliás, a maioria deles, por uma razão muito simples, eles aprenderiam a

26 Pierucci & Prandi 1996: 124–125.

27 Frederico Viotti e Bertrand de Orléans e Bragança, entrevista com autor, São Paulo, 11 nov. 2020.

28 Ricardo 2013.

29 “Hangout” com Olavo de Carvalho e Paulo Ricardo, 12 mar. 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=Ynik0oAaAbs>.

30 Vídeo no YouTube “Ao vivo com Padre Paulo Ricardo”, 12 set. 2013, <https://www.youtube.com/watch?v=FCgZjtUxDvM>; Paulo Ricardo, Paulo Ricardo, declaração na sua homepage <http://padrepauloricardo.org>, 29 abr. 2013; Carvalho 2002d.

verdade com o professor Olavo, e nestes colégios aprenderia uma mentalidade revolucionária [...]. Com os palavrões dele o professor Olavo já trouxe para a fé católica dezenas de pessoas, eu sou testemunha disso [...] se com os palavrões ele está conseguindo trazer as pessoas de volta para a Igreja Católica, bendito sejam os palavrões. [...].³¹

Em fevereiro de 2021, no meio da pandemia, o IPCO realizou o seminário presencial de quatro dias “Simpósio de Estudos e Ação Contra-Revolucionária”. Nada parece ter mudado, pelo contrário, as expressões de opinião estavam mais radicais que nunca. Interrompido apenas por ataques de tosse, Dom Bertrand reclamou da onipresença de “imoralidades e amoralidades” que ele parecia esperar que já tivessem sido aniquiladas pelo novo governo. Também lamentou o recente ataque conspiratório (leia-se, esquerdista) ao Capitólio nos Estados Unidos como uma tentativa de deter o triunfo conservador, como os ataques da mídia, cheios de expletivos contra o honorável presidente Bolsonaro. Lembrou que a motivação mais forte da tarefa católica conservadora era assumir a identidade de *Miles Christi*, os soldados de Cristo, e lutar até o Estado existir de novo na função de sustentar a Santa Igreja, exatamente como o Papa Pio IX ordenou. E fechou com as palavras de incentivo irrefutáveis de que, pela primeira vez na história, ambos presidentes das casas do Congresso não eram da “extrema-esquerda” – e ambos eram apoiadores pessoais de Bolsonaro – portanto devia haver esperança.³² A percepção especial que os conservadores têm do espectro político no Brasil, em que a extrema esquerda cobriria tudo menos uma ínfima margem da direita, sem dúvida atingiu um novo clímax. O diretor do IPCO, Lindenberg, está alinhado com Bertrand em seu otimismo. Desde que se alimente o “ódio da população ao PT”, diz ele, Bolsonaro teria chance de continuar governando.³³

Peões Pentecostais

O apoio à Nova Direita por parte de muitos pentecostais, entre eles o influente pastor político Silas Malafaia, com quem Jair Bolsonaro colabora de perto em eventos políticos, mas também Marco Feliciano, Everaldo Dias Pereira, Magno Malta e Edir Macedo, tem sido muito mais franco do que o lobby discreto dos católicos conservadores. Desde que se politizaram no fim da década de 1980, quando entenderam que a representação política era crucial para sua expansão, os pentecostais têm defendido uma agenda predominantemente conservadora na política brasileira. Quase sem variações, essa agenda se baseia em três

31 Vídeo no YouTube “Ao vivo com Padre Paulo Ricardo”, 12 set. 2013, <https://www.youtube.com/watch?v=FCgZjtUxIDvM>.

32 Arthur Lira do Partido Progressista (PP) e Rodrigo Pacheco do Democratas (DEM).

33 IPCO, Simpósio de Estudos e Ação Contra-Revolucionária, 13–16 fev. 2021, https://youtu.be/hr--1GH_t8.

demandas: política simbólica, como se vê na adaptação do preâmbulo da Constituição de “todo poder emana do povo” para “todo poder emana de Deus”³⁴; educação moral intensificada, como o ensino de religião em escolas públicas, a introdução de kits da Bíblia na educação básica e a inclusão do criacionismo ou do “design inteligente” no currículo³⁵; a oposição aos LGBTQs e aos direitos reprodutivos, assim como a defesa da família “natural” contra a relativização dos papéis de gênero. Pode-se acrescentar aqui o lobby por interesses corporativistas, isso é, a preservação dos benefícios fiscais para igrejas na isenção de impostos sobre renda, propriedade e valor acrescido à venda expressiva de seus produtos, que foi prolongada até 2032 por Bolsonaro.

Ainda que seu lobby político não seja um fenômeno único considerando-se países com forte presença pentecostal, seu corporativismo eleitoral certamente é. Desde a redemocratização e a sua mudança de paradigma de “crentes não mexem com política” para “irmão vota em irmão”³⁶, as denominações pentecostais – começando com a IURD e seguida por várias Assembleias de Deus (AD) – passaram a apresentar candidatos oficiais. No começo, eles foram colocados de forma estratégica em diversos partidos e depois em partidos controlados por eles mesmos, como o Partido Liberal (PL) da IURD, hoje chamado de Republicanos, e o Partido Social Cristão das Assembleias de Deus (PSC), partido anterior de Bolsonaro.³⁷ Os candidatos pentecostais foram eleitos através de um sistema de coordenação baseado centralmente em TI para evitar a pulverização dos votos.³⁸ De modo muito pragmático, eles forjaram alianças com partidos da maioria das orientações políticas, dependendo de suas chances de sucesso, e portanto acabaram apoiando a maioria dos candidatos eleitos para a presidência, incluindo os pré-candidatos do PT, Lula e Dilma Rousseff.³⁹ A Frente Parlamentar Evangélica (FPE), criada em 2003 em aliança com o PT, prosperou no governo Lula, apesar de sua missão de “influenciar políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família, no que diz respeito à moral e aos bons costumes”.⁴⁰ Hoje a FPE é considerada uma apoiadora tendenciosa da Nova Direita, diferentemente da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, muito maior e bastante conservadora, criada em 2015, com a qual ela colabora na maioria das questões de costumes.⁴¹ Essa abordagem pragmática na política mudou em 2014 e passou a ser ideológica quando as pesquisas indicaram chances iguais para ambos os candidatos. A nova situação levou os pentecostais a um novo protagonismo como um movimento que se autodeclara “conservador” e “de direita”. Como seu eleitorado é composto principalmente por membros das classes bai-

34 Sousa 2020: 87.

35 Cunha et al. 2017: 117; Sousa 2020: 88–94.

36 Freston 1993.

37 Machado & Burity 2014: 606.

38 Freston 2019: 113; Suruagy 2011: 30–40.

39 Mariano 2012 [1999]: 92.

40 Suruagy 2011: 51.

41 Carranza & Cunha 2018: 496; Moreira 2019: 107–108.

xas, que dificilmente podem se identificar com os posicionamentos liberal-conservadores quanto as reformas da aposentadoria e das leis trabalhistas, a agenda pentecostal teve que mascarar essa incongruência. Uma estratégia foi se concentrar cada vez mais nas questões morais e na oposição a um inimigo “do mal”, associando-o aos partidos “esquerdistas”. A teologia pentecostal de dominação forneceu a base teológica.⁴² Membro de uma Assembleia de Deus e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha tornou-se a figura chave em 2015, possibilitando o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em paralelo, a Operação Lava Jato, a investigação anticorrupção da Polícia Federal liderada pelo evangélico Deltan Dallagnol, que alvejou seletivamente os círculos do PT (e depois sofreu críticas pesadas, devido a seu métodos de *lawfare*), ganhou o status simbólico de “missão” contra o Anticristo, personalizado por Lula. Em 2018, Bolsonaro, que como deputado federal sempre foi apoiador ativo da agenda moral dos pentecostais⁴³, recebeu o apoio quase incondicional dos principais líderes pentecostais brasileiros e se beneficiou de seus canais de mídia com impacto em massa.⁴⁴

Ligado a uma comunidade batista bastante moderada através de sua esposa, Bolsonaro organizou estrategicamente e com valor altamente simbólico o seu batismo no rio Jordão sem deixar de se declarar católico. Não só o rito foi importante como o local também, e isso explica a prioridade dada pelo novo governo a Israel na política externa. Por razões escatológicas – a reivindicação do povo judaico pela Terra Prometida sendo vista como um passo necessário na direção da segunda vinda de Cristo – os evangélicos têm sido apoiadores ferrenhos do Estado de Israel.⁴⁵ Essa pode ser uma razão para a ausência de antissemitismo no discurso da Nova Direita brasileira. Outra é certamente a adoção da ideia de uma “Aliança Judaico-Cristã”, defendida de forma notável por Olavo de Carvalho (“Não é possível, para o católico, ser cristão sem ser judaico-cristão”⁴⁶), seja ela inspirada ou não na construção de Will Herberg dessa aliança contra o secularismo e o comunismo corrosivos lá nos anos 1950 e logo adotada por William F. Buckley e Reinhold Niebuhr. Com 69% dos votos evangélicos, Bolsonaro teve claramente um apoio maior nesse grupo religioso do que dos católicos.⁴⁷ No entanto, seria errado interpretar essa recepção do apoio eleitoral como portas abertas para a participação no poder político. Seu gabinete incluiu apenas uma representante pentecostal, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, em reconhecimento ao seu trabalho incansável de anos como assessora jurídica no

42 Burity 2018: 17, 36, 40.

43 Gonçalves 2016: 216.

44 Pérez 2019: 82–83.

45 Antonopoulos et al. 2020: 262; Gonçalves 2016: 97–99, 106, 130.

46 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 9 jan. 2018, <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/954534324698642>.

47 Almeida 2019 e 2020.

Parlamento e força motriz para a tradução da agenda moralista para políticas, além de sua habilidade de pastora treinada para se comunicar com as massas.⁴⁸

Apesar de sua presença em massa na sociedade civil e de sua representação no baixo clero político, o que ainda distingue os pentecostais dos católicos conservadores e relativiza seu papel político dentro da Nova Direita é a ausência de conselheiros intelectuais e de um projeto substancial para o país, em nítido contraste com a direita evangélica dos Estados Unidos.⁴⁹ Por essa razão, e por serem relativamente novos como atores políticos, estão menos presentes neste livro. Mas isso pode estar prestes a mudar. Assim que acabaram as eleições, a FPE lançou em 2018 um manifesto à nação, com o título instigante “O Brasil para os Brasileiros”. Nesse panfleto, eles assumem totalmente sua importância e responsabilidade: “Compreendemos que é chegada a hora de darmos uma contribuição maior à sociedade, a qual seja consentânea aos mais de 45 milhões de eleitores brasileiros que professam a fé evangélica.” Sua contribuição se concentra em quatro propostas principais, três delas – a modernização da segurança estatal, jurídica e fiscal – refletindo posições moderadas de centro com certa tendência na direção do liberalismo nostálgico que descrevo no capítulo cinco (por exemplo, declarando “nova abertura dos portos às nações amigas”). Ainda assim, a quarta proposta, que se estende por nove páginas, trata de algo mais concreto, a “revolução na educação”.

É aí que podemos perceber a influência do olavismo. Primeiro, ao afirmarem um declínio na qualidade da educação (sem nenhuma evidência histórica) e a perda da educação superior como capital para as elites, devido à expansão do acesso e – nas entrelinhas, para não perturbar seu público sistematicamente desprivilegiado – às políticas de ação afirmativa.⁵⁰ A razão para essa “tragédia” é logo fornecida e ecoa a tese principal de Carvalho, o marxismo cultural: “O uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários” O remédio é o banimento da ideologia e do partidarismo na educação, uma afirmação que tem sido defendida desde 2004 e com influência crescente a organização “Escola sem Partido”: “Libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes.”⁵¹ Ainda que Carvalho tenha defendido o movimento no começo,⁵² eles não entenderam bem o argumento dele, o que parece tê-lo irritado. Ainda que ele certamente concordaria com o diagnóstico de que as políticas do PT tinham o objetivo de “destruir os alicerces da Civilização como condição prévia para a criação das condições objetivas de instituir uma ditadura totalitária, escravizando as consciências pela força do Estado”, e

48 Suruagy 2011: 198, 254; Oliveira 2020a: 12–13.

49 Gottfried & Fleming 1988: 78; Mariz 2016: 12.

50 FPE 2018: 2, 41, 52.

51 FPE 2018: 53–54.

52 Carvalho 2003.

aplaudiria quaisquer medidas contra a doutrinação “inimiga”, ele nunca abdicaria de doutrinar a ideologia em si, o que é a essência do seu conceito de guerra cultural reversa.⁵³ No entanto, a busca anti-ideológica dos membros da FPE não corresponde aos seus próprios padrões. Afinal, a proposta de reintrodução de conteúdos multidisciplinares de educação “moral, ética e cívica” é uma referência explícita a Salgado e seu currículo durante os governos militares.

Mas Olavo de Carvalho continua desconfiado por identificar entre algumas organizações evangélicas os principais responsáveis pela subversão comunista da religião:

Antes de acusar a Igreja Católica pela Teologia da Libertação (o que, por si mesmo, já é culpar a vítima em vez do criminoso), perguntem quantas igrejas protestantes pertenceram ao Conselho Mundial das Igrejas e ao Conselho Nacional das Igrejas dos EUA, dois órgãos COMUNISTAS DIRIGIDOS PELA KGB E FUNDADOS PELO MENOS VINTE ANOS ANTES DE QUE SURGISSE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.⁵⁴

De fato, a campanha de Quaresma de 2021 mencionada acima, organizada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), foi iniciada com forte participação luterana e foi atacada sem piedade, não pela AD ou pela IURD, mas pelos católicos conservadores. A IURD pelo menos diz que respeita as decisões individuais sobre questões morais, como a contracepção, e parece seguir, de modo mais ou menos pró ativo, uma política inclusiva de “proibido proibir”.⁵⁵ Estudos recentes, ainda não comentados pelos autodeclarados guardiões da civilização, apontam para novas atividades “comunistas” – que outros chamam de economia solidária – através de comunidades pentecostais em favelas do Rio de Janeiro.⁵⁶ Repetidas vezes, os principais resultados de trabalhos acadêmicos empíricos sobre atitudes pentecostais indicam uma discrepância geral entre líderes religiosos e políticos mais conservadores e congregados mais progressistas. Em comparação, estes não são significativamente mais radicais do que os católicos (e menos ainda em questões como a liberação de armas de fogo).⁵⁷ Ou, vindo pelo outro lado: o foco típico em questões de políticas pontuais (aborto e homossexualidade) nos discursos de seus líderes não permite conclusões sobre o que os pentecostais pensam a respeito de uma série de outras questões.⁵⁸ Essas contradições aparentes são menos surpreendentes se considerarmos a conhecida dispersão em 1.500 denominações com diferentes perfis e a estrutura historicamente policêntrica

53 FPE 2018: 55.

54 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 4 set. 2018, <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2018/09/04>, ênfase no original.

55 Mariano 2012 [1999]: 193–211.

56 Miller 2019.

57 Cunha et al. 2017: 119–120; Smith 2019: 61.

58 Sousa 2020: 82.

do pentecostalismo que permitiu mais diversidade e participação local.⁵⁹ A esse respeito, os pentecostais podem até redimir a acusação que Plínio Corrêa de Oliveira fez contra eles em sua edição de 1976 de *Revolução e Contra-Revolução*. Nesse momento, ele acrescentou à sua teoria central da revolução um quarto estágio que ele chamou de “tribalismo”: novas formas de relações sociais que constroem coletivos de mentalidade similar, inspirados em grupos primitivos e doutrinados pelo estruturalismo cultural, um fenômeno que ele identificou entre hippies nudistas – e, pasmem, igrejas pentecostais.⁶⁰

O impacto pentecostal na Nova Direita é limitado por seu comprometimento com a democracia (que, afinal, garante seu status conquistado arduamente) e por sua grande base social organizada com a qual os católicos só podem sonhar ter, o que lhes dá uma vantagem no jogo democrático do voto majoritário. Eles não têm medo da democracia como um “terrorismo da maioria”. Como ator subalterno, seu objetivo é se tornar essa maioria. Suas próprias referências ideológicas, as teologias da prosperidade e do domínio, são microabordagens, estreitas demais para fornecerem uma visão imperial para o Estado. Significativamente, não há sobreposições entre o pentecostalismo e o neomonarquismo. Por outro lado, essa falta de um referencial maior torna seu discurso suscetível às ideias conservadoras grandiosas, mas não exclusivamente. Mesmo promovendo valores autoritários e discriminatórios, sua origem é pluralista, e sua estratégia tem sido colaborativa, uma postura que ao menos admite adversários. Portanto, os pentecostais acabam tendo um papel de parceiros júniores dos liberal-conservadores que coordenam as massas e fornecem votos. São os peões no jogo de xadrez da Nova Direita, de alguma forma parecidos com os integralistas na década de 1930 e, como eles, podem ser parceiros bem-vindos desde que não se tornem poderosos demais.

O Integralismo na Tradução Tradicionalista

Os integralistas autoassumidos não conseguiram organizar um revival semelhante e a ação punitiva contra o Porta dos Fundos foi um ato isolado de heroísmo. Porém, eles nunca deixaram de existir. Nos anos 1980, antigos quadros integralistas rearticularam o movimento com uma nova geração e em 1987 até a AIB foi recriada por Anésio Lara Campos sob a proteção de Aníbal Teixeira, ministro do planejamento do primeiro presidente civil, José Sarney.⁶¹ Não muito presentes publicamente no Brasil redemocratizado, os neointegralistas permaneceram concentrados em sua própria organização, especialmente na fundação do Centro Cultural Plínio Salgado por Arcy Lopes Estrella em 1995.⁶² Como qualquer outra

59 Burity 2018: 16.

60 Corrêa de Oliveira 2017 [1959]: 83–87, 144–147.

61 Barbosa 2015; Gonçalves & Caldeira Neto 2020: 134.

62 Gonçalves & Caldeira Neto 2020: 180.

tendência antiprogressista, o integralismo teve um certo retorno no início dos anos 2000, sob a figura carismática de Marcelo Mendez, fundador do Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI). Mendez era um “integralista completo” no sentido que expliquei no capítulo três: um combatente feroz contra o marxismo cultural, membro do Pró-Monarquia e simpatizante do legado da TFP e de seu sucessor, o IPCO. Ele tinha até grandes planos de juntar forças com eles, razão pela qual elaborou para o CEDI uma simbologia inclusiva de Nossa Senhora de Fátima como santa padroeira e o tradicional leão da TFP – ao lado do retrato de Salgado – em sua iconografia um tanto poluída.⁶³ Essa iniciativa recebeu o apoio de parte da hierarquia católica e dos monarquistas: o marco do movimento de Mendez foi a inauguração oficial do CEDI em junho de 2001 com uma missa celebrada pelo padre integralista Afonso Crispim na presença de monarquistas do alto escalão – em outras ocasiões, o CEDI chegou a colaborar com Antônio e Luís, os irmãos de Bertrand.⁶⁴ O que começou de forma tão promissora acabou subitamente com o suicídio de Mendez no início de 2002, cometido como ato político no Mausoléu Integralista no Rio de Janeiro. Em seu último e-mail, ele acusa seus correligionários de terem facilitado a inclusão de skinheads e outras organizações neonazistas no movimento.⁶⁵ De fato, essa aproximação foi facilitada por Lara Campos no fim da década de 1980 e foi uma ofensa constante para Mendez.⁶⁶ Isso confirma mais uma vez a associação que o senso comum faz entre o integralismo e uma ideologia “fascista”, atraindo certos extremistas fascistoídes, ainda que – como mostrei no capítulo três – a orientação integralista tenha sido sempre mais simbiótica com as ideias católicas conservadoras e monarquistas.

Porém, o neointegralismo não foi capaz de restabelecer essa aliança com os católicos conservadores e monarquistas. Ainda que nunca sob o domínio completo dos skinheads, o movimento parece ter seguido na direção de um ambiente mais autoritário.⁶⁷ O Primeiro Congresso Integralista, em 2004, e o seguinte (o último e quarto aconteceu em 2012) também não conseguiram alcançar uma reorganização mais ampla. Significativamente, o congresso foi realizado na sede de outra organização falida, a União Nacionalista Democrática (UND), fundada em 2003 e inspirada no UDN (o partido anti-Vargas do pós-guerra), mas nunca atingindo o status de partido político. Entre os 159 participantes estavam ex-policiais do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), representantes do grupo do lobby de proprietários de terras UDR (União Democrática Ruralista), ex-alunos da ESG, membros do partido de Enéias Carneiro, o PRONA (retornarei a ele em breve) e outros anticomunistas ultraconservadores, além de alguns ativistas antiaborto. Apesar dessas tentativas de integrar o movimento neointegralista, ele se dividiu entre basicamente três grupos: a Ação

63 Gonçalves & Caldeira Neto 2020: 149–152, 160.

64 Carneiro 2007: 277–278.

65 Apenas me foi possível acessar a versão integral deste e-mail em tradução espanhola, disponível no arquivo online da organização neofranquista Falange: <http://community.fortunecity.ws/rainbow/snowwhite/42/noticia21.htm>

66 Barbosa 2016: 84–88; Barbosa 2015: 281–284.

67 Sobre os movimentos skinhead brasileiros, veja Almeida & Costa 2011.

Integralista Revolucionária (AIR), um show de um homem só presente apenas nas redes sociais; o sectário Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) em Campinas, liderado pelo agente da Polícia Federal Cássio Guilherme Reis Silveira e inspirado numa mistura eclética de pensamento escolástico, matemática metafísica, parapsicologia e astrologia, com alguma inclusão banal de olavismo e uma dose do antissemitismo de Gustavo Barroso; e finalmente a Frente Integralista Brasileira (FIB). Essa última é o grupo neointegralista mais ativo hoje, mantendo o site *Nova Offensiva* e o podcast *A voz do Sigma*, além de fazer amplo uso das redes sociais.⁶⁸ Atualmente presidido pelo “filósofo” Moisés Lima – que infelizmente não aceitou minhas solicitações de entrevista – a FIB apresentou em 2009 o “Manifesto Guanabara”, como uma atualização do manifesto de Salgado de outubro de 1932, um documento impressionante no sentido de demonstrar a total concordância entre os “soldados de Deus e da Pátria” e as posições católicas conservadoras, conforme defendidas pelo CDB e pelo IPCO, claríssima desde o começo:

Art. 1º – O Integralismo é uma Doutrina que, por Deus, Ser Supremo e Absoluto, pela Pátria, Terra dos Pais, que é também nossa e de nossos filhos nascidos ou por nascer, e pela Família, cellula mater da Sociedade, compreende o Universo de um modo integral, pretendendo edificar o Novo Estado, a Nova Sociedade e a Nova Civilização de acordo com a hierarquia de seus valores espirituais e materiais, segundo as leis que regem seus movimentos e sob dependência de Deus, que criou o Homem à sua imagem e semelhança, lhe conferindo uma destinação superior, um destino transcendente.⁶⁹

Igualmente, a conclusão do manifesto não deixa dúvidas quanto ao programa político, mais uma vez em total acordo com os ensinamentos de Olavo de Carvalho: “É chegado o momento de restaurar o Primado do Espírito e a Filosofia Perene e de reconduzir a Ciência Jurídica ao Direito Natural clássico, a Sociedade à Tradição e as relações internacionais ao Universalismo personalista que a chamada Idade Média tão bem realizou.” Duas colaborações chamam a atenção e mostram que, como nos anos 1930, as fronteiras entre os grupos conservadores são porosas. Uma delas foi a de Paulo Fernando Melo da Costa, vice-presidente da associação antiabortista “Pró-Vida e Pró-Família” (área de ação de Antônio Donato, mencionado instrutor ideológico de Olavo de Carvalho) e ao mesmo tempo secretário jurídico da FIB. A outra colaboração foi com o PRONA, o projeto político pessoal do médico militar Enéias Carneiro, que começou em 1989 e terminou em 2006 quando o partido se fundiu com o Partido Liberal para se tornar o Republicanos, seguido da morte de seu fundador em 2007.⁷⁰ Enéias Carneiro é de certo modo um progenitor de Jair Bolso-

68 Gonçalves & Caldeira Neto 2020: 157–158, 163–171, 171–177.

69 Veja <https://www.integralismo.org.br/manifesto-da-guanabara>.

70 Gonçalves & Caldeira Neto 2020: 177, 179.

naro, tendo se candidatado à presidência três vezes sem sucesso, mas sendo eleito deputado federal para São Paulo com impressionantes 1,6 milhões de votos em 2002. Ele antecipou o discurso pseudo-apolítico de Bolsonaro, o maniqueísmo entre ordem e desordem, o ódio contra o inimigo interno e a luta contra o inimigo global com os “banqueiros” por trás. Enéias Carneiro é lembrado por sua queda pela produção de uma bomba atômica e por defender, junto com parte dos militares (seu candidato à vice-presidência era o almirante Roberto Gama e Silva), uma agenda nacionalista: contra uma conspiração internacional de ecologistas que queriam proibir o uso econômico da região amazônica, inspirada nas revelações da já mencionada *Executive Intelligence Review* do Instituto Schiller. Mas acima de tudo, Enéias também representava em cada detalhe a agenda moral conservadora através da linguagem do pensamento integralista, como Odilon Caldeira Neto mostrou em sua seminal tese de doutorado.⁷¹

A FIB então se juntou ao movimento anti-PT e depois se uniu euforicamente à base de apoio de Bolsonaro, radicalizando sob a influência de grupos de extrema-direita como Ultra Defesa, Carecas do Subúrbio e Frente Nacionalista. Passou a colaborar cada vez mais com partidos estabelecidos como o mencionado PP; o PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), sob a liderança de Levy Fidelix; o Patriota (através de Paulo Fernando Melo da Costa, depois assessor especial da ministra Damares Alves) e, é claro, o antigo partido de Bolsonaro, o PSL (através do deputado federal pelo Rio de Janeiro, Carlos Jordy, entre outros). Com o atentado contra o Porta dos Fundos em 2019, executado pelo obscuro Comando de Insurgência Popular Nacionalista da Família Integralista Brasileira, a opinião pública notou o que até então havia sido subestimado: que o integralismo estava de volta como ator político. Como a polícia achou uma cópia do *Imbecil Coletivo* de Carvalho no apartamento do principal suspeito, a mídia mainstream inclusive entendeu que o neointegralismo não estava isolado, mas podia ter algo a ver com o bolsolavismo.⁷² No entanto, é crucial entender que isso não indicava que a Nova Direita brasileira tinha tomado um rumo “fascista” ou “extremista” de repente, mas apenas que a Nova Direita compartilha as mesmas raízes conservadoras dos neointegralistas, ainda que essas sejam certamente extremistas. O fato de que os apoiadores de Bolsonaro gostam de se unir sob o slogan “Deus, nação e família” – idêntico ao lema da AIB na década de 1930 – não é um anacronismo, e sim expressão da lealdade a uma tradição que nunca foi descontinuada. E o fato de que os neointegralistas, assim como os católicos conservadores e – como veremos em breve – os monarquistas, não focam em criar um partido político está em conformidade com o ideal do integralismo no qual a AIB foi um desvio fracassado. Como Gustavo Barroso sempre enfatizou, o movimento não era um partido político para representar interesses parciais, mas sim toda uma nação; não era um programa para um mandato político específico, mas uma doutrina, o “conjunto de princípios filosóficos, morais e científicos no qual se baseia um

71 Caldeira Neto 2016: 190–192, 268.

72 Gonçalves & Caldeira Neto 2020: 181–191, 196–198.

sistema político por tempo indeterminado”.⁷³ O mesmo também poderia ser dito da tentativa fracassada de Bolsonaro de criar uma “Aliança pelo Brasil”. Por outro lado, o capital político eleitoral dos integralistas é bastante baixo, devido à sua reputação de anacronismo e radicalismo político, muito contrária ao capital do bolsolavismo.

Quem melhor representa o integralismo vestido de bolsolavismo no governo Bolsonaro é a segunda indicação de Olavo de Carvalho, Ernesto Araújo, ministro das relações exteriores até março de 2021. Não um diplomata de alta hierarquia, pouco antes da indicação Araújo chamou a atenção de Carvalho como autor do extraordinário artigo “Trump e o Ocidente” (2017). Para Carvalho um sinal de que ainda existia vida inteligente no Brasil.⁷⁴ O que era tão importante nesse artigo para lançar seu autor à posição de liderança no Itamaraty era o comprometimento aberto com o que é chamado, em outros contextos, de “tradicionalismo”, e com os Estados Unidos como o salvador dessa tradição. O roteiro é conhecido através de Steve Bannon, mas nunca tinha sido publicado no Brasil com essa clareza num jornal acadêmico: Araújo afirma que o espírito do Ocidente está fatalmente ameaçado, apesar de todo sucesso mundano. A doença é o sofrimento do Ocidente “profundo”, abandonado por uma elite materialista e cosmopolita que reprimiu o desejo do povo por Deus (os bilionários, como ele observa sabiamente, não precisa de nenhum Deus). Essa situação havia sido tumultuada pelo discurso de Trump em Varsóvia, o que deu a entender que hoje a fé e o nacionalismo só eram defendidos pelos Estados Unidos, como herdeiros e últimos defensores da Europa. Araújo faz a afirmação em referência à autoridade científica de Christian Kopff, diretor do *Center for Western Civilization* na Universidade do Colorado em Boulder e tradutor do tradicionalista extremista italiano Julius Evola.⁷⁵ Esse autor, escreve Araújo, deveria voltar a ser lido, assim como Oswald Spengler e René Guénon, o primeiro despertar intelectual de Olavo de Carvalho, uma vez que era “impossível não ouvir os ecos de Guénon no discurso de Trump”.⁷⁶ Para resistir ao inimigo interno, países como os Estados Unidos, e naquele momento apenas potencialmente o Brasil (e até certo grau a Rússia), teriam que redefinir as relações internacionais como “metapolítica”, a combinação de geopolítica e teopolítica, um termo criado por Alexandre Dugin – também se poderia dizer guerra cultural global.⁷⁷ A Internet teria permitido aos tradicionalistas ascenderem e reconquistarem a linguagem e o espaço simbólico dominado pelo Estado. Araújo termina com a nada infundada colocação que, hoje em dia, Heidegger certamente confirmaria que “somente Trump pode ainda salvar o Ocidente”.⁷⁸

73 Barroso 1935: 9–16.

74 Olavo de Carvalho, post no Facebook, 30 maio 2018, <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2018/05/30/30-5-2018>.

75 Araújo 2017: 325–346.

76 Araújo 2017: 347.

77 A metapolítica, com frequência também denominada “Terceira Posição” ou até “Quarta Teoria Política”, também tem outros seguidores no Brasil no movimento da Nova Resistência (ver <https://legio-victrix.blogspot.com>) mas até agora aparentemente sem uma recepção relevante.

78 Araújo 2017: 354, 356.

Após a vitória de Bolsonaro e no comando do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Araújo pôde declarar triunfante em sua entrevista ao *The New Criterion*: “E então, o que quebrou o sistema? Olavo de Carvalho, a Operação Lava Jato e Jair Bolsonaro”:⁷⁹ a operação policial, por ter desmontado o regime corrupto e ateísta (“talvez o maior empreendimento criminoso de todos os tempos”); Bolsonaro (“o único político brasileiro verdadeiramente nacionalista dos últimos cem anos”), por ter incorporado o desejo de um Brasil “profundo”; e Carvalho por ter disseminado, através da Internet, desde meados dos anos 1990, as “novas ideias estranhas” e ter apontado como talvez “a primeira pessoa no mundo” para a verdadeira luta global e o entendimento da força inimiga como “comunista”. Um “milagre”, como Carvalho repetiu muitas vezes antes, e um sinal da “divina providência”. Assim, Araújo pôde concluir que, sob essas novas condições (“Deus está de volta, e a nação está de volta: uma nação com Deus; Deus através da nação”) era finalmente possível viver num mundo “onde os criminosos podem ser presos, onde pessoas de todos os estratos sociais podem ter as oportunidades que merecem e onde podemos nos orgulhar de nossos símbolos e praticar nossa fé.” Ou seja, a velha promessa do autoritarismo, liberalismo econômico e conservadorismo de costumes – como se na história do Brasil certos criminosos não tenham sido sempre pelo menos presos (e outros não), como se em algum momento tenha havido impedimento de orgulho nacionalista ou fé católica (basta lembrar os capítulos anteriores) e como se no governo Bolsonaro as classes abaixo da elite tivessem mérito a algo.

Araújo não só homenageou o olavismo. Ele também apreciava a contribuição dos católicos conservadores. Em seu discurso no III Fórum da Liga Cristo Rei, a convite de Chris Tonietto, ele expressa sua satisfação perante o fato de que a fé cristã finalmente começava a enriquecer a política, é claro, a seu ver algo completamente diferente da infiltração marxista através da teologia da libertação. Isso é perceptível, por exemplo, na tentativa de se criar a “Aliança pelo Brasil”, pela primeira vez um partido “que coloca Deus em seu programa” e que corresponderia ao simbolismo da Cruz Cristã, integrando a dimensão mística à política. E, mais uma vez, Araújo não deixa dúvidas quanto a essa “gigantesca mudança” se dever totalmente à “quebra da barreira entre a fé e a política, entre a vida social e a fé, que está corporificada em vários momentos: por exemplo, no lema ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’”.⁸⁰

Essa variante brasileira do tradicionalismo encontrou dois defensores intelectuais da nova geração: Um é Cesar Ranquetat Jr., chamado por Araújo para integrar a banca examinadora da escola diplomática do Ministério, o Instituto Rio Branco. Ele foi um dos poucos – outro foi o líder da FIB, Victor Barbuy – a discursar pessoalmente com Dugin durante sua visita ao Brasil.⁸¹ Seu livro, *Da Direita Moderna à Direita Tradicional*, de 2019, é uma adap-

79 Araújo 2019.

80 Mensagem do ministro das relações exteriores, embaixador Ernesto Araújo, aos participantes do III Fórum Nacional da Liga Cristo Rei, no Rio de Janeiro, 23 nov. 2019, <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/3285>.

81 *El Coyote* 2019.

tação do olavismo, suplementando seu pensamento com o tradicionalismo e fortalecendo o valor da ordem (aqui ele redescobre Galvão de Sousa) acima da consciência individual, o que o leva a certa oposição ao liberalismo econômico.⁸² Isso mostra mais uma vez que se há diferenças entre conservadores e liberais dentro da Nova Direita, elas costumam ser o resultado de uma compreensão superficial de pensadores chave do liberalismo, como Hayek, com perda da dimensão metafísica de seu pensamento e generalização de sua teoria nas estruturas brasileiras em vez de uma adaptação, conforme discutido no capítulo cinco. Outro epígono é Alexandre Costa, também profundamente influenciado por Olavo de Carvalho, que em seu livro *Introdução à Nova Ordem Mundial* de 2015 revela o mecanismo dos globalismos pelas lentes de pensadores chave do tradicionalismo, e em *O Brasil na nova ordem mundial*, de 2018, explica a nova realidade de um domínio globalista no mundo e suas chocantes implicações para o Brasil.

Bolsolavismo Armado

A participação militar no governo Bolsonaro – na vice-presidência, em cerca de um terço dos ministros e em cerca de 6.000 cargos por indicação no alto escalão da burocracia estatal – tem sido uma questão de ampla preocupação. Foi surpreendente o fato de que a ala militar do governo aparentemente não assumiu o papel de força motriz radical, mas, em vez disso, se apresentou através de especialistas técnicos moderados, não ideológicos, no sentido de reassumirem o “poder moderador” para orientar a política a partir de um posicionamento neutro e verdadeiramente nacional. Os militares têm sido um ator político particularmente discreto na Sexta República democrática do Brasil. Especialmente sob os governos do PT, eles receberam uma consideração atenciosa, acompanhada de generosidade financeira. Mesmo na crise, as declarações políticas foram, no máximo, simbólicas, como ao se conceder a mais alta ordem militar a Sérgio Moro, o juiz e, ao mesmo tempo, o cabeça da Operação Lava Jato, poucos dias antes da decisão final a respeito do impeachment de Dilma Rousseff.⁸³ A ruptura com essa aparência de democracia aconteceu meio ano antes das eleições, em abril de 2018, quando o general Villas Bôas, comandante do Exército, comentou a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal emitir um habeas corpus para Lula, o que o teria permitido aguardar o fim de seu julgamento em liberdade. Ele o fez através de sua popular conta no Twitter e com palavras ambíguas cujas implicações só ficaram claras depois. O que ele tuitou às vésperas da decisão do STF foi que o Exército compartilhava o “anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia” e também que o Exército se mantinha “atento às suas missões

82 Ranquetat 2019: 21, 119.

83 Freixo 2019.

institucionais”⁸⁴. Foi uma referência implícita ao artigo 142 da Constituição brasileira, que dá aos militares autoridade para agirem para manter a ordem, em caso de convocação por um dos três poderes constitucionais. Após a eleição de Bolsonaro, Villas Bôas justificou essa declaração incomum confessando numa entrevista que o Exército estava no “limite” e que sem o seu pronunciamento “a coisa poderia fugir ao nosso controle”.⁸⁵ Eu não sei o que é mais preocupante: um comandante do Exército tentar pressionar o Supremo Tribunal a tomar a decisão “certa” ou que tenha sido necessário tranquilizar a corporação militar para não reagir contra uma decisão inconveniente da mais alta autoridade judicial do país. A legitimidade de uma intervenção militar foi apoiada por dois generais que, alguns anos depois, ocupariam cargos decisivos no governo Bolsonaro: Hamilton Mourão como vice-presidente (que acrescentou com sua franqueza característica que em abril de 2018 os militares já tinham todos os planos prontos para uma intervenção⁸⁶) e o general Augusto Heleno como chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na posição de ministro considerado um dos conselheiros mais próximos do presidente.

Heleno foi escolhido a dedo e indicado por Villas Bôas, ainda comandante do Exército até 2019. Ele não é um especialista militar qualquer, mas dono de um currículo que o qualifica de modo especial. No tempo dos governos militares e às vésperas do processo de abertura, os linhas-duras entre os militares se rebelaram contra o presidente general Geisel em 1977 e tentaram impor seu próprio candidato para a sucessão. Foram liderados por seu ministro do exército, o general Sylvio Frota, por nosso velho conhecido Ustra, um certo major Curió e o jovem assistente de Frota, Heleno.⁸⁷ Retirado do cargo, Frota tornou público um manifesto em que acusava Geisel de ter abandonado a “revolução”, de estar promovendo o comunismo – especialmente por meio de seu diálogo com a China, “o primeiro passo na escalada socialista que pretende dominar o país” – e que portanto ele tinha a obrigação moral de renunciar.⁸⁸ Mas chega de história. A presença militar no recente governo Bolsonaro mostra não só o engajamento político da corporação como tal, mas o de elementos linhas-duras específicos dentro dela.⁸⁹ As referências ideológicas de Heleno são os livros do general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, *Revolução Gramscista no Ocidente*, de 2002, e *Cadernos da Liberdade*, de 2003.⁹⁰ Nada de novo para alguém que tinha lido as respectivas ideias de Olavo de Carvalho, mas importante como mediador e certificador dessas ideias dentro do círculo militar, o primeiro título sendo o mais vendido na história da editora do Exército, a Biblioteca do Exército. Na ocasião da morte de Coutinho em 2011, Carvalho elogiou esses livros como o “primeiro sinal de que alguém havia me prestado

84 General Villa Bôas, Tweet, 4 abr. 2018, https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336.

85 Gielow 2018.

86 Pinto 2019: 20.

87 Leirner 2020: 208; Chirio 2018 [2009]: 200–204.

88 Em *Jornal do Brasil*, 12 out. 1972.

89 Boulos 2019.

90 Pinto 2019: 6–13.

alguma atenção” e “livros espetaculares, tecnicamente perfeitos”, embora “infelizmente publicados tarde demais para poder inspirar qualquer ação eficaz contra o projeto de controle hegemônico da sociedade brasileira, àquela altura já praticamente vitorioso”.⁹¹ Desse modo esclarecidos, os militares – apesar de tudo, ainda suspeitos de positivismo e republicanismo – até se tornaram bem-vindos no IPCO, como meus entrevistados enfatizaram.⁹²

Hamilton Mourão se distinguiu como uma das raras vozes políticas vindas dos militares, geralmente discretos durante os anos 2010. Foi ele quem elogiou o impeachment como “o descarte da incompetência, má gestão e corrupção” e foi ele, quando comandante, quem honrou o coronel Ustra num evento público. Na época, seu protagonismo político ainda provocou sua realocação, depois sua reserva e, por fim, a nomeação a presidente do prestigioso Clube Militar. A instituição não é penas um “clube do pijama”, como creem alguns, mas um poderoso multiplicador de ideias, fortaleza invencível do anticomunismo e nova porta-voz do bolsolavismo, como atesta qualquer edição recente da *Revista do Club Militar*.⁹³ Na prática, significou que, com a sua aposentadoria, Mourão ganhou a liberdade para fazer política, especialmente na mídia mainstream, a qual imediatamente aproveitou a rara oportunidade de ter um “general dando entrevistas”.⁹⁴

Mourão e Bolsonaro estudaram na Academia Militar das Agulhas Negras e ambos pertenceram ao 8º Grupo de Artilharia de Paraquedistas de Campanha, que é considerado um dos mais puxados entre os militares. O lema de Bolsonaro, “Brasil acima de tudo!”, nada mais é do que o grito de guerra dos paraquedistas. Eles provavelmente só entraram em contato em 2015 e, neste momento, não tinham nenhum motivo para não simpatizar um com o outro. Mourão frequentou um meio parecido: ele também é cristão praticante e prefere se informar através de sites da Nova Direita como “O antagonista” (local de trabalho de Felipe Moura Brasil e Diogo Mainardi, entre outros), tem como guia intelectual um epígono de Olavo de Carvalho, o já citado professor de filosofia Denis Lerrer Rosenfield (aliás, cofundador do liberal IMIL). Além do mais, Mourão recebe suas ideias sobre geopolítica de um tradicionalista, o general Carlos de Meira Mattos (1913–2007), professor da ESG, autor de *Geopolítica e Trópicos* (1984) – e amigo de Olavo de Carvalho.⁹⁵ Isso pode explicar por que Mourão, ao contrário de tendências desenvolvimentistas possivelmente ainda existentes entre os militares⁹⁶, apoia completamente a ala liberal do governo: “Acompanho o Paulo Guedes há anos. Sempre lia sua coluna no jornal *O Globo* e dizia: ‘Esse cara escreve o que eu penso’.”⁹⁷ Heleno é ainda mais preciso ao defender a agenda neoliberal, uma vez que,

91 Carvalho 2012b.

92 Frederico Viotti e Bertrand de Orléans e Bragança, entrevista com o autor, São Paulo, 11 nov. 2020.

93 A *Revista do Clube Militar* pode ser acessada em <https://pt.calameo.com/books/0018195987dfcfc46fa1>.

94 Victor 2018.

95 Carvalho 2007e.

96 Pinto 2019: 16.

97 Victor 2018.

diferentemente do fim da década de 1960, nenhum Estado é necessário para promover o crescimento econômico:

O nacional-desenvolvimentismo surgiu da falta de condições para que houvesse outros investimentos de vulto no país que não os realizados pelo Estado. Mas hoje não há nenhuma obsessão por estatização. Pelo contrário, a gente, ao longo do tempo, foi se conscientizando de que o Estado precisava fazer só aquelas coisas básicas, não adiantava estatizar.⁹⁸

Todavia, o desenvolvimentismo nacional continua sendo a receita dos militares para as regiões não urbanizadas, especialmente as vastas terras ainda não economicamente exploradas da região amazônica – também devido a questões de segurança nacional, já que elas representam o “flanco aberto” do país. Essa é mais do que uma questão militar. A esse respeito, os conservadores, dos integralistas aos católicos conservadores, passando pelos monarquistas, sempre apoiaram a agenda do agronegócio. Salgado já acreditava que o desenvolvimento econômico se beneficiaria da concentração nas vantagens comparativas do Brasil, o clima, o solo, e as terras vastas. Enquanto a industrialização estagnaria em algum ponto, devido à automação e à perda de valor dos produtos, no futuro a produção de mercadorias para “alimentar o mundo” seria uma questão crucial e permitiria ao Brasil finalmente lançar mão do seu trunfo: “Os países de vastos latifúndios terão hegemonia econômica.”⁹⁹ Muito mais do que uma questão econômica, a sociedade agrária também simbolizava o retorno imaginário às “raízes” do país e à original “valorização da vocação das atividades primárias”.¹⁰⁰ A ideia adquiriu um significado teológico aos olhos da TFP, que lutou de modo incessante pelo setor agrário: “Deus fez a mata virgem para que o homem a desbravasse. A luta com a natureza selvagem é cheia de glória, e é porque assim pensaram nossos maiores, que o Brasil existe. Essa luta não é pois ‘desumana’ senão num sentido falso e edulcorado do termo.”¹⁰¹

Apoiar o agronegócio era, portanto, visto como defender a “sagrada essência” e seguir seu próprio caminho, independentemente das influências da modernização estrangeira que levava à industrialização e, por sua vez, a luta de casses.¹⁰² O obstáculo era o ambientalismo vindo de fora. Já mencionado algumas vezes neste livro, Dom Bertrand popularizou esse argumento não só defendendo, como a TFP faz há mais de meio século, os interesses corporativos do agronegócio, mas se voltando para a subversão desses interesses. Ele revela esse novo “comunismo verde” – a tese citada acima do Instituto Schiller, embora Bertrand pudesse se basear no próprio Plínio Corrêa de Oliveira, que mais uma vez previra tudo

98 Citado em Victor 2018.

99 Salgado 1934: 75–76.

100 Cepêda 2010: 209.

101 Sigaud et al. 1960: 74.

102 Vasconcelos 1979: 53.

isso – em seu livro *Psicose ambientalista* (2012), distribuído em milhares de cópias por todo Brasil. Alguns anos depois o presidente do IPCO, Lindenberg, alinhou-se com ele refutando qualquer apelo comunista-verde referente ao “consumo exagerado existente nos países ricos” e ao “esgotamento das riquezas naturais de nosso planeta, bem como pela pobreza extrema vigente nos países subdesenvolvidos”.¹⁰³ Seu argumento tem certa lógica, uma vez que pode não haver limites para o consumo sustentável de poucos privilegiados, se a vasta maioria da população na Terra for reconduzida à apreciação dos valores espirituais em vez dos materiais.

A Monarquia Paralela

A monarquia deixou de alguma forma de ser uma questão no Brasil democrático após o plebiscito constrangedor, realizado em 1993: conforme acordado na Constituição de 1988, os cidadãos foram convocados a decidir nada menos que a forma e o sistema de governo, republicano ou monárquico, presidencial ou parlamentar. A decisão foi bastante clara, embora votos brancos e abstenções tenham somado 43.5%: votaram pela república 49% e apenas 7.5% pela monarquia, também o presidencialismo ganhou mais do que dois vezes mais votos que o parlamentarismo.¹⁰⁴ Entretanto, o mero fato de que esse plebiscito foi realizado (um de apenas dois realizados durante a Sexta República, sendo o outro o estatuto do desarmamento ao qual retornarei em breve) nos lembra que o passado monárquico ainda estava surpreendentemente vívido na memória do país após um século de República. Considerando os capítulos anteriores, isso pode ser explicado pela persistência subliminar dessa tradição através do catolicismo conservador. Em preparação ao plebiscito, os monarquistas se reorganizaram na Associação Pró-Monarquia (1990), ligada à sede da dinastia, a Casa Imperial Brasileira. O monarquista Armando Alexandre dos Santos e outros publicaram seus livros elogiando a forma de governo monárquica. Mais tarde, veio o Instituto Brasil Imperial (1994), além de outras duas instituições, menos conhecidas por não serem associadas à família real, o Instituto Mukharajj Brasilan (1997) e o Instituto Cultural D. Isabel I a Redentora (2001). Enquanto este se dedica quase exclusivamente a cultivar a memória da filha de Dom Pedro II, a libertadora dos escravizados, o outro é mais curioso, a começar pelo nome. Mukharajj se refere a um jogo egípcio antigo que simboliza o interesse do instituto em estudar “geometria sagrada”. Poderia parecer só um hobby excêntrico, se não servisse ao principal objetivo de “descobrir” interferências divinas ocultas em processos históricos que obviamente reafirmam o legado cristão do império português. Ainda mais

103 Lindenberg 2017:9.

104 Ver www.tse.gov.br. Sobre a promoção monarquista de seus objetivos antes do plebiscito, ver Zanotto 2012: 214-218.

interessante, o instituto recebeu apoio do arcebispo do Rio de Janeiro, Orani Tempesta, que considerou a abordagem do Mukharajj relevante o suficiente para colaborar com ele na criação do primeiro curso “universitário” brasileiro de ciências políticas cujo conteúdo era firmemente baseado no pensamento neotomista.¹⁰⁵ Assim como os liberais, esses últimos monarquistas restantes também reagiram ao marco de 2002, e instituições com alcance mais popular foram criadas para promover o que chamaram de “conservadorismo coroado”: o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (2003), a Causa Imperial (2006), o Círculo Monárquico Brasileiro (2013) com grupos na maioria dos estados, e, finalmente, o Instituto Conservador Burke (2017), domínio do monarquista José Lorêdo Filho, fundador da importante editora da Nova Direita, Resistência Cultural.¹⁰⁶ A maioria desses institutos segue o exemplo de Olavo de Carvalho e oferece cursos online de história, filosofia e ciência política, além de investir em projetos editoriais.

O outro momento de democracia direta que mencionei acima foi o plebiscito acerca do estatuto do desarmamento, quando monarquistas se uniram à ampla aliança de defensores da liberdade de possuir, portar e usar armas de fogo. Como no caso de Olavo de Carvalho, a explicação não deveria ser a sua queda pessoal por armas, ainda que possa ser tentador: a primeira atividade de lazer do esportista Dom Bertrand, após o fim do isolamento social da COVID-19, foi a prática de tiro ao alvo, amplamente aproveitada nas suas relações públicas. Mais importante é a questão da autodefesa, e assim Bertrand não perdeu a oportunidade de reafirmar para a mídia monárquica seu compromisso enquanto “defensor ferrenho do porte e da posse de armas de fogo, a fim de que os brasileiros de boa vontade tenham os meios necessários para garantir a sua legítima defesa”.¹⁰⁷ O argumento não era tanto prático (“o desarmamento não resolve o problema da criminalidade, só o agrava”) mas uma questão de princípios: certos direitos não deveriam ser delegados a um governo não confiável, uma vez que seria como “tirar as fechaduras de todas as casas”.¹⁰⁸ O fetiche do cidadão armado para a autodefesa – ou o exército de cidadãos, no caso dos integralistas¹⁰⁹ – é mais um fator integrador na Nova Direita. Também inclui os católicos conservadores, como vimos acima em relação a Olavo de Carvalho, e até o padre Paulo Ricardo fez questão de posar segurando um fuzil durante uma reunião com o filósofo em Virgínia.

Foi assim que, pegando a mesma onda do “conservadorismo pop” e da militância “anti-PT” dos epígonos de Olavo de Carvalho, os monarquistas conseguiram receber a atenção da opinião pública através de best-sellers cujas ideias se espalharam pelas redes sociais.¹¹⁰ A

105 Instituto Mukharajj Brasilan, post no Facebook, 18 ago. 2017, <https://www.facebook.com/mukharajj/posts/1434940623208046>.

106 Quadros 2017.

107 Pró-Monarquia, Tweet “Agenda dos Príncipes”, 27 out. 2020, <https://twitter.com/promonarquia/status/1321135081944211461>.

108 Citado em Zanotto 2007: 146.

109 Doria 2020: 12.

110 No Brasil, a categoria “bestseller” geralmente é usada para livros que vendem mais de 50.000 cópias, já que a média

estreia da série *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* (2009), de Leandro Narloch, apresenta uma revisão provocativa da história do Brasil com a intenção de ridicularizar a historiografia pedagógica oficial que o autor confunde com o estado da arte acadêmico. O principal objetivo era desacreditar qualquer política destinada a compensar dívidas históricas, tais como reconhecer a posse das terras dos povos indígenas, dos territórios quilombolas para as comunidades descendentes daqueles que escaparam da escravização e ações afirmativas para as minorias raciais. Nada disso faz sentido para Narloch, já que a população autóctone tinha sido perfeitamente “aculturada” e afro-brasileiros eram os principais responsáveis pelo comércio escravista. A mensagem principal do livro é, mais uma vez, que a história do Brasil foi instrumentalizada pelo marxismo cultural para alienar a população de suas raízes e instigar conflitos sociais e raciais. A monarquia é parte dessas raízes, mas não recebe atenção especial. No entanto, isso mudou drasticamente na segunda edição, de 2013 – o que deixa suspeitas de um aconselhamento para a correção – em que o autor acrescenta um capítulo completo, “Império: Elogio à Monarquia”, para reabilitar o passado monárquico do Brasil. Quando se faz vista grossa para as generalizações e os exageros notórios, alinhados ao projeto editorial, o argumento do livro não está essencialmente errado e considera algumas das fontes acadêmicas mais fidedignas sobre esse período (José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos Pereira das Neves, Lília Moritz Schwarcz, Isabel Lustosa, entre outros). Mas reproduz de forma acrítica o discurso do Império que apresentei no segundo capítulo e todos os clichés, do contraste entre a ordem brasileira e o caos na Hispano-América ao papel do liberalizante Visconde de Cairu. É interessante que o livro compreende bem a dúbia Proclamação da República como golpe militar, descrita com base em algumas fontes científicas, mas não as particularidades da “independência” do Brasil, tema também exaustivamente estudado entre historiadores brasileiros, das quais o argumento nem tanto inovador de Narloch poderia ter se beneficiado.¹¹¹

A reabilitação do passado imperial do Brasil e a propaganda sutil do neomonarquismo encontrou logo depois um veículo ainda mais eficaz: a produtora de documentários Brasil Paralelo¹¹² (BP), fundada em 2016 por Leandro Ruschel, economista e aluno de Olavo de Carvalho no COFA produtora, que conta com a colaboração de Narloch, se estabeleceu primeiro em Porto Alegre, mas seu sucesso econômico permitiu recentemente que se mudasse para instalações sofisticadas no centro de São Paulo. A empresa já lançou diversas séries de documentários sobre o Brasil. Algumas delas tratam de política contemporânea, caso, por exemplo, da “Congresso Brasil Paralelo” (sobre o impeachment de Dilma Rousseff em 2016), “O Dia depois da Eleição” (sobre o custo econômico dos resultados eleitorais), “O

é de cinco a dez mil. *O Guia politicamente incorreto da história do Brasil* vendeu mais de 250.000 cópias e ocupou as primeiras posições no setor de não-ficção entre 2010 e 2015. À guisa de comparação, o livro mais popular de Olavo de Carvalho, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* vendeu cerca de 320.000 cópias. Ver www.publishnews.com.br. Sobre o novo segmento editorial de livros conservadores, ver Silva 2018.

111 Narloch 2013: 271–276, 281–282.

112 Ver www.brasilparalelo.com.br e www.youtube.com/channel/UCKDjjeBmdaiicey2nImISw.

teatro das Tesouras” (sobre como o PSDB e o PT seguem a estratégia da tesoura de Stalin), a trilogia “A Pátria Educadora” (uma crítica ao sistema educacional brasileiro) e “Os 11 Supremos” (sobre os membros do Supremo Tribunal Federal). Outras produções cobrem uma variedade de assuntos, da denúncia das consequências das políticas de combate à COVID-19 à globalização, liberdade de expressão, direitos minoritários das majorias e o fim das nações. Mas a BP dedicou a maior parte da sua atenção aos documentários de revisionismo histórico, tais como “1964: entre Armas e Livros” (sobre o golpe civil-militar) e sobretudo “Brasil, a Última Cruzada” (uma reinterpretação do imaginário histórico nacional do Brasil). Esses documentários estão disponíveis no seu site e no canal do Youtube. “Brasil: A Última Cruzada” chegou até a programação da TV aberta e foi transmitido em horário nobre em dezembro de 2019 pelo canal estatal *TV Escola*. Esse canal é dirigido pelo Ministério da Educação, que, depois da posse de Bolsonaro, foi liderado por dois ministros simpatizantes das ideias monarquistas e comprometidos com o olavismo, primeiro o já mencionado Vêlez Rodríguez, depois Abraham Weintraub.

Ademais, a BP oferece conteúdo exclusivo pago (que chamam de “núcleo de formação”), que consiste em cerca de 300 entrevistas conduzidas pela equipe em preparação para os filmes, além de mais de vinte cursos online de temas centrais para as humanidades, com ênfase em conceitos chave da filosofia, política, histórica, cultura e economia, claramente inspirados na produção de Olavo de Carvalho. O site informa que a BP chegou a mais de 20.000 inscritos e que seus documentários tiveram mais de dez milhões de visualizações – só o canal do Youtube tem dois milhões de seguidores. Os números são impressionantes, e atestam o impacto considerável de suas ideias – até mesmo em comparação com a mídia tradicional. A missão da BP se encaixa no grande plano de Olavo de Carvalho: “transformar o imaginário popular brasileiro”.¹¹³ Mas as ideias deles também influenciam o governo Bolsonaro, que se refere com frequência à suposta autoridade científica da empresa. É evidente que vários membros do governo têm orgulho de estarem inscritos no canal, entre eles o presidente.¹¹⁴ A BP é provavelmente não só o agente cultural mais bem-sucedido da Nova Direita; é também – e talvez essa seja uma explicação – o mais inclusivo. Entre os colaboradores está toda a nomenclatura da Nova Direita de todas as tendências, seja conservadora, liberal, autoritária ou monarquista. Nenhuma outra iniciativa, com exceção do objetivo comum de levar Bolsonaro à presidência, conseguiu engendrar uma colaboração tão ampla e diversa e não é exagero descrevê-la como o “porto seguro” da Nova Direita.¹¹⁵

As ideias monarquistas estão sutilmente presentes em todos os argumentos deles, mas especialmente na série “Brasil, a Última Cruzada”, dividida em seis episódios, lançados en-

113 É o que informa o Brasil Paralelo no Facebook, sob o título “O que é a Brasil Paralelo” (<https://www.facebook.com/brasilparalelo/posts/646625992393742>).

114 Pereira & Santos 2020: 330–332.

115 Firmino 2020: 162. A BP reuniu uma maior diversidade de representantes da Nova Direita do que a edição brasileira da *Conservative Political Action Conference* (CPAC), lendária nos Estados Unidos, que pela primeira vez aconteceu em 12 de outubro de 2019 e é considerada um marco na consolidação da Nova Direita.

tre setembro de 2017 e abril de 2018: “A Cruz e a Espada”, “A Vila Rica”, “A Guilhotina da Igualdade”, “Independência ou Morte”, “O Último Reinado” e “Era Vargas: O Crepúsculo de Um Ídolo”. Em suma, a série apresenta uma narrativa que é completamente baseada na tradição do Quinto Império, ainda que sem mencionar o conceito explicitamente, seja por falta de familiaridade com ela (que perdeu a maior parte do seu status, como explico no segundo capítulo) ou por influência de Olavo de Carvalho, a principal voz da narrativa, que a usa de forma diferente, como apropriação corruptiva da Igreja pelo Estado desde a Idade Média. A História do Brasil é apresentada de forma teleológica na perspectiva heroica dos hierarcas cristãos e suas ordens mais proeminentes, a Ordem dos Templários e seus sucessores portugueses, a Ordem Militar de Cristo. Eles haviam criado no Brasil, ao longo de quatro séculos, um legado monárquico-católico de harmonia social, direito à vida, à propriedade e à felicidade que a Proclamação da República em 1889 destruiu de repente.¹¹⁶ Desde então, de acordo com o enredo, o que reina é a aberração desse princípio sagrado, o eterno conflito de classes, o Estado corrupto e a sociedade alienada de suas raízes. Esses guerreiros religiosos são apresentados como agentes do grande plano divino para a humanidade e servem de exemplo para justificar a luta contemporânea em duas frentes: contra o “comunismo” internacional, em aliança com os capitalistas globalistas (reconhecemos aqui a tese de Olavo de Carvalho) e contra os heréticos muçulmanos, adversários religiosos em plena expansão. Assim, os documentários fornecem uma base histórica e metafísica para duas das preocupações centrais da direita brasileira, especialmente por indicarem que o objetivo de reabilitar e apresentar a história (como na verdade é o caso com qualquer historiografia) é tanto retro- como prospectivo: “Não se trata apenas de não esquecermos de onde viemos. Se trata de não esquecermos para onde estamos indo.”¹¹⁷

O tema central da narrativa é o legado cristão das cruzadas – “a resposta parcial e tardia à maior opressão imperialista que a Europa já havia sofrido”, afirma Olavo de Carvalho – cuja reanimação, eles sugerem, foi a única maneira de reconciliar o Brasil com seu passado e pôr o país de volta em sua rota natural. Duas figuras, “*Deus vult!*” [Deus quer!] e “cruzada”, são repetidas incessantemente na narração, ambas emprestadas da Idade Média e ligadas à agitação do Papa Urbano II no ano de 1095 para convencer os cristãos a se engajarem numa luta final contra os muçulmanos para reivindicar a Terra Santa. Essas palavras-chave foram rapidamente incorporadas ao repertório da Nova Direita. “Está decretada a nova cruzada. *Deus vult!*”, o aluno de Olavo de Carvalho, Filipe Garcia Martins, assim comemorou a vitória eleitoral de Bolsonaro no Twitter. Martins já exercia uma função central de coordenador na equipe de campanha e foi designado Assessor para Assuntos Internacionais do novo presidente. Quando Bolsonaro assumiu o poder, Martins comentou mais uma vez de seu modo particularmente anacrônico: “A nova era chegou. É tudo nosso! *Deus vult!*” Outros apoiadores de Bolsonaro se inspiraram na narrativa da BP: “Precisamos de um São Bernardo

116 Sobre a ressurreição do monarquismo na Nova Direita, ver Wink 2021.

117 De acordo com o teaser de “A última cruzada”, <https://site.brasilparalelo.com.br/series/brasil-a-ultima-cruzada>.

de Claraval [abade encarregado pelo papa de pregar a Segunda Cruzada] para animar novas Cruzadas. CHEGA”, escreveu o já mencionado youtuber Bernardo P. Küster, referindo-se à suposta perseguição aos católicos no mundo.¹¹⁸

Analisando os documentários da BP, fica claro que o objetivo político predomina sobre qualquer interesse histórico. O material é propaganda política, ainda que os produtores neguem. Como qualquer agência de propaganda, a BP afirma disseminar “somente a verdade dos fatos”, livre de qualquer viés ideológico, mas evidentemente também livre de qualquer reflexão sobre seu próprio acesso intuitivo à “verdade” em que se pode reconhecer o ensinamento bastante ideológico do mestre Olavo de Carvalho.¹¹⁹ Esses “fatos” são apresentados por um grupo convenientemente selecionado de “especialistas” correligionários, sendo Olavo de Carvalho o mais destacado, que apresentam o passado do Brasil como uma história oculta de heróis e seus feitos, trazida à luz por eles. Para evitar inconsistências com o expertise científico não levado em consideração em nenhum dos temas apresentados, esse conhecimento tem que ser deslegitimado desde o início como contaminado pelo marxismo cultural. Disso resulta que o estado da arte é amplamente ignorado como supostamente tendencioso, ainda que números trabalhos especializados possam apoiar – ou refutar – a maioria dos argumentos alegados, mas não, obviamente, a versão banalizada de um processo histórico unidimensional.¹²⁰ Em alguns casos, isso tem efeitos contraproducentes, por exemplo quando a BP ainda se prende à versão republicana da “fuga” do Rei João VI de Portugal, ou revela lacunas preocupantes no conhecimento, como no caso da não-observância da influência católica no Estado Novo. Os elementos mais propagandísticos são, no entanto, não os conteúdos, e sim a forma de apresentação, o discurso apocalíptico da “última cruzada” de Deus contra o Mal, não por coincidência figurando no título. Essa cruzada contemporânea, para a qual os documentários convocam o público, não está voltada para Jerusalém, mas para a demolição do Estado, baseada numa hegemonia progressista, para libertar um “Brasil profundo” natural oprimido: “A preservação desse lugar cabe a nós. Não podemos deixar que roubem os degraus da nossa civilização.”

De certo modo, os produtos audiovisuais da BP lembram os primeiros documentários de Steve Bannon, “Generation Zero”, “Battle for America”, “The Undefeated” (todos de 2010) e “Torchbearer” (2011), que tentam reconstruir os mitos fundadores do país. Bannon, admirador de Maurras, foi profundamente inspirado pelo legado da *Action Française*.¹²¹ Mas no Brasil, uma tradição conservadora própria, entre o integrismo e o monarquismo, e especialmente na nova versão feita por Olavo de Carvalho, oferece uma fonte de inspiração ainda mais óbvia e convincente.

118 Pachá 2019.

119 Brasil Paralelo 2020: 467–468.

120 Carvalho & Rovida 2018.

121 Crowley 2017.

Amor à Segunda Vista – Liberalismo Econômico e Monarquismo

Como descrito no capítulo cinco, as atividades dos liberais através de seus think tanks diminuíram durante os governos economicamente “neoliberais” de Fernando Henrique Cardoso. Mas as eleições de 2002 mostraram que a luta pelas ideias ainda não tinha sido ganha. Em reação direta, think tanks previamente existentes foram reativados – por exemplo, o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul em 2004 como o novo Instituto Liberdade – e diversos novos ILs foram criados. Desta vez o objetivo era mais ambicioso: esses think tanks não deveriam apenas realinhar os gestores de políticas públicas à agenda liberal-econômica, mas converter a opinião pública para obter efeitos mais sustentáveis. Isso significava que vários novos think tanks passaram do lobby discreto para militância política aberta – e foi precisamente nesse momento que o termo “think tank”, não muito usado antes, se estabeleceu no vocabulário da mídia.¹²² Enquanto o Movimento Brasil Competitivo (2001, fundado pelo empreiteiro Jorge Gerdau Johannpeter) ainda se concentrava na consultoria, inclusive de partidos de “esquerda”, como o PT, o Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (2002, com a participação do já mencionado Ives Gandra da Silva Martins, membro da Opus Dei) apoiava as ideias liberais com um substrato religioso-conservador. O LIDE, Grupo de Líderes Empresariais (um grupo exclusivo de milionários, fundado em 2003 por João Doria, depois governador de São Paulo) bombardeou a população, e especialmente a classe média emergente, com sua revista *LIDE* (e 18 outros títulos, todos distribuídos de graça em hotéis e aeroportos, cada um com uma circulação de 10 a 40 mil cópias). Em 2005, em paralelo com os Institutos Liberais, um segundo grande promotor do liberalismo apareceu, o Instituto Millennium (IMIL), cofundado pelo Chicago boy e ex-ministro da economia Paulo Guedes, para “revolucionar a agenda política”. Isso aconteceu no mencionado Fórum da Liberdade, uma conferência anual organizada em Porto Alegre desde 1988 – ou seja, 13 anos antes do primeiro Fórum Social Mundial “esquerdista” na mesma cidade. O outro fundador, ao mesmo tempo presidente do IL, foi o já mencionado Rodrigo Constantino. O IMIL conta com cerca de 300 colaboradores e recebe um financiamento generoso.¹²³ Em 2012, o instituto começou duas campanhas para promover a Escola Austríaca de Economia, “IMIL na sala de aula” e “IMIL nas redações”,¹²⁴ além da atividade jornalística reforçada através de blogs.¹²⁵ Como um aliado nessa empreitada, o Instituto Mises Brasil foi criado em 2010 pelo banqueiro Hélio Coutinho Beltrão, igual como

122 Carlotto 2018: 75–76.

123 Entre os patrocinadores do IMIL estão o Bank of America and Merrill Lynch, as empresas Thomsom Reuters, M&M, RBS, Gerdau, Localiza, Líder, Master, Ultra-Ipiranga; Amcham Brazil (a plataforma para empresas norte-americanas no Brasil), além de formadores de opinião, como Antônio Carlos Pereira (editor do *Estado de S.Paulo*), João Roberto Marinho e Luis Eduardo Vasconcelos (Globo), Roberto Civita (Abril), o economista e ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, entre outros (Alexandre 2017: 51–55).

124 Alexandre 2017: 51–55.

125 Silveira 2013.

o Instituto Ordem Livre (2007) e a filial brasileira do *Students for Liberty* (2012). Há também o Instituto para a Formação de Líderes (2014), ligado à Fundação Liberdade e Cidadania do partido Democratas, que publica regularmente a revista eletrônica homônima.

Essa poderosa terceira geração de think tanks agiu não só como multiplicadora doutrinária das ideias liberais, mas também como coordenadora de movimentos sociais que surgiram em oposição aos governos do PT – fornecendo recursos humanos, logística e comunicação. Vários movimentos surgiram, tais como “Endireita Brasil” (fundado em 2006 e liderado por Ricardo Salles); “Cansei” (2007, por João Doria); “Revoltados Online” (2010, pelo empresário Marcello Reis); e “Movimento Brasil Livre”, ligado ao “Movimento Renovação Liberal” (2014, por Renan Santos, Kim Kataguiri, Fernando Holiday e outros – os dois últimos então eleitos pelo partido liberal DEM). Através dessas associações projetadas como produtos e seu ativismo nas ruas, os think tanks se abriram e conseguiram criar “públicos-alvo de oposição” reais e virtuais para todos aqueles que estavam de algum modo decepcionados com o governo do PT. Seus militantes jovens e charmosos chegaram a penetrar até mesmo os meios de contracultura, como mostra a apropriação da “Marcha da Maconha” (manifestação para a legalização da cannabis) e sua transformação na “Marcha pela Liberdade”.¹²⁶ Todos esses think tanks e sua extensão dos movimentos e dos ativistas deram apoio total a Paulo Guedes e portanto a Jair Bolsonaro.¹²⁷ Sintomaticamente é o “Movimento Brasil 200”, criado em 2018 (em referência aos quase 200 anos da independência) pouco antes do início das campanhas eleitorais, e depois transformado em Instituto Brasil 200 (IB200), que inclui empreendedores de uma variedade de marcas nacionais, tais como a Havan (e seu notório CEO Luciano Hang), a universidade particular Estácio, a RaiaDrogasil, a Riachuelo, Habib’s, Multilaser, Polishop, Itaú Unibanco, Hering, Natura, Óticas Carol, e outras.¹²⁸

Isso não indicaria nenhum novo insight sobre o que expliquei antes a respeito do revival conservador, não fosse pelo encontro curioso entre essa tendência liberal e o neomonarquismo. Como é possível que no século XXI monarquistas estejam numa posição relevante para dialogarem com liberais? A menção a Bannon na seção anterior dá uma dica sobre o que podemos esperar do interesse no monarquismo do lado liberal econômico – e é aí que entra esse novo rebento da dinastia brasileira, defensor dos interesses empreendedores. Luiz Philippe de Orléans e Bragança, empresário bem-sucedido e cosmopolita, interlocutor frequente e concordante de Olavo de Carvalho, foi eleito deputado federal em 2018 pelo mesmo Partido Social-Liberal de Jair Bolsonaro. Além disso, ele havia sido indicado ao cargo de seu vice-presidente, até um dia antes do prazo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral, quando foi substituído pelo general reformado Hamilton Mourão. Como até mesmo meus entrevistados no IPCO confirmaram, as razões para essa manobra política não

126 Rocha 2018: 19–22, 155.

127 Constantino 2018; Bishop 2019.

128 Bortone 2020: 64.

eram nem um pouco transparentes e permanecem desconhecidas. O pretexto foi um dossiê forjado que sugeria falta de decoro de Luiz Philippe para o cargo – incluindo inclinações homossexuais – que teriam dito ser um problema para Bolsonaro. Podemos ler o episódio também como uma tentativa dos militares de reconquistarem a posição simbólica de poder moderador que usurparam da Coroa em 1889 e perderam na Sexta República – para não deixarem que caísse nas mãos de um membro da família real novamente. Mas isso é obviamente especulação, uma vez que pode ter havido muitas outras razões em jogo. Apesar da decisão de último minuto, a indicação temporária (e não apenas cogitação) de Luiz Philippe é significativa. O que fez dele um candidato interessante é a sua posição integradora de conservador real e empreendedor liberal que ficara famoso com seu livro de 2017, *Por que o Brasil é um país atrasado?*¹²⁹

Diferente dos títulos mencionados acima, trata-se de um livro, construtivo e reconciliador, não preocupado com “o inimigo”, mas sobretudo apresentando uma solução para o que o autor vê como o dilema do país. O argumento segue uma estratégia quase engenhosa para compensar a demolição necessária do Estado como principal problema com a recriação retrotópica de um “Brasil” simbólico. Luiz Philippe não defende explicitamente a monarquia, já que seu status de membro da Casa Imperial poderia torná-lo suspeito de interesses corporativos, e às vésperas de sua carreira política, ele até abdicou de seu título de potencial sucessor da Coroa num hipotético sistema monárquico. Ele o faz de maneira sutil, explorando todas as alternativas e apontando seus efeitos nocivos, de modo que a opção não dita e discretamente sugerida parece ser a única viável para curar o Brasil de seu atraso crônico. Ele começa afirmando o que já se tornou uma espécie de “verdade” através do livro de Narloch (e de outros textos que discuto nos capítulos anteriores, especialmente os de Olavo de Carvalho): a alienação dos brasileiros da realidade devido à falsa premissa de que o Brasil seria uma democracia republicana capitalista.¹³⁰ Obviamente, se o sistema político do país é na realidade subvertido pelo comunismo, o que é apresentado não só como premissa mas como fato “empírico”, ele não pode ser nem democrático, nem verdadeiramente capitalista. O que é interessante é a menção à república, em princípio perfeitamente compatível com uma ditadura do proletariado. Mas misturando isso com as duas “mentiras”, o autor resgata seu oposto, a monarquia, como um sistema superior e autêntico de acordo com a tradição brasileira.

A legitimidade da monarquia deriva, na argumentação de Luiz Philippe, de uma distorção ou até mais de uma lacuna. No sistema presidencial, ele escreve, não há distinção entre Estado e governo, uma vez que os governantes temporários tentariam se perpetuar no Estado permanente, principalmente via criação de um aparato de Estado burocrático (no sentido usado por Olavo de Carvalho). Para atingir o equilíbrio, não só entre mas também

129 *Por que o Brasil é um país atrasado?* Também entra na categoria de bestseller, com 60.000 cópias vendidas, sem contar a versão para Kindle que não estava disponível para os best-sellers citados anteriormente.

130 Bragança 2017: 9–10.

dentro de cada um dos três poderes (Senado versus Câmara dos Deputados, tribunais versus promotores públicos), era necessário separar, dentro do executivo, o chefe do governo do chefe do Estado.¹³¹ Só um poder imparcial e desinteressado para liderar o Estado em nome do povo limitaria a ganância política do governo. O livro não diz quem seria esse, mas o prefácio todo, escrito pelo conhecido empresário Stephen Kanitz trata da vantagem do aristocrata que, por obrigação da nobreza e em contraste com os corruptos políticos de carreira, não busca poder e abuso dele para enriquecimento pessoal.¹³² O livro não o menciona, mas faz lembrar a fama do patrianovista Arlindo Veiga dos Santos, que recusou categoricamente qualquer cargo público e rejeitou até a oferta de se tornar Secretário da Educação do estado de São Paulo nos anos 1930 por não querer se beneficiar do que ele chamava de “presunto republicano” e só trabalhou em escolas particulares.¹³³

Ainda assim, essa separação essencial entre chefe de governo e chefe de Estado poderia ser feita dentro de diversas formas de (semi)parlamentarismo. Porém, para o autor, não há necessidade de esclarecer isso, uma vez que a longa e concreta experiência histórica do Brasil como monarquia constitucional com o “poder moderador” independente do imperador, supostamente agindo em concordância orgânica com a *volonté générale*, chega perto do ideal do autor: “[A] sociedade organizada e o Estado são, na verdade, aliados, unidos contra as ações nocivas do governo e da burocracia.” Tal limitação de potenciais abusos do governo permitiria então que o Estado se moldasse a um tamanho mínimo apropriado, mas preservaria entre suas funções básicas a ordem moral.¹³⁴ Um requisito seria uma constituição para limitar o governo em vez de se estabelecer direitos “excessivos”, tais como à saúde e à educação. É interessante que Luiz Philippe separa sua análise das realidades constitucionais do Brasil entre “antes e depois” de Getúlio Vargas e evita qualquer referência à ruptura de 1889, o que poderia soar nostálgico ou até egoísta: “De 1824 até 1930 [...] o Brasil foi uma nação de política e economia liberais, com um mercado aberto desregulamentado, estado de Direito não intervencionista e, conseqüentemente, pequeno, custando somente o equivalente a 13% do produto interno bruto (PIB) em tributos.” A história do Brasil independente é dividida em dois períodos: a era liberal (1824–1930) e a era socialista (1930 até hoje).¹³⁵

Logo fica claro que o potencial da monarquia era maior que o da república. Em primeiro lugar, no império, “o acúmulo de riqueza não era visto como um problema a ser controlado ou tributado pelo Estado”, o que inspira uma reforma tributária que eliminaria a tabela progressiva de imposto de renda e, entre outras medidas, abolir o odiável imposto sobre heranças. Todavia, ele parece perceber que nem o elogio a uma política fiscal moderada num pré-Estado de bem-estar social, nem a concentração de riqueza numa sociedade

131 Bragança 2017: 18, 135.

132 Kanitz 2017: 5.

133 Domingues 2006: 521.

134 Bragança 2017: 25, 30. Sua principal referência para esse argumento é Mises, confirmando de novo a preferência da Nova Direita pela Escola Austríaca de Economia.

135 Bragança 2017: 37, 62, 90–91, 101–102.

brutalmente desigual convencem como caminho para o desenvolvimento no século XXI. Por essa razão, Luiz Philippe alega que o império tinha sido predestinado a possibilitar a meritocracia num contexto favorável de industrialização, se tivesse tido tempo suficiente. Infelizmente, escreve ele, devido ao processo histórico, menos de um ano após a abolição da escravidão pelo governo imperial, que teria criado oportunidades justas para todos, a Proclamação da República deu início ao “ciclo perverso” de cooptação do Estado pelas novas elites e a exclusão das pessoas comuns. Agora, em 2017, segue ele, o Estado de bem-estar social nunca completo no Brasil se tornou supérfluo devido ao contexto de nova liberdade econômica, mas só quando realiza uma “revisão” desses direitos humanos que limitam os direitos da liberdade econômica. Um exemplo que ele cita é de como o direito à propriedade é restringido pela legislação ambiental. Outra chave para o sucesso seria o princípio da subsidiariedade, de acordo com a qual o governo só assume certas funções quando as unidades básicas da sociedade, da família e das comunidades locais declaram sua inabilidade (ou seja, como o texto dá a entender, o lar e a educação particular, como princípios, educação pública como medida provisional caso requisitada ao governo).¹³⁶

Para Luiz Philippe, esse liberalismo dependeria da monarquia por uma simples razão: diversas orientações políticas tiveram a oportunidade de mostrar seu potencial (aos olhos dele, a direita conservadora até 1930, a esquerda progressista até 2002, a esquerda revolucionária de 2002 a 2015), exceto a única que nunca teria participado do poder: a “direita libertária”. Como o presidencialismo havia falhado em todos esses governos, a Nova Direita precisava ter sua primeira chance com uma base nova e melhor. O livro, publicado exatamente um ano antes das eleições de 2018, não se furta a dar orientação eleitoral. Mais uma vez, a estratégia é planejada com cuidado. “Será que teremos que apostar em mais um líder messiânico salvador da pátria?”, Luiz Philippe pergunta retoricamente, referindo-se aos presidentes “populistas” de Vargas a Lula, os responsáveis pela tragédia brasileira, como o leitor já inferiu. Mas, surpreendentemente, nem todo líder populista é ruim. Como ele explica, esse tipo de salvação funcionou só uma vez na história, no caso do “aristocrata” Lucius Cincinnatus, que “por sua vasta experiência militar e popularidade [...] foi convocado pelos cônsules de Roma, em 458 a.C., para assumir poderes ditatoriais. Tinha como missões prioritárias restabelecer a lei e a ordem [...]. E ele assim o fez: uma vez instalado no poder, cumpriu seu papel.” Em tempos de crise, pode-se de ato precisar de um salvador da pátria, então por que não o candidato que o autor apoia abertamente, Jair Bolsonaro?¹³⁷

Luiz Philippe alega ter escrito esse livro como um cientista objetivo, contra a hegemonia de intelectuais corruptos marxistas (a única fonte “científica” brasileira que ele cita é o já mencionado olavista Bruno Garschagen) que abdicaram todos do rigor científico e começaram a manipular o imaginário do povo com uma falsa versão da história e possibi-

136 Bragança 2017: 91, 96, 136–137, 145. A única crítica contra a monarquia no livro inteiro é relacionada ao centralismo monárquico.

137 Bragança 2017: 131–132, 169.

lidades políticas fantásticas para sair da crise: “Eles almejam a construção de uma visão confortável, de fácil digestão pelas massas, e querem conquistar controle e poder. São agentes que se utilizam de linguagem camaleônica para obter uma perfeita aceitação nos segmentos que desejam convencer e controlar.”¹³⁸ Com essas palavras, o autor descreve, involuntariamente e com toda clareza, o projeto de poder da Nova Direita, tal como o das atividades “acadêmicas” de seu cientista de referência, Garschagen, que vende seu curso de “Ciência Política” como autoajuda para os alunos defenderem melhor sua orientação política:

Esse curso servirá para você que não aguenta mais ouvir conversas sobre diversos temas políticos, sobre o governo Bolsonaro, STF, Lula, esquerda, direita, conservadorismo, liberalismo, fascismo, e não têm informações e argumentos para refutar aquele colega do trabalho, o tio do churrasco ou o desconhecido chato, tanto pessoalmente quanto nas rede sociais. Um dos propósitos do curso é impedir que você passe raiva e vergonha nas discussões por não ter o que dizer ou por achar que poderia falar com mais convicção, se estivesse mais preparado. De quebra, esse curso vai te ajudar a entender o país e o mundo onde você vive.¹³⁹

É reconfortante que o cientista político Garschagen não esqueceu de incluir na última frase que seus ensinamentos vão não só permitir que o aluno persuade qualquer adversário político como também – como “bônus extra” – ajudá-lo a entender o mundo. A própria descrição do seu curso certamente ajuda a entender o mundo da Nova Direita.

Mas voltemos a Luiz Philippe: sua propagação do retorno a um sistema político do século XIX teria um poder persuasivo limitado, a não ser pelo apelo sedutor que a glória do passado poderia despertar em alguns. Na verdade, o que o discurso monárquico transmite subliminarmente é a implementação do parlamentarismo, no contexto brasileiro, intrinsecamente associado ao monarquismo, como a melhor garantia para uma transição liberal-conservadora bem-sucedida.¹⁴⁰ Luiz Philippe só afirma isso explicitamente uma vez, quando adverte que a fragmentação do poder executivo deve ser feita por um sistema parlamentar e o puro voto distrital. Se no passado o Congresso brasileiro, predominantemente conservador e hesitante na hora de reformar o status quo social, tivesse tido a oportunidade de escolher um primeiro-ministro como chefe de governo em vez da escolha de um presidente pelo povo, certamente não deveria ter sido Lula nem Rouseff ou qualquer outro reformista. Com um só candidato eleito por maioria simples em cada distrito, a composição

138 Bragança 2017: 8.

139 Ver <https://www.cursology.com.br/cursos/politica>.

140 Essa medida foi usada e se mostrou eficiente numa situação comparável. Quando o progressista vice-presidente João Goulart assumiu o cargo em 1961, o legislativo decidiu por um parlamentarismo interino para controlá-lo. Um plebiscito anulou essa medida. 14 meses depois desse retorno ao sistema presidencial, os militares executaram o golpe de Estado. Consequentemente, o parlamentarismo poderia ter o potencial para alinhar o executivo com o legislativo, sem a necessidade de futuros golpes.

do congresso teria sido ainda mais tendenciosa interseccionalmente. Tecnicamente, ambas as medidas têm por objetivo diminuir a representatividade em termos de governança.

A redução da representatividade é essencial para o projeto liberal uma vez que suas políticas para implementar o Estado mínimo e uma economia desregulada representam medidas impopulares na opinião da maioria do eleitorado. A monarquia sugerida, ainda que não realizável, tem um duplo papel central: desvia a atenção da demolição do Estado, o qual representa, em todos os discursos da Nova Direita brasileira, o grande mal, e preenche a lacuna pós-utópica do Estado falido – supostamente socialista.¹⁴¹ O passado monárquico oferece um repertório simbólico, reconhecido, e até sentido como pertencente à nação, que depois de mais de um século de República e na tendência rebelde contra o “politicamente correto” pode até parecer “original” e pelo menos claramente distinguível da narrativa “hegemônica marxista-desenvolvimentista”. Portanto, parte da Nova Direita brasileira o capitaliza como um imaginário de identificação coletiva. Isso explica por que o movimento monárquico ainda não desenvolveu um forte braço político e por que é duvidoso se pretende desenvolvê-lo, já que age de forma mais eficiente no espaço estratégico dos imaginários nacionais. É uma característica dos monarquistas evitar aparecer como mais um ator “somente político”. Isso não deveria levar as pessoas a subestimarem seu poder político, porque faz parte de sua estratégia.¹⁴² Ainda assim, eles estão presentes não só como provedores de ideias, mas também em cargos políticos chave, sem se identificar abertamente como tal. Isso inclui vários dos já mencionados olavistas, como o chanceler Ernesto Araújo, os ex-ministros da Educação Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, Rafael Nogueira (colaborador da BP) indicado ao cargo de presidente da Fundação Biblioteca Nacional, além de diversos congressistas de vários partidos que agem como uma “bancada monarquista” informal.¹⁴³

A tentativa de evitar o modo convencional de criar uma representação política através de partidos levou a um curioso revivido da ferramenta mais eficiente dos católicos conservadores no início dos anos 1930, a Liga Eleitoral Católica. Durante as eleições municipais de 2020, um recém-fundado Instituto Brasileiro Conservador (IBCON) surgiu na arena política, evitando com cautela informar quem são seus líderes (os quais, pelas fotos publicadas, pode-se esperar serem parte do centro operacional do bolsolavismo). Começaram a ser certificados através da marca de excelência de candidatos do IBCON, os quais adotam oficialmente um programa de governo básico, elaborado e prescrito pelo IBCON chamado

141 Sobre a retrotopia do liberal-monarquismo brasileiro, ver Wink 2021.

142 Monarquistas não priorizam a formação de partido político. Quando tais iniciativas foram iniciadas por sua militância, nunca conseguiram a aprovação da família real nem da liderança monarquista (como no caso da proposta dos partidos Real Democracia Parlamentar (RDP), Partido Monárquico Parlamentarista Brasileiro (PMPB), Partido do Movimento Monarquista do Brasil (PMMB) e Partido da Construção Imperial (PCI), nenhum deles com o registro concluído pelo Supremo Tribunal Eleitoral). Jean Tamazato, presidente da Pró-Monarquia, e José Carlos Sepúlveda da Fonseca, editor do IPCO, entrevista com o autor, São Paulo, 12 nov. 2020.

143 Membros do grupo monarquista informal no Congresso são o senador Márcio Bitar (MDB) e os deputados federais Paulo Martins (PSC), delegado Waldir (PSL), Clara Zambelli (PSL) e Enrico Misasi (PV, Partido Verde).

“contrato pelo Brasil”.¹⁴⁴ O Instituto não se refere ao programa dos anos 1930, mas afirma que sua inspiração foi o “*Contract with America*”. Esse contrato foi oferecido aos candidatos Republicanos para as eleições do Congresso em 1994 – a versão brasileira faz referência a citações de Reagan e a panfletos da *Heritage Foundation* – e o instrumento é o mesmo. Diversos partidos de centro-direita mas também alguns candidatos do MDB assinaram esse termo de compromisso em 2020, o qual inclui vinte comprometimentos para prefeitos e quinze para vereadores.¹⁴⁵ Entre as provisões, encontram-se regras comuns de prestação de contas e boa governança (que já são legalmente obrigatórias) mas também a proteção de “Deus, Pátria e Família”, o que significa a proteção da vida desde a concepção (obrigando prefeitos eleitos a indicarem um e procurador geral e líder da câmara municipal que sejam “pró-vida”), da chamada família tradicional, e da propriedade privada – tudo com base na Lei Natural. O item três estabelece o compromisso com o anticomunismo; o quatro, com o antiglobalismo; o cinco, com a implementação de leis para facilitar a autodefesa; o seis, com a cooperação entre as esferas política e religiosa. O IBCON enfatiza, como o CDV fez há mais de um século, que o selo de qualidade não significa uma indicação para eleitores, apenas um a declaração de um instituto “acadêmico”. Mas nas frases seguintes fica claro que toda essa neutralidade científica serve para fazer com que os eleitores tomem conhecimento dos candidatos que “melhor representem os valores conservadores que prezamos”. Na verdade, não se trata somente de valores “conservadores”. Quem quer que leia o contrato até o fim verá que os candidatos também se comprometem a trabalhar para incentivar a livre iniciativa e a “limitação do governo”.

No primeiro capítulo, propus uma definição provisória de uma Nova Direita liberal-conservadora, baseada em considerações conceituais e teóricas, a hipótese de uma congregação familiar ideológica íntima e na promoção dessa identidade conjunta por muitos dos líderes da Nova Direita. Ao fim deste último capítulo, os indicadores que motivaram essa decisão ficaram mais claros e mais fortes. No último empenho em inventariar a evolução de ideias conservadoras no Brasil, por Véléz Rodríguez, essa distinção entre liberais e conservadores tende a desaparecer completamente. Ele incorporou depois a fusão ao título de suas memórias, *Da esquerda para a direita: minha opção liberal conservadora*, que ele termina com uma atitude otimista: A Nova Direita no poder havia reanimado com sucesso o “fundo da mentalidade conservadora” do Brasil e aberto o país para a modernização como “autogoverno”. Portanto, uma “proposta liberal-conservadora” seria certamente o caminho coerente do país para o futuro.¹⁴⁶ O termo fusionista é promovido em compêndios liberais,¹⁴⁷ e as objeções, se é que as há, não tratam do projeto liberal-conservador como tal, mas como hipotéticos excessos populistas e autoritários. Sintomaticamente, quem alerta para isso, o

144 Ver <https://www.ibcon.com.br>.

145 Entre os candidatos que assinaram o contrato do IBCON estão membros dos já mencionados PRTB, Republicanos, o novo PL, DC, PP, PTB, PTC, PSD, além de Avante e Patriota.

146 Véléz Rodríguez 2015 e 2020.

147 Catharino 2019a: 25; Penna 2019 [1987]: 119.

jornalista e influenciador liberal Rodrigo Constantino, é também um defensor ferrenho de notórias perspectivas autoritárias e apoiador incondicional do populismo de Bolsonaro.¹⁴⁸

Poderia ser um sinal do uso estratégico forçado do termo de fusão que uma das mais recentes iniciativas da ala de Bolsonaro no governo para aumentar a institucionalização de suas referências ideológicas tenha sido batizada de Instituto Conservador-Liberal (ICL).¹⁴⁹ Fundado por Eduardo Bolsonaro e Sérgio Sant’Ana no fim de 2020 como um simulacro da *Heritage Foundation*, ele recebeu a aprovação entusiasmada de Olavo de Carvalho. O instituto tem por objetivo disseminar os valores conservador-liberais tais como a “compreensão da verdade”, da Lei Natural e dos “direitos humanos derivados dela, cognoscíveis por meio da razão natural”, o “respeito a Deus”, a liberdade de expressão religiosa ou o “combate a qualquer forma de discriminação, hostilidade e menosprezo à religião”. Além disso, os votos anticomunistas, antiaborto, pró-família e pró “legítima defesa” (da vida, propriedade e liberdade) de sempre. Como o IBCON, o instituto irmão ICL também inclui a confissão de reivindicações economicamente liberais. Mas acima de tudo, o conservadorismo, de Burke a Olavo de Carvalho, está naturalmente presente no propósito do instituto de “formar expoentes intelectuais através do desenvolvimento de paradigmas de excelência; respeitar os fundamentos sobre os quais, historicamente, nossa comunidade se formou e desenvolveu; considerando a vontade das gerações passadas”. Em setembro de 2021, o ICL organizou a segunda edição brasileira da CPAC, Conferência de Ação Política Conservadora, com o lema “Liberdade e Verdade” e o objetivo declarado de combater a secularização, o “progressismo” e os “males da modernidade”. O próprio presidente, além dos ex-ministros Ernesto Araújo e Ricardo Salles, e vários dos mencionados ideólogos bolsolavistas da Nova Direita honraram o evento como palestrantes. A fusão liberal-conservadora no Brasil parece ter encontrado o seu lar.

148 Constantino 2019.

149 Ver <https://www.facebook.com/institucoclbr>. Sobre a cerimônia de abertura, ver Alencar 2020 e Bergamasco 2020.

Conclusão

O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa.
Jair Bolsonaro¹

A destruição das bases civilizacionais da existência humana não começa nos campos de batalha nem nas bolsas de valores: começa nos tranquilos gabinetes onde homens aparentemente inofensivos — quer se trate de filósofos ou de burocratas da ONU — tentam ser mais sábios que Deus. Não tem cabimento dissociar da crise da autoconsciência a progressiva rejeição moderna do senso de eternidade, e não é possível aceitar a dissolução da autoconsciência tentando preservar, ao mesmo tempo, altos padrões morais de conduta. Neste fim de era, as consequências históricas de decisões intelectuais tomadas três, quatro, cinco séculos atrás assumem a forma do totalitarismo, da violência generalizada, do genocídio e, sobretudo, do império universal da mentira.
Olavo de Carvalho²

A erupção da Nova Direita durante a última década poderia dar a impressão de ser apenas um acidente único na história do Brasil. Uma concatenação de circunstâncias infelizes parece ter levado ao poder um deputado rude, radicalizado e aparentemente extenuado que baseia sua filosofia política em ideias fantasiosas e dúbias de um outsider atormentado na floresta de Virgínia e que governa muito mal com a ajuda de seus filhos e novos e velhos companheiros — todos tendo como característica em comum a falta de expertise para realizar suas funções, combinada com uma resistência obstinada aos conselhos. Tudo isso sendo fielmente aplaudido por parte ressentida da classe média e evangélicos fundamentalistas, como se estivessem torcendo por um time de futebol azarado. A Nova Direita pode parecer um movimento bagunçado, sem direção clara, com brigas internas entre facções e disputas pessoais que já provocaram rompimentos dentro do governo. Tudo isso é verdade, muito embora a cacofonia no palco político seja provavelmente mais um efeito de como dividir o poder repentino que caiu no colo da Nova Direita, ainda que certamente alimentado pela intolerância egocêntrica de alguns atores.

1 Discurso de Jair Bolsonaro, ao lado de Olavo de Carvalho, na lendária reunião de conservadores da política e da mídia na embaixada brasileira em Washington DC, 17 mar. 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=Q0GtNa-VHqM>.

2 Carvalho 2012c.

Eu penso, porém, que o problema tem raízes mais profundas. Os últimos capítulos revelaram que a Nova Direita inclui mais gente do que os protagonistas aparentemente perturbados. Entre eles, especialmente o vice-presidente Mourão e outros militares dão a impressão de serem relativamente sensatos, comparados às excrescências bizarras da ala bolsolavista. No entanto, isso é ilusivo porque os aparentemente mais sensatos compartilham com os menos sensatos as mesmas bases de pensamento, e criam suas políticas a partir das mesmas velhas premissas que expus em detalhes, ainda que possam não estar totalmente conscientes disso – e se estiverem, se comportam com prudência para expressá-las de forma diplomática. Que a Nova Direita é mais séria, mais estabelecida e mais unida do que parece foi a primeira descoberta central da minha pesquisa. Para perceber isso é preciso ir além das práticas políticas e incluir a ideologia em um grau muito maior. Com essa abordagem, meu intuito não é analisar as manifestações ideológicas na retórica da Nova Direita, mas discernindo que ideias alimentam esses discursos. Essas ideias não se destacam de modo automático e não chamam a atenção porque costumam ser subestimadas pelos próprios propagadores e, portanto, apenas insinuadas nas entrelinhas. É a aceitação de certas premissas ideológicas inquestionáveis que mantém a Nova Direita unida e faz com que os outros a apoiem.

Essas premissas não são uma miscelânea de ideias importadas, como pode parecer à primeira vista, especialmente olhando para a estratégia de comunicação política de Bolsonaro. Elas formam um sistema pensado e coerente de crenças que deriva de um núcleo de pensamento identificável com as principais raízes no tomismo medieval. Esse sistema foi reabilitado como o fundamento ideológico do integrismo do fim do século XIX e desde então se desenvolveu formando um rico cânone de pensamento conservador brasileiro genuíno. Durante o século XX, muitos pensadores, a maioria apresentada neste livro, contribuiu para esse cânone e criou respostas fáceis para complexos desafios sociais e políticos brasileiros. Ao fazê-lo, o conservadorismo brasileiro demonstrou uma habilidade extraordinária de assimilação. Incorporou o imaginário colonial brasileiro inicial, como o Quinto Império, integrou o passado monárquico como uma realização de uma vocação divina, harmonizada com o sistema republicano e absorvendo adversários ocasionais, como os integralistas. O conservadorismo conseguiu o feito de acomodar tendências nacionalistas, autoritárias e, acima de tudo, liberais. Essa mistura com o liberalismo é especialmente notável, uma vez que não é só estratégica – como em outros contextos – mas ideológica, voltando a enraizar as ideias liberais do escolasticismo e transcendentalizando a teoria econômica liberal através da divinização dos mecanismos do mercado.

Essa essência ideológica conservadora é de uma resiliência impressionante: sobreviveu, quase sem alterações, por mais de um século, e suas ideias persuasivas parecem não ter perdido nada de sua viabilidade. Serviram de referencial ideológico para as reações políticas contra qualquer ameaça periódica percebida ao status quo – ou, em outras palavras, para defender “a ordem”, não por coincidência o nome do primeiro importante jornal conservador do Brasil. Como picos de reação conservadora, examinei a década de 1930, o início dos anos 1960, a redemocratização nos anos 1980 e mais recentemente a ascensão

da Nova Direita como resposta ao reformismo do PT. Essa continuidade mostra que o que parece ser uma Nova Direita é na verdade uma velha direita. Seus denominadores comuns são as premissas tomistas perenes – assumidas de forma mais ou menos explícitas e mais ou menos banalizadas por seus protagonistas – e as mesmas fontes básicas de sempre do cânone conservador através das quais a velha e Nova Direita justifica a primazia de uma lei e uma ordem naturais dada por Deus acima de qualquer contrato social feito pelo homem. Trata-se de um projeto inerentemente antimodernista no sentido pleno da palavra. O que faz a Nova Direita parecer nova é o fato de que seus representantes acabaram de reassumir seu lugar na paisagem política após um período de perda de prestígio devido ao fim dos governos militares e no contexto adverso da democratização. O que dá à Nova Direita um ar distinto é sua retórica parcialmente renovada, especialmente através do olavismo, e seu alcance populista através do ciberativismo.

Estudar o conservadorismo no Brasil significa encontrar um círculo elitista e bastante fechado, tão múltiplas são as conexões com a elite econômica e a classe política governante, e tão reiterativas as aparições de seus representantes em diferentes ocasiões e posições. Conservadores de todos os tipos, de monarquistas a Chicago boys, de neotomistas devotos a especialistas em repressão militar flutuaram entre as várias tendências e estabeleceram uma rede obscura. Sua capacidade de colaborar, em ações harmonizadas, conectadas ou até concertadas, é mais uma vez extraordinária. Os conservadores brasileiros vêm realizando com sucesso há cem anos o que internacionalmente ainda são conquistas isoladas. Para efeito de comparação, pode-se pensar na organização transnacional “World Congress of Families”, criada em 1995 por Allan Carlson e Anatoly Antonov, e em plena atividade. Ela une ecumenicamente membros de todas as igrejas cristãs e ativistas da Rússia e dos Estados Unidos, que repentinamente são capazes de esquecer todas as diferenças quando a questão é defender algo importante para eles, com que concordam e acreditam estar sob ameaça.³ Recapitulando a história do pensamento e da ação conservadores no Brasil, essa inclusão é provavelmente o que melhor descreve sua força e sucesso sem paralelos.

A questão de se isso é resultado de um projeto planejado e executado racionalmente ou só o acúmulo orgânico de ações subjetivas não muda o resultado. Esses atores estavam ao menos conscientes de que pensavam da mesma forma e ainda mais conscientes do que estava em jogo para eles e como conservá-lo. É importante lembrar que o ideal conservador é a ação espontânea e prática sem nenhum planejamento, baseada somente na experiência individualista e centrada nas realidades subjetivas percebidas localmente. Defender a ordem e os privilégios implícitos dos quais se pode beneficiar é uma causa genuinamente clara e pode, ao menos em algum grau, prescindir de um plano de ação ou condutor. É evidente que quem precisa de um plano é alguém que pretende estabelecer outra ordem, e também é evidente que qualquer reação à intenção do “inimigo” pode facilmente se concentrar nesses planos subversivos como um alvo. Ainda assim, o que a minha análise mostra é que,

3 Stoeckl 2020.

apesar desse ideal, os conservadores colaboraram de modo proativo, antecipando os planos do “outro” para justificar a realização de seus próprios planos.

Como se pode suspeitar e como afirmo acima, tanto a habilidade de colaborar como a relutância em aceitar qualquer mudança na hierarquia social podem não ser apenas uma questão de defesa de interesses religiosos ou ideológicos. Também podem estar relacionadas a interesses concretos de conservar privilégios exclusivos que essa ordem proporciona, algo que não incluí na minha análise, mas que pode ser deduzido a partir das implicações sociais de um pensamento conservador que manifesta uma forte dimensão autoritária. Em seu elucidativo livro sobre a mente reacionária, Corey Robin nos alerta para prestarmos atenção em quem, numa visão de mundo conservadora, tem a prerrogativa de agência e quem tem o dever da submissão, e como isso se relaciona com a percepção conservadora da realidade enquanto extensão das relações familiares. Os homens não reconhecem as mulheres no governo porque também não as reconhecem em casa, e “por trás do protesto nas ruas e do debate no Congresso está a empregada retrucando à patroa”.⁴ Esse comentário é instigante no contexto brasileiro, onde o conservadorismo tem sido um domínio quase exclusivamente masculino e a concessão de direitos trabalhistas a empregadas domésticas em 2015 foi provavelmente o principal gatilho para as atitudes antipetistas.⁵ Vinte anos antes, Olavo de Carvalho já alertava para a possibilidade de empregadas domésticas processarem empregadores por assédio sexual:

Até umas décadas atrás, o pai de família que estendesse as asinhas para cima de sua doméstica atrairia sobre si a desaprovação da esposa, dos filhos, dos vizinhos, da paróquia – um castigo moral infligido espontaneamente pela comunidade. [...] Quando ao castigo moral se soma porém a sanção penal e administrativa, o caso passou da esfera ética para a jurídica – e o estado, a pretexto de proteger domésticas ofendidas, na verdade o que faz é usurpar uma das funções básicas da comunidade, que é a de fiscalizar a conduta moral de seus membros.⁶

Ele está certo em relação ao fato de que, para o criminoso sexual, correr um risco de ser repreendido é melhor do que correr dois riscos, especialmente se o risco adicional implicar em possíveis punição legais e não apenas uma vaga desaprovação (também se poderia considerar a hipótese de demissão da empregada e perseguição por difamação). O que chama a atenção é o autoritarismo assumido que a comparação revela: o direito do mais forte de coagir o mais fraco, e a negação de um órgão neutro de apelação pública para intervir nessa coerção privada. A criação do Leviatã, a relativização modernista da autoridade pessoal e a delegação ao Estado com o monopólio do uso da força, é um ponto de crítica central no

4 Robin 2011: 7–10.

5 Porto 2023.

6 Carvalho 2015 [1995]: 353.

conservadorismo e questão perene de repulsa no olavismo. A Nova Direita incorporou essa noção como uma premissa para a reivindicação da reconquista privada – e até armada – da autoridade do Estado. O grito de guerra que se ouviu em incontáveis manifestações durante os últimos anos, “Quero o meu país de volta!”, não expressa somente o desejo por uma volta aos anos de ouro antes do governo do PT (e para alguns, antes da democratização). O que se quer dizer com esse país é o Brasil como ordem simbólica “natural”, que se revela incompatível com o “Estado” brasileiro, aquele que em princípio deveria ser o administrador da ordem legal enquanto contrato social. Esse paralelismo de ordens no Brasil está presente de modo sutil até mesmo na Constituição democrática de 1988 no já mencionado artigo 142, que determina o direito das forças armadas de garantir a “lei e a ordem”. Como Felipe Miguel observou, qual é a necessidade e a função de acrescentar “ordem”, como conceito abstrato, à “lei”, a ordem legal vinculativa?⁷ Como sabemos agora, a razão é que, numa perspectiva conservadora, a “ordem” não corresponde apenas à ordem pública num sentido técnico. O que dá autoridade especial aos militares é a ordem “natural” sublime, que é superior à ordem do Estado estabelecido de forma democrática e inscrita num contrato social.

Isso torna possível afirmar o que parece ser paradoxal: o “Brasil” como ordem verdadeira pode ser libertado do “Estado” enquanto ordem falsa. O fogo amigo de católicos conservadores especialmente ávidos que culpam Bolsonaro por colocar incorretamente “Brasil acima de tudo” (e não, como deveria ser, a Igreja acima de todos) deixa de entender que com “Brasil”, ele não se refere ao Estado moderno Brasil, mas ao imaginário transcendental de “Brasil” como ideia, que só pode ser ressuscitada através da destruição da estrutura do Estado – conforme a citação na abertura desta conclusão. Isso não significa necessariamente um retorno a um sistema político pré-moderno, mas – como expliquei no último capítulo – em primeiro lugar, uma limitação da representatividade pública e da agência estatal, compensada por uma monarquia sempre despontando e o cristianismo reluzindo em novo esplendor para identificação simbólica. Jessé Souza alertou em vários de seus livros que o ataque ao Estado, seja de quem for, poderia provocar resultados drásticos. Se o Estado é retratado predominantemente como inimigo e problema em vez de apenas um possível protetor do interesse público, quem mais seria o órgão de apelação para a defesa dos direitos daqueles que não têm o poder ou o dinheiro para defendê-los quando sozinhos? E se o Estado começa a ser visto como tão irreversivelmente deficiente que a única solução – e sonho neoliberal – aparente ser o sucateamento do Estado?⁸ Aparentemente, o Brasil atingiu esse ponto exatamente num momento em que uma pandemia imprevisível lembrou ao mundo da urgência da ação e do investimento do Estado.

Na Nova Direita, o ceticismo liberal-conservador quanto ao Estado juntou-se ao nacionalismo ufanista na tradição de Afonso Celso: o Estado é “mau”, e o Brasil é “bom”. O que para Celso na virada do século XIX era uma questão de priorizar elementos do

7 Miguel 2019: 102.

8 Souza 2015: 21.

imaginário nacional em que o Estado (e especialmente não o Estado republicano) não tinha nenhum peso, durante o século XX, que cobri em minha pesquisa, consolidou-se na estratégia conservadora como desprezo e sabotagem do desenvolvimento do Estado, sempre que ele não servisse aos seus próprios interesses. Cem anos depois, essa mistura se tornou explosiva: o objetivo da Nova Direita de destruir – ou minimizar, como um liberal diria – um Estado corrompido por marxistas culturais, para substituí-lo por uma fantasia medieval de “Brasil” e justificar seus atos como a última defesa da civilização ocidental. Essa é uma qualidade significativamente nova do ceticismo diante do Estado. Após o governo Bolsonaro, as possíveis consequências de longo alcance dessa empreitada já são perceptíveis e a dificuldade de reparar os danos, se possível, ficaram patentes. Ainda assim, não penso que esteja suficientemente claro que essa destruição do Estado é impulsionada não apenas pelo ressentimento antipetista, mas também pela estratégia financeira de ver na sua ruína uma oportunidade bem-vinda para uma tomada de controle neoliberal. Essa destruição é sistemática e resultado necessário da crença ideológica liberal conservadora.

A Nova Direita brasileira aparentemente produziu um alto nível de radicalismo. Até a quintessência ideológica do pensamento conservador é tão radical que pode ser comparada ao pensamento de um ideólogo, com o qual estamos bastante familiarizados nos Países Nórdicos, e que foi muito longe para pôr suas ideias em prática. Refiro-me a Anders Behring Breivik, o extremista norueguês que em 2011 matou com as próprias mãos 69 participantes de um acampamento de férias da Liga de Jovens Trabalhadores, 55 deles adolescentes, além de outros oito por um ataque com bomba à base do governo em Oslo. Nas 1515 páginas do seu assim chamado manifesto político, um compêndio escrito com vários colaboradores usando pseudônimos, a maioria dos pensamentos coincide com os do conservadorismo brasileiro apresentado neste livro.⁹ Os argumentos centrais do manifesto lembram de forma impressionante os escritos de Olavo de Carvalho. Isso vale especialmente para o marxismo cultural – Breivik é, como Carvalho, profundamente fascinado por Gramsci – e pelo islamismo, em que ambos se referem a Bat Ye’or e ao mesmo tempo se sentem atraídos pela espiritualidade do Islam através de Guênon e do sufismo. O que mais chama a atenção são as referências conservadoras católicas de Breivik, sem que ele tenha uma formação pessoal católica. Toda a ideia do manifesto – expressa no subtítulo *De Laude Novae Militiae. Pauperes commilitones Christi Templique Solomonici* [Em Elogio à Nova Cavalaria. Os pobres soldados companheiros de Cristo e do Templo de Salomão] – é fornecer uma orientação para uma nova cruzada dos Cavaleiros Templários do século XXI, inspirada na mesma ordem militar medieval cristã que, depois dele, inspirou o Brasil Paralelo. O pensamento integrista se estende de modo flagrante por dezenas de páginas, incluindo a equação entre satanismo e comunismo, o papel da Igreja Católica como única guarda da verdade, a substituição necessária das Ciências Sociais pelos Estudos da Bíblia, a traição do Concílio Vaticano II e assim por diante. Quaisquer diferenças em relação ao conservadorismo brasileiro são limitadas a

9 Berwick (org.) 2011.

sofismas teológicos e ocasionais expectativas divergentes quanto aos papéis geopolíticos incertos dos Estados Unidos e da Rússia, enquanto todos os diagnósticos históricos, culturais, sociais e políticos são simples e assombrosamente idênticos.

Obviamente, Breivik não leu os livros de Carvalho e – assim como Carvalho – ele se refere apenas superficialmente a algumas das fontes conservadoras comuns mencionadas na introdução (tais como Burke, Hayek, Scruton e algumas mais deixadas de fora por mim, como Pat Buchanan, autor do livro de 2001, *A Morte do Ocidente*, e Robert Spencer, autor do *Manual Politicamente Incorreto do Islam e das Cruzadas*). Ambos baseiam sua obra nas mesmas premissas que lhes permite elaborar um pensamento radical que no Brasil se chama olavismo e, na Noruega, extremismo de direita. Aceitar as mesmas premissas e representando os mesmos interesses leva quase necessariamente às mesmas conclusões, ainda que obviamente não às mesmas ações.¹⁰

Como é possível que o conservadorismo brasileiro tenha a mesma base ideológica do extremismo de direita norueguês? Na verdade, todo o espectro de orientação política brasileiro parece estar tão fortemente deslocado que, além do conservadorismo autodeclarado, a única orientação restante é a fração chamada “comunismo”. Se a Nova Direita monopolizou o conservadorismo com uma interpretação extremista, é óbvio que isso se trata de uma hiperpolarização. A maioria dos partidos brasileiros, incluindo socialdemocratas e em algum grau o Partido dos Trabalhadores, se dedica a uma pauta política um tanto conservadora, dadas as extremas distorções da sociedade brasileira e as demandas urgentes por mudanças modernizadoras. O que os distingue do “conservadorismo”, sem os tornar automaticamente progressistas, parece ser uma aceitação mínima de uma certa dignidade humana neste mundo (e não só no outro), a consciência da indispensabilidade de justiça social básica – ainda que só prometendo condições iguais para a competição meritocrática – e o reconhecimento do Estado como instância mediadora e garantidora de um contrato social. Ou, em outras palavras, é assim que no Brasil se define “comunismo”.

Um aspecto recorrente do conservadorismo brasileiro, que pode ter chamado a atenção do leitor, é a relutância contra literalmente qualquer tentativa de promover reformas sociais. Mesmo em condições de extrema desigualdade social e mesmo se os reformadores só tenham pretendido viabilizar medidas paliativas, elas eram entendidas como um gatilho para uma suposta revolução. Em certo sentido, essa pode ser a perpetuação do haitianismo do início do século XIX, como os historiadores chamam o medo da elite de libertar as pessoas escravizadas sem nenhuma garantia de poder impedi-los de começar uma revolução contra seus ex-proprietários, como aconteceu no Haiti em 1791. No caso do Brasil, esse medo talvez tenha contribuído para inibir a estratégia conservadora, comum em outros lugares, de mitigar as tensões sociais pelo menos em algum grau para prevenir revoluções, como por exemplo através das políticas sociais prussianas do século XIX ou o paterna-

10 Olavo de Carvalho não parecia muito interessado no caso e se limitou a especular que Breivik seria um agente da KGB (Carvalho 2011b).

lismo do partido Tory britânico. Essa estratégia política britânica se tornou famosa como “One-Nationism” (Conservadorismo de uma só nação), através de Benjamin Disraeli, um escritor conservador que foi duas vezes primeiro-ministro do Reino Unido e já em 1845 denunciou a existência de segregação social na Grã-Bretanha em seu romance *Sybil, or The Two Nations*.¹¹

O Brasil teve muitos Disraelis. A existência de “Brasis” separados, um pequeno e rico, outro gigante e pobre, e a necessidade de superar essa divisão como pré-condição para desenvolver o país econômica e socialmente, foi tratada de forma mais proeminente pelo sociólogo Florestan Fernandes na década de 1950, mas também já está presente no século XIX de Disraeli. Até mesmo as primeiras discussões sobre a abolição na época da independência do Brasil estavam ligadas à urgência de uma reforma agrária distributiva, em nome da paz social e do progresso econômico.¹² Mas, e essa é a questão, essa consciência nunca foi incorporada de forma séria pelos conservadores do século XX, os quais, em raros casos, se limitaram a assumir uma abertura hipotética e hipócrita do conservadorismo para a “reforma”, tal como nas palavras do já mencionado João Camilo de Oliveira Torres:

Como o conservador se coloca diante de reformas? O princípio central é: somente podemos conservar reformando. As reformas, em si mesmas são necessárias. Não convêm precipitá-las, nem tomar a iniciativa delas. Os conservadores, habitualmente, não começam as reformas. Em casos especiais, quando uma reforma se impõe para evitar a revolução, o conservador pode tomar a iniciativa. Mas, de qualquer modo, feita a reforma, o conservador a aceita, adaptando-a às condições preexistentes, consagra-a. Certamente os conservadores não tomaram a iniciativa das reformas sociais ocorridas na Inglaterra desde a era vitoriana – mas consagraram-nas fazendo líderes sindicais barões e viscondes.¹³

Algumas páginas adiante, Oliveira Torres alerta contra uma atitude meramente “reacionária” de bloquear categoricamente qualquer progresso, baseada em considerações metafísicas nas quais podemos reconhecer o catolicismo conservador:

Os malogros dos regimes soviéticos em certos campos – e o êxito em outros – mostram que não podemos adotar uma única linha, uma orientação rigorosamente uniforme. O univocismo pode ser um importante princípio filosófico, aplicável a elevadas questões metafísicas, mas de pouco proveito no campo chão e raso da política e da economia.¹⁴

11 Carvalho 2000c; Disraeli 1999 [1845]: 66.

12 Ver Bonifácio 1821.

13 Torres 2016 [1968]: 42.

14 Torres 2016 [1968]: 44.

À luz da verdadeira ação política do conservadorismo brasileiro, dirigida de forma rígida contra qualquer reformismo modesto à la Disraeli e, portanto, reacionária de fato, no sentido posto por Oliveira Torres, seria possível chegar à conclusão de que os verdadeiros conservadores brasileiros, aqueles que chegam a “aceitar” uma reforma, são partidos “comunistas” do PSDB ao PT. Afinal, o caminho do desenvolvimento reformista que em outros países começou no fim do século XIX e se concretizou com o nome de fordismo permanece no Brasil de hoje, onde o consumo em massa ainda está limitado a um nicho de classe alta, uma miragem distante. Aqui temos que lembrar que na hierarquia social brasileira uma renda per capita de R\$2.800 faz com que a pessoa pertença aos 10% mais ricos – enquanto 90% dos brasileiros ganham menos que isso e mal podem ser considerados consumidores para o mercado de consumo em massa. Também temos que lembrar que a renda mediana brasileira (não a renda média, mas o ponto central da distribuição de renda, o valor que separa metade da população economicamente ativa que ganha mais da metade que ganha menos) está e sempre estava abaixo do nível do salário mínimo oficial.¹⁵ Qualquer que seja o governo, o Brasil nunca realizou nenhuma distribuição verdadeira da riqueza historicamente acumulada – um passo pioneiro de desenvolvimento na Europa no fim do século XIX.¹⁶ Um estado de bem-estar social para a população mais ampla nunca existiu nem mesmo de forma rudimentar e a “tradição da ajuda social aos pobres de responsabilidade da família privada” – agora de novo do agrado dos conservadores nos Estados Unidos – nunca deixou de ser a única seguridade social efetiva.¹⁷ Estabelecer com um atraso de cem anos no século XXI uma base rudimentar mínima do estado de bem-estar social é o que os governos do PT prometeram,¹⁸ razão pela qual seria mais historicamente preciso comparar Lula ao pai do New Deal, Franklin D. Roosevelt, e não a Mitterrand, como fez na introdução. Mas como já vimos, para os conservadores e liberais brasileiros, um estado de bem-estar social é uma heresia contra a “ordem natural”. O fato de que Disraeli é bem-conceituado por muitos conservadores brasileiros, sem que percebam a contradição de não aplicarem as ideias dele quando questionam o próprio status quo, é perturbador. Essa falta de qualquer dimensão social na versão brasileira do liberal-conservadorismo, nem mesmo num estágio que esteja a caminho de uma economia de consumo em massa com oportunidades de negócio interessantes em potencial, é desconcertante e requer uma explicação para a qual as minhas descobertas sobre as particularidades da formação das ideias conservadoras no Brasil podem contribuir.

Por outro lado, a falta de habilidade de mudar de perspectiva e a completa falta de empatia em relação à realidade das “pessoas comuns” não afasta os conservadores do populismo barato. De tempos em tempos, o “povo” se torna objeto da reflexão conservadora e até de

15 Duque & Esteves 2020; Hoffmann 2019.

16 Piketty 2020.

17 Cooper 2017: 19–21.

18 Ver a análise de Saad-Filho & Morais 2018.

identificação imaginativa. Olavo de Carvalho se inclui na “classe humilhada” por ser “neto de lavadeira e filho de operária”, preferindo não revelar a profissão do pai, um advogado não humilhado.¹⁹ Como já apontei em diversas ocasiões, se importar com o “povo” é uma das histórias favoritas do conservadorismo. Carvalho lhes concede até mesmo o direito extraordinário de melhorar suas condições materiais, porque assim teriam “uma oportunidade de *vacare Deo*”, tempo para estarem com Deus. Isso é certamente uma melhora se comparado a só passar o tempo trabalhando em turnos e até sem intervalos numa economia uberizada ou completamente informal.²⁰ Mas essa benevolência tem limites estreitos, assim como a percepção intuitiva que ele tem da realidade, quando adverte que, sem a intervenção conservadora, o mundo logo se tornaria “uma imensa Suécia de língua inglesa”.²¹ Creio que para muitos subcidadãos brasileiros as condições de vida na Suécia poderiam representar uma realidade levemente menos distópica do que para o filósofo, a menos que eles realmente acreditem que este país é parecido com a Noruega, segundo Breivik uma “ditadura marxista extrema”.

Como é possível que a versão brasileira do conservadorismo apague de modo tão efetivo os problemas flagrantes da realidade social do país? A meu ver, o truque principal é que ele estabelece um ponto fixo extraordinariamente remoto de convergência ideológica. Em princípio, o conservadorismo pode escolher qualquer momento histórico prévio a ser preservado ou restaurado. No entanto, escolher a Idade Média como período idealizado de referência tem implicações significativas para o Brasil. Não é somente que qualquer sintoma de modernidade tenha que ser visto como uma degeneração de uma perspectiva medieval. Essa perspectiva também permite a negação conveniente de qualquer comprometimento com a formação de estruturas coloniais brasileiras, baseadas na expansão europeia através da conquista e do estabelecimento de uma economia escravagista, e dessa forma delegar qualquer responsabilidade pelo processo histórico à modernização degenerada. Assim sendo, não adianta sequer lembrar que a ordem “natural” brasileira se origina de um processo de colonização histórico e puramente artificial, que por si só originou a hierarquia social brasileira. (Não que em qualquer outro lugar a ordem social seja “natural”, a questão é o impacto inegável justamente desse processo nas estruturas da sociedade do Brasil de hoje.) Dessa forma, somente abstraindo-se a formação colonial do Brasil é possível declarar categoricamente que qualquer diferença social seja “natural”. Isso significa que o conservadorismo no Brasil é não apenas antimodernista antes de ser antidemocrático, mas também antibrasileiro, cego para as idiossincrasias da colonialidade do país que garantiram sua posição de campeão persistente em desigualdades social e racial. A principal implicação desse conservadorismo colonial brasileiro é certamente a exclusão de qualquer questão racial do pensamento social conservador. Sintomaticamente, essas questões estão quase ausentes

19 Carvalho, post do Telegram, 10 fev. 2021; Carvalho 2013a: 79, 243.

20 Carvalho 2015 [1995]: 161, nota de rodapé 88.

21 Carvalho 1998b.

neste livro, somente porque os conservadores as evitam de forma meticulosa, alegando um caráter arracista “natural” da sociedade brasileira. Isso explica por quê, entre os conservadores brasileiros, não houve nenhuma exigência para que se discutisse segregação racial e racismo. Nem houve qualquer demanda para se defender ou promover essas discussões como aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, nem mesmo no integralismo “fascista”. O mito da “democracia racial”, contra toda evidência científica reunida durante mais de meio século, ainda sobrevive de modo vívido no pensamento conservador. Olavo de Carvalho intui que “no Brasil é coisa muito comum, banal mesmo, milionários terem amizade com homens do povo, pessoas de uma raça se casarem com as de outra”.²² A questão da discriminação racial só é conveniente para negar a existência do racismo, especialmente quando se trata de combater políticas de ação afirmativa de dimensão racial ou qualquer outra política do tipo para revisar as diferenças “naturais”.²³ Pela mesma razão, é possível para os conservadores insistirem em políticas para perpetuar a hierarquia social colonial, por exemplo através de um sistema tributário regressivo de fato, através de uma dívida pública inflada artificialmente para benefício dos rentistas, do subfinanciamento sistemático de serviços públicos e do autoisolamento de uma minoria rica numa sociedade paralela organizada de forma privada, para mencionar alguns dos notórios problemas estruturais do Brasil. Todas essas interferências políticas estudadas à exaustão, que perpetuam uma ordem social artificial racial e socialmente tendenciosa, não parecem ter qualquer relevância para os conservadores que as classificam como uma “normalidade” ameaçada por “progressistas” supostamente alucinados.

Na introdução perguntei se os conservadores estavam falando sério. É mais do que uma pergunta retórica, embora, no fim, irrelevante pelo resultado que produz. Mesmo que estivessem apenas encenando cuidadosamente um papel de páthos metafísico, sem de fato acreditarem em sua própria ideologia propagada e na bênção de Deus a sua própria missão, a efetividade da propaganda dependeria da negação de seu caráter performativo. Como essa narrativa conservadora de “libertar o Brasil” ganha plausibilidade? Embora eu não tenha sequer tocado na questão empírica muito importante do impacto popular do pensamento conservador, minhas descobertas sugerem que o sucesso do conservadorismo brasileiro em perpetuar a colonialidade pode ter origem no esforço de cem anos de combinar velhos e novos motivos para se ter medo. Para os fiéis, o conservadorismo alegou que qualquer tentativa de alterar a ordem dada significava a exclusão do imenso tesouro na outra vida. A redistribuição mais humilde ou pelo menos alguma equiparação das chances neste mundo foram transformadas em sinônimo de um conceito abstruso, no Brasil nunca vivenciado, e – olhando de fora – olímpicamente hilário de “comunismo”. Essa suposição certamente se beneficiou da autoridade da Igreja de decretar a excomunhão automática em caso de associação com o “comunismo”. Acreditar nessa história faz com que o risco de defender

22 Carvalho 1998a.

23 Ver Wink 2018b.

uma pequena porção deste mundo pareça menos atraente do que esperar pela grande porção no futuro eterno.

O sistema injusto de compensar tanto a privação como a alienação através do mesmo bônus performativo transcendental obviamente limitou a persuasão e contradiz a recomendação também muito cristã da solidariedade. Por que então os privilegiados não poderiam abrir mão de algo pequeno para ao menos mitigar o sofrimento da Terra? Seria possível levantar a suspeita de que essa relutância em partilhar seja um sinal de que os privilegiados na verdade não acreditam nessa vida melhor após a morte, uma vez que fazem questão de desfrutá-la inteiramente, sem minimamente compartilhar os bens materiais, durante a sua vida. Se essa narrativa sofre uma pressão – como ocorreu – a ordem “natural” só pode se sustentar com a partilha de pelo menos alguma parte da riqueza existente, como fizeram Disraeli e Bismarck, ou com o aumento da força. No Brasil, os conservadores preferiram contar com o que sempre tem sido o duplo pilar da ordem social brasileira: a Igreja e os militares ou, em outras palavras, persuasão e coerção.²⁴ Um sinal de que essa estratégia funcionou é que ainda hoje essas ainda são as instituições que recebem o maior nível de confiança entre a população brasileira – duas vezes mais confiança do que os três poderes executivo, legislativo e judiciário.²⁵ Mais ainda, essa estratégia se beneficia de apresentar a coerção como proteção contra um inimigo todo-poderoso – na forma do anticomunismo, que, como vimos, construiu uma narrativa poderosa desde o início do século XX.

No entanto, após o colapso da maior parte dos Estados comunistas e o fracasso do período autoritário do Brasil, uma versão atualizada dessa narrativa foi necessária e recebeu uma contribuição substancial do olavismo. Como descrito, o truque é sugerir que a redistribuição da riqueza e a equiparação das chances é algo orquestrado justamente por aqueles que querem manter e aumentar sua própria riqueza, os “metacapitalistas”. Paradoxalmente, apoiar o “comunismo” seria, portanto, uma preparação para um governo comunista global controlado pela elite econômica globalista. Como esses metacapitalistas são invisíveis e intocáveis, na prática, a necessidade de uma defesa conservadora só tem como alvo o front visível dos metacapitalistas, aqueles que lutam pela redistribuição e por direitos iguais. Também bastante conveniente, o foco numa conspiração abstrata de fanfarrões escondidos que são os donos do mundo torna supérfluo o exame do lobby concreto e do financiamento de campanhas políticas (empresa X no país Y com o partido Z), ou das atividades em princípio interessantes do Grupo Bilderberg, do Fórum Econômico Mundial ou da mencionada Sociedade Mont Pèlerin. Mais uma vez, o conservadorismo só oferece uma opção “verdadeira”: independentemente da preferência por economizar para uma vida em outro mundo ou reivindicar uma parte aqui e agora, na construção lógica do conservadorismo brasileiro parece só haver uma única escolha razoável para a maioria vivendo em privação ou para os que se solidarizam com ela: combater qualquer tentativa de questionar a hierarquia existen-

24 Patterson 2005: 48.

25 De acordo com o último levantamento do Latinobarómetro (2021: 62–73).

te porque tanto evitar o pior na Terra como esperar pelo melhor no Céu torna mandatário conservar o status quo.

Obviamente, a persuasão dessa versão pós-Guerra Fria do anticomunismo reestruturada como antiglobalismo depende da encenação plausível dessa ameaça. Daí o esforço exaustivo conservador para explicar não só ideias e ações opositoras como também fenômenos gerais, até a pandemia, como sinais genuínos de uma guerra cultural ou biológica comunista. Para tornar a posição de resistência plausível, a própria guerra cultural reversa e a própria posição do poder conservador entre as elites política e econômica precisam ser cuidadosamente encobertos. Ou, no mínimo apresentada como legítima defesa em última instância, tal como sugere Olavo de Carvalho na sua citação no início desta conclusão. O inimigo precisa ser apresentado como se já estivesse muito perto de vencer, como uma quase hegemonia, embora tanto a vitória desse inimigo quanto sua derrota esteja fora de questão: o primeiro caso, devido à sua inexistência factual, uma vez que aqueles que poderiam vencer são reformistas moderados, o segundo porque sua existência imaginária é vital para se manter o estado de emergência para defender o povo de seus futuros exploradores metacapitalistas, mesmo que venham disfarçados de defensores de um projeto de nação mais inclusivo e democrático.

A cooptação da maioria de brasileiros pobres e trabalhadores contra seus próprios interesses é um fenômeno sociopolítico bem estudado.²⁶ As implicações da ideologia conservadora discutidas acima, acumuladas por mais de um século, podem ser um fator de destaque nesse processo. Por essa mesma razão, o que acontece no Brasil não pode ser explicado como uma variante do famoso conceito de “retrotopia” de Bauman, que descreve tão bem a estagnação social do pensamento utópico no assim chamado primeiro mundo.²⁷ A vasta maioria dos brasileiros não percebeu naturalmente uma privação relativa comparada às gerações anteriores nem uma desilusão quanto à função de desenvolvimento do Estado, tampouco perdeu a esperança num futuro melhor. Subcidadãos há séculos, suas condições só poderiam melhorar e, como todos os dados socioeconômicos evidenciam, elas de fato vinham melhorando desde a consolidação da Nova República em meados nos anos 1990 e especialmente nos 2000. Esses futuros cidadãos desejavam um país do presente, não do passado, e tiveram que ser persuadidos de forma habilidosa de que por trás do incipiente progresso socioeconômico do qual eles mesmos poderiam ser os principais beneficiários, o “comunismo” espreitava, disposto a destruir sua espiritualidade, seus valores e sua liberdade.

Até agora, o conservadorismo no Brasil foi capaz de frustrar qualquer tentativa de reforma na ordem social hierárquica no Brasil. Com essa formação histórica, fica mais claro que o último esforço reformista dos governos do PT também teve que fazer uma parada abrupta. Os

26 Sobre cooptação, ver por exemplo o estudo excelente e ainda atual Cohen 1989.

27 Baumann 2017.

treze anos e meio de governos do PT, não só pelo que foi feito de modo sutilmente diferente em políticas reformistas, mas talvez ainda mais pelo que representavam simbolicamente – um operário e uma mulher presidindo a nação –, deveria ser mais bem entendido como um hiato para restabelecer as forças da restauração conservadora, embora tenham demorado para contornar, através de meios político-jurídicos, o problema do povo aparentemente insistindo em reelegê-los. Nem o judiciário, nem os órgãos de controle público ou a imprensa livre foram capazes de impedir o golpe de Estado parlamentar para depor a presidenta Dilma Rousseff, e tampouco interferiram na eliminação do único candidato que tinha chance de derrotar Bolsonaro.²⁸ Os conservadores, seus apoiadores e um monte de parasitas justificaram os atos como autodefesa contra a ditadura do marxismo cultural, o qual teria permitido aos “comunistas” tomarem o governo através de meios democráticos pelas eleições. Mas a questão principal é que essa última reação da Nova Direita não buscava restabelecer a ordem anterior, que já se revelou vulnerável uma vez. Seu objetivo é subverter o Estado enquanto democracia liberal. Considerando-se a amplitude, a força e a resiliência do conservadorismo, parece ilusório que esse sistema de pensamento blindado e sua rede de influência simplesmente desapareceria ou se adaptariam às regras do jogo democrático, se elas não operassem a seu favor.

Essa talvez seja a lição mais importante que esse livro pode oferecer, especialmente pensando no futuro pós-Bolsonaro – ou pós-Lula 2.0. Nessas circunstâncias, é difícil imaginar como o Brasil poderia reaver seu vigor progressista para superar seu maior defeito moral, injustiça social e obstáculo ao desenvolvimento, a desigualdade excrescente. Se uma democracia se torna intolerável assim que o Índice de Gini de desigualdade de renda parecer cair para baixo de 0.50 (que era o caso em 2015, ainda representando um dos maiores níveis de desigualdade de renda do mundo), os serviços de empregada doméstica se tornarem um luxo e os aeroportos ficarem lotados de passageiros comuns que “deveriam” andar de ônibus – não só reclamações comuns diante dos mínimos efeitos da equiparação nos governos do PT, mas também fenômenos ainda mais comuns do primeiro mundo muito capitalista – qual é, de acordo com a Nova Direita, o destino do Brasil? Depois de tudo que vimos neste livro, a única direção possível parece ser para trás, para uma idealizada Idade Média Dourada de um cristianismo puro emergindo no Brasil. Um Brasil da terra da fantasia pré-moderna, baseado na Lei Natural dada por Deus e liberdade diante do Estado modernizador, onde, na ordem conveniente, cada macaco fica no seu galho. Um país do passado, promovido sem tangenciar as realidades presentes e ignorando os efeitos históricos e presentes da colonialidade – e ao mesmo tempo se apropriando da lei e do Estado para conservar para uns poucos felizes os verdadeiros privilégios que esses mesmos processos e estruturas produziram e continuam a produzir. Se essa é a busca neointegrista da Nova Direita por trás de toda a pirotecnia da retórica liberal-conservadora, ela deve ser tratada exatamente como tal. Isso seria a base para os cidadãos do Brasil republicano assumirem seu direito natural e imprescritível de decidir segui-la ou não.

28 Ver Miguel 2019.

Bibliografia

- Achugar, Hugo 1998. “Parnasos fundacionales, letra, nación y estado en el siglo XIX”. In: *La fundación por la palabra: Letra y nación en América Latina en el siglo XIX*. Montevideo: Universidad de la República, 39–77.
- Adorno, Theodor W.; Else Frenkel-Brunswick; Daniel J. Levinson & R. Nevitt Sanford 1950. *The Authoritarian Personality*. New York: Harper & Brothers.
- Agnoli, Carlo Alberto & Paolo Taufer [s/d]. *TFP: La Maschera e il volto*. Rimini: Adveniat.
- Aharonian, Aram & Álvaro Verzi Rangel 2018. “Rede Atlas: a força-tarefa dos ‘libertários de ultradireita’ por trás da ofensiva capitalista na América Latina”. *CartaMaior*, 17 ago. 2018. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Rede-Atlas-a-forca-tarefa-dos-libertarios-de-ultradireita-por-tras-da-ofensiva-capitalista-na-America-Latina/47/41429>.
- Albuquerque, Martim de 2000. “O valor político do Sebastianismo”. In: *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 291–325.
- Alencar, Yasmin 2020. “Eduardo Bolsonaro e Sérgio Sant’Ana lançam Instituto Conservador Liberal no Brasil”. *Brasil Sem Medo*, 7 dez. 2020. <https://brasilemmedo.com/eduardo-bolsonaro-e-serio-santana-lancam-instituto-conservador-liberal-no-brasil>.
- Alexandre, Thiago de Andrade Romeu 2017. O Instituto Millenium e os intelectuais da nova direita no Brasil. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF.
- Almeida, Alexandre & Márcia Regina Costa 2011. “Os Skinheads brasileiros e os movimentos nacionalistas contemporâneos”. In: Rogério V. Lustosa (org.). *À Direita da Direita*. Goiânia: Ed. PUC-GO.
- Almeida, Francisco Martins de 1932. *Brasil Errado: Ensaio Político sobre os Erros do Brasil como País*. Rio de Janeiro: Schmidt Editores.
- Almeida, Paulo Roberto de 2018. “A Brazilian Adam Smith: Cairu as the Founding Father of Political Economy in Brazil at the beginning of the 19th century”. *Mises Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics* 16 (1), 1–14.
- Almeida, Ronaldo de 2019. “Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos Estudos CEBRAP* 38 (1), 185–213.
- Almeida, Ronaldo de 2020. “Evangélicos à direita”. *Horizontes Antropológicos* 26 (58), 419–36.
- Almeida, Ronaldo de & Rodrigo Toniol (orgs.) 2018. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – análises conjunturais*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Alonso, Angela 2017. “A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. *Novos Estudos CEBRAP* [dossiê especial], 49–58.
- Altoé, André Pizetta 2006. Tradição Família e Propriedade (TFP): uma instituição em movimento. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF.
- Alves, André Azevedo & José M. Moreira 2009. *Major Conservative and Libertarian Thinkers: Salamanca School*. New York: Continuum.

- Alves, André Azevedo & José M. Moreira 2018. *De Salamanca a Coimbra y Évora*. Madrid: Fundación Universidad Francisco de Vitoria.
- Alves, Cleber Francisco 2001. *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: o enfoque da doutrina social da Igreja*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Alves, Marcio Moreira 1979. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Amaral, Antônio José de Azevedo 1934. *O Brasil na crise actual*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Anderson, Perry 2019. *Brazil Apart*. London: Verso.
- Antoine, Charles 1980 [1972]. *O integrismo brasileiro*. Trad. João Guilherme Linke. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Antonopoulos, Paul; Daniel França Ribeiro & Drew Cottle 2020. “Liberation Theology to Evangelicalism: The Rise of Bolsonaro and the Conservative Evangelical Advance in Post-Colonial Brazil”. *Postcolonial Interventions* 5 (2), 240–281.
- Araripe Jr, Tristão de Alencar 1958 [1891]. *Função normal do terror nas sociedades cultas: capítulo a ser intercalado na história da República*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa.
- Araújo, Ernesto 2017. “Trump e o Ocidente”. *Cadernos de Política Exterior* 3 (6), 323–358.
- Araújo, Ernesto 2019. “Now we do”. *The New Criterion* 37, 37–39. <https://newcriterion.com/issues/2019/1/now-we-do>.
- Araújo, Ricardo Benzaquem de 1988. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Arendt, Hannah 1987 [1964]. “Wahrheit und Politik”. In: Ursula Ludz (org.). *Zwischen Vergangenheit und Zukunft: Übungen im politischen Denken 1*. Munique / Zurich: Piper.
- Arnal, Oscar L. 1985. *Ambivalent Alliance: The Catholic Church and the Action Française 1899–1939*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Avritzer, Leonardo 2020. *Política e Antipolítica*. São Paulo: Todavia.
- Avritzer, Leonardo; Fábio Kerche & Marjorie Marona (orgs.) 2021. *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Azevedo, Dermi 2004. “A Igreja Católica e seu papel político no Brasil”. *Estudos Avançados* 18 (52), 109–120.
- Azevedo, João Lucio de 1918–20. *História de Antônio Vieira, com factos e documentos novos* [2 vols.]. Lisboa: Livraria Clássica / Editora L. M. Teixeira.
- Azzi, Riolando 1994. *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus.
- Azzi, Riolando 2003. *Os Pioneiros do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: EducaM.
- Backheuser, Everardo 1933. *A sedução do Comunismo*. Rio de Janeiro: CDV.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz 1978. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Baraúna, Luiz J. 1993. “Brasil”. In: José Oscar Beozzo (org.). *A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio: história do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulinas.
- Barbosa, Bene 2018. “O dedo do Olavo”. *CadaMinuto*, 29 abr. 2018. <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/319920/2018/04/29/o-dedo-de-olavo>.
- Barbosa, Jefferson Rodrigues 2015. *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do Sigma*. São Paulo: Unesp.

- Barbosa, Jefferson Rodrigues 2016. “Skinheads chauvinistas: integralistas, os ‘carecas do subúrbio’ e o nacional-socialismo brasileiro”. In: Lucas Patschiki, Marcos A. Smaniotto & Jefferson Rodrigues (orgs.). *Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas*. Goiânia: Edições Gárgula, 77–96.
- Barbosa, Leonardo Soares 2010. O Quinto Império: Pragmatismo e profecia nos escritos de Padre Antônio Vieira. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF.
- Barkun, Michael 2003. *A Culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary America*. Berkeley: University of California Press.
- Barman, Roderick J. 1988. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798–1852*. Stanford: Stanford University Press.
- Barros, Roque Spencer Maciel de 1992. *Estudos Liberais*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Barroso, Gustavo 1935. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Barroso, Gustavo 1936. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Batista, Alexandre Blankl 2016. “Paulo Francis, o polemismo a serviço da agenda ultraliberal”. In: Lucas Patschiki, Marcos A. Smaniotto & Jefferson Rodrigues (orgs.). *Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas*. Goiânia: Edições Gárgula, 12–34.
- Baumann, Zygmunt 2017. *Retrotopia*. Cambridge: Polity Press.
- Belchior, Elysio de Oliveira 1977. “A introdução das ideias de Adam Smith no Brasil”. *Revista Brasileira de Economia* 31 (1), 21–30.
- Bergamasco, Débora 2020. “Eduardo Bolsonaro funda instituto para fazer ‘guerra cultural’ contra esquerda”. *SBTNews*, 10 dez. 2020. <https://www.sbtnews.com.br/noticia/politica/156206-eduardo-bolsonaro-funda-instituto-para-fazer-guerra-cultural-contra-esquerda>.
- Berger, Peter 1999. *The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*. Washington DC: Ethics and Public Policy Center.
- Berlanza, Lucas 2017. *Guia Bibliográfico da Nova Direita: 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro*. São Luís: Resistência Cultural.
- Bernecker, Walter L & Horst Pietschmann 2001. *Geschichte Portugals*. Munique: C.H. Beck.
- Bertonha, João Fábio 2014. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: Eduem.
- Bertonha, João Fábio 2018. “Salgado, Reale e Barroso: Políticos e Intelectuais em circulação entre Brasil, Itália, Alemanha, França e Portugal”. *Perseu* 16 (12), 11–37.
- Berwick, Andrew [pseudônimo de Anders Behring Breivik] (org.) 2011. 2083 A European Declaration of Independence: De Laude Novae Militiae Pauperes commilitones Christi Templique Solomonici. <https://publicintelligence.net/anders-behring-breiviks-complete-manifesto-2083-a-european-declaration-of-independence>.
- Bethencourt, Francisco (org.) 2015a. *Utopia in Portugal, Brazil and Lusophone African Countries*. Bern: Peter Lang.
- Bethencourt, Francisco 2015b. “The Unstable Status of Sebastianism”. In: *Utopia in Portugal, Brazil and Lusophone African Countries*. Bern: Peter Lang, 43–69.

- Bhabha, Homi K. 1990. “DissemiNation”. In: *Nation and Narration*. London / New York: Routledge, 291–322.
- Bianchi, Alvaro 2021. *Gramsci entre dois mundos: política e tradução*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Bianchi, Alvaro & Demian Melo 2018. “Donald Trump é fascista?” In: Ronaldo de Almeida & Rodrigo Toniol (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Ed. Unicamp, 67–86.
- Bireley, Robert 1990. *The Counter-Reformation Prince: Anti-Machiavellianism or Catholic Statecraft in Early Modern Europe*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Bishop, Tho 2019. “Limpar o ‘lixo marxista’ é o melhor ponto de partida para um Brasil melhor”. Instituto Mises, 7 jan. 2019. <https://www.mises.org.br/article/2976/limpar-o-lixo-marxista-e-o-melhor-ponto-de-partida-para-um-brasil-melhor>.
- Blyth, Mark 2017 [2013]. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. Trad. Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária.
- Boaventura, Jorge 1980. *Ocidente traído: A Sociedade em Crise*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Bobbio, Norberto 1999 [1994]. *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*. Trad. Allan Cameron. Chicago: University of Chicago Press.
- Bonald, Louis de 1843 [1796]. *Théorie du pouvoir politique et religieux dans la société civile, démontrée par le raisonnement et par l’histoire* [3 vols.]. Facsimile. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k418456.texteImage>.
- Bonifácio, José 1821. *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório para os Senhores Deputados da Província de São Paulo; mandadas publicar por ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente do Brazil; a instancias dos mesmos Senhores Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Facsimile <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&cid=42574>.
- Bortone, Elaine de Almeida 2020. “O Instituto Brasil 200”. In: Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos & João Elter Borges de Miranda (orgs.). *Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 48–83.
- Bosi, Alfredo. 1988. “A escravidão entre dois liberalismos”. *Estudos Avançados* 2 (3), 4–39.
- Bosi, Alfredo 2008. “Antônio Vieira, profeta e missionário: um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição”. *Estudos Avançados* 22 (64), 241–254.
- Boulos, Guilherme 2019. “Jair Bolsonaro e os herdeiros do general linha-dura Sylvio Frota”. *CartaCapital*, 11 ago. 2019. <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/jair-bolsonaro-e-os-herdeiros-do-general-linha-dura-sylvio-frota>.
- Bowler, Kate 2013. *Blessed: A history of the American Prosperity Gospel*. New York: Oxford University Press.
- Bragança, Bertrand de Orléans e 2012. *Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma religião ecológica, igualitária e anticristã*. São Paulo: IPCO.
- Bragança, Luiz Philippe de Orléans 2017. *Por que o Brasil é um país atrasado?* Ribeirão Preto: Novo Conceito.

- Bragança, Pedro Henrique de Orléans e 1936. “Manifesto de 1936”. <https://facebook.com/promonarquia/posts/manifesto-de-1936publicamos-o-manifesto-de-1936-escrito-a-11-de-novembro-daquela/1912186972351217>.
- Brandão, Ambrósio Fernandes 1943 [1618]. *Diálogos da Grandeza do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos.
- Brandão, Gildo Marçal 2010. “Populações meridionais do Brasil”. In: Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 119–146.
- Brasil Paralelo. 2020. “Anexo: Direito de resposta da Brasil Paralelo.” In: Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos & João Elter Borges de Miranda (orgs.). *Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 466–468.
- Brown, Raymond E. 1984. “Liberals, Ultraconservatives, and the Misinterpretation of Catholic Biblical Exegesis”. *CrossCurrents* 34 (3), 311–328.
- Brown, Wendy 2019. *In the Ruin of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West*. New York: Columbia University Press.
- Brum, Eliane & Ricardo Mendonça 2006. “Alckmin & Opus Dei”. *Época* 400, 16 jan. 2006. <https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR72877-6014,00.html>.
- Bruneau, Thomas C. 1974. *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bruno, Victor 2019. “Philosophy, Mysticism, and World Empires”. *The Political Science Reviewer* 43 (1), 1–34.
- Buckley, William F. 1951. *God and Man at Yale: The Superstitions of Academic Freedom*. Chicago: Henry Regnery.
- Bulla, Beatriz 2018. “‘Já gastei meu estoque de ministros, não tenho mais’, diz Olavo de Carvalho” [interview]. *Estado de S.Paulo*, 24 nov. 2018. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,todos-paises-tem-governos-de-direita-no-brasil-nao-pode-diz-olavo-de-carvalho,70002619454>.
- Burgierman, Denis Russo 2019. “O que aprendi com Olavo de Carvalho”. *Época*, 14 mar. 2019. <https://epoca.globo.com/o-que-aprendi-com-olavo-23521309>.
- Burity, Joanildo 2011. *Fé na Revolução: os protestantes e o discurso revolucionário brasileiro, 1961–64*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos.
- Burity, Joanildo 2018. “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?” In: Ronaldo de Almeida & Rodrigo Toniol (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Ed. Unicamp, 15–66.
- Burke, Edmund 1792 [1790]. *The Works of the Right Honourable Edmund Burke* [vol. 3]. London: Dodsley. <https://www.gutenberg.org/files/15679/15679-h/15679-h.htm>.
- Burke Instituto Conservador s/d. O mínimo que você precisa saber sobre conservadorismo. <https://www.burkeinstituto.com/o-minimo-que-voce-precisa-saber-sobre-conservadorismo>.

- Burns, Edward Bradford 1968. *Nationalism in Brazil: A Historical Survey*. New York / Washington DC / London: Praeger.
- Cabrera, Julio 2020. “A Filosofia no fogo cruzado de direita e esquerda”. *Argumentos* 13 (25), 57–81.
- Caetano, Marcelo Moraes 2020. *Em busca do novo normal: reflexões sobre a normose em um mundo diferente*. Rio de Janeiro: Jaguatirica.
- Caetano, Marcelo Moraes 2022. *Platão e Aristóteles na terra do Sol: As vertigens de um conservador brasileiro* [a ser publicado].
- Caldeira, Jorge 1995. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Caldeira, Jorge 1999. *A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: editora 34.
- Caldeira, Jorge 2004. “Domínios diferenciados e refluxos identitários: o pensamento católico ‘antimoderno’ no Brasil”. *Horizonte* 2 (4), 97–111.
- Caldeira, Rodrigo Coppe 2005. O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF
- Caldeira, Rodrigo Coppe 2009. Os Baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II. Tese de doutorado. Juiz de Fora: UFJF
- Caldeira Neto, Odilon 2016. Nosso nome é Enéias! Partido de reedificação da ordem nacional. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS.
- Calil, Gilberto Grassi 2001. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945– 1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Calil, Gilberto Grassi 2005. O integralismo no processo político brasileiro. Tese de doutorado. Niterói: UFF
- Calil, Gilberto Grassi 2016. “Introdução”. In: Lucas Patschiki, Marcos A. Smaniotto & Jefferson Rodrigues (orgs.). *Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas*. Goiânia: Edições Gárgula, 8–11.
- Camargo, Bruna Quinsan 2018. “Neointegrismo religioso e militância anti-escolha na Câmara dos Deputados”. *Revista Habitus* 16 (2).
- Campos Filho, Abel de Oliveira (org.) 1980. *Meio século de epopeia anticomunista*. São Paulo: Editora Vera Cruz.
- Cândido, Antônio 1964. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* [vol. 1]. São Paulo: Livraria Martins.
- Cantel, Raymond 1960. *Prophétisme et méssianisme dans l’oeuvre d’Antonio Vieira*. Paris: Ediciones Hispano-Americanas.
- Capelato, Maria Helena 2000. “‘O gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira. A grande transação* [vol. 2]. São Paulo: Editora Senac, 287–316.
- Cardoso, Ângela Miranda 2003. “Ritual: princípio, meio e fim: do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras”. In: István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo / Ijuí: Fapesp / Unijuí, 549– 602.
- Carey, George Wescott 1984. *Freedom and Virtue: the conservative/libertarian debate*. Lanham, MD: University Press of America / Intercollegiate Studies Institute.

- Carlotto, Maria Caraméz 2018. “Inevitável e imprevisível, o fortalecimento da direita além da dicotomia ação e estrutura: o espaço internacional como fonte de legitimação dos Think Tanks latino-americanos”. *Plural* 25 (1), 63–91.
- Carneiro, Márcia Regina da Silva Ramos 2007. *Do sigma ao sigma: entre a anta, a águia, o leão e o galo. A construção de memórias integralistas*. Tese de doutorado: Niterói: UFF.
- Carone, Edgard (org.) 1973. *A Primeira República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Carpeaux, Otto Maria 1950. “Mosca e Gramsci: o problema das Elites”. *A Manhã*, 14 maio 1950, 1–3.
- Carranza, Brenda & Cristina Vidal da Cunha 2018. “Conservative Religious Activism in the Brazilian Congress: Sexual Agendas in Focus”. *Social Compass* 65 (4), 486–502.
- Carvalho, Heloísa de & Henry Bugalho 2020. *Meu Pai, o guru do presidente*. Curitiba: Kotter.
- Carvalho, José Murilo de 1980. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus.
- Carvalho, José Murilo de 1996. “Cidadania: tipos e recursos”. *Estudos Históricos* 9 (18), 337–359.
- Carvalho, José Murilo de 1998. “Brasil: nações imaginadas”. In: *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 23–268.
- Carvalho, José Murilo de 2003 [1990]. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho, Olavo de 1986. *Fronteiras da tradição*. São Paulo: Nova Stella.
- Carvalho, Olavo de 1994a. *A Nova Era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais / Stella Caymmi.
- Carvalho, Olavo de 1994b. “Entre Bandidos & Letrados I: um apelo à consciência dos intelectuais”. *Jornal do Brasil*, 20 dez. 1994, 11.
- Carvalho, Olavo de 1994c. “Bandidos & Letrados II”. *Jornal do Brasil*, 26 dez. 1994, 11.
- Carvalho, Olavo de 1994d. “Pensamento e atualidade de Aristóteles Aula IV (Parte I)”. Apostila do Seminário de Filosofia, 5 abr. 1994. <https://olavodecarvalho.org/pensamento-e-atualidade-de-aristoteles>.
- Carvalho, Olavo de 1995. “Apostilas do Seminário de Filosofia 2: Da contemplação amorosa. Conhecimento da realidade”. <http://old.olavodecarvalho.org/apostilas/amorosa.htm>.
- Carvalho, Olavo de 1996a. *Aristóteles em Nova Perspectiva: Introdução à teoria dos quatro discursos*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Carvalho, Olavo de 1996b. *O Imbecil coletivo: Actualidades Inculturais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora.
- Carvalho, Olavo de 1997a. “Os mais excluídos dos excluídos: O silêncio dos mortos como modelo dos vivos proibidos de falar”. In: *O Futuro do Pensamento Brasileiro: Estudos sobre o nosso lugar no mundo*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 82–111.
- Carvalho, Olavo de 1997b. *O Futuro do Pensamento Brasileiro: Estudos sobre o nosso lugar no mundo*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora.
- Carvalho, Olavo de 1997c. “Esboço de um sistema de filosofia”. <https://www.seminariodefilosofia.org>.

- Carvalho, Olavo de 1997d. “Recordar é viver, ou: ‘Quem sofreu sob o teu jugo te conhece’”. *Jornal da Tarde*, 12 jun. 1997. <https://olavodecarvalho.org/recordar-e-viver-ou-quem-sofreu-sob-o-teu-jugo-te-conhece>.
- Carvalho, Olavo de 1998a. *O imbecil coletivo II: a longa marcha da vaca para o brejo e logo atrás dela, os filhos da PUC*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Carvalho, Olavo de 1998b. “Entrevista de Olavo de Carvalho ao Embaixador Caius Traian Dragomir”. *Viatsa Romaneasca*, nov. 1998. <https://olavodecarvalho.org/entrevista-de-olavo-de-carvalho-ao-embaixador-caius-traian-dragomir>.
- Carvalho, Olavo de 1998c. “Fórmula da minha composição ideológica”. <http://www.olavodecarvalho.org/textos/compideio.htm>.
- Carvalho, Olavo de 1999a. “Armas e revolução passiva”. *Folha de S.Paulo*, 17 jun. 1999. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz17069910.htm>.
- Carvalho, Olavo de 1999b. “Carta de um cego acordado a uma vidente adormecida”. <http://olavodecarvalho.org/carta-de-um-cego-acordado-a-uma-vidente-adormecida>.
- Carvalho, Olavo de 2000a. “Reale ante os mediócras”. *Jornal da Tarde*, 21 dez. 2000. <https://olavodecarvalho.org/reale-ante-os-mediocres>.
- Carvalho, Olavo de 2000b. “Dogma’ e a mentira”. *Jornal da Tarde*, 6 jan. 2000. <https://olavodecarvalho.org/dogma-e-a-mentira>.
- Carvalho, Olavo de 2000c. “A direita permitida”. *Zero Hora*, 1 jul. 2000. <https://olavodecarvalho.org/a-direita-permitida>.
- Carvalho, Olavo de 2001a. “Gnósticos e revolucionários”. *O Globo*, 21 jul. 2001. <https://olavodecarvalho.org/gnosticos-e-revolucionarios>.
- Carvalho, Olavo de 2001b. “Um grupo de psicóticos”. 6 ago. 2001. <https://olavodecarvalho.org/um-grupo-de-psicoticos>.
- Carvalho, Olavo de 2002a. “A mão de Stálin está sobre nós”. *O Globo*, 3 ago. 2002. <http://olavodecarvalho.org/a-mao-de-stalin-esta-sobre-nos>.
- Carvalho, Olavo de 2002b. “Do Marxismo Cultural”. *O Globo*, 8 jun. 2002. <https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural>.
- Carvalho, Olavo de 2002c. “A hora da colheita”. *O Globo*, 7 set. 2002. <https://olavodecarvalho.org/a-hora-da-colheita>.
- Carvalho, Olavo de 2002d. “Cem anos de pedofilia”. *O Globo*, 27 abr. 2002. <https://olavodecarvalho.org/cem-anos-de-pedofilia>.
- Carvalho, Olavo de 2002e. “Que é hegemonia?” *Zero Hora*, 1 dez. 2002. <http://olavodecarvalho.org/que-e-hegemonia>.
- Carvalho, Olavo de 2003. “O estupro intelectual da infância”. <http://old.olavodecarvalho.org/convidados/mnagib.htm>.
- Carvalho, Olavo de 2004a. “A receita dos mestres”. *O Globo*, 31 jan. 2004. <https://olavodecarvalho.org/a-receita-dos-mestres>.
- Carvalho, Olavo de 2004b. “Lula planetário”. *O Globo*, 3 jan. 2004. <https://olavodecarvalho.org/lula-planetario>.

- Carvalho, Olavo de 2004c. “Confissões de um brontossauro”. 2 jan. 2004. <https://olavodecarvalho.org/confissoes-de-um-brontossauro>.
- Carvalho, Olavo de 2005. “Lula, réu confesso”. *Diário do Comércio*, 26 set. 2005. <https://olavodecarvalho.org/lula-reu-confesso>.
- Carvalho, Olavo de 2006. “Aguardem o pior”. *Jornal do Brasil*, 6 maio 2006. <https://olavodecarvalho.org/aguardem-o-pior>.
- Carvalho, Olavo de 2007a. “O segredo da invasão islâmica”. *Diário do Comércio*, 12 mar. 2007. <https://olavodecarvalho.org/o-segredo-da-invasao-islamica>.
- Carvalho, Olavo de 2007b. “O inimigo é um só”. *Diário do Comércio*, 8 jan. 2007. <https://olavodecarvalho.org/o-inimigo-e-um-so>.
- Carvalho, Olavo de 2007c. “Por que não sou liberal”. *Jornal do Brasil*, 8 mar. 2007. <https://olavodecarvalho.org/por-que-nao-sou-liberal>.
- Carvalho, Olavo de 2007d. “Ódio à realidade”. *Jornal do Brasil*, 17 maio 2007. <https://olavodecarvalho.org/odio-a-realidade>.
- Carvalho, Olavo de 2007e. “Diagnóstico da situação”. *Diário do Comércio*, 22 fev. 2007. <https://olavodecarvalho.org/diagnostico-da-situacao>.
- Carvalho, Olavo de 2007f. “O Ocidente islamizado”. *Diário do Comércio*, 5 mar. 2007. <https://olavodecarvalho.org/o-ocidente-islamizado>.
- Carvalho, Olavo de 2009a. “What Is a Miracle?” *VoegelinView*, 25 jan. 2007. <https://voegelinview.com/what-is-a-miracle>.
- Carvalho, Olavo de 2009b. “Abaixo a verdade”. *Diário do Comércio*, 9 nov. 2009. <https://olavodecarvalho.org/abaixo-a-verdade>.
- Carvalho, Olavo de 2010a. “Escolha desgraçada”. *Diário do Comércio*, 25 maio 2010. <https://olavodecarvalho.org/escolha-desgracada>.
- Carvalho, Olavo de 2010b. “A falta que a militância faz”. *Diário do Comércio*, 5 jul. 2010. <http://www.olavodecarvalho.org/a-falta-que-a-miliancia-faz>.
- Carvalho, Olavo de 2011a. “Uma geração de predadores”. *Diário do Comércio*, 3 jun. 2011. <https://olavodecarvalho.org/uma-geracao-de-predadores>.
- Carvalho, Olavo de 2011b. “Fechando a torneira”. *Diário do Comércio*, 2 ago. 2011. <https://olavodecarvalho.org/fechando-a-torneira>.
- Carvalho, Olavo de 2012a. “Demolindo Otávio de Ramalho”. *Mídia Sem Máscara*, 4 maio 2012. <https://olavodecarvalho.org/demolindo-otavio-de-ramalho>.
- Carvalho, Olavo de 2012b. “Recordações inúteis”. *Diário do Comércio*, 7 mar. 2012. <https://olavodecarvalho.org/recordacoes-inuteis>.
- Carvalho, Olavo de 2012c. “Os histéricos no poder”. *Diário do Comércio*, 12 dez. 2012. <http://olavodecarvalho.org/os-histicos-no-poder>.
- Carvalho, Olavo de 2013a. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record.
- Carvalho, Olavo de 2013b. “Duas Notas”. *Diário do Comércio*, 8 jan. 2013. <https://olavodecarvalho.org/duas-notas>.

- Carvalho, Olavo de 2015 [1995]. *O Jardim das Aflições: De Epicuro à ressurreição de César ensaio sobre o materialismo e a religião civil*. Campinas: Vide.
- Carvalho, Olavo de 2015. “Merquior para idiotas”. *Diário do Comércio*, 21 ago. 2015. <https://olavodecarvalho.org/merquior-para-idiotas>.
- Carvalho, Olavo de 2016a. “As garras da Esfinge: René Guénon e a islamização do Ocidente”. *Verbum* 1 (1–2). <http://old.olavodecarvalho.org/semana/julhoverbum.html>.
- Carvalho, Olavo de 2016b. “Notícias Falsas”. *Diário do Comércio*, 7 dez. 2016. <https://dcomercio.com.br/categoria/opinioao/noticias-falsas>.
- Carvalho, Olavo de 2018a. “A raiz do problema”. 29 jun. 2018. <https://olavodecarvalhofb.wordpress.com/2018/06/30/29-6-2018>.
- Carvalho, Olavo de 2018b. “Sto. Tomás, a vaca voadora e nós”. Blog sapientiam autem non vincit militia, 30 ago. 2018. <https://blogdoolavo.com/tag/escolastica>.
- Carvalho, Olavo de 2019. “Vocabulário psicótico”. *Mídia Sem Máscara*, 19 dez. 2019. <https://brasilemmedo.com/vocabulario-psicotico>.
- Carvalho, Olavo de 2020. “Corção, palavras e a miséria cultural imposta por intelectuais servos da elite”. *Mídia Sem Máscara*, 17 set. 2020. <https://olavodecarvalho.org/corcao-palavros-e-a-miseria-cultural-imposta-por-intelectuais-servos-da-elite>.
- Carvalho, Olavo de 2021. *Diário Filosófico. Volume 1, 2013–2015*. Campinas: Vide.
- Carvalho, Olavo de & Alexandre Dugin 2012. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial*. Campinas: Vide.
- Carvalho, Roldão Pires & Mara Rovida 2018. “Os movimentos milenaristas modernos: uma análise sobre o discurso da propaganda ideológica”. Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação Intercom. Belo Horizonte: Fumec. <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-0526-1.pdf>.
- Casanova, José 1994. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press.
- Casimiro, Flávio Henrique Calheiros 2016. *A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980–2014)*. Tese de doutorado. Niterói: UFF.
- Casimiro, Flávio Henrique Calheiros 2020. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Rosa Luxemburgo.
- Castro, Luiz Paulo Viveiros de 1994. “Carta do leitor”. *Jornal do Brasil*, 24 dez. 1994, 11.
- Castro, Marcos 1984. *64: conflito Igreja x estado*. Petrópolis: Vozes.
- Catharino, Alex 2017. “Posfácio à presente edição brasileira: Conservadorismo, Cristandade e Capitalismo”. In: Adolpho Lindenberg 2017. *Uma Visão Cristã da Economia de Mercado*. São Luís: Resistência Cultural, 243–247.
- Catharino, Alex 2019a. “Fundamentos Teóricos do Liberalismo”. In: Antonio Paim (org.). *Evolução histórica do liberalismo*. São Paulo: LVM, 21–56.
- Catharino, Alex 2019b. “Liberalismo e economia clássica”. In: Antonio Paim (org.). *Evolução histórica do liberalismo*. São Paulo: LVM, 145–170.

- Cavalari, Rosa Maria Feiteiro 1999. *Integralismo: ideologia e organização de um Partido de massa no Brasil (1932–1937)*. Bauru: EDUSC.
- Cavalcanti, Robinson 1994 [1985]. *Cristianismo & Política: Teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo: Temática Publicações.
- Cazetta, Felipe A. 2012. “Charles Maurras e o surgimento do integralismo lusitano: teorias e apropriações doutrinárias.” *Revista Cantareira* 16 (1), 63–81.
- CDF [Congregação para a Doutrina da Fé] 1949. *Acta Apostolicae Sedis: Commentarium Officiale*. Vatican: Typis Polyglottis Vaticanis. <https://www.vatican.va/archive/aas/documents/AAS-41-1949-ocr.pdf>.
- Celso, Afonso 1901. *Porque me ufano do meu paiz: Right or wrong, my country*. Rio de Janeiro: Laemmert.
- Cepêda, Vera Alves 2010. “O sentido da industrialização: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República”. In: Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 206–171.
- Cepêda, Vera Alves 2018. “A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais”. *Revista Mediação* 23 (2), 40–74.
- Cesarino, Letícia 2019. “Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal”. *Revista de Antropologia* 62 (3), 530–557.
- Cesarino, Letícia 2020. “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. *Internet & Sociedade* 1 (1), 91–120.
- Chafuen, Alejandro 1986. *Christians for Freedom: Late Scholastic Economics*. San Francisco: Ignatius Press.
- Chafuen, Alejandro 2003. *Faith and Liberty: The Economic Thought of the Late Scholastics*. Lanham: Lexington Books.
- Chainho, Mário & Juliana Camargo Rodrigues s/d. Curso Online de Filosofia Olavo de Carvalho: Caderno de Curso, vol. 1 (aulas 1–100). https://archive.org/stream/texts.cof/COF_Exercicios_e_Indicacoes_Praticas_Bookmarks_djvu.txt.
- Chaloub, Jorge 2013. “Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito”. *Revista de Estudos Políticos* 6, 294–311.
- Chaloub, Jorge & Fernando Perlatto 2016. “A Nova Direita Brasileira: Ideias, Retórica e Prática”. *Insight Inteligência* 19 (72), 24–41.
- Chambers, Whittaker 1952. *Witness*. New York: Random House.
- Chasin, José 1979. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas.
- Chauí, Marilena 2000. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Chauí, Marilena & Maria Sylvia Carvalho Franco 1978. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Chesnut, R. Andrew 1997. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Chiappini, Ligia; Antônio Dimas & Berthold Zilly (orgs.) 2000. *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp / Boitempo.
- Chirio, Maud 2018 [2009]. *Politics in Uniform: Military Officers and Dictatorship in Brazil, 1960–80*. Trad. Melanie Moore & Nadine Wilstead. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Clá Dias, Monsignor João Scognamiglio 2011. “Arautos do Evangelho: Carisma, Espiritualidade e Finalidade”. *Lumen veritatis* 17, 9–62.
- Clá Dias, Monsignor João Scognamiglio 2016. *O dom de sabedoria na mente, vida e obra de Plínio Corrêa de Oliveira. Plenitude: “Combati o bom combate”*. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae.
- Cockett, Richard 1995. *Thinking the unthinkable: Think-tanks and the economic counter-revolution 1931–1983*. London: Harper Collins.
- Codato, Adriano Nervo & Marcus Roberto de Oliveira 2004. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. *Revista de História* 24 (47), 271–302.
- Coelho, Felipe s/d. “Gnosticismo e Modernismo em Eric Voegelin”. <https://medium.com/@marinermars71/gnosticismo-e-modernismo-em-eric-voegelin-por-felipe-coelho-914d42911abd>.
- Cohen, Youssef 1989. *The Manipulation of Consent: The State and Working-Class Consciousness in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Coimbra, Cecília Maria Bouças 2000. “Doutrinas de Segurança nacional: banalizando a violência”. *Psicologia em Estudo* 5 (2), 1–22.
- Comte, Auguste 1994 [1844]. *Rede über den Geist des Positivismus*. Trad. Iring Fetscher. Hamburg: Felix Meiner.
- Congresso em Foco 2018. “Olavo de Carvalho se oferece para ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos: ‘Sei fazer dinheiro’”. *Congresso em Foco*, 6 nov. 2018. <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/olavo-de-carvalho-se-oferece-para-ser-embaixador-do-brasil-nos-estados-unidos-sei-fazer-dinheiro>.
- Constantino, Rodrigo 2009. *Economia do indivíduo: o legado da Escola Austríaca*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Constantino, Rodrigo 2018. “Colunistas do Instituto Liberal na equipe de Paulo Guedes: boa sorte!” *Gazeta do Povo*, 5 nov. 2018. <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/colunistas-instituto-liberal-na-equipe-de-paulo-guedes-boa-sorte>.
- Constantino, Rodrigo 2019. “O método Gurdjieff de Olavo de Carvalho e um recado para sua seita: ninguém está acima de críticas!” *Gazeta do Povo*, 2 abr. 2019. <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-metodo-gurdjieff-de-olavo-de-carvalho-e-um-recado-para-sua-seita-ninguem-esta-acima-de-criticas>.
- Cooper, Melinda 2017. *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. New York: Zone Books.

- Corrêa de Oliveira, Plínio 1933. “O verdadeiro perigo comunista”. *A Ordem* 41–42, 555–566.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1937. “A Action Française e a Liga das Nações”. *O Legionário* 276, 26 dez. 1937. https://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG%20371226_AAActionFran%C3%A7aiseeLigadasNa%C3%A7%C3%B5es.htm.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1944. “Manoel Lubambo”. *O Legionário* 606, 19 mar. 1944. https://www.pliniocorreadeoliveira.info/LEG%20440319_MANOELLUBAMBO.htm.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1951. “O século da guerra, da morte e do pecado”. *Catolicismo* 2. https://www.pliniocorreadeoliveira.info/1951_002_CAT_O_s%C3%A9culo_da_guerra.htm.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1964. “Declaração do Morro Alto”. *Catolicismo* 176, 1–17.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1965 [1963]. *A liberdade da Igreja no Estado Comunista*. São Paulo: Vera Cruz.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1972. “Comentários ao ‘Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem’: fazer todas as coisas ‘com Maria, em Maria e por Maria’”. Santo do Dia, 26 maio 1972. https://www.pliniocorreadeoliveira.info/DIS_SD_720526_Fazer_tudo_com_Maria.htm.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1974 [1965]. *Baldeação ideológica inadvertida e diálogo*. São Paulo: Editora Vera Cruz.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1981. *O socialismo autogestionário: em vista do comunismo, barreira ou cabeça-de-ponte?* Rio de Janeiro: TFP.
- Corrêa de Oliveira, Plínio & Carlos Patricio del Campo 1981. *Sou Católico: Posso ser contra a reforma agrária?* São Paulo: Editora Vera Cruz.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1983 [1943]. *Em defesa da ação católica*. São Paulo: Artpress.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1985. *Guerreiros da Virgem: A Réplica da Autenticidade. A TFP sem Segredos*. São Paulo: Editora Vera Cruz.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1987. *Projeto de Constituição angustia o País*. São Paulo: Ed. Vera Cruz.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1993. *Nobreza e elites tradicionais análogas*. Porto: Editora Civilização.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 1996. “Auto-Retrato Filosófico”. *Catolicismo* 550, 2–32.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 2003 [s.d.]. “O ‘Legionário’, um jornal vivo para atrair e persuadir”. *Revista Dr. Plínio* 62: 26–30.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 2007 [1942]. “Saudação às Autoridades civis e militares”. *Catolicismo* 114, 18–23.
- Corrêa de Oliveira, Plínio 2017 [1959]. *Revolução e contra-revolução*. São Paulo: Artpress.
- Costa, João Cruz 1967. *Contribuição à história das ideias no Brasil: O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coutinho, João Pereira; Luiz Felipe Pondé & Denis Rosenfield 2012. *Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*. São Paulo: Três Estrelas.
- Cowan, Benjamin A. 2016. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

- Cowan, Benjamin A. 2021. *Moral Majorities across the Americas: Brazil, United States, and the Creation of the Religious Right*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Cox, Harvey 2016. *The Market as God*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- Crippa, Adolpho 1962. “Apresentação”. *Convivium* 1 (1), 3–12.
- Crowley, Michael 2017. “The Man Who Wants to Unmake the West”. *Politico Magazine*, mar./abr. <https://www.politico.com/magazine/story/2017/03/trump-steve-bannon-destroy-eu-european-union-214889>.
- Cruz, Natalia dos Reis 2019. “Neofascismo e Conspiracionismo Brasileiro: o Mídia sem Máscara e o ‘Eixo do Mal’”. *Revista de História Comparada* 13 (2), 216–257.
- Cunha, Christina Vital da 2017a. “‘Televisão para salvar’: religião, mídia e democracia no Brasil contemporâneo”. *Revista Antropolítica* 42, 199–235.
- Cunha, Christina Vital da; Paulo Victor Leite Lopes & Janayna Lui 2017. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll / ISER.
- Cunha, Magali do Nascimento 2014. “Interseções e interações entre mídia, religião e mercado: um objeto dinâmico e instigante”. *Horizonte* 12 (34), 284–289.
- Cunha, Magali do Nascimento 2017b. *Do púlpito às mídias sociais: Evangélicos na política e ativismo digital*. Curitiba: Prismas.
- Cunha, Magali do Nascimento 2019a. “Os processos de midiaticização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico”. *Famecos* 26 (1), 1–20.
- Cunha, Magali do Nascimento 2020b. “Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo evangélico”. *Fronteiras* 3 (1), 40–65.
- Cunha, Martim Vasques da 2019b. “O mínimo que você precisa saber sobre o pensamento de Olavo de Carvalho: Como o filósofo almeja a criação de uma casta espiritual-intelectual que, mais do que ser uma elite, pretende influenciar os rumos da nação no longo prazo”. *Gazeta do Povo*, 8 mar. 2019. <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-minimo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pensamento-de-olavo-de-carvalho-c68yh8qobcweicwkv32toa0px>.
- Cunha, Martim Vasques da 2019c. *A tirania dos especialistas: desde a revolta das elites do PT até a revolta do subsolo de Olavo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Curi, Henrique & Otávio Catelano 2020. *Partidos Conservadores no Brasil do século XXI (2002–2018)*. Paper 44, ANPOCS 2020. <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br>.
- Damgaard, Mads B. 2018. *Media Leaks and Corruption in Brazil: The Infostorm of Impeachment and the Lava-Jato Scandal*. London: Routledge.
- Dekker, Erwin 2014. “The Vienna Circles: Cultivating Economic Knowledge outside Academia”. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics* 7 (2), 30–53.
- Delgado, Mariano 2003. “Der Traum von der Universalmonarchie Zur Danielrezeption in den iberischen Kulturen nach 1492”. In: Mariano Delgado, Klaus Koch & Edgar Marsch (orgs.). *Europa, Tausendjähriges Reich und Neue Welt: Zwei Jahrtausende*

- Geschichte und Utopie in der Rezeption des Danielbuches*. Freiburg, Switzerland / Stuttgart: Kohlhammer, 252–305.
- Della Cava, Ralph 1989. “The People’s Church, the Vatican, and Abertura”. In: Alfred Stepan (org.). *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*. New York: Oxford Press, 143–167.
- D’Emic, Michael Thomas. 2014. *Justice in the Market Place in Early Modern Spain*. Plymouth: Lexington Books.
- Derosa, Cristian 2019. “Obra de Olavo de Carvalho é tema de artigo em revista científica americana”. *Estudos Nacionais*, 20 dez. 2019. <https://www.estudosnacionais.com/20354/obra-de-olavo-de-carvalho-e-tema-de-artigo-em-revista-cientifica-americana>.
- Deutsch, Sandra McGee 1999. *Las Derechas: The Extreme Right in Argentina, Brazil, and Chile, 1890–1939*. Stanford: Stanford University Press.
- Dias, Roberto 2020. “O Analista de Bagé receberia Bolsonaro com um joelho, diz Luis Fernando Veríssimo” [interview]. *Folha de S.Paulo*, 6 jan. 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/o-analista-de-bage-receberia-bolsonaro-com-um-joelhaco-diz-luis-fernando-verissimo.shtml>.
- Di Carlo, Josnei & João Kamradt 2018. “Bolsonaro e a Cultura do Politicamente Incorreto na Política Brasileira”. *Teoria e Cultura* 13 (2), 55–72.
- Dinis, Debora 2019. “Venha debater comigo”. *Época*, 17 mar. 2019. <https://epoca.globo.com/venha-debater-comigo-olavo-de-carvalho-23525662>.
- Dip, Andrea 2018. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Disraeli, Benjamin 1998 [1845]. *Sybil, or the Two Nations*. Oxford: Oxford University Press.
- Domingues, Petrônio 2006. “O ‘messias’ negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902–1978): ‘Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!’” *Varia Historia* 22 (36), 517–536.
- Donato, Antônio 1993. *A educação segundo a filosofia perene*. São Paulo: USP.
- Donoso Cortés, Juan 1993 [1851]. “Ensayo sobre el Catolicismo, el Liberalismo y el Socialismo”. In: José Gaos (org.). *El pensamiento hispanoamericano*. Mexico DF: UNAM, 363–366.
- Doria, Pedro 2020. *Fascismo à brasileira*. São Paulo: Planeta.
- Dreifuss, René 1987a. *A internacional capitalista: estratégia e tática do empresariado transnacional, 1918–1986*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Dreifuss, René 1987b. *1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes.
- Duque, Daniel & Bernardo Esteves 2020. “Distribuição de renda no Brasil e o papel dos rendimentos além do trabalho para a desigualdade: uma análise do período 2012–19”. Fundação Getúlio Vargas / Instituto Brasileiro de Economia. <https://blogdoibre.fgv.br/posts/distribuicao-de-renda-no-brasil-e-o-papel-dos-rendimentos-alem-do-trabalho-para-desigualdade>.

- El Coyote 2019. “A infiltração neofascista no PDT”. *El Coyote*, 17 jul. 2019, <http://elcoyote.org/a-infiltracao-neofascista-no-pdt>.
- Empoli, Giuliano Da 2019. *Os engenheiros do caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. Trad. Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio.
- ESG – Escola Superior de Guerra 2014. *Manual Básico: Elementos Fundamentais* [Vol. 1]. Mimeo.
- Eslin, Jean-Claude 1999. *Dieu et le Pouvoir. Théologie et politique en Occident*. Paris: Seuil.
- Evaristo, Jefferson 2018. “Editorial”. *O universitário* 1, mar. 2018, 8.
- Faria, Octávio de 1931. *Maquiavel e o Brasil*. Rio de Janeiro: Schmidt.
- Farias Brito, Raymundo 2006 [1912]. *A base física do espírito*. Brasília: Senado Federal.
- Farias Brito, Raymundo 2006 [1914]. *O mundo interior: ensaio sobre os dados gerais da filosofia do espírito*. Brasília: Senado Federal.
- Fausto, Boris 2001. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fausto, Ruy 2017. *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fedeli, Orlando 2001. “A Gnose ‘Tradicionalista’ de René Guénon e Olavo de Carvalho”. Associação Cultural Montfort. <http://www.montfort.org.br/bra/cadernos/religiao/guenon>.
- Fedeli, Orlando 2003. “Desigualdade & igualdade: considerações sobre um mito”. Associação Cultural Montfort. <http://www.montfort.org.br/bra/veritas/religiao/desigualdade>.
- Fedeli, Orlando Fedeli & Fernando Schlithler 2019. *Sob a Máscara: as polêmicas de Orlando Fedeli e Fernando Schlithler contra Olavo de Carvalho*. São Paulo: Flos Carmeli.
- Feitoza, Pedro 2019. “Historical Trajectories of Protestantism in Brazil, 1810–1960”. In: Eric Miller & Ronald J. Morgan (orgs.). *Brazilian Evangelicalism in the Twenty-First-Century: An Inside and Outside Look*. Cham: Palgrave Macmillan, 31–63.
- Fellet, João 2016. “Olavo de Carvalho, o ‘parteiro’ da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias”. *BBC News Brazil*, 15 dez. 2016. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>.
- Fernandes, Maria Fernanda Lombardi 2010. “O pensamento político de Alberto Torres: a reforma constitucional e o Estado brasileiro”. In: Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 95–118.
- Ferreira, Dario Fortes; Jean Lauand & Marcio Fernandes da Silva 2005. *Opus Dei: os bastidores. História, análise, testemunhos*. Campinas: Verus.
- Ferreira, Gabriela Nunes 1999. *Centralização e descentralização no Império*. São Paulo: Editora 34.
- Ferreira, Gabriela Nunes 2010. “A relação entre leis e costumes no pensamento político e social brasileiro”. In: Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 55–75.
- Ferreira, Gabriela Nunes & André Botelho (orgs.) 2010. *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

- Ferreira, Tito Lívio 1957. “O Brasil não foi colônia”. *Boletim da Sociedade Geográfica de Lisboa* (oct.–dez.). Mimeo.
- Fico, Carlos 1997. *Reinventando o otimismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Figueiredo, Jackson de 1922 [1921]. *A reação do bom senso*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil.
- Figueiredo, Jackson de 1929. “Joseph de Maistre e a contra-revolução”. *A Ordem* 62, 123–133.
- Figueiredo, Argelina & Fernando Limongi 2001. *Relações Executivo Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Firmino, Karine Rodrigues 2020. “Brasil paralelo: um empreendimento de disputa política e simbólica da(s) direita(s) recente(s)”. In: Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos & João Elter Borges de Miranda (orgs.). *Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 161–187.
- Fleishman, Anna Luísa 2018a. “História de Permanência”. *Revista Permanência* [dossiê especial 50 anos 1968–2018], 10–55.
- Fleishman, Lourenço 2012. “Unidade na Diversidade”. *Permanência*. <http://permanencia.org.br/drupal/node/2727>.
- Fleishman, Lourenço 2018b. “Orientações para as eleições presidenciais de 2018”. *Permanência*. <https://permanencia.org.br/drupal/node/5464>.
- Flor, Fernando R. de la 2015. “En las fronteras del ‘planeta católico’: Representaciones barrocas del estado de guerra permanente en la totalidad imperial hispana”. *Anales del Instituto de Investigaciones estéticas* 27 (106), 9–51.
- Folena, Giulio 1987. *Escravos do Profeta*. São Paulo: EMW.
- Fonseca, Alexandre Brasil 2008. “Religion and Democracy in Brazil: A Study of the Leading Evangelical Politicians”. In: Paul Freston (org.) *Evangelical Christianity and Democracy*. New York: Oxford UP, 163–206.
- Fonseca, Joel Pinheiro da 2017. “Precisamos falar sobre Olavo de Carvalho”. *Revista Café Colombo* 4, 11 jan. 2017. <http://dagobah.com.br/olavismo-sem-veu>.
- Foresti, Luiz Felipe Loureiro 2013. O arauto da contra-revolução: o pensamento conservador de Plínio Corrêa de Oliveira (1968–76). Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP.
- Forment, Eudaldo 2008. “Prólogo”. In: Manuel García Morente. *Idea de la Hispanidad*. Madrid: Homo Legens, 7–77.
- FPE – Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados 2018. “Manifesto à Nação: o Brasil para os brasileiros”, 24 out. 2018. <https://www.camara.leg.br/noticias/546684-frente-evangelica-lanca-manifesto-com-propostas-para-gestao-do-brasil>.
- Franca, Leonel 1951 [1941]. *A crise do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Agir.
- Francis 2013. “Apostolic Exhortation Evangelii Gaudium of the Holy Father Francis to the Bishops, Clergy, Consecrated Persons and the Lay Faithful on the Proclamation of the Gospel in Today’s World”. https://www.vatican.va/content/francesco/en/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html.

- Fraser, Nancy 2017. “The End of Progressive Neoliberalism”. *Dissent*. https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser.
- Freitas, Andréa 2016. *O presidencialismo da coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Freixo, Adriano de & Thiago Rodrigues 2016. *2016: o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Editora Oficina.
- Freixo, Adriano 2019. “Os militares e Jair Bolsonaro”. *Teoria & Debate* 178. <https://teoriaedebate.org.br/2020/07/01/os-militares-e-a-politica-no-brasil-de-bolsonaro>.
- Freston, Paul 1993. “Brother Votes for Brother: The New Politics of Protestantism in Brazil”. In: Virginia Garrard-Burnett & David Stoll (orgs.). *Rethinking Protestantism in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press, 66–110.
- Freston, Paul 2019. “Evangelicals and the Secular State in Brazilian Politics: Current Controversies in Perspective”. In: Eric Miller & Ronald J. Morgan (orgs.). *Brazilian Evangelicalism in the Twenty-First-Century: An Inside and Outside Look*. Cham: Palgrave Macmillan, 109–118.
- Frohnen, Bruce; Jeremy Beer & Jeffrey O. Nelson (orgs.) 2006. *American Conservatism: An Encyclopedia*. Wilmington DE: ISI Books.
- Furtado, Celso 1959. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Galvão, Ana Carolina; Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan & Wilberth Salgueiro (orgs.). 2019. *Foi Golpe! O Brasil de 2016 em Análise*. Campinas: Pontes Editores.
- Gambi, Thiago F. R. & Daniel V. Cosentino 2020. “As ideias econômicas de Mauá e o liberalismo nos trópicos (1860–1878)”. *América Latina en la Historia Económica* 27 (1), 1–19.
- Garrigou-Lagrange, Réginald 1938. “A palavra do Pe. Garrigou-Lagrange aos leitores”. *O Legionário* 313, 1.
- Gentile, Fabio 2010. “Corporativismo em perspectiva comparada: Itália e Brasil entre as duas guerras mundiais”. In: Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 147–171.
- Gentile, Fabio 2018. “A direita brasileira em perspectiva histórica”. *Plural* 25 (1), 92–110.
- Gentile, Fabio 2018. “Fascism and Corporatism in the Thought of OliveiraVianna: A Creative Appropriation”. In: Antônio Costa Pinto & Federico Finchelstein (orgs.). *Authoritarianism and Corporatism in Europe and Latin America Crossing Borders*. London & New York: Routledge, 180–199.
- Gerbi, Antonello 2000 [1955]. *La Disputa del Nuovo Mondo: Storia di una Polemica (1750–1900)*. Milano: Adelphi Edizioni.
- Ghani, Alan 2018. “Não existiria Bolsonaro presidente sem Olavo de Carvalho”. *Infomoney*, 31 out. 2018. <https://www.infomoney.com.br/colunistas/economia-e-politica-direto-ao-ponto/nao-existiria-bolsonaro-presidente-sem-olavo-de-carvalho>.
- Gielow, Igor 2018. “Bolsonaro não é volta dos militares, mas há o risco de politização dos quartéis’, diz Villas Bôas” [interview]. *Folha de S.Paulo*, 11 nov. 2018. <https://www1.folha.uol.com.br/>

- folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-nao-e-volta-dos-militares-mas-ha-o-risco-de-politizacao-de-quarteis-diz-villas-boas.shtml.
- Giordani, Marco Pollo 1986. *Brasil, sempre*. Porto Alegre: tchê!
- Giordani, Marco Pollo 2014. *Brasil, sempre* [2ª edição ampliada]. Porto Alegre: Garras Caricarã.
- Giumbelli, Emerson 2013. “Cultura pública: evangélicos y su presencia en la sociedad brasileña”. *Sociedad y Religión* 23 (40), 13–43.
- Godechot, Jacques 1972. “Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 27–37.
- Gonçalves, Leandro Pereira 2012. *Entre Brasil e Portugal: Trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP.
- Gonçalves, Leandro Pereira 2018. *Plínio Salgado: Um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895–1975)*. Rio de Janeiro: FGV.
- Gonçalves, Leandro Pereira & Odilon Caldeira Neto 2020. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Ed.
- Gonçalves, Marcos 2011. “Nostalgia e exílio: o intelectual católico Galvão de Sousa e a ideia de ‘Hispanidade’”. *História: Questões e debates* 55, 111–135.
- Gonçalves, Rafael Bruno 2016. *O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003–2014)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ.
- Gonçalves, Rodrigo Jurucê Mattos 2009. *História fetichista: o aparelho de hegemonia filosófica Instituto Brasileiro de Filosofia / Convivium (1964– 1985)*. Tese de doutorado. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE.
- Gordon, Flávio 2017. *Corrupção da Inteligência: Intelectuais e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- Gottfried, Paul Edward 2011. *Leo Strauss and the Conservative Movement in America: A Critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press.
- Gottfried, Paul & Thomas Fleming 1988. *The Conservative Movement*. Boston: Twayne.
- Green, James N. 2012. “‘Who is the Macho Who Wants to Kill Me?’ Male Homosexuality, Revolutionary Masculinity, and the Brazilian Armed Struggle of the 1960s and 70s”. *Hispanic American Historical Review* 92 (3), 437–69.
- Gros, Denise B. 1989. “Os industriais gaúchos e a Constituinte: uma reflexão sobre o ‘Movimento pela Liberdade Empresarial’”. *Ensaios Fundação de Economia e Estatística* 9 (2), 130–146.
- Gros, Denise B. 1993. “Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República”. In: Eli Diniz (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC / DACON, 134–153.
- Gros, Denise B. 2003. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp.

- Gros, Denise B. 2004. “Institutos Liberais, Neoliberalismo e Políticas Públicas na Nova República”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 19 (54), 143–159.
- Guercio, Gelsomino Del 2018. “‘A fumaça de Satanás entrou na Igreja’: o que o Papa quis dizer com isso?” *Aleteia*, 8 jun. 2018. <https://pt.aleteia.org/2018/06/08/a-fumaca-de-satanas-entrou-na-igreja-o-que-o-papa-quis-dizer-com-isso>.
- Guimarães, Carlos Gabriel 1997. Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854–1866). Tese de doutorado. São Paulo: USP.
- Guimarães, Carlos Gabriel 2005. “Mauá por trás do Mito”. *Revista de História* 1 (4), 70–75.
- Guimarães, João Pedro Sabino [pseudônimo] 2019. “A derradeira análise de Olavo de Carvalho, para nunca ter de lê-lo” [3 parts]. *Época*, 28 mar. 2019; 4 abr. 2019; 11 abr. 2019. <https://epoca.globo.com/a-derradeira-analise-da-obra-de-olavo-de-carvalho-para-nunca-ter-de-le-lo-23556545>.
- Gurgel, Rodrigo 2017. “Apresentação: encontro com a verdade”. In: Flávio Gordon. *A corrupção da inteligência*. Rio de Janeiro: Record, 11–16.
- Gurian, Waldemar 1931. *Der integrale Nationalismus in Frankreich: Charles Maurras und die Action Française*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann.
- Hagedorn, Ralph (org.) 1835. *Conversations-Lexikon: Allgemeine deutsche Real-Encyklopädie für alle gebildeten Stände* [vol. 6]. Leipzig: Brockhaus.
- Hagger, Nicholas 2004. *The Syndicate: The Story of the Coming World Government*. Washington DC: John Hunt.
- Hagin, Kenneth E. 1979. *The Name of Jesus*. Tulsa OK: Kenneth Hagin Ministries.
- Hagin, Kenneth E. 1982. *Must Christians suffer?* Tulsa OK: Rhema.
- Hagin, Kenneth E. 1991. *Seven Vital Steps to Receiving the Holy Spirit*. Tulsa OK: Faith Library Publication.
- Häring, Norbert & Niall Douglas 2012. *Economists and the Powerful: Convenient Theories, Distorted Facts*. London: Anthem Press.
- Hayek, Friedrich August 1948. *Individualism and Economic Order*. Chicago: University of Chicago Press.
- Hayek, Friedrich August 1960 [1949]. “The Intellectuals and Socialism”. In: George B. de Huzar (org.). *The Intellectuals: A Controversial Portrait*. Glencoe IL: The Free Press, 371–384.
- Hayek, Friedrich August 1967 [1957]. “The Road to Serfdom after Twelve Years”. In: *Studies in Philosophy, Politics and Economics and the History of Ideas*. London: Kegan Paul, 216–228.
- Hayek, Friedrich August 1974. “The Pretence of Knowledge” [Nobel Prize Acceptance Speech, 11 dez. 1974]. <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/hayek/lecture>.
- Hayek, Friedrich August 1982. *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy* [vol. 2]. London: Routledge & Kegan Paul.

- Hayek, Friedrich August 1983 [1960]. *Fundamentos da Liberdade*. Trad. Anna Maria Capovilla & José Stelle. São Paulo: Visão
- Hayek, Friedrich August 1995 [1988]. *A Arrogância fatal: os erros do socialismo*. Trad. Anna Maria Capovilla & Candido Mendes Prunes. Porto Alegre: Ortiz.
- Hayek, Friedrich August 1996 [1970]. *Die Irrtümer des Konstruktivismus und die Grundlagen legitimer Kritik gesellschaftlicher Gebilde*. Munique / Salzburg: Fink.
- Hayek, Friedrich August 2010 [1944]. *O caminho da Servidão*. Trad. Anna Maria Capovilla, José Stelle & Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Mises Brasil.
- Hayek, Friedrich August 2011 [1960]. “Why I am not a Conservative”. In: *The Constitution of Liberty: The Definitive Edition*. Chicago: University of Chicago Press, 517–33.
- Hell, Jürgen 1986. *Sklavenmanufaktur und Sklavenemanzipation in Brasilien 1500–1888*. Berlin (Leste): Akademie der Wissenschaften.
- Hernández Sandoval, Bonar L. 2016. “The revival of Latin American Catholicism, 1900–60”. In: Virginia Garrard-Burnett; Paul Freston & Stephen C. Dove (orgs.). *The Cambridge History of Religions in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 346–358.
- Hoffmann, Rodolfo 2019. “Distribuição da renda, Brasil, 2017” [texto para discussão no. 46]. Rio de Janeiro: IEPE / CdG.
- Holanda, Sérgio Buarque de 1985 [1962]. *O Brasil Monárquico: Do Império à República* [História Geral da Civilização Brasileira, vol. 2]. São Paulo: Difel.
- Holanda, Sérgio Buarque de 1994 [1959]. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e na colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Huerta de Soto, Jesús 2000. *La escuela austriaca: mercado y creatividad empresarial*. Madrid: Síntesis.
- Huerta de Soto, Jesús 2017. “God Is a Libertarian”. Foundation for Economic Education, 19 out. 2017. <https://fee.org/articles/god-is-a-libertarian>.
- Hugon, Édouard 1998 [1914]. *Os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino: as vinte e quatro teses fundamentais*. Trad. Odilon Moura. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Hunter, James Davison 1991. *Culture Wars: The Struggle to Define America*. New York: Basic Books.
- Hussne, Arthur 2020. “Olavismo e bolsonarismo”. *Revista Rosa* 1 (1). <http://revistarosa.com/1/olavismo-e-bolsonarismo>.
- Iglésias, Francisco 1977 [1962]. “Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 2 (2), 109–158.
- Index Librorum Prohibitorum* 2018. Org. Álvaro Mendes. Rio de Janeiro: CDB.
- Iorio, Ubiratan Jorge 2018. “Qual deve ser a postura dos austríacos em relação ao ministro ‘monetarista’”? Instituto Mises Brasil. <https://mises.org.br/article/2960/qual-deve-ser-a-postura-dos-austríacos-em-relacao-ao-ministro-monetarista>.
- IPCO 2020. *Aproveitando o pânico da população e o apoio espiritual do Vaticano: A maior operação de engenharia social e de baldeação ideológica da história*. São Paulo: IPCO.
- Jaime, Jorge 1991. “A volta de Ladusâns a sua Letônia, hoje, livre”. *Tribuna da Imprensa*, 18 set. 1991.

- Jancsó, István & João Paulo G. Pimenta 2000. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500–2000). Formação e histórias* [vol. 1]. São Paulo: Ed. Senac, 129–175.
- Janotti, Maria de Lourdes Mônaco 1986. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense.
- João XXIII 1963. “Carta Encíclica *Pacem in Terris*: A Paz de Todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade”. https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html.
- Junqueira, Rogério Diniz 2018. “A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”. *Psicologia Política* 18 (43), 449–502.
- Kalil, Isabela Oliveira 2018. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro [research paper]”. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. <https://isabelakalil.wordpress.com>.
- Kanitz, Stephen 2017. “Prefácio”. In: Luiz Philippe de Orléans e Bragança. *Por que o Brasil é um país atrasado?* Ribeirão Preto: Novo Conceito, 6–7.
- Kirk, Russell 1993. *The Politics of Prudence*. New York: ISI Books.
- Kirk, Russell 2008 [1953]. *The Conservative Mind*. Hawthorne CA: BN Publishing.
- Kistenmacher, Thiago 2015. “O ‘Edmund Burke’ brasileiro”. Instituto Liberal. <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-edmund-burke-brasileiro>.
- Kleinmann, Hans-Otto 1994. “Die deutschen Staaten und die Unabhängigkeit Amerikas”. In: Felix Becker (org.). *Iberische Welten*. Cologne: Böhlau, 117–134.
- Kloppenborg, Boaventura 1984. “Igreja e maçonaria”. *Revista Pergunte e Responderemos* 275, 303–314.
- Kristol, Irving 1995. *Neoconservatism: The autobiography of an idea*. New York: The Free Press.
- Kucinski, Bernardo 2000. “O método Paulo Francis”. In: Ligia Chiappini; Antônio Dimas & Berthold Zilly (orgs.). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp / Boitempo, 276–285.
- Labin, Susanne 1963. *Em cima da hora (Il est moins cinq)*. Trad. Carlos Lacerda. Rio de Janeiro: Record.
- Laboa, Juan María 2019. *Integrismo e intolerância en la Iglesia*. Madrid: PPC.
- Lacerda, Marina Basso 2019. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk.
- Laet, Carlos de 2020 [1907]. *Heresia protestante*. Rio de Janeiro: CDB.
- Langland, Victoria Ann 2004. *Speaking of Flowers: Student Movements and Collective Memory in Authoritarian Brazil*. Tese de doutorado. New Haven, CT: Yale.
- Latinobarômetro 2021. *Informe: Adiós a Macondo*. <https://www.latinobarometro.org>.
- Leal, Elisabete da Costa 2006. “O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista”. *História* 25 (2), 64–93.
- Leirner, Piero 2020. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida*. São Paulo: Alameda.
- Leme, Og. 1986. *A ordem econômica: o que há de errado com nosso país?* Rio de Janeiro: Instituto Liberal.

- Leme, Sebastião Cardeal 2019 [1916]. *Católicos, ao combate! A Carta Pastoral de 1916*. Rio de Janeiro: CDB.
- Leão XIII 1878. “Quod Apostolici Muneris: Encyclical of Pope Leo XIII on Socialism”. https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_28121878_quod-apostolici-muneris.html.
- Leão XIII 1879. “Aeterni Patris: Encyclical of Pope Leo XIII on the Restoration of Christian Philosophy”. https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html.
- Leão XIII 1881. “Diuturnum: Encyclical of Pope Leo XIII on the Origin of Civil Power”. https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_29061881_diuturnum.html.
- Leão XIII 1891. “Carta Encíclica *Rerum Novarum*: Sobre a condição dos operários.” https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html.
- Leão XIII 1892. “Au milieu des sollicitudes: Encyclical of Pope Leo XIII on the Church and State in France”. https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_16021892_au-milieu-des-sollicitudes.html.
- Lerner, Celina 2019. *A Mentalidade Conservadora no Brasil: uma análise da interação política em redes sociais digitais (2012-2018)*. Tese de doutorado. São Bernardo do Campo: UFABC.
- Lessa, Pedro 1913. “João Francisco Lisboa”. *Correio Paulistano*, 1 abr. 1913, 3–4.
- Lessa, Renato 1999. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Levin, Yuval 2014. *The Great Debate: Edmund Burke, Thomas Paine, and the Birth of Right and Left*. New York: Basic Books.
- Light, Christian & Walter E. Block 2017. “Christianity, the Free Market, and Libertarianism”. *Studia Humana* 6 (4), 34–44.
- Light, Kenneth 2008. *A Viagem Marítima da Família Real: A transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lima, Alceu Amoroso [pseudônimo Tristão de Ataíde] 1934a. “Catolicismo e integralismo”. *A Ordem* 58, 405–408.
- Lima, Alceu Amoroso 1934b. “Os perigos da Victoria”. *A Ordem* 50, 3–7.
- Lima, Alceu Amoroso 1999a [1963]. “A Igreja, o Socialismo e o Comunismo”. In: *Revolução, Reação ou Reforma?* Petrópolis: Ed.Vozes, 220–240.
- Lima, Alceu Amoroso 1999b [1963]. “Diálogo da Igreja com o Mundo Moderno”. In: *Revolução, Reação ou Reforma?* Petrópolis: Ed.Vozes, 241–260.
- Lima, Alceu Amoroso 1964. *Revolução, Reação ou Reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Lima, Alceu Amoroso 2014 [1939]. “Diretrizes do Pensamento Brasileiro”. *A Ordem* 107, 121–173.
- Lima, Luís Filipe Silvério 2005. *O Império dos Sonhos: Narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino*. São Paulo: USP.

- Lima, Manoel de Oliveira 1907. *Pan-Americanismo: Monroe, Bolívar, Roosevelt*. Rio de Janeiro / Paris: H. Garnier.
- Lima, Manoel de Oliveira 1908. *Dom João VI no Brasil (1808–1821)* [vol. 1–2]. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Lindenberg, Adolpho 2017. *Uma Visão Cristã da Economia de Mercado*. São Luís: Resistência Cultural.
- Linker, Damon 2006. *The Theocrats: Secular America Under Siege*. New York: Doubleday.
- Lins, Ivan 1956. *Aspectos do padre Antônio Vieira*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- Lins, Ivan 1984. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.
- Lins, Victor (org.) 2021. *Que conta é essa? O sistema tributário das desigualdades*. São Paulo / Florianópolis: Sinafresp / Insular.
- Lisboa, José da Silva 1956 [1804]. *Princípios de economia política*. Rio de Janeiro: Pongetti.
- Løland, Ole Jakob 2020a. *Pauline Ugliness: Jacob Taubes and the Turn to Paul*. Perspectives in Continental Philosophy. New York: Fordham University Press.
- Løland, Ole Jakob 2020b. “The Political Conditions and Theological Foundations of the New Christian Right in Brazil”. *Iberoamericana: Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies* 49 (1), 63–73.
- Lombaerde, Júlio Maria de 2018 [1932]. *Objecções e Erros: Protestantes. Com as respectivas respostas irrefutáveis*. Rio de Janeiro: CDB.
- Lopes, Adriana Dias 2017. “Com o demônio não se brinca”. *Vêja*, 24 jun. 2017. <https://veja.abril.com.br/brasil/com-o-demonio-nao-se-brinca>.
- Lopes, 3 1964. “O Brasil escolheu a liberdade Editorial”. *Verbum* 21, 3–4.
- Lopes, Vanessa Viegas 2012. “A Renovação carismática católica: entre o tradicionalismo e o novo”. Anais dos Simpósios da ABHR. 13. São Luís: UFMA. <https://abhr.com.br/anais-dos-simposios>.
- Losurdo, Domenico 2011 [2006]. *Liberalism: A Counter-History*. Trad. Gregory Elliott. London / New York: Verso.
- Lubambo, Manuel 1940. *Capitães e Grandeza Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Lukács, György 1980 [1954]. *The Distruction of Reason*. Trad. Robert Palmer. Atlantic Highlands: Humanities Press.
- Lustosa, Oscar de Figueiredo 1976. “A igreja e o integralismo no Brasil, 1932– 1939 (notas e indicações)”. *Revista de História* 54 (108), 503–532.
- Lynch, Christian Edward Cyril 2010. “Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834–1851)”. In: Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 25–54.
- Lynch, Christian. 2020. “A utopia reacionária do governo Bolsonaro (2018– 2020)”. *Insight Inteligência* 89, 21–40.
- Lyra, Maria de Lourdes Viana 1994. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política 1798–1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Macedo, Edir 1990. *Vida com abundância*. Rio de Janeiro: Universal Produções.

- Macedo, Edir 1997. *Orixás, Caboclos e Guias, deuses ou demônios?* Rio de Janeiro: Unipro.
- Macedo, Edir & Carlos Oliveira 2008. *Plano de Poder: Deus, os Cristãos e a Política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil.
- Macedo, Ubiratan Borges de 1979. *As ideias políticas no Brasil* [vol. 2]. São Paulo, Convívio.
- Macedo, Ubiratan Borges de 1988. “A Escola Superior de Guerra, sua ideologia e trânsito para a democracia”. *Política e Estratégia* 6 (2), 215–222.
- Macedo, Ubiratan Borges de 1995. *Liberalismo e Justiça Social*. São Paulo: Ibrasa.
- Machado, Maria das Dores Campos 2015. “Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise dos pentecostais e católicos carismáticos”. *Religião e Sociedade* 35 (2), 45–72.
- Machado, Maria das Dores Campos & Joanildo Burity 2014. “A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos”. *Dados* 57 (3), 601–631.
- Maia, Máira Carneiro Bittencourt 2016. *O príncipe digital*. Curitiba: Editora Appris.
- Mainwaring, Scott 1989 [1986]. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916–1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Maistre, Joseph de 1880 [1797]. *Considérations sur la France*. Lyon: Pélagaud. <https://archive.org/details/considerationssu00maisuoft>.
- Maistre, Joseph de 2017 [1794]. “Study on Sovereignty”. In: Jack Lively (org. e trad.). *The General Principle of Political Constitutions*. London / New York: Routledge, 93–130.
- Maksoud, Henry. 1988. *Proposta de Constituição para o Brasil de Henry Maksoud*. São Paulo: Visão.
- Malatian, Teresa Maria 1978. A ação imperial patrianovista brasileira. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP.
- Malatian, Teresa Maria 2001. *Império e Missão. Um novo monarquismo brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Malatian, Teresa Maria 2006. “O tradicionalismo monarquista (1928–1945)”. *Revista Brasileira de História das Religiões* 6 (16), 75–96.
- Malerba, Jurandir 2000. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Manduco, Alessandro 2005. “História e Quinto Império em Antônio Vieira”. *Topoi* 6 (11), 246–260.
- Mannheim, Karl 1984 [1925]. *Konservatismus*. Ed. David Kettler, Volker Meja & Nico Stehr. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Maranhão Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque 2013. *A grande onda vai te pegar: marketing, espetáculo e ciberespaço na Bola de Neve Church*. São Paulo: Fonte Editorial.
- Marcuse, Herbert. 1965 [1934]. “Der Kampf gegen den Liberalismus in der totalitären Staatsauffassung”. In: *Kultur und Gesellschaft 1*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 23–27.
- Mariano, Ricardo 2003. “Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais”. *Debates do NER* 4 (4), 21–34.
- Mariano, Ricardo 2012 [1999]. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

- Mariutti, Eduardo Barros 2020. “Olavo de Carvalho e a onda conservadora contemporânea”. Unicamp/IE, Texto para Discussão 380. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD380.pdf>.
- Mariz, Cecília Loreto 2016. “Ação social de pentecostais e da renovação carismática católica no Brasil: o discurso de seus líderes”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 31 (92), 1–16.
- Marques, João Francisco 2004. “A utopia do Quinto Império em Vieira e nos pregadores da Restauração”. *Etopia: Revista Eletrônica de Estudos sobre a Utopia* 2.
- Martis, Cristiano Zanin; Valeska Martins & Rafael Valim 2019. *Laufare: uma introdução*. São Paulo: Ed. Contracorrente.
- Martins, Erik Fernando Miletta 2015. Frames neoliberais na retórica neopentecostal: aspectos referenciais e sociocognitivos. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp.
- Mattei, Roberto de 1997 [1996]. *O Cruzado do século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Trad. Leo Daniele. Porto: Editora Civilização.
- Mattos, Ilmar Rohloff de 1994. “La experiencia del Imperio del Brasil”. In: Antonio Annino, Luis Castro Leiva & François-Xavier Guerra (orgs.). *De los Imperios a las Naciones: Iberoamérica*. Zaragoza: IberCaja, 511–523.
- Maxwell, Kenneth 1986. “A Política: Condicionais da Independência do Brasil”. In: Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques (orgs.). *Nova história da Expansão portuguesa: O império Luso-brasileiro (1750–1822)* [vol. 8]. Lisbon: Estampa, 333–395.
- Maxwell, Kenneth 2003. “Why was Brazil different? The Contexts of Independence”. In: *Naked Tropics: Essays on Empire and Other Rogues*. New York, London: Routledge, 145–168.
- McClelland, John Scott (org.) 1970. *The French Right (from De Maistre to Maurras)*. London: Jonathan Cape.
- Meinerz, Marcos 2016. “Democracia e o pensamento conspiratório: uma análise sobre a função das teorias da conspiração na sociedade a partir das manifestações anti-PT 2014–2015”. In: Lucas Patschiki; Marcos Smaniotto & Jefferson Rodrigues (orgs.). *Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas*. Goiânia: Edições Gárgula, 148–170.
- Mello, Evaldo Cabral de 2000. “Uma Nova Lusitânia”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500–2000)*. Formação e histórias [vol. 1]. São Paulo: Ed. Senac, 73–101.
- Menzel, Adolf 1912. *Naturrecht und Soziologie*. Vienna / Leipzig: Fromme.
- Mercadante, Paulo. 1980 [1965]. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Merquior, José Guilherme. 1991. *O liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Messenberg, Debora 2019. “A cosmovisão da ‘nova’ direita brasileira”. In: Rosana Pinheiro-Machado & Adriano de Freixo (orgs.). *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 25–49.
- Miceli, Sérgio 1988. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Miguel, Luis Felipe 2019. “Há solução sem uma revolução?” In: Rosana Pinheiro-Machado & Adriano de Freixo (orgs.). *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 99–119.
- Miller, Eric 2019. “What I Saw at the Revolution”. In: Eric Miller & Ronald J. Morgan (orgs.). *Brazilian Evangelicalism in the Twenty-First-Century: An Inside and Outside Look*. Cham: Palgrave Macmillan, 119–136.
- Minnicino, Michael 1992. “The New Dark Age: The Frankfurt School and ‘Political Correctness’”. *Fidelio* 1 (1). https://archive.schillerinstitute.com/fid_91-96/921-frankfurt.html.
- Mises, Ludwig Heinrich 1940. *Nationalökonomie: Theorie des Handelns und Wirtschaftens*. Genf: Editions Union.
- Mises, Ludwig Heinrich 1998 [1949]. *Human Action: A Treatise on Economics*. Auburn AL: Ludwig von Mises Institute.
- Monteiro Jr., Luiz Otávio Ribeiro 2014. A Cruz e a espada contra a foice e o martelo: anticomunismo católico e militar no Brasil (1917–1945). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF.
- Moraes, Alexandre José de Melo 1872. *História da transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807*. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185574>.
- Morais, Alexandre José de Melo 2004 [1877]. *A Independência e o Império do Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal.
- More, Thomas 1995 [1516]. *De optimo reipublicae statu deque nova insula utopia*. Org./trad. George M. Logan, Robert M. Adams & Clarence H. Miller. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moreira, Alberto da Silva 2019. “Esquerda Católica, pentecostais e eleições no Brasil: um conflito entre projetos antagônicos”. *Caminhos* 17, 96–119.
- Morel, Marco 2005. “Independência no papel: A imprensa periódica”. In: István Jancsó (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 617–636.
- Motta, Rodrigo Patto Sá 2000. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917–1964)*. São Paulo: USP.
- Mouffe, Chantal 1999. *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso.
- Moura, Odilão 1978. *As ideias católicas no Brasil*. São Paulo: Convívio / Academia Brasileira de Filosofia.
- Narloch, Leandro 2009. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: LeYa.
- Narloch, Leandro 2013. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* [2ª edição ampliada]. São Paulo: LeYa.
- Naro, Nancy Priscilla 2015. “From Canudos to Contestado: Disputed Utopias”. In: Francisco Bethencourt (org.). *Utopia in Portugal, Brazil and Lusophone African Countries*. Bern: Peter Lang, 275–293.
- Nash, George H. 2006 [1976]. *The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945*. Wilmington DE: ISI Books.

- Neves, Guilherme Pereira das 1994. “Del Imperio Luso-Brasileño al Imperio del Brasil (1789–1822)”. In: Antonio Annino, Luis Castro Leiva & François-Xavier Guerra (orgs.). *De los Imperios a las Naciones: Iberoamérica*. Zaragoza: IberCaja, 169–193.
- Newman, Saul 2019. *Political Theology: A Critical Introduction*. Cambridge: Polity.
- Newton, Michael 2006. *The Encyclopedia of Conspiracies and Conspiracy Theories*. USA: Facts on File.
- Nicolau, Jairo 2020. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Niebuhr, Reinhold 1932. *Moral Man and Immoral Society*. New York: Scribner.
- Nisbet, Robert 1970. *Tradition and Revolt*. New York: Vintage Books.
- Nisbet, Robert 1990 [1953]. *The Quest for Community: A Study in the Ethics of Order and Freedom*. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press.
- Nisbet, Robert 2008 [1986]. *Conservatism: Dream and Reality*. University of Minnesota Press.
- Nobre, Marcos 2020. *Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia.
- Nyquist, Jeffrey 2018. “An Interview with Brazilian Writer Olavo de Carvalho”. *The Epoch Times*, 25 out. 2018. https://www.theepochtimes.com/qa-with-brazilian-writer-olavo-de-carvalho_2698443.html.
- Oakeshott, Michael 1962. *Rationalism in Politics and other essays*. London: Methuen.
- Obermeier, Franz 2000. *Brasilien in Illustrationen des 16. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: Vervuert.
- O’Brien, George A. 1920. *An Essay on Mediæval Economic Teaching*. London: Longmans, Green, and Co.
- Oliveira, David Mesquiati 2020a. “Igrejas pentecostais e sua atuação política recente no Brasil”. *Revista Brasileira de História das Religiões* 13 (37), 9–23.
- Oliveira, Leonardo D’Ávila de 2015. *Ordenar o espiritual: letras e periodismo católico no Brasil (1927–1945)*. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC.
- Oliveira, Lúcia Lippi 1989. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos* 2 (4), 172–189.
- Oliveira, Thais Reis 2020b. “Grupo que abriu guerra ao Porta dos Fundos quer ‘cristianizar’ o Brasil”. *CartaCapital*, 20 jan. 2020. <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/grupo-que-abriu-guerra-ao-porta-dos-fundos-quer-cristianizar-o-brasil>.
- Oman, Charles 2004 [1808–13]. *A History of the Peninsular War* [vol. 1]. London: Greenhill.
- Onofre, Gabriel da Fonseca 2014. “Friedrich Hayek e os liberais brasileiros na transição democrática”. *Revista Crítica História* 5 (10), 194–216.
- Onofre, Gabriel da Fonseca 2018. *O papel dos intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX*. Tese de doutorado. Niterói: UFF.
- Oro, Ari Pedro & Daniel Alves 2013. “Renovação Carismática Católica: Movimento de superação da oposição entre Catolicismo e Pentecostalismo?” *Religião e Sociedade* 33 (1), 122–144.

- Oro, Ari Pedro & Daniel Alves 2016. “Renovação Carismática Católica e Pentecostalismo Evangélico: convergências e divergências”. *Debates do NER* 30, 219–245.
- Ortellano, Pablo & Esther Solano 2015. Survey with 571 participants of manifestation pro-impeachment, 12 abr. 2015 in São Paulo. <https://www.lage.ib.usp.br/manif>.
- Orvil s/d. http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf.
- Pachá, Paulo 2019. “Why the Brazilian Far Right loves the European Middle Ages”. *Pacific Standard*, 18 fev. 2019. <https://psmag.com/ideas/why-the-brazilian-far-right-is-obsessed-with-the-crusades>.
- Pagden, Anthony 1995. *Lords of all the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500–c. 1800*. New Haven / London: Yale University Press.
- Paim, Antonio 1968. *Cairu e o liberalismo econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.
- Paim, Antonio (org.). 1987. *Evolução histórica do liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Paim, Antonio. 1997. *A agenda teórica dos liberais brasileiros*. São Paulo: Massao Ohno.
- Paim, Antonio. 1998. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Mandarim.
- Paim, Antonio (org.). 2019a [1987]. *Evolução histórica do liberalismo* [2ª edição ampliada]. São Paulo: LVM.
- Paim, Antonio 2019b. “Apresentação à 2ª edição revista e ampliada”. In: *Evolução histórica do Liberalismo*. São Paulo: LVM, 11–14.
- Paola, Heitor de 2008. *O eixo do mal latino-americano e a nova ordem mundial*. São Paulo: É Realizações.
- Paredes, Alejandro 2020. “Conservadurismo protestante, integrismo y neointegrismo católico latinoamericano y su funcionalidad a los Estados Unidos en el contexto de la Guerra Fría.” *Palimpsesto* 10 (17), 135–155.
- Patschiki, Lucas 2012. Os litores da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em atuação partidária. Dissertação de mestrado. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE.
- Patschiki, Lucas; Marcos A. Smaniotto & Jefferson Rodrigues (orgs.) 2016. *Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas*. Goiânia: Edições Gárgula.
- Patterson, Eric 2005. *Latin America's Neo-Reformation: Religion's Influence on Contemporary Politics*. New York: Routledge.
- Paulo VI 1965. “Address of Pope Paul VI to the Workers”. https://www.vatican.va/content/paul-vi/en/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651208_epilogo-concilio-lavoratori.html.
- Paulo VI 1967. “Carta Encíclica *Populorum Progressio*: Sobre o desenvolvimento dos povos”. https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html.
- Paula, Christiane Jalles de 2012. *O bom combate: Gustavo Corção na imprensa brasileira (1953–1976)*. Rio de Janeiro: FGV.
- Payne, Leigh A. 1994. *Brazilian Industrialists and Democratic Change*. Baltimore / London: Johns Hopkins University Press.
- Payne, Leigh A. 2014. “Cumplicidade empresarial na ditadura brasileira”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* 10, 260–297.

- Payne, Stanley G. 1995. *A History of Fascism 1915–1945*. London: Routledge.
- Pécora, Alcir 2000. “Vieira, a inquisição e o capital”. *Topoi* 1, 189–193.
- Pécora, Alcir 2002. “Assuntos políticos nos escritos do Padre Vieira”. In: Antônio Vieira: *Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pedrali, José Antônio 1985. *Guerreiros da virgem: a vida secreta na TFP*. São Paulo: EMW.
- Penna, José Osvaldo de Meira 1982. *O evangelho segundo Marx*. São Paulo: Convívio.
- Penna, José Osvaldo de Meira 1997. *O espírito das revoluções: da Revolução Gloriosa à Revolução Liberal*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade.
- Penna, José Osvaldo de Meira 2019 [1987]. “O pensamento de Tocqueville”. In: Antonio Paim (org.). *Evolução histórica do liberalismo* [2ª edição ampliada]. São Paulo: LVM, 109–124.
- Pereira, Eduardo & Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos 2020. “Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação: a serviço da extrema-direita (2010–2020).” In: Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos & João Elter Borges de Miranda (orgs.). *Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 326–354.
- Pereira, Mabel Salgado 2010. “Episcopado brasileiro e Movimento Integralista”. Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo. Juiz de Fora: UFJF, 293–298.
- Peres, Danil Tourinho 2019. “Quão obscurantista é o emplasto filosófico de Olavo de Carvalho?” *Le Monde Diplomatique*, 12 fev. 2019. <https://diplomatique.org.br/resposta-a-pergunta-quao-obscurantista-e-o-emplasto-filosofico-de-olavo-de-carvalho>.
- Pérez Guadalupe, José Luis 2019. *Evangelicals and Political Power in Latin America*. Lima: IESC / KAS.
- Pessoa, Lenildo Tabosa 1986a. “Analfabetismo e diploma”. *Jornal da Tarde*, 5 jun. 1986, 4.
- Pessoa, Lenildo Tabosa 1986b. “O ‘povo’ no poder”. *Jornal da Tarde*, 13 nov. 1986, 2.
- Pierucci, Antonio Flavio 1987. “As bases da nova direita”. *Novos Estudos CEBRAP* 19, 26–45.
- Pierucci, Antônio Flávio 1992. “Fundamentalismo e Integrismo: o nome e as coisas”. *Revista da USP* 13, 144–156.
- Pierucci, Antônio Flávio 1999. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: USP / Editora 34.
- Pierucci, Antônio Flávio & Reginaldo Prandi 1996. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Piketty, Thomas 2020. *Capital and Ideology*. Trad. Arthur Goldhammer. Cambridge MA: Harvard University Press.
- Pinheiro, Mirelle & David Agapé 2019. “Os segredos dos Arautos”. *Metrópoles*, 23 ago. 2019. <https://www.metropoles.com/materias-especiais/arautos-do-evangelho-os-segredos-escondidos-nos-castelos-do-grupo-catolico>.
- Pinheiro Filho, Fernando Antônio 2007. “A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil”. *Tempo Social* 19 (1), 33–49.
- Pinheiro-Machado, Rosana 2019. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Editora Planeta.

- Pinheiro-Machado, Rosana & Adriano de Freixo (orgs.) 2019. *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- Pinto, Antônio Costa 2018. “Authoritarianism and Corporatism in Latin America: The first Wave”. In: Antônio Costa Pinto & Federico Finchelstein (orgs.). *Authoritarianism and Corporatism in Europe and Latin America Crossing Borders*. London / New York: Routledge, 110–142.
- Pinto, Eduardo Costa 2019. “Bolsonaro e os quartéis: a loucura com método”. Discussion paper 6. <http://www.ie.ufjf.br/index.php/index-publica-coes/textos-para-discussao>.
- Pita, Sebastião da Rocha 1976 [1730]. *História da América Portuguesa*. São Paulo / Belo Horizonte: Ed. USP / Ed. Itatiaia.
- Pitt, William 1808. *Plano sábio proferido no parlamento de Inglaterra pelo Ministro de Estado Mr. Pitt sobre a continuação da Guerra com a França, e trasladação do throno de Portugal para o Novo Império do Brasil*. Lisboa: Typografia Lacerdina. <https://archive.org/details/discursodoimmort00pitt/page/n21/mode/2up>.
- Pio IX 1846. “Enciclica Qui Pluribus del Sommo Pontefice Pio IX”. <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/enciclica-qui-pluribus-9-novembre-1846.html>.
- Pio IX 1864. “Enciclica Quanta Cura del Sommo Pontefice Pio IX”. <https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html>.
- Pio X 1907. “Carta Encíclica *Pascendi Dominici Gregis*: Sobre as doutrinas modernistas”. https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html.
- Pio XI 1931. “Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*: Sobre a Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social em conformidade com a Lei Evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII ‘*Rerum Novarum*’”. https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html.
- Poletti, Ronaldo Rebello de Britto 2012. “Revista Convivium (1962–1993): sua contribuição para a filosofia”. Centro de documentação do pensamento brasileiro (CDPB). Mimeo.
- Pondé, Luiz Felipe 2010. *Contra um mundo melhor*. São Paulo: LeYa.
- Porto, Mauro 2023. *Mirrors of Whiteness: Media, Middle-Class Resentment, and the Rise of the Far Right in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Poulat, Emile 1969. *Intégrisme et Catholicisme integral*. Paris: Casterman.
- Poulat, Emile 1985. “La queerele de l’intégrisme en France”. *Social Compass* 32 (4), 343–351.
- Power, Tomothy J. 2000. *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. University Park PA: Pennsylvania State University Press.
- Power, Timothy J. & Cesar Zucco 2009. “Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: A research communication”. *Latin American Research Review* 44 (1), 218–246.
- Power, Margaret 2010. “Transnational, Conservative, Catholic, and Anti-Communist: Tradition, Family, and Property (TFP)”. In: Martin Durham & Margaret Power (orgs.). *New Perspectives on the Transnational Right*. New York: Palgrave Macmillan, 85–105.

- Prado, Eduardo 2003 [1893]. *A ilusão americana*. Brasília: Senado Federal.
- Prado Jr., Caio & Lúcia Maria P. Guimarães (orgs.) 2001. *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan.
- Prandi, Reginaldo 1997. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo: EDUSP.
- Proner, Carol; Gisele Cittadino; Gisele Ricobom & João Ricardo Dornelles (orgs.) 2017. *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Bauru: Canal 6.
- Puglia, Leonardo Seabra 2018. “Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo”. *Teoria e Cultura* 13 (2), 1–22.
- Puglia, Leonardo Seabra 2020. *Reação conectada: as direitas brasileiras em perspectiva histórica*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Quadros, Marcos Paulo dos Reis 2017. “Conservadorismo coroado: movimentos monarquistas no Brasil atual”. *Estudos de Sociologia* 22 (42), 15–34.
- Ramirez, Gabriela Arguedas 2020. “Ideología de género”, lo “post-secular”, el fundamentalismo neopentecostal y el neointegrismo católico: la vocación anti-democrática. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política. <http://www.sxpolitics.org>.
- Ramos, Alberto Guerreiro 1961. *A crise no poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ranquetat Jr., Cesar 2019. *Da Direita Moderna à direita tradicional*. Curitiba: Danúbio.
- Real, Miguel 2013. *Nova Teoria do Sebastianismo*. Alfragide: Dom Quixote.
- Reale, Miguel 1965. *Imperativos de Março*. São Paulo: Livraria Martins.
- Revista Forum 2019. “Olavo de Carvalho manda militares fecharem partidos”. 11 dez. 2019. <https://revistaforum.com.br/politica/olavo-de-carvalho-manda-militares-fecharem-partidos>.
- Ribeiro, Josué A. 2020. *Verdades e crenças: um contraponto a Olavo de Carvalho*. Jaboticatubas: Arte Impressora Editora.
- Ricardo, Paulo 2013. *A resposta católica: um pequeno manual para grandes questões*. Campinas: Ecclesiae.
- Ricupero, Bernardo 2010. “O conservadorismo difícil”. In: Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 76–94.
- Rio, João do [Paulo Alberto Coelho Barreto] 1997 [1908]. *A Alma encantadora das Ruas*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Robin, Corey 2011. *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford: Oxford University Press.
- Robin, Corey 2012. “Hayek von Pinochet”. <https://coreyrobin.com/2012/07/08/hayek-von-pinochet>.
- Robson, Ronald 2020. *Conhecimento por presença: em torno da filosofia de Olavo de Carvalho*. Campinas: VIDE.

- Rocha, Antonio Penalves 2001. “Introdução”. In: *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo: editora 34, 9–50.
- Rocha, Camila 2017. “O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil”. *Millcayac* 4 (7), 95–120.
- Rocha, Camila 2018. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018). Tese de doutorado. São Paulo: USP.
- Rocha, Camila; Esther Solano & Jonas Medeiros 2021. *The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil*. Cham: Springer.
- Rocha, João Cezar de Castro 2021. *Guerra Cultural e Retórica do Ódio*. Goiânia: Caminhos.
- Rodrigues, Ana Maria Moog 1981. “Introdução”. In: *A Igreja na República: seleção e introdução*. Brasília: UnB, 1–14.
- Rodrigues, Cândido Moreira 2006. Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica (1928–46). Dissertação de mestrado. Assis: UNESP.
- Rodrigues, José Honório 1965. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Rodrigues, Leôncio Martins 1987. *Quem é quem na constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese.
- Rodrigues, Lidiane Soares 2018. “Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002–2016)”. *Política e Sociedade* 17 (39), 277–312.
- Romano, Silvina María 2019. *Laufare: guerra judicial y neoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires: Mármol / Izquierdo.
- Roque, José de Britto 2003. *Imaginação vencida: um estudo sobre as fontes do pensamento político de Plínio Salgado (1926–1937)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Rothbard, Murray N. 1976. “New Light on the Pre-History of the Austrian School”. In: Edwin Dolan (org.). *The Foundations of Modern Austrian Economics*. Kansas City: Sheed & Ward, 52–74.
- Rotteck, Karl von & Karl Welcker (orgs.) 1859. *Das Staats-Lexikon: Encyklopädie der sämtlichen Staatswissenschaften für alle Stände* [vol. 3]. Leipzig: Brockhaus.
- Roveran, Ricardo 2017. “Admiradores notáveis do professor Olavo de Carvalho”. <https://roveran.wordpress.com/2017/06/05/admiradores-notaveis-do-professor-olavo-de-carvalho>.
- Rowland, Robert 2003. “Patriotismo, povo e ódio aos Portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”. In: István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do estado e da Nação*. São Paulo / Ijuí: Fapesp / Unijuí, 365–388.
- Rudnitzki, Ethel & Rafael Oliveira 2019. “Nasce o cinema olavista”. *Agência pública*, 9 ago. 2019. <https://apublica.org/2019/08/nasce-o-cinema-olavista>.
- Saad-Filho, Alfredo & Lecio Moraes 2018. *Brazil: Neoliberalism Versus Democracy*. London: Pluto.
- Sagot, Montserrat 2012 “¿Un paso adelante y dos atrás? La tortuosa marcha del movimiento feminista en la era del neointegrismo y del ‘fascismo social’ en Centroamérica”. In:

- Alba Carosio (org.). *Feminismo y cambio social en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 75–100.
- Salgado, Plínio 1931. “A Igreja e o Judaísmo”. *A Ordem* 11, 44–52.
- Salgado, Plínio 1932. “Manifesto de 7 de Outubro de 1932”. <https://www.integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932>.
- Salgado, Plínio 1933. *O que é o integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt.
- Salgado, Plínio 1934. *A quarta humanidade*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Salgado, Plínio 1935. *Despertemos a nação!* Rio de Janeiro: José Olympio.
- Salgado, Plínio 1937. *Páginas de Combate*. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes.
- Salgado, Plínio 1947. *Mensagem às pedras do deserto*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.
- Salgado, Plínio 1951. *O ritmo da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Salgado, Plínio 1953 [1933]. *Psicologia da Revolução*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.
- Salgado, Plínio 1965. *Compêndio de instrução moral e cívica*. São Paulo: FTD.
- Salgado, Plínio 1979 [1945]. *Primeiro, Cristo!* São Paulo: Voz do Oeste.
- Salles, Leonardo Gaspary 2017. Nova Direita ou Velha Direita com Wifi? Uma interpretação das articulações da “direita” na internet brasileira. Dissertação de mestrado. Florianópolis: PUC-SC.
- Santos, Armando Alexandre dos 1988. *A legitimidade monárquica no Brasil*. São Paulo: Artpress.
- Santos, Armando Alexandre dos 1990. *Ser ou não ser MONARQUISTA: Eis a questão!* São Paulo: Artpress.
- Santos, Armando Alexandre dos 1992a. *Parlamentarismo, sim! Mas à brasileira: com Monarca e Poder Moderador eficaz e paternal*. São Paulo: Artpress.
- Santos, Armando Alexandre dos 1992b. *O Brasil Império nas páginas de um velho Almanaque Alemão*. São Paulo: Artpress.
- Santos, Eduardo Heleno de Jesus 2009. Extrema-direita, volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF.
- Santos, João Guilherme Bastos dos; Miguel Freitas; Alessandra Aldé; Karina Santos; Vanessa Cristine Cardozo Cunha 2019. “WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018”. *Comunicação & Sociedade* 41 (2), 307–334.
- Santos, Gustavo Adolfo 2019 [1987]. “As Vertentes Contemporâneas do Liberalismo Político”. In: Antonio Paim (org.). *Evolução histórica do liberalismo* [amplified second edition]. São Paulo: LVM, 243–44.
- Santos, Patrícia da Silva & Ricardo Pagliuso Regatieri 2020. “O novo na sua face sombria: um balanço das análises sobre a ascensão da extrema direita no Brasil atual”. *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas* 14 (2), 103–121.
- Santos, Suzy dos 2006. “E-sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras”. *e-compós* 2 (27). <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/104>.

- Santos, Suzy dos & Sérgio Capparelli 2004. “Crescei e multiplicai-vos: a explosão religiosa na televisão brasileira”. *Intexto* 2 (11), 1–24.
- Santos, Wanderley Guilherme dos 1978. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades.
- Santos, Wanderley Guilherme dos 1987. *Crise e Castigo: partidos e gerais na política brasileira*. Rio de Janeiro / São Paulo: IUPERJ / Vértice.
- Santos, Wanderley Guilherme dos 1988. *Paradoxo do liberalismo*. Rio de Janeiro / São Paulo: IUPERJ / Vértice.
- Santos, Wanderley Guilherme dos 1998. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Santos, Wanderley Guilherme dos 2017. *A democracia impedida: o Brasil no século XX*. Rio de Janeiro: FGV.
- Santos Jr., José Geraldo dos 2008. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade: um movimento ultramontano na Igreja Católica do Brasil? Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP.
- Santos Jr., Marcelo Alvis dos 2019. *#vaipracuba: A gênese das redes de direita no facebook*. Curitiba: Appris.
- Scantimburgo, João de 1996. *História do Liberalismo no Brasil*. São Paulo: Editora LTr.
- Schäffer, Georg Anton von 1824. *Brasilien als unabhängiges Reich in historischer, mercantilistischer und politischer Beziehung*. Altona: Hammerich.
- Schmitt, Carl 1934 [1922]. *Politische Theologie: Vier Kapitel von der Lehre der Souveränität*. Munique / Leipzig: Duncker & Humblot.
- Schopenhauer, Arthur 1997. *Como vencer um debate sem precisar ter razão: 38 estratégias (dialética erística)*. Org. e comentários Olavo de Carvalho, trad. Daniela Caldas. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Schultz, Kirsten 2001. *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808–1821*. New York / London: Routledge.
- Schwarz, Lilia Moritz 1999. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwartz, Seymour & Ralph E. Ehrenberg 1980. *The Mapping of America*. New York: Abram.
- Schwartz, Stuart B. 2000 “‘Gente da terra braziliense da nação’”. Pensando o Brasil: a construção de um povo”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viajem incompleta: A experiência brasileira (1500–2000). Formação e histórias* [vol. 1]. São Paulo: Ed. Senac, 105–123.
- Schwartzman, Simon; Helena Maria Bousquet Bomeny & Vanda Maria Ribeiro Costa 1984. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP.
- Schwarz, Fred 1963 [1960]. *Você pode confiar nos comunistas (eles são comunistas mesmos!)*. Trad. A. C. Carvalho. São Paulo: Dominus Editora.
- Schwarz, Roberto 1992 [1977]. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades.
- Sciabarra, Chris Matthew 1995. *Marx, Hayek, and Utopia*. New York: State University of New York Press.

- Scruton, Roger 2001 [1980]. *The Meaning of Conservatism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Scruton, Roger. 2006. “Hayek and Conservatism”. In: Edward Feser (org.). *The Cambridge Companion to Hayek*. Cambridge: Cambridge University Press, 208–231.
- Scruton, Roger 2015. *Fools, Frauds and Firebrands: Thinkers of the New Left*. London: Bloomsbury.
- Sedgwick, Mark 2004. *Against the Modern World: Traditionalism and the Secret Intellectual History of the Twentieth Century*. New York: Oxford University Press.
- Sedgwick, Mark 2020. “Traditionalism in Brazil: Sufism, Ta’i Chi, and Olavo de Carvalho”. *Aries: Journal for the Study of Western Esotericism* [online advanced article], 1–26.
- Serbin, Kenneth B. 2000. *Secret Dialogues: Church-State Relations, Torture, and Social Justice in Authoritarian Brazil*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press.
- Sigaud, Geraldo de Proença; Antônio de Castro Mayer, Plínio Corrêa de Oliveira & Luiz Mendonça de Freitas 1960. *Reforma agrária, questão de consciência*. São Paulo: Ed. Vera Cruz.
- Sigaud, Geraldo de Proença 2019 [1962]. *Catecismo anticomunista*. Belo Horizonte: Edições Cristo Rei.
- Silva, Elizete da 2019a. “Protestantism and Politics in Brazil: A Historical Perspective”. *Studia Religiosa* 52 (3), 237–249.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da 1999. “Introdução: redefinindo a direita”. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Sabrina Evangelista Medeiros; Alexander Martins Vianna (orgs.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ / Mauad, 7–18.
- Silva, Golbery do Couto e 1967. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Silva, Leonardo Nóbrega da 2018. “O mercado editorial e a nova direita brasileira”. *Teoria e Cultura* 13 (2), 73–84.
- Silva, Natália 2019b. “Olavo de Carvalho incita seguidores contra jornalista”. *Abraji*, 17 abr. 2019. <https://abraji.org.br/noticias/olavo-de-carvalho-incita-seguidores-contrajornalista>.
- Silva, Ricardo 2008. “Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna”. *Sociologias* 10 (20), 238–269.
- Silva Filho, Mário Alves da 2012. *A Mística Islâmica em terræ brasilis: o Sufismo e as Ordens Sufis em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP.
- Silveira, Emerson José Sena da 2019. “Reacionarismo católico ontem, hoje e sempre... os ‘vencidos’ do catolicismo na modernidade”. *Revista Eclesiástica Brasileira* 79 (314), 541–570.
- Silveira, Itamar Flávio da & Suelem Halim Nardo de Carvalho 2013. “Visconde de Cairu: um teórico liberal do início do século XIX no Brasil”. *Mises: Revista interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* 1, 129–134.
- Silveira, Luciana 2013. *Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp.
- Simões, Solange de Deus 1985. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes.
- Singer, André 1999. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: EDUSP.

- Smith, Amy Erica 2019. *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, Christian & Joshua Prokopy (orgs.) 1990. *Latin American Religion in Motion*. New York: Routledge.
- Soares, Romildo Ribeiro 2005 [1985]. *As bênçãos que enriquecem: um estudo aprofundado sobre dízimos, ofertas e exemplos de pessoas que provaram a Deus*. Rio de Janeiro: Graça Editorial.
- Sobral Pinto, Heráclito Fontoura 2014 [1931]. “Igreja e Política”. *A Ordem* 98, 175–195.
- Solano, Esther 2018a. *Crise da democracia e extrema-direita no Brasil*. Berlim: Fundação Friedrich Ebert.
- Solano, Esther (org.) 2018b. *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Solano, Esther 2019a. “Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014–2017”. In: Rosana Pinheiro-Machado & Adriano de Freixo (orgs.). *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 83–98.
- Solano, Esther 2019b. “A bolsonarização do Brasil”. In: Sérgio Henrique Hudson de Abranches et al. (orgs.). *Democracia em crise? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 203–212.
- Soucy, Robert 1986. *French Fascism: The First Wave, 1924–1933*. New Haven: Yale University Press.
- Soucy, Robert 1995. *French Fascism: The Second Wave, 1933–1939*. New Haven: Yale University Press.
- Sousa, Bertone 2015. *Fé e dinheiro: o pentecostalismo da prosperidade e a redefinição do protestantismo no Brasil*. Jundiá: Paco Editorial.
- Sousa, Bertone 2020. “Pentecostais, fundamentalismo e laicidade no Brasil: uma análise da atuação da bancada evangélica no Congresso Nacional”. *Revista Brasileira de História das Religiões* 13 (37), 77–95.
- Sousa, José Pedro Galvão de 1962. *O Brasil no mundo hispânico*. São Paulo: Herder.
- Sousa, José Pedro Galvão de 1965. *Raízes históricas da crise política brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- Sousa, José Pedro Galvão de 1977. *Direito natural, direito positivo e estado de direito*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- Souza, Iara Lis Carvalho 1998. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780–1831)*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Souza, Jessé 2015. *A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.
- Souza, Ricardo Timm de & Nelson Costa Fossatti (orgs.) 2013. *Mauá: paradoxos de um visionário obra comemorativa dos 200 anos de nascimento do Visconde de Mauá*. Porto Alegre: Letra & Vida.
- Souza, Ronaldo Tadeu de 2019. “A direita intransigente chega aos trópicos: acerca de Leo Strauss, Eric Voegelin, Michael Oakeshott e Roger Scruton”. *Revista Estudos Políticos* 10 (1), 109–117.

- Spaizmann, Gabriela & João Rogério Sanson 2006. “Cairu e o Liberalismo Smithiano na Abertura dos Portos”. *Análise* 17 (2), 258–273.
- Stackhouse, Max L. 2005. “Christian Social Movements”. In: Mircea Eliade (org.). *The Encyclopedia of Religion* [vol. 3]. New York: Macmillan, 446–452.
- Stanlis, Peter 2003 [1958]. *Edmund Burke and the Natural Law*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Steinleen, Cedric 2012. “La ética neointegrista del Opus Dei”. *Si Somos Americanos: Revista de Estudios Transfronterizos* 11(2), 143–155.
- Stewart, Donald. 1988. *O que é o Liberalismo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- Stoeckl, Kristina 2020. “The Rise of the Russian Christian Right: The Case of the World Congress of Families”. *State & Society* 48 (4), 223–238.
- Strauss, Leo 1953. *Natural Right and History*. Chicago: University of Chicago Press.
- Suárez, Francisco 1971 [1613]. *Defensa de la fe católica y apostólica contra los errores del anglicanismo*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.
- Suruagy, Bruna 2011. *Religião e política: ideologia e ação da “bancada evangélica” na Câmara Federal*. São Paulo: PUC-SP.
- Sutton, Michael 1982. *Nationalism, Positivism and Catholicism. The Politics of Charles Maurras and French Catholics 1890–1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Taguieff, Pierre-André 2006. *L’imaginaire du complot Mondial: aspects d’un mythe modern*. Paris: Éditions Mille et Une Nuits.
- Tanagiuro, Pedro Ivo Dias 2016. “As mitologias políticas integralistas e a mobilização das massas na estratégia de Plínio Salgado: o mito conspiratório e as representações da crise no Brasil entreguerras”. *Oficina do Historiador* 9 (1), 171–189.
- Tannenbaum, Edward R. 1962. *The Action Française: Die-hard Reactionaries in Twentieth-Century France*. New York: John Wiley.
- Taveiro, Eloi [pseudônimo] 2018. O Príncipe dos Cruzados: Da teologia da história às profecias. 2a ed., vol. 1, parte 1. <http://www.oprincipedoscruzados.com.br>.
- Teitelbaum, Benjamin R. 2020. *War for Eternity: The Return of Traditionalism and the Rise of the Populist Right*. Londres: Penguin.
- Telles, Helcimara 2016. “A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno”. *Ponto & Vírgula* 19, 97–125.
- TFP [Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade] 1989. *Um homem, uma obra, uma gesta: homenagem das TFPs a Plínio Corrêa de Oliveira*. São Paulo: Edições Brasil de Amanhã.
- Thornton, Mary Crescentia 1984. *The Church and Freemasonry in Brazil, 1872– 1875: A Study in Regalism*. Washington DC: Catholic University of America Press.
- Tocqueville, Alexis de 2010 [1835, 1840]. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Flammarion.
- Todaro Williams, Margaret 1971. Pastors, Prophets and Politicians: A Study of Brazilian Church 1916–45. Tese de doutorado. New York: Columbia University.
- Todaro Williams, Margaret 1974. “Integralism and the Brazilian Catholic Church”. *The Hispanic American Historical Review* 54 (3), 431–452.

- Todaro Williams, Margaret 1976. “Church and State in Vargas’s Brazil: The Politics of Cooperation”. *Journal of Church and State* 18 (3), 443–462.
- Tornielli, Andrea 2017. “Heralds of the Gospel, the Founder Leaves while the Vatican Investigates”. *La Stampa*, 12 jun. 2017. <https://www.lastampa.it/vatican-insider/en/2017/06/12/news/heralds-of-the-gospel-the-founder-leaves-while-the-vatican-investigates-1.34581956>.
- Torres, Alberto 1938 [1914]. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Torres, Alberto 1978 [1914]. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Torres, João Camilo de Oliveira 1958. “150°. Aniversário da Monarquia”. *Correio Paulistano*, 15 mar. 1958, 6.
- Torres, João Camilo de Oliveira 1968. *História das ideias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo.
- Torres, João Camilo de Oliveira 2016 [1968]. “O conceito do conservadorismo”. In: Daniel Fernandes (org.). *O elogio do conservadorismo e outros escritos*. Curitiba: Arcádia, 39–44.
- Torres, João Camilo de Oliveira 2017 [1957]. *A Democracia Coroada*. Brasília: Edições Câmara.
- Tórtora, Roberto 2000. “Um acerto de contas com a astrologia Entrevista de Olavo de Carvalho a Roberta Tórtora”. *Porto do Céu*, junho. <https://olavodecarvalho.org/um-acerto-de-contas-com-a-astrologia>.
- Trindade, Héglio 1974. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: Difel.
- Trindade, Héglio. 1985. “Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945)”. In: Alain Rouquié, Bolívar Lamounier & Jorge Schwarzer (orgs.). *Assim renascer as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 46–72.
- Trindade, Héglio 2015. “Ação Imperial Patrimonista”. In: Alzira Alves de Abreu (org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 111–112.
- Trindade, Héglio 2016. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: UFRGS.
- Troster, Tomás 2019. “A patifaria intelectual de Olavo de Carvalho”. *CartaCapital*, 13 dez. 2019. <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-patifaria-intelectual-de-olavo-de-carvalho>.
- Ureta, José Antonio 2018. *A ‘mudança de paradigma’ do Papa Francisco: continuidade ou ruptura na missão da Igreja?* São Paulo: Artpress / IPCO.
- Ustra, Carlos Alberto Brilhante 1987. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editerra.
- Ustra, Carlos Alberto Brilhante 2007 [2006]. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser.
- Valadares, Paulo 2007. *A presença oculta: genealogia, identidade e cultura Cristã-nova brasileira nos séculos XIX–XX*. Fortaleza: Fundação Ana Lima.
- Valdez, Maria Ana T. 2012. “Rethinking the Fifth Empire: António Vieira and the Clavis Prophetarum”. *e-JPH* 10 (2), 58–75.

- Valle, Vinicius Saragiotto Magalhães 2018. “Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC”. *Têoria e Cultura* 13, 85–100.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de 1981 [1856]. *História Geral do Brasil: Antes de sua separação e independência de Portugal* [vol. 4–5]. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de 1981 [1917 posthumous]. “História da Independência do Brasil”. In: Hélio Vianna (org.). *História Geral do Brasil: Antes de sua separação e independência de Portugal* [vol. 5]. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Varón, Paloma 2019. “Filósofo processado por Olavo de Carvalho vai a Brasília entregar petição pela educação”. *RFI*, 13 maio 2019. <https://www.rfi.fr/br/brasil/20190513-filosofo-processado-por-olavo-de-carvalho-vai-brasilia-entregar-peticao-pela-educacao>.
- Vasconcelos, Gilberto Felisberto 1979. *A ideologia Curupira: análise do discurso Integralista*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Weiga, Luiz Francisco da 1895. *A Monarquia Brasileira. O direito divino. A restauração*. Capital Federal [Rio de Janeiro]: Profissão de fé política.
- Velasco, Carlos 2014. “O processo que o Sr. Olavo de Carvalho, ou Sidi Muhammad, deseja esconder do público”. Blog Prometheo Liberto, 28 fev. 2014. <http://libertoprometheo.blogspot.com/2014/02/o-processo-que-o-sr-olavo-de-carvalho.html>.
- Velasco, Carlos 2017. “Adubando o Jardim das Aflições: Olavo de Carvalho, um caso de Polícia?” <https://ojardimdasaflicoes.wordpress.com>.
- Velasco, Carlos 2020. “Posfácio”. In: Heloísa de Carvalho & Henry Bugalho. *Meu Pai, o guru do presidente*. Curitiba: Kottter, 131–156.
- Velasco e Cruz, Sebastião; André Kaysel & Gustavo Codas (orgs.) 2015. *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Vélez Rodríguez, Ricardo 2015. “Um mapa do pensamento conservador e liberal no Brasil”. *Revista Nabuco* 3, 24–48.
- Vélez Rodríguez, Ricardo 2020. *Da esquerda para a direita. Minha opção liberal conservadora*. Brasília: Távola.
- Velloso, Mônica Pimenta 1978. “A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica”. *Revista de Ciência Política* 21 (3), 117–160.
- Ventura, Zuenir 1988. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Vianna, Francisco José de Oliveira 1999 [1949]. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Senado Federal.
- Vianna, Francisco José de Oliveira 2004 [1925]. *O Ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal.
- Vianna, Francisco José de Oliveira 2005 [1920]. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Vicente de Salvador, Frei 1630. *História do Brasil*. <http://www.dominiopublico.gov.br>.
- Victor, Fabio 2018. “O vice a cavalo: Hamilton Mourão e o lugar dos militares no governo Bolsonaro”. *Revista Piauí* 147. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-vice-cavalo>.
- Vieira, Antônio 1718. *História do Futuro* [2 vol.]. <http://www.dominiopublico.gov.br>.

- Vieira, Patrícia 2015. “AntônioVieira’s Utopian Kingdom of Christ on Earth”. In: Francisco Bethencourt (org.). *Utopia in Portugal, Brazil and Lusophone African Countries*. Bern: Peter Lang, 71–50.
- Villaça, Antônio Carlos 1975. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Vital, Christina & Paulo Victor Leite Lopes 2013. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll / ISER.
- Vital, Maria Gonçalves de Oliveira 1875. *A maçonaria e os jesuítas instrução pastoral*. Rio de Janeiro: Typ. do Apostolo.
- Walsh, David 1997. *The Growth of the Liberal Soul*. Columbia: University of Missouri Press.
- Weaver, Richard M. 1948. *Ideas Have Consequences*. Chicago: University of Chicago Press.
- Weaver, Richard M. 2000 [1960]. “Conservatism and Libertarianism: The Common Ground”. In: Ted J. Smith (org.). *In Defense of Tradition: The Shorter Essays of Richard M. Weaver*. Indianapolis: Liberty Fund, 157–167.
- White, Reginald James (org.) 1950. *The Conservative Tradition*. London: Nicholas Kaye.
- Wink, Georg 2009. *Die Idee von Brasilien: Eine kulturwissenschaftliche Untersuchung der Erzählung Brasiliens als vorgestellte Gemeinschaft im Kontrast zu Hispanoamerika*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Wink, Georg 2018a. “Humor golpista: memes sobre Dilma Rousseff durante o ‘impeachment’”. *Veredas* 27, 123–140.
- Wink, Georg 2018b. “‘Looking for more Brazilian solutions’: Rhetorical Strategies against Racial Quotas in Brazilian Higher Education”. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies* 6 (2), 3–41.
- Wink, Georg 2020. “A mão invisível de Deus: liberais conservadores na Nova Direita brasileira e seu pensamento utópico”. *Diálogos Latinoamericanos* 29, 71–87.
- Wink, Georg 2021. “La utopía imperial de Brasil y su resurrección en la nueva derecha”. In: Juan Pro, Monika Brenišinová & Elena Ansótegui (orgs.). *Nuevos mundos: América y la utopía entre espacio y tiempo*. Madrid / Frankfurt am Main: Iberoamericana / Vervuert, 271–300.
- Wink, Georg 2022. “Carvalho, Olavo de”. In: José Luiz Ratton & José Szwako (orgs.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: CEPE, 227–229.
- Wink, Georg 2023. “The Heralds of the Gospel: Centenary Catholic Antimodernism as New Right Ideology and Lifestyle Practice in Brazil”. *Journal of Political Ideology* 28 (2) [no prelo].
- Wink, Georg 2024. “Olavo de Carvalho e a verdade de Deus”. In: Mark Sedgwick (org.). *Pensadores-chave da direita radical*. São Paulo: RED Tapioca [no prelo].
- Winter, Brian 2018. “Jair Bolsonaro’s Guru”. *America’s Quarterly*, 17 dez. 2018. <https://www.americasquarterly.org/article/jair-bolsonaros-guru>.
- Wolff, Hans (org.) 1992. *America: Das frühe Bild der Neuen Welt*. Munique: Prestel.
- Woods, Thomas E. 2005. *The Church and the Market: A Catholic Defense of the Free Economy*. Lanham: Rowman and Littlefield.

- Xavier, Érico Tadeu 2009. “Teologia da prosperidade: história, análise e implicações”. *Kerigma Revista Eletrônica de Teologia* 5 (2), 120–147.
- Zamboni, Fausto 2016. *Contra a Escola. Ensaio sobre literatura, ensino e educação liberal*. Campinas: Vide.
- Zanotto, Gizele 2003. *É o caos!!! A luta anti-agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC.
- Zanotto, Gizele 2007. “Tradição, Família e Propriedade (TFP): as idiosincrasias de um movimento católico (1960–1995)”. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC.
- Zanotto, Gizele 2009. “As implicações pragmáticas da teologia da história pliniana no cotidiano tefepista”. *Revista Brasileira de História das Religiões* 2 (5), 49–67.
- Zanotto, Gizele 2010. “‘Por um Estado de Espírito Católico!’ Plínio Corrêa de Oliveira e as reivindicações ao integralismo”. *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo*. Juiz de Fora: UFJF, 281–292.
- Zanotto, Gizele 2011. “Os Atrás do Evangelho no espectro Católico contemporâneo”. *Revista Brasileira de História das Religiões* 4 (10), 279–298.
- Zanotto, Gizele 2012. “Articulações entre o político e o religioso: um estudo de caso da sociedade brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) (1960–1995)”. In: Cristián Parker Gumucio (org.). *Religión, política y cultura en América Latina: nuevas miradas*. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados, 199–224.
- Zanotto, Gizele 2017. “A intimidade na rede: o blog Nuestros Recuerdos e a socialização de uma experiência coletiva na TFP (2006–2014)”. XVI Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata. <https://cdsa.academica.org/000-019/253>.
- Zea, Leopoldo 1976. *El pensamiento latino-americano*. México DF: Ariel.
- Zweig, Stefan 2006 [1941]. *Brasil, um país do futuro*. Trad. Kristina Michahelles. Porto Alegre: L&PM.

Índice de Nomes e Instituições

- A**
-
- Ação Católica, 77-78, 83, 92, 212
 Ação Imperial Patrianovista Brasileira, 72
 Ação Integralista Brasileira (AIB), 15, 77-82, 85, 173, 219, 222
 Ação Integralista Revolucionária (AIR), 221
 Ação Popular, 75, 110, 149
 Ação Universitária Católica (AUC), 77, 81, 93
Acción Española, 74
 Ackel, Ibrahim Abi, 101
Action Française, 72-73, 76, 82, 84, 91, 234
 Adorno, Theodor, 40
 Affonseca, Pedro, 11-12, 25, 209
 Alckmin, Geraldo, 123, 208
 Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 150
 Almeida, Francisco Martins de, 126
 Alves, Damares, 216, 222
 Amaral, Antônio José de Azevedo, 86
 Andrada, José Bonifácio de, 55
 Antonov, Anatoly, 246
 Aquino, Tomás de, 12, 14, 16, 29, 31, 67, 120, 122, 178
 Araripe Jr., Tristão de Alencar, 60
 Araújo, Ernesto, 18, 201, 223-224, 241, 243
 Arautos do Evangelho, 118, 121-122
 Arendt, Hannah, 41
 Aristóteles, 30-31, 44, 158-159, 162-163, 186, 196
 Arns, Paulo Evaristo, 161, 165
 Assembleias de Deus, 137-138, 215, 216
 Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), 63
 Azevedo, Reinaldo, 198
- B**
-
- Backheuser, Everardo, 88
 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 135
 Bannon, Steve, 154, 204, 223-234, 236
 Barbosa, Bene, 203
 Barbosa, Rui, 68
 Barbuy, Victor, 224
 Barros, Roque Spencer Maciel de, 18, 35
 Barroso, Gustavo, 79, 221-222
 Bat Ye'or (Gisèle Littmann), 249
 Beltrão, Hélio Coutinho, 235
 Bergson, Henri, 69, 157
 Berlanza, Lucas, 42
 Bernardes, Artur da Silva, 71
 Bilac, Olavo, 71
 Bilderberg [Grupo], 170, 255
 Bittar, Márcio, 241
 Blackwell, Morton, 99, 119
 Boaventura, Jorge, 123, 131
 Bobbio, Norberto, 42-43
 Boff, Leonardo, 111
 Bolsonaro, Carlos, 12, 200, 202, 204
 Bolsonaro, Eduardo, 200, 243
 Bolsonaro, Flávio, 12, 200, 202, 204
 Bolsonaro, Jair Messias, 9, 11-14, 17-19, 24-25, 37, 40-42, 45, 47, 84, 90, 92, 98, 100, 104, 108, 131, 134, 148, 154, 159-160, 166-169, 172, 180-181, 184, 188, 193, 198, 200-208, 210, 214-216, 222-227, 232-233, 236-237, 239-240, 243-245, 248-249, 257
 Bonald, Louis de, 29, 31
 Botto, Carlos Pena, 171, 174
 Bragança, Bertrand de Orléans e, 10, 20-21, 25, 101, 109, 211, 213, 217
 Bragança, Luís de Orléans e, 109

- Bragança, Luiz Philippe de Orléans e, 236-240
- Bragança, Pedro Henrique de Orléans e, 87
- Brandão, Ambrósio Fernandes, 50
- Brasil Paralelo, 125, 231-232, 234, 249
- Brasil Sem Medo*, 172, 199, 210
- Breivik, Anders Behring, 249-250, 253
- Bruno, Victor, 192
- Buchanan, Pat, 250
- Buckley, William, 27, 178, 216
- Buffon, Georges-Louis Leclerc Comte de, 50
- Burgierman, Denis Russo, 189-190
- Burke Instituto Conservador, 31, 230
- Burke, Edmund, 23, 29, 31, 42-43, 74, 124, 243, 250
- Butler, Judith, 210
- Buzaid, Alfredo, 89, 100, 114
- C**
-
- Câmara, Hélder, 20, 85, 109-110
- Campanella, Tommaso de, 53
- Campos Filho, Abel de Oliveira, 110, 140
- Campos, Anésio Lara, 219
- Campos, Francisco, 88
- Campos, Roberto, 133-134, 163, 194
- Canning, George, 48, 58
- Cardim, Fernão, 50
- Cardoso, Fernando Henrique, 135, 235
- Carlos II, 53
- Carlos V, 53-54, 57
- Carlson, Allan, 246
- Carneiro, Enéias, 45, 170, 220-222
- Carpeaux, Otto Maria, 39
- Carvalho, Luiz Gonzaga de, 155
- Carvalho, Olavo de, 12, 14, 17-19, 24-25, 31, 38-42, 47, 66, 75, 79-80, 92-93, 95, 112, 114, 118, 120-121, 127, 131, 152-180, 182-206, 210-211, 213, 216-218, 221-227, 230-234, 236-237, 243-244, 247, 249-251, 253-254, 256
- Carvalho, Tales de [Muhammad 'Isa], 155
- Casa Imperial Brasileira, 229
- Cascudo, Luís da Câmara, 85
- Casseb, Adib, 114, 132
- Castelo Branco, Humberto de Alencar, 102, 133
- Castro, Fidel, 12
- Castro, Paulo Rabello de, 135
- Catharino, Alex, 138, 178, 242
- Celso, Afonso, 62-63, 69, 248
- Central Única dos Trabalhadores (CUT), 135
- Centro de Estudos e Debates Integrabilistas (CEDI), 220
- Centro Dom Bosco (CDB), 11-12, 24, 71, 191, 209-210, 212-213, 221
- Centro Dom Vital (CDV), 24, 70-72, 75-76, 82-83, 88, 91-93, 95, 101, 110, 113, 115-116, 132, 159, 242
- Chafuen, Alejandro, 130, 140-142, 194, 200
- Chambers, Whittaker, 30
- Círculo Monárquico Brasileiro, 230
- Civita, Roberto, 235
- Clá Dias, João Scognamiglio, 118, 121-122
- Coelho, Felipe, 191
- Comte, Auguste, 61, 68, 72
- Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), 232, 243
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), 102, 108-109, 117, 208-209
- Conjunto de Pesquisa Filosófica (CONPE-FIL), 160-161
- Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), 218
- Constantino, Rodrigo, 37, 147, 192, 198-199, 235-236, 243
- Corção, Gustavo, 110, 113-114, 132, 153, 208
- Corrêa de Oliveira, Plínio, 9-12, 17-21, 24, 44, 52, 73, 75, 77, 80-83, 91-96, 98-105, 107-110, 112-113, 116-121, 127, 138, 140, 158, 168, 173, 177, 191, 211-212, 219, 228

Correia, Alexandre, 115
 Costa, Alexandre, 225
 Costa, Heitor da Silva e, 76
 Costa, Paulo Fernando Melo da, 221-222
 Costa, Ricardo da, 201
 Coutinho, Augusto de Avellar, 226
 Coutinho, Rodrigo de Souza, 124
 Coutinho, Vicente de Paulo Dale, 48, 63
 Crato, Antônio Prior do, 51
 Crippa, Adolpho, 113, 130-132
 Crispim, Afonso, 220
 Cunha, Eduardo, 216
 Cunha, Martim Vasques da, 183
 Curso Online de Filosofia (COF), 156, 158, 182-186, 189, 193, 200-201, 231

D

Dallagnol, Deltan, 216
 Delegado Waldir [Waldir Soares de Oliveira], 241
 Democratas (DEM), 214, 236
 Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), 220
 Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), 165
 Dias, Álvaro, 135
 Disraeli, Benjamin, 251-252, 255
 Donato (Paulo Rosa), Antônio, 156, 202, 221
 Donoso Cortés, Juan, 74, 97, 160, 190
 Dorea, Gumercindo Rocha, 132
 Doria, João, 235-236
 Doughert, Eduardo, 212
 Dugin, Alexandre, 170-171, 223-224

E

Encontro de Cristãos na Busca de Santidade e Unidade (ENCRISTUS), 212
 Engelke, Inocêncio, 105

Escola Superior de Guerra (ESG), 103, 113, 123, 131-132, 134, 150, 220, 227
 Escrivá de Balaguer, Josemaría, 122
 Estrella, Arcy Lopes, 219
 Evola, Julius, 223

F

Fajardo, Diego Saavedra, 53
 Faria, Octávio de, 89
 Farias Brito, Raymundo, 68-70, 82, 158, 160, 173
 Fedeli, Orlando, 118, 142, 191
 Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), 123, 132, 143
 Feliciano, Marco, 214
 Felipe II, 53, 57
 Fernando I, 57
 Ferreira, Silvestre Pinheiro, 56
 Ferreira, Tito Lívio, 96
 Fidelix, Levy, 222
 Figueiredo, Jackson de, 64, 70-75, 82, 88, 101, 116, 119, 159, 191
 Figueiredo, João, 101
 Fisher, Antony, 129, 146
 Fiuza, Guilherme, 198
 Fleichman, Anna Luísa, 19, 119
 Fleichman, Julio, 113, 163, 208
 Fleichman, Lourenço, 113, 208
 Florencia, Francisco de, 54
 Fonseca, Deodoro da, 68
 Fórum de São Paulo, 165, 181, 186, 210
 Fórum Econômico Mundial, 255
 Fraga, Armínio, 235
 Franca, Leonel, 92-94, 103
 Francisco [Papa], 191, 210
 Francisco I, 58
 Franco, Carlos Alberto Di, 122
 Franco, Itamar, 195
 Fraternidade Sacerdotal Pio X (FSSPX), 109, 192

Frente Integralista Brasileira (FIB), 221-222, 224
 Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (FPE), 215, 217-218
 Fromm, Erich, 39
 Frota, Sylvio, 226
 Fundação Casa Imperial, 24

G

Galvão de Sousa, José Pedro, 97, 114, 160, 225
 Garrigou-Lagrange, Réginald, 44
 Garschagen, Bruno, 193, 239-240
 Geisel, Ernesto, 112, 114, 226
 Gerdau Johannpeter, Jorge, 235
 Giordani, Marco Pollo, 165-169, 199
 Gonçalves, Leônidas Pires, 165
 Gorbatchov, Mikhail, 10
 Gordon, Flávio, 193
 Gottfried, Paul Edward, 29, 31, 46, 50, 137, 159, 173, 217
 Goulart, João, 37, 96, 101, 132, 204, 240
 Gramsci, Antonio, 13, 17, 22, 39, 163, 181, 197, 199, 204, 249
 Grotius, Hugo, 139
 Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), 235
 Guedes, Paulo, 13, 134, 200, 227, 235-236
 Guénon, René, 92, 155-156, 223, 249
 Gurgel, Rodrigo, 194
 Gutiérrez, Gustavo, 109

H

Hagger, Nicholas, 170
 Hagin, Kenneth E., 137
 Hasslocher, Ivan, 132
 Hayek, Friedrich August, 26-27, 31, 34-37, 42, 128-129, 131, 133-134, 139, 144-148, 225, 250
 Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 92
 Heidegger, Martin, 223

Heleno, Augusto, 226-227
 Henkel, Ana Paula, 210
 Herberg, Will, 216
 Herder, Johann Gottfried von, 50
Heritage Foundation, 99, 129, 242, 243
 Hitler, Adolf, 188, 193
 Holiday, Fernando, 236
 Huerta de Soto, José, 146
 Hugon, Édouard, 16
 Husserl, Edmund, 196-197

I

Igreja Apostólica Renascer em Cristo (IARC), 138
 Igreja Bola de Neve, 138
 Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), 137-138
 Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD), 138
 Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), 137-138, 215, 218
 Instituto Atlântico, 135
 Instituto Brasil 200 (IB200), 236
 Instituto Brasil Imperial, 229
 Instituto Brasileiro Conservador (IBCON), 241-243
 Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), 132
 Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, 230
 Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), 114
 Instituto Conservador-Liberal (ICL), 243
 Instituto Cultural D. Isabel I a Redentora, 229
 Instituto de Estudos Empresariais (IEE), 133
 Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), 132
 Instituto Imperial, 24
 Instituto Inter-Americano de Filosofia, Governo e Pensamento Social, 173, 181

Instituto Jackson de Figueiredo, 191
 Instituto Liberal (IL), 38, 42, 133, 235
 Instituto Mises Brasil, 235
 Instituto Mukharajj Brasilan, 229-230
 Instituto Ordem Livre, 236
 Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO),
 9, 10-11, 71, 83, 116, 118, 121-122, 141,
 209-214, 220-221, 227, 229, 236, 241
 Instituto Schiller, 39, 222, 228
International Policy Forum, 99
 Iorio, Ubiratan Jorge, 37

J

Jabor, Arnaldo, 198
 João Paulo II [Papa], 11, 111, 121-122
 João VI, 54-56, 59, 124, 234
 João XXIII [Papa], 92, 108
 Jordy, Carlos, 222
 José I, 51

K

Kanitz, Stephen, 238
 Kant, Immanuel, 92, 189
 Kataguirri, Kim, 236
 Kicis, Beatriz, 205
 Kirk, Russell, 30-31, 34-35, 159, 178
 Kissinger, Henry, 39
 Kloppenburg, Boaventura, 66
 Kopff, Christian, 223
 Kristol, Irving, 31-32, 131, 159
 Kubitschek, Juscelino, 97
 Küster, Bernardo, 210, 234

L

Labin, Susanne, 132
 Lacerda, Carlos, 132
 Lacunza y Diaz, Manuel, 54
 Ladusâns, Stanislav, 160-161
 Laet, Carlos de, 12, 69-70

Lafitte, Pierre, 61
 LaRouche, Helga, 170
 LaRouche, Lyndon, 39, 170
 Leão XIII [Papa], 67-69, 76, 83, 99, 131
 Lefebvre, Marcel, 10, 109, 113, 192, 208
 Leme, Og, 37, 129, 133
 Leme, Paulo, 129
 Leme, Sebastião, 12, 71, 76-77, 83-84, 90,
 92, 209
 Lemos, Miguel, 61
 Lessius, Leonardus, 139, 141
 Lewinsohn, Ronald, 161
 Liga Cristo Rei, 11, 224
 Liga Eleitoral Católica, 77, 93, 241
 Lima, Alceu Amoroso, 48, 64, 68, 75-78, 82-
 83, 85, 89, 91-92, 107, 110, 113, 116
 Lima, Manoel de Oliveira, 51, 62
 Lima, Moisés, 221
 Lind, William S., 39
 Lindenberg, Adolpho, 88, 116, 118, 141-143,
 192, 214, 229
 Lippmann, Walter, 129
 Lisboa, José da Silva, 124
 Lisboa, José da Silva [Visconde de Cairu],
 55, 124, 231
 Lombaerde, Júlio Maria de, 11, 67
 Lopes, Francisco Leme, 102
 Lopes, Moacir Araújo, 100
 Lorêdo Filho, José, 230
 Lubambo, Manoel, 133, 139-140
 Lugo, Juan de, 138, 145
 Lukács, György, 17-18, 28
 Lula da Silva, Luiz Inácio, 17, 38, 128, 164,
 172, 257
 Lutero, Martinho, 12, 89, 92

M

Macedo, Edir, 137, 150, 214
 Macedo, Ubiratan Borges de, 112, 131, 134
 Magnoli, Demétrio, 198

- Mainardi, Diogo, 198-199, 227
 Maistre, Joseph de, 74-76, 93, 95, 98, 115
 Maksoud, Henry, 133-134
 Malafaia, Silas, 138, 214
 Maldonado, Juan de, 53
 Malta, Magno, 214
 Mannheim, Karl, 28, 30, 32
 Manoilescu, Mihail, 86
 Manuel I, 51
 Marcuse, Herbert, 35
 Maria Leopoldina da Áustria, 58
 Mariana, Juan de, 138
 Marinho, João Roberto, 235
 Maritain, Jacques, 76, 131, 158
 Martins, Filipe Garcia, 201, 204, 233
 Martins, Ives Gandra da Silva, 122, 136, 141, 235
 Martins, Paulo, 241
 Marx, Karl, 11, 47, 186
 Mattei, Roberto de, 73, 76, 91, 93, 120
 Mattos, Carlos de Meira, 227
 Maurras, Charles, 72-74, 76, 82, 98, 113, 115, 133, 234
 Mayer, Antônio de Castro, 20, 92-93, 105, 109, 118
 Médici, Catarina de, 51
 Médici, Emílio Garrastazu, 89, 100, 112
 Mendes, Álvaro, 11-12, 25, 209
 Mendes, Raimundo Teixeira, 61
 Mendez, Marcelo, 220
 Menzel, Adolf, 19
 Mercadante, Paulo, 26-28, 114, 130, 131, 161, 194
 Merquior, José Guilherme, 36-37
Mídia Sem Máscara, 172
 Minnicino, Michael, 39
 Misasi, Enrico, 241
 Mises, Ludwig Heinrich, 35-37, 129, 144-145, 238
 Mitterrand, François, 9-10, 17, 98, 252
 Molina, Luis de, 138, 141
 Monsaraz, Alberto, 74, 84
 Montaigne, Michel de, 49
 Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, 50
 Morais, Alexandre José de Melo, 54
 More, Thomas, 49
 Morgenstern [Abujamra], Flávio, 199
 Moro, Sérgio, 225
 Moura Brasil, Felipe, 152, 189, 199, 227
 Moura, Odilão, 67-68, 77, 82-83, 108, 118, 157, 212
 Mourão, Hamilton, 83-84, 226-227, 236, 245
 Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 241-242
 Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), 221
 Mussolini, Benito, 74, 82, 87, 188
-
- N**
-
- Nadalim, Carlos, 201
 Narloch, Leandro, 199, 231, 237
 Nash, George H., 22, 31
 Needleman, Jakob, 154
 Niebuhr, Reinhold, 164, 216
 Nietzsche, Friedrich, 92
 Nisbet, Robert, 28-31, 131
 Nóbrega, Manuel da, 50
 Nogueira, Carlos, 191, 210
 Nogueira, Rafael, 201, 241
 Novak, Michael, 131
 Nyquist, Jeffrey, 180-181, 194
-
- O**
-
- Oakeshott, Michael, 27, 30-33
 Oman, Charles, 54
 Opus Dei, 16, 122-123, 141, 192, 208, 235
 Ousset, Jean, 113

- P**
-
- Padilha, Raimundo, 100
 Paim, Antônio, 37, 125, 130–131, 149, 202
 Paola, Heitor de, 199
 Partido Comunista Brasileiro (PCB), 112, 116
 Partido Comunista do Brasil (PCdoB), 117
 Partido da Reconstrução da Ordem Nacional (PRONA), 170, 220–221
 Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 93, 123, 134–135, 167, 232, 252
 Partido Democrático Trabalhista (PDT), 117
 Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 117
 Partido dos Trabalhadores (PT), 13–14, 38, 41, 43, 46–47, 93, 117, 128, 167, 169–170, 179, 187–188, 199, 202, 207, 214–217, 222, 225, 230, 232, 235–236, 246, 248, 252, 256–257
 Partido Humanista da Solidariedade (PHS), 222
 Partido Liberal (PL), 215, 242
 Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), 222, 242
 Partido Social Cristão (PSC), 215, 241
 Partido Social Democrático (PSD), 242
 Partido Socialista Brasileiro (PSB), 117
 Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 242
 Patriota [Partido], 222, 242
 Paulo VI [Papa], 29, 108, 110, 113, 211
 Pauw, Corneille de, 50
 Pedro I, 58–59, 65
 Pedro II, 10, 59, 65, 73, 93, 229
 Penna, José Osvaldo de Meira, 18, 35, 109, 110, 128, 129, 131, 134, 160, 194, 242
 Pereira, Antônio Carlos, 235
 Pereira, Everaldo Dias, 214
 Pereira, Guilherme Döring Cunha, 123
 Pereira, Merval, 135
 Pereira, Rinaldo Luis de Seixas [apóstolo Rina], 138
 Pereira, Ruy, 50
 Pessoa, Epitácio Lindolfo da Silva, 71
 Pessoa, Lenildo Tabosa, 114
 Pinochet, Augusto, 35, 38, 202
 Pio [Padre], 155
 Pio IX [Papa], 65–66, 214
 Pio X [Papa], 70
 Pio XI [Papa], 73, 76
 Pio XII [Papa], 84, 92–93, 119
 Pita, Sebastião da Rocha, 51
 Pitt, William, 55
 Platão, 31, 44, 162, 186
 Pondé, Luiz Felipe, 198–199
 Popper, Karl, 129, 134
 Prado, Eduardo, 60, 62, 69–70
 Prestes, Luiz Carlos, 178
 Primeiro Comando da Capital (PCC), 41
 Primo de Rivera, Miguel, 74
 Progressitas (PP) [Partido], 214, 222, 242
 Pró-Monarquia, 24, 220, 229, 230, 241
 Pufendorf, Samuel von, 139
 Puggina, Percival, 199
- R**
-
- Rademaker, Augusto, 100
 Rahm, Haroldo Joseph, 212
 Ranquetat Jr., Cesar, 47, 224–225
 Raynal, Guilherme Thomas François, 50
 Reagan, Ronald, 99, 129, 137, 242
 Reale, Miguel, 79, 85–86, 102, 114, 131, 132, 173, 194
 Rebelo, Pequito, 74
 Reis, Marcello, 205, 236
 Renovação Carismática Católica (RCC), 212–213
 Republicanos [Partido], 215, 221, 242
 Ribeiro, Josué A., 184
 Ricardo, Paulo, 213–214, 230
 Rios, José Arthur, 159
 Robson, Ronald, 193, 196

Roosevelt, Franklin D., 252
 Rosenfield, Denis Lerrer, 198-199, 227
 Rothbard, Murray N., 139, 142
 Rousseau, Jean-Jacques, 50
 Rousseff, Dilma, 13, 17, 24, 41, 79, 215, 216,
 225, 231, 240, 257
 Ruschel, Leandro, 231

S

Salgado, Plínio, 15, 17-18, 43, 70, 75-85, 88-
 89, 94, 97-98, 100, 103, 119-120, 126-
 127, 132, 158, 164, 168, 173-179, 201,
 207, 218-221, 228
 Salles, Ricardo, 100, 192, 236, 243
 Sant'Ana, Sérgio, 243
 Santiago, Valdemiro, 138
 Santos, Allan dos, 199, 203
 Santos, Arlindo Veiga dos, 73, 85, 97, 100, 238
 Santos, Armando Alexandre dos, 100, 229
 Santos, Gustavo Adolfo, 36
 Santos, Mário Ferreira dos, 161
 Santos, Renan, 236
 Sardinha, Antônio, 74
 Sarney, José, 219
 Scantimburgo, João de, 37, 73, 85, 114, 165
 Schäffer, Georg Anton von, 57
 Schmitt, Carl, 19
 Schopenhauer, Arthur, 197
 Schwarz, 21, 37, 126, 132
 Scruton, Roger, 27-28, 30-32, 34-35, 38, 44,
 144, 146, 151, 159, 250
 Sebastião I, 51
 Sentroul, Charles, 67
 Sigaud, Geraldo de Proença, 11, 92, 105-
 106, 108-110, 213, 228
 Silva, Golbery do Couto e, 103, 132
 Silva, Vicente Ferreira da, 114
 Silveira, Cássio Guilherme Reis, 221
 Silveira, Sidney, 210
 Smith, Adam, 31, 124, 129, 138

Smith, Wolfgang, 195
 Soares, Gabriel, 50
 Soares, R.R., 137
 Sobral Pinto, Heráclito Fontoura, 83
 Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição,
 Família e Propriedade (TFP), 9-11, 18-
 20, 75, 93, 99-102, 104-113, 116-119,
 121-122, 140, 142, 163, 165, 168, 191,
 211, 213, 220, 228
 Sociedade Brasileira para o Progresso da
 Ciência (SBPC), 162
 Sociedade de Estudos Políticos (SEP), 82, 85
 Sociedade Mont Pèlerin (MPS), 128-130,
 132-135, 139-140, 148, 170
 Soljenítsin, Alexander, 179
 Sousa, Irineu Evangelista de [Visconde de
 Mauá], 125
 Spencer, Robert, 250
 Spengler, Oswald, 223
 Strauss, Leo, 29, 31, 194
Students for Liberty, 236
 Suárez, Francisco, 52, 138
 Swaggart, Jimmy, 137

T

Teixeira, Aníbal, 219
 Tejada, Francisco Elias de, 97
 Temer, Michel, 15, 135
 Tempesta, Orani João, 208, 230
 Tenorio, Gonzalo, 54
 Teófilo, Josias, 192
 Thatcher, Margaret, 129
 Tocqueville, Alexis de, 31, 34
 Tonietto, Chris, 210, 224
 Torres, Alberto, 69-70, 103
 Torres, João Camilo de Oliveira, 63, 68,
 71, 83, 85, 87-88, 95-97, 114, 117, 131,
 251-252
 Trump, Donald, 155, 206, 223

- U**
-
- União Democrática Nacional (UDN), 93, 127, 220
 União Democrática Ruralista (UDR), 220
 União Nacionalista Democrática (UND), 220
 Urbano II [Papa], 233
 Ureta, José Antônio, 211-212
 Ustra, Carlos Alberto Brilhante, 167-169, 226-227
- V**
-
- Vargas, Getúlio, 24, 64, 76-77, 83-84, 86-88, 91, 130, 135, 177, 220, 233, 238, 239
 Varnhagen, Francisco Adolfo de, 54, 56-57
 Vasconcelos, Luis Eduardo, 235
 Vaticano, 10, 20, 64, 66, 67, 70, 84, 92, 108, 111, 121-122, 210, 211
 Vélez Rodríguez, Ricardo, 18, 131, 159, 201-202, 232, 241-242
 Velloso, João Paulo dos Reis, 100
 Vianna, Francisco José de Oliveira, 38, 60, 70, 88, 97, 103, 127, 131
 Vicente de Salvador, 51
 Vieira, Antônio, 51-53, 60, 62-63, 96
 Vieira, Antônio Paim, 86
 Villa, Marco Antônio, 198
 Villas Bôas, Eduardo, 225-226
 Viotti, Frederico, 9, 10, 25, 113, 213, 227
 Vital, Maria Gonçalves de Oliveira, 65-66, 68, 88, 204
 Vitoria, Francisco de, 138, 141
 Voegelin, Eric, 14, 145, 159-160, 187, 196
- W**
-
- Wagner, José Carlos Graça, 170
 Weaver, Richard M., 31, 34-35, 144
 Weintraub, Abraham, 184, 232, 241
 Weyrich, Paul, 99, 119
- White, Reginald James, 27
World Anti-Communist League (WACL), 99, 123, 172
- Z**
-
- Zweig, Stefan, 23, 63

Este livro foi impresso na Primavera de 2023
impresso e composto na cidade de Belo Horizonte - Minas Gerais
a pedido da Associação Cultural Memorial Emcomum Estúdio Livre

1ª Edição - 2ª Impressão



Conservadorismo Brasileiro e a Nova Direita faz um meticuloso mapeamento histórico das esquecidas raízes ideológicas que nutrem a recente guinada à direita. O livro mostra em detalhe que o pensamento direitista no Brasil é mais antigo do que se lembra, mais brasileiro do que se imagina e mais católico do que parece. De fato, a Nova Direita, em toda a sua diversidade, enquanto às suas premissas inquestionáveis, recorre a uma rica tradição centenária que começou na recristianização integrista-neotomista durante a Primeira República. Esta tradição conservadora brasileira desenvolveu, ao longo do século XX, uma originalidade que, inclusive, antecipou em vários aspectos o debate na Europa e nos Estados Unidos, e foi a sua resiliência que impediu maiores mudanças sociais como reivindicadas por forças progressistas nos anos 1930, 1960 e 1980. Com dois capítulos dedicados a Olavo de Carvalho, como responsável pela ressuscitação do ideário conservador em pleno século XXI, o livro também demonstra como um núcleo católico tradicionalista – embora mais discretamente do que os Evangélicos fundamentalistas – exerce de novo influência sobre o mundo político e está por trás da “guerra cultural” de dessecularizar e reencantar o Brasil atual.

Georg Wink é professor de Estudos Brasileiros na Universidade de Copenhague, onde dirige o Centro de Estudos Latino-Americanos.

